JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Porto Estrela 4
Camara Municipal de Várzea Grande 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 4
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 4
Prefeitura Municipal de Água Boa 5
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 7
Prefeitura Municipal de Alto Garças 8
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 9
Prefeitura Municipal de Apiacás 9
Prefeitura Municipal de Araputanga 10
Prefeitura Municipal de Aripuanã 16
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 27
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 27
Prefeitura Municipal de Cáceres 27
Prefeitura Municipal de Campinápolis 29
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 30
Prefeitura Municipal de Campo Verde 42
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 48
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 49
Prefeitura Municipal de Canarana 55
Prefeitura Municipal de Carlinda 70
Prefeitura Municipal de Castanheira 72
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 73
Prefeitura Municipal de Cocalinho 77
Prefeitura Municipal de Colíder 78
Prefeitura Municipal de Comodoro 79
Prefeitura Municipal de Confresa 80
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 88
Prefeitura Municipal de Cuiabá 89
Prefeitura Municipal de Diamantino 89
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 99
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 103
Prefeitura Municipal de General Carneiro 105
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 121
Prefeitura Municipal de Indiavaí 122
Prefeitura Municipal de Itanhangá 125
Prefeitura Municipal de Itiquira 125
Prefeitura Municipal de Jaciara 126
Prefeitura Municipal de Jangada 127
Prefeitura Municipal de Jauru 127
Prefeitura Municipal de Juara 135
Prefeitura Municipal de Juruena 136
Prefeitura Municipal de Juscimeira 137
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 174
Prefeitura Municipal de Marcelândia 174
Prefeitura Municipal de Matupá 178
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 179
Prefeitura Municipal de Nobres 188
Prefeitura Municipal de Nortelândia 195
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 199
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 201

Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 204
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 205
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 205
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 208
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 210
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 211
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 212
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 213
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 214
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 214
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 215
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 217
Prefeitura Municipal de Paranatinga 219
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 221
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 224
Prefeitura Municipal de Poconé 225
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 229
Prefeitura Municipal de Poxoréu 230
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 230
Prefeitura Municipal de Rio Branco 231
Prefeitura Municipal de Rondolândia 231
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 233
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 234
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 234
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 240
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 312
Prefeitura Municipal de São José do Povo 313
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 317
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 317
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 318
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 321
Prefeitura Municipal de Tabaporã 322
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 333
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 334
Prefeitura Municipal de União do Sul 334
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 336
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 342
Prefeitura Municipal de Vila Rica 342

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 003/2019

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 003/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA LICENÇA E CONDIÇÕES DE USO DE PLATAFORMA WEB PARA COMUNICAÇÃO INTERATIVA VIA APLICATIVO MULTIPLATAFORMA DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS E CHAMADAS DE VOZ PARA SMARTPHONES (WHATSAPP), PARA AS NECESSIDADES DA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICIPIOS**.**

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM.

CONTRATADO: M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB - ME - CNPJ Nº 14.728.004/0001-03

Cuiabá (MT) 04 de junho 2019.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2019

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 001/2019

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA-MT, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017. A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Estrela - MT, considerando que o soberano Plenário na Sessão Ordinária de 07 de Junho de 2019, **APROVA** as Contas Anuais de Governo do Exercício 2017 da Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT, sob a responsabilidade do Gestor Municipal Sr. **Eugênio Pelachim,** e, no uso das atribuições uso das atribuições que confere o Regimento Interno desta Casa de Leis, promulga o seguinte **Decreto Legislativo**:

Art. 1º) Fica Aprovada a prestação de Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, relativa ao ***exercício financeiro de 2017***, gestão do Prefeito Municipal Sr. Eugênio Pelachim, o resultado acompanhado o **Parecer Prévio nº 106/2018-TP do TCE/MT** e **do Ministério Público de Contas 4.937/2018, oriundo dos autos PROCESSO 75388/2017**do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 10 Junho de 2019.

Edinei Aparecido da Silva Denisson Pedroso Brilhadori

Presidente Vice- Presidente

Luis Vieira de Sousa Daniel Santi da Silva

1º. Secretário 2°. Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ERRATA AO 4º ADITIVO DE CONTRATO Nº 09/2015 PREGÃO PRESENCIAL

A Câmara Municipal de Várzea Grande Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados, que publica a errata, para nele fazer constar que:

Onde-se lê: Várzea Grande/MT, 26 de abril de 2018.

Leia-se: Várzea Grande/MT, 26 de abril de 2019.

Várzea Grande/MT, 06 de junho de 2019.

Presidente - Fábio José Tardin

Câmara Municipal de Várzea Grande/MT

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ERRATA AO 4ºADITIVO DE CONTRATO Nº 08/2015 PREGÃO PRESENCIAL

A Câmara Municipal de Várzea Grande Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados, que publica a errata, para nele fazer constar que:

Onde-se lê: Várzea Grande/MT, 27 de abril de 2019.

Leia-se: Várzea Grande/MT, 26 de abril de 2019.

Várzea Grande/MT, 06 de junho de 2019.

Presidente - Fábio José Tardin

Câmara Municipal de Várzea Grande/MT

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO 012/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

A Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA, torna público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão Presencial n° 008/2019, **DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, "PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS DE FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE UNIFORMES HOSPITALAR, ATENDENDO O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA -** CISA **DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT".** Abertura de Sessão Pública para o recebimento dos envelopes de proposta de preços e de documentação será no dia 28/06/2019, às 14:00hs (horário oficial de Brasília). Os interessados poderão obter informações e o Edital completo na sede do CISA, no horário de 08:00 às 12:00 horas, ou pelo telefone (66) 3522-2155 e email – licitacisa@hotmail.com.

Em São Félix do Araguaia - MT, 12/06/2019.

Lídia Barbosa de Brito - Pregoeira.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 001/2019 AO CONTRATO DE RATEIO N° 003/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL - NORTE ARAGUAIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 001/2019 AO CONTRATO DE RATEIO N° 003/2019

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - Norte Araguaia

Contratada: Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte

Objeto: Contrato de Rateio para fins de consecução das ações previstas na Ata de Constituição e Instalação, Eleição e Posse da Diretoria, Titulo I, Art. 3° do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - Norte Araguaia, ratificadas pela Lei Municipal n° 509/2007, de 11 de Novembro de 2007.

DO ADITIVO: Fica aditada a Cláusula Segunda do Contrato de Rateio n° 003/2019, modificando o valor a ser repassado pela Contratada a partir do mês de junho de 2019 até dezembro de 2019, para R$ 3.025,00 (três mil e vinte e cinco reais), mensais em favor do Contratante, alterando-se o valor

global do contrato de rateio para R$ 32.936,80 (trinta e dois mil, novecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

Data do aditivo: 02/05/2019.

Assinam: Daniel Rosa do Lago – Presidente do CIDESA NORTE ARAGUAIA e Daniel Rosa do Lago - Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 004/2019 AO CONTRATO DE RATEIO N° 004/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL - NORTE ARAGUAIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 004/2019 AO CONTRATO DE RATEIO N° 004/2019

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - Norte Araguaia

Contratada: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu

Objeto: Contrato de Rateio para fins de consecução das ações previstas na Ata de Constituição e Instalação, Eleição e Posse da Diretoria, Titulo I, Art. 3° do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - Norte Araguaia, ratificadas pela Lei Municipal n° 165/2007, de 03 de Dezembro de 2007.

DO ADITIVO: Fica aditada a Cláusula Segunda do Contrato de Rateio n° 004/2019, modificando o valor a ser repassado pela Contratada a partir do mês de junho de 2019 até dezembro de 2019, para R$ 3.025,00 (três mil e vinte e cinco reais), mensais em favor do Contratante, alterando-se o valor global do contrato de rateio para R$ 32.936,80 (trinta e dois mil, novecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

Data do aditivo: 02/05/2019.

Assinam: Daniel Rosa do Lago – Presidente do CIDESA NORTE ARAGUAIA e Marcos de Sá F. da Silva - Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 005/2019 AO CONTRATO DE RATEIO N° 005/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL - NORTE ARAGUAIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 005/2019 AO CONTRATO DE RATEIO N° 005/2019

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - Norte Araguaia

Contratada: Prefeitura Municipal de São José do Xingu

Objeto: Contrato de Rateio para fins de consecução das ações previstas na Ata de Constituição e Instalação, Eleição e Posse da Diretoria, Titulo I, Art. 3° do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - Norte Araguaia, ratificadas pela Lei Municipal n° 362/2008, de 18 de Junho de 2008.

DO ADITIVO: Fica aditada a Cláusula Segunda do Contrato de Rateio n° 005/2019, modificando o valor a ser repassado pela Contratada a partir do mês de junho de 2019 até dezembro de 2019, para R$ 3.025,00 (três mil e vinte e cinco reais), mensais em favor do Contratante, alterando-se o valor global do contrato de rateio para R$ 32.936,80 (trinta e dois mil, novecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

Data do aditivo: 02/05/2019.

Assinam: Daniel Rosa do Lago – Presidente do CIDESA NORTE ARAGUAIA e Vanderley Soares da Silva - Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 006/2019 AO CONTRATO DE RATEIO N° 006/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL - NORTE ARAGUAIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 006/2019 AO CONTRATO DE RATEIO N° 006/2019

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - Norte Araguaia

Contratada: Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte

Objeto: Contrato de Rateio para fins de consecução das ações previstas na Ata de Constituição e Instalação, Eleição e Posse da Diretoria, Titulo I, Art. 3° do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - Norte Araguaia, ratificadas pela Lei Municipal n° 320/2007, de 04 de Dezembro de 2007.

DO ADITIVO: Fica aditada a Cláusula Segunda do Contrato de Rateio n° 006/2019, modificando o valor a ser repassado pela Contratada a partir do mês de junho de 2019 até dezembro de 2019, para R$ 3.025,00 (três mil e vinte e cinco reais), mensais em favor do Contratante, alterando-se o valor global do contrato de rateio para R$ 32.936,80 (trinta e dois mil, novecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

Data do aditivo: 02/05/2019.

Assinam: Daniel Rosa do Lago – Presidente do CIDESA NORTE ARAGUAIA e João Cleiton Araújo de Medeiros - Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 002/2019 AO CONTRATO DE RATEIO N° 002/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL - NORTE ARAGUAIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 002/2019 AO CONTRATO DE RATEIO N° 002/2019

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - Norte Araguaia

Contratada: Prefeitura Municipal de Confresa

Objeto: Contrato de Rateio para fins de consecução das ações previstas na Ata de Constituição e Instalação, Eleição e Posse da Diretoria, Titulo I, Art. 3° do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - Norte Araguaia, ratificadas pela Lei Municipal n° 293/2007, de 14 de Dezembro de 2007.

DO ADITIVO: Fica aditada a Cláusula Segunda do Contrato de Rateio n° 002/2019, modificando o valor a ser repassado pela Contratada a partir do mês de junho de 2019 até dezembro de 2019, para R$ 3.025,00 (três mil e vinte e cinco reais), mensais em favor do Contratante, alterando-se o valor global do contrato de rateio para R$ 44.698,60 (quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta centavos).

Data do aditivo: 02/05/2019.

Assinam: Daniel Rosa do Lago – Presidente do CIDESA NORTE ARAGUAIA e Rônio Condão Barros Milhomem - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO ADITIVO 001/2019 DO CONTRATO 068/2019

TERMO ADITIVO Nº. 001/2019 ao Contrato n°. 068/2019 que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL** – Estado de Mato Grosso, e a empresa **JOAO PAULO OLIVEIRA PINTO EIRELI**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 046/2019

LICITAÇÃO: DL 010/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

OBJETO: Prorrogação de Prazo da Execução e da Vigência do Contrato.

DATA: 11/06/2019

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O TERMO ADITIVO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2018 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2019

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº. 03/2018, da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT."

O Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse publico e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 03/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocados para admissão no Serviço Público os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº. 03/2018, constantes no Anexo I deste Edital de Convocação;

Art. 2º. Os candidatos classificados e ora convocados neste Edital deverão comparecer à sede da Prefeitura Municipal na Gerencia de Pessoal e Recursos Humanos.

Art. 3º. Para a tomada de posse no cargo público, o classificado deverá apresentar **3 (três) vias** das seguintes documentações:

a) Cópia da cédula de identidade / RG;

b) Cópia do cadastro de pessoa física / CPF;

c) Cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

d) Cópia da CNH (Conforme o cargo);

e) Cópia de reservista ou documento equivalente;

f) Cópia de certidão de casamento ou nascimento;

g) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

h) Cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos e/ou declaração de frequência escolar dos filhos de 05 anos até 14 anos;

i) Cópia de certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

j) Cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

k) Cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

l) Cópia do comprovante de residência ou declaração de residência atualizada;

m) Certidão negativa de débito com o município (retirar no setor de tributos);

n) Declaração de não aposentado por invalidez;

o) Atestado médico Admissional expedido por médico do trabalho;

Exames necessários:

- Hepatites virais

- Hemograma

- Glicemia

- Tipagem sanguínea

- O candidato aprovado para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional - Infraestrutura**, deverá apresentar **exame de radiografia da coluna** para o médico do trabalho.

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital Nº. 03/2018.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias corridos, será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Boa/MT, 12 junho 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

AGNALDO LANSONI

Secretário Municipal de Educação

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 03/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2019

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CARGO: Professor - Pedagogia (PA Jaraguá)

CANDIDATO	*CLASSIFICAÇÃO*
GRACIELA COLLI FURIN	11°

CARGO: Técnico Administrativo Educacional (S.Urbana)

CANDIDATO	*CLASSIFICAÇÃO*
MERCIA MEIRA ALVARES	6°
FATIMA VALERIA SACCO DE MEDEIROS	7º
KEINA APARECIDA LOPES DE OLIVEIRA TOMÉ	8º

CARGO: Apoio Administrativo Educacional - Infra- estrutura (PA Jaraguá)

CANDIDATO	*CLASSIFICAÇÃO*
LEUDIMAR RODRIGUES DE SOUZA	2°
ROSANA DA SILVA	3°
DANIELA DO NASCIMENTO SILVA	4°
ELAYNE FERNANDES LEITE BARROS	5°
EUNICE ALVES DE SOUZA	6°

CARGO: Apoio Administrativo Educacional - Vigia (PA Jaraguá)

CANDIDATO	*CLASSIFICAÇÃO*
BRUNA MARÇAL SPIER	1°

Água Boa- MT, 12 junho 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

AGNALDO LANSONI

Secretário Municipal de Educação

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PR 031/2019

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, comunica que houve alteração no Edital Proc. Administrativo nº. 078/2019, Modalidade: Pregão Presencial nº 031/2019.

Inclui se no termo de referência anexo I do edital os Itens:

43-SERVICO DE EXAME - DO TIPO UREIA, 44-SERVICO DE EXAME - DO TIPO UROCULTURA, 45-SERVIÇO DE EXAME VDRL P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE, 46-SERVICO DE EXAME - DO TIPO DOSAGEM DA VITAMINA B12 e 47-SERVICO DE EXAME - DO TIPO VITAMINA D3.

Assim, conforme o artigo 21 § 4º da Lei 8.666/93, fica a data de abertura do certame prorrogadapara **01 de julho de 2019 às 08h30min. (hora de Brasília).**

As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas. O texto completo encontra-se a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 12 de junho de 2019.

Marcos da silva

Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 096/2019

PROCESSO: 061/2019

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 024/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

FORNECEDOR REGISTRADO: ELETRO TARTARI LTDA

OBJETO: Este contrato tem por objeto a Contratação de Empresa para Execução de Iluminação Ornamental nas Avenidas Araguaia e Júlio Campos no Município de Água Boa-MT, conforme anexos do Edital e Planilhas de Engenharia.

Execução de Iluminação Ornamental na Avenida Araguaia - Trecho entre a Rua 6A e MT-241.

Execução de Iluminação Ornamental na Avenida Júlio Campos - Trecho entre a Rua 09 e 31.

VALOR: R$ 1.109.959,76

DATA: 12/06/2019

VIGÊNCIA: 09/11/2019

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR O CONTRATO DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 15 DE MAIO DE 2019.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2019, de 15 de Maio de 2019, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADA: POSTO TIGRÃO LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de PNEUS E CAMARAS para todos os veículos da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, incluindo os maquinários.

DO VALOR: R$ 336.285,00(trezentos e trinta e seis mil duzentos e oitenta e cinco reais).

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 12 (doze) meses.

DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades para o ano de 2019 e 2020.

DATA: 15 DE MAIO DE 2019.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e POSTO TIGRÃO LTDA – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

GRUPO DE PREGÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 15 DE MAIO DE 2019.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2019, de 15 de Maio de 2019, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADA: L ANTONIO DE CASTRO – ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de PNEUS E CAMARAS para todos os veículos da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, incluindo os maquinários.

DO VALOR: R$ 462.127,50(quatrocentos e sessenta e dois mil cento e vinte e sete reais com cinquenta centavos).

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 12 (doze) meses.

DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades para o ano de 2019 e 2020.

DATA: 15 DE MAIO DE 2019.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e L ANTONIO DE CASTRO – ME – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

GRUPO DE PREGÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 29 DE MAIO DE 2019.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2019, de 29 de Maio de 2019, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADA: ANDERSILENE MONTIEL GONÇALVES ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO para todos os setores da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

DO VALOR: R$ 405.830,64(quatrocentos e cinco mil oitocentos e trinta reais com sessenta e quatro centavos).

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 12 (doze) meses.

DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades para o ano de 2019 e 2020.

DATA: 29 DE MAIO DE 2019.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e ANDERSILENE MONTIEL GONÇALVES ME – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

GRUPO DE PREGÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 29 DE MAIO DE 2019.

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2019, de 29 de Maio de 2019, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADA: VALDINEIA MARQUEZAN ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO para todos os setores da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista.

DO VALOR: R$ 1.236.034,40(um milhão duzentos e trinta e seis mil e trinta e quatro reais com quarenta centavos).

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 12 (doze) meses.

DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades para o ano de 2019 e 2020.

DATA: 29 DE MAIO DE 2019.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e VALDINEIA MARQUEZAN – ME – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E ABERTURA DE NOVO PRAZO
PROCESSO Nº. 075/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2019

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E ABERTURA DE NOVO PRAZO

PROCESSO Nº. 075/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, informa que na data prevista para abertura da sessão pública, no dia **12/06/2019 às 08h30**, não houve apresentação de propostas no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA – PÁ CARREGADEIRA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS/MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 856423/2017 – OPERAÇÃO 1047431-43, CELEBRADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, OBJETO DO PROGRAMA FOMENTO AO SETOR AGROPERCUÁRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO,** de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo a licitação declarada **DESERTA**. Portanto, REABRE-SE o prazo para nova sessão, a saber, no **dia 27/06/2019, 08h30min**, sem alterações nas cláusulas editalícias. Alto Garças, 12 de junho de 2019. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº34/19

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 078/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - Tipo Menor Preço Por Item, no **dia 27 de junho de 2019, às 13:00h (horário de Mato Grosso)**,**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO INSUMOS LABORATORIAIS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS/EQUIPAMENTOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL,** de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro - Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes-e-contratos ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 12 de Junho de 2019. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 107/2018

TERMO DE CANCELAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 107/2018 PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2018

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Fabio Mauri Garbugio, brasileiro, casado, residente à Rua 09, Nº. 20 – Bairro Gabriela, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº. 4.635.589-0 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 899.868.069-68, RESOLVE cancelar o registro do item nº 61 da Ata de Registro de Preços 107/2018 oriunda do Pregão Presencial 054/2018, cujo objeto trata-se do **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI,** com a empresa**NA CONTRAMÃO LTDA - ME,** CNPJ Nº 14.111.790/0001-97**,** nos termos e condições das seguintes cláusulas.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO

1.1 – Fica cancelado o registro do **item nº 61** "CAFE TORRADO E MOIDO 250GR" da Ata de Registro de Preço 107/2018 **sem ônus** para as partes, em consonância com o Artigo 19 do Decreto nº 7.892/13, tendo em vista o aumento significativo no valor de custo do produto, perfazendo o montante de 20% sobre o valor inicial, onde foi solicitado pela empresa o equilíbrio econômico financeiro.

1.2 - O presente cancelamento não gerará para à parte nenhum tipo de ônus ou penalizações.

1.3 – Diante da não obtenção de negociações, será realizado procedimento para contratação mais vantajosa.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – Fica cancelado o registro de preços e o fornecedor liberado de todas as obrigações referentes ao item 61 da supracitada Ata de Registro de Preços.

Alto Taquari - MT, 12 junho de 2019.

FABIO MAURI GARBUGIO

PREFEITO MUNICIPAL

IRAN NEGRAO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES, ACOMPANHAMENTO E PROPOSIÇÕES DE MUDANÇAS E SOLUÇÕES PARA REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS SECRETARIAS E CARGOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, de acordo com Termo de Referencia do supracitado pregão. Abertura às **07h30min (Horário de Mato Grosso)** do dia **28/06/2019.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 11 de junho de 2019. Cacilda Ferreira dos Santos – **Pregoeira.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 005/2019 – EDITAL RESUMIDO

A Comissão Permanente de Licitação CPL comunica aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019 cujo objeto é a: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DO BLOCO CENTRAL DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª. ELZINHA LIZARDO NUNES.** Abertura às **08h30min** (horário de Mato Grosso) do dia **01/07/2019**. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da CPL, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448/1471. Alto Taquari – MT, 12 de junho de 2019. Cacilda Ferreira dos Santos - Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 0146/2019

SÚMULA: DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 002/2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

DECRETA

Artigo 1° - Fica anulado o **PREGÃO ELETRÔNICO** 002/2019, em razão do

edital apresentar a descrição de alguns itens sem as especificações necessárias para seu completo entendimento.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás MT , 11 de Junho de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 173/2019

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença Maternidade à Servidora **DELIANE RIBEIRO DA SILVA,** portadora da cédula de identidade 1817345-4 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n. 031.734.211-83, Cargo em Comissão de Diretora de Departamento I, lotada na Secretaria Municipal de Administração, no período compreendido de 11/06/2019 à 07/12/2019.

Artigo 2º - À servidora gestante será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias, da seguinte forma:

a) 120 (cento e vinte) dias, do dia 11/06/2019 à 08/10/2019 garantido pelo salário maternidade previsto pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

b) 60 (sessenta) dias, do dia 09/10/2019 à 07/12/2019 paga pela Prefeitura Municipal, conforme o que prevê a Lei Complementar 109/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 11 de Junho de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 038/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 020/2019** no dia 27/06/2019 **às 08:00 horas,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, UTENSILIOS DE COPA E COZINHA, GAS DE COZINHA E OUTROS, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS..

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT ou no site www.apiacas.mt.gov.br/ Informações pelo telefone (66) 3593-2227

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00010, de 12 de Junho de 2019.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

MUNICÍPIO - APIACAS - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar

de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado

[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste

município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Intimação Fiscal (ITR)

LAERCIO JORGE FRANCA 298.915.401-97 9773/00097/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: EDEMIR DELLA GIUSTINA Matrícula: 00001379

Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS Assinatura:

Data de afixação:

Data de desafixação:

12/06/2019

27/06/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.348/2019

LEI MUNICIPAL Nº 1.348/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO ARCO-ÍRIS PARA AUXILIAR NA REALIZAÇÃO DA 4ª FEIRA EMPREENDEDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - *Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a* **Fundação Arco-Íris**, pessoa jurídica de direito privado, visando a cessão de mão-de-obra e maquinários públicos como auxílio na preparação da 4ª Feira Empreendedora da Faculdade Católica Rainha da Paz, evento sem fins lucrativos a ser realizado nos dias 18 e 19 de junho do corrente ano.

Art. 2° - A presente autorização se dará para serviços relacionados à limpeza do local, manutenção elétrica, disponibilização de ambulâncias e equipe médica para atendimento dos primeiros socorros, Alvarás necessários, bem como outros itens correlatos.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias ou suplementadas.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos doze (12) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 208/2019

PORTARIA N.º 208/2019

DESIGNAR O SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ADESÃO Nº 007/2019, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2019 – REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA/MT. CUJO OBJETO É SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, TIPO MOTONIVELADORA.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. Francisco Tibúrcio de Carvalho para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ADESÃO Nº 007/2019, com a empresa a seguir:

CONSTRUTORA NOSSA SENHORA DO CARMO - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.746.603/0001-98.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos doze (12) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 30/2019

DECRETO MUNICIPAL Nº 30/2019

NOMEIA OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga/MT:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica composto o Conselho Municipal de Assistência Social de Araputanga/MT (CMAS), conforme abaixo explicitado mediante a titularidade dos seus membros, de acordo com sua representação, nos termos da Lei Municipal nº 814/2008:

§1º - Representando o Governo Municipal:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) Titular – Giuliana Francesca Marcelo e Mariano;

b) Suplente – Ana Maria Batista da Silva.

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

a) Titular – Elenir dos Santos Ferreira;

b) Suplente – Fabia Utsch Matos.

III - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Titular – Ana Paula Ferreira Neves;

b) Suplente – Sergio Luiz Pires Salome.

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

a) Titular – Marli Dias Souza Silva;

b) Suplente – Beatriz Vaz da Silva.

§2º - Representando a Sociedade Civil:

I - Dos profissionais da área:

a) Titular – Gisele Rodrigues Martins;

b) Suplente – Maria Julia Pereira de Arruda.

II - Dos Prestadores de serviços da área:

a) Titular – Viviane Barbosa de Queiroz;

b) Suplente – Claudomiro Braga Hortencio.

III - Das associações e entidades religiosas:

a) Titular – Vera Junia Silva;

b) Suplente - Constância Silverio da Silva.

IV - Dos usuários:

a) Titular – Dejanira Pereira Alves da Silva;

b) Suplente – Almerinda Alves dos Santos.

Art. 2º. O mandato dos conselheiros nomeados pelo presente Decreto, é de 02 (dois) anos, vigorando a partir da publicação deste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos doze (12) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.349/2019

LEI MUNICIPAL Nº 1.349/2019

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 175/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO PASSA A DISPOR SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ESTABELECE A ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO CONSELHO TUTELAR E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - *Esta Lei* trata de *normas gerais* sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal *dos Direitos da Criança e do Adolescente.*

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 2º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único: A garantia de prioridade compreende:

a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

b) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 3º - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente compreende todo um conjunto articulado e integrado de ações governamentais e da sociedade civil do Município, bem como aos seus programas específicos, quando for o caso.

Art. 4º - São linhas de ação da política de atendimento:

I - Políticas sociais básicas;

II - Serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;

III - Preferência de atendimento nos serviços públicos, especialmente quanto ao atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - Políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;

V - Campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Art. 5º - Constituem mecanismos de garantia da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - A formulação da política e o controle da política de proteção, a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - A execução das ações em regimes de proteção e sócio-educativos, através das Políticas Municipais;

III - O controle dos direitos ameaçados ou violados, a cargo de todo o Sistema de Garantia de Direitos.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela Política Municipal de Assistência Social, é órgão deliberativo, consultivo e controlador da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e das ações em todos os níveis, assegurada à participação popular paritária por meio de organizações representativas.

Parágrafo Único: O CMDCA é vinculado, para fins orçamentários, à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Art. 7º - Nos termos do disposto no art. 89 da Lei Federal nº 8.069, de 1990, a função de membro do CMDCA é considerada de interesse público relevante e não será remunerada em qualquer hipótese.

Parágrafo Único: Caberá à Administração Pública Municipal o custeio ou reembolso das despesas decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem dos membros do Conselho CMDCA, titulares e/ou suplentes em eventos, encontros, seminários, conferências, capacitação e solenidades nos quais devam representar oficialmente o Conselho, mediante dotação orçamentária específica.

Art. 8º - Os atos deliberativos do CMDCA deverão ser publicados através de Resoluções no Diário Oficial dos Municípios e/ou na imprensa local, seguindo as mesmas regras de publicação pertinentes aos demais atos do Executivo.

§1º - As sessões plenárias serão instaladas em primeira convocação com 50% (cinquenta por cento) mais um dos conselheiros e em segunda convocação, com qualquer número de participantes.

§2º - As deliberações que resultarem em resolução só poderão ser aprovadas com a aprovação da maioria simples dos presentes.

§3º - As decisões do CMDCA, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 9º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Formular e coordenar a política municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a garantia de promoção, controle e defesa, visando à proteção integral da criança e do adolescente;

II - Fixar prioridades para a consecução das ações para a captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Zelar pela execução da política de atendimento e garantia dos direitos da criança e do adolescente, atendidas suas particularidades, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou zona rural ou urbana em que se localizem;

IV - Requisitar ao Poder Executivo Municipal e das entidades que executam a política de atendimento à criança e ao adolescente o apoio técnico especializado de assessoramento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Tutelar, quando necessário, visando efetivar os princípios ou diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

V - Elencar e deliberar as prioridades a serem incluídas nas Leis Orçamentárias do Município, em tudo o que se refira ou possa afetar as condições de vida da criança e do adolescente;

VI - Acompanhar e controlar a execução da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como dos programas e projetos das entidades que executam o atendimento à criança e ao adolescente;

VII - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;

VIII - Estabelecer, em ação conjunta com entidades que executam o atendimento à criança e ao adolescente, a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa da criança e do adolescente;

IX - Difundir as políticas sociais básicas assistenciais em caráter supletivo e de proteção integral;

X - Registrar as entidades da sociedade civil e governamental de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, que mantenham projetos e programas que visem à proteção, promoção e/ou defesa da criança e do adolescente, dentre eles de orientação e apoio sócio familiar, apoio socioeducativo em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços a Comunidade, acolhimento institucional ou familiar, contra turnos e outros de atenção à criança e ao adolescente, fazendo cumprir as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;

XI - Inscrever os programas, projetos e serviços da sociedade civil e governamentais que operam no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto, sendo que nenhum programa, projeto ou serviço referente a criança e ao adolescente, poderá receber recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sem a aprovação do registro e/ou inscrição no CMDCA.

XII - Elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação da maioria absoluta dos presentes;

XIII - Manter comunicação com os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado, da União e de outros Municípios, com Conselhos Tutelares, bem como, com organismos nacionais e internacionais que atuam na proteção, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente, propondo ao Município, convênio de mútua cooperação na forma da Lei;

XIV - Deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XIV - Regulamentar temas de sua competência, por resoluções aprovadas pela maioria simples dos seus membros.

XV - Manter cadastro de todas as atividades, ações, projetos, planos, execuções, entidades, relatórios, pesquisas, estudos e outros que tenham relação direta ou indireta às suas competências e atribuições;

XVI - Proporcionar integral apoio ao Conselho Tutelar do Município propondo, incentivando e acompanhando programas de prevenção e atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes, para o perfeito cumprimento dos princípios e das diretrizes do Estatuto, bem como encaminharlhes devidamente as denúncias de violação dos direitos da criança e do adolescente;

XVII - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para o processo de escolha e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município;

XVIII - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, nos termos do respectivo regulamento, e declarar vago o posto, por perda de mandato, nos casos previstos em Lei;

XIV - Propor modificações nas estruturas organizacionais das secretarias e órgãos da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional, ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XX - Reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o Regimento.

Art. 10 - As decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Parágrafo único: Em caso de infringência de alguma de suas deliberações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente representará ao Ministério Público, visando à adoção de providências cabíveis, bem como os demais órgãos legitimados no artigo 210, da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 11 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto por 10 (dez) membros, nomeados por Decreto Municipal, com mandato de 02 (dois) anos, permitido uma recondução, sendo:

I - 05 (cinco) Conselheiros Titulares, com respectivos Suplentes, indicados pelos entes e órgãos Municipais indicados no § 1º do art. 6º da Resolução nº 105, do CONANDA;

II - 05 (cinco) Conselheiros Titulares, com respectivos Suplentes, representantes de entidades de promoção, controle e defesa de direitos da sociedade civil, sediadas no Município.

§1º - Na hipótese de qualquer órgão ou entidade governamental indicada não aceitar nomeação ou for extinta, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá sugerir ao Poder Executivo Municipal sua substituição.

§2º - A representação da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida, devendo submeter-se periodicamente a processo democrático de escolha.

Art. 12 – São requisitos para exercer a função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Idade superior a 18 (dezoito) anos para representantes governamentais e da sociedade civil;

II - Residir no Município.

Art. 13 – Caberá ao CMDCA elaborar seu Regimento Interno no prazo de 30 (dias) após a nomeação de seus membros, dispondo sobre todas as questões inerentes ao seu funcionamento, devendo conter ainda:

I - A estrutura funcional mínima composta por Plenário, Presidência, Comissões e Secretaria Executiva, definindo suas atribuições, tendo como o Plenário a instância de deliberação Máxima;

II - A forma de escolha dos membros da Diretoria do Conselho;

III - A forma de substituição dos membros da Diretoria na falta ou impedimento dos mesmos;

IV - A forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que seja garantida a presença de todos os seus membros e a participação da população em geral;

V - A forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações com a prévia comunicação aos Conselheiros;

VI - A possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;

VII - O quórum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - As Comissões e Grupos de Trabalho;

IX - A forma como ocorrerá à discussão das matérias da pauta;

X - A forma como se dará a participação dos presentes na Assembleia Ordinária;

XI - A garantia da publicidade das Assembleias Ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;

XII - A forma como pela qual serão efetuadas as deliberações e votações das matérias, com previsão de solução em caso de empate;

XIII - A forma como será deflagrado e conduzido o procedimento de afastamento de Conselheiro por prática de ato incompatível com a função;

XIV - A forma como será deflagrada a substituição do representante do órgão público quando tal se fizer necessário;

XV - Alternância da presidência entre representantes governamentais e da sociedade civil;

XVI – Os critérios para registro, inscrições e recadastramento das entidades e programas voltados à proteção, promoção e defesa da Criança e do Adolescente.

TÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 14 – Mantém-se vigente e inalterado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente já existente com o CNPJ de nº 15.115.584/0001-18, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do CMDCA, que os aplicará e utilizará segundo suas diretrizes e deliberações.

Art. 15 – O(a) responsável pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social será o Gestor responsável pela movimentação e operações financeiras bancárias, assinando todo e qualquer documento inerente a movimentações e operações financeiras de qualquer natureza, realizadas através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 16 – A aplicação dos recursos do Fundo, deliberada pelo CMDCA, deverá ser destinada para o financiamento de ações Governamentais e da Sociedade civil relativas a:

I - Desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 03 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, protocolos, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

V - Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

VI - Atender a todos os itens do Plano de Aplicação Financeira, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, resguardado o princípio de prioridade absoluta, que venham a atender a novas demandas;

VII - Financiar ações de proteção especial à criança e adolescente em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atenção das políticas sociais básicas;

VIII - Custear as despesas, aos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, priorizando os representantes da sociedade civil.

IX - Investimentos em adequação, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis privados para uso exclusivo da política da infância e da adolescência, regulamentada por resolução dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

X - Financiar políticas públicas, seminários, formações, cursos, conferências regionais e outras ações regionais de interesse dos demais conselhos municipais dos direitos da criança e adolescente do Estado.

XI - Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Parágrafo único. É vedado destinar recursos do Fundo para outras finalidades de forma contrária às deliberações do CMDCA, bem como não previstas na presente Lei e no Estatuto da Criança e do Adolescente, sob pena de responsabilização criminal e administrativa, conforme legislação vigente.

Art. 17 – Constitui receita do Fundo:

I - Destinações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;

II - Dotação configurada anualmente no Orçamento do Município;

III - Rendas adicionais que a Lei estabelecer no decurso de cada exercício;

IV - Doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e sociedade civil;

V - Remuneração oriunda de aplicações financeiras;

VI - Produto das aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

VII - Receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente e outras multas aplicadas pelo Poder Judiciário, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município;

VIII - Receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais e sociedade civil;

IX - Outras receitas legalmente constituídas.

X - Receitas provenientes de repasses oriundos do Poder Legislativo Municipal.

TÍTULO IV

DO CONSELHO TUTELAR

Art. 18 – O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 19 – A Lei Orçamentária Anual deverá prever dotação para o custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive, para as despesas com remuneração, formação continuada, aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis, pagamento de serviços de terceiros e encargos, diárias, material de consumo, passagens, adiantamentos para custeio de despesas emergenciais para atendimento a criança e ao adolescente e outras despesas, em conformidade com o artigo 134 e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e Artigo 4º da Resolução 170 do CONANDA.

Art. 20 – O Conselho Tutelar do Município de Araputanga/MT funcionará conforme o expediente do Paço Municipal, sem prejuízo das realizações de plantões em escala de revezamento.

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO, JORNADA, REMUNERAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

Art. 21 – O Conselho Tutelar é composto de 05 (cinco) membros titulares e seus respectivos suplentes, escolhidos pela comunidade local, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição.

§1º - Todos os candidatos que participarem do pleito e alcançarem os resultados mínimos, a partir do 6º (sexto) classificado, serão considerados suplentes.

§2º - Sempre que necessária à convocação de suplente, e se não houver nenhum na lista, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha para preencher o cargo vago e definir novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

§3º - Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de vacância, renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo.

Art. 22 – A jornada de trabalho do Conselheiro Tutelar é de 40 (quarenta) horas semanais.

§1º - No montante de horas que compõem a Jornada de Trabalho deve ser prevista a realização de sobreaviso.

§2º - A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício formal e concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Art. 23 – Fica garantido aos Conselheiros Tutelares, exercentes de funções de relevância pública mediante escolha popular, sem vínculo empregatício de qualquer natureza com a Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, os seguintes direitos, conforme Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e complementares estabelecidas nesta Lei:

I - Remuneração mensal no importe de R$ 1.576,56 (mil e quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), sendo o valor reajustado na mesma data e com o mesmo índice utilizado aos servidores públicos municipais de Araputanga/MT.

II - Cobertura previdenciária;

III - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - Licença-maternidade;

V - Licença-paternidade;

VI - Gratificação natalina;

Art. 24 – Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo de outras atribuições definidas no Regimento Interno do Conselho:

I - Fiscalizar as entidades governamentais e da sociedade civil referidas no art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

II - Zelar pelo efetivo atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Parágrafo único: O Conselho Tutelar exercerá exclusivamente as atribuições previstas na Lei nº 8.069, de 1990, não podendo ser criadas novas atribuições por ato de quaisquer outras autoridades do Poder Judiciário, Ministério Público, do Poder Legislativo ou do Poder Executivo Municipal, Estadual ou do Distrito Federal.

Art. 25 - O Conselho Tutelar atuará, obrigatoriamente, de forma colegiada, para referendar as medidas aplicadas às crianças, adolescentes e aos seus pais ou responsáveis, proferindo decisões por maioria de seus membros.

Art. 26 – É vedado aos membros do Conselho Tutelar:

I - Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II - Exercer atividade no horário fixado na Lei Municipal para o funcionamento do Conselho Tutelar ou de seu sobreaviso;

III - Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

IV - Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

V - Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VI - Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

VII - Valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VIII - Receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

IX - Proceder de forma desidiosa;

X - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

XI - Exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas, nos termos previstos na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965;

XII - Deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990 e cumprir as deliberações colegiadas.

XIII - Descumprir os deveres funcionais mencionados no art. 21, parágrafo segundo desta lei;

XIV – Utilizar dos veículos ou quaisquer bens de propriedade do Município em proveito próprio.

SEÇÃO I

DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS E DOS REQUISITOS

Art. 27 – Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente definir a forma de escolha e de registro das candidaturas, o prazo para impugnações, proclamar os resultados e dar posse aos escolhidos, tudo com ampla publicidade.

Parágrafo único: Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente, obrigatoriamente, com antecedência de no mínimo seis meses da data do posse dos Conselheiros Tutelares, publicar o edital do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observadas as disposições contidas na Lei 8069/90 e legislações correlatas.

Art. 28 – O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será composto das seguintes etapas:

I - Inscrição dos candidatos;

II - Prova escrita de caráter classificatório e eliminatório aferindo o conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de Informática;

III - Votação.

Parágrafo único: As etapas previstas nos incisos acima poderão ser delegadas a uma Comissão especialmente designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 29 – A Comissão Especial Organizadora do Processo de Escolha responsável pela coordenação dos trabalhos relativos ao Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares será composta por 04 (quatro) membros, sendo:

I - 02 (dois) indicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando o Governo;

II - 02 (dois) indicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando a sociedade civil;

Art. 30 – São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral comprovada através de certidão negativa de antecedentes criminais;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no Município comprovado através do título de eleitor registrado na Comarca de Araputanga/MT;

IV - atuação profissional, acadêmica ou voluntária com a promoção, proteção e/ou defesa da criança ou adolescente, comprovada mediante documento oficial que confirme a relação de trabalho ou voluntariado;

V – Ensino médio completo.

Art. 31 – Serão previstos no edital do processo de escolha as demais condições para inscrições, impugnações, prazos e outros procedimentos necessários ao andamento do certame, após aprovação pela Plenária do CMDCA.

Art. 32 - Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da votação, publicando a listagem correspondente no site oficial do Município e em jornal de circulação no Município.

Art. 33 - O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente empossará os Conselheiros Tutelares eleitos no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao do processo de escolha em ato contínuo ao término do mandato dos seus antecessores.

SEÇÃO II

DO MANDATO

Art. 34 - O mandato do Conselheiro Tutelar será de 04 (quatro) anos, permitida recondução.

Art. 35 - O Conselheiro Tutelar, a qualquer tempo, pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de comprovado descumprimento de suas atribuições, prática de atos considerados ilícitos, ou comprovada conduta incompatível com a confiança e outorga pela comunidade.

Parágrafo único: A perda do mandato será decretada por ato do Prefeito Municipal, após deliberação neste sentido, pela maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 36 – Ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o CMDCA convocará o suplente para o preenchimento da vaga.

Art. 37 – A vacância da função de Conselheiro Tutelar decorrerá de:

I - Renúncia;

II - Posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública remunerada;

III - Aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

IV - Falecimento;

V - Condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

VI - Mudança de município.

Parágrafo único: Nos casos de vacância, o suplente assumirá em caráter definitivo ou renunciará à vaga.

Art. 38 – Os Conselheiros Tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão.

§1º - No caso da inexistência de suplentes, caberá ao CMDCA realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas.

§2º - A homologação da candidatura de membros do Conselho Tutelar a cargos eletivos, exceto ao cargo de Conselheiro Tutelar, implicará a perda de mandato por incompatibilidade com o exercício da função, devendo o mesmo desincompatibilizar-se de sua função como Conselheiro Tutelar até o primeiro dia útil do ato de homologação da mesma.

Art. 39 – O Conselheiro Tutelar estará sujeito às normas previstas nas Leis Municipais que tratam dos deveres e obrigações dos demais servidores públicos, bem como aos processos administrativos disciplinares e suas sanções.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 – Os casos omissos deverão ser resolvidos pelas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90 e demais legislações, através das resoluções emanadas pelo CMDCA.

Art. 41 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 175/1993 e suas alterações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos doze (12) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
ERRATA: PORTARIA N.º 206/2019

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 051, 052, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 060/2019, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS E NA FROTA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão nº 013/2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2019 - A VEIGA MEIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 09.378.429/0001-91.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2019 - DIEGO SILVA PETINI – ME, inscrita no CNPJ nº 26.599.382/0001-05.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2019 - DUPLA POTÊNCIA RECUPERADORA DE MÁQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.301.657/0001-87.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2019 - ELIAS D.C AUTO ELÉTRICA - ME, inscrita no CNPJ nº 18.005.516/0001-94.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2019 - F.O DE LIMA - ME, inscrita no CNPJ nº 14.475.171/0001-81.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2019 - KAKA PEÇAS E ACESSORIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.443.169/0001-32.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2019 - K.S DOS SANTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 13.756.601/0001-70.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2019 - P.S. FABRE & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 09.054.991/0001-60.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2019 - Wilhen C. Moretti & Moretti LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 37.460.987/0001-37.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2019 - WR MOTOCENTER LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.895.700/0001-48.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Célio Márcio Figueiro Torres - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Sr. Célio Márcio Figueiro Torres - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

Sr. Ronaldo Edson Schiavinato - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO – SETOR DE TRIBUTOS.

Sr. Rosiron Rodrigues Guimarães – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Sr. João Andrade Junior - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE ESPORTES.

Sra. Maria de Fátima Neves - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2019 - A VEIGA MEIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 09.378.429/0001-91.

Sr. Onivaldo Candido de Jesus - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Sr. Jeyksi Jhonis da Silva - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Sr. Francisco Tiburcio de Carvalho - Responsável pelos objetos requisitados da OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Sr. Leandro da Rocha de Souza - Responsável pelos objetos requisitados da OBRAS E INFRAESTRUTURA - SMAE.

Sr. João Pereira de Lima - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dez (10) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.972/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROGREDIR, o funcionário Sr. **ANTONIO ROMILDO ALVES DE ABREU**, portador da Cédula de identidade RG n° 1.127.891 SSP/CE e inscrito no CPF sob o n° 490.122.151-53, ocupante do cargo de carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** do **Nível 14**, para o **Nível 15,** *lotado na Secretaria Municipal de Saúde***,** a partir do dia 05/06/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2019.



JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.970/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **MARIA APARECIDA DE SOUZA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 981.959 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o n°.650.920.231-04, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01,** a partir do dia 03/06/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2. 019.



JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.969/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

DESIGNAR, o funcionário efetivo Sr. **ISÍDIO VALADARES DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 135.674 SSP/MS e inscrito no CPF sob o nº 273.418.101-06, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"B",** Nível **3,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes na E.M. Professor Jari Edgar Zambiasi, em substituição a professora Benedita Ximenes dos Santos, que se encontra de Licença Premio, no período de 03/06/2019 a 31/08/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2019.



JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

COORDENADORIA DE ADM
DÉCIMO QUINTO ADITIVO Nº. 305/2019

AO CONTRATO Nº 192/2016; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVÊNIO Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO; **MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME;** ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÂO 12/06/2019 A 11/08/2019; BUEIRO MILANE - BSCC 2,0 X 2,0M.

COORDENADORIA DE ADM
DÉCIMO QUINTO ADITIVO Nº. 304/2019

AO CONTRATO Nº 191/2016; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVÊNIO Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO; **MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME;** ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÂO 12/06/2019 A 11/08/2019; BUEIRO ZÉ CORREIA - BSCC 2,0 X 2,0M.

COORDENADORIA DE ADM
DÉCIMO QUINTO ADITIVO Nº. 302/2019

AO CONTRATO Nº 189/2016; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVÊNIO Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO; **MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME;** ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÂO 12/06/2019 A 11/08/2019; BUEIRO CÓRREGO DO GOIANO - BSCC 2,50 X 2,50M.

COORDENADORIA DE ADM
DÉCIMO QUINTO ADITIVO Nº. 301/2019

AO CONTRATO Nº 188/2016; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVÊNIO Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO; **MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME;** ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÂO 12/06/2019 A 11/08/2019; BUEIRO D. NAIR TOCHEN - BSCC 2,50 X 2,50M.

COORDENADORIA DE ADM
DÉCIMO QUINTO ADITIVO Nº. 300/2019

AO CONTRATO Nº 187/2016; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO

EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVÊNIO Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO; **MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME;** ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÂO 12/06/2019 A 11/08/2019; BUEIRO CÓRREGO DO JUAREZ - BSCC 2,0 X 2,0M.

COORDENADORIA DE ADM
DÉCIMO QUINTO ADITIVO Nº. 299/2019

AO CONTRATO Nº 186/2016; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVÊNIO Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO; **MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME;** ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÂO 12/06/2019 A 11/08/2019; BUEIRO SÍTIO SÃO MARCOS - BSCC 2,0 X 2,0M.

COORDENADORIA DE ADM
DÉCIMO QUINTO ADITIVO Nº. 298/2019

AO CONTRATO Nº 185/2016; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVÊNIO Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO; **MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME;** ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÂO 12/06/2019 A 11/08/2019; BUEIRO LAMOM - BSCC 2,0 X 2,0M.

COORDENADORIA DE ADM
DÉCIMO QUINTO ADITIVO Nº. 297/2019

AO CONTRATO Nº 184/2016; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVÊNIO Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO; MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÂO 12/06/2019 A 11/08/2019; BUEIRO CÓRREGO EDUARDO VALADARES-BSCC 1,50X 1,50M.

COORDENADORIA DE ADM
DÉCIMO PRIMEIRO ADITIVO Nº. 303/2019

AO CONTRATO Nº 190/2016; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVÊNIO Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO; MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÂO 12/07/2019 A 11/10/2019; BUEIRO ZÉ DO TORNO - BSCC 2,0 X 2,0M.

COORDENADORIA DE ADM
DÉCIMO PRIMEIRO ADITIVO Nº. 296/2019

AO CONTRATO Nº 183/2016; CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DE BUEIRO EM CÓRREGO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO EM ANEXO, REFERENTE CONVÊNIO Nº 816327/2015, CONTRATO DE REPASSE Nº 1022777-99/2015 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO; MC TERRAPLANAGEM, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÂO 12/07/2019 A 11/10/2019; BUEIRO CÓRREGO JOÃO PEZÃO - BSCC 2,50 X 2,50M.

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 030/2019

Aos **doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **CLIMAR LOCACOES EIRELI,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **14.887.904.0001.95**, com sede na Rua Um, s/nº., – Bairro: Distrito Anezio Pereira de Oliveira, Rondonópolis, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.721-812, Telefone: (066) 3421-1095, e-mail: climar.mt@gmail.com, representada pela sua proprietária Srª. **Lucia Maria Sousa Rodrigues**, portadora do RG Nº.11817720 SEJUSP/MT e CPF Nº. 828.336.211-91, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL UNIT.
1	693649	LOCACAO DE BANHEIROS STANDARTS E PNES 06 CABINES SANITÁRIA QUIMICA, INDIVIDUAL E PORTATIL STANDART, EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVACAO OU ATE MESMO NOVA, CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVAVEL, COM TETO TRANSLUCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILACAO, TRAVA INTERNA DE SEGURANCA, RESISTENTE A VIOLACAO E COM INDICACAO "LIVRE / OCUPADO", CONTENDO VASO SANITARIO (TANQUE DE DEJETOS COM DESCARGA), MICTORIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE: 2,00 METROS DE ALTURA INTERIOR, 1,20 METROS DE LARGURA INTERIOR, 1,20 DE PROFUNDIDADE E 0,50 METROS DE ALTURA DO ASSENTO, COM ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180°, VOL. DO TANQUE 220 LITROS, ABASTECIDO DIARIAMENTE COM PAPEL HIGIENICO. 02 CABINES SANITARIA QUIMICA, INDIVIDUAL E PORTATIL PNE, EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVACAO OU ATE MESMO NOVA, MODELO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE), CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVAVEL, COM TETO TRANSLUCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILACAO, TRAVA INTERNA DE SEGURANCA, RESISTENTE A VIOLACAO E COM INDICACAO "LIVRE / OCUPADO", CABIDE PARA BOLSA / CASACO, CONTENDO VASO SANITARIO (TANQUE SIMPLES DE DEJETOS), MEDINDO APROXIMADAMENTE: 2,00 METROS DE ALTURA INTERIOR, 1,20 METROS DE LARGURA INTERIOR, 1,20 DE PROFUNDIDADE E 0,50 METROS DE ALTURA DO ASSENTO, COM ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180° E RAMPA DE ACESSO. EVENTO DE DOIS DIAS.	UN	8	8.950,00	71.600,00
2	693650	LOCACAO DE BANHEIROS STANDARTS E PNES E TENDAS 10 CABINES SANITARIA QUIMICA, INDIVIDUAL E PORTATIL STANDART, EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVACAO OU ATE MESMO NOVA, CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVAVEL, COM TETO TRANSLUCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILACAO, TRAVA INTERNA DE SEGURANCA, RESISTENTE A VIOLACAO E COM INDICACAO "LIVRE / OCUPADO", CONTENDO VASO SANITARIO (TANQUE DE DEJETOS COM DESCARGA), MICTORIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE: 2,00 METROS DE ALTURA INTERIOR, 1,20 METROS DE LARGURA INTERIOR, 1,20 DE PROFUNDIDADE E 0,50 METROS DE ALTURA DO ASSENTO, COM ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180°, VOL. DO TANQUE 220 LITROS, ABASTECIDO DIARIAMENTE COM PAPEL HIGIENICO. 02 CABINES SANITARIA QUIMICA, INDIVIDUAL E PORTATIL PNE, EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVACAO OU ATE MESMO NOVA, MODELO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE), CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVAVEL, COM TETO TRANSLUCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILACAO, TRAVA INTERNA DE SEGURANCA, RESISTENTE A VIOLACAO E COM INDICACAO "LIVRE / OCUPADO", CABIDE PARA BOLSA / CASACO, CONTENDO VASO SANITARIO (TANQUE SIMPLES DE DEJETOS), MEDINDO APROXIMADAMENTE: 2,00 METROS DE ALTURA INTERIOR, 1,20 METROS DE LARGURA INTERIOR, 1,20 DE PROFUNDIDADE E 0,50 METROS DE ALTURA DO ASSENTO, COM ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180° E RAMPA DE ACESSO. EVENTO DE DOIS DIAS.LOCACAO DE 10 TENDAS EM LONA BRANCA, FORMATO PIRAMIDE, MEDINDO 5MX5M (ESTRUTURA + COBERTURA), MEDINDO NO MINIMO 5MX5M. LOCACAO DE 02 TENDAS EM LONA BRANCA, FORMATO PIRAMIDE, MEDINDO 10MX10M (ESTRUTURA + COBERTURA), MEDINDO NO MINIMO 10MX10M. EVENTO DE TRES DIAS	UN	6	16.950,00	101.700,00
3	693648	LOCACAO DE BANHEIROS STANDARTS E PNES, 06 CABINES SANITARIA QUIMICA, INDIVIDUAL E PORTATIL STANDART, EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVACAO OU ATE MESMO NOVA, CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVAVEL, COM TETO TRANSLUCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILACAO, TRAVA INTERNA DE SEGURANCA, RESISTENTE A VIOLACAO E COM INDICACAO "LIVRE / OCUPADO", CONTENDO VASO SANITARIO (TANQUE DE DEJETOS COM DESCARGA), MICTORIO, MEDINDO APROXIMADAMENTE: 2,00 METROS DE ALTURA INTERIOR, 1,20 METROS DE LARGURA INTERIOR, 1,20 DE PROFUNDIDADE E 0,50 METROS DE ALTURA DO ASSENTO, COM ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180°, VOL. DO TANQUE 220 LITROS, ABASTECIDO DIARIAMENTE COM PAPEL HIGIENICO. 02 CABINES SANITARIA QUIMICA, INDIVIDUAL E PORTATIL PNE, EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVACAO OU ATE MESMO NOVA, MODELO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE), CONFECCIONADA EM POLIETILENO EM ALTA DENSIDADE, RESISTENTE E TOTALMENTE LAVAVEL, COM TETO TRANSLUCIDO, PISO ANTIDERRAPANTE, JANELAS DE VENTILACAO, TRAVA INTERNA DE SEGURANCA, RESISTENTE A VIOLACAO E COM INDICACAO "LIVRE / OCUPADO", CABIDE PARA BOLSA / CASACO, CONTENDO VASO SANITARIO (TANQUE SIMPLES DE DEJETOS), MEDINDO APROXIMADAMENTE: 2,00 METROS DE ALTURA INTERIOR, 1,20 METROS DE LARGURA INTERIOR, 1,20 DE PROFUNDIDADE E 0,50 METROS DE ALTURA DO ASSENTO, COM ABERTURA DA PORTA EM APROXIMADAMENTE 180° E RAMPA DE ACESSO. EVENTO DE UM DIA	UN	5	7.900,00	39.500,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) *quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;*

b) *quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;*

c) *em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;*

d) *os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;*

e) *por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;*

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, desde que autorizada pela Administração, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 12 de junho de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

CLIMAR LOCACOES EIRELI

CNPJ nº 10.545.758.0001/69

Lucia Maria Sousa Rodrigues

CPF nº. 828.336.211-91

Testemunhas:

Rejane Lina de Oliveira Luciene Souza da Silva

CPF Nº 537.872.851-72 CPF Nº 978.869.121-87

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 030/2019

Aos **doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **J. D. A. FERREIRA-ME,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **10.545.758.0001/69**, com sede na Rua Paraíba, nº. 199, – Bairro: Centro, Poxoréu, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.800-000, Telefone: (066) 3436-2432, e-mail: overnight.som@hotmail.com, representada pelo seu proprietário Sr. **João Donizete Augusto Ferreira**, portador do RG Nº.0953767-8 SSP/MT e CPF Nº. 535.877.741-53, *nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da* ***Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável****, e em conformidade com as disposições a seguir.*

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL UNIT.
1	693644	CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE SOM E LUZ ATE 5.000 PESSOAS EQUIPAMENTOS DE P.A. 12 CAIXAS DE SUBGRAVE/DUPLA FALANTE DE 18 POLEGADAS 12	UN	12	7.200,00	86.400,00

		CAIXAS DE MEDIO GRAVE/DUPLA 12 POLEGADAS, DRIVES/NEO DIMIUM/TITANEO MESA SOM P.A: /LS9, M7 CL, OU SIMILAR.EQUIPAMENTOS DE PALCO: SIDE FEEL DUPLO 3 VIAS OU QUATRO VIAS, OU ATIVO.MESA SOM PALCO /LS9, M7 CL, OU SIMILAR. AMPLIFICADORES PARA CAIXAS MULTICABOS: 50 METROS PARA P.A. E 5 METROS PARA PALCO COM 48 VIAS SPLITADO RETORNO DE PALCO: 4 CAIXAS DE RETORNO MODELO SM 15/400 OU SM/400 AMPLIFICADORES DE CONTRABAIXO: METEORO, HART, GK 800 AUTO FALANTES DE 1X15, 2X10, OU 4X10. CABECOTES: 800 WATTS AMPLIFICADORES DE GUITARRA: FENDER, MARSHALL, METEORO AUTO FALANTES 2X12. BATERIA: CORPO DE BATERIA. MARCAS TAMA, PEARL, YAMAHA, MAPEX 2 PRATICAVEIS.3 CABOS P10 PARA INSTRUMENTOS PEDESTAIS: 15 PEDESTAIS PARA MICROFONES: 10 LONGOS E 5 CURTOS, 6 GARRAS DE MICROFONES MICROFONES: 20 UNIDADES. (2 SEM FIO) MARCAS SHURE, SEINHEISER OU AKAG OBS: NÃO SERÃO ACEITAS AS MARCAS: LESSOM, BERINGER GUIAS DE MONITOR: 2 POWER PLAY DE 8 VIAS. 20 CABOS DE FONE, 20 FONES KOSS, OU ACAG MULTIVIAS: 2 UNIDADES DE 12 CANAIS 15 METROS 40 CABOS DE 10 METROS PARA MICROFONE 15 CABOS DE 5 METROS PARA INSTRUMENTOS 15 DIRECTBOX 10 REGUAS DAC COMUNICACAO: PALCO E P.A. (INDISPENSAVEL) ILUMINACAO 70 MTS DE TRELICAS Q30, 12 LAMPADAS PAR 64 FOCO 5, 4 MINIBRUTS 2 STROBO ATOMIC 3000 WATTS, 2 ELYPSOM 700 WATTS, 12 CANAIS DE DIMMER,10 CANHAO DE LEDS 3 WATTS, 8 MOVING BEAN 200, MESA DE ILUMINACAO: DMX 12 APARELHOS, CABEAMENTO COMPLETO DE ENERGIA PARA ILUMINACAO.				
2	693645	CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE SOM E LUZ PARA ATE 2.000 PESSOAS, EQUIPAMENTOS DE P.A., 8 CAIXAS DE SUBGRAVE/DUPLA FALANTE DE 18 POLEGADAS, 8 CAIXAS DE MEDIO GRAVE/DUPLA 12 POLEGADAS, DRIVES/NEO DIMIUM/TITANEO MESA SOM P.A.: DIG ITAL 32 CANAIS/LS9, 01V, OU SIMILAR, ANALOGICA 32 CANAIS COM 6 VIAS AUXILIARES; EQUIPAMENTOS DE PALCO: AMPLIFICADORES PARA CAIXAS: 1 UNIDADES DE 8000 WATTS PARA GRAVE, 1 UNIDADES DE 3000 WATTS PARA MEDIO E 1 UNIDADES DE 1000 WATTS PARA TITANIO OU NEO DIMIUM. PROCESSADOR P.A: 1 UNIDADES DBX, XTA, CLAKEN.RETORNO DE PALCO: 2 CAIXAS DE RETORNO E 1 AMPLIFICADORES DE 4000 WATTS; BATERIA: CORPO DE BATERIA. 1 PRATICAVEL. PEDESTAIS: 4 PEDESTAIS PARA MICROFONES: 4 GARRAS DE MICROFONES MICROFONES: 6 UNIDADES. (2 SEM FIO) OBS: NAO SERAO ACEITAS AS MARCAS: LESSOM, BERINGER GUIAS DE MONITOR: 1 POWER PLAY DE 4 VIAS. 6 CABOS DE FONE, 5 FONES KOSS, OU AKG MULTIVIAS: 1 UNIDADES DE 12 CANAIS 15 METROS 10 CABOS DE 10 METROS PARA MICROFONE 7 CABOS DE 5 METROS PARA INSTRUMENTOS, 6 DIRECTBOX, 6 REGUAS DAC ILUMINACAO, 8 CANHAO PAR 64 FOCO 5,4 CANHAO DE LED, 6 CANAIS DE DIMMER, 1 MEMPOWER DE A.C, 2 MOVIES BEAM 200, MESA DE ILUMINACAO: DMX 12 APARELHOS, CABEAMENTO COMPLETO DE ENERGIA PARA ILUMINACAO.	UN	5	5.500,00	27.500,00
3	693654	LOCACAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL ELETRICO DO TIPO TILA DE PROJECAO, TELAO, EM ESTRUTURA DE GRID BOX TRUSS DE ALUMINIO, MEDINDO 4,00X3,00M, PAINEL DE LEDS P10.	UN	13	4.300,00	55.900,00
4	693647	LOCACAO DE ILUMINACAO PARA EVENTOS DE ATE 2.000 PESSOAS, INCLUINDO 04 MOVIES BEAM 200, COM MESA DMX PARA CONTROLE DOS MESMOS, 10 REFLETORES PAR 64 OU PAR 56, 04 MINI BRUTT DUPLO, 16 METROS DE TRELICA, COM 02 BASES, 02 SLEVE BLOOK.	UN	5	2.500,00	12.500,00
5	693653	LOCACAO DE PALCO, SENDO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E ESPACO EM GERAL DO TIPO PALCO COM ESTRUTURA METALICA TUBULAR, MEDINDO 10X8 (80M²), PE DIREITO DE NO MINIMO 7M, DE ALTURA DO PISO AO CHAO, TRELICAS DE ALUMINIO REFORCADOQ30, COBERTURA EM TOLDO ESTILO DUAS AGUAS, FECHAMENTO LATERAL E FUNDO COM SOMBRITE, COM PISO COMPENSADO NAVAL COM 1,60 METROS DE ALTURA, TOTALMETE ESTAQUEADO, ESCADA DE ACESSO COM 1,50M LARGURA, COM INVESTIMENTOS LATERAIS E INFERIORES EM MADEIRETE PINTADO COM TINTA PVA LATEX.	UN	17	4.300,00	55.900,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) *quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;*

b) *quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;*

c) *em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;*

d) *os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;*

e) *por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;*

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, desde que autorizada pela Administração, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 12 de junho de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

J. D. A. FERREIRA-ME

CNPJ nº 10.545.758.0001/69

João Donizete Augusto Ferreira

CPF nº. 535.877.741-53

Testemunhas:

Rejane Lina de Oliveira Luciene Souza da Silva

CPF Nº 537.872.851-72 CPF Nº 978.869.121-87

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 030/2019

Aos **doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **CLEILTON DOS SANTOS DE MARAFIGO 00492740151,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **27.615.983.0001/27**, com sede na Rua 15 de Novembro, nº. 1.185, bairro: Cidade Alta, município de Aripuanã Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78. 325-000, Telefone: (066) 9 8118.0535, e-mail: cmusic.mt@gmail.com, representada por seu proprietário Sr. **Cleilton dos Santos de Marafigo** portador doRG 1565922-4 SSP/MT e CPF 004.924.401-51, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da **Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável**, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD	VALOR UNIT. REGISTRADO	VALOR TOTAL UNIT.
1	693646	CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICO DE SOM E LUZ PARA ATE 500 PESSOAS, 4 CAIXAS LAINE HAIR,CONTENDO 1X10 E 1 DRIVE COM 500 WATTS DE POTENCIA CADA CAIXA 4 CAIXAS DE SUBGRAVE CONTENDO 1 FALANTE DE 18 POLEGADAS AMPLIFICADORES PARA CAIXAS: 1 UNIDADES DE 6400 WATTS PARA GRAVE, 1 UNIDADES DE 3000 WATTS PARA MEDIO E 1UNIDADES DE 1000 WATTS PARA TITANIO OU NEO DIMIUM 4 PEDESTAIS DE CAIXAS 2 PEDESTAIS DE MICROFONES1 MESA DE 12 CANAIS 2 MICROFONES COM FIO, 2 MICROFONE SEM FIO CABEAMENTO COMPLETO PARA O SISTEMA	UN	57	1.400,00	79.800,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) *quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;*

b) *quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;*

c) *em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;*

d) *os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;*

e) *por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;*

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, desde que autorizada pela Administração, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 12 de junho de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

CLEILTON DOS SANTOS DE MARAFIGO 00492740151

CNPJ nº 27.615.983.0001/27

Cleilton dos Santos de Marafigo

CPF nº. 004.924.401-51

Testemunhas:

Rejane Lina de Oliveira Luciene Souza da Silva

CPF Nº 537.872.851-72 CPF Nº 978.869.121-87

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 030/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 030/2019, levado a efeito às **08h00min** do dia **06/06/2019** sagraram-se vencedoras: a empresa **CLEILTON DOS SANTOS DE MARAFIGO 00492740151** inscrita noCNPJ Nº. 27.615.983.0001/27 **vencedora de 1 item totalizando R$ 79.800,00**, e a empresa **CLIMAR LOCAÇÕES EIRELI** inscrita noCNPJ Nº. 14.887.904/0001-95 **vencedora de 03 itens totalizando R$ 212.800,00**, e a empresa **J. D. A. FERREIRA - ME** inscrita no CNPJ Nº. 10.545.758/0001-69 **vencedora de 05 itens totalizando R$ 238.200,00**. Restando o item 693651 DESERTO. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br**,** pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 12 de junho de 2019.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.985/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

DESIGNAR, a funcionária efetiva Sr.ª **MARY LUCIA DE OLIVEIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 966.370 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 786.070.941-49, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR CLASSE B, Nível 2,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes na C.E.I. Raio de Sol, em substituição da Professora Regiane Strelow Royer, que se encontra de atestado médico, no período de 1º/06/2019 a 13/06/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.984/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Servidora Srª. **JULIANA BUENO HENRIQUE,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 2351790-5 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 037.776.541-40, do cargo de Carreira de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SEDE DO MUNICÍPIO,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* a partir do dia 1º/06/2019, tornando sem efeito a Portaria n° 7.943/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.983/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

DESIGNAR, a funcionária efetiva Sr.ª **NELI MARIA CARDOSO SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 05773632-4 SESP/RJ e do CPF nº. 671.864.597-49, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR 3**, **CLASSE** "**B"**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 12 horas/aula excedentes na C.E.I. Raio de Sol, em virtude de falta de profissionais habilitados em Educação Física, no período de 1º/06/2019 a 21/12/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.982/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 88 § 2° da Lei Complementar n.º 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário, Sr. **MARCOS ANTONIO DE ARAUJO BEZERRA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 759.865 SSP/MT e do CPF nº. 503.848.131-00, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* **GRATIFICAÇÃO ADICIONAL** de 10% (dez por cento) incidente sobre a remuneração base a que percebe, a partir do dia 1º/06/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 10.981/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria **Nº. 8.732/2016**,a qual concede **GRATIFICAÇÃO ADICIONAL** de 10% (dez por cento) incidente sobre a remuneração base a que percebea funcionária Srª **JENIFFER THAIS LAYTER**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1609473-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 029.200.011-16, ocupante do cargo de carreira de **ENFERMEIRO,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde***, a qual foi transferida para funções administrativas na Vigilância Sanitária, a partir de 1º/06/2019**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.980/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 001/1999 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR ESTÁVEL, no serviço público municipal, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº. 001/1999 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aripuanã – MT, a funcionária Srª. **FERNANDA BORGES PELEGRINI,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 11.003.280-3 SSP/PR, e inscrita no CPF sob o nº. 070.862.439-14, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR, CLASSE B,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,*considerando a Avaliação Final do Estágio Probatório**,** a partir do dia 14/06/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.979/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido do Secretário o Sr. **CAIO HENRIQUE PORTILHO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2284785-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 040.537.081-41, para exercer o Cargo em Comissão deCoordenador de Administração Hospitalar **- COOADHO,** Nível **DAS-04***, lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* a partir do dia 10/06/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.978/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido do Secretário a Srª. **BENARDETE MARIA DE SOUZA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 4.889.570-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 524.685.429-91, ocupante do cargo de Carreira de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* para exercer oCargo em Comissão deDireção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Abastecimento - DEABS***,* a partir do dia 10/06/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.977/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do Secretário a Srª. **BENARDETE MARIA DE SOUZA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 4.889.570-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 524.685.429-91, do Cargo em Comissão de-Coordenador de Administração Hospitalar **- COOADHO, Nível DAS-04***,* a partir do dia 10/06/2019, tornando sem efeito a Portaria n° 6.285/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.976/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Servidora Srª. **ELISANGELA ROCHA DA SILVA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000.651.668 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 001.383.301-40, do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO - PCCS EDUC.: CONSELVAN***, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* a partir do dia 03/06/2019, tornando sem efeito a Portaria n° 9.607/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.975/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROGREDIR, o funcionário Sr. **CELESTINO BATISTA PANHO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 384.625 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº. 388.434.989-91, ocupante do Cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR,** do **Nível 02**, para o **Nível 03,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura***,** a partir do dia 03/06/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.974/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROGREDIR, o funcionário Sr. **CELESTINO BATISTA PANHO**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 384.625 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº. 388.434.989-91, ocupante do Cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR,** do **Nível 01**, para o **Nível 02,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura***,** a partir do dia 03/06/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.973/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROGREDIR, a funcionária Sr.ª **WILSELENE JOSÉ MENEZES LOPES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 922.846 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 538.035.901-91, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** do **Nível 12**, para o **Nível 13,** *lotada na Secretaria Municipal de Finanças***,** a partir do dia 03/06/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 10.971/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **JOSEFA MARINHO DE CENA SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000.825.942 SSP/RO, e inscrita no CPF sob o nº. 803.585.782-72*,* ocupante do cargo de Carreira de **ZELADOR NÃO PROFISSIONALIZADO,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-01,** a partir do dia 03/06/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de junho de 2. 019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 069/2015

CONCORRENCIA PUBLICA 03/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03. 507.522/0001-72

Contratado: COEL COMPANHIA DE OBRAS E ENGENHARIA EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º: 03. 571.257/0001-91

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco dias), devido ao término do prazo do contrato principal que tem por objeto a EXECUÇAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES-MT

Vigência: 17/05/2019 á 17/05/2020

Responsável Jurídico: Saulo Almeida Alves

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PORTARIA Nº. 157/2019 - "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES PARA O SERVIDOR ISAC LIMA DA CRUZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

"Dispõe sobre a concessão de Licença sem remuneração para Tratar de Assuntos Particulares para o servidor ISAC LIMA DA CRUZ, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, senhor **RONALDO ROSA DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 109, inciso V;

Considerando o requerimento da Servidora:

RESOLVE:

Art. 1º Concede Licença para Tratar de Assuntos Particulares o servidor ***ISAC LIMA DA CRUZ, Vigilante noturno***, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a partir do dia 06 de junho de 2.019 a 06 de junho de 2. 021.

Art. 2º Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 06 de junho de 2019.

Bom Jesus do Araguaia, 06 de junho de 2.019.

RONALDO ROSA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 158/2019 - "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA SENHORA LAZARA MARIA PEREIRA DA SILVA PROFESSORA LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

"Dispõe sobre a Exoneração a Servidora aposentada senhora LAZARA MARIA PEREIRA DA SILVA professora lotada na Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências".

RONALDO ROSA DE OLIVEIRA, Prefeito Interino do Município de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso e de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 109, inciso V;**Considerando** art. 34, inciso VI da Lei Complementar Nº022/2011 de 27 abril de 2011, que disciplina o plano de cargo carreiras e Salários da categoria a qual a referida servidora é lotada.Ao se aposentar o servidor extingue o vínculo jurídico adquirido através de concurso público de provas ou de provas e títulos com a administração pública, passando para a inatividade, sendo vedada a continuidade no serviço público junto ao cargo ao qual ocupava, exceto nos casos descritos, explicitados e excetuados pelo § 10 do art. 37 da Constituição Federal,**Art.34 A vacância do cargo público decorrerá de:VI – Aposentadoria**Conforme entendimento já firmado pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, junto a Resolução de Consulta nº. 15/2018 – TP, originária do Processo nº. 24.762-6/2017, julgada em 30/10/2018, a aposentadoria seja ela voluntária ou compulsória, coloca termo e extingue o vínculo jurídico de trabalho com a Administração, acarretando vacância do Cargo ao qual era vinculado o servidor que passará a inatividade.**RESOLVE**:**Art. 1º** Fica Exonerado do cargo a servidora aposentada **LAZARA MARIA PEREIRA DA SILVA**, professora lotada na secretaria de Educação Municipal Básica.**Art. 2º** Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Araguaia, 12 de junho de 2.019.

RONALDO ROSA DE OLIVEIRAPrefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO – HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 29/2019 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de kit de escovação e modelo Anatômico Humano-boca para atender as necessidades da equipe de saúde bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres.

EMPRESAS VENCEDORAS:

N. C. CARVALHO EIRELI - CNPJ 04.745.673/0001-21, perfazendo um total de R$3.999,80 (três mil e novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos);

GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI - CNPJ 15.250.965/0001-00, perfazendo um total de R$106.500,00 (cento e seis mil e quinhentos reais);

Valor total do Processo R$ 110.499,80 (cento e dez mil e quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos)

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentais.org.br/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 12 de junho de 2019.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 025/2019

CONTRATO 069/2019 - SMS

CONTRATO Nº 069/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO*-

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhor **BERTHO BURGOS SAUCEDO**, Brasileiro, Casado, Residente e Domiciliado na Rua das Maravilhas, N° 316, Cavalhada , em Cáceres-MT, portador do RG n° V136109-8 BOL e CPF nº 650.115.031-00, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005.

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial, **BERTHO BURGOS SAUCEDO** no cargo de Médico Clínico Geral, em regime de plantonista (20 horas) semanais, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **01 de Junho 2019 e término em 30 de Novembro 2019.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.315,16 (dois mil trezentos e quinze reais e dezesseis centavos) mensais, acrescido de produtividade médica na forma da Lei Municipal 2.717 de 24 de dezembro de 2018 e Decreto N°183 de 29 de março de 2019

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª – O contratado fica comprometido a cumprir o prazo legal do contrato, caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser solicitado no mínimo 15 (quinze) dias com antecedência, para as devidas providencias.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 7ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 8ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 11ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020602	10.302.1002.2041	3.1.90.04	114

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 01 de Junho de 2019.

_____

BERTHO BURGOS SAUCEDO

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

_____

_____

CPF nº

PORTARIA Nº. 254 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 10.456 de 11 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Nomear a servidora **GISLAINE MONTEIRO CLAUDINO,** como Presidente da **Comissão Permanente de Sindicância Administrativa**, em substituição à titular **Elivania Martins de Souza**, que se encontra em gozo de férias no período de 10 de junho a 09 de julho de 2019, destinada a apurar as irregularidades narradas em processos e documentos da Prefeitura Municipal de Cáceres.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de junho de 2019.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

Afixado em: 11.06.19

PORTARIA Nº 238 DE 06 DE JUNHO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 9.915 de 06 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
Carmelita Fátima Lacerda Silva	2012/2017	03.06.19 a 02.09.19
Cátia Virgínia Weber de Oliveira	2011/2016	03.06.19 a 02.09.19
Silvia Roberta Pereira de Jesus Ortiz	2012/2017	06.06.19 a 05.09.19

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de junho de 2019.

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 06.06.19

LEI Nº 2.761, DE 12 DE JUNHO DE 2019

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Administração e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Art. 2º O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á a cobrir despesas da Secretaria Municipal Administração pelas inclusões de **categoria econômica,** grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	04 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade:	01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Funcão:	04 – Administração
Subfunção:	122 – Administração Geral
Programa:	1007 – GESTAO DE EXCELENCIA
Proj/Atividade:	**2.018 – MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO**

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor R$
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	(300) Recursos Ordinários	800.000,00

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1o serão cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior:

Art. 4º A inclusão de Projeto Atividade, Categoria Econômica, Grupo e Modalidade de Aplicação, contida nesta Lei, o Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.720, de 24 de dezembro de 2018-LOA/2019, Lei nº 2.676, de 30 de Julho de 2018-LDO/2019 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 12 de junho de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 2018/003 – EDITAL COMPLEMENTAR Nº 18/2019 DE 12 DE JUNHO DE 2019

A Prefeitura de Cáceres/MT, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Comissão do Processo Seletivo Simplificado 2018/003, designada através das Portarias nº 152/2018 e 129/2018. Considerando o Edital 01/2018 de abertura do Processo Seletivo Simplificado para atender a necessidade temporária de excepcional de interesse público da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT. Informa a convocação do candidato/a classificado/a no Processo Seletivo Simplificado 2018/003,

Convocação do Candidato Classificado Seletivo Simplificado 2018/003, abaixo citado. Considerando que o candidato classificado deverá comparecer a esta Secretaria para entrega de documentação para compor o quadro de vagas na data de 13, 14 e/ou 17/06/2019.

CANDIDATO CONVOCADO

Cargo: Auxiliar de Cuidador		
Ordem	**Nome**	**RG**
38	Maria Aparecida de Oliveira	767413

Isso é que nos cabe informar

Comissão do Processo Seletivo Simplificado 2018/003

Higor Fauber Lemes de Oliveira

Patrícia da Silva Araújo

Cristiane Malho Abbade Gouveia Sebastião

Cáceres/MT, 12 de junho de 2019

Eliane Batista

Secretária Mun. de Assistência Social

PORTARIA Nº. 255 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta Processo submetido ao Memorando nº 10.471 de 11 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **LUMENA BESSON BISSI,** lotados na Secretaria de Infraestrutura e Logística, como responsáveis pela fiscalização da execução das obras e **ANDRÉ FELIPE CAMPOS ARTIAGA**, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
104/2019	M.DUARTE EZIDORO CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS	Contratação de empresa especializada em engenharia visando execução e obras de construção dos Sanitários de uso público da Prefeitura Municipal de Cáceres, MT e a instalação de um reservatório externo metálico, tipo taça, de acordo com Projeto Executivo de Arquitetura, Especificações Técnicas, Planilhas, Cronograma Físico-Financeiro, Resumo do Orçamento, Memorial de Cálculo, BDI e pelas condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e no presente Contrato Administrativo.	06/06/19	180 dias

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Finanças e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pelas fiscalizações, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de junho de 2019.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Afixado em: 11.06.19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 8.340 12 DE JUNHO DE 2019.

*"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL DA SERVIDORA **LUCIMAR BORGES DE LIMA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da própria servidora, protocolado em 12 de junho de 2019 e Parecer Técnico nº 004/2019 de 12 de junho de 2019.

RESOLVE:

I – Efetuar Progressão Horizontal da servidora ***LUCIMAR BORGES DE LIMA*** efetiva no cargo de **Assistente Administrativo** junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, da **Classe "C" Nível "09"** paraa **Classe "D" Nível"09"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de 12 de junho de 2019, revogadas as disposições em contrário.

.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 12 de junho de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 8.338 12 DE JUNHO DE 2019.

*"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL DA SERVIDORA **CORACI ANTONIA DA COSTA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da própria servidora, protocolado em 28 de maio de 2019 e Parecer Técnico nº 010/2019 de 12 de maio de 2019.

RESOLVE:

I – Efetuar Progressão Horizontal da servidora ***CORACI ANTONIA DA COSTA*** efetiva no cargo de **Agente de Limpeza** junto a Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe "B" Nível "07"** paraa **Classe "C" Nível"07"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de 12 de junho de 2019, revogadas as disposições em contrário.

.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 12 de junho de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.162 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

PORTARIA Nº 8.162 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

Nomeia Fiscal de Contrato Administrativo e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;

Considerando as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual impõe em seu art. 67, que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear **DANIEL JUNIOR DOS SANTOS** como Fiscal do Contrato Administrativo nº 127/2018 – celebrado entre o Município de Campinápolis e a empresa **A P DA SILVA MULTIEVENTOS - ME.**

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado no Art. 1º desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 27 de dezembro de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 8.339 12 DE JUNHO DE 2019.

*"DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO HORIZONTAL DO SERVIDOR **DOUGLAS MOURA DA SILVA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Município e;

CONSIDERANDO o teor do requerimento do próprio servidor, protocolado em 27 de maio de 2019 e Parecer Técnico nº 003/2019 de 12 de junho de 2019.

RESOLVE:

I – Efetuar Progressão Horizontal do servidor ***DOUGLAS MOURA DA SILVA*** efetivo no cargo de **Recepcionista** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, da **Classe "A" Nível "03"** paraa **Classe "B" Nível"03"**.

II - Esta portaria entra em vigor na data de 12 de junho de 2019, revogadas as disposições em contrário.

.

Publique – se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 12 de junho de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 042/2019

Autuado: Luiz Gonzaga Dantas **CPF:** 274.700.591-72

Endereço: rua João de Barro, quadra 324, lote 03 **Bairro:** Jardim Primavera

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos sete dias do mês junho do ano dois mil e dezenove, às 08h 40min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 105/2019 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do

Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°. 1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, conforme artigo 4º, parágrafo 1º, da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis. O referido proprietário, poderá oferecer defesa ou impugnação deste auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento do mesmo.

Art. 37.

(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Art. 4ª.

O art. 12º da Lei Municipal nº **914**, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta Lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração. § 1º No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Luiz Gonzaga Dantas

CPF: 274.700.591-72

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 043/2019

Autuado: Magi Nafez Bazi **CPF:** 569.429.821-72

Endereço: av. Amazonas, quadra 359, lote 03 **Bairro:** Jardim Primavera

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos sete dias do mês junho do ano dois mil e dezenove, às 08h 52min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 117/2019 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°. 1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, conforme artigo 4º, parágrafo 1º, da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis. O referido proprietário, poderá oferecer defesa ou impugnação deste auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento do mesmo.

Art. 37.

(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Art. 4ª.

O art. 12º da Lei Municipal nº **914**, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta Lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração. § 1º No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Magi Nafez Bazi

CPF: 569.429.821-72

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 044/2019

Autuado: Aparecida Da Silva **CPF:** 652.465.861-20

Endereço: rua Andorinha, quadra 360, lote 06 **Bairro:** Jardim Primavera

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos sete dias do mês junho do ano dois mil e dezenove, às 08h 48min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 119/2019 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°. 1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, conforme artigo 4º, parágrafo 1º, da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis. O referido proprietário, poderá oferecer defesa ou impugnação deste auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento do mesmo.

Art. 37.

(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação

do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Art. 4ª.

O art. 12º da Lei Municipal nº **914**, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta Lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração. § 1º No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Aparecida Da Silva

CPF: 652.465.861-20

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 045/2019

Autuado: José Ribeiro da Costa **CPF:** 065.006.251-53

Endereço: rua Beija-Flor, quadra 362, lote 14 **Bairro:** Jardim Primavera

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos sete dias do mês junho do ano dois mil e dezenove, às 08h 58min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 183/2019 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°. 1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, conforme artigo 4º, parágrafo 1º, da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis. O referido proprietário, poderá oferecer defesa ou impugnação deste auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento do mesmo.

Art. 37.

(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Art. 4ª.

O art. 12º da Lei Municipal nº **914**, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta Lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração. § 1º No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

José Ribeiro da Costa

CPF: 065.006.251-53

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 046/2019

Autuado: Marcos Cesar Guerra **CPF:** 816.375.439-72

Endereço: rua Uirapuru, quadra 363, lote 12 **Bairro:** Jardim Primavera

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos sete dias do mês junho do ano dois mil e dezenove, às 09h 30min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 128/2019 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°. 1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, conforme artigo 4º, parágrafo 1º, da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 05 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis. O referido proprietário, poderá oferecer defesa ou impugnação deste auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento do mesmo.

Art. 37.

(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Art. 4ª.

O art. 12º da Lei Municipal nº **914**, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta Lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração. § 1º No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 047/2019

Autuado: Claudio Arla Ribeiro - Olcio Afonso de Oliveira **CPF:** 983.188.101-04

Endereço: rua Beija-Flor, quadra 365, lote 12 **Bairro:** Jardim Primavera

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos sete dias do mês junho do ano dois mil e dezenove, às 15h 07min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 129/2019 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°. 1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, conforme artigo 4º, parágrafo 1º, da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis. O referido proprietário, poderá oferecer defesa ou impugnação deste auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento do mesmo.

Art. 37.

(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Art. 4ª.

O art. 12º da Lei Municipal nº **914**, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta Lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração. § 1º No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Claudio Arla Ribeiro - Olcio Afonso de Oliveira

CPF: 983.188.101-04

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 227/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR POLKA JASKULSKI CPF: 514.393.951-87** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado a Rua Andorinha , Quadra 003 Lote 20, Jardim Olenka, neste Município,**no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 4º.*O art. 12º da Lei Municipal nº* ***914****, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:*

Art. 12. *O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.*

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º*. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.*

§3º. *Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.*

Art. 6º.*Fica a Lei Municipal nº* ***914****, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, acrescida do art. 13-A, que terá seguinte redação:*

Art. 13-A. *Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.*

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 06 de junho de 2019.

_____
_____

Edna Mara S. Mallmann Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário Agente Fiscal Sanitário

Ciente em _____/_____/_____ Assinatura:

_____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 048/2019

Autuado: Abreu Follmann e Vigano LTDA **CPF:** 08.988.022/0001-13

Endereço: rua Canarinho, quadra 379, lote 22 **Bairro:** Jardim Primavera

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos sete dias do mês junho do ano dois mil e dezenove, às 09h 42min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 135/2019 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°. 1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, conforme artigo 4º, parágrafo 1º, da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis. O referido proprietário, poderá oferecer defesa ou impugnação deste auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento do mesmo.

Art. 37.

(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, *Aedes Aegypti* e outros vetores que transmitem doenças.

Art. 4ª.

O art. 12º da Lei Municipal nº **914**, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta Lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração. § 1º No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

_____
_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Abreu Follmann e Vigano LTDA

CPF: 08.988.022/0001-13

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 049/2019

Autuado: Abreu Follmann e Vigano LTDA **CPF:** 08.988.022/0001-13

Endereço: rua Canarinho, quadra 379, lote 23 **Bairro:** Jardim Primavera

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos sete dias do mês junho do ano dois mil e dezenove, às 09h 45min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 136/2019 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°. 1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, conforme artigo 4º, parágrafo 1º, da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis. O referido proprietário, poderá oferecer defesa ou impugnação deste auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento do mesmo.

Art. 37.

(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, *Aedes Aegypti* e outros vetores que transmitem doenças.

Art. 4ª.

O art. 12º da Lei Municipal nº **914**, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta Lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração. § 1º No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

_____
_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Abreu Follmann e Vigano LTDA

CPF: 08.988.022/0001-13

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 216/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR SANDRO MARCIO FALCÃO CPF: 206.453.668-03,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na quadra

196 lote 01 neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 4º.*O art. 12º da Lei Municipal nº* ***914****, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:*

Art. 12. *O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.*

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º*. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.*

§3º. *Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.*

Art. 6º.*Fica a Lei Municipal nº* ***914****, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, acrescida do art. 13-A, que terá seguinte redação:*

Art. 13-A. *Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.*

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 27 de maio de 2019.

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário Agente Fiscal Sanitário

Ciente em _____/_____/_____ Assinatura: _____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 050/2019

Autuado: Genival de Almeida **CPF:** 013.317.865-09

Endereço: rua Araponga 404, lote 01B **Bairro:** Jardim Primavera

Município: Campo Novo do Parecis – MT **CEP:** 78360-000

Aos sete dias do mês junho do ano dois mil e dezenove, às 14h 56min, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado em inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido à notificação n° 161/2019 de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após feita a vistoria ficou constatado que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o disposto no artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°. 1548/2013 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo, conforme artigo 4º, parágrafo 1º, da Lei Municipal nº 1548/2013, fica o proprietário autuado em 10 (dez) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis. O referido proprietário, poderá oferecer defesa ou impugnação deste auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de recebimento do mesmo.

Art. 37.

(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.

Art. 4ª.

O art. 12º da Lei Municipal nº **914**, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta Lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração. § 1º No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

_____

Genival de Almeida

CPF: 013.317.865-09

AVISO DE EDITAL PP 54/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 054/2019

ABERTURA: 28 de junho de 2019.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 28 de junho às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de extintores de incêndio, para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 12 de junho de 2019**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 039/2019**, destinado à**REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de banheiros químicos para atender a realização de eventos das Secretarias Municipais**, obedeceu a todas as formalidades legais inscritas na Lei N° 8.666/93 e a Lei Nº 10.520/02, teve como vencedora a empresa**: WANIA DE ALMEIDA LEITE MORAIS - ME,** com o valor total de **R$ 93. 800,00 (noventa e três mil e oitocentos reais).**

Campo Novo do Parecis - MT, 12 de junho de 2019.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE EDITAL PP 55/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 055/2019

ABERTURA: 28 de junho de 2019.

CREDENCIAMENTO: a partir das 14h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 28 de junho às 14h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recarga de extintores de incêndio, para atender as Secretarias Municipais.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 12 de junho de 2019**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 038/2019, destinado à REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de fossas sépticas, caixas de gorduras e desentupimento de tubulações, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, teve como vencedoras as empresas: IMPACTO COMERCIO E SERVICOS URBANOS E RURAIS LTDA - ME, com o valor total de R$ 13.816,00 (treze mil, oitocentos e dezesseis reais), RAIMUNDO IVENDO LEITE ME, com o valor total de R$ 182.004,00 (cento e oitenta e dois mil e quatro reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 12 de junho de 2019.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 295, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

AUTORIZA O SERVIDOR **JORGE FLORES** A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.004, DE 12 DE JUNHO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 500.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), nos termos do inciso II do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64, com a seguinte classificação orçamentária:

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

004.15.451.0005.10065. IMPLANTAÇÃO DE USINA DE ASFALTO

4490000000 Aplicações Diretas

0.3.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício Anterior.....R$ 500.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 –LOA.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de junho de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.005, DE 12 DE JUNHO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 204.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 204. 000,00 (duzentos e quatro mil reais), nos termos do inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64, nas seguintes classificações orçamentárias:

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

001.10.305.0012.20101.MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

4490000000 – Aplicações Diretas

0.3.02.000000 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde-Exercício Anterior.....R$ 2.000,00

001.10.305.0012.20102. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA AMBIENTAL

4490000000 – Aplicações Diretas

0.3.02.000000 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde-Exercício Anterior.....R$ 2.000,00

001.10.302.0010.20091. MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3390000000 – Aplicações Diretas

0.3.02.000000 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde-Exercício Anterior.....R$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R$ 204.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 –LOA.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de junho de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.006, DE 12 DE JUNHO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 1.893.990,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 1.893. 990,00 (um milhão, oitocentos e noventa e três mil novecentos e noventa reais), nos termos do inciso II do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64, com as seguintes classificações orçamentárias:

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

08.003. FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

003.22.661.0017.10066. ESTRUTURAÇÃO DO POLO INDUSTRIAL

4490000000 - Aplicações Diretas

03.92.032.000-Alienação de Bens Destinados.a Outros. Programas – Exercício Anterior.....R$ 528.990,00

0.1.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício.....R$ 1. 365.000,00

TOTAL DO CRÉDITO.....R$ 1.893.990,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do Superávit Financeiro, no valor de R$ 528.990,00 e pela anulação parcial com remanejamento e transposição no valor de R$ 1.365.000,00 de acordo com o Artigo 43, § 1º, incisos I e III, da Lei Federal nº 4.320/64, com anulação da seguinte dotação orçamentária:

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

004.15.451.0005.10018. PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIAS PÚBLICAS

4490000000 Aplicações Diretas

0.1.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício.....R$ 1. 365.000,00

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 –LOA.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de junho de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.007, DE 12 DE JUNHO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 2.043.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 2.043. 00,00 (dois milhões e quarenta e três mil reais), nos termos do inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64, com as seguintes classificações orçamentárias:

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

005.15.451.0005.10023. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE VIAS URBANAS (PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA)

4490000000 Aplicações Diretas

0.3.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício Anterior.....R$ 618.900,00

0.1.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício Corrente .....R$ 1. 424.100,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... .....R$ 2.043.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes do Superávit Financeiro, no valor de R$ 618.900,00 e pela anulação parcial ou total com remanejamento e transposição no valor de R$ 1.424.100,00 de acordo com o Artigo 43, § 1º, incisos I e III, da Lei Federal nº 4.320/64, com anulação da seguinte dotação orçamentária:

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

004.15.451.0005.10018. PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIAS PÚBLICAS

4490000000 Aplicações Diretas

0.1.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício.....R$ 1.424.100,00

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 –LOA.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de junho de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.008, DE 12 DE JUNHO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

REESTRUTURA A PLANÍLHA DE VARIAÇÃO DE VENCIMENTOS PARA PROGRESSÃO VERTICAL E HORIZONTAL GERAL E REAJUSTA O SALÁRIO BASE PARA OS CARGOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.822/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Salário-base para os Cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias passa a obedecer o disposto na Lei Federal nº 11.350/2006, e sua alteração dada pela lei 13.708/2018, obedecendo o seguinte escalonamento:

I - R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2019;

II - R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) em 1º de janeiro de 2020;

III - R$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2021.

Parágrafo Único: Com a definição do salário base, a tabela constante no Anexo I - Quadro de Pessoal - Cargos de Provimento Efetivo, da Lei 1.822/ 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

I – Para o ano de 2019:

Vagas	Cargo	Atribuições	Padrão de Vencimento	Carga Horária	Requisitos para investidura
66	Agente Comunitário de Saúde	Utilizar de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimulara participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e participar em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.	R$ 1.250,00	40 h	Ensino Médio
22	Agente de Combate a Endemias	Executar serviços inerentes às atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS, e outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata.	R$ 1.250,00	40 h	Ensino Médio

II – Para o ano de 2020:

Vagas	Cargo	Atribuições	Padrão de	Carga	Requisitos para

| | Vencimento | Horária |investidura | |=========|=====================|=======================
==========|===========|=========|========== | | 66|Agente Comunitário de|Utilizar de instrumentos para| R$ 1.400,00| 40 h|Ensino | | |Saúde |diagnóstico | | | Médio | | |demográfico e sociocultural da| | | | | |comunidade; promover ações de educação| | | | | |para a saúde individual e coletiva;| | | | | |registrar, para fins exclusivos de| | | | | |controle e planejamento das ações de| | | | | |saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e| | | | | |outros agravos à saúde; estimulara| | | | | |participação da comunidade nas políticas| | | | | |públicas voltadas para a área da saúde;| | | | | |realizar visitas domiciliares periódicas| | | | | |para monitoramento de situações de risco| | | | | |à família; e participar em ações que| | | | | |fortaleçam os elos entre o setor saúde e| | | | | |outras políticas que promovam a| | | | | |qualidade de vida. | | | | -------|---------- -|-------
------- -|-----------|---------|----------| 22|Agente de Combate a|Executar serviços inerentes às| R$ 1.400,00| 40 h|Ensino | |Endemias |atividades de vigilância, prevenção e| | | Médio | | |controle de doenças e promoção da saúde,| | | | | |desenvolvidas em conformidade com as| | | | | |diretrizes do SUS, e outras atividades| | | | | |afins à sua Unidade Funcional, a partir| | | | | |das necessidades e demandas da área e de| | | | | |conformidade com as orientações dadas| | | | | |pela sua chefia imediata. | | | | -------|----------
-----|----------|---------|----------|

III – A partir do ano de 2021:

_____
_____ |
Vagas | Cargo | Atribuições | Padrão de | Carga |Requisitos para | | | Vencimento | Horária |investidura | |=========|=====================|=======================
==========|===========|=========|========== | | 66|Agente Comunitário de|Utilizar de instrumentos para| R$ 1.550,00| 40 h|Ensino | | |Saúde |diagnóstico | | | Médio | | |demográfico e sociocultural da| | | | | |comunidade; promover ações de educação| | | | | |para a saúde individual e coletiva;| | | | | |registrar, para fins exclusivos de| | | | | |controle e planejamento das ações de| | | | | |saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e| | | | | |outros agravos à saúde; estimulara| | | | | |participação da comunidade nas políticas| | | | | |públicas voltadas para a área da saúde;| | | | | |realizar visitas domiciliares periódicas| | | | | |para monitoramento de situações de risco| | | | | |à família; e participar em ações que| | | | | |fortaleçam os elos entre o setor saúde e| | | | | |outras políticas que promovam a| | | | | |qualidade de vida. | | | | -------|---------- -|-------
------- -|-----------|---------|----------| 22|Agente de Combate a|Executar serviços inerentes às| R$ 1.550,00| 40 h|Ensino | |Endemias |atividades de vigilância, prevenção e| | | Médio | | |controle de doenças e promoção da saúde,| | | | | |desenvolvidas em conformidade com as| | | | | |diretrizes do SUS, e outras atividades| | | | | |afins à sua Unidade Funcional, a partir| | | | | |das necessidades e demandas da área e de| | | | | |conformidade com as orientações dadas| | | | | |pela sua chefia imediata. | | | | -------|----------
-----|----------|---------|----------|

Art. 2º.

A progressão horizontal dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias, passará a se dar da seguinte forma, incluindo o inciso **LXIX** no art. 9º, vinculado ao Capítulo II - DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DA CARREIRA, da Lei Municipal 1.822/2016 contendo a seguinte redação:

"DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DA CARREIRA

Art. 9º (...)

(...)

LXIX – Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias:

a) Classe A: habilitação em nível médio;

b) Classe B: requisito da Classe A, mais 200 (duzentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação, correlacionados com a área de atuação;

c) Classe C: requisito da Classe B, mais 250 (duzentos e cinquenta) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação, correlacionados com a área de atuação;

d) Classe D: requisito da Classe C, mais habilitação em graus de ensino superior, correlacionada a área de atuação;

e) Classe E: requisito da Classe D, mais título de especialista de, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas, correlacionados com a área de atuação."

Art. 3º. A progressão Vertical dos cargos de Agentes Comunitários de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, passa à obedecer o salário-base, disposto na Lei Federa nº 11.350/2006, e sua alteração dada pela lei 13.708/2018, sendo adotadas as seguintes tabelas de progressões, nas seguintes datas:

I – De 1º de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019, o anexo II da Lei nº 1.822/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

II – De 1º de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020, o anexo II da Lei nº 1.822/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

III – A partir de 1º de Janeiro de 2021, a tabela contida no anexo II da lei nº 1.822/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de junho de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 010/2019

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para formalização de Termo de Fomento com o Associação Abrigo Peludos de Campo Novo do Parecis – AAPCNP, para o tratamento e defesa dos animais domésticos em situação de vulnerabilidade, abandonados e vítimas de maus tratos.

O caput do artigo 31 da Lei 13.019/2014, regulamenta a questão da inexigibilidade do Chamamento Público, senão vejamos:

*"Art. 31: Será considerado **inexigível o chamamento público** na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da **natureza singular do objeto da parceria** ou **se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica**, (...)".*

Considerando a solicitação da Associação Abrigo Peludos de Campo Novo do Parecis – AAPCNP, no Ofício nº 014/2019, em conformidade com o art. 31 da Lei 13.019/2014 e Decreto Municipal 141/2016, **TORNO PÚBLICA** a Inexigibilidade de Chamamento Público para formalização de Termo de Fomento com a Associação Abrigo Peludos de Campo Novo do Parecis – AAPCNP, para o tratamento e defesa dos animais domésticos em situação de vulnerabilidade, no valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), a serem pagos em 12 parcelas consecutivas e mensais.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no §1º, do artigo 32 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 11 de junho de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.009, DE 12 DE JUNHO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 5.0000,00 E ALTERA O ANEXO VIII DA LEI MUNICIPAL Nº 1.974, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na seguinte dotação orçamentária:

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

09.002. Departamento de Educação

002.12.361.0007.20065.Manutenção e Encargos com a Educação Básica - EF

4.4.90.00.00.00. **Aplicações Diretas**

01.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício R$ 5.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R$ 5.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial ou total com remanejamento e transposição, na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/64, da seguinte dotação orçamentária:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.001. Gabinete da Secretaria Municipal de Finanças

001.04.129.0002.20016. Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Finanças

4.4.90.00.00.00. **Aplicações Diretas**

01.00.000000 - Recursos Ordinários – Exercício.....R$ 5.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R$ 5.000,00

Art. 3º .As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 – LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 – LOA.

Art. 4º. Altera-se o anexo VIII das "Emendas Parlamentares Individuais – Exercício Financeiro de 2019" da Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 – LOA, que passa a vigorar com a redação atualizada conforme o anexo desta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de junho de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE EDITAL PP 53/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 053/2019

ABERTURA: 27 de junho de 2019.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 27 de junho às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de diárias na categoria pedreiro e auxiliar de pedreiro, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 12 de junho de 2019**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 231/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR** o responsável pela empresa **TECIDOS CAMPO NOVO CNPJ: 04.685.901/0001-15,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Av. Brasil quadra 80 lote 14 - centro, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será

lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 4º.*O art. 12º da Lei Municipal nº* ***914****, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:*

Art. 12. *O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.*

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º*. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.*

§3º. *Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.*

Art. 6º.*Fica a Lei Municipal nº* ***914****, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, acrescida do art. 13-A, que terá seguinte redação:*

Art. 13-A. *Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.*

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 11 de junho de 2019.

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário Agente Fiscal Sanitário

Ciente em _____/_____/_____ Assinatura: _____

AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através da Comissão de Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **TOMADA DE PREÇOS 02/2019**, destinada à **contratação de empresa de engenharia para realização de construção de meio-fios e sarjetas, que deverão ser construídas nas ruas recém pavimentadas do município,** teve como vencedora a empresa: **DA SILVA & MANTOVANE LTDA ME,** com o valor total de **R$ 398.256,65 (trezentos e noventa e oito mil, duzentos e cinqüenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).**

Campo Novo do Parecis-MT, 12 de junho de 2019.

Leandro Nery Varaschin

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 232/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR** o responsável pela empresa **TECIDOS CAMPO NOVO CNPJ: 04.685.901/0001-15,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado à Av. Brasil quadra 14 lote 11 - Jardim Alvorada, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 4º.*O art. 12º da Lei Municipal nº* ***914****, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:*

Art. 12. *O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.*

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º*. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.*

§3º. *Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.*

Art. 6º.*Fica a Lei Municipal nº* ***914****, de 4 de dezembro de 2002, que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da Dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências, acrescida do art. 13-A, que terá seguinte redação:*

Art. 13-A. *Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.*

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís, 11 de junho de 2019.

_____

_____

Edna Mara S. Mallmann Rogério dos Santos de Souza

Agente Fiscal Sanitário Agente Fiscal Sanitário

Ciente em _____/_____/_____ Assinatura:

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 135/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: GRÁFICA DO PRETO LTDA – ME, CNPJ nº 03.750.414/0001-26

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, INCLUSO SERVIÇO DE APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO – PREGÃO 054/2019

VIGÊNCIA DA ATA: 12/06/2019 À 11/06/2020

LOTE 07

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
07	LONA IMPRESSA COM ESTRUTURA METÁLICA. LONA 440G, IMPRESSÃO 1440 DPI, COM VERNIZ DE PROTEÇÃO E MOLDURA DE METALON 40X40 (INSTALADO OU FIXADO NO LOCAL).	500 M²	R$ 58,20	R$ 29.100,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 29.100,00 (VINTE E NOVE MIL E CEM REAIS).

LOTE 12

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
12	PLACA EM CHAPA GALVANIZADA, ADESIVADA, FIXADA EM MOLDURA DE METALON 20X20 (CHAPA DE 20").	300 M²	R$ 103,48	R$ 31.044,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 31.044,00 (TRINTA E UM MIL E QUARENTA E QUATRO REAIS).

LOTE 14

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
14	LETRA CAIXA EM CHAPA DE INOX, BORDA 5 CM, SEM ORELHA, COM PARAFUSO INTERNO (FIXADA NO LOCAL).	80 M² (De letra pronta)	R$ 584,92	R$ 46.793,60

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 46.793,60 (QUARENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

LOTE 15

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
15	LETRA CAIXA EM CHAPA GALVANIZADA, COM PINTURA PU COM VERNIZ BORDA 5 CM, SEM ORELHA, COM PARAFUSO INTERNO (FIXADA NO LOCAL).	80 M² (De letra pronta)	R$ 584,92	R$ 46.793,60

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 46.793,60 (QUARENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

LOTE 16

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
16	PLACA DE INAUGURAÇÃO, CONFECCIONADA EM AÇO INOX, GRAVADA EM BAIXO RELEVO, MEDINDO 50 X 70 CM.	15 UND	R$ 471,00	R$ 7.065,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.065,00 (SETE MIL E SESSENTA E CINCO REAIS).

LOTE 17

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
17	PLACA DE INAUGURAÇÃO, CONFECCIONADA EM AÇO INOX, GRAVADA EM BAIXO RELEVO, MEDINDO 50 X70 CM. PAINEL DE FUNDO GALVANIZADO E PINTADO, ESPESSURA DE 2 CM, MEDINDO 78X60 CM. ACRÍLICO COM ESPESSURA DE 8 MM, MEDINDO 78X60, COM PARAFUSOS E PROLONGADORES COM ACABAMENTO EM PRATA.	15 UND	R$ 718,00	R$ 10.770,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 10.770,00 (DEZ MIL SETECENTOS E SETENTA REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 171.566,20 (CENTO E SETENTA E UM MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 007/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **VILSON ZATERA E IRMÃOS LTDA, CNPJ N° 26.928.683/0001-35**,modalidade **INEXIGIBILIDADE N° 007/2019 – CONTRATAÇÃO DA BANDA ZATTER PARA ACOMPANHAMENTO E APRESENTAÇÃO NO XXVI FESCCAM – FESTIVAL DA CANÇÃO DE CAMPO VERDE** com o valor de **R$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais).** Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 12 de Junho de 2019.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 042/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO 042/2019 – *Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção corretiva e preventiva de ares-condicionados, com fornecimento de peças*, do tipo maior desconto: a empresa VITÓRIA REFRIGERAÇÃO LTDA – ME, CNPJ nº 23.861.484/0001-69, foi vencedora dos lotes 03, 04, 05, 06 e 07 com o percentual de 25%; e JONATHAN WAGNER SILVA DE ARAÚJO 68996233153, CNPJ nº 32.629.523/0001-98, foi vencedora do lote 01 com 46,10% e lote 02 com 33%. O lote 08 foi cancelado. Campo Verde, 12 de junho de 2019. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 137/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: VITÓRIA REFRIGERAÇÃO LTDA – ME, CNPJ Nº 23.861.484/0001-69

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE ARES-CONDICIONADOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS – PREGÃO 042/2019

VIGÊNCIA DA ATA: 12/06/2019 À 11/06/2020

LOTE 03						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO
13	PEÇAS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA DE 12.001 A 18.000 BTUS DE DIVERSAS MARCAS	UND	-	MAIOR PERCENTUAL – BASE DE PREÇO: MÉDIA DE PESQUISA DE MERCADO EM 03 (TRÊS) COTAÇÕES EFETUADAS PELO COMPRADOR	R$ 12.000,00	25 %
14	DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 12.001 A 18.000 BTUS	SERV	30	R$ 117,16 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 3.514,80	
15	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 12.001 A 18.000 BTUS	SERV	50	R$ 264,40 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 13.220,00	
16	HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO, EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 12.001 A 18.000 BTUS	SERV	100	R$ 180,58 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 18.058,00	
17	RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO DE 12.001 A 18.000 BTUS	UND	60	R$ 203,98 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 12.238,80	
18	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE DIVERSAS MARCAS, NAS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 12.001 A 18.000 BTUS	SERV	70	R$ 206,41 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 14.448,70	
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 73.480,30 (SETENTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E OITENTA REAIS E TRINTA CENTAVOS).						

LOTE 04						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO
19	PEÇAS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA DE 18.001 A 24.000 BTUS DE DIVERSAS MARCAS	UND	-	MAIOR PERCENTUAL – BASE DE PREÇO: MÉDIA DE PESQUISA DE MERCADO EM 03 (TRÊS) COTAÇÕES EFETUADAS PELO COMPRADOR	R$ 12.000,00	25 %
20	DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 18.001 A 24.000 BTUS	SERV	50	R$ 139,14 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 6.957,00	
21	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 18.001 A 24.000 BTUS	SERV	45	R$ 294,44 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 13.249,80	
22	HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO, EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 18.001 A 24.000 BTUS	SERV	50	R$ 201,79 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 10.089,50	
23	RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO DE 18.001 A 24.000 BTUS	UND	50	R$ 240,24 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 12.012,00	
24	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE DIVERSAS MARCAS, NAS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 18.001 A 24.000 BTUS	SERV	60	R$ 218,04 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 13.082,40	
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 67.390,70 (SESSENTA E SETE MIL, TREZENTOS E NOVENTA REAIS E SETENTA CENTAVOS).						

LOTE 05						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO
25	PEÇAS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA DE 24.001 A 30.000 BTUS DE DIVERSAS MARCAS	UND	-	MAIOR PERCENTUAL – BASE DE PREÇO: MÉDIA DE PESQUISA DE MERCADO EM 03 (TRÊS) COTAÇÕES EFETUADAS PELO COMPRADOR	R$ 8.000,00	25 %
26	DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 24.001 A 30.000 BTUS	SERV	40	R$ 160,44 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 6.417,60	
27	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 24.001 A 30.000 BTUS	SERV	40	R$ 333,54 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 13.341,60	
28	HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO, EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 24.001 A 30.000 BTUS	SERV	50	R$ 202,94 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 10.147,00	
29	RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO DE 24.001 A 30.000 BTUS	UND	50	R$ 250,14 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 12.507,00	
30	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE DIVERSAS MARCAS, NAS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 24.001 A 30.000 BTUS	SERV	50	R$ 238,09 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 11.904,50	
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 62.317,70 (SESSENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E DEZESSETE REAIS E SETENTA CENTAVOS).						
LOTE 06						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO
31	PEÇAS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA DE 30.001 A 36.000 BTUS DE DIVERSAS MARCAS	UND	-	MAIOR PERCENTUAL – BASE DE PREÇO: MÉDIA DE PESQUISA DE MERCADO EM 03 (TRÊS) COTAÇÕES EFETUADAS PELO COMPRADOR	R$ 4.000,00	25 %
32	DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 30.001 A 36.000 BTUS	SERV	30	R$ 192,36 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 5.770,80	
33	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 30.001 A 36.000 BTUS	SERV	40	R$ 396,46 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 15.858,40	
34	HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO, EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 30.001 A 36.000 BTUS	SERV	60	R$ 241,20 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 14.472,00	

35	RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO DE 30.001 A 36.000 BTUS	UND	50	R$ 314,76 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 15. 738,00	
36	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE DIVERSAS MARCAS, NAS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 30.001 A 36.000 BTUS	SERV	50	R$ 274,12 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 13. 706,00	
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 69.545,20 (SESSENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS).						
LOTE 07						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO
37	PEÇAS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA DE 36.001 A 60.000 BTUS DE DIVERSAS MARCAS	UND	-	MAIOR PERCENTUAL – BASE DE PREÇO: MÉDIA DE PESQUISA DE MERCADO EM 03 (TRÊS) COTAÇÕES EFETUADAS PELO COMPRADOR	R$ 10. 000,00	25 %
38	DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 36.001 A 60.000 BTUS	SERV	20	R$ 289,02 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 5. 780,40	
39	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 36.001 A 60. 000 BTUS	SERV	20	R$ 873,08 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 17. 461,60	
40	HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO, EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 36.001 A 60.000 BTUS	SERV	35	R$ 329,78 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 11. 542,30	
41	RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO DE 36.001 A 60.000 BTUS	UND	40	R$ 472,65 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 18. 906,00	
42	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE DIVERSAS MARCAS, NAS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 36.001 A 60.000 BTUS	SERV	40	R$ 368,16 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 14. 726,40	

VALOR TOTAL DO LOTE R$ 78.416,70 (SETENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E DEZESSEIS REAIS E SETENTA CENTAVOS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 351.150,60 (TREZENTOS E CINQUENTA E UM MIL, CENTO E CINQUENTA REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA N° 017/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **GUENO & CIA LTDA, CNPJ N° 08.057.906/0001-54,** modalidade **DISPENSA N° 017/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PARA DEMAIS SECRETARIAS** no valor de **R$ 13.423,41 (treze mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e um centavos).** Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 12 de Junho de 2019.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA N° 016/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **BIG CENTER ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI, CNPJ N° 24.431.953/0001-72,** modalidade **DISPENSA N° 016/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PARA DEMAIS SECRETARIAS** no valor de **R$ 33.570,51 (trinta e três mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta e um centavos).** Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 12 de Junho de 2019.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 138/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: JONATHAN WAGNER SILVA DE ARAÚJO 68996233153, CNPJ 32.629.523/0001-98

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE ARES-CONDICIONADOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS – PREGÃO 042/2019

VIGÊNCIA DA ATA: 12/06/2019 À 11/06/2020

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO
1	PEÇAS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA DE 7.000 A 9.000 BTUS DE DIVERSAS MARCAS	UND	-	MAIOR PERCENTUAL – BASE DE PREÇO: MÉDIA DE PESQUISA DE MERCADO EM 03 (TRÊS) COTAÇÕES EFETUADAS PELO COMPRADOR	R$ 15. 000,00	46,10 %
2	DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 7.000 A 9. 000 BTUS	SERV	50	R$ 84,57 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 4. 228,50	
3	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 7.000 A 9.000 BTUS	SERV	50	R$ 211,71 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 10. 585,50	
4	HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO, EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 7.000 A 9.000 BTUS.	SERV	80	R$ 146,54 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 11. 723,20	
5	RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO DE 7.000 A 9.000 BTUS	UND	50	R$ 180,53 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 9. 026,50	
6	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE DIVERSAS MARCAS, NAS UNIDADES	SERV	50	R$ 164,69 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 8. 234,50	

	EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 7.000 A 9.000 BTUS.					

VALOR TOTAL DO LOTE R$ 58.798,20 (CINQUENTA E OITO MIL, SETECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS).

LOTE 02						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	DESCONTO OFERTADO
7	PEÇAS PARA AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA DE 9.001 A 12.000 BTUS DE DIVERSAS MARCAS	UND	-	MAIOR PERCENTUAL – BASE DE PREÇO: MÉDIA DE PESQUISA DE MERCADO EM 03 (TRÊS) COTAÇÕES EFETUADAS PELO COMPRADOR	R$ 10.000,00	33 %
8	DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 9.001 A 12.000 BTUS	SERV	40	R$ 107,05 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 4.282,00	
9	INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO DE 9.001 A 12.000 BTUS	SERV	60	R$ 233,02 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 13.981,20	
10	HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO, EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 9.001 A 12.000 BTUS	SERV	100	R$ 168,26 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 16.826,00	
11	RECARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO DE 9.001 A 12.000 BTUS	UND	80	R$ 181,29 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 14.503,20	
12	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO DE DIVERSAS MARCAS, NAS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 9.001 A 12.000 BTUS	SERV	80	R$ 163,99 MAIOR PERCENTUAL – (%)	R$ 16.119,20	

VALOR TOTAL DO LOTE R$ 75.711,60 (SETENTA E CINCO MIL E SETECENTOS E ONZE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 134.509,80 (CENTO E TRINTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 004/2019 DE 13/06/2019, PARA LIMPEZA DE LOTES SUJOS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE (MT).

O Titular da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do decreto 023/2016, de 23/03/2016, artigo 20, § 1°, 2°, 3°, da lei complementar n° 045/2014 de 19/12/2014, artigo 331, tabela de serviço – VI, § Único, e da lei complementar 018/2009, que altera artigo 26 da lei complementar 001/1994, de 19/12/1994, item XXVII; **Notifica** os sujeitos passivos, abaixo relacionados, para que proceda a LIMPEZA DOS LOTES E TERRENOS BALDIOS, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste edital.

O não atendimento ao disposto neste EDITAL, e no prazo previsto, a Prefeitura, executará a limpeza dos respectivos lotes e terrenos baldios, e em sequência efetuará a cobrança da taxa de limpeza de 1,2 UPF/CV por M² de cada lote, além da multa de 5 UPF/MT por lote, aos proprietários, ficando os mesmos sujeitos a inscrição em dívida ativa e imediata execução judicial.

O presente edital intima os sujeitos passivos a comparecer em dia útil, e no horário normal de atendimento, na sede da Vigilância Ambiental, deste município no prazo de 5(cinco) dias, a contar desta publicação, para recurso ou defesa da referida notificação.

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no quinto dia após a publicação deste edital.

SUJEITOS PASSIVOS

Nome	CPF/CNPJ	Quadra	Lote	Bairro	Área (m²)
Laercio Vicentin	484.712.919-91	44	20	Campo Real	450
Alessandro Moreira de Souza	701.965.591-20	47	21	Belvedere	450
Urane Ferreira dos Santos	513.443.941-91	47	22	Belvedere	450
Fernando Felisbino Ferreira	996.554.112-49	47	25	Belvedere	450
Creonice de Souza Almeida	884.568.381-87	43	02	Belvedere	450
Renato José Nicolay	058.710.439-25	16	03	Cidade Alta I	325
Santa Julia – Engenharia Avaliações	03.982.057/0001-21	C	11	Bordas do Lago	363
Santa Julia – Engenharia Avaliações	03.982.057/0001-21	D	13	Bordas do Lago	409
Santa Julia – Engenharia Avaliações	03.982.057/0001-21	D	12	Bordas do Lago	417
Santa Julia – Engenharia Avaliações	03.982.057/0001-21	D	11	Bordas do Lago	424
Santa Julia – Engenharia Avaliações	03.982.057/0001-21	E	13	Bordas do Lago	413
Anderson Luiz Longhini	911.144.111-91	E	12	Bordas do Lago	402,8
Miguelita Soares Sampaio	459.030.181-49	E	11	Bordas do Lago	392
Jair dos Santos	797.285.611-72	B	06	Bela Vista	241
Anderson Bruno Otake Guollo	018.536.901-47	B	01	Bom Clima	380
Raimundo Joaquim de Jesus	023.028.531-72	48	09	Jupiara	452,24
Fabiane Gori Curvo	000.789.461-90	27	25	Rec. dos Pássaros	256,6

TITULAR DO ORGÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

NOME: Altair Timóteo de Araújo.

PORTARIA: 001/2018

CARGO: Secretário de Saúde.

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO.

NOME: Natanael Silva Azevedo.

MATRICULA: 6703

CARGO: Fiscal Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: EMTEC EMPRESA DE TECNOLOGIA EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMATICA LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transmissão de dados internet via rádio.

Valor: R$ 30.720,00 (trinta mil setecentos e vinte reais).

Vigência: até 03 de Junho de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: HIDROCAVE POÇOS ARTESIANOS LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para a perfuração de um poço artesiano na área de instalação do abatedouro municipal.

Valor: R$ 48.480,90 (quarenta e oito mil quatrocentos e oitenta reais e noventa centavos).

Vigência: até 04 de Outubro de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: EMTEC EMPRESA DE TECNOLOGIA EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMATICA LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transmissão de dados fibra optica.

Valor: R$ 3.000,00 (três mil reais).

Vigência: até 05 de Junho de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Objeto: Contratação para recebimento e tratamento de documentos de arrecadação dos boletos do concurso público.

Valor: R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Vigência: até 07 de Junho de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: FERNANDES CESAR FACIO E CIA LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para construção do portal de entrada da cidade de Campo Verde – MT.

Valor: R$ 318.747,00 (trezentos e dezoito mil setecentos e quarenta e sete reais).

Vigência: até 05 de Outubro de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: MULTIPARK COMERCIO SERVIÇO E REPRESENTAÇÃO LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços com caminhão pipa de 15.000 litros para aguar os canteiros no turno da noite.

Valor: R$ 63.520,00 (sessenta e três mil quinhentos e vinte reais).

Vigência: até 10 de Outubro de 2019.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 054/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO 054/2019 – REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, INCLUSO SERVIÇO DE APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO: a empresa KEILA DALUZ DE SOUZA PETRUCCI – ME, CNPJ nº 20.556.961/0001-94, foi vencedora dos lotes 01, 02 04 e 06, totalizando R$ 28.940,00 (vinte e oito mil novecentos e quarenta reais); 4D DESIGNER GRÁFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI – EPP, CNPJ nº 13.278.238/0001-25, vencedora dos lotes 10 e 11, totalizando R$ 31.474,00 (trinta e um mil quatrocentos e setenta e quatro reais); OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES EIRELI – EPP, CNPJ nº 04.858.637/0001-74, vencedora dos lotes 03 e 09 totalizando R$ 39.955,00 (trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais); GRÁFICA DO PRETO LTDA – ME, CNPJ nº 03.750.414/0001-26, vencedora dos lotes 07, 12, 14, 15, 16 e 17, totalizando R$ 171.566,20 (cento e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte centavos); APP IMPRESSÃO DIGITAL LTDA – ME, CNPJ nº 11.049.370/0001-30, vencedora dos lotes 05, 08 e 13, totalizando R$ 115.275,00 (cento e quinze mil, duzentos e setenta e cinco reais). Campo Verde, 12 de junho de 2019. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 054/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO 054/2019 – REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, INCLUSO SERVIÇO DE APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO: a empresa KEILA DALUZ DE SOUZA PETRUCCI – ME, CNPJ nº 20.556.961/0001-94, foi vencedora dos lotes 01, 02 04 e 06, totalizando R$ 28.940,00 (vinte e oito mil novecentos e quarenta reais); 4D DESIGNER GRÁFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI – EPP, CNPJ nº 13.278.238/0001-25, vencedora dos lotes 10 e 11, totalizando R$ 31.474,00 (trinta e um mil quatrocentos e setenta e quatro reais); OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES EIRELI – EPP, CNPJ nº 04.858.637/0001-74, vencedora dos lotes 03 e 09 totalizando R$ 39.955,00 (trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais); GRÁFICA DO PRETO LTDA – ME, CNPJ nº 03.750.414/0001-26, vencedora dos lotes 07, 12, 14, 15, 16 e 17, totalizando R$ 171.566,20 (cento e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte centavos); APP IMPRESSÃO DIGITAL LTDA – ME, CNPJ nº 11.049.370/0001-30, vencedora dos lotes 05, 08 e 13, totalizando R$ 115.275,00 (cento e quinze mil, duzentos e setenta e cinco reais). Campo Verde, 12 de junho de 2019. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 132/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: KEILA DALUZ DE SOUZA PETRUCCI – ME, CNPJ nº 20.556.961/0001-94

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, INCLUSO SERVIÇO DE APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO – PREGÃO 054/2019

VIGÊNCIA DA ATA: 12/06/2019 À 11/06/2020

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/ UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	ADESIVO SEM IMPRESSÃO, APLICADO [ADESIVO LEITOSO SEM IMPRESSÃO (COR A DEFINIR)].	200 M²	R$ 20,50	R$ 4. 100,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 4.100,00 (QUATRO MIL E CEM REAIS).

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/ UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
02	ADESIVO RECORTADO, APLICADO-TIPO LETRA DE ONIBUS. (ADESIVO COM MÁSCARA).	100 M²	R$ 32,50	R$ 3. 250,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 3.250,00 (TRÊS MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/ UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
04	ADESIVO IMPRESSO PERFURADO, APLICADO.	200 M²	R$ 35,00	R$ 7. 000,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS).

LOTE 06

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/ UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
06	SERVICO DE APLICACAO DE PELÍCULA DE CONTOLE SOLAR, COR FUMÊ, 70%, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS: 3M, INSULFILM, NEXFIL.	200 M²	R$ 72,95	R$ 14. 590,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 14.590,00 (QUATORZE MIL QUINHENTOS E NOVENTA REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 28.940,00 (VINTE E OITO MIL NOVECENTOS E QUARENTA REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 133/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: 4D DESIGNER GRÁFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI – EPP, CNPJ SOB Nº 13.278.238/0001-25

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, INCLUSO SERVIÇO DE APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO – PREGÃO 054/2019

VIGÊNCIA DA ATA: 12/06/2019 À 11/06/2020

LOTE 10

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/ UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
10	BANNER IMPRESSO COM ACABAMENTO EM MADEIRA.	600 M²	R$ 28,46	R$ 17. 076,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 17.076,00 (DEZESSETE MIL E SETENTA E SEIS REAIS).

LOTE 11

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/ UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
11	PLACA EM CHAPA PVC, 3MM, ADESIVADA, COM FITA DUPLA FACE INCLUSA.	200 M²	R$ 71,99	R$ 14. 398,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 14.398,00 (QUATORZE MIL TREZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 31.474,00 (TRINTA E UM MIL QUATROCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 134/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES EIRELI – EPP, CNPJ Nº 04.858.637/0001-74

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, INCLUSO SERVIÇO DE APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO – PREGÃO 054/2019

VIGÊNCIA DA ATA: 12/06/2019 À 11/06/2020

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/ UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
03	ADESIVO IMPRESSO E RECORTADO, APLICADO.	1.000 M²	R$ 27,00	R$ 27. 000,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 27.000,00 (VINTE E SETE MIL REAIS).

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/ UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
09	LONA 440G IMPRESSA COM ACABAMENTO EM ILHÓS E FIO DE NYLON PARA FIXAÇÃO.	500 M²	R$ 25,91	R$ 12. 955,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 12.955,00 (DOZE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 39.955,00 (TRINTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 136/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: APP IMPRESSÃO DIGITAL LTDA – ME, CNPJ Nº 11. 049.370/0001-30

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, INCLUSO SERVIÇO DE APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO – PREGÃO 054/2019

VIGÊNCIA DA ATA: 12/06/2019 À 11/06/2020

LOTE 05

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/ UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
05	SERVIÇO DE PLOTAGEM OU ENVELOPAMENTO COM ADESIVO CAST IMPRESSO EM PLOTTER 1440 DPI COM VERNIZ DE PROTEÇÃO (PAREDES, VEÍCULOS, DIVISÓRIAS, ETC).	600 M²	R$ 71,66	R$ 42. 996,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 42.996,00 (QUARENTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS).

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/ UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
08	LONA IMPRESSA 280GR (OUTDOOR IMPRESSÃO UV, SEM SOLDA).	1.500 M²	R$ 25,06	R$ 37. 590,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 37590,00 (TRINTA E SETE MIL, QUINHENTOS E NOVENTA REAIS).

LOTE 13

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QTD/ UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
13	PLACA EM PVC 10MM, IMPRESSA COM CORTE ROUTER.	150 M²	R$ 231,26	R$ 34. 689,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 34.689,00 (TRINTA E QUATRO MIL, SEISCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 115.275,00 (CENTO E QUINZE MIL, DUZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 06/2019 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, com sede na Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio - MT, CEP 78. 307-000, torna público a relação de Credenciados no Processo de Credenciamento nº 07/2019, para credenciamento de Prestadores de Serviços de Transporte de Passageiros por Automóveis de Aluguel - Taxi, para transporte de pacientes que necessitam de hemodiálise em Vilhena, nos termos e nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo credenciado:

Eunice de Fatima Finato Rasche - CPF nº: 220.845.172-49.

Júlio Cesar Viana - CPF - 050.615.491-79

Informações através do fone (65) 3387 - 2800.

Campos de Júlio - MT, 05 de junho de 2019.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CPL

Decreto nº 012/2019

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 12 DE JUNHO DE 2019.

Deliberações a respeito do Processo de Eleição Unificada de Conselheiro Tutelar 2019 e Utilização do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 11 de junho de 2019, Ata 045/2019 CMDCA.

CONSIDERANDO o uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n°402, de 24 de agosto de 2009 e sua alteração pela Lei Municipal nº 543, de 20 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Fica definido a aprovado por unanimidade a contratação de banca e de psicóloga (o) para elaboração das provas objetivas, teste de informática e teste psicológico para o Processo de Eleição Unificada de Conselheiro Tutelar 2019, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-FMDCA, seguindo os princípios da legalidade e da transparência.

Art. 2º Fica definido e aprovado por unanimidade a substituição do Sr. Caetano Claudio Pereira Soares, da Comissão Especial Eleitoral-CEE, do Processo de Eleição Unificada de Conselheiro Tutelar 2019, devido familiar de terceiro grau ter sido deferida na fase de inscrições (lista publicada na data de 10/06/2019 mural CMDCA), sendo substituído pelo Sr. Mauro Flavio de Souza, também representante da sociedade civil, sem vínculo com nenhum dos inscritos.

Art. 3º Fica aprovado a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-FMDCA, para a realização de um dia de atividades para as crianças de Campos de Júlio-MT, em parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência Social-SMAS e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, com recursos da SMAS e do FMDCA, a data e o cronograma serão definidos posteriormente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos de Júlio, 12 de junho de 2019.

CAETANO CLÁUDIO PEREIRA SOARES Presidente do CMDCA

LEI Nº 1.022, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

DISPÓE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO SOBRE A PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÃO PARA CARGOS EM COMISSÃO DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELA LEI FEDERAL Nº. 11. 340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006-LEI MARIA DA PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, Estado de Mato de Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica vedada a nomeação, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, para todos os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas nas condições previstas na Lei Federal nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006-Lei Maria da Penha.

Parágrafo único. Inicia-se essa vedação com a condenação em decisão transitada em julgado, até o comprovado cumprimento da pena.

Art. 3º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 11 de junho de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 023/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº 023/2019, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de **registrar preços para aquisições futuras e parceladas de Papel A4 e Papel Timbrado**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos.

A abertura está marcada para o dia **28/06/2019**, às **08h00 (horas)** do horário local, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779-W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone (65) 3387-2800 e do e-mail licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br, licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br

Campos de Júlio - MT, 12 de Junho de 2019.

Marcelo José Batista dos Santos Lino - Pregoeiro

Decreto nº 006/2018

LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO SUSPENSA - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 009/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público para o conhecimento dos interessados, a reabertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 009/2019, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade **Registrar preços para aquisições futuras de uma Pá Carregadeira e uma Escavadeira Hidráulica**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, disponíveis no endereço: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações" e no site www.camposdejulio.mt.gov.br.

A sessão pública fica REMARCADA para o dia 27/06/2019, às 09h00 (nove horas) do horário Brasília (DF).

Campos de Júlio - MT, 10 de junho de 2019.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

Decreto nº 006/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ATA DE SESSÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2019

Às quatorze horas e trinta minutos do dia onze de junho do ano de dois mil e dezenove, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, situada a Avenida Áurea Tavares de Amorim, S/nº, Vila São João em Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, reuniram-se os membros da Comissão Pregoeira (C.P), designada pelo Pregoeiro Iranizo Matos Rodrigues, e os Membros: Alcione Carvalho da Costa e Adbaldo Nunes Milhomem, de acordo com o disposto na Portaria nº 010/2019 de 07 de Janeiro de 2019, com o objetivo do Registro de Preços para possível e eventual Aquisição de Caminhão Basculante, Zero Km, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, conforme Convênio nº 858720/2017, firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No horário preestabelecido, considerando que não compareceram empresas interessadas em participar do certame regido pelo Edital de Pregão Presencial 012-2019, A CP Declarou **Licitação Deserta**. Devido à importância da contratação do objeto pela Administração, o Pregoeiro, no uso de suas atribuições, determinou a prorrogação do certame, estipulando nova data para a entrega e abertura dos envelopes das empresas interessadas em participar do certame, dia 26 de Junho de 2019 as 08:30h no mesmo local. Após este ato, esta Comissão encerra os trabalhos com a lavratura desta ata que lida e achada de conforme, vai ser assinada. Esta Ata terá publicidade conforme legislação e uma cópia afixada no quadro próprio de avisos dos procedimentos licitatórios desta comissão.

Comissão Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, aos onze dias do mês de junho de 2019.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 233/2019, DE 12 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA N. 233/2019, DE 12 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, XXVIII e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o disposto nos 189º e 191º da Lei Municipal nº. 0252/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público promover a sua imediata apuração;

CONSIDERANDO o relatório, elaborado pela Sra. Liliane Silva Souza, Coordenadora da Coordenadoria de Atendimento ao Cidadão - CAC

CONSIDERANDO o interesse público, a preservação dos interesses do usuário do sistema único de saúde e a moralidade administrativa,

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N. 001/2019, em desfavor da servidora pública municipal Sra. **JAMILLA ALVES CAPANEMA**, servidora pública municipal efetiva, ocupante do cargo de enfermeira, matrícula funcional 2078, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, tendo como fato gerador a suposta omissão e/ou negligência no atendimento da gestante K. S. R. P., que poderá ter contribuído e/ou resultado na causa mortes de um bebê, conforme relatados pela referida paciente, a Coordenadoria de Atendimento ao Cidadão.

Art. 2º. DESIGNAR uma Comissão composta pelos servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, encarregarem-se dos respectivos trabalhos, até final conclusão. São eles:

a) Presidente: DELCIMA VIEIRA LIMA, brasileiro, casado, servidor público municipal efetivo, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 06608019, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 474.491.361-04;

b) Membro: RONES RODRIGUES VACONCELOS, brasileiro, servidor público municipal efetivo, matrícula funcional n. 1756, portador da Carteira de Identidade CI/RG n. 4263512, Expedido por: SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o n. 003.917.441-78.

c) Membro: RONISCLEI GUIDA SOARES, brasileiro, servidor público municipal efetivo, matrícula funcional n. 1778, portador da Carteira de Identidade CI/RG n. 17069840, Expedido por: SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o n. 000.078.161-46.

Art. 3º. Nos termos do Art. 194º, da Lei Municipal nº. 0252/2005, todos os órgãos e entidades municipais atenderão com presteza as solicitações da comissão processante, inclusive quanto à requisição de técnicos e perito, sob pena de responsabilidade de seus titulares, devendo comunicar prontamente a impossibilidade de atendimento, no caso de força maior.

Art. 4º. A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, contados da data da instalação, fincando assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, para apresentar ao Chefe do Poder Executivo o relatório conclusivo do referido processo, nos termos do art. 197º, da Lei Municipal n. 0252/2005

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 12 de junho de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 230/2019, DE 12 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA N. 230/2019, DE 12 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor o Sr. **OZEIAS TRINDADE VALVERDE**, matrícula funcional nº 2080 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. CPF/MF n. 031.594.651-28, com e-mail: ozeiasvallverde@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do contrato de n. 022/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **Rodrigo Rosa Paes Parreira,** inscrita no CNPJ: 08.954.873/0001-45, que tem por objeto, à serviços técnicos apoio administrativo na apuração do valor adicionado municipal; como acompanhamento e orientação de ações dos servidores do município na recuperação do valor adicionado; e preparação de relatórios; no intuito de acompanhar o cálculo do índice de participação do município em cota parte de 25% do ICMS(Imposto sobre circulação de mercadorias, sobre a prestação de serviços de comunicação e de transporte interestadual),pelo período de 2 (dois) meses.

Art. 2º. Designar a servidora **JAKELINE TAVARES GRECCHI**, matrícula funcional n. 2140 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 035.116.061-28, com e-mail: jackgrecchi@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º. A Gerência de Gestão de Frotas e Contratos - GEFROCONT disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 12 de junho de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

OZEIAS TRINDADE VALVERDE

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados sua intenção em aderir, como CARONA, à Ata de Registro de Preços nº 081/2018, referente ao Pregão Presencial nº 069/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Confresa, nos termos 15 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e regulamentações constantes dos Decretos 7.892/2013 e 8.250/2014, conforme especificações abaixo:

Pregão Presencial nº 069/2018 – Prefeitura Municipal de Confresa;

Ata de Registro de Preços nº 081/2018;

Vigência da Ata: 12 Meses;

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Confresa;

Empresa beneficiária: **MINASFALTO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.374.667/0001-12;

Especificação do objeto registrado: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de massa asfáltica – CBUQ – embalado em sacos de 25 Kg para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, Serviços e Urbanismo pelo período de 12 meses;

Quantidade registrada: Conforme registrado e disposto na Ata nº 081/2018 da Prefeitura Municipal de Confresa;

Quantidade de adesão:

Empresa: L.M BORGES – PROMOÇÕES E EVENTOS - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.561.812/0001-18:

DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (DNIT 031/2006 DNER 313/97), PRODUZIDO EM USINA ESPECIFICA PARA FABRICAÇÃO DE CBUQ, GRANULOMETRIA FAIXA C DOSADO, EM ATE 6% NÃO INFERIOR A 4% COM CAP 50/70, NÃO EMULSIONADO, NÃO DILUIDO, ESTOCAVEL POR ATE 20 MESES SEM PERDER A TRABALHABILIDADE, GARANTINDO APLICAÇÃO FRIA E EM AMBIENTES UMIDOS (CHUVA) DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADO EM SACOS DE RAFIA COM 25 KGS.	2000	Unid.	R$ 25.664	R$ 51.328,00

Canabrava do Norte-MT, 12 de Junho de 2019

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 232/2019, DE 12 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA N. 232/2019, DE 12 DE JUNHO DE 2019.

"DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III, e XXX da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Ficam nomeadas para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO,** as pessoas abaixo indicadas por suas respectivas entidades, conforme prevê a legislação pertinente;

I - REPRESENTANTES DA IGREJA CATÓLICA.

a) TITULAR: Antônio Elizeu Gobatto, RG nº 5000875715 SSP-RS

CPF: 525.585.507-30

b) SUPLENTE: Marcos Antônio Dorneu Gallo

RG nº 2053413-2 SSP-MT

CPF: 043.625.715-38

II - REPRESENTANTES SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS.

a) TITULAR: Acrisio Luiz dos Reis

CPF; 019.801.388 -42

RG: 6.040.757-8 SSP/SP

b) SUPLENTE: Luana Rodrigues da Cunha

CPF: 046.817.431-19

RG: 2388194-1 SSP/MT

III - REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO PA. TABAJARA.

a) TITULAR: Gerson Geraldo Amadeu de Freitas

RG nº: 4762536-SSP-GO CPF nº :003. 567. 551-93 **b) SUPLENTE:** Leia Mendes Carlos, RG nº 073.207 5 SSP-MT CPF nº 994.296.831-87

IV - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER, CULTURA E TURISMO.

a) TITULAR; Wilton Santos Souza

RG:1322308-9 SSP/MT

CPF: 890.276.801-50

b) SUPLENTE; Valmerice Nunes Brito

RG nº 4602199 DPC-GO

CPF nº 947.523.031-91

V - REPRESENTANTES DA GERÊNCIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

a) TITULAR: Ruth Ferreira Campos

RG: 1600469-8 SSP/MT

CPF: 021.678.781-50

b) SUPLENTE: Solange Ferreira da Silva

RG: 215955-8 SSP/GO

CPF: 632.930.131-04

VI - REPRESENTANTES DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA.

a) TITULAR: Juniel Alves Correia

RG nº 1673476-9 SSP-MT

CPF nº006.075.631-41

b) SUPLENTE: Rael Coelho Gomes

RG nº 07 65877-0 SSP-MT

CPF nº 317.942.201-78

VII - REPRESENTANTES DA GERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

a) TITULAR: Adbaldo Nunes Milhomem

RG:455741 SSP -GO

CPF: 792.458.701-20

b) SUPLENTE: Amilton Parente Vasconcelos

RG nº115663-3 SSP-MT

CPF nº: 628.102.271-87

VIII - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

a) TITULAR: Alcione Lourdes dos Santos Aidar

RG: 1139335-1 SSP/MT

CPF: 872.741.831-68

b) SUPLENTE: Antônio da Fonseca Cabral

RG:001065-734 SSP-MS

CPF: 125.616.491-72

IX - REPRESENTANTES DO MEIO DE HOSPEDAGEM

a) TITULAR: Terezinha Araújo Medeiros

RG nº 803050-6 SSP-GO

CPF nº 166.409.261-72

b) SUPLENTE: Claúdia Elizabeth de Araújo de Medeiros

RG nº 3841435 -SSP-GO

CPF nº951.807.101-20

X - REPRESENTANTES DAS IGREJAS EVANGÉLICAS.

a) TITULAR: Yuri Ferreira Peres

RG nº 238769 05 SSP-MT

CPF nº 064.525.801-67

b) SUPLENTE: Celio Luiz Retóre

RG nº 579 556 SSP-MT

CPF nº 415.600.601-82

XI - REPRESENTANTES DO SETOR DE PROMOÇÕES DE EVENTOS

a) TITULAR: Luiz Antônio da Silva Ribeiro

RG nº 074 8082-2 SSP-MT

CPF nº 486.994.031-00

b) SUPLENTE: Leucivanio Rocha Silva,

RG nº 308 772 2 SSP-PA

CPF nº 655.447.222-34

XII - REPRESENTANTES DOS SEGUIMENTOS DE BARES E BEBIDAS.

a) TITULAR: Michelly Muller

RG nº 172 318-92 SSP-MT

CPF nº 012.432.591-24

b) SUPLENTE: Lucas de Souza Silva

RG nº 239 636 97 SSP-MT

CPF nº 076.261.091-39

XIII - REPRESENTANTES DO SETOR DE TRANSPORTE.

a) TITULAR: Antônio Soares da Silva

RG nº 195 335-9 SSP-GO

CPF nº 336.691.981-72

b) SUPLENTE: Clério Ferreira da Silva

RG nº 555 88-58 SSP-PA

CPF nº 004.920.832-23

XIV - REPRESENTANTES DE GASTRONOMIA.

a) TITULAR: Fernanda Souza Neves Leite

RG nº 511055 54 DCI -GO

CPF nº 021.379.101-36

b) SUPLENTE: Luciano Leite Silva

RG nº: 37 72893 SSP -GO

CPF nº: 942.379.051-87

XV-REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

a) TITULAR: Moises Pereira da Silva

RG: 1563901-0 SSP/MT

CPF: 513.949.871-53

b) SUPLENTE: Mislaine Ferreira da Silva

RG: 2397889-9 SSP/MT

CPF:047.133.051-54

Artigo 2º. – Este Conselho será regido pela Lei n. 917/2019, DE 29 DE ABRIL DE 2019, que *"Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, e da outras Providências.""*.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE

Gabinete do Prefeito, em 12 de junho de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019 - REPUBLICAÇÃO

O Ordenador de Despesas/Prefeito Municipal de Canabrava do Norte/MT, por intermédio da Equipe de Pregão, torna público para conhecimento de todos que o certame acima especificado, cuja sessão de habilitação e abertura de propostas ocorreria em 11 de Junho de 2019, às 14h:30min, foi declarado **DESERTO**, por ausência de participantes/interessados. Ainda, torno público a republicação do Edital, in tela, designando nova data e horário para habilitação e abertura das propostas para o dia 26 de Junho de 2019, às 08h:30min, reiterando todos os termos do edital, cujo **OBJETO:** Registro de Preços para possível e eventual Aquisição de Caminhão Basculante, Zero Km, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, Conforme Convênio nº 858720/2017, firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. TIPO: Menor Preço. LEGISLAÇÃO: Lei Nº: 8.666/93, Lei Nº: 10.520/2002 e Leis Complementares Nº'S: 123/2006 e 147/2014. Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal das 07h30min as 11h30min, de segunda á sexta-feira. Informações adicionais pelo telefone (0xx66) 3577-1152. E-mail. Licitacao.cbn@gmail.com. Edital no Site da Prefeitura www.canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia.

Canabrava do Norte/MT, 11 de Junho de 2019

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 010/2019

EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº 022/2019

DO OBJETO: Prestação de Serviços técnicos apoio administrativo na apuração do valor adicionado municipal; com o acompanhamento e orientação de ações dos servidores do município na recuperação do Valor Adicionado; e preparação de relatórios;no intuito de acompanhar o cálculo do Índice de Participação do Município em Cota Parte de 25% do I.C.M.S. (Imposto sobre a circulação de mercadorias, sobre a prestação de serviços de comunicação e de transporte interestadual);

DO VALOR: R$ 4.000,00 (quatro mil reais);

DATA: Canabrava do Norte, 11 de junho de 2.019;

ASSINANTES: João Cleiton Araújo de Medeiros - Prefeito Municipal - Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT – Contratado: Rodrigo Rosa Paes Parreira; CNPJ: 08.954.873/0001-45;

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 231/2019, DE 12 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA N. 231/2019, DE 12 DE JUNHO DE 2019.

"DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III, e XXX da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Ficam nomeadas para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA,** as pessoas abaixo indicadas por suas respectivas entidades, conforme prevê a legislação pertinente;

I - REPRESENTANTES DA IGREJA CATÓLICA.

a) TITULAR: Antônio Elizeu Gobatto, RG nº 5000875715 SSP-RS

CPF: 525.585.507-30

b) SUPLENTE: Marcos Antônio Dorneu Gallo

RG nº 2053413-2 SSP-MT

CPF: 043.625.715-38

II - REPRESENTANTES SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS.

a) TITULAR: Acrisio Luiz dos Reis

CPF; 019.801.388 -42

RG: 6.040.757-8 SSP/SP

b) SUPLENTE: Luana Rodrigues da Cunha

CPF: 046.817.431-19

RG: 2388194-1 SSP/MT

III - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER, CULTURA E TURISMO.

a) TITULAR; Wilton Santos Souza

RG:1322308-9 SSP- MT

CPF: 890.276.801-50

b) SUPLENTE; Adbaldo Nunes Milhomem

RG:455741 SSP -GO

CPF: 792.458.701-20

IV - REPRESENTANTES DA GERÊNCIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

a) TITULAR: Ruth Ferreira Campos

RG: 1600469-8 SSP/MT

CPF: 021.678.781-50

b) SUPLENTE: Solange Ferreira da Silva

RG: 215955-8 SSP/GO

CPF: 632.930.131-04

V - REPRESENTANTES DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA.

a) TITULAR: Juniel Alves Correia

RG nº 1673476-9 SSP-MT

CPF nº006.075.631-41

b) SUPLENTE: Rael Coelho Gomes

RG nº 07 65877-0 SSP-MT

CPF nº 317.942.201-78

VI - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

a) TITULAR: Alcione Lourdes dos Santos Aidar

RG: 1139335-1 SSP/MT

CPF: 872.741.831-68

b) SUPLENTE: Antônio da Fonseca Cabral

RG:001065-734 SSP-MS

CPF: 125.616.491-72

VII - REPRESENTANTES DAS IGREJAS EVANGÉLICAS.

a) TITULAR: Geymison Lacerda Silva Dias

RG:1904019-9 SSP-MT

CPF: 020.140.631-41

b) SUPLENTE: Zelina Nogueira Gloria

RG: 2029417-4 SSP-MT

CPF: 028.000.561-00

VIII - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

a) TITULAR: Regiane da Rocha Bomtempo Becker

RG nº 1614434-1 SSP-MT

CPF nº 008.493.511-11,

b) SUPLENTE: Glaucia Maria de Resende

RG nº 525512 SSP-MT,

CPF nº 362.573.381-15

IX - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

a) TITULAR: Moises Pereira da Silva

RG: 1563901-0 SSP/MT

CPF: 513.949.871-53,

b) SUPLENTE: Mislaine Ferreira da Silva

RG: 2397889-9 SSP/MT

CPF:047.133.051-54

X - REPRESENTANTES DOS COMERCIANTES

a) TITULAR: Enivaldo da Silva Pereira

RG:455124SSP/ TO

CPF: 002.917.941-65

b) SUPLENTE: Clenismar Siqueira da Cruz

RG: 1780589-9 SSP/MT

CPF: 013.833.361-05

XI - REPRESENTANTES DE BANDAS OU GRUPO DE MUSICAIS.

a) TITULAR: Donizete Alves da Silva

RG nº 1232457-4 SSP-MT

CPF nº 441.694.851-49

b) SUPLENTE: Eliel de Jesus Ferreira

RG nº 224 1738-9 SSP-MT

CPF nº038.186.561-2

XII - REPRESENTANTES DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

a) TITULAR: Welika Kesley Gomes de Araújo

RG nº 1608018-1 SSP-MT

CPF nº 724.510.331-34

b) SUPLENTE: Ângelo Raimundo de Jesus

RG nº 11433201 SSP-MT

CPF nº864.160.491-04

XIII - REPRESENTANTE DE ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL.

a) TITULAR: Wipsilon Alves Pereira

RG nº 2094235-6 SSP-MT

b) SUPLENTE: Tyago Oliveira da Silva

RG nº 2694922-9

CPF nº 703.382.811-00

XIV - REPRESENTANTES DA ASSESSORIA JURÍDICA.

a) TITULAR: Julliane Alves da Silva

RG:21796726 SSP/MT

CPF: 035.707.361-48

b) SUPLENTE: Bruno Gabriel Regis de Almeida

RG:501764-6 SPTC/GO

CPF:023.116.341-00

XV- REPRESENTANTES DE GRUPOS DE QUADRILHA

a) TITULAR: Leomar Abreu Carvalho

RG: 1665759 SSP-MT

CPF: 007.996.271-86

b) SUPLENTE: Maria Mislainea Almeida Malta

RG: 2501626-1 SSP MT

CPF: 058.362.301-88

Artigo 2º. – Este Conselho será regido pela Lei n. 896/2019, de 27 de fevereiro de 2019, que ***"Institui o Conselho Municipal de Cultura de Canabrava do Norte-MT e dispõe sobre as diretrizes, composição, funcionamento e dá outras providências".***

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE

Gabinete do Prefeito, em 12 de junho de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2973/2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2973/19
DE 20 DE MAIO DE 2019.

"Abre Crédito SUPLEMENTAR - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1418/19 de 22 de fevereiro de 2019.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 1.041 - AQUISIÇÃO VEÍCULO, MÁQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS		
(0405) 4.4.90.52 00.00.0024 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	250.000,00
	TOTAL R$	**250.000,00**

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente:

Excesso de arrecadação	R$	250.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2977/2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2977/19
DE 21 DE MAIO DE 2019.

"Abre Crédito ESPECIAL - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1435/19 de 20 de maio de 2019.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA,Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		**Valor**
Unidade: 04.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) FINANÇAS		
P. A: 2.014 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA E ENCARGOS		
(0583) 4.6.90.91 00.00.0000 - SENTENCAS JUDICIAIS	R$	150.000,00
	TOTAL R$	**150.000,00**

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		**Valor**
Unidade: 04.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) FINANÇAS		
P. A: 2.017 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
(0083) 9.9.99.99 00.00.0000 - RESERVA DE CONTINGENCIA	R$	150.000,00
	TOTAL R$	**150.000,00**

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2976/2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2976/19
DE 21 DE MAIO DE 2019.

"Abre Crédito ESPECIAL - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1442/19 de 20 de maio de 2019.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 877.125,00 (oitocentos e setenta e sete mil cento e vinte e cinco reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.01 - BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
P. A: 2.093 - MANUTENÇÃO DESPESAS CONSELHO MUN. DE SAÚDE		
(0584) 3.3.90.14 00.00.0002 - DIARIAS - CIVIL	R$	5.000,00
(0585) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	15.000,00
(0586) 4.4.90.52 00.00.0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	14.250,00
(0587) 4.4.90.52 00.00.0047 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.094 - MANUTENÇÃO, EQUIPAMENTOS, PESSOAL E ENCARGOS DO NASF		
(0588) 3.1.90.04 00.00.0002 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	50,00
(0589) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	50.000,00
(0590) 3.1.90.11 00.00.0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	149.900,00
(0591) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	50,00
(0592) 3.1.90.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0593) 3.1.90.13 00.00.0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0594) 3.1.91.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0595) 3.1.91.13 00.00.0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0596) 3.3.90.14 00.00.0002 - DIARIAS - CIVIL	R$	3.000,00
(0597) 3.3.90.14 00.00.0046 - DIARIAS - CIVIL	R$	5.000,00
(0598) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	500,00
(0599) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	24.000,00
(0600) 4.4.90.52 00.00.0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	10.000,00
(0601) 4.4.90.52 00.00.0046 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	500,00

Rua. Miraguai, Nº 228, Bairro Centro – Canarana/MT CEP: 78.640-000 - FONE/FAX: (0xx66) 3478-1200
E-mail: chefegabinetepmc@gmail.com Página 1

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES UNIDADE MISTA DE SAÚDE/HOSPITAL		
(0602) 3.3.50.43 00.00.0002 - SUBVENCOES SOCIAIS	R$	100,00
(0603) 3.3.90.14 00.00.0002 - DIARIAS - CIVIL	R$	50.000,00
P. A: 2.095 - MANUT., EQUIP., PESSOAL E ENCARGOS DO CENTRO REABILITAÇÃO		
(0604) 3.1.90.04 00.00.0002 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	1.000,00
(0605) 3.1.90.11 00.00.0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	100.000,00
(0606) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	1.000,00
(0607) 3.1.90.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0608) 3.1.91.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0609) 3.1.91.13 00.00.0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0610) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	32.000,00
(0611) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	18.000,00
(0612) 4.4.90.52 00.00.0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00
(0613) 4.4.90.52 00.00.0023 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00
(0615) 4.4.90.52 00.00.0042 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00
(0614) 4.4.90.52 00.00.0047 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00
P. A: 2.096 - MANUT., EQUIP., PESSOAL E ENCARGOS DA AGENCIA TRANSFUSIONAL		
(0616) 3.1.90.04 00.00.0002 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	500,00
(0617) 3.1.90.11 00.00.0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	80.000,00
(0618) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	500,00
(0619) 3.1.90.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0620) 3.1.91.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0621) 3.1.91.13 00.00.0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0622) 3.3.90.30 00.00.0042 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	1.000,00
(0623) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	18.000,00
(0624) 4.4.90.52 00.00.0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00
(0625) 4.4.90.52 00.00.0023 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00
(0627) 4.4.90.52 00.00.0042 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00
(0626) 4.4.90.52 00.00.0047 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.04 - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
P. A: 2.055 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA		
(0628) 3.1.90.04 00.00.0002 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	50,00
(0629) 3.1.90.11 00.00.0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	100.000,00
(0630) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	125,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 877.125,00 (oitocentos e setenta e sete mil cento e vinte e cinco reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.04 - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
P. A: 2.055 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA		
(0631) 3.1.90.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0632) 3.1.91.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0633) 3.1.91.13 00.00.0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0634) 3.3.90.30 00.00.0042 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	58.000,00
(0635) 4.4.90.52 00.00.0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00
(0636) 4.4.90.52 00.00.0023 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00
(0638) 4.4.90.52 00.00.0042 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00
(0637) 4.4.90.52 00.00.0047 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.05 - BLOCO TFVS - VIGIÂNCIAS EM SAÚDE		
P. A: 2.097 - MANUT., EQUIP., PESSOAL E ENCARGOS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL		
(0639) 3.1.90.04 00.00.0002 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	50.000,00
(0640) 3.1.90.04 00.00.0046 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	50,00
(0641) 3.1.90.11 00.00.0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	50,00
(0642) 3.1.90.11 00.00.0046 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES	R$	50.000,00
(0643) 3.1.90.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0644) 3.1.90.13 00.00.0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0645) 3.1.91.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0646) 3.1.91.13 00.00.0046 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	100,00
(0647) 3.3.90.14 00.00.0002 - DIARIAS - CIVIL	R$	9.000,00
(0648) 3.3.90.14 00.00.0046 - DIARIAS - CIVIL	R$	3.000,00
(0649) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00
(0650) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	15.000,00
(0651) 4.4.90.52 00.00.0023 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00
(0653) 4.4.90.52 00.00.0042 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00
(0652) 4.4.90.52 00.00.0047 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	50,00
	TOTAL R$	**877.125,00**

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 877.125,00 (oitocentos e setenta e sete mil cento e vinte e cinco reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.01 - BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
P. A: 2.041 - MANUTENÇÃO DO BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
(0212) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	34.300,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 877.125,00 (oitocentos e setenta e sete mil cento e vinte e cinco reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0235) 3.3.90.36 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		43.000,00
P. A: 2.044 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS PSFs		
(0240) 3.1.90.11 00.00.0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESR		201.500,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES UNIDADE MISTA DE SAÚDE/HOSPITAL		
(0299) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	213.850,00
P. A: 2.051 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS UNIDADE MISTA/HOSPITAL		
(0309) 3.1.90.11 00.00.0002 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESR		384.475,00
	TOTAL R$	**877.125,00**

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

Rua. Miraguai, Nº 228, Bairro Centro - Canarana/MT CEP: 78.640-000 - FONE/FAX: (0xx66) 3478-1200
E-mail: chefegabinetepmc@gmail.com

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2019

DATA: 12/06/2019

VIGÊNCIA: 12/06/2020

PROCESSO: 071/2019

PREGÃO: 021/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretarias Municipais de Canarana-MT.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos sob comodato, instalação, operação e manutenção de alarmes e câmeras, com vigilância eletrônica e monitoramento, afim de atender as necessidades do Município de Canarana-MT**, conforme especificações do edital.

EMPRESA VENCEDORA:

VENCEDOR DOS ITENS 001 e 042 – **INVIOLAVEL CANARANA SERVICOS ALARMES LTDA**

Valor Total: R$ 113.840,00 (Cento e treze mil oitocentos e quarenta reais)

DECRETO Nº 2975/2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2975/19
DE 21 DE MAIO DE 2019.

"Abre Crédito ESPECIAL - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1447/19 de 20 de maio de 2019.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA,Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0582) 3.3.90.41 00.00.0001 - CONTRIBUICOES	R$	16.000,00
	TOTAL R$	**16.000,00**

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0090) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR$		16.000,00
	TOTAL R$	**16.000,00**

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2974/2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2974/19
DE 21 DE MAIO DE 2019.

"Abre Crédito ESPECIAL - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1444/19 de 20 de maio de 2019.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA,Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.013 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, ONIBUS E MICRO-ONIBUS		
(0579) 4.4.90.52 00.00.0032 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	2.360.000,00
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.02 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGENS		
P. A: 1.035 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONSERVAÇÃO E DRENAGEM		
(0580) 4.4.90.51 00.00.0090 - OBRAS E INSTALACOES	R$	9.000.000,00
P. A: 1.041 - AQUISIÇÃO VEÍCULO, MÁQUINAS E EQUIP. RODOVIÁRIOS		
(0581) 4.4.90.52 00.00.0090 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	2.640.000,00
	TOTAL R$	**14.000.000,00**

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente:

Operações de crédito	R$	14.000.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 026/2019

Processo Seletivo 001/2019

Edital de Convocação N° 026/2019

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2018 homologado pelo Decreto n°2972/2019 de 14 de maio de 2019.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
LARISSA VANESSA ARTMANN GALL	PROFESSOR	001/2019
ELIANE DANTAS DE SOUZA MIRANDA	PROFESSOR	001/2019

As candidatas convocadas terão 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentarem e manifestarem sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 06 de junho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2968/2019

MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

CNPJ 15.023.922/0001-91

DECRETO Nº 2968/19
DE 2 DE MAIO DE 2019.

"Abre Crédito SUPLEMENTAR - Anulação de dotação no Orçamento Programa de 2019 e da Outras Providências", com base na Lei Municipal de Nº 1398/18 de 1 de outubro de 2018.

O Sr. FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA,Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 766.000,00 (setecentos e sessenta e seis mil reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		**Valor**
Unidade: 03.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) ADMINISTRAÇÃO		
P. A: 2.011 - APOIO ÀS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR		
(0062) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	10.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0086) 3.3.90.14 00.00.0001 - DIARIAS - CIVIL	R$	10.000,00
(0562) 3.3.90.34 00.00.0001 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	10.000,00
(0090) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	8.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 2.024 - TERCEIRIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		
(0125) 3.3.90.39 00.00.0030 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	37.000,00
P. A: 2.027 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE E PMDDE		
(0137) 3.3.90.30 00.00.0015 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	2.000,00
P. A: 2.030 - PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
(0146) 3.3.90.30 00.00.0015 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	35.000,00
(0147) 3.3.90.39 00.00.0015 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	$	94.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.06 - DEPARTAMENTO DE CULTURA		
P. A: 2.040 - MANUTENÇÃO, PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA CULTURA		
(0195) 3.1.90.04 00.00.0000 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	30.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0231) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	6.000,00
(0575) 3.3.90.34 00.00.0002 - OUTRAS DESP. DE PESS.DEC.DE CONTR.DE	R$	62.000,00
(0235) 3.3.90.36 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	17.000,00
(0236) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	15.000,00
P. A: 2.046 - DESPESAS COM PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS SAÚDE BUCAL		
(0254) 3.1.90.04 00.00.0002 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	50.000,00
(0258) 3.1.90.13 00.00.0002 - OBRIGACOES PATRONAIS	R$	10.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 2.050 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES UNIDADE MISTA DE SAÚDE/HOSPITAL		
(0304) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	100.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.01 - GABINETE DO SEC. DE OBRAS		
P. A: 2.058 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES GAB. SECRETÁRIO DE OBRAS		
(0385) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	186.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBEINTE		**Valor**
Unidade: 08.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA		
P. A: 2.066 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM GAB. SEC. AGRICULTURA		
(0441) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	15.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		**Valor**
Unidade: 09.01 - GABINETE DO(A) SECRETÁRIA(O) DE ASSISTÊNCIA SOCI		
P. A: 2.071 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA SEC ASSISTENCIA SOCIAL		
(0463) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	50.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER		**Valor**
Unidade: 10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESPORTES E LAZER		
P. A: 2.081 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES SEC. DE ESPORTE E LAZER		
(0513) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	17.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Programa de 2019 no valor de R$ 766.000,00 (setecentos e sessenta e seis mil reais), na forma abaixo especificada:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUN. DESENVOL. SÓCIOECONÔMICO E TURIST		**Valor**
Unidade: 11.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) SEC DES. SÓCIOECON. E TUR		
P. A: 2.086 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM DA SEC DES. SÓCIOEC. TURÍSTCO		
(0548) 3.3.90.39 00.00.0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOR	R$	2.000,00
TOTAL R$		**766.000,00**

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 766.000,00 (setecentos e sessenta e seis mil reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 03 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS		**Valor**
Unidade: 03.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO(A) ADMINISTRAÇÃO		
P. A: 1.006 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAIS PERMANENTE P/ SEC. ADMINISTRAÇÃO		
(0043) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	10.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
P. A: 2.018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM GABINETE SECRETARIO		
(0091) 3.3.90.91 00.00.0001 - SENTENCAS JUDICIAIS	R$	8.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
P. A: 1.015 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS E GINÁSIO POLI-ESPORTIVO EM ESCOLAS		
(0106) 4.4.90.51 00.00.0001 - OBRAS E INSTALACOES	R$	10.000,00
P. A: 2.020 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADM DO FUNDO MUN. EDUCAÇÃO		
(0111) 3.3.90.36 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	30.000,00
P. A: 2.025 - MANUTENÇÃO DA FROTA ESCOLAR PRÓPRIA		
(0128) 3.3.90.30 00.00.0030 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	37.000,00
P. A: 2.027 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE E PMDDE		
(0138) 3.3.90.39 00.00.0001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	2.000,00
P. A: 2.030 - PROGRAMA SALÁRIO-EDUCAÇÃO		
(0148) 4.4.90.51 00.00.0015 - OBRAS E INSTALACOES	R$	35.000,00
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.03 - CRECHE E PRÉ-ESCOLA		
P. A: 1.016 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE PRÉ-ESCOLA		
(0151) 4.4.90.52 00.00.0015 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	10.000,00
P. A: 2.031 - PROGRAMA MERENDA ESCOLAR-PNAEC/PNAPE		
(0155) 3.3.90.30 00.00.0015 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	84.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 766.000,00 (setecentos e sessenta e seis mil reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		**Valor**
Unidade: 05.03 - CRECHE E PRÉ-ESCOLA		
P. A: 2.032 - PESSOAL, MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM CRECHES E PRÉ-ESCOLA		
(0161) 3.3.90.30 00.00.0001 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	10.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.01 - BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
P. A: 1.022 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MAT. PERMANENTE BLOCO GESTÃO		
(0206) 4.4.90.52 00.00.0002 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENT	R$	10.000,00
P. A: 2.041 - MANUTENÇÃO DO BLOCO GESTÃO EM SAÚDE		
(0212) 3.3.90.39 00.00.0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	100.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.02 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		
P. A: 2.043 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES BÁSICAS NOS PSFs		
(0229) 3.3.90.30 00.00.0002 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	62.000,00
(0237) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	17.000,00
P. A: 2.048 - MANUTENÇÃO DESPESAS DA ATENÇÃO BÁSICA		
(0282) 3.3.90.30 00.00.0046 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	15.000,00
(0287) 3.3.90.39 00.00.0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	R$	6.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		**Valor**
Unidade: 06.03 - BLOCO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		
P. A: 1.029 - REFORMA, AMPL. DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE E HOSPITAL		
(0296) 4.4.90.51 00.00.0002 - OBRAS E INSTALACOES	R$	50.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E RODAGEN		**Valor**
Unidade: 07.01 - GABINETE DO SEC. DE OBRAS		
P. A: 2.058 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES GAB. SECRETÁRIO DE OBRAS		
(0382) 3.3.90.30 00.00.0000 - MATERIAL DE CONSUMO	R$	186.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBEINTE		**Valor**
Unidade: 08.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA		
P. A: 2.067 - DESPESAS PESSOAL ENCARGOS SOCIAIS		
(0443) 3.1.90.04 00.00.0000 - CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINAD	R$	10.000,00
P. A: 2.068 - MANUTENÇÃO AGRICULTURA FAMILIAR - ASSENTAMENTOS		
(0448) 3.3.90.32 00.00.0000 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRI	R$	5.000,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA
CNPJ 15.023.922/0001-91

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial de R$ 766.000,00 (setecentos e sessenta e seis mil reais) de dotação orçamentária, a seguir especificada:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**Valor**
Unidade: 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
P. A: 2.076 - ATENDIMENTO A BENEFÍCIOS EVENTUAIS	
(0491) 3.3.90.32 00.00.0000 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIR$	50.000,00
Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	**Valor**
Unidade: 10.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
P. A: 2.084 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
(0530) 3.3.90.31 00.00.0000 - PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OR$	17.000,00
Órgão: 11 - SECRETARIA MUN. DESENVOL. SÓCIOECONÔMICO E TURIST	**Valor**
Unidade: 11.01 - GABINETE SECRETÁRIO(A) SEC DES. SÓCIOECON. E TUR	
P. A: 1.064 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. MATERIAIS PERMANTES SEC. DES. SÓCIOEC. TURISTI	
(0535) 4.4.90.52 00.00.0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTR$	2.000,00
TOTAL R$	**766.000,00**

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA
Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que o Pregão Presencial nº 021/2019, menor preço por Item, realizado na sessão pública no dia 12/06/2019, foi declarado vencedor a empresa; **INVIOLAVEL CANARANA SERVICOS ALARMES LTDA** vencedor dos itens 001 e 042, conforme ata da sessão.

Canarana -MT, 12 de Junho de 2019.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

REGISTRO DE PREÇOS

'' EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME – EPP "

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.796/2017

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para realização de exames de média e alta complexidade para atender as necessidades da Secretaria municipal de Saúde** de acordo com as especificações do edital e anexos**,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **27/06/2019 às 13h30min** (**Horário de Brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 12 de Junho de 2019.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°118/2019

PR

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1142/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 10.215,00 (Dez Mil Duzentos e Quinze Reais) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.33.00.00.00|329000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 405,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 Material de Consumo	R$ 6. 268,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.39.00.00.00|329000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3. 542,00

Sub-Total:R$ 10.215,00

Total Parcial Suplementado: R$ 10.215,00

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro de Exercicios Anteriores em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 02 de Maio de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°116/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1148/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 257.830,00 (Duzentos e Cinquenta e Sete Mil Oitocentos e Trinta Reais) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

07.001-GABINETE DA SEMEC

07.001.12.361.0018.1014.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 1. 250,00
07.001.12.365.0002.2022.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 Material de Consumo	R$ 2. 272,00
07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|125000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 23. 850,00
Sub-Total:R$ 27.372,00	
07.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA	
07.004.13.392.0004.1018.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 50. 000,00
Sub-Total:R$ 50.000,00	
07.005-DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 3. 130,00
Sub-Total:R$ 3. 130,00	
08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.0.11.00.00.00|142000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 18. 520,00
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.1.13.00.00.00|142000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 4. 470,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 Material de Consumo	R$ 12. 000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 57. 319,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|146000000 Material de Consumo	R$ 12. 744,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.32.00.00.00|146000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 10. 453,00
08.001.10.301.0018.1023.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 61. 792,00
08.001.10.305.0025.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 30,00

Sub-Total:R$ 177.328,00

Total Parcial Suplementado: R$ 257.830,00

Artigo 2 - Para dar cobertura ao Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados os recursos aqueles previstos no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, proveniente de anulacao das seguintes Dotacoes Orcamentarias:

07.001-GABINETE DA SEMEC

07.001.12.365.0002.2022.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 1. 833,00
07.001.12.365.0002.2022.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 439,00
07.001.12.361.0018.1014.4.4.9.0.52.00.00.00|122000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 1. 250,00
07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.30.00.00.00|125000000 Material de Consumo	R$ 7. 000,00
07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 9. 500,00

07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 Material de Consumo	R$ 7.350,00
Sub-Total:R$ 27.372,00	
07.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA	
07.004.13.392.0004.1018.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 50.000,00
Sub-Total:R$ 50.000,00	
07.005-DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 Material de Consumo	R$ 3.130,00
Sub-Total:R$ 3.130,00	
08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.001.10.301.0018.1023.4.4.9.0.52.00.00.00|123000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 37.472,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.32.00.00.00|142000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 1.453,00
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.1.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 4.470,00
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 75.839,00
08.001.10.301.0018.1023.4.4.9.0.52.00.00.00|126000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.320,00
08.001.10.301.0018.1023.4.4.9.0.52.00.00.00|146000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 10.000,00
08.001.10.305.0025.2037.4.4.9.0.52.00.00.00|146000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 30,00
08.001.10.301.0018.1023.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 10.000,00

08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.32.00.00.00|102000000 Material de Distribuicao Gratuita R$ 9.000,00

08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 12.000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 2.744,00

Sub-Total:R$ 177.328,00

Total Parcial Reduzido: R$ 257.830,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 02 de Maio de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°117/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1148/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 283.108,00 (Duzentos e Oitenta e Tres Mil Cento e Oito Reais) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

07.001-GABINETE DA SEMEC

07.001.12.365.0019.1017.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalacoes	R$ 10.000,00
07.001.12.365.0002.2022.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 Material de Consumo	R$ 2.000,00
Sub-Total:R$ 12.000,00	
08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 60.000,00
08.001.10.301.0018.1023.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 211.108,00

Sub-Total:R$ 271.108,00

Total Parcial Suplementado: R$ 283.108,00

Artigo 2 - Para dar cobertura ao Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados os recursos aqueles previstos no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, proveniente de anulacao das seguintes Dotacoes Orcamentarias:

07.001-GABINETE DA SEMEC

07.001.12.361.0019.1015.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 Obras e Instalacoes	R$ 10.000,00
07.001.12.364.0002.2025.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 2.000,00
Sub-Total:R$ 12.000,00	
08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.001.17.512.0019.1027.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
08.001.10.304.0025.2038.3.3.9.0.36.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 1.000,00
08.001.17.512.0019.1027.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
08.001.17.512.0019.1026.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 3.000,00

08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 3.000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.36.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 4.000,00
08.001.10.304.0025.2038.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 1.000,00
08.001.10.304.0025.2038.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 3.000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 3.000,00
08.001.17.512.0019.1026.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 Obras e Instalacoes	R$ 2.000,00
08.001.17.512.0019.1026.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 Obras e Instalacoes	R$ 2.000,00
08.001.17.512.0019.1026.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalacoes	R$ 1.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 40.000,00
08.001.17.512.0019.1026.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00
08.001.17.512.0019.1026.3.3.9.0.30.00.00.00|123000000 Material de Consumo	R$ 1.000,00
08.001.17.512.0019.1026.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 Material de Consumo	R$ 1.000,00
08.001.17.512.0019.1026.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.000,00
08.001.17.512.0019.1026.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.000,00
08.001.17.512.0019.1026.3.3.9.0.39.00.00.00|123000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.000,00
08.001.10.301.0019.1024.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
08.001.10.301.0019.1024.3.3.9.0.39.00.00.00|123000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 8.500,00
08.001.10.301.0019.1024.3.3.9.0.39.00.00.00|126000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.500,00
08.001.10.301.0019.1024.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
08.001.10.301.0019.1024.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 2.500,00
08.001.10.301.0019.1024.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 2.500,00
08.001.10.301.0019.1024.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 Obras e Instalacoes	R$ 58.208,00
08.001.10.301.0019.1024.3.3.9.0.30.00.00.00|123000000 Material de Consumo	R$ 7.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

Avenida Tancredo de Almeida Neves, 0, Centro, 78.587-000 Telefone: (066) 3525.2000, Fax: (066) 0525.2000 CNPJ: 01.617.905/0001-78

e-mail: adm@carlinda.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N°117/2019

08.001.10.301.0019.1024.3.3.9.0.30.00.00.00|126000000 Material de Consumo	R$ 2.500,00
08.001.10.301.0019.1024.3.3.9.0.30.00.00.00|146000000 Material de Consumo	R$ 2.500,00
08.001.10.301.0019.1024.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 Material de Consumo	R$ 2.500,00
08.001.10.301.0011.2034.3.3.9.0.40.00.00.00|102000000 SERVICOS DE TIC	R$ 3.400,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.40.00.00.00|146000000 SERVICOS DE TIC	R$ 5.000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 27.000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.40.00.00.00|142000000 SERVICOS DE TIC	R$ 5.000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 15.000,00
08.001.10.301.0019.1024.4.4.9.0.51.00.00.00|142000000 Obras e Instalacoes	R$ 12.500,00
08.001.10.302.0025.2036.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
08.001.10.302.0025.2036.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.40.00.00.00|102000000 SERVICOS DE TIC	R$ 5.000,00
08.001.10.302.0025.2036.4.4.9.0.52.00.00.00|146000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 271.108,00

Total Parcial Reduzido: R$ 283.108,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 02 de Maio de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°119/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1142/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 345.179,02 (Trezentos e Quarenta e Cinco Mil Cento e Setenta e Nove Reais e Dois Centavos) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.32.00.00.00|346000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 190.640,00
08.001.10.303.0025.2039.3.3.9.0.32.00.00.00|346000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 45.800,00
08.001.10.303.0025.2039.3.3.9.0.30.00.00.00|346000000 Material de Consumo	R$ 23.549,50
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.30.00.00.00|346000000 Material de Consumo	R$ 80.039,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.39.00.00.00|346000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 2.560,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.14.00.00.00|346000000 Diarias - Civil	R$ 1.740,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.33.00.00.00|346000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 850,52

Sub-Total:R$ 345.179,02

Total Parcial Suplementado: R$ 345.179,02

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro de Exercicios Anteriores em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 02 de Maio de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

DECRETO N.º 27, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

DECRETO N.º 27, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

Dispõe sobre a atualização do valor venal unitário do metro quadrado de construção, terreno ou hectare (imóvel), a ser utilizado para apuração da base de cálculo do IPTU e do ITBI, para o Exercício Financeiro de 2019, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 68, inciso III, da Lei Orgânica Municipal; e, em conformidade com o disposto da Lei Complementar Municipal n.º 503/2005, que dispõe Sobre o Código Tributário Municipal,

DECRETA

Art. 1.º Fica atualizado o valor venal unitário do metro quadrado de construção, terreno ou hectare (imóvel), a ser utilizado para apuração da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para o Exercício Financeiro de 2019, no percentual do Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas – apurado entre os meses de janeiro de 2018 a dezembro de 2018 – no montante de 7,55% (sete vírgula cinquenta e cinco pontos percentuais), a incidir sobre o atual valor venal.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 10 de junho de 2019.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação nesta data no local de costume.

DECRETO N.º 28, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

DECRETO N.º 28, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

Dispõe sobre o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - **IPTU**, referente ao Exercício Financeiro de **2019,** e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 68, inciso III, da Lei Orgânica Municipal; e, em conformidade com o disposto nos artigos 26 e 27, da Lei Complementar Municipal n.º 503/2005, que dispõe Sobre o Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1.º Fica lançado nos termos do Código Tributário do Município o Imposto Predial e Territorial Urbano - **IPTU**, referente ao Exercício Financeiro do ano de **2019**, sendo que seu pagamento sujeitar-se-á aos seguintes percentuais de desconto, parcelamento e prazos:

I – O Contribuinte que efetuado o pagamento do **IPTU**, fará ***jus*** a um desconto sobre este de **10% (dez pontos percentuais)** caso efetuar o pagamento integral em Cota Única do **IPTU** lançado pelo presente Decreto até a data de **16.07.2019.**

II – O Imposto lançado pelo presente Decreto também poderá ser parcelado da seguinte forma:

a) em até **03 (três)** parcelas, mensais, iguais e sucessivas, sem desconto, com vencimento em **16.07.2019** (1.ª parcela), em **16.08.2019** (2.ª parcela) e em **16.09.2019** (3.ª e última parcela).

Parágrafo Único. O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao valor de 0,7 (zero vírgula sete) Unidade Fiscal Municipal - **UFM**.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 10 de junho de 2019.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação nesta data no local de costume.

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO N. º 162/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO: POLI ENGENHARIA LTDA, CNPJ/MF sob o n. º 01.379. 965/0001-08.

OBJETO: CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA – MT.

PRAZO ALTERADO: compreendendo a prorrogação de 180 (cento e oitenta) dias para o período de 11/06/2019 a 08/12/2019.

DATA DE ASSINATURA: 10/06/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 447/GP/2019 EM, 12 DE JUNHO DE 2019.

Portaria nº 447/GP/2019

Em, 12 de junho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Municipal Comissionada, **Sr.ª MARLI APARECIDA DA COSTA,** portadora do RG nº 11619333 e CPF nº 826.547. 861-53, na função de ASSESSOR JURÍDICO, lotada no Gabinete, 05 (cinco) dias de férias, referente ao período de 02/01/2017 a 02/01/2018, restando 5 (cinco) dias para gozar em data oportuna, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 03/06/2019 e término em 07/06/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 10/06/2019.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 03/06/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 12 de junho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 445/GP/2019 EM, 12 DE JUNHO DE 2019.

Portaria nº 445/GP/2019

Em, 12 de junho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

INTERROMPER – A portaria 124/GP/2018, da Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª HELIA MARIA MOREIRA PACHECO DE MELLO,** lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, a pedido do Secretário de Finanças.

Sendo assim a Licença Prêmio, referente ao período de 02/01/1997 a 02/01/2017, foi gozado de 07/09/2018 a 06/06/2019, totalizando 273 (duzentos e setenta e três) dias, restando gozar 87 (oitenta e sete) dias de direito em data oportuna. Devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 07/06/2019.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 07/06/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 12 de junho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2019

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3207/2019)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SMOBRAS

Objeto: Registro de preços para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Operação das Balsas do Rio Quilombo e Água Branca deste município.

Data/Horário: 27/06/2019 às 09:00h (nove horas) – Fuso Horário Local (Chapada dos Guimarães) O PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS será realizado em sessão pública, na Sede da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Chapada dos Guimarães/MT, no endereço Av. Perimetral, esquina c/ Penn Gomes, Bairro; Bom Clima, CEP. 78.195-000 Chapada dos Guimarães – MT

Informações/Contato:

Superintendência de Licitação/Secretaria Municipal de Administração

Telefone: (65) 3301-1570.

Atendimento:

- Telefônico: 09:00 às 12:00h e 14:00 às 18:00h.

- Presencial: 12:00 às 18:00h.

E-mail: licitachapada@gmail.com.

Endereço para retirada do Edital: O Edital completo e seus anexos poderão ser retirados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, por meio do endereço: www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br, na opção de Serviço de Informação ao Cidadão – "SIC", em seguida na aba "Licitações" ou no link "LICITAÇÃO", localizado na parte final da página inicial da Prefeitura.

Maili da Silva Matoso

Pregoeira Oficial

Visto:

Stephanas PadilhaCosta Soares

Superintendente de Licitação

Chapada dos Guimarães/MT, 12 de junho de 2019.

SETOR DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 60/2018

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 60/2018, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT** e a Empresa **SAGA COMERCIO E SERVIÇOS TECNOLOGIA E INFORMATICA**., na forma e condições seguintes.

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove , foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado pela sua Prefeita, a Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,** brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15 e pela**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Sr. MARCELA MARIA ELOY PAIXÃO,** portador(a) da Carteira de Identidade nº 8012780071 e do CPF nº. **30524369020,** doravante denominada **CONTRATANTE,** e de outro lado a **SAGA COMERCIO E SERVIÇOS TECNOLOGIA E INFORMATICA,** CNPJ N° 05.870.713/0001-20, com sede na Rua Oriente Tenuta, nº 09, Bairro: Consil Cuiabá/MT, CEP: 78048-450 - telefone: (65) 3052-7673 email:www.saganews.com.br, Município de Cuiabá/MT, doravante denominada **"CONTRATADA",** ajustam entre si o termo aditivo contratual, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

1.1. Fica aditada a Cláusula Quinta do Contrato Principal.

1.2. A prorrogação do **prazo de vigência** do mencionado contrato e seus aditivos para **12 (doze) meses** Terá início o presente Termo Aditivo a partir do encerramento do contrato principal, qual seja: **26/04/2019** até a data de **26/04/2020**, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido, no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA BASE LEGAL

2.1. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de atividade essencial à Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 60/2018, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma da Lei n.º 8.666/93, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 12 de março de 2019.

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira - Prefeita Municipal

Contratante

Marcela Maria Eloy Paixão

Secretária Municipal de Administração

Contratante

Renato de Almeida Orro Ribeiro

Procurador Geral do Município - OAB/MT nº 11.055

_____

Empresa: SAGA COMERCIO E SERVIÇOS TECNOLOGIA E INFORMATICA

CNPJ: 05.870.713/0001-20

Contratada

CMDCA N° 4

PUBLICAÇÃO

Chapada dos Guimarães - MT, 12 DE JUNHO.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA de Chapada dos Guimarães - MT**,** no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei de sua criação Lei Nº 753 de 04 de Julho de 1996, alterada pela Lei 1. 229/2006; alterada pela Lei Nº 1.394/2010, modificado pela Lei Municipal 1.452/2011, alterada pela resolução Nº 170, de 10 de Dezembro de 2014, modificada pela Lei Complementar Nº 66/2015 de 15 de Maio de 2015 que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, conforme Lei Federal 8.069/90 – ECA; com base no seu Regimento Interno, aprovado através dos Conselheiros de Direito em 17 de Junho de 2010. Decreto Municipal Nº 051/2018 que Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes para o Biênio de 2018 á 2020 e da outras providências.

CONSIDERANDO: - que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA é o órgão a quem compete deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e adolescentes em todos os níveis, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA);

Torna público o local das provas de aferição de conhecimentos.

A Prova de Aferição de Conhecimento será realizada no dia 16 de Junho de 2019, na Escola Municipal Monteiro Lobato – **Cito a Rua:Antonio Militão Nº 103, Bairro Santa Cruz** no Município de Chapada dos Guimarães – MT, no horário: Das 08h00min ás 11h00min da manhã.

Participarão das provas de aferição de conhecimento, apenas os candidatos cujas inscrições tenham sido homologadas.

Os candidatos deverão chegar ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munidos de caneta esferográfica azul ou preta, e documento de identidade.

O candidato que não comparecer ao local da prova para a sua realização será considerado automaticamente excluído do processo de eleição.

Os dois últimos candidatos só poderão sair juntos, após o término da prova.

Será considerada nula a prova do candidato que se retirar do recinto durante a sua realização sem autorização de membro da Comissão Especial Eleitoral.

O candidato que necessitar de condição especial para a realização da prova deverá requerer, por escrito, os recursos especiais necessários (material, equipamentos etc.).

A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

Qualquer candidato poderá apresentar Recurso em relação à Prova de Aferição, devidamente fundamentado, direcionado à Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapada dos Guimarães MT, conforme previsto no Edital 001/2019 CMDCA.

_____

Raquel Barroso Nunes

Presidente do CMDCA

Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha

SETOR DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 92/2018

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 92/2018, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e a Empresa **CIRCULUS ENGENHARIA DE PROJETOS E EXECUÇÕES LTDA**, na forma e condições seguintes.

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, as partes a seguir identificadas, de um lado, o **MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, na cidade de Chapada dos Guimarães/MT, neste ato representado por pela sua Prefeita, a Sr.ª **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**, brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15,doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **CIRCULUS ENGENHARIA DE PROJETOS E EXECUÇÕES LTDA** , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.619.716/0001-37, com sede na Rua Modena, 24, CEP 78.060 - 808 telefone.: (65) 9 9902-7456/(65) 9 9676-8214 Município de Cuiabá/MT, neste ato representada por seu representante legal Sr.(a) Adailton José da Silva, portador da Cédula de Identidade RG nº 253375 SSP/MT e CPF/MT sob o nº. 275.122.401-63, doravante denominada **CONTRATADA,** contratado este, decorrente do Processo Administrativo n° **028/2017,** licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017,** tem entre si justo e avençado o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir definidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

1.1. Fica aditada a Cláusula Sexta do Contrato Principal.

1.2. A prorrogação do **prazo de vigência** do mencionado contrato e seus aditivos para **06 (seis) meses.** Terá início o presente Termo Aditivo a partir do encerramento do contrato principal, qual seja: **21/03/2019** até a data de **21/09/2019**, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido, no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA BASE LEGAL

2.1. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de atividade essencial à Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 92/2018, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma da Lei n.º 8.666/93, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 06 de março de 2019.

MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira - Prefeita Municipal

Contratante

Renato de Almeida Orro Ribeiro

Procurador Geral do Município

OAB/MT nº 11.055

_____

CIRCULUS ENGENHARIA DE PROJETOS E EXECUÇÕES LTDA

CNPJ: 18.619.716/0001-37

Contratada

DECRETO Nº 33/2019

DECRETO MUNICIPAL N.º 033/2019

REGULAMENTAÇÃO DO EVENTO 1º MOTO ENCONTRO NACIONAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES E DÁ OUTRAS PROCIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a programação de comemoração do evento 1° Moto encontro Nacional que se realizara nos dias 14 a 16 de Junho de 2019;

CONSIDERANDO que os eventos na cidade de Chapada dos Guimarães/MT tem aumento considerável da população flutuante;

CONSIDERANDO que em eventos, em que há a necessidade de regulamentação das atividades de comércio fixo e ambulante temporariamente;

D E C R E T A:

Art. 1.° - Fica proibido o Funcionamento de Ambulantes em espaços cedidos, locados ou de extensão em comércio fixo, nos dias 14 de Junho de 2019 a 16 de Junho de 2019.

Art. 2.° - Fica instituída a taxa única de Alvará de Funcionamento para Estacionamentos em terrenos particulares, nos dias 14 a 16 de Junho de 2019, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais).

§ 1.º - O proprietário ou locador do estacionamento deverá providenciar:

a) Camiseta de identificação da segurança do estacionamento;

b) Apresentar tíquetes de controle de entrada e saída de veículos;

c) Apresentar faixas de sinalização que serão usadas no estacionamento;

d) Manter o local bem iluminado;

e) Apresentar no caso de locação o contrato do terreno no momento da retirada do alvará no setor de fiscalização.

§ 2.º - Fica terminantemente proibido colocar estacionamento em vias públicas ou calçadas, sendo o infrator penalizado com multa de 20 vezes o valor do Alvará para Estacionamento.

Art. 3.º - Fica instituída a taxa única de Alvará de Funcionamento para Ambulantes de Brinquedos e/ou Adereços, Vendedores de Pipoca e de Algodão Doce, nos dias 14 a 16 de Junho de 2019, no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), devendo o ambulante não fixar em um só local.

Parágrafo Único. O descumprimento do disposto no *caput* deste artigo acarretará em multa de 02 vezes o valor do Alvará ora regulamentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4.° - Fica instituída a taxa única de Alvará de Funcionamento de Brinquedos Infláveis, Parede de Escalada, Pula-Pula e Slackline – nos dias 14 a 16 de Junho de 2019, no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) por brinquedo, que deverá ser colocado em local a ser previamente designado pelo Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, devendo o proprietário assinar termo de responsabilidade na Secretaria Municipal de Turismo, bem como apresentar termo de vistoria do Corpo de Bombeiros.

Parágrafo Único. A inspeção do Corpo de Bombeiros atestando as condições de uso, onde atesta a segurança para o funcionamento é de responsabilidade do proprietário do brinquedo, o Município não se responsabiliza pelo atestado de segurança dos equipamentos.

Art. 5.º - Fica instituída a taxa única de Alvará de Funcionamento para o comércio de alimentos na Praça Dom Wunibaldo, nos dias 14 a 16 de Junho de 2019, no valor de R$ 80,00 (oitenta reais), com a liberação de alvarás unicamente as barracas e trailers já instalados na Praça Dom Wunibaldo.

§ 1.º O proprietário do espaço deverá providenciar ainda:

a) Uniforme na cor branca, toucas, luvas e avental;

b) Providenciar extintores CO2 ou Pó Químico;

c) Cada Proprietário será responsável pela iluminação de sua tenda e taxas necessárias para a liberação da mesma;

d) Manter o local limpo, com lixeiras de uso próprio e para os clientes e o local iluminado;

e) Apresentar no momento da retirada do alvará no setor de fiscalização todos os documentos necessários para a retirada dos mesmos.

f) Cumprir todas as normas da vigilância sanitária.

§ 2º. Fica delimitado espaço para colocação de mesas e cadeiras compreendendo o espaço da Praça Bispo Dom Wunibaldo, apenas uma fileira de mesas e cadeiras para cada barraca e/ou trailers.

Art. 6.º - O comércio a que se refere o presente Decreto, que atuar sem o pagamento de alvará nos dias 14 a 16 de Junho de 2019 ficará sujeito a apreensão da mercadoria, sem prejuízos das demais cominações de Lei.

Art. 7.º - Fica, o comércio em geral, expressamente proibido de comercializar nos dias nos dias 14 a 16 de Junho de 2019, bebidas em garrafa e/ou qualquer outro recipiente de vidro, sob pena de apreensão da mercadoria e cancelamento do alvará de funcionamento.

Parágrafo Único. Fica proibido, no espaço interno onde ocorrerá o fechamento das ruas e avenidas principais do centro da cidade de Chapada dos Guimarães-MT, em vias e espaços públicos, o consumo de bebidas em garrafa e/ou qualquer outro recipiente de vidro, exceto nas áreas delimitadas pelo comércio fixo.

Art. 8º - Durante os dias 14 a 16 de Junho de 2019, os bares e restaurantes do entorno da Praça Dom Wunibaldo, somente poderão utilizar de sonorização ambiente e ao vivo no período compreendido das 10h00min da manha às 03h00min da manha.

§ 1º. - Fica delimitado espaço para colocação de mesas e cadeiras compreendendo o espaço da Praça Bispo Dom Wunibaldo, apenas uma fileira de mesas e cadeiras para cada estabelecimento comercial.

§ 2º. – O estabelecimento que optar pela colocação de mesas e cadeiras no espaço da Praça Bispo Bom Wunibaldo deverá pagar uma Taxa Adicional de Alvará de Funcionamento no valor de R$ 100,00 (cem reais), por estar utilizado espaço de domínio público.

§ 3.º – Fica proibido, em vias e Espaços Públicos do Município de Chapada dos Guimarães a utilização de som automotivo.

§ 4.º - Em caso de descumprimento da norma deste artigo, o estabelecimento ficará sujeito à multa sem prejuízo da apreensão do sistema de sonorização.

§ 5.º - Os horários delimitados no *caput* deste artigo deverão respeitar os horários de missa na Paróquia de Sant'Ana, devendo todos os bares e comércios em geral localizados próximos a Praça Bispo Dom Wunibaldo cessarem a sonorização ambiente e ao vivo durante o período que estiver ocorrendo a mencionada celebração religiosa.

Art. 9 - É expressamente proibido o estacionamento de carros em pátios que não sejam destinados a esse fim e/ou locais que dificultem a circulação de pedestres.

Parágrafo Único. Em caso de descumprimento do disposto acima, acarretará na apreensão do veículo que será guinchado e encaminhado à área do CIRETRAN, Polícia Militar, Estacionamento interno da Prefeitura Municipal ou Palco do Festival de Inverno.

Art. 10. - O servidor efetivo que estiver escalonado a trabalhar nos dias 14 a 16 de Junho de 2019 em regime de plantão receberá uma verba indenizatória no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por dia trabalhado.

Art. 11. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães, 12 de Junho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 446/GP/2019 EM, 12 DE JUNHO DE 2019.

Portaria nº 446/GP/2019

Em, 12 de junho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Municipal Comissionada**, Sr.ª MARLI APARECIDA DA COSTA,** portadora do RG nº 11619333 e CPF nº 826.547.861-53, no cargo de ASSESSOR JURÍDICO, lotada no Gabinete**,** indenização de 10 (dez) dias, referente ao período de 02/01/2018 a 02/01/2019, restando 20 (vinte) dias para gozo em data oportuna, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 01/06/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 12 de junho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO MUNICIPAL Nº 032/2019.

DECRETO MUNICIPAL Nº 032/2019.

SUBSTITUIR OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE – COMDEMA DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.024/2002 que dispõe sobre o Código Municipal do Meio Ambiente de Chapada dos Guimarães/MT e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.704/2017 que dispõe sobre a alteração do art. 4º, inciso I e art. 6º, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal nº 1.024/2002 e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR os seguintes membros, titular e suplente, para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente - COMDEMA:

I – Representantes do Poder Público:

a) Titular: Antônio José Leite Filho (SEMA);

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Titular: Silvana Schisuco Hirooka (Instituto ECOSS); **Suplente:** Eunice Elisete Gurgelmim (Instituto ECOSS);

b) Titular: Regina Célia de Assis (OAB/MT);

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor com efeitos retroativos a 27 de maio de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, em 12 de junho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 028/2019, MÉTODO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA-ME.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 028/2019.

CONTRATO PARA ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO ACS E ACE, QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO E A EMPRESA **MÉTODO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA-ME.**

A PREFEITURA MUNICIPAL de COCALINHO – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Araguaia, nº 676 Centro, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o nº 00.965.145/0001-27, neste ato representada pela Prefeita Municipal, **Sr.ª. DALVA MARIA DE LIMA PERES**, brasileira, casada, professora, portadora da **CI nº.** 1.982.506 e inscrita no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliada à Avenida Araguaia, nº.1045 nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **MÉTODO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA-ME,** inscrita no CNPJ sob nº 22.817.081/0001-50, com sede à Av. Andre Antonio Maggi , nº. 487, Edifício Concorde sala 705 andar 7; Bairro Jardim Eldorado, Cuiabá-MT , CEP: 78.048-250, neste ato representada pela Sra. **APARECIDA CHIODI PESAMOSCA**, empresária, portadora da cédula de identidade n.º 89050057 SSP/PR e inscrita no CPF sob n.º 018.155.351-13, denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos da DISPENSA DE LICITAÇÃO 013/2019, com fundamento no art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93, resolvem celebrar entre si o presente termo de contrato, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Contratação da Empresa Método e Soluções Educacionais para Analise da legislação e elaboração de todos os editais conforme legislação, Elaboração de questões e impressão de todos os cadernos de provas em local próprio e orientação de fiscais para a aplicação das provas referente ao processo seletivo ACS e ACE no Município de Cocalinho – MT.

1.2 O detalhamento e especificações dos serviços contratados estão elencados nas clausulas a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA: DO SIGILO DAS PROVAS

2.1. A CONTRATADA obriga-se a manter total sigilo das provas a serem aplicadas no Processo Seletivo, sujeitando-se às penalidades legais. Bem como rescisão imediata deste contrato, caso ocorra quebra de sigilo com relação aos serviços especificados na CLÁUSULA PRIMEIRA, por dolo ou culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE DO PESSOAL DA CONTRATADA

3.1. O pessoal que vier a ser contratado ou escalado para trabalhar no presente Processo Seletivo não manterá com a CONTRATANTE nenhum vínculo de natureza empregatícia, ficando os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, tributários e comerciais a cargo da CONTRATADA, bem como orientações de fiscais para aplicação das provas, assim como realização de inscrições em local definido pela empresa, caso seja necessário.

3.2. Ficarão a cargo da CONTRATADA, as despesas de estadia e alimentação de seus funcionários ou de seus próprios representantes, bem como o fornecimento de fiscais no dia da prova.

3.3. O recebimento dos serviços objeto deste contrato será feito nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no art. 69 da mesma Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

4.1. Ficará a cargo da CONTRATANTE o fornecimento do local para a realização do PEOCESSO SELETIVO.

CLAÚSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1. responsabilizar-se por todas as despesas com o seu pessoal, seja civil ou trabalhista, bem as decorrentes do trabalho e do respectivo contrato de trabalho, além de todos os ônus, tributos, taxas, impostos, encargos, contribuições outras quaisquer, sejam de caráter trabalhista, previdenciário, acidentário, comercial, social ou outras, quer sejam de competência fazendária ou não, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;

5.1.2. responder integralmente pelas obrigações contratuais, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE;

5.1.3. responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato;

5.1.4. manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos;

5.1.5. manter, durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas;

5.1.6. realizar os serviços ora contratados dentro da boa técnica e de acordo com toda a legislação, normas e especificações técnicas pertinentes a cada item de serviço.

5.1.7. analisar a legislação e elaborar todos os Editais (abertura, complementares, homologação e etc) conforme legislação vigente exigida;

5.1.8. Elaboração de questões e impressão de todos os cadernos de provas em local próprio, não terceirizado;

5.1.9. Gerenciar via web publicações, informativos, recursos administrativos e resultados;

5.1.10. Elaborar as provas que serão de no máximo 40 (quarenta) questões (ou outro número definido pela comissão), dividida em áreas necessárias ao bom desempenho da função e elaboradas por professores uni-

versitários em atividade ou não, com questões objetivas para apurar o conhecimento técnico em cada área;

5.1.11. Considerar a pontuação de títulos dos candidatos;

5.1.12. Correção das provas objetivas através de equipamento eletrônico de leitura dos gabaritos com fornecimento de todos os relatórios exigidos pelo TCE/MT.

5.1.13. Elaborar o teste seletivo com prazo de validade de 01 (um) ano prorrogável por mais (01) um ano.

5.2. A CONTRATADA ficará civilmente responsável pelas obrigações oriundas de ilícitos praticados por si, seu pessoal ou seu preposto, devendo ressarcir todos os danos causados ao Município, à pessoas e bens de terceiros, por motivo de dolo, negligência, imprudência ou imperícia, por sua ação ou omissão.

5.3. Caberá a CONTRATADA fornecer materiais para a realização do teste seletivo, tal qual impressão de material e provas, gabaritos e outros materiais necessários à aplicação das provas, em todas as fases, mediante a quantidade solicitada, bem como as despesas com correspondências convocatórias de candidatos, publicações em jornais locais ou regionais e outros atos oficiais inerentes ao concurso público.

5.4 A contratada se compromete a emitir relatório contendo o rol dos inscritos, com o respectivo valor arrecadado com as inscrições para que a Contratante gere o DAM de restituição à contratante dos valores referente as inscrições.

CLAÚSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da CONTRATANTE:

6.1.1. modificar, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados, os direitos do contrato;

6.1.2. rescindir, unilateralmente, nos casos de não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos, como também por razões de interesse público e ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

6.1.3. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

6.1.4. verificar a conformidade dos serviços com as normas especificadas e se os materiais são adequados para garantir a qualidade desejada;

6.1.5. ordenar à CONTRATADA corrigir, refazer, substituir ou reconstruir as partes dos serviços a serem executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

6.1.6. promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal;

6.1.7. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços;

6.1.8. manter organizado e atualizado um sistema de controle, assinado por técnico da CONTRATADA e por servidor designado pela CONTRATANTE, onde se registrem todas as ocorrências e observações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. A CONTRATANTE por força deste instrumento compromete-se a pagar em favor da CONTRATADA a importância de R$ 6.840,00 (seis mil e oitocentos e quarenta).

]

7.2. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal de Prestação de Serviços, tão logo sejam efetuados os trabalhos.

7.3. A Nota Fiscal de Prestação de Serviços acima aludida deverá ser entregue no Departamento de Finanças da CONTRATANTE, para que sejam providenciados os documentos necessários para o devido pagamento na data aprazada contratualmente.

CLÁUSULA OITAVA – Da Dotação Orçamentária

5.1. As despesas decorrentes com o presente contrato correrão por conta do orçamento em vigor, **LEI MUNICIPAL Nº 851, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.018**, na seguinte dotação orçamentária:

Cod. Red. 38

Unidade Orc. 03.001

F. Programatico. 04.128.0003

Prj/Atividade. 1.130

Elemento Despesa. 3.3.90.00.00.00

Dalva Maria de Lima peres MÉTODO SOLUÇÕES EDUCACIONAIS LTDA-ME

Prefeita Municipal Contratada

Contratante

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PORTARIA Nº 243/2019

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o senhor **ELIAS ALVES ARANHA** portador do CPF nº. 209.488.831-20, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão, DAE - I, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, nesta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 02 de maio de 2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de maio de 2019.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 02 de maio de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 311/2019

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **DESIGNAR** o senhor **ROGERIO NUNES SILVA**, Enfermeiro, para atuar como Responsável Técnico no Departamento de Vigilância em Saúde, tendo gratificação especifica de 15% sobre o valor base, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico desta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 03 de junho de 2019.

.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de junho de 2019.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 03 de junho de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 026/2019, cujo objeto é o **registro de preços para futura e eventual aquisição de cestas de gêneros alimentícios para serem distribuídas á famílias em situação de vulnerabilidade social referendada e atendidas pelo centro de referência de assistência social (CRAS) do município de Colider/MT**. Sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA	LOTES	VLR. TOTAL (R$)

J. ASSIS & CIA LTDA ME	**01, 02 e 03**	**131.364,00**

Colider/MT, 12 de junho de 2019.

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº. 055/2019

O Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, Senhor NOBORU TOMIYOSHI, no uso das atribuições legais, principalmente as conferidas pelo inciso IV, do artigo 121, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que no dia 20 de junho de 2019 (Quinta-feira), é feriado religioso de "Corpus Christi ";

Considerando que os Governos Federal e Estadual já divulgaram calendário das datas de feriados e pontos facultativos;

Considerando que deve haver um sincronismo entre as esferas governamentais no tocante ao funcionamento das repartições públicas e poderes públicos em dias de feriados e pontos facultativos para que o atendimento ao público não seja prejudicado;

RESOLVE:

Artigo 1º – Fica decretado **Ponto Facultativo** no município de Colíder, Estado de Mato Grosso, nos dias:

20 de junho de 2019 (Quinta-feira) em razão das comemorações religiosas de Corpus Christi;

24 de junho de 2019 (Segunda-feira) em razão das comemorações religiosas do dia de São João Batista "Padroeiro" do Município de Colíder-MT.

Não havendo expediente interno e ao público nos órgãos da Prefeitura Municipal de Colíder-MT nestes dias acima mencionados.

Artigo 2º – Os serviços essenciais não serão prejudicados pelo cumprimento desse decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 12 de junho de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 054/2019 DESIGNA AS FUNÇÕES DE DIRIGENTE LOCAL, ASSESSORIA JURIDICA E APOIO ADMINISTRATIVO DO PROCON MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, **SR. NOBORU TOMIYOSHI**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO que o Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Estado de Mato Grosso, por meio da Superintendência de Defesa do Consumidor – PROCON – MT.

CONSIDERANDO a necessidade de nomear servidores públicos responsáveis para Dirigente Local, Assessoria jurídica e Apoio Administrativo do PROCON Municipal.

DECRETA:

Art. 1º – Ficam designados para exercerem as seguintes funções abaixo:

§ 1º - CORDENADORIA EXECUTIVA - A servidora **FERNANDA SOARES**, nomeada pela Portaria 255/2019 como Chefe de Departamento de Administração.

§ 2º - ASSESSORIA JURÍDICA - O servidor **ADMAR AGOSTINI MANICA,** nomeado pela Portaria 156/2019 como Assessor Jurídico.

§ 3º - APOIO ADMINISTRATIVO - A servidora **JOSIANE CICERA PAVARIN**, nomeada pela Portaria 247/2019 como Chefe de Departamento de Administração.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal de Colíder.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 028/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 12 de junho de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colíder-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 047/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PRORROGAÇAO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

Nº 047/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que PRORROGARÁ O EDITAL do Pregão Presencial – Edital nº 047/2019 tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS,** com abertura prevista para o dia 13/06/2019 às 08:00 horas, fica prorrogada para o dia **03/07/2019 às 08:00 horas**. Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O edital retificado encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Comissão Permanente de licitação das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 12 de junho de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO 046/2019

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 063/2019 INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO. ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE COMODORO-MT, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº. 881378/2018/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA,EM FACE DO NÃO COMPARECIMENTO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO EM EPÍGRAFE, RESTOU A ESTA COMISSÃO **DECLARAR DESERTA** A LICITAÇÃO.

COMODORO – MT, 12 DE JUNHO DE 2019.

FERNANDO OLIVEIRA LEMOS DA ROSA

PREGOEIRO

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PRORROGAÇAO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que PRORROGARÁ E RETIFICARÁ O EDITAL (PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS) de Tomada de Preços – Edital nº 008/2019 tendo como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 12 METROS LINEARES DE PONTES E REFORMA DE PONTES DE MADEIRA NUM TOTAL DE 204,5 METROS LINEARES, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PLANILHA DE LOCALIZAÇÃO, EM ANEXO,**com abertura prevista para o dia 14/06/2019 às 08:00 horas, fica prorrogada para o dia **01/07/2019 às 08:00 horas**. Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O edital retificado encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Comissão Permanente de licitação das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 12 de junho de 2019.

Thalissa Krignl Capeletti

Presidente da CPL

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO Nº 042/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 11/06/2019 às 10:00 horas na modalidade de Pregão Presencial EDITAL n° 042/2019, tendo como objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE,** consagrou-se vencedora as empresas licitantes: **ATI COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMATICA LTDA EPP** e **K.O.A. DREHMER ME.**

Comodoro – MT, 11 de Junho de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

PREGOEIRO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 071/2019

CONTRATO Nº: 071/2019

DATA: 10/06/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: CONSTRUTORA BORGES LTDA

OBJETO: O objeto do presente Contrato é a Contratação de empresa para execução de obra de implantação de Pavimentação em vias urbanas no Município de Comodoro-MT, conforme Contrato de Repasse nº 867078/2018, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, em anexo.

DOTAÇÃO: 09.02.1.076. 44.90.51.00.00.00.00 2024 (736).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2019

CONTRATO Nº: 070/2019

DATA: 10/06/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: ELI ANGELA DA SILVA EIRELI

OBJETO: Este Contrato tem por objeto a seguinte contratação, conforme itens abaixo:

Prestação de serviço na área médica em Unidade de Saúde da família, conforme atribuições do médico da Estratégia da Saúde da Família (consultas ambulatoriais, avaliações e acompanhamentos e outros) perfazendo uma jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Realizar plantões de sobre aviso de viagens (acompanhar paciente em urgências/emergência quando necessário para referencia da alta complexidade fora do município.

DOTAÇÃO: 07.06.2.037. 3.3.90.39. 00.00.00.00.2000 (475) – 07.06.2. 275. 3.3.90.39.00.00.00.00.2002 (595)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2019

CONTRATO Nº: 069/2019

DATA: 04/06/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA-ME

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto Contratação de pessoa jurídica para, em apoio a Administração, executar serviços, sob a modalidade de assessoria e consultoria, de Levantamento, Análise, Conferência e Acompanhamento das informações econômico-fiscais que são utilizadas pela SEFAZ, para a apuração do Valor Adicionado do Município, principal parâmetro do computo do IPM, mediante a execução das atividades descritas no termo de referência anexo I, LOTE II, e do edital de pregão presencial – registro de preço nº03/2019- São Jose dos Quatro Marcos –Adesão a Ata de Registro de Preço 03/2019 que se tornam partes integrantes deste contrato.

DOTAÇÃO: 04.03.2.109. 3.3.90.39.00.00.00.00.2000 (180)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2019

CONTRATO Nº: 068/2019

DATA: 04/06/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA-ME

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto Contratação de consultoria e auditoria tributaria/fiscal para, em apoio a Administração, executar os serviços técnicos para a cobrança e a recuperação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidentes em obras e serviços contratados nos últimos 5 (cinco) anos com o Município, o Estado, a União e ou terceiros nos limites do Município, e ainda, a implantação de mecanismos de aferição e acompanhamento da arrecadação municipal de ISSQN, bem como a recuperação demais tributos municipais (impostos, taxas etc.) que eventualmente demandem desta prestação de serviços, juntamente com o concomitante fornecimento dos recursos humanos especializado para coordenação e efetivação dos serviços mediante a execução das atividades descritas no termo de referência anexo I, ITEM I, e do edital de pregão presencial – registro de preço nº 03/2019-ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO – SÃO JOSE DOS QUATRO MARCOS/MT que se tornam partes integrantes deste contrato

DOTAÇÃO: 04.03.2.109. 3.3.90.35.00.00.00.00.2000 (914)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 894/2019

LEI N.894/2019 DE 06 DE JUNHO DE 2019.

"ALTERA O ART. 2° DA LEI MUNICIPAL N° 777/2017, E O ART. 2° DA LEI MUNICIPAL N° 778/2017, AS QUAIS DISPÕEM RESPECTIVAMENTE SOBRE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL E CESSÃO DE EQUIPAMENTOS E BENS MÓVEIS PARA O FUNCIONAMENTO DA ESCO-

LA ESTADUAL DA POLICIA MILITAR TIRADENTES NO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor **Ronio Condão Barros Milhomem**, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2° da Lei Municipal n° 777/2017, o qual passa a constar da seguinte forma:

Art. 2° - A cessão do imóvel se dará pelo prazo de 05 (cinco) anos, com finalidade de uso da Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes CB José Martins de Moura, a partir da assinatura do Termo de Cessão, podendo ser prorrogado conforme prévia manifestação e aquiescência das partes.

Art. 2º - Fica alterado o artigo 2° da Lei Municipal n° 778/2017, o qual passa a constar da seguinte forma:

Art. 2º - A cessão dos equipamentos e móveis será pelo prazo de 05 (cinco) anos, com finalidade de uso da Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes CB José Martins de Moura, a partir da assinatura do Termo de Cessão, podendo ser prorrogado conforme prévia manifestação e aquiescência das partes.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de Junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PARECER JURÍDICO

PROCURADORIA MUNICIPAL DE CONFRESA

PARECER - TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL

Ementa: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE NATUREZA CONTÍNUA. REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA. LEGALIDADE.

ASSUNTO: SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO N°: 026/2018

CONTRATADA: BRUNO DOS SANTOS OLIVEIRA – ME

OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para regularização fundiária.

I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em resposta aos ofícios de n° 007/2019 expedido pelo senhor Bruno dos Santos Oliveira, e ofício n° 067/ENG/SEPLAC/PMC/2019 expedido na pessoa do Sr. Adalberto de A.B Pagiolli, engenheiro civil, servidor público municipal vinculado a Secretaria de Planejamento cujo desiderato visa à prorrogação contratual do contrato administrativo CPL 026/2018 celebrado outrora entre o poder público local e o requerente Bruno dos Santos Oliveira, de modo a permitir a conclusão dos serviços objeto do contrato celebrado, tendo sido endereçado o oficio a Secretaria de Administração e, posteriormente enviado à Procuradoria Jurídica para fins de parecer quanto a legalidade/ regularidade do presente termo aditivo que se pleiteia.

Assim, em análise aos ofícios supramencionados, passo a tecer parecer quanto a possibilidade de realização de aditivo contratual para prorrogação do prazo de execução em observância ao disposto no artigo 38, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93:

Art. 38.

[...]

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

II - DA POSSIBILIDADE E LEGALIDADE DO TERMO ADITIVO

O caso em análise trata da possibilidade de o Contrato CPL n° 026/2018 ser aditado no sentido de prorrogar o prazo de execução e vigência por mais 100 (cem) dias, justifica o requerente-contratado a necessidade de tal prorrogação tendo em vista a dificuldade de se localizar os proprietários dos lotes para fins de cadastros, circunstancia esta que estaria retardando o cumprimento de suas obrigações contratuais, motivo pelo qual estaria solicitando a prorrogação do contrato administrativo em analise, mediante a concessão do segundo termo de aditivo contratual pelo período de mais 100 (cem) dias.

Assim, analisando o caso concreto, verifica-se que há possibilidade de ser realizado o referido aditivo, com base no fato de que a solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57, § 1º, inc. V da Lei 8666/93, que assim determina:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 1o Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

[...]

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

Vale frisar ainda que o presente termo de aditivo contratual se restringe apenas a vigência contratual não interferindo nas demais cláusulas contratuais cuja aplicabilidade e incidência continuam inalteradas.

Desse modo, em observância ao disposto no artigo 57, § 1º, inc. V da Lei 8666/93 e tendo em vista as circunstâncias fáticas que ensejaram a sua concessão me manifesto no sentido de ser possível a realização do segundo aditivo contratual, conforme requerido pela requerente-contratado.

III - CONCLUSÃO

DIANTE DO EXPOSTO, o parecer é conclusivo pela legalidade no aditamento do contratual ora analisado, tendo em vista os fundamentos fáticos-jurídicos subjacentes a sua pretensão.

Confresa, 11 de junho de 2019.

Norton Mussalan Ferreira

Procurador Municipal

OAB-MT – 20.035-O

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 112/2019 ADM DE 11 DE JUNHO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no

art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores público municipal qualificados abaixo como FISCAL DE CONTRATO.

SECRETARIA	SERVIDOR	CPF
02- GABINETE	LÚCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES	605.451.941-72
03- SEC. ADMINISTRAÇÃO	WILLIAN ROCHA DE ALMEIDA	002.412.741-84
05- SEC. DE EDUCAÇÃO	ADILSON VITAL DA SILVA	976.515.241-87
06- SEC – SAÚDE (ATENÇÃO BÁSICA, GESTÃO BÁSICA E VISA)	CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO	010.591.161-54
06- SEC – SAÚDE (MAC)	JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI	047.743.951-96
07- SEC - OBRAS	WALTER RAMOS TELES	041.810.571-51
08- SEC. AGRICULTURA	RAFAEL SCHIO	025.479.041-01
09- SEC. AÇÃO SOCIAL	ISMENYA MEIRE DA SILVA ALVES	024.860.871-17
10- SEC. CULTURA	DJALMA RORIZ MAEIRO DE SOUZA	023.742.401-00

Art. 2º - O servidor designado fica responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATO	46/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	J SEVERINO LEAL ME	19.423.131/0001-00	R$ 39.750,00
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA.		
VIGÊNCIA	DE 11/06/2019 a 11/06/2020.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 11 de junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 895/2019

LEI Nº 895/2019 DE 06 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE CONFRESA/MT, DE ACORDO COM O QUE DISPÕE A LEI FEDERAL Nº 11.788/2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Confresa/MT Senhor Ronio Condão Barros Milhomem, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona:

CAPÍTULO I

DA AUTORIZAÇÃO E DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal de Confresa/MT autorizado a contratar estudantes como estagiários para exercerem atividades perante a administração pública direta e indireta, autárquica ou fundacional, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008.

Art. 2º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, visando à preparação para o trabalho produtivo, através do aprendizado das competências da própria atividade profissional.

CAPÍTULO II

DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 3º Podem ser contratados como estagiários pelo Poder Público Municipal os educandos que efetivamente estejam frequentando o ensino regular em instituição de ensino superior, de educação profissional, de ensino médio e de educação especial.

CAPÍTULO III

DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO DO ESTAGIÁRIO

Art. 4º. Os estagiários serão contratados mediante Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o educando, a instituição de ensino e o Município de Confresa/MT.

§ 1º O Termo de Compromisso de Estágio conterá os deveres de cada parte em relação ao estágio, mormente a existência ou não de bolsa-auxílio ao estagiário, sua carga horária e seu termo final.

CAPÍTULO IV

DA QUANTIDADE DE ESTAGIÁRIOS

Art.5º.Cada Secretaria, Autarquia e Fundação integrante do Poder Público Municipal poderá contratar estagiários no limite máximo da proporção de 10 (dez) estagiários para cada 01 (um) servidor que possuir em seus quadros.

§ 1º Quando, em razão do número de servidores, não for possível o cálculo de número inteiro de estagiários, poderá a quantidade de estagiários ser arredondado para a imediatamente maior.

§ 2º Considera-se servidor, para os termos deste artigo, o funcionário efetivo e os ocupantes de cargos em comissão.

§ 3º Dez por cento (10%) das vagas de estágios ofertadas por cada Secretaria, Autarquia ou Fundação do Poder Público Municipal serão preenchidas por deficientes físicos, assim considerados de acordo com a legislação pertinente.

CAPÍTULO V

DO LIMITE TEMPORAL E DA CARGA HORÁRIA DOS ESTÁGIOS

Art. 6º. Os estágios perante o Poder Público Municipal terão duração máxima e improrrogável de 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário deficiente físico, desde que tenha ingressado na cota correspondente.

Art. 7º. Os estágios oferecidos pelo Poder Público Municipal de Confresa/MT terão carga horária máxima de:

I - 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais para os educandos do ensino superior, de educação profissional e ensino médio;

II - 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais para os educandos da educação especial.

Parágrafo único – A carga horária referida neste artigo será reduzida em 50% (cinquenta por cento) durante o período de provas, avaliações ou verificações de aprendizagem do estagiário junto a instituição de ensino, devendo este período estar devidamente delimitado pelo Termo de Compromisso de Estágio.

Art. 8º. É segurado ao estagiário recesso de 30 (trinta) dias por período de um ano de estágio, sendo o recesso concedido de forma proporcional, nos casos em que o estágio tiver duração inferior a doze meses.

CAPÍTULO VI

DA BOLSA-AUXÍLIO

Art. 9º. A critério do Poder Público Municipal e respeitadas previsões orçamentárias e financeiras, o estagiário poderá receber bolsa-auxílio no valor de meio salário mínimo.

Parágrafo único – O Poder Público Municipal regulará, mediante decreto, o pagamento ou não, bem como os valores das Bolsas-auxílio, tendo como parâmetro a carga horária executada pelo estagiário.

Art. 10º. Também a critério do Poder Público Municipal e respeitadas as mesmas condições oferecidas aos servidores públicos, poderá ser oferecido ao estagiário, caso este necessite, auxílio-transporte.

Art. 11º. Quando o estagiário receber bolsa-auxílio, esta será mantida no período de recesso previsto pelo artigo oitavo desta Lei.

CAPÍTULO VII

DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 12º. O estágio, em qualquer caso, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, quer com o Poder Público Municipal de Confresa/MT, quer com a instituição de ensino, nos termos da legislação federal vigente, desde que respeitados os seguintes requisitos:

I – Esteja o educando enquadrado em alguma das hipóteses do artigo 3º desta Lei;

II – Seja lavrado o Termo de Compromisso descrito no artigo 4º desta Lei;

III – Seja compatível e relacionada à atividade desenvolvida pelo estagiário com o previsto no Termo de Compromisso e com o curso frequentado pelo educando.

Parágrafo único – Responsabilizar-se-á, nos termos legais, aquele que, omissiva ou comissivamente, contratar ou mantiver estagiário em condições que afrontem o previsto no presente artigo.

CAPÍTULO VIII

DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 13º. Poderá o estagiário inscrever-se e contribuir com o Regime Geral de Previdência Social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) correndo por sua conta todos e quaisquer ônus, não sendo cabível qualquer ressarcimento ou contrapartida por parte do Poder Público Municipal.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14º. Cabe ao município, como auxiliar no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I) Ajustar as condições de realização do mesmo

II) Acompanhar administrativamente

§1º O local do estágio poderá ser oferecido conforme possibilidade física das dependências do Município.

Art. 15º. O estagiário contratado deverá cumprir fielmente o programa de estágio, sendo que quando este encontrar-se com problemas de saúde, deverá apresentar atestado médico, comprovando sua impossibilidade de comparecimento.

Parágrafo único – O estagiário deve manter sigilo absoluto aos assuntos relacionados ao trabalho desenvolvido, sob pena de ser desligado do cargo.

Art. 16º. Cada Secretaria, Autarquia ou Fundação do Poder Público Municipal indicará servidor público para a orientação e supervisão de seus estagiários, não podendo o mesmo servidor ser responsável por mais de 10 (dez) estagiários.

Art. 17º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Confresa/MT, 06 de junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 898/2019

LEI Nº898/2019, DE 06 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FUMSEP E DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - COMSEP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RÔNIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Pública - FUMSEP, que terá por finalidade financiar ações que visem colaborar efetivamente para a manutenção, suporte financeiro, implementação de programas de segurança pública e projetos que dirijam a adequação, modernização, aquisição e manutenção de equipamentos e viaturas, para os órgãos públicos municipais envolvidos em atividades de segurança pública no âmbito do Município.

Art. 2º O FUMSEP tem por objetivo propiciar o desenvolvimento da Política Pública Municipal de Segurança por meio de captação, repasse e aplicação de recursos destinados às funções de Segurança Pública no Município, assegurando meios para a expansão e aperfeiçoamento das ações de segurança e viabilizando os investimentos na qualificação profissional.

Art. 3º Constituem recursos do FUMSEP:

I - os consignados na Lei Orçamentária Anual e os seus créditos adicionais;

II - as doações, auxílios e subvenções de entidades públicas ou privadas, pessoa física ou jurídica;

III - as receitas decorrentes das aplicações de seus recursos orçamentários e extra orçamentários, observada a legislação aplicável;

IV - receitas decorrentes de convênios, aplicações financeiras, acordos, transações judiciais, etc.

Art. 4º Os investimentos e despesas realizados com recursos do FUMSEP deverão seguir as diretrizes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como demais legislação correlata às compras e contratações.

Art. 5º Os recursos que compõem o FUMSEP serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial e específica sob a denominação de "Fundo Municipal de Segurança Pública", de acordo com as normas elaboradas pela Secretaria da Fazenda - SEFAZ.

Art. 6º Fica a Secretaria de Administração responsável em publicar mensalmente no Diário Oficial do Município o relatório fiscal e contábil do Fundo Municipal de Segurança Pública.

Art. 7º Ficam designados conjuntamente os Presidentes do COMSEP e do FUMSEP, como autoridades competentes para autorizar despesas, efetuar pagamentos, movimentar contas e transferências financeiras e reconhecer dívidas, à conta dos recursos do Fundo.

Art. 8º Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Pública - COMSEP, com as seguintes competências:

I - analisar e sugerir medidas para a elaboração da política municipal de segurança pública;

II - zelar pela efetivação de ações voltadas à prevenção da violência e ao combate à criminalidade;

III - gerir, fiscalizar, acompanhar e avaliar a aplicação de recursos e o desempenho dos programas e projetos financiados pelo Fundo Municipal de Segurança Pública - FUMSEP;

IV - propor critérios para a celebração de contratos ou convênio entre os órgãos governamentais na área de segurança pública;

V - propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços de segurança pública no âmbito do Município;

VI – elaborar e aprovar o regimento interno;

VII - dar posse aos seus conselheiros, a partir da sua instalação;

VIII - articular com organizações privadas e governamentais, nacionais e estrangeiras, e propor intercâmbio, celebração de convênio ou outro meio, com vista à superação de problemas de segurança pública no Município;

IX - exercer outras atribuições correlatas, definidas em Lei ou no seu Regimento Interno.

Art. 9º. O Conselho terá uma diretoria formada por:

I – Presidente;

II - Vice-Presidente;

III – 1º Secretário;

IV – 2º Secretário;

V – Tesoureiro.

Art. 10º O COMSEP será formado por representantes dos órgãos e instituições abaixo:

I - um representante da Secretaria de Planejamento;

II - um representante da Secretaria de Educação;

III - um representante da Secretaria de Saúde;

IV - um representante da Secretaria de Finanças;

V - um representante da Câmara de Vereadores;

VI - um representante da Comissão de Segurança Pública da 27ª Subseção da OAB;

VII - um representante de cada Conselho de Segurança - CONSEG;

VIII - um representante da Policia Militar;

IX – um representante da Secretaria de Cultura;

X – um representante do Sindicato Rural;

XI - um representante do IFMT;

XII – um membro da Câmara dos dirigentes lojistas.

§ 1º A Presidência do COMSEP será exercida por um de seus membros titulares, eleito diretamente, através de voto direto dos demais conselheiros, sendo que em caso de empate será escolhido o membro com maior idade.

§ 2º Cada membro do Conselho terá um suplente, que o substituirá nos seus impedimentos.

§ 3º Os membros do COMSEP e seus suplentes serão indicados por seus respectivos órgãos e instituições, os quais serão nomeados através de Decreto pelo Prefeito Municipal.

§ 4º Os membros do COMSEP não serão remunerados nas atividades do Conselho e suas funções serão consideradas serviço público relevante.

§ 5º O mandato dos membros do COMSEP será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução consecutiva, desde que referendada pelos Conselheiros, por maioria absoluta.

§ 6º. Para que o Conselho possa desempenhar suas funções, o Prefeito Municipal promoverá a disponibilização dos bens públicos e dos servidores necessários.

§ 7º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 11 As decisões do Conselho serão votadas e aprovadas por maioria simples, com exceção as que se referem ao Fundo, cuja aprovação deverá ter a maioria absoluta.

Art. 12 As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Confresa – MT 06 de junho de 2019.

RÔNIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 070/019.

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2019.

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 070/2019.

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que fará reabertura da licitação **Pregão Presencial - SRP Nº 070/2019 do tipo Menor Preço Por Item,** no **dia 02 de Julho de 2019, às 09h00min**, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Rua Mato Grosso, nº 93, Centro na cidade de Confresa-MT, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Depto. de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.org no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ASFALTICOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE OBRAS, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

Confresa-MT, 12 de Junho de 2019.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria nº 135/2019.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 063/2019.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2019.

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 063/2019**, conforme segue:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES, SENDO INTERMUNICIPAIS (RODOVIÁRIAS) PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

ADJUDICADO/HOMOLOGADO:

Para a empresa:

RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

CNPJ: 36.909.380/00001-29.

END: RUA BORORÓS, Nº 309, SETOR SUL II, MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS-MT, CEP:78.600-000.

E-MAIL: rionovotransporte@gmail.com.

Vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do certame no valor global de **R$ 370. 942,50** (Trezentos e Setenta Mil e Novecentos e Quarenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos).

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Confresa-MT, 12 de Junho de 2019.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

Pregoeiro.

Portaria nº 135/2019.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº 46/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 091/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO: N° 010/2019

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONFRESA.

VIGÊNCIA: 11/06/2019 A 11/06/2020

DO VALOR GLOBAL: R$ 39.750,00 (trinta e nove mil, setecentos e cinquenta reais)

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa **–**

CONTRATADA: J SEVERINO LEAL ME - CNPJ n° 19.423.131/0001-00

FORO: Porto Alegre do Norte – MT.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2019.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL-

PROCESSO Nº 095/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nª 011/2019.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DAS AMBULÂNCIAS COBERTURA DE SEGURO TOTAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT

CONTRATADA:

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

END: Avenida Rio Branco n°1489, Bairro Campos Eliseos - São Paulo – SP.

CEP: 01.205-001.

CONFRESA/MT, CEP:78.652-000

VALOR TOTAL CONTRATADO R**$ 9.290,00 (Nove Mil e Duzentos e Noventa Reais),** para o fornecimento dos itens do objeto da Dispensa.

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso V, da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 008/2019, em conformidade com o Termo de Referência.

Confresa/MT, 12 de junho de 2019.

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1200012 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 12/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2019

ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1200012/PMNO/2019, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº012/2019 DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT**, CUJA A DETENTORA DA ATA É TATIANA CAPITANIO VEICULOS - ME**, INSCRITA NO CNPJ Nº 09.103.941/0001-25.**

A Prefeitura de Confresa/MT, declara que aderiu a Adesão Ata de Registro de Preços decorrente do **Pregão Presencial – SRP nº 012/2019** da **Prefeitura Municipal de Nova Olímpia**, cuja a Detentora da Ata é a empresa **TATIANA CAPITANIO VEICULOS-ME, INSCRITA NO CNPJ Nº 22.096. 126/0002-25**, a referida adesão **tem por objeto o Registro de Preços para "AQUISIÇÃO DE VEICULO 0 KM"** conforme quantidade abaixo relacionada, com um valor Global Estimado de **R$ 72.500,00 (Setenta e dois Mil e Quinhentos Reais).**

DESCRIÇÃO	QT	VL UNT	VL TOTAL
Veículo zero km, tipo pick-up cabine dupla, fabricação nacional, com no mínimo ano/modelo 2019/2019, no mínimo 02 (duas portas, para no mínimo 4(quatro) passageiros com o motorista; bicombustível (flex), com potência mínima de 85cv, transmissão de 5 (cinco) velocidades à frente e 1 (uma) a ré, com capacidade de caçamba de no mínimo 680 litros e com capacidade de carga útil mínima de 650 kg, com ar condicionado original de fábrica, direção hidráulica ou elétrica original de fábrica brake light, travas elétricas das portas e da caçamba original de fábrica, vidros elétricos dianteiros com sistema de subida e decida com um toque original de fábrica, protetor de carter, rodas de aço estampado com pneus no mínimo 175/70 r14, air bag duplo (motorista e passageiro), sistemas de freio abs com ebd; apoio de pé para motorista, iluminação de caçamba, janela traseira corrediça, barra de proteção do vidro traseiro; ganchos para amarração de carga na caçamba, com no mínimo para-choque traseiro com estribos antiderrapante marca.: nat.:4490525200	1 UNI	R$ 72,500,00	R$ 72,500,00
VALOR TOTAL			R$72. 500,00

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

TATIANA CAPITANIO VEICULO – ME.CNPJ: 09.103.941/0001-25. CIDADE: ÁGUA BOA – MT.

END: Av. Júlio Jose de Campos, n°58, Sala b, CEP: 78.635-000.

FONE: (66) 3468-1338.

Confresa - MT, 03 de JUNHO de 2019

JEAN FLAVIO DOS SANTOS MILHOMEM

PREGOEIRO

PORTARIA Nº174/2019

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 45/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 026/2018

PREGÃO PRESENCIAL: 020/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO CAP 50/70, CM30, EMULSAO ASFALTICA TIPO RR-2C, EMULSAO ASFALTICA TIPO RL-1C, EMULSAO ASFALTICA-EAI, PARA SEREM UTILIZADOS NA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA URBANA, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE OBRAS, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

VIGÊNCIA: 10/06/2019 A 10/06/2020;

DO VALOR GLOBAL: R$ 596.650,00

DATA: CONFRESA, 10 DE JUNHO DE 2019

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – **CONTRATADA: ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO EIRELI. CNPJ:** 07.489.111/0001-52

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE – MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 47/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 003/2018

PREGÃO PRESENCIAL: 002/2018

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DEMATERIAIS ESPORTIVOS,PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

VIGÊNCIA: 11/06/2019 A 11/06/2020;

DO VALOR GLOBAL: R$ 29.666,32

DATA: CONFRESA, 11 DE JUNHO DE 2019

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – **CONTRATADA: P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME.** CNPJ N. 21.395.275/0001-41.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE - MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CPL Nº. 026/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2018;

PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2018;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de **Execução** do Contrato por mais 100 (cem) dias, vigorando de 11 de junho de 2019 a 19 de setembro de 2019, por razões de interesse entre as partes.

Prorrogação do prazo de **Vigência** do Contrato por mais 100 (cem) dias, vigorando de 11 de junho de 2019 a 19 de setembro de 2019, por razões de interesse entre as partes.

DATA: 10/06/2019;

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT;

CONTRATADO: BRUNO DOS SANTOS OLIVEIRA – ME - C.N.P.J nº 24.846.562/0001-19.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 111/2019 ADM DE 11 DE JUNHO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal qualificados abaixo como FISCAL DE CONTRATO.

SECRETARIA	SERVIDOR	CPF
05- SEC. DE EDUCAÇÃO	PAULO ALVES LIMA SILVA	024.797.741-12

Art. 2º - O servidor designado fica responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATO	47/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME.	21.395.275/0001-41	R$ 29.666,32
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES - 11/06/2019 A 11/06/2020.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 11 de junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 110/2019 ADM DE 10 DE JUNHO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal qualificados abaixo como FISCAL DE CONTRATO.

SECRETARIA	SERVIDOR	CPF
07- SEC - OBRAS	WALTER RAMOS TELES	041.810.571-51

Art. 2º - O servidor designado fica responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATO	45/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO EIRELI.	07.489.111/0001-52	R$ 596.650,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO CAP 50/70, CM30, EMULSAO ASFALTICA TIPO RR-2C, EMULSAO ASFALTICA TIPO RL-1C, EMULSAO ASFALTICA-EAI, PARA SEREM UTILIZADOS NA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA URBANA, NO MUNICIPIO DE CONFRESA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE OBRAS, NO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES - 10/06/2019 a 10/06/2020.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 10 de junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 113/2019 ADM DE 12 DE JUNHO 2019.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora pública municipal **RYANE CARLA ALVES CPF: 029.428.921-61,** em substituição a servidora pública municipal **ANDREA BORGES FERREIRA**, **CPF: 769.815.681-87**, nos seguintes documentos:

CONTRATOS: n° 267/2017, n° 269/2017, n° 003/2018 e n° 37/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos retroativos a partir de 01/04/2019.**

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de junho 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 896/2019

LEI N.896/2019 DE 06 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER AJUDA DE CUSTO NO VALOR DE R$16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS) PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO “FESTRILHA”, QUE SE REALIZARÁ EM CONFRESA - MT, NOS DIAS 08 E 09 DE JUNHO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder ajuda de custo, em espécie, num montante de R$16.000,00 (Dezesseis mil reais), para a realização do evento “FESTRILHA”, que se realizará em Confresa, nos dias 08 e 09 de junho de 2019, e será promovido pela Federação Matogrossense de Quadrilhas em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de Confresa.

Art. 2º - O numerário será utilizado para ajuda de custo aos grupos que representarão Confresa no Evento, conforme Cronograma e Tabela de Custo apresentado pelos mesmos, que fica sendo parte integrante desta Lei.

Art. 3º - Fica autorizado o depósito do valor de R$ 8.000,0 (Oito mil reais), na conta corrente da Associação do Grupo Junino Caipiras do Araguaia, CNPJ n. 25.266.586/0001-35, conta n. **1061-7**, agência Caixa Econômica Federal n. **3437**, operação **003** de Confresa.

Art. 4º - Fica autorizado o depósito do valor de R$ 8.000,0 (Oito mil reais), na conta corrente da tesoureira da Associação Cultural de Quadrilha Beija Flor, CNPJ n. 24.586.8840001-76, conta n. **18737-2**, agência do Banco do Brasil n. **3989-6**, CPF: **017.486.591-21** de Confresa.

Art. 5º - As Associações deverão prestar contas da utilização do numerário em até 10 dias após a realização do evento.

Art. 6º - Para fazer face às despesas em comento fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos estabelecidos em dotação própria.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 06 de junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

DATA	POLO	CIDADE	LOCAL
15 E 16/06/ 2019	V	Tangará da Serra	Módulo Esportivo
22 e 23/06/ 2019	II e III	Barra do Garças	Porto do Baé
29 e 30/06/ 2019	I	Porto Alegre do Norte	Complexo Esportivo Gezil Araújo
06 e 07/07/ 2019	IV	Rondonópolis	Espaço Rio Vermelho
17 a 21/07/ 2019	FINAL	Nova Xavantina	Balneário Praia do Sol

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 897/2019

LEI N° 897/2019 DE 06 DE JUNHO DE 2019.

AUTORIZA O PAGAMENTO DO REAJUSTE SALARIAL AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1o Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, em base no caput do Art. 5o da Lei Federal no 11.738/2008, ao pagamento do piso salarial nacional aos profissionais da educação municipal, reajustado em 4,17%, devendo os valores a serem pagos, retroativamente a janeiro de 2019.

§ 1o A Aplicação do índice de correção do piso do magistério de 2019 equivalente a 4,17% (quatro inteiros e dezessete percentuais) será na folha da educação a partir da competência de julho/2019, reconhecendo o direito retroativo a competência de janeiro/2019;

§ 2o Os valores do montante referente a diferença retroativa de janeiro a junho de 2019 serão pagos em parcelas iguais nas folhas de julho a dezembro de 2019.

Art. 2o As despesas advindas da presente Lei serão custeadas com recursos oriundos do Orçamento Anual.

Art. 3o A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Confresa – MT, 06 de junho de 2019

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

RESULTADO DO PREGÃO 038/2019 PROCESSO 063/2019

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 038/2019 obteve os seguintes resultados:

A empresa **COLOMBOMETAL EIRELI,** CNPJ 04.641.102/0001-47, foi vencedor de **1 item,** com valor global de **R$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais).**

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 12 de Junho de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 063/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 038/2019

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 063/2019

b) Licitação Nr.: 038/2019-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 12/06/2019

e) Objeto da Licitação: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MAQUINA EXTRUSORA DE CONCRETO, PARA CONSTRUÇÃO DE MEIO FIO NO MUNICÍPIO E DISTRISTOS DE COTRIGUAÇU/MT"**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

012984 – COLOMBOMETAL EIRELI (1 ITEM) totalizando (1) item no valor global de **R$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais).**

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO - Nº 009/2019 PROCESSO 069/2019

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE CREDENCIAMENTO nº 009/2019, com a finalidade de selecionar propostas para: **"CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE OFICINA, ARTESÃO EM CIMENTO, ENCANADOR, JARDINAGEM, COLETA EM CAMINHÃO E FRANQUEADO CORREIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NO CENTRO E DISTRITO DE COTRIGUAÇU/MT",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93,Lei n.º 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015, e demais legislações aplicáveis. O recebimento de propostas será à partir do dia 14 (quatorze) de Junho de 2019 até 28 de Junho de 2019, no horário: 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal. Poderão se credenciar pessoa Jurídica, que atenda aos requisitos previstos no presente edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via email- licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência).

Cotriguaçu-MT, 12 de Junho de 2019.

VALÉRIA DE ALMEIDA

Presidente da CPL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 040/2019 PROCESSO 067/2019

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a RETIFICAÇÃO de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 040/2019, devido a alteração na quantidade dos itens, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com

a finalidade de selecionar propostas para: REGISTRO DE PREÇO **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **25 (Vinte e cinco) de Junho de 2019, às 08:30 (oito horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 12 de Junho de 2019. **JULIANO MATEUS DE ALMEIDA Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 023/2019

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46.992/2018)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa/instituição para realização de curso preparatório PRESENCIAL para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e Vestibulares, com apoio de plataforma EAD na forma de registro de preço de hora-aula, conforme exigências e condições descritas neste instrumento e seus anexos.

Data/Horário: 28/06/2019 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2019

Priscila R.N.M.Berber

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 12 de junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
DECRETO MUNICIPAL Nº 112/2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO/CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2018, PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino/MT, no uso de suas atribuições legais e, considerando as determinações contidas na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Leis Municipais integrantes do Edital e alterações,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público, devidamente HOMOLOGADO EM 08/04/2019, através do Decreto Municipal de nº 060/2019, publicado como determinado em Lei,

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, servidores para o Município,

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os candidatos relacionados no Anexo I.

Art. 2º - Os candidatos nomeados ficam, desde já, convocados para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Decreto, a apresentarem-se no Departamento de Recursos Humanos, que fica na Sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. J.P.F. Mendes, nº 2.287, Centro, Diamantino/MT, no horário das 7h às 11 e das 13h às 17h, em dias úteis, para apresentarem os documentos de acordo com o Anexo III do Edital do Concurso Público nº 01/2018, representado pelo Anexo II deste Decreto.

§1º - A documentação deverá ser apresentada em cópia devidamente autenticada ou, em caso de apresentação apenas de cópia simples, o candidato deverá apresentar, conjuntamente, a via original, para simples conferência.

§2º - É obrigatória a apresentação de todos os documentos para recebimento pelo Departamento de Recursos Humanos, caso contrário, a documentação será recusada e devolvida no ato da apresentação.

§3º - O Departamento de Recursos Humanos terá 10 (dez) dias para proceder a análise da documentação apresentada e verificação do cumprimento dos demais requisitos legais e constantes do Edital do Concurso Público nº 01/2018.

Art. 3º - O não comparecimento do candidato nomeado ou a não apresentação dos documentos, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA e RENÚNCIA quanto ao cargo de aprovação, enquanto que a reprovação dos documentos na análise prevista no §3º ao artigo anterior, implicará automaticamente em nulidade da aprovação e nomeação, com perda dos direitos decorrentes. Em ambas as hipóteses, fica reservado o direito da Administração de convocar outro candidato.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 11 de Junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 112/2019

Cargo: 019 - DENTISTA - ZONA URBANA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
2º	THAINÁ PATRÍCIA FIUZA BAHR

ANEXO II DO DECRETO Nº 112/2019

Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Médico Pericial (anexo III - I) do Edital de Concurso Público nº 001/2018), expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação e página do último contrato de trabalho, ou somente página em branco para quem nunca teve carteira assinada)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade - RG
Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral - **http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-d...**
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento conforme o caso
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site)**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de

ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site)**
Certidão Conjunta da Receita Federal;
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este Decreto.
Comprovante de Escolaridade
Carteira do Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Carteira de Habilitação CNH - conforme o cargo
Conta Corrente BANCO DO BRASIL - Agência de Diamantino - Cópia do Cartão
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
01 FOTO 3X4 COLORIDA ATUAL
APRESENTAR DOCUMENTOS ORIGINAIS NO ATO DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO.
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(EMISSÃO FEITO NO SETOR DE RH)**
OS DOCUMETOS DEVERÃO SER APRESENTADOS SEPARADAMENTE, UM POR FOLHA.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 009/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03.648.540/0001-74, com sede na Rua Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2019, do tipo "Menor Preço Global", tendo como objetivo a TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE PROTEÇÃO EM ALAMBRADO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT., que se deu no dia 10/06/2019, onde sagrou-se vencedora a empresa A.M. DE ABREU EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 18.523.063/0001-98, que apresentou proposta no valor global de R$ 29.758,36 (Vinte e nove mil e setecentos e cinqüenta e oito reais e trinta e seis centavos). **A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 11 de Junho de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**P. V. PEREIRA ROUSSDEUTSCHER - ME.**

CNPJ nº 10.426.697/0001-10

Valor total da ata: **R$ 31.680,00 (Trinta e um mil e seiscentos e oitenta reais).**

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 13 de Junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 121/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio do Funcionário Público Municipal, Senhor **JORGE ADRIANO DO VALLE SOUZA** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **25 de Outubro de 2011 a 24 de Outubro de 2016;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Senhor **ADRIANO DO VALLE SOUZA**, matrícula 902-1, exercendo o Cargo/Função de TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR/DENTISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **17 de Junho de 2019 a 16 de Julho de 2019.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 11 de Junho de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 122/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal Senhora **KENYA KELLY DIAS DE ALMEIDA FONSECA,** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **17 de Janeiro de 2012 a 16 de Janeiro de 2017;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **KENYA KELLY DIAS DE ALMEIDA FONSECA**, exercendo o Cargo/Função de Técnico Nível Superior/Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **17 de Julho de 2019 a 15 de Agosto de 2019.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 11 de Junho de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 120/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal Senhora **ROSIRAM FIALHO GOMES DA SILVA,** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **25 de Outubro de 2011 a 24 de Outubro de 2016;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **ROSIRAM FIALHO GOMES DA SILVA**, matrícula 1359-1, exercendo o Cargo/Função de AGENTE AUXILIAR SERVIÇOS TÉCNICOS/AUXILIAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **17 de Junho de 2019 a 16 de Julho de 2019.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 11 de Junho de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

GABINETE
PORTARIA Nº 100/2019

O Prefeito Municipal de Diamantino/MT, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para comporem a Comissão Permanente de Avaliação de bens, os seguintes servidores:

Presidente: Secretário Municipal de Finanças;

Secretário: Sr. João Paulo Braz da Silva - CPF n.º 576.210.209-20;

Membro: Sr. Márcio Roberto Soares - CPF n.º 810.146.789-00;

Membro: Sr. Rubin Tadeu da Silva - CPF n.º 015.322.188-77.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 12 de junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 101/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. **MARY ALBERNOZ REGIS,** brasileira , portadora do RG N. º 181804 SP/MT e CPF N.º 040.782.171-68, como Fiscal do Contrato n.º 33/2019, cujo OBJETO é: Credenciamento de Pessoas Jurídicas Especializadas na Prestação de Serviços Médicos nas Especialidades de Ginecologia/Obstetrícia, Pediatria, de forma Complementar aos Serviços Oferecidos no Município de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 12 de junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 102/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Sr. **ODEMAR MENDES DE SOUZA,** brasileiro, solteiro, efetivo, Professor, portador do RG N. º 616 115 SSP/MT e CPF N.º 522. 531.631-04 como Fiscal do Contrato n.º **34/2019**, cujo OBJETO é: Contratação do Grupo Lambadão Chamegar, que estará fazendo Show e Animando a Festa Junina com Festival de Quadrilha das Escolas Públicas e Privadas do Município de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 12 de junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
EDITAL N.º 11/2019 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, através do Prefeito **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, convida a população do Assentamento Caeté para participarem de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** com o objetivo de recolher subsídios ou informações para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões para revisão das Peças de Planejamento, a ser realizado no dia **25/06/2019**, as 19h00m, na Escola Castro Alves, Diamantino/MT.

A audiência, realizada na forma de exposições e manifestações verbais e escritas por convidados e participantes.

Diamantino, 12 de Junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 103/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **ROGÉRIO FRANCISCO ADVERSI,** brasileiro, casado, portador do RG N.° 001128693 SSP/MT e CPF N.º 959.307. 951-34, como Fiscal do Contrato **nº 35/2019**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa Especializada em Pavimentação com Pedras Irregulares (Calçamento do Bairro Bento Porto) no Município de Diamantino/MT

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 12 de junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
EDITAL N.º 10/2019 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, através do Prefeito **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, convida a população dos Bairros

São Benedito, Cohab Morumbi e Conceição para participarem de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** com o objetivo de recolher subsídios ou informações para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões para revisão das Peças de Planejamento, a ser realizado no dia **18/06/2019**, as 19h00m, na Escola Castorina Sabo Mendes, Diamantino/MT.

A audiência, realizada na forma de exposições e manifestações verbais e escritas por convidados e participantes.

Diamantino, 11 de Junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ERRATA: NA PUBLICAÇÃO FEITA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2019, EDIÇÃO Nº 3.247, PÁGINA 263 , REFERENTE AO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019/SRP.

ONDE SE LÊ:FORNECEDOR REGISTRADO:**STRONGFER IND. E COM. DE PRODUTOS EIRELI - EPP.**

LEIA-SE:FORNECEDOR REGISTRADO:**STRONGFER IND. E COM. DE PRODUTOS LTDA.**

Diamantino/MT, 12 de Junho de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2019 AO EDITAL Nº 002/2019
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – MODALIDADE CONTAGEM DE PONTOS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento as normas previstas na Portaria nº 142/2018/MEC e Resolução nº 07/2018/MEC/FNDE, **TORNA PÚBLICO** este Edital, para conhecimento dos interessados através do presente Edital Complementar ao Edital 002/2019- Modalidade Contagem de Pontos, com objetivo de selecionar Assistente de Alfabetização para atuar no Programa Mais Alfabetização 2019, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso:

a) **RESULTADO FINAL** (Anexo I), apresentando este para homologação por ordem de classificação entre **"APROVADO"** com vaga garantida e **"CLASSIFICADO"** que comporão o Cadastro de Reserva.

Diamantino – MT, 12 de Junho de 2019.

Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

ANEXO I

Classificação	Nome do Candidato	Situação
1º	Maria Ferreira de Almeida Oliveira	Aprovada
2º	Claudete Vaz Garcia	Aprovada
3º	Evanil Maria do Nascimento	Aprovada
4º	Selma Paulina da Silva	Aprovada
5º	Dagma Aparecida de Almeida	Aprovada
6º	Luciene Rosa Santiago	Aprovada
7º	Luzia Alquina de Lima	Classificada
8º	Juracema Alves Moreira	Classificada
9º	Ana Maria Mota dos Reis	Classificada
10º	Ariadne Alves da Silva	Classificada
11º	Karine Gonçalves de Araujo	Classificada
12º	Cleiton Mateus de Lara Miranda	Classificado
13º	Kaliany Pereira Marinho	Classificada

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 119/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal Senhora **LETICIA LAZZARI FATNIN,** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **16 de Outubro de 2011 a 15 de Outubro de 2016;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **LETICIA LAZZARI FATNIN,** matrícula 1329-1, exercendo o Cargo/Função de Técnico Nível Superior/Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **01 de Julho de 2019 a 30 de Julho de 2019.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 11 de Junho de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia de 26 Junho de 2019, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO PARA PACIENTES DESTA MUNICIPALIDADE ENCAMINHADOS PARA O MUNICIPIO DE CUIABÁ PARA ATENDIMENTO ATRAVÉS DE T.F.D (TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO).** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 13 de Junho de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

GABINETE
LEI Nº 1.288/2019

Dispõe sobre alteração da Lei nº 1200/2017, propondo atualização do Plano Plurianual para o Exercício de 2020 do município de Diamantino/MT, e dá outras providências.

O Senhor **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam alteradas as Metas da Receita e as Metas Físicas e Financeiras da Despesa para o exercício de 2020 da Lei nº 1.200/2017, Plano Plurianual PPA – 2018/2021, de acordo, respectivamente, com os Anexos da Receita por Categoria Econômica e de Detalhamento do Plano Plurianual, que fazem parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições do Plano Plurianual PPA – 2018/2021.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino-MT, 11 de junho de 2019.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

ANEXO I

METAS E PRIORIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020

GABINETE DO PREFEITO

PROGRAMA	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	AÇÕES	PPA 2020	AJUSTADO PARA + OU -
0002	04	122	10008 - Aquisição de equipamentos e material permanente	18.033,78	18.033,78
0002	04	122	10010 - Divulgação e publicidade dos atos da administração publica	181.461,40	181.461,40
0002	04	122	10012 - Implantação e manter o gabinete itinerante	22.472,00	22.472,00
0002	04	122	10014 - Manutenção da ouvidoria municipal	23.595,60	23.595,60
0002	04	122	10015 - Criação e implantação da sub-prefeitura em deciolandia	22.472,00	22.472,00
0002	04	122	10016 - Revisão do plano diretor	22.472,04	22.472,04
0002	04	122	10267 - Aquisição de veiculos	134.832,00	134.832,00
0002	04	122	10268 - Implantar e manter o cerimonial	22.472,00	22.472,00
0002	04	122	10269 - Amp. Ref. E Rest. Rede fisica e paisagistica da sede da prefeitura	120.225,20	120.225,20
0002	04	122	10270 - Criação e implantação do arquivo municipal	112.360,00	112.360,00
0002	04	122	20002 - Manutenção e encargos com o gabinete	1.785.400,00	1.785.400,00
0002	04	122	20050 - Manutenção e encargos do controle interno	84.270,00	84.270,00
0002	04	122	20058 - Manutenção e encargos com a procuradoria fazendaria	360.000,00	360.000,00
TOTAL				**2.910.066,02**	**2.910.066,02**

METAS E PRIORIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020

SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROGRAMA	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	AÇÕES	PPA 2020	AJUSTADO PARA + OU -
0003	20	122	10018 - Ampliação, melhoria e manutenção do parque de exposição	73.034,00	73.034,00
0003	20	605	10019 - Correção de solo com calcario e terraplenagem para aviarios	168.540,00	168.540,00
0003	20	605	10020 - Manutenção de equipe de assistencia tecnica, divulgação de pesquisas aos produtores rurais	80.899,20	40.899,20
0003	20	605	10021 - Reestruturação e manutenção feira municipal e central de apoio aos pequenos produtores	112.360,00	66.360,80
0003	20	605	10022 - Realização de cursos de qualificação e capacitação aos produtores e parc. Com Mov. Sociais/senar/sebrae	56.180,00	36.180,00
0002	04	122	10025 - Aquisição equipamentos moveis e utensilios	22.472,00	22.472,00
0003	04	122	10026 - Aquisição de veiculos/maquinas e patrulha mecanizada	224.720,00	270.720,00
0003	18	542	10027 - Limpeza e conservação	56.180,00	6.180,00
0003	18	542	10028 - Incentivar a entrega de embalagens vazias de agrotoxicos utilizados nas lavouras da zona rural	11.797,80	11.797,80
0003	18	542	10029 - Desenvolver campanha e controle de queimada	67.416,00	87.416,00
0003	18	541	10030 - Construçãoe ampliação do parque e jardim do municipio	56.180,00	6.180,00
0003	18	541	10031 - Fornecimento d mudas de especie nativas e de valor economico	56.180,00	26.180,00
0003	23	692	10032 - Apoio as ações do comercio industria	58.045,18	28.045,18
0003	20	602	10261 - Desenvolver as atividades de pisicultura	123.596,00	123.596,00
0003	25	752	10284 - Eletrificação rural	3.370,80	370,00
0003	22	661	10285 - Implantação e urbanização do distrito industrial	19.101,20	1.101,20
0003	22	661	10286 - Aquisição de terreno para o distrito industrial	67.416,00	7.416,00
0003	20	608	10332 - Aquisição de motoniveladora - SUDAM	0,00	0
0003	20	608	10333 - Aquisição de trator agricola - SUDECO	0,00	0
0003	20	608	10334 - Aquisição de trator agricola e pá carregadeira - MAPA	0,00	0
0002	04	122	20003 - Manutenção e encargos com a secretaria	1.645.570,63	1.926.570,63
TOTAL				**2.903.058,81**	**2.903.058,81**

METAS E PRIORIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020

SECRETARIA DE OBRAS

PROGRAMA	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	AÇÕES	PPA 2020	AJUSTADO PARA + OU -
0010	25	752	10033 - Ampliação da rede de iluminação publica	29.824,84	429.824,84
0010	25	752	10034 - Manutenção da iluminação publica	1.505.404,86	1.405.404,86
0010	15	451	10035 - Construção, conservação e manutenção de praças parques e jardins	126.966,80	26.966,00
0010	15	451	10036 - Implantaçãode drenagem de aguas pluviais	112.360,00	112.360,00
0010	15	451	10037 - Pavimentaçãode ruas avenidas e calçamento em paralelepipedo e meio fios e sargetas	2.078.660,00	1.078.660,00

0010	15	451	10038 - Manutenção e recuperação, recapeamento de ruas e avenidas e calçamento em paralelepipedos	561.800,00	661.800,00
0010	15	451	10039 - Construção, reforma e ampliação da sede da prefeitura e demais predios publicos	146.202,83	6.202,83
0010	15	451	10040 - Construção e reforma dos abrigos em pontos de onibus	17.949,51	17.949,51
0010	15	451	10045 - Manutenção e conservação do aeroporto municipal	22.994,47	22.994,47
0010	15	451	10046 - construção, reforma e conservação do terminal rodoviario	28.090,00	28.090,00
0002	04	122	10050 - Aquisiçõ de moveis maquinas e equipamentos	99.539,72	99.539,72
0010	04	122	10051 - Aquisição de equipamentos rodoviarios veiculos e caminhão	325.844,00	25.844,00
0010	26	782	10052 - Construção, rec/conserv de pontes/bueiros na zona urbana e rural	224.720,00	224.720,00
0010	26	782	10053 - elevação do gleide e encascalhamento de estradas vicinais	134.832,00	934.832,00
0014	18	544	10055 - Canalização e urbanização de corregos	28.090,00	28.090,00
0010	15	451	10232 - Limpeza urbana	1.573.040,00	1.673.040,00
0078	15	244	10278 - Construção reforma e conservação do cemiterio municipal	134.832,00	134.832,00
0012	16	482	10287 - Construção de casas populares	224.720,00	4.720,00
0010	26	782	10288 - Aquisição de patrulha mecanizada	269.664,00	9.664,00
0010	26	782	10289 - Duplicação da serra entre Diamantino e Novo Diamantino	112.360,00	2.360,00
0010	04	122	10329 - Construção e implantação da politec	112.360,00	2.360,00
0011	04	122	10346 - Elaboração do plano de mobilidade urbana	0,00	1.000,00
0002	04	122	20004 - Manutenção e encargos com a secretaria	6.584.847,82	7.593.848,62
0002	04	122	20054 - Manutenção com a satividades da segurança do trabalho	56.180,00	36.180,00
0011	26	122	10048 - Sinalização vertical do municipio	89.888,00	189.888,00
0011	04	122	10049 - Aquisição de moveis e material permanente	67.416,00	17.416,00
0011	26	122	10290 - Sinalização horizontal, mecanica e manual do muniipio	157.304,00	157.304,00
0011	04	122	20005 - Manutenção e encargos com o departamento de transito	241.574,00	141.574,00
0015	17	512	10058 - Ampliação e manutenção do aterro sanitario	22.472,00	22.472,00
0015	17	512	10291 - Ampliar o sistema de abastecimento e construção de poço artesiano	33.708,00	33.708,00
TOTAL				**15.123.644,85**	**15.123.644,85**

METAS E PRIORIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020					
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
PROGRAMA	**FUNÇÃO**	**SUB-FUNÇÃO**	**AÇÕES**	**PPA 2020**	**AJUSTADO PARA + OU -**
0016	12	361	10059 - Construir e ou adequar as quadras de esporte, bem como cobertura nas escolas municipais	72.055,34	12.055,34
0016	12	361	10060 - Adequar as escolas para receberem os laboratorio de informatica (preoinfo - PDDE)	7.910,14	7.910,14
0016	12	361	10061 - Equipar cozinha das escolas, adequar os espaços p/arm.alim.const. E adequar refeitorios com capacidade adequada	12.152,86	12.152,86
0016	12	361	10062 - Regularização dos predios escolares e seus terrenos	4.494,40	4.494,40
0016	12	361	10063 - Reforma e ampliação das escolas municipais da zona urbana e rural	112.360,00	12.360,00
0016	12	361	10065 - Aquisição de equipamentos moveis e utensilios	33.861,93	33.861,93
0016	12	361	10066 - Autonomia de gestão financeira	192.135,60	210.135,60
0016	12	361	10067 - Implantar o assessoramento ensino apredizagem aquisição de materiais didaticos e propor portal educacional	16.854,00	854,00
0016	12	361	10068 - Adequar as escolas para receberem as salas multifuncionais	6.741,60	741,00
0016	12	361	10069 - Aquisição de mob.computadores para atender as necesidades dos laboratorios de informatica	6.348,34	348,34
0016	12	361	10070 - Aquisição de notbooks para atender as necessidades dos asse. Coord da secretaria	7.865,20	865,20
0016	12	361	10072 - Construção de boblioteca publica e aquisição de equipamentos e acervos de livros	28.090,00	3.090,00
0023	12	361	10077 - Promover concurso publico	13.986,57	986,57
0024	12	361	10078 - Apoio a moradia	11.427,01	11.427,01
0016	12	361	10079 - Projeto desenvolvido: dengue,agrinho, transito, agua e energia, siga, flor de ipe e coral	4.494,40	494,00
0016	12	361	10080 - Adequacao de banheiros e barreirasarquitetonicas a fim de garantir o acesso ao portador de necessidades especiais	34.831,60	4.831,60
0016	12	361	10081 - Oferecer capacitação aos profissionais da educação	19.045,02	1.045,02
0028	12	364	10082 - Ampliação do predio da UAB	92.135,20	2.135,20
0016	12	361	10095 - Aquisição de veiculos e onibus escolares	157.304,00	7.304,00
0016	12	361	10096 - Manutenção com o transporte escolar	378.653,20	1.578.653,20

0031	12	361	10101 - Alimentação escolar	212.360,40	242.360,40
0034	12	366	10132 - Programa de erradicação do analfabetismo	4.831,48	4.831,48
0034	12	366	10134 - Capacitação dos professores do EJA	12.134,88	2.134,88
0035	12	367	10140 - Ofertar cursos de lingua brasileira de sinais em braile para professores, PNE, libras, projeto AFATA	2.247,20	247,20
0016	12	361	10264 - Construção de escola	148.316,00	148.316,00
0016	12	361	10307 - Aumento do acervo da biblioteca municipal	11.966,34	966,34
0096	12	122	10308 - Publicação, divulgação e editoração	19.101,20	101,20
0034	12	366	10312 - Assegurar oferta de ensino presencial na modalidade EJA PROJOVEM	23.370,88	3.370,88
0034	12	366	10313 - Programa de amilentação EJA	4.777,55	777,55
0035	12	367	10314 - Adaptação de salas para as crianças especiais	5.618,00	618,00
0035	12	367	10315 - Aquisição de livros em linguas brasileira de sinais	3.370,80	370,80
0028	12	364	10317 - Manutenção dos seminarios tematicoscom os municipios que compõe o polo UAB	5.618,00	618,00
0093	12	361	10330 - Construção reforma e ampliação de escolas do ensino fundamental	0,00	26.000,00
0094	12	365	10331 - construção reforma e ampliação de escolas da educação infantil	0,00	10.000,00
0095	12	365	10335 - Manutenção e desenvolvimento da educação infantil atraves do brasil carinhoso	0,00	10.000,00
0016	12	361	20007 - Manutenção e encargos com a secretaria	3.704.152,36	5.668.401,33
0028	12	364	20010 - Manutenção e encatgos com UAB	78.652,00	58.652,00
0034	12	366	20017 - Manutenção e encargos com o EJA	7.865,20	865,20
0016	12	361	20046 - Manutenção e encargos ensino fundamental	1.952.891,96	902.891,96
0093	12	361	10339 - Construção e reforma e ampliação de escolas do ensino fundamental	100.000,00	1.000,00
0094	12	365	10340 - Construção reforma e ampliação de escolas da educação infantil	100.000,00	1.000,00
0093	12	361	20008 - Manutenção e encargos com o FUNDEB 40%	2.000.499,01	1.280.499,01
0093	12	361	20009 - Manutenção e encargos com o FUNDEB 60%	4.260.904,40	4.260.904,40
0094	12	365	20014 - Manutenção e encagos com 60 % da educação infantil - creche/fundeb	1.335.960,00	1.535.960,00
0032	12	365	20015- Manutenção e encagos com 40 % da educação infantil/fundeb	3.264.950,20	3.164.950,20
0032	12	365	20057 - Manutenção e encagos com 60 % da educação infantil - pre escola/fundeb	2.127.699,12	2.427.699,12
0095	12	361	10090 - Aquisição de material permanente atraves do PDDE/PNLD/FNDE;convenios	23.932,68	3.932,68
0095	12	361	10091 - Manter o transporte escolar dos alunos da educação basica com slario educação	520.563,88	725.563,88
0095	12	361	10092 - Manter o convenio do transporte escolar/seduc	1.015.734,40	1.815.734,40
0095	12	362	10093 - Manter o convenio transporte escolar com PNAT	168.540,00	168.540,00
0095	12	361	10094 - Aquisição de veiculos e onibus do programa federal "caminho da escola"	88.764,40	764,40
0095	12	361	10347 - Manutenção do convenio FPM/MEC	0	88.000,00
0031	12	361	10100 - Programa nacional de alimentação ecolar - PNAE/PNAF/PNAEP/MAIS EDUCAÇÃO	173.672,60	173.672,60
0031	12	365	10119 - Programa nacional de alimentação escolar a criança - PNAC	146.633,17	209.633,17
0032	12	365	10102 - Capacitação de docentes da educação infantil	5.618,00	618,00
0032	12	365	10105 - Aquisições de colchões, toalhas de banho e lençois	16.854,00	854,00
0032	12	365	10106 - Aquisição de brinquedos pedagogicos	56.180,00	6.180,00
0032	12	365	10107 - Equipar as escolas da educação infantil	78.652,00	8.652,00
0032	12	365	10108 - Aquisição de livros infanto juvenil para escolas de educação infantil	22.472,00	472,00
0032	12	365	10109 - Adaptação e reforma dos predios de educação infantil com os padrões minimo de infre estrutura	11.253,98	253,98
0032	12	365	10111 - Construção de escolas de educação infantil/creche e pre escola	112.360,00	12.360,00
0032	12	365	10113 - Autonimia de gestão financeira	132.360,08	132.360,08
0032	12	365	10117 - Implantação de programas de atualização periodicas	5.618,00	618,00
0032	12	365	10118 - Abordar a questão trabalho infantil	11.236,00	236,00
0031	12	365	10120 - Manter o programa de alimentação escolar	146.068,00	246.068,00
0032	12	365	10309 - Construção do centro de educação infantil	242.697,60	697,60
0032	12	365	20013 - Manutenção e encargos com a educação infantil	2.522.316,02	2.698.883,20
0096	13	392	10085 - Capacitação dos membros dos conselhos da cultura e fundação cultura	5.618,00	618,00
0033	13	391	10121 - Tombamento e conservação do patrimonio historico	56.180,00	180,00

0033	13	391	10122 - Revitalização do centro historico	22.472,00	472,00
033	13	391	10123 - Construção e implantação do museu municipal	11.236,00	11.236,00
0033	13	391	10124 - Manutenção e conservação do memorial dos viajantes	22.472,00	472,00
0033	13	392	10126- Appoio a editoração cultural e historica	5.618,00	618,00
0033	13	392	10127 - Reativação e aquisição de instrumentos e vestimentas para a banda e fanfarra	33.708,00	3.708,00
0033	13	392	10128 - Aquisição de equipamentos e material permanente	45.505,80	5.505,80
033	13	392	10129 - Realização de cursos culturais	3.820,24	3.820,24
0033	13	122	10131 - Eventos comemorativos e festas culturais	67.416,00	97.416,00
033	13	392	10310 - Construção de anfitetro com auditorio para realização de palestras e outros	56.180,00	180,00
033	13	392	10311 - Aquisição de material para o coral e aulas de musicas	11.236,00	236,00
0033	13	392	20016 - Manutenção e encargos com o departamento de cultura	393.260,00	693.260,00
0096	12	361	10083 - Capacitação dos membros do conselho municipal de educação	6.534,86	534,86
0096	12	361	10084 - Capacitação dos membros do conselhos do FUNDEB; CAE	5.618,00	618,00
0096	12	361	10089 - Aquisição de equipamento e mat.para o conselho municipal de educação e cultura e fundação cultural	22.472,00	472,00
0096	12	361	20011 - Manutenção e encargos com o conselho municipal de educação	6.877,56	6877,56
TOTAL				**26.877.784,66**	**28.779.599,81**

METAS E PRIORIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020

SECRETARIA DE SAUDE E VIGILANCIA SANITARIA

PROGRAMA	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	AÇÕES	PPA 2020	AJUSTADO PARA + OU -
0037	10	122	10148 - Manutenção do nucleo de educação per,manente	11.236,00	11.000,00
0037	10	122	10151 - Aquisição de equipamento e material Permanente para gestão do SUS	53.000,00	50.000,00
0037	10	301	10153 - Construção ampliação e reformas de unidades de saude	0,00	332.000,00
0042	10	301	10165 - Aquisição de equipamentos e mat. Permanente para saude bucal	275.600,00	3.000,00
0042	10	301	10167 - Reformar e conservar as unidades da saude da failmilia	0,00	100.000,00
0042	10	301	10173 - Promoção de ações de saude e prevenção nas escolas	22.472,00	10.000,00
0040	10	302	10244 - Manutenção das ações da media e alta complexidade	1.727.111,00	2.000.000,00
0042	10	301	10251 - Aquisição de equipamentos e materiais permanente para o NASF	12.821,76	10.000,00
0040	10	302	10252 - Aquisição de equipamentos para o CAPS	58.300,00	342.000,00
0040	10	302	10253 - Aquiaição de equipamentos para o Centro de Reabilitação	58.300,00	37.000,00
0040	10	302	10254 - Aquisição de equipamentos para o Pronto Atendimento	55.120,00	37.000,00
0040	10	302	10255 - Aquisição de equipamentos para o Laboratorio Municipal	150.520,00	118.000,00
0041	10	304	10256 - Aquisição de equipamntos para vigilancia em saude	65.168,80	147.000,00
0043	10	303	10257 - Aquisição de equipamentos para a farmacia municipal	11.236,00	10.000,00
0042	10	301	10258 - Aquisição de equipamentos para ESF	83.955,82	202.000,00
0037	10	301	10266 - Atendimento a judicialização de saude	0,00	0,00
0042	10	301	10319 - Aquisição de equipamentos para as unidades de saude	84.800,00	48.000,00
0037	10	122	10320 - Aquisição de veiculos	106.000,00	70.000,00
0037	10	122	10321 - Ampliação reforma e manutenção da sede da secretaria	134.620,00	50.000,00
0041	10	304	10322 - Implantar o laboratorio de analise de agua	5.618,00	5.000,00
0037	10	126	10323 - Aquisição de equipamentos de informatica	89.888,00	22.000,00
0042	10	306	10324 - Appoio as carencias nutricionais	0,00	5.000,00
0042	10	301	10325 - Cominicação em educação e saude	24.305,72	5.000,00
0043	10	302	10326 - Manutenção da assistencia farmaceutica	0,00	0
0043	10	302	10327 - Manutenção da assistencia farmaceutica para o ponto atendimento	207.247,08	74.000,00
0037	10	301	10343 - Aquisição de ambulancaia para o Pronto Atendimento	201.400,00	81.000,00
0037	10	301	10344 - Aquisição de transportes sanitario eletivo para a central de regulação	84.800,00	190.000,00
0042	10	301	10350 - Construção, ampliação, reforma e conservação das unidades basicas de saude	229.384,00	50.000,00
0037	10	122	10351 - Publicações divulgações, midia e propaganda	70.000,00	70.000,00
0037	10	122	20019 - Gestão das atividades da secretaria	2.341.562,46	2.370.000,00
0037	10	122	20021 - Manutenção do serviço de controle, avaliação, auditoria e regulação	385.328,51	500.000,00
0040	10	302	20022 - Mabnutenção e encargos com o Centro de Reabilitação	1.028.390,80	775.000,00
0040	10	302	20023 - Manutenção do centro de apoio social	906.815,16	781.000,00
0040	10	302	20024 - Manutenção do Pronto Atendimento	6.266.458,18	4.480.000,00
0041	10	305	20025 - Manutenção das atvidades da vigilancia epidemiologica e ambiental	942.975,45	720.000,00
0041	10	305	20026 - Manutenção e desenvolvimento das ações de DST/AIDS	552.906,60	620.000,00
0041	10	304	20027 - Manutenção das atividades da vigilancia sanitaria	428.240,00	360.000,00
0042	10	301	20029 - Manutenção e desenvolvimento das atividades de saude bucal	2.046.838,80	2.600.000,00
0042	10	301	20030 - Manutenção e encargos com a s atividades do agente comunitario de saude - ACS	1.504.544,92	1.610.000,00
0043	10	301	20032 - Manutenção e encargos com as unidades do ESF	6.275.275,82	5.100.000,00
0043	10	301	20033 - Manutenção farmaceutica municipal	548.884,49	540.000,00

0040	10	302	20047 - Manutenção da agencia transfusional	214.893,80	100.000,00
0040	10	302	20048 - Manutenção do laboratorio municipal	462.997,40	369.000,00
0041	10	305	20049 - Manutenção da vigilancia do trabalhador	22.472,00	5.000,00
0040	10	302	20055 - Manutenção do consorcio intermunicipal de saude	254.036,63	2.600.000,00
0042	10	301	20056 - Manutenção do NASF	643.394,71	1.390.000,00
0040	10	302	20059 - Manutenção com os serviços hospitalar e ambulatorial de medio e alta complexidade	3.393.060,00	1.800.000,00
0043	10	303	20060 - Manutenção da farmacia basica	188.249,98	5.000,00
0037	10	122	20020 - Manutenção com o conselho de saude	35.955,19	13.000,00
TOTAL				**32.266.185,08**	**30.817.000,00**

METAS E PRIORIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROGRAMA	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	AÇÕES	PPA 2020	AJUSTADO PARA + OU -
0015	08	244	10175 - Divulgações das ações da sec. E unidades com folders, faixas, adesivos, bem como na midia	11.236,00	1.236,00
0045	08	122	10176 - Aquisição de equipamentos, informatica moveis e utensilios	27.528,20	7.528,20
0045	08	244	10177 - Aquisição de imovel	30.724,84	724,84
0045	08	244	10178 - Projeto inclusão digital para todos	11.236,00	6.236,00
0045	08	244	10185 - Geração de renda com qualificação profissional	44.944,00	4.944,00
0045	08	244	10186 - Manutenção do projeto meu filho minha vida	12.696,68	32.696,68
0045	08	243	10189 - Ptrojeto AABB comunidade	44.944,00	44.944,00
0045	08	241	10190 - Desenvolver projeto viver legal	78.652,00	78.652,00
0012	08	244	10196 - Kits materiais de const.gratuita (reforma feliz)	112.360,00	112.360,00
0045	08	244	10197 - Realoizações de conferencias municipais	11.236,00	5.236,00
0045	08	244	10198 - Reestruturação das associações comunitarias e conselhos municipais	13.483,20	3.483,20
0052	08	244	10199 - Capacitação dos conselheiros e representante de entidades	11.236,00	2.236,00
0052	08	244	10201 - Eventos comemorativo	178.652,40	108.652,40
0045	08	244	10295 - Beneficios eventuais Lei nº 9071/2014	337.080,00	337.080,00
0045	08	244	10296 - Aquisição de veiculos	56.180,00	6.180,00
0045	08	244	10297 - Ampliar e conservar o centro de eventos	56.180,00	56.180,00
0045	08	244	10298 - Aquisição de equipamentos moveis e utensilios	56.180,00	16.180,00
0045	08	244	20035 - Manutenção e encargos com a secretaria	2.574.842,40	3.246.842,40
0045	08	244	20039 - Manutenção com fundo de assistencia social	449.440,00	249.440,00
0045	08	122	20040 - Manutenção com atividade do sine	22.472,00	32.472,00
0088	08	244	10182 - IGD - indice do Gestão do SUAS	89.888,00	99.888,00
0088	08	244	10183 - IGD - Indice de Gestão descentralizada do Prog. Bolsa Familia	112.360,00	112.360,00
0087	08	242	10194 - Manutenção do convenio com entidades de apoio ao portadres de necessi-dades especiais	350.563,20	350.563,20
0012	08	244	10195 - Construção de unidades habitacionais FNHS	56.180,00	56.180,00
0066	08	244	10237 - Manutenção do convenio ACESSUS	11.236,00	11.236,00
0086	08	244	10238 - Manutenção com as atividades do CREAS	89.888,00	69.888,00
0066	08	243	10239 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	89.888,00	19.888,00
0087	08	241	10241 - Manutenção do convenio para proteção social de idosos	107.865,60	127.865,60
0085	08	244	10299 - Construção reforma e ampliação com o predio do CRAS	56.180,00	66.180,00
0085	08	244	10300 - SCFV - Serviço de Convivencia e Fortalecimento de Vinculo	112.360,00	72.360,00
0085	08	243	10301 - Projeto João e Maria, Projeto Criando Laços	78.652,00	18.652,00
0086	08	244	10302 - Construção reforma e manutenção com o predio do CREAS	44.944,00	44.944,00
0087	08	243	10303 - Construção e reforma da casa do menor	24.305,72	4.305,72
0066	08	243	10304 - Manutenção com o convenio BPC - ESCOLA	22.472,00	2.472,00
0066	08	244	10305 - Manutenção com o convenio FUPIS	112.360,00	12.360,00
0066	08	244	10306 - Manutenção com o convenio FEAS	67.416,00	17.416,00
0066	08	243	10348 - Manutenção com as atividades co convenio crança feliz	100.000,00	200.000,00
0045	08	244	10349 - Manutenção de programas de assistencia a familia de baixa renda	300.000,00	150.000,00
0087	08	243	20037 - Manutenção com a casa do menor Projeto de Proteção Amparo a Criança e ao Adolescente	212.360,00	112.360,00
0085	08	244	20053 - Manutenção com as atividades do CRAS	89.888,00	367.888,00
0089	08	244	20038 - Manutenção com o conselho tutelar	216.180,00	216.180,00
TOTAL				**6.486.290,24**	**6.486.290,24**

METAS E PRIORIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

PROGRAMA	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	AÇÕES	PPA 2020	AJUSTADO PARA + OU -
0055	27	812	10202 - Reforma e ampliação do estadio municipal	56.520,45	56.520,45

055	27	812	10203 - Reforma e ampliação do ginasio municipal de esportes	84.270,00	125.011,45
0055	27	812	10204 - Aquisição de material esportivo e equipamentopara pratica esportivas	78.652,00	78.652,00
0055	27	812	10205 - Manutenção e reforma das quadras cobertas do municipio	56.180,00	6.180,00
0055	27	812	10206 - Eventos esportivos, comemorativos, aniversario da cidade e expoagro	168.540,00	268.540,00
0055	27	812	10243 - Manutenção com o convenio para inclusão social atraves do esporte	2.247,20	2.247,20
0002	04	122	10259 - Aquisição de veiculos	43.820,40	3.820,00
0002	04	122	10260 - Aquisição de maquinas e equipamentos	28.516,97	18.516,92
0055	27	812	10292 - Construção de parque com multiplas modalidades, espaço cultural, pista de atletismo caminhada e ciclovias	203.933,40	3.933,40
0055	27	812	10293 - Cobertura de quadras das praças municipais	67.416,00	7.416,00
0055	27	812	10294 - Modalidade esportivas: volei, basquetebol, futsal, handbol, natação, atletismo, judo e outros	11.236,00	11.236,00
0002	27	122	10352 - Publicações divulgações midia e propaganda	20.000,00	20.000,00
0002	27	813	20041 - Manutenção e encargos com a secretaria de esporte e lazer	1.490.741,80	1.950.000,80
0055	27	812	20042 - Manutenção e encargos com pofessores e monitores	56.180,00	6.180,00
0055	27	812	20052 - Manutenção do mini centro olimpico	56.180,00	6.180,00
0058	23	695	10207 - Apoio ao desenvolvimento turistico	56.180,00	16.180,00
0058	04	122	20043 - Manutenção e encargos com o departamento de turismo	224.720,00	124.720,00
TOTAL				**2.705.334,22**	**2.705.334,22**

METAS E PRIORIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	AÇÕES	PPA 2020	AJUSTADO PARA + OU -
0002	04	122	10208 - Publicações, divulgações, midia e propaganda	47.191,20	47.191,20
0002	04	122	10209 - Realização de concurso publico	89.888,00	89.888,00
0002	04	122	10211 - Aquisição e desapropriação de imoveis	101.124,00	1.124,00
0002	04	122	10212 - Despesa de exercicio anterior	22.472,00	2.472,00
0002	04	122	10213 - Treinamento e capacitação de servidores	3.932,60	13.932,60
0002	04	122	10214 - Aq.equipamentos moveis e utensilios bem como equipamentos de informatica	39.213,64	39.213,64
0002	04	122	10215 - Aquisição de veiculos e motos	56.517,08	517,08
0002	04	122	10276 - Reforma administrativa(organograma lotocionograma) atualização do PCCS estatuto e regimento interno	78.652,00	28.652,00
0002	04	122	10277 - Reestrutura da rede tecnologica de informação	89.888,00	29.888,00
0002	04	122	20044 - Manutenção e encargos com a secretaria	3.306.418,60	3.006.418,60
TOTAL				**3.835.297,12**	**3.259.297,12**

METAS E PRIORIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020

SECRETARIA DE FINANÇAS

PROGRAMA	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	AÇÕES	PPA 2020	AJUSTADO PARA + OU -
0061	04	123	10216 - Apoio e implantação do programa concientização fiscal	33.708,00	708,00
0061	04	123	10217 - Politica de cobrança ITR - convenio firmado com a União	33.708,00	708,00
0061	04	123	10218 - Cadastramento e recadastramento de imoveis urbanos e rurais	22.472,00	472,00
0061	04	123	10219 - Regularização fundiaria	134.832,00	34.832,00
0002	04	122	10220 - Publicação, divulgações, midia e propaganda	3.123,61	63.123,61
0002	04	123	10221 - Despesa de exercicio anterior	22.472,00	2.472,00
0002	04	123	10222 - Plano assistencial de saude	393.260,00	20.000,00
0002	04	123	10223 - Aquisicção de veiculos e motos	112.360,00	2.360,00
0002	04	123	10224 - Aquisição de equipamentos moveis e utensilios bem como equipamentos de informatica	22.472,00	2.472,00
0061	04	123	10225 - Amortização do INSS	927.644,16	3.027.644,16
0061	04	123	10227 - Amortização da CEMAT	242.697,60	242.697,60
0062	04	123	10228 - Pagamentos de precatórios	756.180,40	2.213.802,40
0062	04	123	10229 - Contribuoição com o PASEP	995.916,13	1.103.490,00
0062	04	123	10279 - Politica de premiação para os contribuintes visando elevar a arrecadação	26.966,40	26.966,40
0002	04	128	10280 - Treinamento e capacitação de servidor	2.247,20	2.247,20
0061	04	123	10281 - Amortização da SANEMAT - dação em pagamento	44.944,00	944,00
0080	04	123	10282 - Premiação ao servidor por merito em resultado da produtividade	89.888,00	888,00
0079	04	123	10283 - Criar e implantar a procuradoria fazendaria	56.180,00	6.180,00
0002	04	123	20045 - Manutenção e encargos com a secretaria	2.770.133,07	3.662.467,13
9999	99	999	99999 - Reserva de contigencia	954.456,63	954.456,63
TOTAL				**7.645.661,20**	**11.368.931,13**

METAS E PRIORIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020					
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO					
PROGRAMA	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	AÇÕES	PPA 2020	AJUSTADO PARA + OU -
0002	04	122	10271 - Implantação e estruturação da secretaria	56.180,00	56.180,00
0002	04	122	10272 - Aquisição de equipamentos moveis e utensilios	22.472,00	22.472,00
0002	04	122	10273 - Aquisição de veiculos	134.832,00	134.832,00
0002	04	122	10274 - Publicações divulgações midia e propaganda	22.472,00	22.472,00
0002	04	128	10275 - Treinamento e capacitação de servidores	2.247,20	2.247,20
0002			10337 - Elaboração do PMU - Plano Municipal de Mobilidade Urbana	100.000,00	100.000,00
0002	04	122	20051 - Manutenção e encargos com a secretaria	798.880,00	798.880,00
TOTAL				1.137.083,20	1.137.083,20

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019/ SRP

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como homologado a empresa:

P. V. PEREIRA ROUSSDEUTSCHER-ME, inscrita no CNPJ sob nº 10. 426.697/0001-10**, que sagrou-se vencedor do item de nº 48404,** perfazendo o valor total de **R$ 31.680,00 (Trinta e um mil e seiscentos e oitenta reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 12 de Junho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
TERMO DE POSSE

Aos três dias do mês de Junho do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu o Senhora ***CLAUDINEIA SANTOS LEMOS DE PASSOS***, brasileira, solteira, Portadora do RG sob nº 1539352-6 SESP/MT e CPF sob nº 019.893.201-47, Título de Eleitor sob nº 0253 9552 1813 - Zona 019 - Seção 128, CTPS sob 9875012/Série 0050/MT, residente e domiciliado na Rua 180, Nº 959, Qd. 21, Altos do Taruma, Tangara da Serra-MT, para tomar posse no Cargo de *TÉCNICA EM ENFERMAGEM*, Nível I, Classe A, aprovada no Concurso Público nº 001/2018 e nomeada pelo Decreto nº 073/2019, de 06 de Maio de 2019, com lotação na *Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária*, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 03 de Junho de 2019.

CLAUDINEIA SANTOS LEMOS DE PASSOS

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 118/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal Senhora **ELENIZE ADRIANA DE QUEIROZ,** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **22 de Dezembro de 2008 a 21 de Dezembro de 2013;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **ELENIZE ADRIANA DE QUEIROZ,** matrícula 1611-1, exercendo o Cargo/Função de Agente Público/Atendente de Cidadania, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **06 de Junho de 2019 a 03 de Setembro de 2019.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 06 de Junho de 2019.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 11 de Junho de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/ 2019

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019

Órgãos: Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação Esporte e Lazer e Secretaria de Assistência Social.

Identificação: Pregão Presencial nº 012/2019

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviços especializados em funilaria e pintura automotiva, de forma parcelada - conserto em fibras de veículos, linha leve e pesada, independente de marca ou modelo, incluindo mão de obras e materiais, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

Data: 02/07/2019

Horário: credenciamento às 08h00min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso).

Local: Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), no Departamento de Licitações, através de meios digitais (pen drive, e-mail etc). Quaisquer informações pelos fones (0xx66) 3451-1202/1299, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 12 de junho de 2019.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 179/2019 DE 31 DE MAIO DE 2019

PORTARIA Nº 179/2019 DE 31 DE MAIO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA IVANY MOREIRA DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e de acordo com o Art. 103 da Lei 854/2003.

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença para cuidar de pessoa doente na família da servidora **IVANY MOREIRA DA SILVA**.

ART. 2º - A licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **01/06/2019 a 30/06/2019**.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 31 de maio de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 180/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 180/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 90 (NOVENTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A FRANCISCO LUIZ DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Obras, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **03/01/2014 a 03/01/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio a **FRANCISCO LUIZ DA SILVA.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **03/06/2019 a 31/08/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 03 de junho de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 191/2019 DE 12 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 191/2019 DE 12 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A FABIO ALVES PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Finanças, no cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **18/01/2018 a 18/01/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **FABIO ALVES PEREIRA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **01/07/2019 a 30/07/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 12 de junho de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 182/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA Nº 182/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 12 (DOZE) MESES DE LICENÇA A SERVIDORA SELMA FÁTIMA SIQUEIRA OLIVEIRA CAMPOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e em especial o Artigo 20, Parágrafo 3º, item XIV da Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 12 (doze) meses de Licença à servidora **SELMA FÁTIMA SIQUEIRA OLIVEIRA CAMPOS,** para tratar de assuntos de interesses particulares sem ônus para esta Prefeitura Municipal.

ART. 2º - A licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **03 de junho de 2019 a 03 de junho de 2020.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 03 de junho de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza0

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 183/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 183/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A CLARICE BEATRIZ SCHWAMKE MELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período aquisitivo de **12/04/2013 a 12/04/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a **CLARICE BEATRIZ SCHWAMKE MELO.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **03/06/2019 a 02/07/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 03 de junho de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 184/2019 DE 04 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 184/2019 DE 04 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A CLEONICE APARECIDA PERNIA ULIER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, no período aquisitivo de **12/04/2018 a 12/04/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias à servidora **CLEONICE APARECIDA PERNIA ULIER.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **05/06/2019 a 04/07/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 04 de junho de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 185/2019 DE 06 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 185/2019 DE 06 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A IRACI DE OLIVEIRA SOARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Educação, no cargo de Agente de Administração Pública, no período aquisitivo de **23/05/2018 a 23/05/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **IRACI DE OLIVEIRA SOARES.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **06/06/2019 a 05/07/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de junho de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 189/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 189/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A LINDIFÁTIMA GONÇALVES FARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período aquisitivo de **25/03/2018 a 25/03/2019.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **LINDIFÁTIMA GONÇALVES FARIAS.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **01/07/2019 a 30/07/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 11 de junho de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 186/2019 DE 06 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 186/2019 DE 06 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A LAUDICEIA GOMES DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou no Gabinete do Prefeito, no cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **18/01/2015 a 18/01/2016.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a servidora **LAUDICEIA GOMES DA SILVA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **01/07/2019 a 30/07/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de junho de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 187/2019 DE 07 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 187/2019 DE 07 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A JUCINEIDE DOS REIS LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria de Administracão, no cargo de Técnico Administrativo, no período aquisitivo de **01/03/2007 a 01/03/2012.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a **JUCINEIDE DOS REIS LIMA.**

ART. 2º A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **24/06/2019 a 23/07/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 07 de junho de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 190/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 190/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE LIMITE DE VALORES PARA EMISSÃO DE CARTA CONTRATO E ESTABELECE MODELO DE MINUTA DE CARTA CONTRATO.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e *CONSIDERANDO, a necessidade de eficácia/eficiência* e atendimento ao princípio da legalidade nas contratações diretas em conformidade com o que estabelece o disposto no art.23 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

R E S O L V E

ART. 1º - Fica estabelecido o valor de 5% do limite previsto no art. 1º inciso II a do Decreto Federal nº 9.412 de 18/06/2018, o valor de R$ 8.880,00 (Oito mil oitocentos e oitenta reais).

ART. 2º É parte integrante desta portaria o anexo I, contendo modelo de minuta da carta contrato.

ART. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 11 de junho de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

Órgãos: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Identificação: Pregão Presencial nº 013/2019

Objeto: Registro de preços para aquisição de caminhão basculante, zero km, com recursos oriundos do Contrato de Repasse OGU nº 871935/2018 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Prefeitura Municipal de Dom Aquino-MT, para atender às necessidades da Secretaria Mu-

nicipal de Agricultura, **conforme condições e especificações, constante no edital** e seus anexos.

Data: 03/07/2019

Horário: credenciamento às 08h00min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso).

Local: Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

Os interessados poderão adquirir o edital e seus anexos, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00), no Departamento de Licitações, através de meios digitais (pen drive, e-mail etc). Quaisquer informações pelos fones (0xx66) 3451-1202/1299, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 12 de junho de 2019.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 188/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 188/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA ESNA GARCIA BARBOSA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e em especial o Artigo 26, Inciso II da Lei 854/2003.

R E S O L V E

ART. 1º - Exonerar do cargo de **AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** a servidora **ESNA GARCIA BARBOSA** por motivo de aposentadoria.

ART. 2º - A Exoneração concedida no art. 1º será a partir de **11/06/2019.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 11 de junho de 2019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

LUIZ CASTRO DE SOUZA

Chefe de Gabinete

SETOR PESSOAL
PORTARIA Nº 181/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 181/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 90 (NOVENTA) DIAS DE FÉRIAS A EDIMICIO PEREIRA DE LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a(o) servidor(a) trabalhou na Secretaria Municipal de Obras, no cargo de Engenheiro Civil, no período aquisitivo de **01/01/2015 a 01/01/2018.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Férias ao servidor **EDIMICIO PEREIRA DE LIMA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **10/06/2019 a 07/09/2019.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 03 de junho de 2019.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Luiz Castro de Souza

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 261/2019

DATA: 10 DE JUNHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido a Sra. **CLAUDIANE CRISOSTOMO DA SILVA,** do seu cargo efetivo de **APOIO EM MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA ESCOLAR II - ZELADORA**, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE jUNHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2019
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2019

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08h00min do dia 27 de junho de 2019, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 028/2019,** objetivando ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DA LINHA MECÂNICA GENUÍNA E/ OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS OPERACIONAIS LEVES E UTILITÁRIOS, MÉDIOS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICIPIO DE FELIZ NATAL - MT, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DO EDITAL.**

O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, ou pelo telefone (66) 3585-2700.

Feliz Natal – MT, 12 de junho de 2019.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

CONTABILIDADE
DECRETO N° 024/2019

DECRETO N° 024/2019

DATA: 15 DE MARÇO DE 2019

SUMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), e dá Outras Providências.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei e especialmente a Lei Municipal nº 649/2019.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 390.000,00(trezentos e noventa mil reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.00001 – GABINETE DO PREFEITO

02.00001.04 – ADMINISTRAÇÃO

02.00001.04.122- Administração Geral

02.00001.04.122.0002- GESTÃO DO PODER EXECUTIVO

02.00001.04.122.0002.2002- Manut. e Encargos Gab. Do Prefeito

449052.00.00.01000000-Equip. e Mat. Permanente R$ 10.000,00

00002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.00002.12 – EDUCAÇÃO

04.00002.12.122- Administração Geral

04.00002.12.122.0005- EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

04.00002.12.122.0005.2006- Manutenção do Depto de Educação

449052.00.00.0101000-Equip. e Mat. Permanente R$ 120.000,00

07.00002 – DEPTO DE ESTRADAS E DE RODAGEM

07.00002.26 – TRANSPORTES

07.00002.26.782- Transporte Rodoviário

07.00002.26.782.0013- INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS

07.00002.26.782.0013.1042- Aquisição de Veículos e Maquinários

449052.00.00.0130000-Equip. e Mat. Permanente R$ 260.000,00

T O T A L ..... R$ 390.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02.00001 – GABINETE DO PREFEITO

02.00001.04 – ADMINISTRAÇÃO

02.00001.04.122- Administração Geral

02.00001.04.122.0002- GESTÃO DO PODER EXECUTIVO

02.00001.04.122.0002.2002- Manut. e Encargos Gab. Do Prefeito

339092.00.00.01000000-Desp. de Ex. Anterior R$ 10.000,00

04.00002 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.00002.12 – EDUCAÇÃO

04.00002.12.122- Administração Geral

04.00002.12.122.0005- EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

04.00002.12.122.0005.2006- Manutenção do Depto de Educação

339097.00.00.0101000-Locação de Mão-de-Obra R$ 120.000,00

07.00002 – DEPTO DE ESTRADAS E RODAGENS

07.00002.26 – TRANSPORTES

07.00002.26.782- Transporte Rodoviário

07.00002.26.782.0013- INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS

07.00002.26.782.0013.1041- Constr.Manut. Rec. Estradas Rodovias, Pontes e Bueiros/FETHAB

339030.00.00.0130000-Material de Consumo R$ 140.000,00

07.00003 – DEPTO MUN. DE SERVIÇOS URBANOS

07.00003.15 – INFRAESTRUTURA

07.00003.15.451- Infraestrutura Urbana

07.00003.15.451.0013- INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS

07.00003.15.451.0013.1042- Aquis. de Veículos e Maquinários

449052.00.00.0130000-Equip. e Mat. Permanente R$ 120.000,00

T O T A L ..... R$ 390.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
TERMO DE RETIFICAÇÃO PORTARIA MUNICIPAL 227/2019

PUBLICADA EM DIÁRIO OFICIAL DE 21 DE MAIO DE 2019

Onde se lê:

§**1º** A Sr.ª **MARCILENE LEOPOLDINO DE OLIVIERA** para exercer o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ZONA URBANA**, lotada na Secretaria **Municipal** de Saúde, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Leia-se:

§**1º** A Sr.ª **MARCILENE LEOPOLDINO DE OLIVIERA** para exercer o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL III – ZONA URBANA**, lotada na Secretaria **Municipal** de Saúde, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2019 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 023/2019

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através De seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 023/2019**, objetivando **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS.

Onde se lê:

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 023/2019

Leia-se:

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 023/2019

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, e-mail licitacao@feliznatal.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3585-2700/2707.

Feliz Natal – MT, 12 de junho de 2019.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 027/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 262/2019

DATA: 10 DE JUNHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido a Sra. **SILMARA DE SOUZA,** do seu cargo efetivo de **ENFERMEIRA – ZONA URBANA**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE jUNHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
TERMO DE RETIFICAÇÃO PORTARIA MUNICIPAL 228/2019

PUBLICADA EM DIÁRIO OFICIAL DE 21 DE MAIO DE 2019

Onde se lê:

§**1º** A Sr.ª **ANDREIA VELOSO ARAÚJO** para exercer o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – ZONA URBANA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças**, terá como Regime Previdenciário, a** Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Leia-se:

§**1º** A Sr.ª **ANDREIA VELOSO ARAÚJO** para exercer o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL III – ZONA URBANA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

ARP 012/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NRº 012/2019

Processo Administrativo: 018/2019

Pregão Presencial 012/2019

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente à BR 070, Km 66, Centro, em General Carneiro/MT, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224.401-91, **RESOLVE** registrar os preços das empresas **E.F.DA SILVA –SUPERMERCADO –ME – CNPJ: 08.946.167/0001-51, VALTEME R A DE ARAUJO – CNPJ: 37.472.503/0001-70, J. MOREIRA BELO – MERCEARIA – ME – CNPJ: 08.568.820/0001-96 E JOSE CARLOS ESTEVES DA COSTA JUNIOR ME – CNPJ: 25.092.036/0001-73 ,** nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, no pregão presencial 012/2019, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS, PROTETORES NOVOS DE 1ª LINHA E BATERIA PARA OS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 012/2019, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Marcelo de Aquino.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos produtos, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 012/2019 e seus anexos.

4. DAS EMPRESAS VENCEDORAS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresas Vencedoras:

NOME: E.F.DA SILVA –SUPERMERCADO –ME						
CNPJ: 08.946.167/0001-51				**INSCRIÇÃO: 13.341.392-6**		
ENDEREÇO: ROD. BR 070, KM 66						
CEP: 78620-000			**CIDADE/UF: GENERAL CARNEIRO-MT**			
TELEFONES: (66) 3416-1265 / 99219-7477				**E-MAIL: pontocertogeneral@hotmail.com**		
REPRESENTANTE LEGAL: ELISANGELA FERREIRA DA SILVA						
RG: 3708881				**CPF: 729.642.511-34**		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
Item	Quant	Unid.	**Descrição dos Produtos**	Marca	**Pr. Unit.**	**Pr. Total**
5	2000	un	ACHOCOLATADO EM PÓ: Achocolatado em pó sem leite em sua composição, enriquecido com no mínimo 4 vitaminas, instantâneo, embalagem contendo 400G, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério competente. Validade mínima de 6 meses a partir da entrega.	**TODDY**	**3,55**	**7. 100,00**
07	1000	VASILHAME	AGUA MINERAL; Acondicionada em vasilhame de 20 (vinte) litros, lacrado, potável, não gasosa, oriunda de fonte hipotermal, que apresente laudo de análise do órgão competente.	**SARA**	**9,50**	**9. 500,00**
11	10000	PCT	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 PCT 5KG: grupo beneficiado, classe longo fino, tipo I, isento de mofo, odores estranhos, substâncias nocivas, coloração uniforme e característica do arroz tipo I, embalado em saco plástico de 5,0 Kg contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido.	**BRASILEIRO**	**11,95**	**119. 500,00**
22	2300	PCT	BOLACHA ÁGUA E SAL PCT 400GR: Biscoito de água e sal, em sua composição apresentada entre outros ingredientes farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, biscoito Salgado, tipo Cream-Cracker, de textura crocante, com odor, sabor e cor característicos, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente de dupla face, contendo 800 gramas, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega. identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço.	**ELBYS**	**2,65**	**6. 095,00**
27	5500	PCT	CAFÉ MOIDO PACOTE COM 250GR: Café em pó tipo 1, tradicional, torrado e moído, com certificado de selo de pureza ABIC, acondicionado em embalagem de polietileno resistente, atóxica, tipo almofada, contendo 250 gramas, certificado com selo de pureza ABIC, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 04 (quatro) meses a contar da data de entrega.	**GARIMPEIRO**	**3,45**	**18. 975,00**
45	2000	PCT	COPO PLÁSTICO - descartável de poliestireno, com capacidade de 200ml, acondicionados em mangas com 100 unidades, peso mínimo unitário de 2,2 gramas, as mangas não devem estar violadas.	**TERMO PLAST**	**2,80**	**5. 600,00**
55	700	UND	EXTRATO DE TOMATE 340G: produto industrializado preparado com tomate, açúcar e sal, latas de 340g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega. peso liquido.	**ELEFANTE**	**1,55**	**1. 085,00**
57	2000	KG	Farinha de mandioca branca: Farinha de mandioca crua tipo 1, grupo seca, subgrupo fina, classe branca, obtido das raízes de mandioca sadias, devidamente, condicionada em embalagem de polietileno atóxico transparente, contendo 01 kg, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho, não podendo apresentar-se úmida, fermentada ou rançosa. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**OLIVEIRA**	**3,95**	**7. 900,00**
59	1500	KG	FARINHA DE TRIGO KG: Especial ou de Primeira, fabricada a partir de grãos de trigo sãos e limpos, isentos de matéria terrosa e parasita e em perfeito estado de conservação. Não podendo estar úmida fermentada ou rançosa. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico transparente, contendo 01 kg, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**SUPERIORI**	**2,55**	**3. 825,00**
60	5300	KG	FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO 1 KG: carioquinha, in natura, novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, claro, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, condicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 01 kg, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**MOGIANO**	**5,00**	**26. 500,00**
64	1200	KG	FÍGADO BOVINO - resfriado ou congelado em bifes. Aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	**NUTRIFRIGO**	**8,95**	**10. 740,00**
74	100	UND	LEITE CONDENSADO 395 GRAMAS - composto de leite integral, açúcar e lactose (tradicional), de consistência cremosa e textura homogênea, acondicionado em embalagem contendo 395g com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade (mínimo de 01ano) e peso liquido.	**BOM COCO**	**2,25**	**225,00**
75	3500	UND	LEITE EM PÓ - embalagem com 1 kg, integral aspecto físico em pó, sem sacarose sem glúten em média 3% de carboidratos, 8% de proteínas 10% de gorduras totais, valor energético 159kcal em 2 colher de sopa, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.	PIRACANJUBA	**11,00**	**38. 500,00**
77	8500	UND	LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL - (sem adição de açúcar, com 3% de gorduras totais), cor, aroma e odor característico, não rançoso, acondicionado em embalagem de papelão tipo longa vida, contendo 1 l, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. O produto deverá possuir selo de inspeção do órgão competente. Validade mínima de 03 (três) meses a contar da data de entrega	**PIRACANJUBA**	**3,60**	**30. 600,00**
80	50	UND	LOURO EM FOLHA - acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente, contendo 6g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**MIKA**	**1,70**	**85,00**

82	2000	PCT	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE 500G - tipo espaguete, massa de sêmola com ovos, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.	**EMEGE**	**1,85**	**3. 700,00**
83	1200	PCT	MACARRÃO TIPO AVE-MARIA 500 G - tipo ave-maria, massa de sêmola com ovos, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.	**EMEGE**	**2,30**	**2. 760,00**
97	5500	UND	ÓLEO DE SOJA COMESTÍVEL REFINADO 900 ML: de soja, tipo i, classe refinado, embalagem plástica de 900 ml cada, envasado em garrafa plástica resistente transparente, ou lata contendo 900 ml, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.	**CONCORDIA**	**3,35**	**18. 425,00**
100	8500	KG	PÃO FRANCES: O pão deve ser fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitos e em perfeito estado de conservação e também deve ter tamanho padrão. Formato fusiforme com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água, sal, e fermento químico. Deverão ser acondicionadas em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro. O produto deverá apresentar validade mínima de 24 horas após entrega.	**IN NATURA**	**10,00**	**85. 000,00**
101	15000	UND	PÃO TIPO HOT DOG - peso de 50g cada unidade, do tipo brioche, preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isentas de matéria terrosa e parasitas e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor e sabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Isento de parasita, sujidades, larvas e material estranho. Acondicionado em embalagem de polietileno resistente e atóxico com 10 unidades cada. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data de embalagem, peso líquido. Validade mínima de 05 (cinco) dias a contar no ato da entrega.	**IN NATURA**	**0,75**	**11. 250,00**
107	400	PCT	POLPA DE FRUTA 100 G - SABOR ABACAXI - pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 100 G, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	**FRUIT BELO**	**1,60**	**640,00**
108	400	PCT	POLPA DE FRUTA 100 G - SABOR ACEROLA - pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 100 G, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	**FRUIT BELO**	**1,70**	**680,00**
109	400	PCT	POLPA DE FRUTA 100 G - SABOR CUPUAÇÚ - pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, existente, transparente, peso líquido de 100 G, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	**FRUIT BELO**	**1,70**	**680,00**
110	400	PCT	POLPA DE FRUTA 100 G - SABOR CAJÚ - pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 100 G, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	**FRUIT BELO**	**1,70**	**680,00**
111	400	PCT	POLPA DE FRUTA 100 G - SABOR MANGA - pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 100 G, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	**FRUIT BELO**	**1,70**	**680,00**
112	400	PCT	POLPA DE FRUTA 100 G - SABOR LARANJA - pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 100 G, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	**FRUIT BELO**	**1,70**	**680,00**
113	400	PCT	POLPA DE FRUTA 100 G - SABOR MARACUJÁ - pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 100 G, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	**FRUIT BELO**	**1,70**	**680,00**
114	400	PCT	POLPA DE FRUTA 100 G - SABOR MORANGO - pasteurizada, congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável. Isenta de: vestígio de descongelamento, odor forte e desagradável e qualquer substância contaminante. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico, resistente, transparente, peso líquido de 100 G, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	**FRUIT BELO**	**1,70**	**680,00**
117	500	KG	PRESUNTO KG: fatiado e refrigerado, fatias finas em torno de20g cada Deverá apresentar coloração, odor e aspectos característicos. Contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 03 (três) dias, a contar da data de entrega.	**SADIA**	**19,85**	**9. 925,00**
121	850	UND	GÁS DE COZINHA CARGA 13 KG - botijão em boa conservação, bem fechado e intacto, dentro das normas da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e biocombustíveis (ANP), com assistência técnica local, entrega e instalação de acordo com a necessidade	**NACIONAL GÁS**	**84,00**	**71. 400,00**
123	2000	UND	REFRIGERANTE GUARANA 2L: Refrigerante PET Sabor Guaraná, tendo como ingredientes básicos água gaseificada, açúcar, aroma sintético artificial, semente de guaraná 0,02%. Embalagem de 2,0 litros, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	**SIMBA**	**4,50**	**9. 000,00**

126	15000	UND	ROSQUINHA DE CÔCO - pesando 35 gramas a unidade; de primeira qualidade, à base de farinha de trigo, ovos, açúcar, sal, leite integral, manteiga, leite condensado, coco ralado e fermento biológico; a rosquinha de coco deverá ser preparada e assada na data de entrega solicitada, garantindo total qualidade do produto.	**IN NATURA**	**0,90**	**13. 500,00**
134	300	PCT	TEMPERO SAZONAL PCT 60G (SAZON): pronto, completo, sabores diversos, embalagem plástica, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade (mínimo de 01ano) e peso liquido.	**AJINOMOTO**	**3,25**	**975,00**
137	200	PCT	UVAS PASSAS ESCURA SEM SEMENTE 200GR - Não podendo apresentar umidade, fermentação ou ranço. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico, contendo 01 kg, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**DORI**	**6,30**	**1. 260,00**
Total Geral ..... R$						**518. 825,00**
Quinhentos e dezoito mil, oitocentos e vinte e cinco reais						

NOME: VALTEME R A DE ARAUJO

CNPJ: 37.472.503/0001-70 **INSCRIÇÃO: 13.341.392-6**

ENDEREÇO: Av. Belo Horizonte, Cidade Primavera I

CEP: 78.850-000 **CIDADE/UF: Primavera do Leste - MT**

TELEFONES: (66) 9 9239-7014 **E-MAIL: contábil.fabricio@gmail.com**

REPRESENTANTE LEGAL: Valteme Rodrigues Alves Araujo

RG: 806174 **CPF: 531.450.891-53**

DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS

Item	Quant	Unid.	Descrição dos Produtos	Marca	Pr. Unit.	Pr. Total
1	400	UND	ABACAXI PÉROLA : de primeira qualidade, in natura, sem estragos, apresentando grau de maturação apropriado para o consumo, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**4,30**	**1. 720,00**
2	1200	KG	ABÓBORA CABOTIÃ: de primeira qualidade, in natura, sem estragos, apresentando grau de maturação apropriado para o consumo, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**2,70**	**3. 240,00**
3	2000	KG	ABÓBORA PAULISTA: de primeira qualidade, in natura, sem estragos, apresentando grau de maturação apropriado para o consumo, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**2,70**	**5. 400,00**
4	400	PCT	AÇAFRÃO EM PÓ - Acondicionado em embalagem plástica de 30g com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, registrado no ministério competente de primeira qualidade, com validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	**MIKA**	**1,20**	**480,00**
8	400	KG	ALHO A GRANEL (CABEÇA): cabeças de tamanho regulares, destes grandes e sem réstias, sadias, sem mofo, ranço ou estragos, apresentando grau de maturação apropriado para o consumo, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**18,40**	**7. 360,00**
12	100	UND	AZEITE DE OLIVA 500 ML - acondicionado em embalagem de vidro ou enlatado, contendo 500 ml, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega.	**SINHA**	**13,80**	**1. 380,00**
13	300	UND	AZEITONA EM CONSERVA 800G - COM CAROÇO - frutos em conserva. Cor, odor e sabor característicos. Acondicionado em embalagem de vidro, plástico ou enlatado com identificação na embalagem (rótulo) valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de mofos ou material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	**LA PREFERIDA**	**7,25**	**2. 175,00**
14	1000	PCT	BALA MACIA PCT 600GR: Bala macia com pacote de diversos sabores e 600GR.	**FLORESTAL**	**5,75**	**5. 750,00**
15	500	KG	BANANA DA TERRA - Banana da terra extra, in natura, procedentes de espécies genuínas e sãs, ter atingido o grau de evolução e maturação, polpa íntegra e firme. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**5,10**	**2. 550,00**
16	500	KG	BANANA MAÇÃ - Banana maçã extra, in natura, procedentes de espécies genuínas e sãs, ter atingido o grau de evolução e maturação, polpa íntegra e firme. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**4,85**	**2. 425,00**
17	500	KG	BANANA NANICA - Banana nanica extra, in natura, procedentes de espécies genuínas e sãs, ter atingido o grau de evolução e maturação, polpa íntegra e firme. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**3,90**	**1. 950,00**
18	500	KG	BATATA DOCE - in natura, extra AA, com a polpa intacta e limpa, firme, lisa, de tamanho uniforme, procedente de espécies genuínas e sãs, fresco. Isento de matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, sem manchas esverdeadas e livre de broto, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**3,60**	**1. 800,00**
19	2300	KG	BATATA INGLESA: Batata inglesa especial, in natura, extra AA, com a polpa intacta e limpa, firme, lisa, de tamanho uniforme, procedente de espécies genuínas e sãs, fresco. Isento de matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, sem manchas esverdeadas e livre de broto, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**5,00**	**11. 500,00**
21	1100	KG	BETERRABA KG: extra AA, in natura, procedente de espécies genuínas e sãs, fresca, casca lisa e firme. Isento de broto, lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**3,85**	**4. 235,00**
23	2300	PCT	BOLACHA DOCE 400g – tipo rosquinha de coco sem recheio, embalagem com no mínimo 800 gramas contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço.	**PAVECINO**	**2,75**	**6. 325,00**
24	3400	PCT	BOLACHA DE DOCE PCT 400GR - Biscoito Doce, tipo Maria ou Maisena, de sabor, cor e odor característicos, textura crocante, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente de dupla face, contendo 400g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço.	**FORTALEZA**	**2,65**	**9. 010,00**
26	50	CX	BOMBOM SABORES VARIADOS CAIXA COM 400gr	**GAROTO**	**8,75**	**437,50**
28	650	UND	CALDO DE GALINHA - embalagem com 63 gramas contendo 6 tabletes porção de 5,25g valor energético 15kcal, contendo marca do produto e prazo de validade	**ARISCO**	**1,28**	**832,00**

29	650	UND	CALDO DE CARNE - embalagem com 63 gramas contendo 6 tabletes porção de 5,25g valor energético 15kcal, contendo marca do produto e prazo de validade	**ARISCO**	**1,28**	**832,00**
30	500	PCT	CANELA EM CASCA 30GR: sabor e cheiro característico, embalagem plástica transparente de 30g com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**MIKA**	**2,25**	**1. 125,00**
31	500	PCT	CANELA EM PÓ 30GR: sabor e cheiro característico, embalagem plástica transparente de 30g com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**MIKA**	**2,25**	**1. 125,00**
37	900	KG	CEBOLA - Cebola branca, fresca, extra, com as extremidades firmes, cor brilhante, haste bem seca. Isento de broto, enfermidades, lesões de origem física, mecânica ou biológica, substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**4,35**	**3. 915,00**
38	900	KG	CENOURA - Cenoura extra AA, in natura, cor laranja-vivo, procedente de espécies genuínas e sãs, frescas, firme, lisa, sem rugas, de aparência fresca. Isento de brotos, lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à Superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**4,10**	**3. 690,00**
40	600	PCT	CHOCOLATE GRANULADO 100GR; contendo informações nutricionais, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	**CAMP**	**2,85**	**1. 710,00**
41	700	KG	CHUCHU - Chuchu extra AA, in natura, pouca rugosidade tamanho médio, procedente de espécies genuínas, sãs e frescas, polpa íntegra e firme. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**3,35**	**2. 345,00**
42	250	PCTO	CÔCO RALADO 100G: Côco ralado sem adição de açúcar, em flocos finos, acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente, contendo 100 g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**COQUIL**	**2,35**	**587,50**
43	600	PCTO	COLORÍFICO - produto constituído pela mistura de fubá de milho com urucum em pó, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 30g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**MIKA**	**0,65**	**390,00**
44	500	PCT	COMINHO EM PÓ - acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 30g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**MIKA**	**2,05**	**1. 025,00**
47	1000	PCT	COPO PLÁSTICO - descartável de poliestireno, com capacidade de 50ml, acondicionados em mangas com 100 unidades, as mangas não devem estar violadas.	**BELLA**	**1,30**	**1. 300,00**
48	80	UND	CRAVO DA ÍNDIA - acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente, contendo 30g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**MIKA**	**2,10**	**168,00**
50	50	PCT	CREME DE MILHO 500GR	**SINHA**	**1,85**	**92,50**
51	600	UND	ERVA DOCE EMBALAGEM COM 30GR - acondicionado em embalagem de polietileno atóxico transparente, contendo 30g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**MIKA**	**2,25**	**1. 350,00**
52	200	UND	ERVILHA EM CONSERVA LT 200G: Ervilhas reidratadas em conserva, embalagem (lata) com no mínimo 200g de peso drenado, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	**QUERO**	**1,75**	**350,00**
53	200	UND	ESSÊNCIA DE BAUNILHA - embalagem com 50 ml com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	ARCOLOR	**3,35**	**670,00**
54	700	UND	EXTRATO DE TOMATE 250G: produto industrializado preparado com tomate, açúcar e sal, latas de 340g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega. peso liquido.	**QUERO**	**1,85**	**1. 295,00**
56	700	UND	EXTRATO DE TOMATE 840 GR: produto industrializado preparado com tomate, açúcar e sal, latas de 860g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega. peso liquido	**QUERO**	**5,65**	**3. 955,00**
58	1500	UND	FARINHA DE ROSCA 500 GRAMAS - de primeira, Não podendo estar úmida fermentada ou rançosa. Acondicionada em embalagem de polietileno atóxico transparente, contendo 500 g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**PACHA**	**2,85**	**4. 275,00**
61	550	UND	FERMENTO EM PÓ PARA BOLO 100g - Fermento químico em pó, acondicionado em embalagem de polietileno atóxico, contendo 100g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.	**DONA BENTA**	**1,95**	**1. 072,50**
62	600	PCT	FERMENTO BIOLÓGICO PCT 500GR: granulado, seco, instantâneo, embalado a vácuo, unidades de 500 g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	**SAF INSTANT**	**13,25**	**7. 950,00**
63	600	PCT	FERMENTO QUÍMICO PCT 250GR: granulado, seco, instantâneo, embalado a vácuo, unidades de 250 g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	**ROYAL**	**5,75**	**3. 450,00**
68	300	UND	GELATINA - em pó-embalagem de 30 G sabores variados com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**APIT**	**0,95**	**285,00**
69	80	KG	GENGIBRE RAIZ - KG - de primeira qualidade, in natura, sem estragos, apresentando grau de maturação apropriado para o consumo, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**11,90**	**952,00**
70	80	UND	GORDURA VEGETAL 500G - embalagem contendo 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido com registro no ministério competente. Validade mínima de 06 meses a partir da entrega.	**PRIMOR**	**11,90**	**952,00**
71	350	KG	JILÓ - de primeira qualidade, in natura, sem estragos, apresentando grau de maturação apropriado para o consumo, aroma e cor própria, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**5,90**	**2. 065,00**
72	800	KG	LARANJA PÊRA - in natura extra, procedente de espécie genuína e sã, fresca, com grau de maturação adequado para o consumo, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**1,95**	**1. 560,00**

73	750	UND	LEITE CONDENSADO 395 GRAMAS - composto de leite integral, açúcar e lactose (tradicional), de consistência cremosa e textura homogênea, acondicionado em embalagem contendo 395g com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade (mínimo de 01ano) e peso liquido.	**TRIANGULO**	**3,25**	**2. 437,00**
76	500	UND	LEITE LONGA VIDA UHT DESNATADO - (sem adição de açúcar), cor, aroma e odor característico, não rançoso, acondicionado em embalagem de papelão tipo longa vida, contendo 1 l, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. O produto deverá possuir selo de inspeção do órgão competente. Validade mínima de 03 (três) meses a contar da data de entrega.	**NENE**	**3,50**	**1. 750,00**
78	200	KG	LIMAO TAITI - de primeira qualidade, in natura extra, procedente de espécie genuína e sã, fresca, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**4,55**	**910,00**
81	450	KG	MAÇÃ NACIONAL - in natura extra, sem apresentar avarias de casca, procedente de espécie genuína e sã, fresca, com grau de maturação adequado para o consumo, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**6,30**	**2. 835,00**
86	500	UND	MAIONESE - tradicional. Embalagem com 500g. Com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega	**PRIMOR**	**4,00**	**2. 000,00**
87	200	KG	MAMÃO TIPO PAPAIA - in natura extra, apresentando maturação média (de vez), polpa firme ao toque, sem apresentar avarias de casca, procedente de espécie genuína e sã, fresca, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas.	**IN NATURA**	**2,45**	**490,00**
88	250	KG	MANGA MADURA FRUTA KG: Sem estragos, de primeira, in natura extra, apresentando maturação média (de vez), polpa firme ao toque, sem apresentar avarias de casca, procedente de espécie genuína e sã, fresca, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, e acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**4,15**	**1. 037,50**
89	350	KG	MARACUJÁ KG - in natura extra, sem apresentar avarias de casca, procedente de espécie genuína e sã, fresca, com grau de maturação adequado para o consumo, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**6,60**	**2. 310,00**
90	1200	KG	MARGARINA COM SAL 1KG: com sal, com 80% de teor de gordura, refrigerado, não rançoso, condicionado em embalagem resistente de polietileno, contendo 500g. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, validade, data de embalagem, peso líquido e selo de inspeção do órgão competente. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data da entrega.	**DELICIA**	**9,70**	**11. 640,00**
91	800	KG	MELANCIA KG: de primeira, - in natura extra, sem apresentar avarias de casca, procedente de espécie genuína e sã, fresca, com grau de maturação adequado para o consumo, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**1,90**	**1. 520,00**
92	250	KG	MELÃO AMARELO: de primeira, - in natura extra, sem apresentar avarias de casca, procedente de espécie genuína e sã, fresca, com grau de maturação adequado para o consumo, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**1,95**	**487,50**
93	300	PCT	MILHO PARA CANJICA PCT 500 GR - amarelo, tipo 1, beneficiado, polido, limpo, admitindo umidade máxima de 14% por peso, em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**SINHA**	**1,55**	**465,00**
94	100	UND	MILHO PARA PIPOCA 500GR: Milho de pipoca, duro, amarelo, tipo 1, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso embalagem plástica de 500g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	**SINHA**	**2,15**	**215,00**
95	1200	LT	MILHO VERDE EM CONSERVA 200GR: a base de: milho /água / sal Sem conservantes, acondicionado em embalagem contendo 200g ou 2 kg (peso líquido), com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	**BONARE**	**1,55**	**1. 860,00**
96	100	UND	MORANGO - bandeja com 250gramas:de primeira, - in natura extra, sem apresentar avarias de casca, procedente de espécie genuína e sã, fresca, com grau de maturação adequado para o consumo, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**6,75**	**675,00**
98	100	PCT	ORÉGANO DESIDRATADO - desidratado, em embalagem plástica transparente resistente, contendo 30g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.	MIKA	**1,80**	**180,00**
99	2000	CARTELA	OVOS BRANCOS DE GALINHA - CARTELA COM 30: produto fresco de ave galinácea, tipo grande (50g), íntegro, tamanho uniforme e cor branca, proveniente de avicultor com inspeção oficial, cor, odor e sabor característico, casca lisa, pouco porosa, sem manchas ou sujidades, sem rachaduras, isento de podridão e fungos. A gema deve se apresentar translúcida, firme, consistente, livre de defeito, ocupando a parte central do ovo e sem germe desenvolvido. A clara deve se apresentar transparente, densa, firme, espessa, límpida, sem manchas ou turvação e intactas. Acondicionado em embalagem resistente de papelão, plástico ou isopor. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, validade, data de embalagem, peso líquido e selo de inspeção do órgão competente. Validade mínima de 20 dias a contar no ato da entrega.	**CAMPO VERDE**	**13,80**	**27. 600,00**
102	500	PCT	PAPEL TOALHA PCT 2X1: Papel Toalha Descartável não reciclado na cor branca, embalagem plástica contendo 02 Rolos, contendo 55 folhas cada medindo 20cm x 22cm a folha. A embalagem deve conter dados de identificação do produto e marca do fabricante.	**SNACK**	**3,75**	**1. 875,00**
103	250	KG	PEPINO: de primeira, - in natura extra, sem apresentar avarias de casca, procedente de espécie genuína e sã, fresca, com grau de maturação adequado para o consumo, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**4,30**	**1. 075,00**
104	250	KG	PÊRA: de primeira, - in natura extra, sem apresentar avarias de casca, procedente de espécie genuína e sã, fresca, com grau de maturação adequado para o consumo, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**6,45**	**1. 612,50**
105	250	KG	PIMENTÃO VERDE: de primeira, - in natura extra, sem apresentar avarias de casca, procedente de espécie genuína e sã, fresca, com grau de maturação adequado para o consumo, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades	**IN NATURA**	**7,45**	**1. 862,50**

			ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.			
106	600	PCT	PIRULITO DIVERSOS SABORES PCT 600GR: pirulito de frutas pacote com diversos sabores.	**FLORESTAL**	**7,25**	**4. 350,00**
115	600	PCT	POLVILHO AZEDO: Contendo 1KG, em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.	**AMAFIL**	**4,00**	**2. 400,00**
120	250	KG	QUIABO: fresco, de primeira, - in natura extra, sem apresentar avarias de casca, procedente de espécie genuína e sã, fresca, com grau de maturação adequado para o consumo, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**5,75**	**1. 437,50**
124	2200	UND	REFRIGERANTE COLA 2L - Refrigerante PET sabor cola de baixa caloria, não alcoólico, tendo como ingredientes básicos água gaseificada, açúcar, extrato de noz de cola e cafeína. Embalagem de 2,0 litros, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	**COCA COLA**	**6,45**	**14. 190,00**
125	2000	KG	REPOLHO KG: branco in natura extra, fresco, firme, odor característico. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**2,85**	**5. 700,00**
127	200	KG	SAL GROSSO 1KG - m granulação uniforme e com cristais brancos. A quantidade de iodo deve seguir a legislação específica, embalagem de polietileno de 1,0 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	**UNIAO**	**1,95**	**390,00**
128	500	KG	SAL REFINADO IODADO 1KG: com granulação uniforme e com cristais brancos. A quantidade de iodo deve seguir a legislação específica, embalagem de polietileno de 1,0 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	**CRISTAL**	**1,50**	**750,00**
130	3500	UND	SARDINHA - peixe de água salgada, conservado em óleo de soja vísceras e descamada mecanicamente, livres de nadadeiras, calda e cabeça e pré cozido, embalagem da em lata recavada e esterilizada de 250 gramas contendo data de validade e marca do fabricante	**PESCADOR**	**3,85**	**13. 475,00**
131	12000	PCT	SUCO EM PÓ 25 GR SABORES VARIADOS: preparado em pó para diluição em água preparando 01 litro de bebida que já vem adoçada. Embalagem contendo informações nutricionais de ingestão das vitaminas A, C e de Ferro, embalagem 25 GR contendo a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	**ICEBEL**	**0,50**	**6. 000,00**
132	150	PCT	TEMPERO BAIANO em pó Embalagem 30gr contendo Coentro, cúrcuma, cominho, realçador de sabor glutamato monossódico, pimenta calabresa, pimenta do reino e orégano contendo identificação do produto e prazo de validade.	**MIKA**	**1,70**	**255,00**
133	400	KG	TEMPERO COMPLETO KG (COM SAL, ALHO E PIMENTA), acondicionado em embalagem contendo 395g com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade (mínimo de 01ano) e peso liquido.	**ARIANE**	**3,25**	**1. 300,00**
135	300	KG	TOMATE KG: de vez, de primeira qualidade, in natura extra, procedente de espécie genuína e sã, fresca, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**6,90**	**20. 700,00**
136	350	KG	UVA VERDE: Deve apresentar as características da variedade bem definidas (cor, textura, sabor), aroma levemente perfumado, estar fisiologicamente desenvolvida, sadia, isenta de substâncias nocivas à saúde. Deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**6,95**	**2. 432,50**
138	350	KG	VAGEM KG: de primeira qualidade, in natura extra, procedente de espécie genuína e sã, fresca, sem apresentar avarias de casca. Isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica matéria terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, livre de enfermidades, insetos, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução 12/78 da CNPA.	**IN NATURA**	**8,45**	**2. 957,50**
139	300	UND	VINAGRE DE VINHO TINTO/ BRANCO 750 ML: envasado em garrafa de polietileno atóxica resistente transparente, contendo 750 ml, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	**VITELIA**	**2,30**	**690,00**
Total Geral ..... R$						**258. 921,00**
Duzentos e Cinquenta e oito Mil, Novecentos e vinte um reais						

NOME: J MOREIRA BELO – MERCEARIA - ME

CNPJ: 08.568.820/0001-96 — **INSCRIÇÃO: 13331280-1**

ENDEREÇO: Rodovia BR 070 KM 66, Centro

CEP: 78620-000 — **CIDADE/UF: GENERAL CARNEIRO-MT**

TELEFONES: (66) 9 9233-0130 — **E-MAIL: jmoreirabelo1971@hotmail.com**

REPRESENTANTE LEGAL: José Moreira Belo

RG: 834070 SSP / MT — **CPF: 535.080.331-04**

DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS

Item	Quant	Unid.	Descrição dos Produtos	Marca	Pr. Unit.	Pr. Total
6	2500	PCT	AÇÚCAR CRISTALIZADO: na cor branca, sacarose de cana de açúcar, embalagem com 2 kg, em polietileno, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério competente. Validade mínima de 6 meses a partir da entrega.	**DOCE DIA**	**3,50**	**8. 750,00**
9	100	PCT	AMENDOIM CRU VERMELHO PCT 500GR, tipo 1, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, embalagem plástica de 500g, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, registrado no ministério competente de primeira qualidade, com validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	**MIKA**	**4,80**	**480,00**
10	200	PCT	AMIDO DE MILHO TIPO MAISENA - embalagem contendo 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido com registro no ministério competente. Validade mínima de 06 meses a partir da entrega.	**FLESH**	**3,05**	**610,00**
20	300	PCT	BATATA PALHA – Tradicional embalagem com 500G, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no ministério competente. Validade mínima de 6 meses a partir da entrega.	**TRADICIONAL**	**6,60**	**1. 980,00**
25	80	PCT	BOMBOM CHOCOLATE PCT 1KG: : bombons de chocolate com 20g, embalagem com 50 unidades.	**BEJIM**	**25,90**	**2. 072,00**
35	4000	KG	CARNE DE FRANGO TIPO COXA E SOBRE COXA- congelada, de boa qualidade, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais de acordo com as portarias do ministério da agricultura.	**SADIA**	**7,60**	**30. 400,00**
36	3000	KG	CARNE DE FRANGO TIPO PEITO SEM OSSO - congelada, de boa qualidade, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais de acordo com as portarias do ministério da agricultura.	**SADIA**	**9,40**	**28. 200,00**

39	300	CX	CHA MATE: Chá de erva mate, tostado, natural caixa com 250g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, peso liquido e prazo de validade.	**MATE LEÃO**	**3,45**	**1.035,00**
46	1500	PCT	COPO PLÁSTICO - descartável de poliestireno, com capacidade de 300ml, acondicionados em mangas com 100 unidades, peso mínimo unitário de 2,2 gramas, as mangas não devem estar violadas.	**COPOBEM**	**4,60**	**6.900,00**
49	200	UND	CREME DE LEITE – UHT homogeneizado, sem necessidade de refrigeração. Embalagem tetrapak de 200g. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	**PIRACANJUBA**	**2,50**	**500,00**
65	5000	CX	FÓSFORO – EM MADEIRA COMPOSTO EM VEGETAL E MINERAL. CAIXA COM 40 PALITOS	**FIAT**	**0,27**	**1.350,00**
66	5500	KG	FRANGO INTEIRO CONGELADO COMUM: Congelado, embalado em sacos plásticos transparente atóxico, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marca e carimbos oficiais de registros no Ministério da Agricultura / SIF/DIPOA, provenientes de animais sadios de primeira qualidade, sem tempero, com aspecto, cor, odor e sabor característicos, sem manchas e parasitas, sendo entregue de acordo com a legislação vigente.	**SADIA**	**6,50**	**35.750,00**
67	100	PCT	FUBÁ MIMOSO - Fubá de milho, produto obtido da moagem do grão de milho são, limpo, isento de matéria terrosa e parasita. Não podendo apresentar umidade, fermentação ou ranço. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico, contendo 01 kg, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	MIKA	**2,20**	**220,00**
79	800	KG	LINGUIÇA CALABRESA DEFUMADA KG - Deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deve apresentar cor e cheiro característico.	**SEARA**	**16,35**	**13.080,00**
84	1200	PCT	MACARRÃO TIPO PADRE NOSSO: tipo padre nosso, massa de sêmola com ovos, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.	**ADORALLI**	**2,05**	**2.460,00**
85	700	PCT	MACARRÃO TIPO PARAFUSO 500 G - enriquecido com ferro e ácido fólico tipo espaguete, massa de sêmola com ovos, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.	**ADORALLI**	**1,95**	**1.365,00**
116	600	PCT	POLVILHO DOCE: Contendo 1KG, em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, contendo 500g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.	**LOPES**	**5,25**	**3.150,00**
118	200	KG	QUEIJO MEIO CURA KG: Tipo caseiro, Deverá apresentar coloração, odor e aspectos característicos. Contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 03 (três) dias, a contar da data de entrega.	**CASEIRO**	**11,80**	**2.360,00**
119	400	KG	QUEIJO TIPO MUSSARELA: Tipo mussarela fatiado/pedaço, fresco, refrigerado, cortado em fatias finas em torno de 20g cada, embaladas em saco plástico resistente atóxico e transparente. Isento de estofamento, rachadura e mofos. Devendo ser fatiado no dia anterior ao pedido. Contendo 500 na embalagem e a identificação do produto, validade, data de embalagem, peso líquido, marca do fabricante. O produto deverá ter selo de inspeção do órgão competente. Validade mínima de 03 (três) dias a contar no ato da entrega.	**CAMPLEITE**	**24,80**	**9.920,00**
122	2000	UND	REFRIGERANTE LARANJA 2l : Refrigerante PET sabor laranja de baixa caloria, não alcoólico, tendo como ingredientes básicos Água gaseificada, ciclamato, sacarina, 10% de sucos naturais e aditivos. Embalagem de 2,0 litros, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	**FANTA**	**5,40**	**10.800,00**
129	2000	KG	SALSICHA PARA CACHORRO QUENTE: Salsicha, para hot dog, embalagem de 1,0 kg, embalado em PVC transparente ou saco plástico transparente com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA.	**SADIA**	**7,70**	**15.400,00**
Total Geral ..... R$						**176.782,00**
Cento e setenta e seis mil, setecentos e oitenta e dois reais						

NOME: Jose Carlos Esteves da Costa Junior ME

CNPJ: 25.092.036/10001-73 — **INSCRIÇÃO: 13.636.434-9**

ENDEREÇO: Av. Petrolino José dos Santos, Centor

CEP: 78620-000 — **CIDADE/UF: GENERAL CARNEIRO-MT**

TELEFONES: (66) 9 9204 - 1206 — **E-MAIL: jmocasadecarnepaulista@gmail.com**

REPRESENTANTE LEGAL: Jose Carlos Esteves da Costa Junior

RG: 15737602 — **CPF: 038.466.251-08**

DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS

Item	Quant	Unid.	Descrição dos Produtos	Marca	Pr. Unit.	Pr. Total
32	4500	kg	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA QUALIDADE KG: patinho, coxão mole, contra - filé, alcatra, maminha, etc - cortada em bife, embalada em saco plástico transparente atóxico, apresentando cor e cheiro característico, provenientes de animais sadios, sob inspeção veterinária. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponeuroses). A carne bovina deve ser entregue em bifes e/ou conforme solicitação, deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deve apresentar cor e cheiro característico. Deve ser entregue resfriada ou congelada, de acordo	**NUTRIFRIGO**	**20,50**	**92.250,00**
33	4500	Kg	CARNE BOVINA DE SEGUNDA MOIDA; músculo ou acém, proveniente da espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponeuroses).A carne bovina deve ser entregue moída ou em cubos, conforme solicitação, deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deve apresentar cor e cheiro característico. Deve ser entregue resfriada ou congelada, de acordo com a legislação vigente. Deverá ser entregue em embalagens conforme solicitação.	**NUTRIFRIGO**	**17,70**	**79.650,00**
34	4000	Kg	CARNE BOVINA DE SEGUNDA QUALIDADE: músculo, coxão duro ou acém, proveniente da espécie bovina, sadios, abatidos sob inspeção veterinária. Durante o processamento, deve ser realizada a aparagem (eliminação dos excessos de gordura, cartilagem e aponeuroses).A carne bovina deve ser entregue moída ou em cubos, conforme solicitação, deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deve apresentar cor e cheiro característico. Deve ser entregue resfriada ou congelada, de acordo com a legislação vigente. Deverá ser entregue em embalagens conforme solicitação.	**NUTRIFRIGO**	**16.80**	**75.600,00**
Total Geral ..... R$						**247.500,00**
Duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais						

Valor Total da Licitação: **R$ 1.202.028 - Um milhão duzentos e dois mil e vinte e oito reais**

Este termo não obriga o MUNICÍPIO a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes correrão à conta dos recursos próprios previstos no orçamento anual do Município do exercício de 2019:

As despesas orçamentaria decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão a cada dotação orçamentaria indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da ata pela secretaria aderente a esta ata de registro de Preços

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através do Fiscal de Contrato **TALES GOMES AIRES** designado por intermédio da **Portaria 071/2019**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2. Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3. Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 012/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de General Carneiro/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas. 11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de General Carneiro/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de General Carneiro, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de General Carneiro poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de General Carneiro por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 012/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

General Carneiro-MT, 12 de junho de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

_____

E. F. DA SILVA – SUPERMERCADO - ME

08.946.167/0001-51

Participante

_____

VALTEME R A DE ARAUJO

37.472.503/0001-70

Participante

_____

_____

J. MOREIRA BELO – MERCEARIA - ME

08.568.820/0001-96

Participante

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

ATA DE RG 013/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NRº 013/2019

Processo Administrativo: 019/2019

Pregão Presencial 013/2019

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente à BR 070, Km 66, Centro, em General Carneiro/MT, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224. 401-91, **RESOLVE** registrar o preço da empresa **WM INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS EIRELI,** nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, no pregão presencial 013/2019, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 Prancha (Semi – Reboque): de 3 eixos, tipo carrega tudo com as seguintes especificações: capacidade de carga de no 35 toneladas, comprimento total de 11,30 metros x 3,0 metros de largura, pescoço naja, para- choque homologado, instalação elétrica conforme normas do CONTRAN, equipada com freios acionamento hidráulico ou superior, 13 rodas sem pneus 295/80 aro 22,5, freio a ar e estacionário, suporte de step, assoalho em chapa de aço e madeira 5 cm, rampa elétrica hidráulica, a prancha deverá estar equipada com caixa de ferramentas, reservatório de água, placa traseira de advertência, argolas laterais, faixas refletivas de segurança e demais itens de segurança obrigatórios.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 013/2019, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Marcelo de Aquino.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos produtos, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 013/2019 e seus anexos.

4. DAS EMPRESAS VENCEDORAS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresas Vencedoras:

NOME: WM Indústria de Implementos Rodoviários Eireli - EPP CNPJ: 18.691.028/0001-88							
CEP: 85.813-070			**CIDADE/UF: Cascavel - PR**				
TELEFONES: 45 3096 - 6087				**E-MAIL: claudio.wm@hotmail.com**			
REPRESENTANTE LEGAL: Claudio Antonio de Camargo							
RG: 3.208.463-0				**CPF: 446.945.479-68**			
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS							
Item	Quant	Un	Descrição dos Produtos		Marca	Valor Unit	Valor Total
1	**1**	**UN**	**Prancha (Semi – Reboque): de 3 eixos, tipo carrega tudo com as seguintes especificações: capacidade de carga de no 35 toneladas, comprimento total de 11,30 metros x 3,0 metros de largura, pescoço naja, para- choque homologado, instalação elétrica conforme normas do CONTRAN, equipada com freios acionamento hidráulico ou superior, 13 rodas sem pneus 295/80 aro 22,5, freio a ar e estacionário, suporte de step, assoalho em chapa de aço e madeira 5 cm, rampa elétrica hidráulica, a prancha deverá estar equipada com caixa de ferramentas, reservatório de água, placa traseira de advertência, argolas laterais, faixas refletivas de segurança e demais itens de segurança obrigatórios.**		**WM**	**R$130.800,00**	**R$130.800,00**
Total Geral R$ 130.800,00 (cento e trinta mil e oitocentos reais)							130.800,00

Este termo não obriga o MUNICÍPIO a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes correrão à conta dos recursos próprios previstos no orçamento anual do Município do exercício de 2019:

As despesas orçamentaria decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão a cada dotação orçamentaria indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da ata pela secretaria aderente a esta ata de registro de Preços

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através do Fiscal de Contrato **Gabriel de Oliveira Neto** designado por intermédio da **Portaria 050/2019**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT** e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2. Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3. Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 013/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

10.5. A empresa poderá entregar o produto após a ordem de compra, porém tem a ciência que o pagamento depende da liberação do recurso junto a Caixa Econômica Federal.

11. DO PAGAMENTO

11.1 A empresa deverá fornecer a nota fiscal do produto após a ordem de compra da Prefeitura Municipal para que a mesma seja anexada no sistema para posterior liberação de recurso e pagamento.

11.2. O pagamento será feito após liberação do recurso junto a Caixa Econômica Federal de acordo com o convênio 882270/2018 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO / CAIXA mediante a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.3. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.3.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.3.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.3.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.3.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.4. O pagamento será efetuado pelo Município de General Carneiro/MT no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos a partir da liberação do recurso pela Caixa Econômica, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.5.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.6. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.6.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.7. O Município de General Carneiro/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de General Carneiro, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. A Prefeitura Municipal de General Carneiro poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de General Carneiro por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 013/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02 e no Diário Oficial da União.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

General Carneiro-MT, 12 de junho de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

_____

WM INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS EIRELI

18.691.028/0001-88

Participante

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

ERRATA TP 03/2019

ERRATA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DE RESULTADO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 17/2019

TOMADA PREÇOS 03/2019

Referente a publicação da ata da sessão e resultado,

Os valores; onde se lê 356.200**,57 (Trezentos e Cinquenta e Seis mil, duzentos reais e cinquenta e sete centavos),**

leia se; 356.200,77 (Trezentos e Cinquenta e Seis mil, duzentos reais e setenta e sete centavos)

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Delson Rodrigues s/n Bairro Centro , neste município de General Carneiro-MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

General Carneiro-MT, 30 de maio de 2.019

NELMA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ERRATA PR 14

ERRATA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2019

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP CONFORME LEIS 147/14 – 123/06

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, que**fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM,(exclusiva ME E EPP, Região centro Oeste) às 08h00 horas (Brasília) do dia 25 de junho de 2019, na sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de General Carneiro, à Avenida Delson Rodrigues s/n , Centro, General Carneiro /MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93, 147/14 e 123/06. O credenciamento será feito das 07h30 às 08h00.**

OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS LABORATORIAIS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER A SERCRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, LOCAL DA DISPUTA: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT.

RETIRADA DO EDITAL: site WWW.generalcarneiro.mt.gov.br, solicitação via e-mail: cpl@generalcarneiro.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, das 08h00 às 17h00.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66)3416-1215 /1153;

OBS; Onde se lê 26 de junho, leia -se 25 de junho

General Carneiro - MT, 12 de junho de 2019

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RETIFICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019 - SRP

O município de Guarantã do Norte/MT, representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que Retifica a Publicação do Resultado do Pregão Presencial nº **035/2019 - SRP** publicada dia 10 de junho de 2019 com circulação nos jornais no dia 10 de junho de 2019: Mural da Prefeitura e site da Prefeitura, no dia 11 de junho de 2019: Associação Mato-grossense dos Municípios P.121, nº 3.246, Diário Oficial da União P.183, Nº 111 E no dia 12 de junho de 2019: Diário Oficial de Contas de Mato Grosso P. 56, nº 1644:: **Onde se-lê**: A empresa **REZER FRUTUOSO & CIA LTDA - EPP** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 414.979,50** (quatrocentos e quatorze mil novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos). **Leia-se**: A empresa **REZER FRUTUOSO & CIA LTDA - EPP** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 428. 979,50** (quatrocentos e vinte e oito mil novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos). Guarantã do Norte/MT, 12 de junho de 2019.Gislaine Ascanio/ Pregoeira.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2019-SRP

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2019-SRP** cujo objeto **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de **SERVIÇOS DE FRETES E ENCOMENDAS** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). A abertura do certame está prevista para o dia ***24/06/2019 às 08h00 (horário de Mato Grosso)***, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 12 de junho de 2019. ***Gislaine Ascanio/Pregoeira.***

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 099/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM GUARANTÃ LTDA,** Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestações de serviços de **EXAMES DE TOMOGRAFIAS COMPUTADORIZADAS, ULTRASSONOGRAFIAS e MAMOGRAFIAS**, voltados à atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº **027/2019**, Processo de Compra n° **749/2019**, Lei 8.666/1993, Lei 10. 520/2002. A empresa **CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM GUARANTÃ LTDA** sagrou-se vencedoracom o valor global de **R$ 260.620,00 (duzentos e sessenta mil seiscentos e vinte reais). Data de Assinatura**: 12/06/2019. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA **Nº 749/2019** PREGÃO PRESENCIAL Nº **027/2019-SRP**. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: ÉRICO STEVAN GONÇALVES – Prefeito Municipal; **Contratada**: **CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM GUARANTÃ LTDA** representada pela senhora **ELIANE ELISA DONADEL DAL SOCHIO -** Guarantã do Norte/MT, 12 de junho de 2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 271/2018

OBJETO: prorrogação de prazo de vigência para mais 120 (cento e vinte) dias para o lote 02- Obra de complementação da construção da Academia de saúde, localizada na Rua Senador Jonas Pinheiro, esquina com a Rua Das Videiras, quadra 27, no Bairro Aeroporto – Guarantã do Norte, do contrato PMGN/MT/Nº271/2018.

DATA: 06/07/2019

CONTRATADO: CONSTRUTORA MORIÁ EIRELI - EPP

Guarantã do Norte, 06 de junho de 2019.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 072/2018

OBJETO: Prorrogação de prazo de vigência para mais 210 (duzentos e dez) dias para o contrato PMGN/MT/Nº 072/2018.

DATA: 07/06/2019

CONTRATADO: CONSTRUTORA LINEAR EIRELI – EPP

Guarantã do Norte, 07 de junho de 2019.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº003/2019/CM/FETHAB DE INDIAVAVAÍ-MT

Resolução Nº 003/2019/CM/FETHAB/Indiavaí-MT

Dispõe sobre Aprovação de Contas do FETHAB de Indiavaí-MT, referente ao mês de Abril e Maio do ano de 2019.

O Plenário do Conselho Municipal do FETHAB/Indiavaí-MT**,** no uso de suas atribuições legais e regimentais, reunido em sessão Ordinária, nesta data, 10/06/2019, às 15:00hs (quinze), conforme em registro em Ata Nº 015/2019.

Resolve:

Artigo 1º– Aprovar as Contas do FETHAB de Indiavaí-MT, referente aos meses de Abril e Maio do ano de 2019.

Artigo 2º - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Indiavaí MT, 10 de Junho do ano de 2019.

_____

Antônio Augusto Caetano Ribeiro

Presidente do CM/FETHAB

Indiavaí-MT

DECRETO Nº 06 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

REGULAMENTA A JORNADA DE TRABALHO, A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS E O PONTO ELETRONICO A TOLERÂNCIA DE ATRASO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL Direta, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, Sr. **VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que cada secretaria municipal deve planejar o trabalho das suas unidades, de acordo com a carga horária normal de expediente;

CONSIDERANDO que a realização de horas extras deve acontecer somente em situações atípicas ou excepcionais, conforme disposto no artigo 15, da Lei complementar nº 460 de 13 de janeiro de 2011;

CONSIDERANDO que é lícito aos órgãos e entidades públicas no âmbito da Administração Pública Municipal fixar a jornada de trabalho de seus servidores efetivos e comissionados, no exercício de sua discricionariedade administrativa, obedecidas as suas respectivas disposições normativas internas e observados os limites e parâmetros estabelecidos em lei.

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o horário de expediente executado no serviço público ao atendimento dos munícipes,

DECRETA:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Para efeitos deste decreto, considera-se:

I - **servidor público**: pessoa legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo, em comissão ou contratada temporariamente;

II - **horas extraordinárias**: jornada especial de trabalho que, pelas características e peculiaridades das atividades a serem executadas, decorrentes de imperiosa, temporária e comprovada necessidade do serviço para atendimento do interesse público, exijam disponibilidade do servidor além da jornada normal de trabalho, ou seja, a devida por encargo de concurso ou estipulada em contrato de trabalho.

III- Ponto é o registro de todas as entradas e saídas do servidor em seu órgão ou entidade de exercício, por meio do qual se verifica, diariamente, a sua frequência.

CAPÍTULO II- DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 2° - O registro de frequência é medida obrigatória para todos os servidores lotados nos órgãos da Administração Municipal Direta, como meio de aferir o comparecimento ao trabalho, que será realizado por meio de:

I. relógio de ponto eletrônico para controle de frequência nos locais de trabalho, ou;

II. livro ponto ou folha individual de frequência, os quais serão admitidos, condicionada à justificativa, da chefia imediata do órgão de lotação do servidor e ratificado pelo Secretário (a) Municipal;

III. a folha individual de frequência a que se refere o inciso II deste artigo, deverá ser impressa em papel timbrado com o brasão oficial da Prefeitura Municipal de Indiavaí e conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) nome completo e matrícula funcional do servidor;

b) vínculo empregatício com a Administração Municipal;

c) jornada de trabalho semanal;

d) horário diário de entrada e de saída, incluindo os horários de intervalo para almoço e descanso, quando houver;

e) nome completo e matrícula funcional da chefia imediata;

f) registro de ocorrência de faltas, saídas antecipadas e/ou entradas atrasadas, quando houver;

j) assinatura do servidor e da chefia imediata responsável pelo apontamento da frequência.

Parágrafo único: a chefia imediata do órgão em que se utilize folha individual de frequência ou livro ponto, deverá manter arquivo desses documentos, de todos os servidores que lhe sejam subordinados, para consulta do respectivo superior hierárquico, do Departamento de Recursos Humanos ou, ainda, de outras autoridades superiores que possam interessar, sempre que necessário.

Art. 3°- A jornada de trabalho nas repartições públicas municipais, cuja atividade principal seja atendimento ao público, poderá ser de 30 (trinta) horas semanais, em horário a definir conforme a necessidade, de segunda-feira a sexta-feira, condicionada decisão e responsabilidade do respectivo Secretário Municipal, e, ainda, sujeita a complementação, conforme inciso III deste artigo, ressalvadas as exceções dispostas neste decreto.

I. cada Secretário (a) Municipal baixará portaria que disciplinará a jornada de trabalho nas repartições da pasta de que é titular, o meio de controle de frequência, conforme disposto neste Decreto, bem como outras disposições inerentes ao funcionamento de cada unidade, podendo inclusive estabelecer a jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais para servidores comissionados e contratados, observando e priorizando casuística e rigorosamente, o interesse público, de forma que a jornada laboral instituída não implique em contratação complementar de pessoal nem afete a eficácia dos serviços prestados;

II. a portaria de que trata o inciso I deste artigo deverá ser publicada nos meios de divulgação oficiais, afixada em local visível de cada órgão, e remetida cópia ao Departamento de Recursos Humanos;

III. sem prejuízo da jornada a que se encontrem sujeitos, os servidores em comissão poderão, ainda, ser convocados sempre que presente interesse ou necessidade de serviço para atendimento da Administração Municipal

IV. a convocação de que trata o inciso III deste artigo, se dará sempre que o interesse público assim exigir, mediante sobreaviso da chefia imediata, sendo proibido ao servidor se recusar a comparecer no trabalho, salvo em caso de força maior, documentalmente comprovado e autorizado pelo superior hierárquico.

Parágrafo único: a jornada de trabalho nas repartições públicas municipais que não adotarem a carga horária prevista no caput deste artigo, será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo o intervalo mínimo de 01 (uma) hora e máximo de 02 (duas) horas para almoço e descanso.

Art. 4° - Excetuam- se da possibilidade de jornada de trabalho, definida no artigo 3° deste decreto, os seguintes servidores e unidades:

I - os ocupantes de cargos com jornada especial de trabalho, fixada por lei municipal, estadual e/ou federal que regulamente a profissão;

II. os enquadrados em regime de plantão, com escala específica;

a) o Secretário Municipal ou chefia imediata, formalmente nomeada, estabelecerá a relação dos servidores na situação do inciso II deste artigo, e a respectiva jornada de trabalho;

b) o regime de plantão de servidores será fixado de acordo com a escala específica destinado ao funcionamento dos órgãos da Administração Pública Municipal, sob o mesmo regime, e afixados em local visível, com as devidas observações legais.

III. os servidores que exerçam atividades em órgãos cujos trabalhos, por sua natureza ou em virtude do interesse público, tornem necessário o funcionamento aos sábados, domingos, feriados e em dias considerados como de ponto facultativo, relacionados com:

a) Secretaria de Saúde;

b) Secretaria de Obras e Infraestrutura urbana;

c) Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;

d) Secretaria de Educação;

e) Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;

Art. 5° - A chefia imediata dos servidores em atividades que, pela sua natureza ou em razão do interesse público, tenham que desenvolver serviços continuados e, por isto, tenham que desempenhar suas atividades em escala de revezamento, deverão observar, além do disposto neste Decreto, os seguintes requisitos:

I. carga horária semanal não superior à prevista para cada cargo, conforme dispuser lei de plano de cargos, carreiras e remuneração, ou ajuste contratual;

II. as escalas de revezamento deverão ser elaboradas pela chefia imediata do setor de lotação do servidor e afixadas em local visível, com antecedência mínima de 01 (uma) semana à realização de cada escala. As alterações no horário de trabalho são condicionadas à autorização prévia da chefia imediata.

III. É da estrita competência de a chefia imediata do servidor controlar e fiscalizar sua frequência, bem como o cumprimento da jornada de trabalho, cabendo-lhe adotar todas as medidas necessárias para garantir o fiel cumprimento das normas disciplinadoras da matéria, sob pena de ser responsabilizado administrativamente**.**

IV. Cabe ao Recursos Humanos proceder à apuração da frequência usando da transparência e segurança, através da base de dados do sistema de Ponto Eletrônico e ou documentos de suas chefias imediato.

V. Cada setor da Prefeitura deverá emitir e enviar, mensalmente, à Diretoria de Recursos Humanos, até do dia 22(vinte e dois) de cada mês: I – Folha Individual de Ponto devidamente assinada pelo servidor e pela chefia imediata, ou II - Espelho de Ponto, expressando a apuração dos registros, ocorrências e justificativas referentes à frequência do servidor, o qual deverá ser assinado pelo servidor e pela chefia imediata ou responsável; III - Folha de Justificativa de frequência, na qual serão identificadas todas as ocorrências relativas à frequência do servidor naquele período, que será fornecida pela Diretoria de Recursos Humanos à Chefia Imediata, quando for o caso.

VI. Aquele que descumprir as normas será efetuado **desconto em Folha de Pagamento do servidor** em virtude de **atraso ou falta sem justificativas**, serão descontados no salário do mesmo mês, as computadas até o dia 22 (Vinte e Dois), após o dia 22 (Vinte e dois) o desconto será no mês subsequente.

VII. O descumprimento deste Decreto será objeto de instauração de Procedimento Administrativo para apuração da responsabilidade da realização do ato contrário às normas instituídas, na qual terá como base legal para instauração a **Lei Municipal.**

CAPÍTULO III - DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Art. 6° - Devidamente justificado e somente para atendimento das situações amparadas pelo artigo 15 da Lei Complementar nº. 460 de 13 de janeiro de 2011, será permitida a realização de serviço extraordinário, mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, ratificada expressamente pelo Secretário Municipal respectivo e pela chefia imediata do servidor.

I. as horas extraordinárias, quando autorizadas, serão limitadas a 40 (quarenta) horas mensais;

II. para cálculo do valor devido a título de horas extras, o Departamento de Recursos Humanos deverá observar rigorosamente as legislações vigentes sobre a matéria, bem como, a carga horária mensal do cargo respectivo, casuisticamente, sob responsabilidade do chefe deste Setor.

Art. 7° - Excluem-se do regime extraordinário de trabalho os seguintes

I. os ocupantes de cargos comissionados;

II. os enquadrados em regime de plantão;

III os ocupantes de cargo de direção, chefia e assessoramento.

Parágrafo único: os servidores de que trata este artigo poderão ser convocados a qualquer tempo, sempre que houver interesse da Administração Municipal.

Art. 8° - A solicitação de pagamento de horas extraordinárias deverá ser encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos, juntamente com a frequência mensal do servidor e o respectivo relatório de realização de horas extraordinárias, observadas as regras dispostas neste Decreto, até o dia 22 de cada mês ou, quando este recair em dia de feriado, ponto facultativo ou final de semana, até o último dia útil anterior àquela data, devendo ser considerado o período do dia 23 do mês anterior ao dia 22 do mês de competência para fechamento da folha de pagamento.

Art. 9° - O horário de almoço, caso não usufruído em sua totalidade por vontade própria do servidor, conforme previsto no parágrafo único do artigo 3° deste Decreto, não será computado como horas extraordinárias.

CAPÍTULO IV- DOS DESCONTOS REMUNERATÓRIOS

Art. 10º - Os parâmetros e critérios utilizados para descontos da remuneração do servidor estarão condicionado às situações previstas neste capítulo.

I - da ocorrência de "HORAS FALTAS", ou seja, a ausência injustificada do servidor ao trabalho, de sua jornada diária integral, considerando a semana de segunda a domingo, sendo descontado nas seguintes proporções:

a) um dia de falta: a remuneração do dia que tiver faltado e a de um dia de descanso semanal remunerado, referente à semana que ocorreu a falta;

b) dois ou mais dias de falta: a remuneração dos dias que tiver faltado e um dia de descanso semanal remunerado, referente à semana que ocorreu a falta.

II - da ocorrência de "HORAS ATRASO", ou seja, a ausência parcial do servidor, sendo:

a) na entrada, após o horário definido para início do expediente normal de trabalho ou retomo do intervalo;

b) na saída, antes do horário definido para término do expediente normal de trabalho ou do intervalo.

III- da ocorrência de "FALTA DE MARCAÇÃO", ou seja, a falta do registro no controle de frequência (biometria, livro ponto ou folha individual de frequência) na entrada ou saída do expediente, ou ainda, intervalo de descanso, sendo descontado na proporção:

a) para as jornadas diárias que exijam o registro de entrada e saída, inclusive para descanso, considerando quatro marcações diárias, a cada falta de marcação será descontado 25% da jornada diária;

b) para as jornadas diárias que exijam o registro de entrada e saída, considerando duas marcações diárias, a cada falta de marcação será descontado 50% da jornada diária.

Parágrafo único: o intervalo de descanso citado no inciso III deste artigo, refere-se ao período de até 02 (duas) horas para almoço dos servidores que laborem 08 (oito) horas diárias.

Art. 11º - Considerar-se-á atraso, o registro de entrada efetuado pelo servidor após a tolerância de 10 (dez) minutos do horário de início de expediente, e saída antecipada quando o registro ocorrer com antecedência superior a 10 (dez) minutos do horário fixado para o final do expediente.

I - os atrasos, saídas antecipadas ou ausências ocorridas durante o horário do expediente, deverão ser justificados e compensados pelo servidor, que encaminhará requerimento solicitando a compensação à chefia imediata, fazendo menção ao dia e horário em que ocorreu a falta, competindo à chefia imediata autorizar, até o limite de 03 (três) ocorrências por mês, desde que não cause prejuízo ao serviço e que não revele conduta habitual do servidor, sem possibilidade de compensação integral da jornada de trabalho;

II - a compensação de que trata o inciso I deste artigo deverá ser feita, até no máximo, 30 (trinta) dias após a ocorrência e devidamente registrada no controle de frequência (relógio ponto, livro ponto ou folha individual de frequência), ou haverá desconto na remuneração do servidor na folha de pagamento subsequente ao final desse prazo;

III - realizado o registro de ponto no período de tolerância, não haverá desconto no vencimento do servidor, sendo este, contudo, considerado impontual para fins de estágio probatório e avaliação de desempenho, quando o fato ocorrer por 05 (cinco) vezes consecutivas ou, ainda, por 10 (dez) vezes durante o mês.

Parágrafo único: a autorização para compensação de jornada laboral de que trata o inciso I deste artigo, quando ratificada pela chefia imediata, deverá ser encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos até a data prevista no artigo 8º, deste decreto, para fechamento da folha de pagamento. Todavia, no caso de indeferimento, a chefia imediata responderá formal e diretamente ao servidor e lançará as ocorrências na folha de frequência que será encaminhada ao Departamento de Recursos Humanos, que procederá os devidos descontos.

CAPÍTULOS V- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 12º - O registro de frequência é medida obrigatória para todos os servidores lotados nos órgãos da Administração Pública Municipal Direta, como meio de aferir o comparecimento ao trabalho, seja por ponto eletrônico, livro ponto ou folha de frequência individual, que deverá constar todos os registros, ocorrências e abonos relativos à frequência do servidor, bem como os afastamentos, concessões, licenças e outros motivos de sua ausência do local de trabalho, sendo estes casos comunicados formalmente ao Departamento de Recursos Humanos pela chefia imediata.

Parágrafo único: compete à chefia imediata do órgão de lotação do servidor, validar, mediante assinatura e carimbo específico, a folhas/relatórios de frequência dos servidores em exercício na unidade sob sua responsabilidade.

Art. 13º - O registro de frequência é exclusivo para cada servidor, sendo expressamente proibido que um servidor registre a frequência de outro, pois tal procedimento constitui falta grave e estarão passíveis, ambos os servidores, quem autorizou e quem registrou, de sofrerem as penalidades previstas em lei, inclusive na Lei n. 0 8.429, de 02 de junho de 1.992 (Lei de Improbidade Administrativa).

Art. 14º - a chefia imediata de cada órgão será responsável pela guarda e orientação do uso adequado do relógio de ponto eletrônico, por meio de Termo de Responsabilidade, devidamente preenchido e assinado, do qual uma via original será arquivada na sua pasta funcional:

I. se, porventura, o relógio de ponto eletrônico apresentar defeitos ou avarias relativas a estrutura física ou lógica que interfiram no registro adequado do ponto, o servidor responsável deverá solicitar a imediata manutenção ou conserto ao Secretário Municipal respectivo, por meio de documento formal, relatando o problema apresentado e o dia em que se iniciou;

II. do encaminhamento do relógio de ponto eletrônico à assistência técnica, será solicitado, pelo Secretário Municipal, relatório descritivo da causa do problema apresentado, sendo que, se for detectada consequência de mau uso ou ação intencional, será aberto procedimento administrativo disciplinar para apuração dos fatos e responsabilização, conforme o caso.

Art. 15 º- Estão dispensados do controle de frequência por meio de registro eletrônico (relógio de ponto) e da folha individual de frequência ou livro ponto, somente os seguintes servidores:

I. o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Secretários Municipais, o Controlador Interno;

II. o assessor direto dos Secretário Municipal, designado, por ele, por meio de portaria sem ônus.

Art. 16º - Estão dispensados do controle de frequência por meio de registro eletrônico (relógio de ponto), mas, não do controle por meio de folha individual de frequência ou livro ponto, somente os seguintes servidores:

I. os Engenheiros Civis, quando e somente, no exercício da função em campo (vistoria de obras), devidamente atestado pelo Secretário Municipal respectivo, cujo documento deverá ser remetido ao Departamento de Recursos Humanos para fechamento da folha de pagamento;

II. os Fiscais de Obras, Tributos e Posturas atuantes no Plano Diretor, quando no exercício da função em campo, devidamente atestado pelo Secretário Municipal de Finanças e planejamento, cujo documento deverá ser remetido ao Departamento de Recursos Humanos para fechamento da folha de pagamento;

III. os Conselhos Tutelares do Município, observando-se o seu Regimento Interno, quando do serviço em campo, devidamente atestado pela Secretária Municipal de Assistência e desenvolvimento Social, cujo documento deverá ser remetido ao Departamento de Recursos Humanos para fechamento da folha de pagamento;

IV. o Pregoeiro Oficial e os membros da Equipe de Apoio;

V. os servidores da Secretaria Municipal de obras e infraestrutura urbana que exerçam função operacional, ou seja, executem trabalho em campo, devidamente atestado pelo Secretário Municipal respectivo, cujo documento deverá ser remetido ao Departamento de Recursos Humanos para fechamento da folha de pagamento.

Art. 17º - A frequência mensal será fechada todo dia 22 de cada mês, sendo as variações em relação às horas extras, faltas, atrasos ou outros descontos posteriores a essa data, pagas no mês subsequente.

Art. 18º - O servidor que for admitido após a data prevista no artigo 8º, receberá o pagamento proporcional aos dias trabalhados no mês subsequente ao da nomeação ou contratação.

Art. 19º - A Secretaria Municipal de Administração dará amplo conhecimento aos demais Órgãos da Administração Municipal.

Art. 20º - Os casos omissos serão resolvidos pela Assessoria Jurídica Municipal.

Art. 21º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 01/2019 de 28/02/2019.

Art. 22º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, em 11 de junho de 2019.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí

Contratado: BJ – TENDENCIAS, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

Objetivo: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para conclusão do Sistema de Abastecimento de Agua do município de Indiavaí-MT

Procedimento: Tomada de Preços 001/2019

Vigência: 25/04/2019 – 24/04/2020

Valor R$: 1.384.627,97(um milhão trezentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos)

Fiscal do Contrato: Adailson Alves Pereira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N° 004/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, Itanhangá – MT, CEP: 78.579-000, inscrita no CNPJ: 07.209.225/0001-00, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n° 020/2019, torna Público para conhecimento os interessados, que realizará às **08h00min (Horário Oficial de Itanhangá – MT),** do dia **03 de julho de 2019,** na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, abertura da **Tomada de Preços nº 004/2019**, pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **"Contratação de empresa especializada para construção de barracão em estrutura metálica e pré-moldado para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá – MT.".**

Maiores informações bem como o edital, poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone (66) 3578-2500ou através do e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br e do site oficial www.itanhanga.mt.gov.br

Itanhangá – MT, 12 de junho de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 031/2019

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 031/2019**, instaurada para o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para distribuição de benefícios eventuais para atender a demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho do Município de Itanhangá-MT".,** teve como vencedora a seguinte empresa: **ELIZEU DE OLIVEIRA & CIA LTDA – EPP – CNPJ: 10.545.178/0001-71,** sagrou – se vencedora com o valor global de R$ 83.813,00 (oitenta e três mil oitocentos e treze reais), sendo o valor unitário de R$ 94,91 (noventa e quatro reais e noventa e um centavos) para o item 01 e R$ 152,83 (cento e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos) para o item 02.

Itanhangá-MT, 12 de junho de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT, torna público aos interessados, a retificação do edital do Pregão Eletrônico nº 007/2019, Processo Administrativo nº 024/2019, da seguinte forma: **Onde se lê:** 3.3. Da realização - Recebimento das propostas: A partir do dia 12 de junho de 2019, às 08h00.(Horário de Brasília - DF). **Leia-se:** 3.3. Da realização - Recebimento das propostas: A partir do dia 12 de junho de 2019, às 10h30min. (Horário de Brasília - DF)

Permanecem inalteradas e ratificadas os demais termos do edital de Pregão Eletrônico nº 007/2019.

Itiquira/MT, 12 de junho de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2018

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E **NELY FRANCISCA DA SILVA CONTABILIDADE, CNPJ nº 13.898.714/0001-00**

OBJETO: O Presente aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 004/2018 assinado em 30/05/2018 por mais 12 (doze) meses, a partir de 30/05/2019. Valor total do aditivo: **R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).**

Data de Assinatura: 24/05/2019.

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 1.058 DE 06 DE JUNHO DE 2019.

"*Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itiquira/MT, e dá outras providências".*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITIQUIRA/MT (APAE), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.842.514/0001-07, estabelecida na Rua Petronilio Marques, s/nº, em Itiquira/MT, cujo repasse será no valor de *R$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por igual período, mediante termo celebrado entre as partes.*

Art. 2º O recurso financeiro deverá ser depositado em conta bancária em nome da associação beneficente de que trata o art. 1º, aberta exclusivamente para a finalidade desta Lei, o qual deverá ser utilizado para custear despesas com material de consumo.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta Lei fica obrigada a prestar contas trimestralmente à respeito do auxílio financeiro creditado.

Parágrafo único. A prestação de contas referida no *caput* deste artigo será por meio de balanço contábil, composta de extrato bancário da movimentação financeira e relação de pagamentos contendo: o nome do credor, CPF/CNPJ; número e data do documento fiscal; número, data e valor do cheque, acompanhado das respectivas cópias dos documentos fiscais.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 06 de junho de 2019.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2017

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E **ROBERTO CARVALHO FREITAS – ME, CNPJ nº 10.501.323/0001-12**

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 009/2017 assinado em 09/06/2017 por mais um período igual, a partir de 09/06/2019, vencendo em 09/06/2020. Valor total do aditivo: **R$ 64.674,84 (sessenta e quatro mil seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos)**.

Data de Assinatura: 07/06/2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2017

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E **SAGA COMÉRCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ nº 05.870.713/0001-20**

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 008/2017 assinado em 01/06/2017 por mais um período igual, a partir de 01/06/2019, vencendo em 01/06/2020. Valor total do aditivo: **R$ 110.532,00 (cento e dez mil quinhentos e trinta e dois reais)**.

Data de Assinatura: 28/05/2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2017

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E **N M FERREIRA EDIFICACOES - EPP, CNPJ nº 10.720.593/0001-14**

OBJETO: A prorrogação da vigência do contrato nº 019/2017 assinado em 17/10/2017 por mais 03 (três) meses, a partir de 12/05/2019. Tudo em conformidade com o Requerimento do Fiscal do Contrato, Justificativa Técnica e demais documentos comprobatórios, Parecer Jurídico e Despacho do Gestor Municipal, o qual autorizou o presente termo.

Data de Assinatura: 08/05/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 003/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 019/2019 de 06 de fevereiro de 2019, torna público que realizará Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS DE N.º 003/2019** do tipo **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução indireta, em regime de **EMPREITA POR PREÇO GLOBAL**, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada para Obra de Pavimentação Asfáltica em Diversas Ruas do Distrito de Celma no município de Jaciara-MT",** nos termos da Lei Federal n.º 8666/93 e alterações posteriores, a realizar-se no dia **28 DE JUNHO DE 2019 – 14h00 - MT**. Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 12 de junho de 2019.

MARCOS VINÍCIOS DE JESUS ABRAHÃO

Presidente da CPL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto o **"Registro de preços para eventual aquisição de sapatos de proteção e confecção de uniformes para atendimento aos Setores pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT".** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **28 DE JUNHO DE 2019 - 09:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 12 de junho de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO - EXTRATO CONTRATO Nº. 012/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público Resolve: **RETIFICAR** Extrato do Contrato nº 012/2019 de 13/05/2019, no seguinte aspecto: **ONDE SE LÊ***:* PRAZO: 4 (quatro) meses; **LEIA-SE**: PRAZO: 12 (doze) meses. Mantidos inalterados os demais itens publicados.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
II - REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto **"Registro de preços para eventuais aquisições de Produtos Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza para atendimento às Secretarias e demais Departamentos da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT"**, nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no diade **27 DE JUNHO DE 2019 – 09:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. An-

tonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 12 de junho de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICENÇA MATERNIDADE

Servidora: Jaqueline Souza Pereira / Licença Maternidade de 180 dias / a partir de 27 maio de 2019

LICITAÇÃO E CONTRATOS
II - AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 025/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeiro nomeado, torna público que devido á readequações necessárias ao Termo de Referência, fica **SUSPENSA** a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2019**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, a realizar-se no dia **13 DE JUNHO DE 2019 – 09:00 h - MT** tendo por objeto o **"Registro de preços para eventuais aquisições de Produtos Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza para atendimento às Secretarias e demais Departamentos da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT"**,para devidas alterações ao Termo de Referencia. Jaciara, 12 de junho de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL D JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Bairro Centro, JANGADA – MT – CEP. 78.490-000 TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por Item", na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019, POR REGISTRO DE PREÇO. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÁQUINA E IMPLEMENTOS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, bem como nas Leis Complementares 123/2006, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regidas pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital.

Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 08:00 horas, do dia 01/07/2019 – no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e-mail: licitacaojangada@hotmail.com. ou pelo SITE: http://www.jangadamt.com.br

Jangada – MT, 12 de Junho de 2019.

ADILSON PEREIRA NUNES - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de Licitação nº.023/2019, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 10/06/2019, para prestação de serviços de contratação de profissional temporário com musicas e sonorização e serviço de propaganda e publicidade.

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 12 de junho de 2019.

ISABEL CRISTINA LEMOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

MARIA APARECIDA ANTUNES DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de Licitação nº.024/2019, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 10/06/2019, para aquisição de herbicidas, para as necessidades do Município juntamente com a manutenção dos serviços da Secretaria de Obras, para manutenção na limpeza do cemitério Municipal, meios-fios, e canteiros centrais do Município.

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 12 de junho de 2019.

JOÃO RAMALHO CORREA

SECRETÁRIO DE OBRAS

EXTRATO DE PORTARIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DAS PORTARIAS DO MÊS DE MAIO 2019.

PORTARIA Nº 119 DE 02 MAIO DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 01 de maio de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, em conformidade a Lei Complementar 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, o Servidor **ANTONIO JOSE ALVES DE SOUZA**, brasileiro, servidor público municipal.

PORTARIA Nº 122 DE 03 MAIO DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 02 de maio de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, em conformidade a Lei Complementar 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, a Servidora **ELIANA MARQUES ROSSI**, brasileiro, servidor público municipal.

PORTARIA Nº 123 DE 06 MAIO DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 22 de maio de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, em conformidade a Lei Complementar nº 068/2010 de 16 de setembro de 2010, a Servidora **ADRIANA GOMES DE ASSIS**, brasileira, servidora pública municipal.

PORTARIA Nº 125 DE 06 MAIO DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 01 de maio de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, em conformidade a Lei Complementar 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, a Servidora **FABIANE ASSIS OSMARIO**, brasileira, servidora pública municipal.

PORTARIA Nº 126 DE 07 MAIO DE 2019

CONCEDER, a partir do dia 18 de maio do corrente ano, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, aos servidores abaixo relacionada, em conformidade com o art. 3° da Lei Complementar nº 077/2010 de 03 de junho de 2011.

Nome	Período	Gozo
ANA CARLA DOS SANTOS BATISTA	2012/2017	18/05/2019 à 15/08/2019

PORTARIA Nº 128 DE 08 MAIO DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 01 de maio de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, em conformidade a Lei Complementar nº 068/2010 de 16 de setembro de 2010, o Servidor **CELIO MARTINS DOS SANTOS**, brasileiro, servidor público municipal. Outrossim, informo que segundo relato do servidor mencionado acima, ele já usufruiu o período de férias, ficando todavia sem o recebimento das devidas verbas.

PORTARIA Nº 130 DE 15 MAIO DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 21 de maio de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, em conformidade a Lei Complementar 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, o Servidor **JOVELINO JUNIO OLIVEIRA ZORZAL**, brasileiro, servidor público municipal.

PORTARIA Nº 131 DE 16 MAIO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pela Dra. PATRICE ZATTAR RIBEIRO - CRM/MT 3974, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 10/05/2019, a servidora **NILZA MARIA DA SILVA**, em conformidade com art. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº 132 DE 16 MAIO DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 11 de maio de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, em conformidade a Lei Complementar 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, a Servidora **SELMA SILVANA VAZ SOUZA**, servidora pública municipal.

PORTARIA Nº 134 DE 21 MAIO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pela Dr. VINICIUS PINZAN - CRM/MT 6341, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 15/05/2019, o servidor **CORDENCIANO MOREIRA RODRIGUES**, em conformidade com art. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº 135 DE 21 MAIO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pela Dr. SERGIO S. OLIVEIRA - CRM/MT 10591, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 16/05/2019, a servidora **ELIATA PAIVA DE PAULA**, em conformidade com art. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº 137 DE 22 MAIO DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 28 de maio de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, em conformidade a Lei Complementar nº 068/2010 de 16 de setembro de 2010, a Servidora **BEATRIZ PAVINI**, brasileira, servidora pública municipal.

PORTARIA Nº 138 DE 22 MAIO DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 06 de maio de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, em conformidade a Lei Complementar 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, o Servidor **BRUNO SILVESTRE PERRUT**, brasileiro, servidor público municipal.

PORTARIA Nº 139 DE 23 MAIO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. **JOSE ANTONIO ROGONI**– CRM-MT 6338, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** a partir do dia 26/04/2019, a servidora **FERNANDA DE OLIVEIRA BONFIM,** em conformidade com o art. 145 a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

EXTRATO DE PORTARIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DAS PORTARIAS DO MÊS DE ABRIL 2019.

PORTARIA Nº 100 DE 02 ABRIL DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 01 de ABRIL de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, em conformidade a Lei Complementar nº 068/2010 de 16 de setembro de 2010, o Servidor **CELIO MARTINS DOS SANTOS**, brasileiro, servidor público municipal.

PORTARIA Nº 101 DE 03 ABRIL DE 2019

COLOCAR, a partir do dia 01 de abril de 2019, o Sr. **JOSE CLAUDIO DE ALPINO**, nomeado conforme portaria nº 040/1998 de 04 de maio de 1998, à disposição com ônus para a Secretaria Municipal de Obras.

PORTARIA Nº 103 DE 05 ABRIL DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pela Dr. NILTON ALVARO A. MAZUY - CRM/MT 5599, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a partir do dia 01/04/2019, a servidora **ANA MARIA ALVES**, em conformidade com art**. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de dezembro de 2010.**

PORTARIA Nº 108 DE 11 ABRIL DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pela Dra. MARIA CAROLINA MARQUEZAN DA SILVA - CRM/MT 6017, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 01/04/2019, a servidora **ILCINEIA DE SOUZA FERREIRA**, em conformidade com art**. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de dezembro de 2010.**

PORTARIA Nº 109 DE 11 ABRIL DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pela Dr. LUIS MARCOS V. TURDERA - CRM/MT 5673, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 03/04/2019, a servidora **RITA COELHO DE BARROS**, em conformidade com art. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de dezembro de 2010.

PORTARIA Nº 110 DE 12 ABRIL DE 2019

CONCEDER, a partir do dia 01 de abril do corrente ano, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, as servidoras abaixo relacionadas, em conformidade com o art. 3° da Lei Complementar nº 077/2010 de 03 de junho de 2011.

Nome	Período	Gozo
NELSON CALISTO DA SILVA	2012/2017	01/04/2019 a 29/06/2019
MARCILÉIA DE ALCÂNTARA E SILVA	2010/2015	01/04/2019 a 29/06/2019

PORTARIA Nº 111 DE 12 ABRIL DE 2019

CONCEDER, a partir do dia 01 de abril do corrente ano, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Nome	Período	Gozo
ADEIR MATEUS DE ALPINO	2017/2018	01/04/2019 a 29/06/2019
ALINE RODRIGUES SANTOS	2018/2019	01/04/2019 a 30/04/2019
JOAO BARBOSA DOS SANTOS	2014/2015	05/04/2019 a 04/05/2019
MARIA APARECIDA DA SILVA	2017/2018	01/04/2019 a 30/04/2019

PORTARIA Nº 113 DE 16 ABRIL DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pela Dr. ALEXANDRE AUGUSTO S. CAMARGO - CRM/MT 3737, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a partir do dia 15/04/2019, a servidora **NILCIANE RODRIGUES CALDAS**, em conformidade com art**. 099 a Lei Complementar nº 068/2006 de 16 de dezembro de 2010.**

PORTARIA Nº. 117 DE 26 DE ABRIL DE 2019.

Considerando a Lei Complementar 117, de 01 de março de 2016, que reestrutura o Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS dos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Jauru-MT, com exceção dos servidores públicos municipais do quadro da Secretaria Municipal de Educação abrangidos por outro Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, qual seja, Lei Complementar nº. 068/2010. **R E S O L V E:Artigo 1º**. Efetuar o enquadramento dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, por tempo de serviço prestado ao município e por obtenção de titulação, de acordo com os ditames legais estabelecidos na Lei Complementar nº. 117, de 01 de março de 2016, - Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, e Lei Complementar nº. 068/2010, conforme tabela a seguir, bem como as alterações introduzidas pela lei complementar nº. 132/2018:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	ENQUADRAMENTO	
		CLASSE	NÍVEL
ELIZANGELA APARECIDA MARTINS	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	B	VI
JOSE LUIZ DE CAMPOS	VIGIA	D	III
MARLON FABRICIO GOMES	ODONTOLOGO 40 HRS	A	III

Artigo. 2º. Os efeitos financeiros do enquadramento mencionado no artigo anterior, com efeito retroativo a competência de Abril/2.019. **Artigo 4º.** Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

EXTRATO DE PORTARIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DAS PORTARIAS DO MÊS DE MARÇO 2019.

PORTARIA Nº 075 DE 01 MARÇO DE 2019

DESIGNAR, com efeito retroativo ao dia 11 de fevereiro de 2019, a Sra**. ELIANA MARIA FERREIRA**, para exercer o cargo de função gratificada de COORDENADORA PEDAGÓGICA. Em conformidade com a Lei complementar nº 068/2010 de 16 de setembro de 2010.

PORTARIA Nº 076 DE 01 MARÇO DE 2019

NOMEAR o Sr. **RICARDO RAMIRES DA SILVA**, para exercer a função gratificada de GESTOR I – OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL, em conformidade com a Lei complementar nº 142/2019 de 20 de fevereiro de 2019. Essa portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros incidentes a partir da competência de março do corrente ano.

PORTARIA Nº 077 DE 01 MARÇO DE 2019

NOMEAR o Sr. **WALTER LUIZ RODRIGUES TEIXEIRA**, para exercer a função gratificada de GESTOR I – OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL, em conformidade com a Lei complementar nº 142/2019 de 20 de fevereiro de 2019. Essa portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros incidentes a partir da competência de março do corrente ano.

PORTARIA Nº 078 DE 01 MARÇO DE 2019

NOMEAR o Sr. **JOAO BATISTA DE SOUZA**, para exercer a função gratificada de GESTOR I – OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL, em conformidade com a Lei complementar nº 142/2019 de 20 de fevereiro de 2019. Essa portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros incidentes a partir da competência de março do corrente ano.

PORTARIA Nº 079 DE 12 MARÇO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. **MARCELO H. M. OKUB**– CRM-MT 9731, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** a partir do dia 02/03/2019, a servidora **SHIRLEY APARECIDA DE OLIVEIRA,** em conformidade com o art. 145 a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

PORTARIA Nº 080 DE 13 MARÇO DE 2019

NOMEAR o Sr. **MAURICIO MARCIANO DA SILVA**, para exercer a função gratificada de GESTOR I – APOIO LOGÍSTICO, em conformidade com a Lei complementar nº 142/2019 de 20 de fevereiro de 2019. Essa portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros incidentes a partir da competência de março do corrente ano.

PORTARIA Nº 081 DE 13 MARÇO DE 2019

NOMEAR o Sr. **CLAUDECI DE SOUZA DA CRUZ**, para exercer a função gratificada de GESTOR II – SERVIÇOS GERAIS, em conformidade com a Lei complementar nº 142/2019 de 20 de fevereiro de 2019. **Essa portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros incidentes a partir da competência de março do corrente ano.**

PORTARIA Nº 085 DE 18 MARÇO DE 2019

NOMEAR o Sr. **ROBERTO COSTA CHAVES**, para exercer a função gratificada de GESTOR II – SERVIÇOS GERAIS, em conformidade com a Lei complementar nº 142/2019 de 20 de fevereiro de 2019. **Essa portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros incidentes a partir da competência de março do corrente ano.**

PORTARIA Nº 086 DE 18 MARÇO DE 2019

NOMEAR o Sr. **SINVAL ROSA DA CUNHA**, para exercer a função gratificada de GESTOR II – TRANSPORTE, em conformidade com a Lei complementar nº 142/2019 de 20 de fevereiro de 2019. **Essa portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros incidentes a partir da competência de março do corrente ano.**

PORTARIA Nº 087 DE 18 MARÇO DE 2019

NOMEAR o Sr. **DANIEL AUGUSTO RODRIGUES**, para exercer a função gratificada de GESTOR II – TRANSPORTE, em conformidade com a Lei complementar nº 142/2019 de 20 de fevereiro de 2019. **Essa portaria entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros incidentes a partir da competência de março do corrente ano.**

PORTARIA Nº 088 DE 19 MARÇO DE 2019

CONCEDER, a pedido, a partir do dia 01 de março de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, o Servidor JOSE FIDEL DE SOUZA, brasileiro, servidor público municipal.

PORTARIA Nº 089 DE 20 MARÇO DE 2019

CONCEDER, o pedido, a partir do dia 20 de março de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, a Servidora **UDANIA ERMISDORFF DE SOUZA OLIVEIRA**, brasileira, servidora pública municipal.

PORTARIA Nº 090 DE 21 MARÇO DE 2019

CONCEDER, a pedido, a partir do dia 28 de março de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, a Servidora **MARLUCIA MOTA DOS SANTOS**, brasileira, servidora pública municipal.

PORTARIA Nº 091 DE 22 MARÇO DE 2019

CONCEDER, a pedido, a partir do dia 13 de março de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, o Servidor **JOAO FRANCISCO**, brasileiro, servidora pública municipal.

PORTARIA Nº 092 DE 25 MARÇO DE 2019

CONCEDER, a partir do dia 03 de março do corrente ano, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, ao servidor abaixo relacionados, em conformidade com o art. 3° da Lei Complementar nº 077/2010 de 03 de junho de 2011.

Nome	Período	Gozo
GILMAR JUNIOR FERREIRA	2013/2018	03/03/2019 à 31/05/2019

PORTARIA Nº 094 DE 27 MARÇO DE 2019

CONCEDER, a partir do dia 01 de março do corrente ano, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, aos servidores abaixo relacionados, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Nome	Período	Gozo
CLEBER DAVILA BITENCORT	2017/2018	06/03/2019 a 04/04/2019
DENISE VIDAL DE NEGREIROS	2018/2019	01/03/2019 a 30/03/2019
ELISARDA ALVES DE ARAUJO	2017/2018	01/03/2019 a 30/03/2019
ELIZANGELA APARECIDA MARTINS	2017/2018	01/03/2019 a 30/03/2019
HERIKA CRISTINA DE SOUZA CUNHA	2018/2019	25/03/2019 a 23/04/2019
ILDA DA SILVA DE OLIVEIRA	2017/2018	19/03/2019 a 17/04/2019
JOAO BARBOSA DOS SANTOS	2014/2015	06/03/2019 a 04/04/2019
JOSE CLAUDIO DE ALPINO	2018/2019	01/03/2019 a 30/03/2019
JOSE FIDEL DE SOUZA	2018/2019	01/03/2019 a 30/03/2019

LEILA TEIXEIRA SANTIAGO DE ABREU	2017/2018	01/03/2019 a 30/03/2019
LUCIENE APARECIDA PEREIRA	2016/2017	01/03/2019 a 30/03/2019
MARIA JOSE JUSTO DA SILVA	2015/2016	01/03/2019 a 30/03/2019
MARLON FABRICIO GOMES	2017/2018	01/03/2019 a 30/03/2019
NELSON CALISTO DA SILVA	2017/2018	01/03/2019 a 30/03/2019
SELMA SILVANA VAZ SOUZA	2016/2017	01/03/2019 a 30/03/2019
VALDINEI TEIXEIRA PONCIANO	2016/2017	01/03/2019 a 30/03/2019

PORTARIA Nº 095 DE 27 MARÇO DE 2019

CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, ao servidor abaixo relacionado, sendo 20 (vinte) dias de férias a serem gozadas e 10 (dez) dias de férias a ser transformada em pecúnia, em conformidade ao art. 126 a Lei Complementar n.º 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
MARCOS TEIXEIRA DA SILVA	2018/2019	01/03/2019 a 20/03/2019

PORTARIA Nº 096 DE 28 MARÇO DE 2019

CONCEDER, conforme atestado médico concedido pelo Dr. **ALEXANDRE AUGUSTO S. CAMARGO**– CRM-MT 3737, que fica fazendo parte integrante desta Portaria, independentemente de sua transcrição **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** a partir do dia 27/03/2019, a servidora **MARLUCINEIA FIRMINA DA SILVA,** em conformidade com o art. 145 a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006.

PORTARIA Nº. 097 DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Considerando a Lei Complementar 117, de 01 de março de 2016, que reestrutura o Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS dos servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Jauru-MT, com exceção dos servidores públicos municipais do quadro da Secretaria Municipal de Educação abrangidos por outro Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, qual seja, Lei Complementar nº. 068/2010. **R E S O L V E: Artigo 1º**. Efetuar o enquadramento dos servidores públicos municipais abaixo relacionados, por tempo de serviço prestado ao município e por obtenção de titulação, de acordo com os ditames legais estabelecidos na Lei Complementar nº. 117, de 01 de março de 2016, - Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS, e Lei Complementar nº. 068/2010, conforme tabela a seguir, bem como as alterações introduzidas pela lei complementar nº. 132/2018:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	ENQUADRAMENTO	
		CLASSE	NÍVEL
GILMAR JUNIOR FERREIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	A	III
ISABEL CRISTINA LEMOS	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	D	VI
ITAMAR LUCAS ROSA	PROFESSOR DE PEDAGOGIA	C	VI
JOSIANA APARECIDA MIRANDA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	VI
KEILA MARTINS CORREA	PROFESSORA DE PEDAGOGIA	C	III
LEONCIO PINHEIRO DA SILVA NETO	PROCURADOR JURIDICO	C	II
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	D	III
MARIA APARECIDA SEABRA BRASIL	AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA	A	VI
TIAGO ALVES CELIS	VIGIA	C	III

Artigo. 2º. Os efeitos financeiros do enquadramento mencionado no artigo anterior, com efeito retroativo a competência de Março/2.019. **Artigo 4º.** Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

RETIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

Na publicação do dia 21 de maio de 2019 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, páginas 217 a 221, referente ao Contrato nº 029/2019, onde se lê Contratado: JOSE AUGUSTO FANGUNDES, leia-se Contratado: JOSE AUGUSTO FAGUNDES – MEI.

Contrato nº 030/2019, onde se lê Contratado: JOSE CHAVES, leia-se Contratado: FJOSE VHAVES – MEI.

Contrato nº 031/2019, onde se lê Contratado: CLEITON RODRIGUES ANDRADE CAMPOS, leia-se

Contrato nº 032/2019, onde se lê Contratado: FERNANDO GOMES, leia-se Contratado: FERNANDO GOMES– MEI.

Contrato nº 033/2019, onde se lê Contratado: NELSON VIEIRA DE SOUZA, leia-se Contratado: NELSON VIEIRA DE SOUZA – MEI.

Contrato nº 034/2019, onde se lê Contratado: ALBERONI FIRME DE OLIVEIRA, leia-se Contratado: ALBERONI FIRME DE OLIVEIRA – MEI.

Contrato nº 035/2019, onde se lê Contratado: JOSE LUIZ GONCALVES, leia-se Contratado: JOSE LUIZ GONCALVES – MEI.

Contrato nº 036/2019, onde se lê Contratado: JOAO JUSTO DE ALMEIDA, leia-se Contratado: JOAO JUSTO DE ALMEIDA – MEI.

Contrato nº 37, onde se lê Contratado: WANDERSON JUNIOR RODRIGUES GARCIA, leia-se WANDERSON JUNIOR RODRIGUES GARCIA – MEI.

Contrato nº 038/2019, onde se lê Contratado: EDIVALDO DE SOUZA NOVAES, leia-se Contratado: EDIVALDO DE SOUZA NOVAES – MEI.

Contrato nº 039/2019, onde se lê Contratado: ERICO JOSE DA SILVA, leia-se Contratado: ERICO JOSE DA SILVA – MEI.

Contrato nº 040/2019, onde se lê Contratado: LUIS FERREIRA RODRIGUES, leia-se Contratado: LUIS FERREIRA RODRIGUES – MEI.

Contrato nº 041/2019, onde se lê Contratado: ANDREIA DE ARAUJO SONAQUE, leia-se Contratado: ANDREIA DE ARAUJO SONAQUE – MEI.

Contrato nº 042/2019, onde se lê Contratado: KAROLLA CAMARGO E SILVA, leia-se Contratado: KAROLLA CAMARGO E SILVA – MEI.

Contrato nº 043/2019, onde se lê Contratado: VALDECI FERREIRA DE ALMEIDA, leia-se Contratado: VALDECI FERREIRA DE ALMEIDA – MEI.

Contrato nº 044/2019, onde se lê Contratado: NILSON VICENTE DOS SANTOS, leia-se Contratado: NILSON VICENTE DOS SANTOS – MEI.

Contrato nº 045/2019, onde se lê Contratado: MONTE ZUMA BARRAS BORBA, leia-se Contratado: MONTE ZUMA BARRAS BORBA – MEI.

Contrato nº 046/2019, onde se lê Contratado: DIVINO ELECIO DA SILVA, leia-se Contratado: DIVINO ELECIO DA SILVA – MEI.

Contrato nº 047/2019, onde se lê Contratado: JAILSON SILVESTR, leia-se Contratado: JAILSON SILVESTRE – MEI.

Contrato nº 048/2019, onde se lê Contratado: VALDEIR CORDEIRO, leia-se Contratado: VALDEIR CORDEIDO – MEI.

Contrato nº 049/2019, onde se lê Contratado: LUCAS ALEXANDRO HERCULANO, leia-se Contratado: LUCAS ALEXANDRO HERCULANO – MEI.

Contrato nº 050/2019, onde se lê Contratado: VALDEVINO RIBEIRO DA SILVA, leia-se Contratado: VALDEVINO RIBEIRO DA SILVA – MEI.

Contrato nº 051/2019, onde se lê Contratado: ANTONIO PEDRO DE ALMEIDA, leia-se Contratado: ANTONIO PEDRO DE ALMEIDA – MEI.

Contrato nº 052/2019, onde se lê Contratado: MARIANA DE SOUZA QUARESMA, leia-se Contratado: MARIANA DE SOUZA QUARESMA – MEI.

Contrato nº 053/2019, onde se lê Contratado: VAUDELUCIA ALVES MARCELINO, leia-se Contratado: VAUDELUCIA ALVES MARCELINO – MEI.

Contrato nº 054/2019, onde se lê Contratado: TATIANE NOGUEIRA GONZAGA, leia-se Contratado: TATIANE NOGUEIRA DE GONZAGA – MEI.

Contrato nº 055/2019, onde se lê Contratado: LARISSA BARBOSA DA SILVA, leia-se Contratado: LARISSA BARBOSA DA SILVA – MEI.

Contrato nº 056/2019, onde se lê Contratado: GISLAINE ERMISDORFF FERREIRA, leia-se Contratado: GISLAINE ERMISDORFF FERREIRA – MEI.

Contrato nº 057/2019, onde se lê Contratado: MARIA GORETE RODRIGUES DOS SANTOS, leia-se Contratado: MARIA GORETE RODRIGUES DOS SANTOS – MEI.

Contrato nº 058/2019, onde se lê Contratado: DALILA CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS, leia-se Contratado: DALILA CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS – MEI.

Contrato nº 059/2019, onde se lê Contratado: CAMILA FERREIRA MOTA FERNANDES, leia-se Contratado: CAMILA FERREIRA DE FERNANDES – MEI.

Contrato nº 060/2019, onde se lê Contratado: MARCELA VIEIRA DA CRUZ, leia-se Contratado: MARCELA VIEIRA DA CRUZ– MEI.

Contrato nº 0612019, onde se lê Contratado: LAUDICEIA ETIENE DE SOUZA, leia-se Contratado: LAUDUCEIA – MEI.

Contrato nº 062/2019, onde se lê Contratado: KEILA PEREIRA DE OLIVEIRA, leia-se Contratado: APARECIDO CANDIDO KEILA PEREIRA DE OLIVEIRA

Contrato nº 063/2019, onde se lê Contratado: TALITA MATOS DE OLIVEIRA, leia-se Contratado: TALITA MATOS DE OLIVEIRA – MEI.

Contrato nº 064/2019, onde se lê Contratado: LOANA GRACIELLE DA SILVA, leia-se Contratado: LOANA GRACIELLE DA SILVA – MEI.

Contrato nº 065/2019, onde se lê Contratado: RESE CREISTINA DE OLIVEIRA, leia-se Contratado: RESE CRISTINA DE OLIVEIRA – MEI.

Contrato nº 066/2019, onde se lê Contratado: OZENIR ALVES DE OLIVEIRA, leia-se Contratado: OZENIR ALVES DE OLIVEIRA – MEI.

Contrato nº 067/2019, onde se lê Contratado: JOANA DARK CORREIA DE SOUZA, leia-se Contratado: JOANA DARK CORREIA DE SOUZA – MEI.

Contrato nº 068/2019, onde se lê Contratado: CELIA ROSA DA CUNHA RIBEIRO, leia-se Contratado: CELIA ROSA DA CUNHA RIBEIRO – MEI.

Contrato nº 069/2019, onde se lê Contratado: EDNA PORTO DA SILVA CUNHA, leia-se Contratado: EDNA PORTA DA SILVA CUNHA – MEI.

Contrato nº 070/2019, onde se lê Contratado: SIMONI PEREIRA DA SILVA, leia-se Contratado: SIMONI PEREIRA DA SILVA – MEI.

Contrato nº 071/2019, onde se lê Contratado: LUZIMAR DE SOUZA RIBEIRO, leia-se Contratado: LUZIMAR DE SOUZA RIBEIRO – MEI.

Contrato nº 072/2019, onde se lê Contratado: EVALDO ERMISDORFF, leia-se Contratado: EVALDO ERMISDORFF - MEI.

Contrato nº 073/2019, onde se lê Contratado: WEMWESON DE OLIVEIRA DIAS, leia-se Contratado: WEMERSON DE OLIVEIRA DIAS– MEI.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 019/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 019/2019, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

ROBSON MARCOS PERES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso e pela Lei Orgânica do Município de Jauru-MT;

Considerando que o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Câmara do Município de Jauru-MT (Lei Complementar nº 140/2018), em seu Art. 59, corroborado pelos anexos II e VIII e suas tabelas da mesma Lei, concede ao Servidor um percentual sobre o salário base de cada cargo, tendo como referência o INPC acumulado de 01 de maio de 2018 a 30 de abril de 2019, o que acarretou em **5,07%.**

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos servidores da Câmara do Município de Jauru reajuste salarial a partir de 01 de maio/2019 no patamar de **5,07%,** como determina o Art. 59, da Lei Complementar nº 140/2018.

Cargo	SALÁRIO BASE (R$)
AUX SERV. GERAIS/VIGIA.	**1.058,05**
RECEPCIONISTA	**1.234,08**
AGENTE ADM. / SEC. LEGISLATIVA	**1.645,36**
ASSESSOR TEC. LEG. E JURÍDICO.	**6.581,88**
CONTADOR	**4.409,95**
DIRETOR GERAL	**4.843,25**
ASSESSOR JURÍDICO	**6.223,57**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, com efeitos retroagidos em 01 maio de 2019, **revogando a Portaria de nº 017/2019 publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado e Mato Grosso em 14/05/2019 Nº 3.226 págs. 86 a 89**.

Gabinete do Presidente, Câmara Municipal de Jauru-MT, 11 de Junho de 2019.

ROBSON MARCOS PERES

Ver. Presidente do Legislativo

TABELA 01						
Atividades e Serviços de Nível Elementar (Fundamental Incompleto)						
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS e VIGIA						
Nível	Reajuste Vertical	Classe - A	Classe - B 10%	Classe - C 10%	Classe -D 10%	Classe - E 10%
1*		R$ 1.058,05	R$ 1.163,86	R$ 1.280,25	R$ 1.408,27	R$ 1.549,10
2	1,5%	R$ 1.073,93	R$ 1.181,32	R$ 1.299,45	R$ 1.429,40	R$ 1.572,33
3	1,5%	R$ 1.090,03	R$ 1.199,04	R$ 1.318,94	R$ 1.450,84	R$ 1.595,92
4	1,5%	R$ 1.106,39	R$ 1.217,02	R$ 1.338,73	R$ 1.472,60	R$ 1.619,86
5	1,5%	R$ 1.122,98	R$ 1.235,28	R$ 1.358,81	R$ 1.494,69	R$ 1.644,16
6	1,5%	R$ 1.139,83	R$ 1.253,81	R$ 1.379,19	R$ 1.517,11	R$ 1.668,82
7	1,5%	R$ 1.156,92	R$ 1.272,62	R$ 1.399,88	R$ 1.539,86	R$ 1.693,85
8	1,5%	R$ 1.174,28	R$ 1.291,70	R$ 1.420,87	R$ 1.562,96	R$ 1.719,26
9	1,5%	R$ 1.191,89	R$ 1.311,08	R$ 1.442,19	R$ 1.586,41	R$ 1.745,05
10	9.5%	R$ 1.305,12	R$ 1.435,63	R$ 1.579,20	R$ 1.737,12	R$ 1.910,83
11	1,5%	R$ 1.324,70	R$ 1.457,17	R$ 1.602,88	R$ 1.763,17	R$ 1.939,49
12	1,5%	R$ 1.344,57	R$ 1.479,02	R$ 1.626,93	R$ 1.789,62	R$ 1.968,58
13	1,5%	R$ 1.364,74	R$ 1.501,21	R$ 1.651,33	R$ 1.816,46	R$ 1.998,11
14	1,5%	R$ 1.385,21	R$ 1.523,73	R$ 1.676,10	R$ 1.843,71	R$ 2.028,08
15	1,5%	R$ 1.405,99	R$ 1.546,58	R$ 1.701,24	R$ 1.871,37	R$ 2.058,50
16	1,5%	R$ 1.427,08	R$ 1.569,78	R$ 1.726,76	R$ 1.899,44	R$ 2.089,38
17	1,5%	R$ 1.448,48	R$ 1.593,33	R$ 1.752,66	R$ 1.927,93	R$ 2.120,72
18	1,5%	R$ 1.470,21	R$ 1.617,23	R$ 1.778,95	R$ 1.956,85	R$ 2.152,53
19	1,5%	R$ 1.492,26	R$ 1.641,49	R$ 1.805,64	R$ 1.986,20	R$ 2.184,82
20	9.5%	R$ 1.634,03	R$ 1.797,43	R$ 1.977,17	R$ 2.174,89	R$ 2.392,38
21	1,5%	R$ 1.658,54	R$ 1.824,39	R$ 2.006,83	R$ 2.207,51	R$ 2.428,26
22	1,5%	R$ 1.683,42	R$ 1.851,76	R$ 2.036,93	R$ 2.240,63	R$ 2.464,69
23	1,5%	R$ 1.708,67	R$ 1.879,53	R$ 2.067,49	R$ 2.274,24	R$ 2.501,66
24	1,5%	R$ 1.734,30	R$ 1.907,73	R$ 2.098,50	R$ 2.308,35	R$ 2.539,18
25	1,5%	R$ 1.760,31	R$ 1.936,34	R$ 2.129,98	R$ 2.342,97	R$ 2.577,27
26	1,5%	R$ 1.786,72	R$ 1.965,39	R$ 2.161,93	R$ 2.378,12	R$ 2.615,93
27	1,5%	R$ 1.813,52	R$ 1.994,87	R$ 2.194,35	R$ 2.413,79	R$ 2.655,17
28	1,5%	R$ 1.840,72	R$ 2.024,79	R$ 2.227,27	R$ 2.450,00	R$ 2.695,00
29	1,5%	R$ 1.868,33	R$ 2.055,16	R$ 2.260,68	R$ 2.486,75	R$ 2.735,42
30	9.5%	R$ 2.045,82	R$ 2.250,40	R$ 2.475,44	R$ 2.722,99	R$ 2.995,29
31	1,5%	R$ 2.076,51	R$ 2.284,16	R$ 2.512,58	R$ 2.763,83	R$ 3.040,22
32	1,5%	R$ 2.107,66	R$ 2.318,42	R$ 2.550,26	R$ 2.805,29	R$ 3.085,82
33	1,5%	R$ 2.139,27	R$ 2.353,20	R$ 2.588,52	R$ 2.847,37	R$ 3.132,11
34	1,5%	R$ 2.171,36	R$ 2.388,50	R$ 2.627,35	R$ 2.890,08	R$ 3.179,09
35	1,5%	R$ 2.203,93	R$ 2.424,32	R$ 2.666,76	R$ 2.933,43	R$ 3.226,77

**** Salário Base + INPC abril 2019 5,07%***

TABELA 02						
Atividades e Serviços de Nível Elementar (Fundamental Completo)						
RECEPCIONISTA						
Nível	Reajuste Vertical	Classe - A	Classe - B 10%	Classe - C 10%	Classe -D 10%	Classe - E 10%
1*		R$ 1.234,08	R$ 1.357,49	R$ 1.493,24	R$ 1.642,56	R$ 1.806,81
2	1,50%	R$ 1.252,59	R$ 1.377,85	R$ 1.515,63	R$ 1.667,20	R$ 1.833,92
3	1,50%	R$ 1.271,38	R$ 1.398,52	R$ 1.538,37	R$ 1.692,21	R$ 1.861,43
4	1,50%	R$ 1.290,45	R$ 1.419,49	R$ 1.561,44	R$ 1.717,59	R$ 1.889,35
5	1,50%	R$ 1.309,81	R$ 1.440,79	R$ 1.584,87	R$ 1.743,35	R$ 1.917,69
6	1,50%	R$ 1.329,45	R$ 1.462,40	R$ 1.608,64	R$ 1.769,50	R$ 1.946,45
7	1,50%	R$ 1.349,40	R$ 1.484,33	R$ 1.632,77	R$ 1.796,04	R$ 1.975,65
8	1,50%	R$ 1.369,64	R$ 1.506,60	R$ 1.657,26	R$ 1.822,99	R$ 2.005,28
9	1,50%	R$ 1.390,18	R$ 1.529,20	R$ 1.682,12	R$ 1.850,33	R$ 2.035,36
10	9.5%	R$ 1.522,25	R$ 1.674,47	R$ 1.841,92	R$ 2.026,11	R$ 2.228,72
11	1,50%	R$ 1.545,08	R$ 1.699,59	R$ 1.869,55	R$ 2.056,50	R$ 2.262,15
12	1,50%	R$ 1.568,26	R$ 1.725,08	R$ 1.897,59	R$ 2.087,35	R$ 2.296,09
13	1,50%	R$ 1.591,78	R$ 1.750,96	R$ 1.926,06	R$ 2.118,66	R$ 2.330,53
14	1,50%	R$ 1.615,66	R$ 1.777,22	R$ 1.954,95	R$ 2.150,44	R$ 2.365,49
15	1,50%	R$ 1.639,89	R$ 1.803,88	R$ 1.984,27	R$ 2.182,70	R$ 2.400,97
16	1,50%	R$ 1.664,49	R$ 1.830,94	R$ 2.014,03	R$ 2.215,44	R$ 2.436,98
17	1,50%	R$ 1.689,46	R$ 1.858,40	R$ 2.044,25	R$ 2.248,67	R$ 2.473,54
18	1,50%	R$ 1.714,80	R$ 1.886,28	R$ 2.074,91	R$ 2.282,40	R$ 2.510,64
19	1,50%	R$ 1.740,52	R$ 1.914,57	R$ 2.106,03	R$ 2.316,64	R$ 2.548,30
20	9.5%	R$ 1.905,87	R$ 2.096,46	R$ 2.306,11	R$ 2.536,72	R$ 2.790,39
21	1,50%	R$ 1.934,46	R$ 2.127,91	R$ 2.340,70	R$ 2.574,77	R$ 2.832,24
22	1,50%	R$ 1.963,48	R$ 2.159,83	R$ 2.375,81	R$ 2.613,39	R$ 2.874,73
23	1,50%	R$ 1.992,93	R$ 2.192,22	R$ 2.411,44	R$ 2.652,59	R$ 2.917,85
24	1,50%	R$ 2.022,82	R$ 2.225,11	R$ 2.447,62	R$ 2.692,38	R$ 2.961,62
25	1,50%	R$ 2.053,17	R$ 2.258,48	R$ 2.484,33	R$ 2.732,76	R$ 3.006,04
26	1,50%	R$ 2.083,96	R$ 2.292,36	R$ 2.521,60	R$ 2.773,76	R$ 3.051,13
27	1,50%	R$ 2.115,22	R$ 2.326,74	R$ 2.559,42	R$ 2.815,36	R$ 3.096,90
28	1,50%	R$ 2.146,95	R$ 2.361,65	R$ 2.597,81	R$ 2.857,59	R$ 3.143,35
29	1,50%	R$ 2.179,16	R$ 2.397,07	R$ 2.636,78	R$ 2.900,46	R$ 3.190,50
30	9.5%	R$ 2.386,18	R$ 2.624,79	R$ 2.887,27	R$ 3.176,00	R$ 3.493,60

31	1,50%	R$ 2.421,97	R$ 2.664,16	R$ 2.930,58	R$ 3.223,64	R$ 3.546,00
32	1,50%	R$ 2.458,30	R$ 2.704,13	R$ 2.974,54	R$ 3.271,99	R$ 3.599,19
33	1,50%	R$ 2.495,17	R$ 2.744,69	R$ 3.019,16	R$ 3.321,07	R$ 3.653,18
34	1,50%	R$ 2.532,60	R$ 2.785,86	R$ 3.064,45	R$ 3.370,89	R$ 3.707,98
35	1,50%	R$ 2.570,59	R$ 2.827,65	R$ 3.110,41	R$ 3.421,45	R$ 3.763,60

**** Salário Base + INPC abril 2019 5,07%***

TABELA 03						
Serviços Auxiliar e Administrativos em Nível Médio: **AGENTE ADMINISTRATIVO E SECRETÁRIO LEGISLATIVO**						
Nível	Reajuste Vertical	Classe - A	Classe - B 10%	Classe - C 10%	Classe -D 10%	Classe - E 10%
1*		R$ 1.645,36	R$ 1.809,90	R$ 1.990,89	R$ 2.189,98	R$ 2.408,98
2	1,50%	R$ 1.670,05	R$ 1.837,05	R$ 2.020,75	R$ 2.222,83	R$ 2.445,11
3	1,50%	R$ 1.695,10	R$ 1.864,61	R$ 2.051,07	R$ 2.256,17	R$ 2.481,79
4	1,50%	R$ 1.720,52	R$ 1.892,57	R$ 2.081,83	R$ 2.290,02	R$ 2.519,02
5	1,50%	R$ 1.746,33	R$ 1.920,96	R$ 2.113,06	R$ 2.324,37	R$ 2.556,80
6	1,50%	R$ 1.772,53	R$ 1.949,78	R$ 2.144,76	R$ 2.359,23	R$ 2.595,15
7	1,50%	R$ 1.799,11	R$ 1.979,02	R$ 2.176,93	R$ 2.394,62	R$ 2.634,08
8	1,50%	R$ 1.826,10	R$ 2.008,71	R$ 2.209,58	R$ 2.430,54	R$ 2.673,59
9	1,50%	R$ 1.853,49	R$ 2.038,84	R$ 2.242,72	R$ 2.467,00	R$ 2.713,70
10	**9.5%**	R$ 2.029,57	R$ 2.232,53	R$ 2.455,78	R$ 2.701,36	R$ 2.971,50
11	1,50%	R$ 2.060,02	R$ 2.266,02	R$ 2.492,62	R$ 2.741,88	R$ 3.016,07
12	1,50%	R$ 2.090,92	R$ 2.300,01	R$ 2.530,01	R$ 2.783,01	R$ 3.061,31
13	1,50%	R$ 2.122,28	R$ 2.334,51	R$ 2.567,96	R$ 2.824,76	R$ 3.107,23
14	1,50%	R$ 2.154,11	R$ 2.369,53	R$ 2.606,48	R$ 2.867,13	R$ 3.153,84
15	1,50%	R$ 2.186,43	R$ 2.405,07	R$ 2.645,58	R$ 2.910,13	R$ 3.201,15
16	1,50%	R$ 2.219,22	R$ 2.441,14	R$ 2.685,26	R$ 2.953,79	R$ 3.249,16
17	1,50%	R$ 2.252,51	R$ 2.477,76	R$ 2.725,54	R$ 2.998,09	R$ 3.297,90
18	1,50%	R$ 2.286,30	R$ 2.514,93	R$ 2.766,42	R$ 3.043,06	R$ 3.347,37
19	1,50%	R$ 2.320,59	R$ 2.552,65	R$ 2.807,92	R$ 3.088,71	R$ 3.397,58
20	**9.5%**	R$ 2.541,05	R$ 2.795,15	R$ 3.074,67	R$ 3.382,14	R$ 3.720,35
21	1,50%	R$ 2.579,17	R$ 2.837,08	R$ 3.120,79	R$ 3.432,87	R$ 3.776,16
22	1,50%	R$ 2.617,85	R$ 2.879,64	R$ 3.167,60	R$ 3.484,36	R$ 3.832,80
23	1,50%	R$ 2.657,12	R$ 2.922,83	R$ 3.215,12	R$ 3.536,63	R$ 3.890,29
24	1,50%	R$ 2.696,98	R$ 2.966,68	R$ 3.263,34	R$ 3.589,68	R$ 3.948,64
25	1,50%	R$ 2.737,43	R$ 3.011,18	R$ 3.312,29	R$ 3.643,52	R$ 4.007,87
26	1,50%	R$ 2.778,49	R$ 3.056,34	R$ 3.361,98	R$ 3.698,17	R$ 4.067,99
27	1,50%	R$ 2.820,17	R$ 3.102,19	R$ 3.412,41	R$ 3.753,65	R$ 4.129,01
28	1,50%	R$ 2.862,47	R$ 3.148,72	R$ 3.463,59	R$ 3.809,95	R$ 4.190,95
29	1,50%	R$ 2.905,41	R$ 3.195,95	R$ 3.515,55	R$ 3.867,10	R$ 4.253,81
30	9.5%	R$ 3.181,42	R$ 3.499,57	R$ 3.849,52	R$ 4.234,48	R$ 4.657,92
31	1,50%	R$ 3.229,15	R$ 3.552,06	R$ 3.907,27	R$ 4.297,99	R$ 4.727,79
32	1,50%	R$ 3.277,58	R$ 3.605,34	R$ 3.965,88	R$ 4.362,46	R$ 4.798,71
33	1,50%	R$ 3.326,75	R$ 3.659,42	R$ 4.025,36	R$ 4.427,90	R$ 4.870,69
34	1,50%	R$ 3.376,65	R$ 3.714,31	R$ 4.085,74	R$ 4.494,32	R$ 4.943,75
35	1,50%	R$ 3.427,30	R$ 3.770,03	R$ 4.147,03	R$ 4.561,73	R$ 5.017,91

**** Salário Base + INPC abril 2019 5,07%***

TABELA 04						
Serviço Técnico de Nível Superior: **ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO/JURÍDICO**						
Nível	Reajuste Vertical	Classe - A	Classe - B 10%	Classe - C 10%	Classe -D 10%	Classe - E 10%
1*		R$ 6.581,88	R$ 7.240,07	R$ 7.964,07	R$ 8.760,48	R$ 9.636,53
2	1,5%	R$ 6.680,61	R$ 7.348,67	R$ 8.083,53	R$ 8.891,89	R$ 9.781,08
3	1,5%	R$ 6.780,82	R$ 7.458,90	R$ 8.204,79	R$ 9.025,27	R$ 9.927,79
4	1,5%	R$ 6.882,53	R$ 7.570,78	R$ 8.327,86	R$ 9.160,65	R$ 10.076,71
5	1,5%	R$ 6.985,77	R$ 7.684,34	R$ 8.452,78	R$ 9.298,06	R$ 10.227,86
6	1,5%	R$ 7.090,55	R$ 7.799,61	R$ 8.579,57	R$ 9.437,53	R$ 10.381,28
7	1,5%	R$ 7.196,91	R$ 7.916,60	R$ 8.708,26	R$ 9.579,09	R$ 10.537,00
8	1,5%	R$ 7.304,86	R$ 8.035,35	R$ 8.838,89	R$ 9.722,78	R$ 10.695,05
9	1,5%	R$ 7.414,44	R$ 8.155,88	R$ 8.971,47	R$ 9.868,62	R$ 10.855,48
10	**9.5%**	**R$ 8.118,81**	**R$ 8.930,69**	**R$ 9.823,76**	**R$ 10.806,14**	**R$ 11.886,75**
11	1,5%	R$ 8.240,59	R$ 9.064,65	R$ 9.971,12	R$ 10.968,23	R$ 12.065,05
12	1,5%	R$ 8.364,20	R$ 9.200,62	R$ 10.120,68	R$ 11.132,75	R$ 12.246,03
13	1,5%	R$ 8.489,66	R$ 9.338,63	R$ 10.272,49	R$ 11.299,74	R$ 12.429,72
14	1,5%	R$ 8.617,01	R$ 9.478,71	R$ 10.426,58	R$ 11.469,24	R$ 12.616,16
15	1,5%	R$ 8.746,26	R$ 9.620,89	R$ 10.582,98	R$ 11.641,28	R$ 12.805,40
16	1,5%	R$ 8.877,46	R$ 9.765,20	R$ 10.741,72	R$ 11.815,90	R$ 12.997,49
17	1,5%	R$ 9.010,62	R$ 9.911,68	R$ 10.902,85	R$ 11.993,13	R$ 13.192,45
18	1,5%	R$ 9.145,78	R$ 10.060,36	R$ 11.066,39	R$ 12.173,03	R$ 13.390,33
19	1,5%	R$ 9.282,97	R$ 10.211,26	R$ 11.232,39	R$ 12.355,63	R$ 13.591,19
20	9.5%	**R$ 10.164,85**	**R$ 11.181,33**	**R$ 12.299,46**	**R$ 13.529,41**	**R$ 14.882,35**
21	1,5%	R$ 10.317,32	R$ 11.349,05	R$ 12.483,96	R$ 13.732,35	R$ 15.105,59
22	1,5%	R$ 10.472,08	R$ 11.519,29	R$ 12.671,22	R$ 13.938,34	R$ 15.332,17
23	1,5%	R$ 10.629,16	R$ 11.692,08	R$ 12.861,28	R$ 14.147,41	R$ 15.562,15
24	1,5%	R$ 10.788,60	R$ 11.867,46	R$ 13.054,20	R$ 14.359,62	R$ 15.795,59

25	1,5%	R$ 10.950,43	R$ 12.045,47	R$ 13.250,02	R$ 14.575,02	R$ 16.032,52
26	1,5%	R$ 11.114,68	R$ 12.226,15	R$ 13.448,77	R$ 14.793,64	R$ 16.273,01
27	1,5%	R$ 11.281,40	R$ 12.409,54	R$ 13.650,50	R$ 15.015,55	R$ 16.517,10
28	1,5%	R$ 11.450,62	R$ 12.595,69	R$ 13.855,26	R$ 15.240,78	R$ 16.764,86
29	1,5%	R$ 11.622,38	R$ 12.784,62	R$ 14.063,08	R$ 15.469,39	R$ 17.016,33
30	9.5%	**R$ 12.726,51**	**R$ 13.999,16**	**R$ 15.399,08**	**R$ 16.938,99**	**R$ 18.632,88**
31	1,5%	R$ 12.917,41	R$ 14.209,15	R$ 15.630,06	R$ 17.193,07	R$ 18.912,38
32	1,5%	R$ 13.111,17	R$ 14.422,29	R$ 15.864,52	R$ 17.450,97	R$ 19.196,06
33	1,5%	R$ 13.307,84	R$ 14.638,62	R$ 16.102,48	R$ 17.712,73	R$ 19.484,00
34	1,5%	R$ 13.507,45	R$ 14.858,20	R$ 16.344,02	R$ 17.978,42	R$ 19.776,26
35	1,5%	R$ 13.710,07	R$ 15.081,07	R$ 16.589,18	R$ 18.248,10	R$ 20.072,91

**** Salário Base + INPC abril 2019 5,07%***

TABELA 05						
Serviço Técnico de Nível Superior: **CONTADOR**						
Nível	Reajuste Vertical	Classe - A	Classe - B 10%	Classe - C 10%	Classe -D 10%	Classe -E 10%
1*		R$ 4.409,95	R$ 4.850,94	R$ 5.336,03	R$ 5.869,64	R$ 6.456,60
2	1,5%	R$ 4.476,09	R$ 4.923,70	R$ 5.416,07	R$ 5.957,68	R$ 6.553,45
3	1,5%	R$ 4.543,24	R$ 4.997,56	R$ 5.497,32	R$ 6.047,05	R$ 6.651,75
4	1,5%	R$ 4.611,38	R$ 5.072,52	R$ 5.579,78	R$ 6.137,75	R$ 6.751,53
5	1,5%	R$ 4.680,56	R$ 4.900,15	R$ 5.663,47	R$ 6.229,82	R$ 6.852,80
6	1,5%	R$ 4.750,76	R$ 4.973,65	R$ 5.748,42	R$ 6.323,27	R$ 6.955,59
7	1,5%	R$ 4.822,03	R$ 5.048,26	R$ 5.834,65	R$ 6.418,12	R$ 7.059,93
8	1,5%	R$ 4.894,36	R$ 5.123,98	R$ 5.922,17	R$ 6.514,39	R$ 7.165,83
9	1,5%	R$ 4.967,77	R$ 5.200,84	R$ 6.011,00	R$ 6.612,10	R$ 7.273,31
10	**9.5%**	**R$ 5.439,71**	**R$ 5.694,92**	**R$ 6.582,05**	**R$ 7.240,25**	**R$ 7.964,28**
11	1,5%	R$ 5.521,30	R$ 5.780,34	R$ 6.680,78	R$ 7.348,86	R$ 8.083,74
12	1,5%	R$ 5.604,12	R$ 5.867,05	R$ 6.780,99	R$ 7.459,09	R$ 8.205,00
13	1,5%	R$ 5.688,19	R$ 5.955,06	R$ 6.882,71	R$ 7.570,98	R$ 8.328,07
14	1,5%	R$ 5.773,51	R$ 6.044,38	R$ 6.985,95	R$ 7.684,54	R$ 8.452,99
15	1,5%	R$ 5.860,11	R$ 6.135,05	R$ 7.090,74	R$ 7.799,81	R$ 8.579,79
16	1,5%	R$ 5.948,01	R$ 6.227,07	R$ 7.197,10	R$ 7.916,81	R$ 8.708,49
17	1,5%	R$ 6.037,23	R$ 6.320,48	R$ 7.305,05	R$ 8.035,56	R$ 8.839,11
18	1,5%	R$ 6.127,79	R$ 6.415,29	R$ 7.414,63	R$ 8.156,09	R$ 8.971,70
19	1,5%	R$ 6.219,71	R$ 6.511,51	R$ 7.525,85	R$ 8.278,43	R$ 9.106,28
20	9.5%	**R$ 6.810,58**	**R$ 7.130,11**	**R$ 8.240,80**	**R$ 9.064,88**	**R$ 9.971,37**
21	1,5%	R$ 6.912,74	R$ 7.237,06	R$ 8.364,42	R$ 9.200,86	R$ 10.120,94
22	1,5%	R$ 7.016,43	R$ 7.345,62	R$ 8.489,88	R$ 9.338,87	R$ 10.272,76
23	1,5%	R$ 7.121,68	R$ 7.455,80	R$ 8.617,23	R$ 9.478,95	R$ 10.426,85
24	1,5%	R$ 7.228,50	R$ 7.567,64	R$ 8.746,49	R$ 9.621,14	R$ 10.583,25
25	1,5%	R$ 7.336,93	R$ 7.681,15	R$ 8.877,69	R$ 9.765,45	R$ 10.742,00
26	1,5%	R$ 7.446,98	R$ 7.796,37	R$ 9.010,85	R$ 9.911,94	R$ 10.903,13
27	1,5%	R$ 7.558,69	R$ 7.913,32	R$ 9.146,01	R$ 10.060,62	R$ 11.066,68
28	1,5%	R$ 7.672,07	R$ 8.032,01	R$ 9.283,20	R$ 10.211,52	R$ 11.232,68
29	1,5%	R$ 7.787,15	R$ 8.152,50	R$ 9.422,45	R$ 10.364,70	R$ 11.401,17
30	9.5%	**R$ 8.526,93**	**R$ 8.926,98**	**R$ 10.317,58**	**R$ 11.349,34**	**R$ 12.484,28**
31	1,5%	R$ 8.654,83	R$ 9.060,89	R$ 10.472,35	R$ 11.519,58	R$ 12.671,54
32	1,5%	R$ 8.784,66	R$ 9.196,80	R$ 10.138,41	R$ 11.692,38	R$ 12.861,61
33	1,5%	R$ 8.916,43	R$ 9.334,75	R$ 10.290,49	R$ 11.867,76	R$ 13.054,54
34	1,5%	R$ 9.050,17	R$ 9.474,77	R$ 10.444,84	R$ 12.045,78	R$ 13.250,36
35	1,5%	R$ 9.185,92	R$ 9.616,89	R$ 10.601,52	R$ 12.226,47	R$ 13.449,11

**** Salário Base + INPC abril 2019 5,07%***

COMISSIONADOS

Serviço Técnico de Nível Superior	
ASSESSOR JURÍDICO	**DIRETOR GERAL**
R$ 6.223,57	R$ 4.843,25

**** Salário Base + INPC abril 2019 5,07%***

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2019_CMDCA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº003/2019

"DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO **EXTRA-OFICIAL** DA ENTREVISTA E TESTE PSICOLÓGICO DOS CANDIDATOS PARA O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DE CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICIPIO DE JUARA-MT

O Presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha Unificada para Conselheiros Tutelares no Município de Juara n° 001/2019, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º - Publicar o resultado EXTRAOFICIAL da entrevista e teste psicológico dos candidatos para o processo de escolha unificado de conselheiros tutelares, do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, contendo a relação dos candidatos **APTOS** e **AUSENTES**, que participaram do Certame.

Art. 2º - Os candidatos que realizaram a entrevista e teste psicológico e não se encontram na lista abaixo foram considerados INAPTOS e conforme edital de retificação anexo único nº 001/2019, deverão consultá-lo, on-

de encontrarão orientações específicas, data e endereço de seu atendimento.

Art. 3º - Prazo final para recursos sobre o resultado extra-oficial da entrevista e teste psicológico dos candidatos para o processo de escolha de conselheiros tutelares será do dia 13/06/19 a 24/06/19, conforme edital de retificação anexo único nº 001/2019, de 11 de abril de 2019.

I – ***CANDIDATOS APTOS E AUSENTES POR ORDEM ALFABÉTICA*****:**

Nº.	CANDIDATO	SITUAÇÃO
1	**Aline Aparecida de França Barbosa**	Apto
2	**Andreia Araujo Soares**	Apto
3	**Andressa Coimbra Goivinho**	Apto
4	**Clédina Ramos dos Santos**	Apto
5	**Dainara coelho Ferraz**	Apto
6	**Elaine de Pólio**	Apto
7	**Eliana Regina de Moraes Franco**	Apto
8	**Eliziane Aparecida da Rosa Braitbach**	Apto
9	**Flavio Nascimento de Mello**	Apto
10	**Fernando Dante**	Ausente
11	**Gessi Bruning**	Apto
12	**Gilmara de Bitencourt Correa**	Ausente
13	**Giovana da Silva Reis**	Apto
14	**Grasiele Alves da Silva**	Apto
15	**Jetro Constantino de Souza**	Apto
16	**Joice Teodoro De Assunção**	Apto
17	**Juliano Ferreira de Lima**	Apto
18	**Julio Cesar Alves De Oliveira**	Apto
19	**Karina Freitas de Souza**	Apto
20	**Keplia Priscila da Silva**	Apto
21	**Leonardo de Souza Rocha**	Apto
22	**Maxson Roberto da Silva**	Apto
23	**Rosimeire Bachega**	Apto
24	**Sandra Pereira de Melo**	Ausente
25	**Sebastião Borges Pereira**	Apto
26	**Silvaneia Barbosa Lobo**	Apto
27	**Thays Aparecida Ramos**	Apto
28	**Valdirene da Silva Magalhães**	Apto
29	**Weheliton Aparecido Pereira Malta Yamanaka**	Apto

Art. 4º - O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Juara-MT, 12 de Junho de 2019

Claudemir Pereira Marques

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 042/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 042/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 10/06/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA EM ATENDIMENTO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se vencedora a empresa: **H MELOQUEIRO -ME,** inscrita com o CNPJ sob o n. 00.637.647/0001/29, localizada à Avenida Rio de Janeiro, 497W – Juara-MT – CEP: 78.575-000, sendo vencedora para todos os itens com Valor Global de **R$ 150.993,00 (cento e cinquenta mil novecentos e noventa e três reais).**

Juara –MT, 12 de junho de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 041/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 041/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 07/06/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: Registro de Preços Para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Coleta, Transbordo, Armazenamento, Transporte, Tratamento e Disposição Final de Lixo Hospitalar e Resíduos Sólidos das Unidades de Saúde deste Município, Atendendo as necessidades da Secretaria Municipal De Saúde do Município de Juara, Estado De Mato Grosso, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se vencedora a empresa:**WM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob nº 10.532.271/0001-41, com endereço à Rod. MT 351, s/n, Km 06, lote 07 e 08, quadra 01 – bairro Zona Rural, Cuiabá-MT, CEP 78055-223, telefone (65) 3627-2783, e-mail licitacao@wmambiental.com.br, neste ato representada pelo sócio administrador DANILO MOSCHETA GONÇALVES, portador da Cédula de Identidade RG nº 30753041-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 205.440.248-69, sendo vencedora para todos os itens com Valor Global de **R$ 88.875,00 (oitenta e oito mil oitocentos e setenta e cinco reais).**

Juara –MT, 12 de junho de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITENS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Niterói, 81, centro, Juara - MT, inscrita no CNPJ 15.072.663/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Carlos Amadeu Sirena, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.181.389-3 SSP/PR e do CPF nº 578.160.189-91, torna público aos interessados o **CANCELAMENTO** do Item 94999 (PARACETAMOL, 750 MG COMPRIMIDO) por motivos de interesse público, ambos oriundos do processo Licitatório de Pregão n.º 013/2019, firmada entre a municipalidade e a empresaANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, inscrita com o CNPJ sob o n.º 02.607.956/0001-81**, c**ujo Objeto**: é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos (Pomadas, Geléias, Cremes, Tópicos, Gotas, Soluções, Psicotrópicos, Comprimidos e Cápsulas) em Geral em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde",**conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos**,** conforme descrições constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico Nº 081/2018, para registro de preços e proposta de preços da promitente fornecedora abaixo especificados.

Juara –MT, 12 de junho de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Juruena, por intermédio de seu Pregoeiro no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 39/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que no Edital do Pregão Presencial SRP 015/2019, Processo Licitatório 027/2019, cujo objeto é o Re-

gistro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para o Fornecimento de Urnas Mortuárias para pessoas carentes ou indigentes do Município de Juruena, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital pelo período de 12 (doze) meses, no que se refere ao Código do TCE do item 01, altera-se o seguinte:

Onde se lê:

00027618

Deve-se ler:

380840-8

Juruena/MT, 12 de junho de 2019.

Nelson Coutinho de Menezes Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PORTARIA Nº 115 /2019, 12 DE JUNHO DE 2019.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** a Servidora Efetiva **Srª Maria Tereza da Silva Souza** e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 180 (Cento e Oitenta) dias de **LICENÇA PREMIO** a Servidora Pública Municipal Efetiva, **Matricula 0130 – Maria Tereza da Silva Souza,** lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura no Cargo de Apoio Administrativo Educacional Serviço de Nutrição Escolar, no período de 10 de Junho de 2019 à 06 de Novembro de 2019, com retorno em **07/11/2019**, a Licença Prêmio concedida refere-se ao qüinqüênio 01/03/2003 à 29/02/2008 e 01/03/2008 à 28/02/2013.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Junho de 2019.

BRUNNA MARTINS DOS SANTOS

Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.182/2019, DE 10 DE JUNHO DE 2019

"FIXA VERBA INDENIZATORIA AOS MOTORISTAS DE AMBULANCIAS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E HOSPITAL, DO MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira – MT, Estado de Mato Grosso, faz saber, que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1o. Fica instituída verba de natureza indenizatória, para auxilio alimentação e despesas pessoais, aos motoristas de ambulâncias da Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal, que constantemente realizam viagens dentro do Estado de Mato Grosso:

Demonstrativo dos valores brutos por serviços complementar	
Descrição	Valor
Motorista ambulância (mensal)	R$ 300,00

Parágrafo Único – O valor hora instituído será corrigido anualmente, tendo como base para correção no mesmo índice do RGA. (Revisão Geral Anual) dos Servidores Municipais.

Art. 2º - O pagamento se dará aos profissionais que se enquadrarem no Art. 1º da presente Lei e será efetuado mensalmente na forma de indenizações e restituições.

Art. 3º - A verba indenizatória prevista nesta Lei não cobrirá gastos de terceiros, bem como não incorporará definitivamente na remuneração do agente público por ela beneficiado, não deverá ser computado na concessão de férias e décimo terceiro salário.

Parágrafo Único – Farão jus ao recebimento da verba indenizatória os profissionais que realizarem viagens, conforme escala elaborada pelo secretario Municipal de Saúde.

Art. 4º - O quantum indenizatório ora estipulado aos motoristas da Secretaria de Saúde será pago mensalmente, até o dia 10(dez) de cada mês, independentemente de solicitação do seu recebedor.

Art. 5º. Aprestação de contas do benefício estatuído nesta Lei se dará com apresentação de relatório, justificando as despesas, ate o ultimo dia útil de cada mês.

Parágrafo Único – A não apresentação do relatório supra citado implicará na suspensão do pagamento do beneficio naquele mês.

Art. **6º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira-MT, aos 10 de Junho de 2019

MOISÉS DOS SANTOS

- Prefeito Municipal -

LEI Nº 1.184/2019, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

"Altera a Lei Municipal nº 1.031, de 31 de março de 2016 que dispõe sobre o quadro de pessoal e respectivo plano de cargos, carreiras e salários da Administração Pública do Município de Juscimeira e dá outras providências".

MOISÉS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conforme disposto no inciso IV do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei.

Art. 1º.A Lei Municipal nº 1.031, de 31 de março de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º. A jornada de trabalho dos servidores da Prefeitura Municipal de Juscimeira é de 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo primeiro – A jornada de trabalho de 30 (trinta) horas referida no caput deste artigo, não se aplica:

I. Aos servidores ocupantes dos cargos, cuja jornada de trabalho foi estabelecida pela lei de criação do cargo como sendo de 24 (vinte e quatro) horas semanais ou 20 (vinte) horas semanais. II. aos servidores no exercício de funções correspondentes a profissão regulamentada, cuja lei preveja jornada de trabalho inferior à adotada pelo Município de Juscimeira. III. Aos nomeados para cargos comissionados. IV. Aos motoristas de ambulância; V. Aos vigias; VI. Motoristas de veículos grandes, veículos pequenos,Motorista de transporte escolar e operadores de máquinas;

Parágrafo segundo – A jornada de trabalho os servidores do cargo de Motoristas de Ambulância será de 42 (quarenta e duas) horas semanais, podendo ser prestado com os seguintes turnos de trabalho:

I. de 12 horas com intervalo entre as escalas de no mínimo 12h e no máximo de 48h. II. de 24 horas o turno com intervalo entre as escalas de no mínimo 24h e no máximo de 72h.

Parágrafo terceiro – A jornada de trabalho os servidores operadores de máquinas, Motoristas de veículos grandes, Veículos pequenos e Motorista de transporte escolar será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, divididas em seis dias da semana com intervalo de 1 a 2 horas de descanso, com exceção dos motoristas de transportes escolar, que realizarão jornada de trabalho descrito, no período de horário escolar, ou quando convocados para horários excepcionais em virtude da necessidade da gestão do Município.

Parágrafo quarto – As jornadas diárias de trabalho poderão variar segundo a excepcionalidade da obra que estiver sendo desempenhada desde que não ultrapasse o turno de 10 horas trabalhadas ao dia.

Parágrafo quinto – A jornada de trabalho dos vigilantes será de 42 (quarenta e duas) horas semanais podendo ser prestado com os seguintes turnos de trabalho:

I. de 12 horas com intervalo entre as escalas de no mínimo 12h e no máximo de 48h. II. no regime diário de serviço com no máximo 10 horas com uma ou duas folgas semanais dependendo da escala de serviço adotada.

(...)

Art. 11. Os servidores da Prefeitura Municipal de Juscimeira integrarão quadro único e terão exercício nos diversos órgãos e unidades da Prefeitura, de acordo com as respectivas lotações, excetuando-se os profissionais da Educação Básica Municipal, compreendidos em lei específica.

Parágrafo Único. A lotação do servidor se dará por meio de portaria que deverá atender à necessidade da Administração inexistindo direito a inamovibilidade ou vitaliciedade.

Art. 12. O estágio probatório será de 03 (três) anos, a contar da data do início do exercício, durante o qual será procedida avaliação especial de desempenho pela Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho instituída para essa finalidade.

§1º - A avaliação especial de desempenho considerará:

I. qualidade de trabalho; II. produtividade no trabalho; III. iniciativa; IV. presteza; V. participação em programas de capacitação; VI. assiduidade; VII. pontualidade; VIII. uso adequado dos equipamentos de serviço.

§2º - Os critérios de julgamento a que se refere o parágrafo anterior poderão ser adaptados, em conformidade com as peculiaridades das funções do cargo exercido pelo servidor e com as atribuições do órgão ou da entidade a que esteja vinculado.

§3º - Os sistemas de avaliação deverão prever escala de pontuação adotando os seguintes conceitos de avaliação:

I. excelente – acima de 80% (oitenta por cento); II. bom – acima de 60% (sessenta por cento); III. regular – acima de 50% (cinquenta por cento); IV. insatisfatório – até 50% (cinquenta por cento).

§4º - Receberá o conceito de desempenho insatisfatório o servidor que na avaliação total, considerados todos os critérios de julgamento, seja igual ou inferior a 50% (cinqüenta por cento da pontuação máxima admitida.

Art. 13. Ressalvado o provimento inicial mediante prévia aprovação em concurso público, o servidor poderá progredir funcionalmente mediante:

I. progressão vertical, caracterizada pela mudança sequencial de nível, representado por números ordinais, sem alteração da denominação do cargo; II. progressão horizontal, caracterizada pela mudança sequencial de classe na respectiva carreira, representada por letras, sem alteração da denominação do cargo.

(...)

Art. 15. A progressão vertical dar-se-á por tempo de efetivo exercício no serviço, observado o interstício de 01 (um) ano para cada evolução.

§ 1º - O adicional por tempo de serviço fica absorvido pela progressão vertical no mesmo índice.

§ 2º - Para os efeitos da contagem de tempo para a progressão vertical, considerar-se-á como de efetivo exercício o afastamento por motivo de:

I. férias; II. exercício de cargo em comissão ou cedido a administração direta e indireta ao governo federal ou estadual de lotação dentro do município de Juscimeira – MT; III. participação em programa de treinamento ou capacitação, oferecido pela Prefeitura Municipal de Juscimeira, ou quando custeado pelo próprio servidor; IV. candidatura a cargo eletivo, durante o lapso de tempo entre o registro eleitoral e até o 15º (décimo quinto) dia após a eleição; V. desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal, exceto para o mandato de vereador quando houver compatibilidade de horário entre o exercício e o do cargo público; VI. júri e outros serviços obrigatórios por lei; VII. licenças e concessões: a) à gestante, à adotante e à paternidade; b) por motivo de casamento; c) por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta, padrasto, filho, enteado, menor sob guarda ou tutela, irmão e avós; d) para o desempenho de mandato classista, nos termos do artigo 113 e parágrafos da Lei nº 199/1991; e) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional; f) por convocação para o serviço militar; g) prêmio por assiduidade; h) recolhimento à prisão, se absolvido no final; i) prisão preventiva, se absolvido no final.

(...)

Art. 31 A avaliação de desempenho individual será realizada pela Comissão de Avaliação de Desempenho Permanente composta por 03 (três) servidores estáveis, tendo pelo menos três anos de exercício na administração.

§1º - A avaliação será homologada pela autoridade imediatamente superior, dela dando-se ciência ao interessado.

§2º - O conceito da avaliação anual será motivado exclusivamente com base na aferição dos critérios previstos nesta lei, sendo obrigatória a indicação dos fatos, das circunstâncias e dos demais elementos de convicção no termo final de avaliação, inclusive o relatório relativo ao colhimento de provas testemunhais e documentais, quando for o caso.

(...)

Art. 38 -É assegurado ao servidor avaliado interpor recurso, dirigido ao Secretário de Municipal de Administração ou equivalente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do conhecimento da avaliação, em caso de discordância do resultado da mesma.

Parágrafo único – O recurso será conhecido e apreciado pelo Secretário de Administração e Gestão que, na hipótese de manter a decisão recorrida, terá 30 (trinta) dias para encaminhá-lo ao Prefeito Municipal, para decisão final em processo administrativo.

(...)

Art. 40a Fica unificado o cargo de Fiscal de Obras e Fiscal de Postura passando a se chamar Fiscal de Postura.

Art. 41. Os cargos de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Juscimeira passam a serem os constantes do Anexo II, desta lei e de suas atualizações posteriores, que contém suas denominações,atribuições, nível de escolaridade, número de vaga.

Art. 42 Os cargos de Serviços Gerais, Vigias, Mensageiros, Coveiro, Monitora de Turismo, Motorista de transporte escolar e Técnico em Contabilidade deverão ser extintos após a vacância de todas as respectivas vagas.

§ **ÚNICO:** o Cargo de Assistente Administrativo fica extinto com a publicação desta Lei, devendo ser procedido o enquadramento de eventuais servidores que exercem o cargo extinto, no cargo de oficial Administrativo.

Art. 42a Ficam instituídos a partir de 01 de junho de 2019 os seguintes cargos dentro da administração pública:

I. FISCAL AMBIENTAL –nível médio completo II. TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO – nível médio com formação técnica na área III. TÉCNICO QUÍMICO – nível médio com formação técnica na área IV. ANALISTA AMBIENTAL – nível superior em qualquer área; V. VETERINÁRIO – nível superior na área específica; VI. AUDITOR TRIBUTÁRIO – nível superior nas áreas de ou Contabilidade, ou Administração, ou Economia ou Direito;

Parágrafo único –Por meio de Decreto Regulamentar o poder executivo municipal disciplinará a formação complementar para o exercício dos cargos dispostos no presente respectivo plano de cargos, carreiras e salários.

Art. 43 Os salários base, de início de carreira, de todos os cargos de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Juscimeira serão corrigidos anualmente a título de Revisão Geral Anual, em percentual a ser definido pelo executivo por meio de lei, considerando sempre a arrecadação do ano anterior.

§1º - Os servidores terão direito a negociar com o executivo nos meses anteriores à data base, percentuais de correção.

§2º - Os servidores contratados excepcionalmente e por tempo determinado farão jus ao somente ao recebimento do valor inicial da Tabela de Vencimentos do cargo ocupado, caso não haja regulamentação distinta na lei de contratação.

§3º - Fica instituído o plantão médico nos seguintes termos:

I. 06 horas – R$ 450,00 II. 09 horas – R$ 600,00 III. 12 horas – R$ 900,00 IV. 16 horas – R$ 1.200,00 V. 24 horas – R$ 1.800,00

§4º - Fica instituído a remuneração por adicional de deslocamento para o profissional Médico que realizar acompanhamento a pacientes nas viaturas da saúde nos seguintes termos:

I. Deslocamento para a cidade de Rondonópolis no valor de R$ 600,00; II. Deslocamento para as cidades de Cuiabá e Primavera no valor de R$ 1.000,00; III. Deslocamento para a cidade com distância superior a km 160 da sede do município valor de R$ 1.200,00;

§5º - Fica instituído a remuneração por adicional de deslocamento para o profissional Enfermeiro que realizar acompanhamento a pacientes nas viaturas da saúde nos seguintes termos:

I. Deslocamento para a cidade de Rondonópolis no valor de R$ 80,00; II. Deslocamento para as cidades de Cuiabá e Primavera no valor de R$ 120,00; III. Deslocamento para a cidade com distância superior a km 160 da sede do município valor de R$ 140,00;

§6º - Fica instituído a remuneração por adicional de deslocamento para o profissional Técnico em Enfermagem que realizará acompanhamento a pacientes nas viaturas da saúde nos seguintes termos:

I. Deslocamento para a cidade de Rondonópolis no valor de R$ 40,00; II. Deslocamento para as cidades de Cuiabá e Primavera no valor de R$ 80,00; III. Deslocamento para a cidade com distância superior a km 160 da sede do município valor de R$ 100,00;

§7º -Não será permitido o acúmulo do pagamento de plantão médico com o adicional de deslocamento a um mesmo fato que der causa ao recebimento do benefício.

Art. 44 Conforme dispositivos normativos federais o salário inicial para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias a partir de janeiro de 2019 será da ordem de R$ 1.250,00, passando em janeiro de 2020 para R$ 1.400,00 e em janeiro de 2021 para R$ 1.550,00.

§1º - Até 2021 a correção das diversas classes e níveis deverão ser balizados ou pela correção do piso ou pelo RGA (Revisão Geral Anual) sendo destes o maior.

§2º - Independente da correção do piso da categoria pela lei federal, a partir de 2022 os vencimentos para os funcionários enquadrados nas classes e níveis diferente enquadramento básico ficará sujeitos exclusivamente a incidência de RGA (Revisão Geral Anual).

Art. 46. São partes integrantes da Lei nº 1.031/2016 , os Anexos I, II, III, IV, V, VI,VII e VIII e suas alterações trazidas por desta Lei.

Art. 2º Os anexos da Lei Municipal nº 1.031/2016 passa a vigorar com as alterações constantes no anexo da presente lei.

Art. 3o Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Juscimeira, 10 de Junho de 2019.

Moisés dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

Antônio Carlos da Silva Júnior

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS COM NOMENCLATURAS TRANSFORMADAS

ANTIGA DENOMINAÇÃO	NOVA DENOMINAÇÃO
Agente Administrativo	Oficial administrativo
Auxiliar administrativo	Assistente Administrativo
Operador de Máquinas Leves Operador de Esteira Operadora de Pá de Carregadeira Operadora de Patrol	Operador de Máquinas
Fiscal de Obras Fiscal de Postura	Fiscal de Postura

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS E PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO	VENCIMENTO até janeiro 19	VENCIMENTO após fevereiro 19	DENOMINAÇÃO DO CARGO	ESCOLARIDADE	VAGAS
AA	R$1.007,79	R$1.046,69	Serviços Gerais1	Fundamental Completo	38
AA	R$1.007.795	R$1.465,377	Vigia1	Fundamental Completo	14
AA	R$1.007,79	R$1.046,69	Coveiro1	Fundamental Completo	1
AA	R$1.007,79	R$1.046,69	Mensageiro1	Fundamental Completo	1
AA	R$1.007,79	R$1.046,69	Assistente administrativo1	Fundamental Completo	23
AA	R$1.007,79	R$1.046,69	Auxiliar de Consultório dentário	Fundamental Completo	4
AA	R$1.007,79	R$1.046,69	Auxiliar de Laboratório	Fundamental Completo	2
AA	R$1.007,79	R$1.046,69	Auxiliar de Enfermagem1	Fundamental Completo	7
AA	R$1.007,79	R$1.046,69	Recepcionista1	Fundamental Completo	10
AA	R$1.007,79	R$1.046,69	Agente de Saúde (PSF)1	Fundamental Completo	11
AA	R$1.544,295	R$2.352,396	Operador de Máquinas Pesadas	Fundamental Completo	8
AA	R$1.086,725	R$1.655,386	Motorista de Veículos Pequenos	Fundamental Completo	3
AA	R$1.372,705	R$2.091,016	Motorista de Veículos Grandes	Fundamental Completo	5
AA	R$1.487,105	R$2.162,307	Motorista de Ambulância	Fundamental Completo	13
AA	R$1.487,10	R$ 2.265,276	Motorista de Transporte Escolar1	Fundamental Completo	4
BB	R$1.164,00	R$1.250,003	Agente Comunitário de Saúde	Ensino Médio Completo	33
BB	R$1.164,00	R$1.250,003	Agente de Controle de Endemias	Ensino Médio Completo	8
BB	R$1.052,40	R$1.093,02	Oficial Administrativo	Ensino Médio Completo	35
BB	R$1.052,40	R$1.093,02	Fiscal de Postura 2	Ensino Médio Completo	6
BB	R$1.052,40	R$1.093,02	Fiscal de Tributos	Ensino Médio Completo	4
BB	R$1.052,40	R$1.093,02	Fiscal Sanitário	Ensino Médio Completo	3
BB	R$1.052,40	R$1.093,02	Fiscal Ambiental4	Ensino Médio Completo	2
CC	R$1.086,72	R$1.128,67	Monitora de Turismo1	Ensino Técnico	1
CC	R$1.109,60	R$1.152,43	Técnico em Segurança doTrabalho	Ensino Técnico	1
CC	R$1.109,60	R$1.152,43	Técnico de Enfermagem	Ensino Técnico	8
CC	R$1.109,60	R$1.152,43	Técnico em Higiene Dentaria	Ensino Técnico	2
CC	R$1.109,60	R$1.152,43	Técnico em Prótese	Ensino Técnico	1
CC	R$1.109,60	R$1.152,43	Técnico Químico4	Ensino Técnico	1
DD	R$2.084,71	R$2.587,33	Assistente Social	Ensino Superior	4
DD	R$2.491,17	R$2.587,33	Analista Ambiental4	Ensino Superior	3
DD+	R$2.491,17	R$2.587,33	Farmacêutico/Bioquímico	Ensino Superior	3
DD	R$2.491,17	R$2.587,33	Enfermeiro	Ensino Superior	4
DD	R$2.491,17	R$2.587,33	Engenheiro Civil	Ensino Superior	2
DD	R$2.491,17	R$2.587,33	Fisioterapeuta	Ensino Superior	3
DD	R$2.491,17	R$2.587,33	Fonoaudiólogo	Ensino Superior	1
DD	R$6.026,00	R$6.543,18	Médico	Ensino Superior	4
DD	R$2.491,17	R$2.587,33	Odontólogo	Ensino Superior	4
DD	R$2.491,17	R$2.587,33	Psicólogo	Ensino Superior	2
DD	R$2.491,17	R$2.587,33	Nutricionista	Ensino Superior	2
DD	R$2.491,17	R$2.587,33	Engenheiro Agrônomo	Ensino Superior	2
DD	R$2.491,17	R$2.587,33	Veterinário4	Ensino Superior	1
DD	R$6.026,00	R$6.543,18	Médico Supervisor e Autorizador deAIH	Ensino Superior	1
DD	R$4.304,50	R$4.470,65	Auditor Tributário4	Ensino Superior	1
DD	R$4.304,50	R$4.470,65	Advogado	Ensino Superior	1
DD	R$4.304,50	R$4.470,65	Contador	Ensino Superior	1
DD	R$4.304,50	R$4.470,65	Controlador Interno	Ensino Superior	1

(1) Funções que deverão ser extintas com a saída (vacância) do último servidor na função; (2) unificação da carreira de Fiscal de Obras e Fiscal de Postura; (3) correção a partir de janeiro de 2019 conforme lei federal; (4) Novas carreiras no PCCS; (5) vencimento referente a carga horária semanal de 30 horas; (6) vencimento referente a 44 horas semanais mais RGA; (7) vencimento referente a 42 horas semanais mais RGA. (AA) ensino fundamental completo, (BB) ensino médio completo, (CC) ensino médio + curso técnico específico, (DD) ensino superior completo.

ANEXO III

TABELA DE PROGRESSÃO FUNCIONAL (CLASSE) POR TITULAÇÃO

GRUPO FUNCIONAL	CLASSE A (1,00)	CLASSE B (1,10)	CLASSE C (1,20)	CLASSE D (1,40)

AA	ENSINO FUNDAMENTAL	REQUISITOS DA CLASSE A + ENSINO MÉDIO	REQUISITOS DA CLASSE B + CURSOS DE CAPACITAÇÃO QUE TOTALIZEM 300 HORAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO	ENSINO SUPERIOR
BB	ENSINO MÉDIO	REQUISITOS DA CLASSE A + CURSOS DE CAPACITAÇÃO QUE TOTALIZEM 300 HORAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO	REQUISITOS DA CLASSE B + ENSINO SUPERIOR	REQUISITOS DA CLASSE C + CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DE NO MÍNICO 320 HORAS COM REGISTRO NO MEC
CC	ENSINO TÉCNICO	REQUISITOS DA CLASSE A + CURSOS DE CAPACITAÇÃO QUE TOTALIZEM 300 HORAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO	REQUISITOS DA CLASSE B + ENSINO SUPERIOR ESPECÍFICO COMPLETO	REQUISITOS DA CLASSE C + CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DE NO MÍNICO 320 HORAS COM REGISTRO NO MEC
DD	ENSINO SUPERIOR	REQUISITOS DA CLASSE A + CURSOS DE CAPACITAÇÃO QUE TOTALIZEM DE 300 HORAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DE NO MÍNICO 320 HORAS COM REGISTRO NO MEC	MESTRADO OU DOUTORADO

ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGO			**Auxiliar de Serviços Gerais**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.046,69**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.046,69	R$1.151,36	R$1.256,03	R$1.465,37
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.067,62	R$1.174,39	R$1.281,15	R$1.494,67
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.088,56	R$1.197,41	R$1.306,27	R$1.523,98
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.109,49	R$1.220,44	R$1.331,39	R$1.553,29
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.130,43	R$1.243,47	R$1.356,51	R$1.582,60
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.151,36	R$1.266,50	R$1.381,63	R$1.611,90
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.172,29	R$1.289,52	R$1.406,75	R$1.641,21
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.193,23	R$1.312,55	R$1.431,87	R$1.670,52
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.214,16	R$1.335,58	R$1.456,99	R$1.699,83
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.235,10	R$1.358,60	R$1.482,11	R$1.729,13
10 A 11ANOS	1,20	R$1.256,03	R$1.381,63	R$1.507,23	R$1.758,44
11 A 12ANOS	1,22	R$1.276,96	R$1.404,66	R$1.532,36	R$1.787,75
12 A 13ANOS	1,24	R$1.297,90	R$1.427,69	R$1.557,48	R$1.817,06
13 A 14ANOS	1,26	R$1.318,83	R$1.450,71	R$1.582,60	R$1.846,36
14 A 15ANOS	1,28	R$1.339,76	R$1.473,74	R$1.607,72	R$1.875,67
15 A 16ANOS	1,30	R$1.360,70	R$1.496,77	R$1.632,84	R$1.904,98
16 A 17ANOS	1,32	R$1.381,63	R$1.519,79	R$1.657,96	R$1.934,28
17 A 18ANOS	1,34	R$1.402,57	R$1.542,82	R$1.683,08	R$1.963,59
18 A 19ANOS	1,36	R$1.423,50	R$1.565,85	R$1.708,20	R$1.992,90
19 A 20ANOS	1,38	R$1.444,43	R$1.588,88	R$1.733,32	R$2.022,21
20 A 21ANOS	1,40	R$1.465,37	R$1.611,90	R$1.758,44	R$2.051,51
21 A 22ANOS	1,42	R$1.486,30	R$1.634,93	R$1.783,56	R$2.080,82
22 A 23ANOS	1,44	R$1.507,23	R$1.657,96	R$1.808,68	R$2.110,13
23 A 24ANOS	1,46	R$1.528,17	R$1.680,99	R$1.833,80	R$2.139,44
24 A 25ANOS	1,48	R$1.549,10	R$1.704,01	R$1.858,92	R$2.168,74
25 A 26ANOS	1,50	R$1.570,04	R$1.727,04	R$1.884,04	R$2.198,05
26 A 27ANOS	1,52	R$1.590,97	R$1.750,07	R$1.909,16	R$2.227,36
27 A 28ANOS	1,54	R$1.611,90	R$1.773,09	R$1.934,28	R$2.256,67
28 A 29ANOS	1,56	R$1.632,84	R$1.796,12	R$1.959,40	R$2.285,97
29 A 30ANOS	1,58	R$1.653,77	R$1.819,15	R$1.984,53	R$2.315,28
30 A 31ANOS	1,60	R$1.674,71	R$1.842,18	R$2.009,65	R$2.344,59
31 A 32ANOS	1,62	R$1.695,64	R$1.865,20	R$2.034,77	R$2.373,89
32 A 33ANOS	1,64	R$1.716,57	R$1.888,23	R$2.059,89	R$2.403,20
33 A 34ANOS	1,66	R$1.737,51	R$1.911,26	R$2.085,01	R$2.432,51
34 A 35ANOS	1,68	R$1.758,44	R$1.934,28	R$2.110,13	R$2.461,82

CARGO			**Vigia**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.465,37**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.465,37	R$1.611,90	R$1.758,44	R$2.051,51
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.494,67	R$1.644,14	R$1.793,61	R$2.092,54
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.523,98	R$1.676,38	R$1.828,78	R$2.133,57
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.553,29	R$1.708,62	R$1.863,95	R$2.174,60
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.582,60	R$1.740,86	R$1.899,12	R$2.215,63
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.611,90	R$1.773,09	R$1.934,28	R$2.256,67
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.641,21	R$1.805,33	R$1.969,45	R$2.297,70
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.670,52	R$1.837,57	R$2.004,62	R$2.338,73
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.699,83	R$1.869,81	R$2.039,79	R$2.379,76
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.729,13	R$1.902,05	R$2.074,96	R$2.420,79
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.758,44	R$1.934,28	R$2.110,13	R$2.461,82
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.787,75	R$1.966,52	R$2.145,30	R$2.502,85
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.817,06	R$1.998,76	R$2.180,47	R$2.543,88
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.846,36	R$2.031,00	R$2.215,63	R$2.584,91

14 A 15 ANOS	1,28	R$1.875,67	R$2.063,24	R$2.250,80	R$2.625,94
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.904,98	R$2.095,47	R$2.285,97	R$2.666,97
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.934,28	R$2.127,71	R$2.321,14	R$2.708,00
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.963,59	R$2.159,95	R$2.356,31	R$2.749,03
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.992,90	R$2.192,19	R$2.391,48	R$2.790,06
19 A 20 ANOS	1,38	R$2.022,21	R$2.224,43	R$2.426,65	R$2.831,09
20 A 21 ANOS	1,40	R$2.051,51	R$2.256,67	R$2.461,82	R$2.872,12
21 A 22 ANOS	1,42	R$2.080,82	R$2.288,90	R$2.496,99	R$2.913,15
22 A 23 ANOS	1,44	R$2.110,13	R$2.321,14	R$2.532,15	R$2.954,18
23 A 24 ANOS	1,46	R$2.139,44	R$2.353,38	R$2.567,32	R$2.995,21
24 A 25 ANOS	1,48	R$2.168,74	R$2.385,62	R$2.602,49	R$3.036,24
25 A 26 ANOS	1,50	R$2.198,05	R$2.417,86	R$2.637,66	R$3.077,27
26 A 27 ANOS	1,52	R$2.227,36	R$2.450,09	R$2.672,83	R$3.118,30
27 A 28 ANOS	1,54	R$2.256,67	R$2.482,33	R$2.708,00	R$3.159,33
28 A 29 ANOS	1,56	R$2.285,97	R$2.514,57	R$2.743,17	R$3.200,36
29 A 30 ANOS	1,58	R$2.315,28	R$2.546,81	R$2.778,34	R$3.241,39
30 A 31 ANOS	1,60	R$2.344,59	R$2.579,05	R$2.813,50	R$3.282,42
31 A 32 ANOS	1,62	R$2.373,89	R$2.611,28	R$2.848,67	R$3.323,45
32 A 33 ANOS	1,64	R$2.403,20	R$2.643,52	R$2.883,84	R$3.364,48
33 A 34 ANOS	1,66	R$2.432,51	R$2.675,76	R$2.919,01	R$3.405,51
34 A 35 ANOS	1,68	R$2.461,82	R$2.708,00	R$2.954,18	R$3.446,54

CARGO			**Coveiro**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.046,69**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.046,69	R$1.151,36	R$1.256,03	R$1.465,37
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.067,62	R$1.174,39	R$1.281,15	R$1.494,67
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.088,56	R$1.197,41	R$1.306,27	R$1.523,98
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.109,49	R$1.220,44	R$1.331,39	R$1.553,29
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.130,43	R$1.243,47	R$1.356,51	R$1.582,60
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.151,36	R$1.266,50	R$1.381,63	R$1.611,90
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.172,29	R$1.289,52	R$1.406,75	R$1.641,21
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.193,23	R$1.312,55	R$1.431,87	R$1.670,52
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.214,16	R$1.335,58	R$1.456,99	R$1.699,83
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.235,10	R$1.358,60	R$1.482,11	R$1.729,13
10 A 11ANOS	1,20	R$1.256,03	R$1.381,63	R$1.507,23	R$1.758,44
11 A 12ANOS	1,22	R$1.276,96	R$1.404,66	R$1.532,36	R$1.787,75
12 A 13ANOS	1,24	R$1.297,90	R$1.427,69	R$1.557,48	R$1.817,06
13 A 14ANOS	1,26	R$1.318,83	R$1.450,71	R$1.582,60	R$1.846,36
14 A 15ANOS	1,28	R$1.339,76	R$1.473,74	R$1.607,72	R$1.875,67
15 A 16ANOS	1,30	R$1.360,70	R$1.496,77	R$1.632,84	R$1.904,98
16 A 17ANOS	1,32	R$1.381,63	R$1.519,79	R$1.657,96	R$1.934,28
17 A 18ANOS	1,34	R$1.402,57	R$1.542,82	R$1.683,08	R$1.963,59
18 A 19ANOS	1,36	R$1.423,50	R$1.565,85	R$1.708,20	R$1.992,90
19 A 20ANOS	1,38	R$1.444,43	R$1.588,88	R$1.733,32	R$2.022,21
20 A 21ANOS	1,40	R$1.465,37	R$1.611,90	R$1.758,44	R$2.051,51
21 A 22ANOS	1,42	R$1.486,30	R$1.634,93	R$1.783,56	R$2.080,82
22 A 23ANOS	1,44	R$1.507,23	R$1.657,96	R$1.808,68	R$2.110,13
23 A 24ANOS	1,46	R$1.528,17	R$1.680,99	R$1.833,80	R$2.139,44
24 A 25ANOS	1,48	R$1.549,10	R$1.704,01	R$1.858,92	R$2.168,74
25 A 26ANOS	1,50	R$1.570,04	R$1.727,04	R$1.884,04	R$2.198,05
26 A 27ANOS	1,52	R$1.590,97	R$1.750,07	R$1.909,16	R$2.227,36
27 A 28ANOS	1,54	R$1.611,90	R$1.773,09	R$1.934,28	R$2.256,67
28 A 29ANOS	1,56	R$1.632,84	R$1.796,12	R$1.959,40	R$2.285,97
29 A 30ANOS	1,58	R$1.653,77	R$1.819,15	R$1.984,53	R$2.315,28
30 A 31ANOS	1,60	R$1.674,71	R$1.842,18	R$2.009,65	R$2.344,59
31 A 32ANOS	1,62	R$1.695,64	R$1.865,20	R$2.034,77	R$2.373,89
32 A 33ANOS	1,64	R$1.716,57	R$1.888,23	R$2.059,89	R$2.403,20
33 A 34ANOS	1,66	R$1.737,51	R$1.911,26	R$2.085,01	R$2.432,51
34 A 35ANOS	1,68	R$1.758,44	R$1.934,28	R$2.110,13	R$2.461,82

CARGO			**Mensageiro**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.046,69**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.046,69	R$1.151,36	R$1.256,03	R$1.465,37
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.067,62	R$1.174,39	R$1.281,15	R$1.494,67
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.088,56	R$1.197,41	R$1.306,27	R$1.523,98
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.109,49	R$1.220,44	R$1.331,39	R$1.553,29
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.130,43	R$1.243,47	R$1.356,51	R$1.582,60
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.151,36	R$1.266,50	R$1.381,63	R$1.611,90
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.172,29	R$1.289,52	R$1.406,75	R$1.641,21
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.193,23	R$1.312,55	R$1.431,87	R$1.670,52
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.214,16	R$1.335,58	R$1.456,99	R$1.699,83
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.235,10	R$1.358,60	R$1.482,11	R$1.729,13

10 A 11 ANOS	1,20	R$1.256,03	R$1.381,63	R$1.507,23	R$1.758,44
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.276,96	R$1.404,66	R$1.532,36	R$1.787,75
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.297,90	R$1.427,69	R$1.557,48	R$1.817,06
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.318,83	R$1.450,71	R$1.582,60	R$1.846,36
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.339,76	R$1.473,74	R$1.607,72	R$1.875,67
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.360,70	R$1.496,77	R$1.632,84	R$1.904,98
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.381,63	R$1.519,79	R$1.657,96	R$1.934,28
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.402,57	R$1.542,82	R$1.683,08	R$1.963,59
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.423,50	R$1.565,85	R$1.708,20	R$1.992,90
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.444,43	R$1.588,88	R$1.733,32	R$2.022,21
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.465,37	R$1.611,90	R$1.758,44	R$2.051,51
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.486,30	R$1.634,93	R$1.783,56	R$2.080,82
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.507,23	R$1.657,96	R$1.808,68	R$2.110,13
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.528,17	R$1.680,99	R$1.833,80	R$2.139,44
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.549,10	R$1.704,01	R$1.858,92	R$2.168,74
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.570,04	R$1.727,04	R$1.884,04	R$2.198,05
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.590,97	R$1.750,07	R$1.909,16	R$2.227,36
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.611,90	R$1.773,09	R$1.934,28	R$2.256,67
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.632,84	R$1.796,12	R$1.959,40	R$2.285,97
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.653,77	R$1.819,15	R$1.984,53	R$2.315,28
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.674,71	R$1.842,18	R$2.009,65	R$2.344,59
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.695,64	R$1.865,20	R$2.034,77	R$2.373,89
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.716,57	R$1.888,23	R$2.059,89	R$2.403,20
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.737,51	R$1.911,26	R$2.085,01	R$2.432,51
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.758,44	R$1.934,28	R$2.110,13	R$2.461,82

CARGO		**Assistente Administrativo**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$1.046,69**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.046,69	R$1.151,36	R$1.256,03	R$1.465,37
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.067,62	R$1.174,39	R$1.281,15	R$1.494,67
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.088,56	R$1.197,41	R$1.306,27	R$1.523,98
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.109,49	R$1.220,44	R$1.331,39	R$1.553,29
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.130,43	R$1.243,47	R$1.356,51	R$1.582,60
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.151,36	R$1.266,50	R$1.381,63	R$1.611,90
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.172,29	R$1.289,52	R$1.406,75	R$1.641,21
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.193,23	R$1.312,55	R$1.431,87	R$1.670,52
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.214,16	R$1.335,58	R$1.456,99	R$1.699,83
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.235,10	R$1.358,60	R$1.482,11	R$1.729,13
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.256,03	R$1.381,63	R$1.507,23	R$1.758,44
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.276,96	R$1.404,66	R$1.532,36	R$1.787,75
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.297,90	R$1.427,69	R$1.557,48	R$1.817,06
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.318,83	R$1.450,71	R$1.582,60	R$1.846,36
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.339,76	R$1.473,74	R$1.607,72	R$1.875,67
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.360,70	R$1.496,77	R$1.632,84	R$1.904,98
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.381,63	R$1.519,79	R$1.657,96	R$1.934,28
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.402,57	R$1.542,82	R$1.683,08	R$1.963,59
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.423,50	R$1.565,85	R$1.708,20	R$1.992,90
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.444,43	R$1.588,88	R$1.733,32	R$2.022,21
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.465,37	R$1.611,90	R$1.758,44	R$2.051,51
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.486,30	R$1.634,93	R$1.783,56	R$2.080,82
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.507,23	R$1.657,96	R$1.808,68	R$2.110,13
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.528,17	R$1.680,99	R$1.833,80	R$2.139,44
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.549,10	R$1.704,01	R$1.858,92	R$2.168,74
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.570,04	R$1.727,04	R$1.884,04	R$2.198,05
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.590,97	R$1.750,07	R$1.909,16	R$2.227,36
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.611,90	R$1.773,09	R$1.934,28	R$2.256,67
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.632,84	R$1.796,12	R$1.959,40	R$2.285,97
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.653,77	R$1.819,15	R$1.984,53	R$2.315,28
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.674,71	R$1.842,18	R$2.009,65	R$2.344,59
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.695,64	R$1.865,20	R$2.034,77	R$2.373,89
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.716,57	R$1.888,23	R$2.059,89	R$2.403,20
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.737,51	R$1.911,26	R$2.085,01	R$2.432,51
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.758,44	R$1.934,28	R$2.110,13	R$2.461,82

CARGO		**Auxiliar de Consultório Dentário**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$1.046,69**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.046,69	R$1.151,36	R$1.256,03	R$1.465,37
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.067,62	R$1.174,39	R$1.281,15	R$1.494,67
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.088,56	R$1.197,41	R$1.306,27	R$1.523,98
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.109,49	R$1.220,44	R$1.331,39	R$1.553,29
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.130,43	R$1.243,47	R$1.356,51	R$1.582,60
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.151,36	R$1.266,50	R$1.381,63	R$1.611,90

6 A 7 ANOS	1,12	R$1.172,29	R$1.289,52	R$1.406,75	R$1.641,21
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.193,23	R$1.312,55	R$1.431,87	R$1.670,52
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.214,16	R$1.335,58	R$1.456,99	R$1.699,83
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.235,10	R$1.358,60	R$1.482,11	R$1.729,13
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.256,03	R$1.381,63	R$1.507,23	R$1.758,44
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.276,96	R$1.404,66	R$1.532,36	R$1.787,75
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.297,90	R$1.427,69	R$1.557,48	R$1.817,06
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.318,83	R$1.450,71	R$1.582,60	R$1.846,36
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.339,76	R$1.473,74	R$1.607,72	R$1.875,67
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.360,70	R$1.496,77	R$1.632,84	R$1.904,98
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.381,63	R$1.519,79	R$1.657,96	R$1.934,28
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.402,57	R$1.542,82	R$1.683,08	R$1.963,59
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.423,50	R$1.565,85	R$1.708,20	R$1.992,90
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.444,43	R$1.588,88	R$1.733,32	R$2.022,21
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.465,37	R$1.611,90	R$1.758,44	R$2.051,51
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.486,30	R$1.634,93	R$1.783,56	R$2.080,82
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.507,23	R$1.657,96	R$1.808,68	R$2.110,13
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.528,17	R$1.680,99	R$1.833,80	R$2.139,44
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.549,10	R$1.704,01	R$1.858,92	R$2.168,74
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.570,04	R$1.727,04	R$1.884,04	R$2.198,05
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.590,97	R$1.750,07	R$1.909,16	R$2.227,36
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.611,90	R$1.773,09	R$1.934,28	R$2.256,67
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.632,84	R$1.796,12	R$1.959,40	R$2.285,97
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.653,77	R$1.819,15	R$1.984,53	R$2.315,28
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.674,71	R$1.842,18	R$2.009,65	R$2.344,59
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.695,64	R$1.865,20	R$2.034,77	R$2.373,89
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.716,57	R$1.888,23	R$2.059,89	R$2.403,20
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.737,51	R$1.911,26	R$2.085,01	R$2.432,51
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.758,44	R$1.934,28	R$2.110,13	R$2.461,82

CARGO		**Auxiliar de Laboratório**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$1.046,69**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.046,69	R$1.151,36	R$1.256,03	R$1.465,37
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.067,62	R$1.174,39	R$1.281,15	R$1.494,67
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.088,56	R$1.197,41	R$1.306,27	R$1.523,98
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.109,49	R$1.220,44	R$1.331,39	R$1.553,29
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.130,43	R$1.243,47	R$1.356,51	R$1.582,60
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.151,36	R$1.266,50	R$1.381,63	R$1.611,90
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.172,29	R$1.289,52	R$1.406,75	R$1.641,21
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.193,23	R$1.312,55	R$1.431,87	R$1.670,52
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.214,16	R$1.335,58	R$1.456,99	R$1.699,83
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.235,10	R$1.358,60	R$1.482,11	R$1.729,13
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.256,03	R$1.381,63	R$1.507,23	R$1.758,44
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.276,96	R$1.404,66	R$1.532,36	R$1.787,75
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.297,90	R$1.427,69	R$1.557,48	R$1.817,06
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.318,83	R$1.450,71	R$1.582,60	R$1.846,36
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.339,76	R$1.473,74	R$1.607,72	R$1.875,67
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.360,70	R$1.496,77	R$1.632,84	R$1.904,98
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.381,63	R$1.519,79	R$1.657,96	R$1.934,28
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.402,57	R$1.542,82	R$1.683,08	R$1.963,59
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.423,50	R$1.565,85	R$1.708,20	R$1.992,90
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.444,43	R$1.588,88	R$1.733,32	R$2.022,21
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.465,37	R$1.611,90	R$1.758,44	R$2.051,51
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.486,30	R$1.634,93	R$1.783,56	R$2.080,82
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.507,23	R$1.657,96	R$1.808,68	R$2.110,13
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.528,17	R$1.680,99	R$1.833,80	R$2.139,44
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.549,10	R$1.704,01	R$1.858,92	R$2.168,74
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.570,04	R$1.727,04	R$1.884,04	R$2.198,05
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.590,97	R$1.750,07	R$1.909,16	R$2.227,36
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.611,90	R$1.773,09	R$1.934,28	R$2.256,67
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.632,84	R$1.796,12	R$1.959,40	R$2.285,97
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.653,77	R$1.819,15	R$1.984,53	R$2.315,28
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.674,71	R$1.842,18	R$2.009,65	R$2.344,59
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.695,64	R$1.865,20	R$2.034,77	R$2.373,89
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.716,57	R$1.888,23	R$2.059,89	R$2.403,20
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.737,51	R$1.911,26	R$2.085,01	R$2.432,51
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.758,44	R$1.934,28	R$2.110,13	R$2.461,82

CARGO		**Auxiliar de enfermagem**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$1.046,69**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.046,69	R$1.151,36	R$1.256,03	R$1.465,37
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.067,62	R$1.174,39	R$1.281,15	R$1.494,67

2 A 3 ANOS	1,04	R$1.088,56	R$1.197,41	R$1.306,27	R$1.523,98
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.109,49	R$1.220,44	R$1.331,39	R$1.553,29
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.130,43	R$1.243,47	R$1.356,51	R$1.582,60
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.151,36	R$1.266,50	R$1.381,63	R$1.611,90
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.172,29	R$1.289,52	R$1.406,75	R$1.641,21
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.193,23	R$1.312,55	R$1.431,87	R$1.670,52
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.214,16	R$1.335,58	R$1.456,99	R$1.699,83
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.235,10	R$1.358,60	R$1.482,11	R$1.729,13
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.256,03	R$1.381,63	R$1.507,23	R$1.758,44
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.276,96	R$1.404,66	R$1.532,36	R$1.787,75
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.297,90	R$1.427,69	R$1.557,48	R$1.817,06
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.318,83	R$1.450,71	R$1.582,60	R$1.846,36
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.339,76	R$1.473,74	R$1.607,72	R$1.875,67
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.360,70	R$1.496,77	R$1.632,84	R$1.904,98
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.381,63	R$1.519,79	R$1.657,96	R$1.934,28
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.402,57	R$1.542,82	R$1.683,08	R$1.963,59
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.423,50	R$1.565,85	R$1.708,20	R$1.992,90
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.444,43	R$1.588,88	R$1.733,32	R$2.022,21
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.465,37	R$1.611,90	R$1.758,44	R$2.051,51
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.486,30	R$1.634,93	R$1.783,56	R$2.080,82
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.507,23	R$1.657,96	R$1.808,68	R$2.110,13
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.528,17	R$1.680,99	R$1.833,80	R$2.139,44
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.549,10	R$1.704,01	R$1.858,92	R$2.168,74
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.570,04	R$1.727,04	R$1.884,04	R$2.198,05
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.590,97	R$1.750,07	R$1.909,16	R$2.227,36
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.611,90	R$1.773,09	R$1.934,28	R$2.256,67
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.632,84	R$1.796,12	R$1.959,40	R$2.285,97
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.653,77	R$1.819,15	R$1.984,53	R$2.315,28
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.674,71	R$1.842,18	R$2.009,65	R$2.344,59
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.695,64	R$1.865,20	R$2.034,77	R$2.373,89
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.716,57	R$1.888,23	R$2.059,89	R$2.403,20
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.737,51	R$1.911,26	R$2.085,01	R$2.432,51
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.758,44	R$1.934,28	R$2.110,13	R$2.461,82

CARGO		**Recepcionista**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$1.046,69**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.046,69	R$1.151,36	R$1.256,03	R$1.465,37
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.067,62	R$1.174,39	R$1.281,15	R$1.494,67
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.088,56	R$1.197,41	R$1.306,27	R$1.523,98
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.109,49	R$1.220,44	R$1.331,39	R$1.553,29
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.130,43	R$1.243,47	R$1.356,51	R$1.582,60
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.151,36	R$1.266,50	R$1.381,63	R$1.611,90
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.172,29	R$1.289,52	R$1.406,75	R$1.641,21
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.193,23	R$1.312,55	R$1.431,87	R$1.670,52
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.214,16	R$1.335,58	R$1.456,99	R$1.699,83
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.235,10	R$1.358,60	R$1.482,11	R$1.729,13
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.256,03	R$1.381,63	R$1.507,23	R$1.758,44
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.276,96	R$1.404,66	R$1.532,36	R$1.787,75
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.297,90	R$1.427,69	R$1.557,48	R$1.817,06
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.318,83	R$1.450,71	R$1.582,60	R$1.846,36
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.339,76	R$1.473,74	R$1.607,72	R$1.875,67
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.360,70	R$1.496,77	R$1.632,84	R$1.904,98
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.381,63	R$1.519,79	R$1.657,96	R$1.934,28
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.402,57	R$1.542,82	R$1.683,08	R$1.963,59
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.423,50	R$1.565,85	R$1.708,20	R$1.992,90
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.444,43	R$1.588,88	R$1.733,32	R$2.022,21
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.465,37	R$1.611,90	R$1.758,44	R$2.051,51
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.486,30	R$1.634,93	R$1.783,56	R$2.080,82
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.507,23	R$1.657,96	R$1.808,68	R$2.110,13
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.528,17	R$1.680,99	R$1.833,80	R$2.139,44
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.549,10	R$1.704,01	R$1.858,92	R$2.168,74
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.570,04	R$1.727,04	R$1.884,04	R$2.198,05
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.590,97	R$1.750,07	R$1.909,16	R$2.227,36
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.611,90	R$1.773,09	R$1.934,28	R$2.256,67
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.632,84	R$1.796,12	R$1.959,40	R$2.285,97
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.653,77	R$1.819,15	R$1.984,53	R$2.315,28
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.674,71	R$1.842,18	R$2.009,65	R$2.344,59
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.695,64	R$1.865,20	R$2.034,77	R$2.373,89
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.716,57	R$1.888,23	R$2.059,89	R$2.403,20
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.737,51	R$1.911,26	R$2.085,01	R$2.432,51
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.758,44	R$1.934,28	R$2.110,13	R$2.461,82

CARGO	**Agente de Saúde**
VENCIMANTO INICIAL	**R$1.046,69**

		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.046,69	R$1.151,36	R$1.256,03	R$1.465,37
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.067,62	R$1.174,39	R$1.281,15	R$1.494,67
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.088,56	R$1.197,41	R$1.306,27	R$1.523,98
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.109,49	R$1.220,44	R$1.331,39	R$1.553,29
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.130,43	R$1.243,47	R$1.356,51	R$1.582,60
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.151,36	R$1.266,50	R$1.381,63	R$1.611,90
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.172,29	R$1.289,52	R$1.406,75	R$1.641,21
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.193,23	R$1.312,55	R$1.431,87	R$1.670,52
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.214,16	R$1.335,58	R$1.456,99	R$1.699,83
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.235,10	R$1.358,60	R$1.482,11	R$1.729,13
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.256,03	R$1.381,63	R$1.507,23	R$1.758,44
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.276,96	R$1.404,66	R$1.532,36	R$1.787,75
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.297,90	R$1.427,69	R$1.557,48	R$1.817,06
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.318,83	R$1.450,71	R$1.582,60	R$1.846,36
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.339,76	R$1.473,74	R$1.607,72	R$1.875,67
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.360,70	R$1.496,77	R$1.632,84	R$1.904,98
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.381,63	R$1.519,79	R$1.657,96	R$1.934,28
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.402,57	R$1.542,82	R$1.683,08	R$1.963,59
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.423,50	R$1.565,85	R$1.708,20	R$1.992,90
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.444,43	R$1.588,88	R$1.733,32	R$2.022,21
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.465,37	R$1.611,90	R$1.758,44	R$2.051,51
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.486,30	R$1.634,93	R$1.783,56	R$2.080,82
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.507,23	R$1.657,96	R$1.808,68	R$2.110,13
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.528,17	R$1.680,99	R$1.833,80	R$2.139,44
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.549,10	R$1.704,01	R$1.858,92	R$2.168,74
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.570,04	R$1.727,04	R$1.884,04	R$2.198,05
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.590,97	R$1.750,07	R$1.909,16	R$2.227,36
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.611,90	R$1.773,09	R$1.934,28	R$2.256,67
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.632,84	R$1.796,12	R$1.959,40	R$2.285,97
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.653,77	R$1.819,15	R$1.984,53	R$2.315,28
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.674,71	R$1.842,18	R$2.009,65	R$2.344,59
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.695,64	R$1.865,20	R$2.034,77	R$2.373,89
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.716,57	R$1.888,23	R$2.059,89	R$2.403,20
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.737,51	R$1.911,26	R$2.085,01	R$2.432,51
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.758,44	R$1.934,28	R$2.110,13	R$2.461,82

CARGO		**Operador de Máquinas**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$2.352,39**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.352,39	R$2.587,62	R$2.822,86	R$3.293,34
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.399,43	R$2.639,38	R$2.879,32	R$3.359,21
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.446,48	R$2.691,13	R$2.935,78	R$3.425,07
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.493,53	R$2.742,88	R$2.992,24	R$3.490,94
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.540,58	R$2.794,63	R$3.048,69	R$3.556,81
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.587,62	R$2.846,39	R$3.105,15	R$3.622,67
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.634,67	R$2.898,14	R$3.161,61	R$3.688,54
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.681,72	R$2.949,89	R$3.218,06	R$3.754,41
8 A 9 ANOS	1,16	R$2.728,77	R$3.001,64	R$3.274,52	R$3.820,27
9 A 10 ANOS	1,18	R$2.775,82	R$3.053,40	R$3.330,98	R$3.886,14
10 A 11 ANOS	1,20	R$2.822,86	R$3.105,15	R$3.387,44	R$3.952,01
11 A 12 ANOS	1,22	R$2.869,91	R$3.156,90	R$3.443,89	R$4.017,88
12 A 13 ANOS	1,24	R$2.916,96	R$3.208,65	R$3.500,35	R$4.083,74
13 A 14 ANOS	1,26	R$2.964,01	R$3.260,41	R$3.556,81	R$4.149,61
14 A 15 ANOS	1,28	R$3.011,05	R$3.312,16	R$3.613,27	R$4.215,48
15 A 16 ANOS	1,30	R$3.058,10	R$3.363,91	R$3.669,72	R$4.281,34
16 A 17 ANOS	1,32	R$3.105,15	R$3.415,66	R$3.726,18	R$4.347,21
17 A 18 ANOS	1,34	R$3.152,20	R$3.467,42	R$3.782,64	R$4.413,08
18 A 19 ANOS	1,36	R$3.199,25	R$3.519,17	R$3.839,09	R$4.478,94
19 A 20 ANOS	1,38	R$3.246,29	R$3.570,92	R$3.895,55	R$4.544,81
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.293,34	R$3.622,67	R$3.952,01	R$4.610,68
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.340,39	R$3.674,43	R$4.008,47	R$4.676,54
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.387,44	R$3.726,18	R$4.064,92	R$4.742,41
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.434,48	R$3.777,93	R$4.121,38	R$4.808,28
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.481,53	R$3.829,68	R$4.177,84	R$4.874,14
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.528,58	R$3.881,44	R$4.234,29	R$4.940,01
26 A 27 ANOS	1,52	R$3.575,63	R$3.933,19	R$4.290,75	R$5.005,88
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.622,67	R$3.984,94	R$4.347,21	R$5.071,74
28 A 29 ANOS	1,56	R$3.669,72	R$4.036,69	R$4.403,67	R$5.137,61
29 A 30 ANOS	1,58	R$3.716,77	R$4.088,45	R$4.460,12	R$5.203,48
30 A 31 ANOS	1,60	R$3.763,82	R$4.140,20	R$4.516,58	R$5.269,34
31 A 32 ANOS	1,62	R$3.810,87	R$4.191,95	R$4.573,04	R$5.335,21
32 A 33 ANOS	1,64	R$3.857,91	R$4.243,70	R$4.629,50	R$5.401,08
33 A 34 ANOS	1,66	R$3.904,96	R$4.295,46	R$4.685,95	R$5.466,95

34 A 35 ANOS	1,68	R$3.952,01	R$4.347,21	R$4.742,41	R$5.532,81

CARGO			**Motorista de Veículos Pequenos**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.655,38**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.655,38	R$1.820,92	R$1.986,45	R$2.317,53
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.688,49	R$1.857,34	R$2.026,18	R$2.363,88
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.721,59	R$1.893,75	R$2.065,91	R$2.410,23
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.754,70	R$1.930,17	R$2.105,64	R$2.456,58
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.787,81	R$1.966,59	R$2.145,37	R$2.502,93
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.820,92	R$2.003,01	R$2.185,10	R$2.549,28
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.854,02	R$2.039,43	R$2.224,83	R$2.595,63
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.887,13	R$2.075,85	R$2.264,56	R$2.641,98
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.920,24	R$2.112,26	R$2.304,29	R$2.688,34
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.953,35	R$2.148,68	R$2.344,02	R$2.734,69
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.986,45	R$2.185,10	R$2.383,75	R$2.781,04
11 A 12 ANOS	1,22	R$2.019,56	R$2.221,52	R$2.423,47	R$2.827,39
12 A 13 ANOS	1,24	R$2.052,67	R$2.257,94	R$2.463,20	R$2.873,74
13 A 14 ANOS	1,26	R$2.085,78	R$2.294,36	R$2.502,93	R$2.920,09
14 A 15 ANOS	1,28	R$2.118,88	R$2.330,77	R$2.542,66	R$2.966,44
15 A 16 ANOS	1,30	R$2.151,99	R$2.367,19	R$2.582,39	R$3.012,79
16 A 17 ANOS	1,32	R$2.185,10	R$2.403,61	R$2.622,12	R$3.059,14
17 A 18 ANOS	1,34	R$2.218,21	R$2.440,03	R$2.661,85	R$3.105,49
18 A 19 ANOS	1,36	R$2.251,32	R$2.476,45	R$2.701,58	R$3.151,84
19 A 20 ANOS	1,38	R$2.284,42	R$2.512,87	R$2.741,31	R$3.198,19
20 A 21 ANOS	1,40	R$2.317,53	R$2.549,28	R$2.781,04	R$3.244,54
21 A 22 ANOS	1,42	R$2.350,64	R$2.585,70	R$2.820,77	R$3.290,89
22 A 23 ANOS	1,44	R$2.383,75	R$2.622,12	R$2.860,49	R$3.337,24
23 A 24 ANOS	1,46	R$2.416,85	R$2.658,54	R$2.900,22	R$3.383,59
24 A 25 ANOS	1,48	R$2.449,96	R$2.694,96	R$2.939,95	R$3.429,94
25 A 26 ANOS	1,50	R$2.483,07	R$2.731,38	R$2.979,68	R$3.476,30
26 A 27 ANOS	1,52	R$2.516,18	R$2.767,79	R$3.019,41	R$3.522,65
27 A 28 ANOS	1,54	R$2.549,28	R$2.804,21	R$3.059,14	R$3.569,00
28 A 29 ANOS	1,56	R$2.582,39	R$2.840,63	R$3.098,87	R$3.615,35
29 A 30 ANOS	1,58	R$2.615,50	R$2.877,05	R$3.138,60	R$3.661,70
30 A 31 ANOS	1,60	R$2.648,61	R$2.913,47	R$3.178,33	R$3.708,05
31 A 32 ANOS	1,62	R$2.681,71	R$2.949,89	R$3.218,06	R$3.754,40
32 A 33 ANOS	1,64	R$2.714,82	R$2.986,30	R$3.257,79	R$3.800,75
33 A 34 ANOS	1,66	R$2.747,93	R$3.022,72	R$3.297,51	R$3.847,10
34 A 35 ANOS	1,68	R$2.781,04	R$3.059,14	R$3.337,24	R$3.893,45

CARGO			**Motorista de Veículos Grandes**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$2.091,01**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.091,01	R$2.300,11	R$2.509,21	R$2.927,41
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.132,83	R$2.346,11	R$2.559,40	R$2.985,96
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.174,65	R$2.392,12	R$2.609,58	R$3.044,51
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.216,47	R$2.438,12	R$2.659,76	R$3.103,06
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.258,29	R$2.484,12	R$2.709,95	R$3.161,61
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.300,11	R$2.530,12	R$2.760,13	R$3.220,16
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.341,93	R$2.576,12	R$2.810,32	R$3.278,70
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.383,75	R$2.622,13	R$2.860,50	R$3.337,25
8 A 9 ANOS	1,16	R$2.425,57	R$2.668,13	R$2.910,69	R$3.395,80
9 A 10 ANOS	1,18	R$2.467,39	R$2.714,13	R$2.960,87	R$3.454,35
10 A 11 ANOS	1,20	R$2.509,21	R$2.760,13	R$3.011,05	R$3.512,90
11 A 12 ANOS	1,22	R$2.551,03	R$2.806,14	R$3.061,24	R$3.571,45
12 A 13 ANOS	1,24	R$2.592,85	R$2.852,14	R$3.111,42	R$3.629,99
13 A 14 ANOS	1,26	R$2.634,67	R$2.898,14	R$3.161,61	R$3.688,54
14 A 15 ANOS	1,28	R$2.676,49	R$2.944,14	R$3.211,79	R$3.747,09
15 A 16 ANOS	1,30	R$2.718,31	R$2.990,14	R$3.261,98	R$3.805,64
16 A 17 ANOS	1,32	R$2.760,13	R$3.036,15	R$3.312,16	R$3.864,19
17 A 18 ANOS	1,34	R$2.801,95	R$3.082,15	R$3.362,34	R$3.922,73
18 A 19 ANOS	1,36	R$2.843,77	R$3.128,15	R$3.412,53	R$3.981,28
19 A 20 ANOS	1,38	R$2.885,59	R$3.174,15	R$3.462,71	R$4.039,83
20 A 21 ANOS	1,40	R$2.927,41	R$3.220,16	R$3.512,90	R$4.098,38
21 A 22 ANOS	1,42	R$2.969,23	R$3.266,16	R$3.563,08	R$4.156,93
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.011,05	R$3.312,16	R$3.613,27	R$4.215,48
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.052,87	R$3.358,16	R$3.663,45	R$4.274,02
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.094,69	R$3.404,16	R$3.713,63	R$4.332,57
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.136,52	R$3.450,17	R$3.763,82	R$4.391,12
26 A 27 ANOS	1,52	R$3.178,34	R$3.496,17	R$3.814,00	R$4.449,67
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.220,16	R$3.542,17	R$3.864,19	R$4.508,22
28 A 29 ANOS	1,56	R$3.261,98	R$3.588,17	R$3.914,37	R$4.566,77
29 A 30 ANOS	1,58	R$3.303,80	R$3.634,18	R$3.964,55	R$4.625,31

30 A 31 ANOS	1,60	R$3.345,62	R$3.680,18	R$4.014,74	R$4.683,86
31 A 32 ANOS	1,62	R$3.387,44	R$3.726,18	R$4.064,92	R$4.742,41
32 A 33 ANOS	1,64	R$3.429,26	R$3.772,18	R$4.115,11	R$4.800,96
33 A 34 ANOS	1,66	R$3.471,08	R$3.818,18	R$4.165,29	R$4.859,51
34 A 35 ANOS	1,68	R$3.512,90	R$3.864,19	R$4.215,48	R$4.918,06

CARGO			**Motorista de Ambulância**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$2.162,30**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.162,30	R$2.378,53	R$2.594,76	R$3.027,22
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.205,55	R$2.426,10	R$2.646,66	R$3.087,76
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.248,79	R$2.473,67	R$2.698,55	R$3.148,31
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.292,04	R$2.521,24	R$2.750,45	R$3.208,85
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.335,28	R$2.568,81	R$2.802,34	R$3.269,40
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.378,53	R$2.616,38	R$2.854,24	R$3.329,94
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.421,78	R$2.663,95	R$2.906,13	R$3.390,49
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.465,02	R$2.711,52	R$2.958,03	R$3.451,03
8 A 9 ANOS	1,16	R$2.508,27	R$2.759,09	R$3.009,92	R$3.511,58
9 A 10 ANOS	1,18	R$2.551,51	R$2.806,67	R$3.061,82	R$3.572,12
10 A 11 ANOS	1,20	R$2.594,76	R$2.854,24	R$3.113,71	R$3.632,66
11 A 12 ANOS	1,22	R$2.638,01	R$2.901,81	R$3.165,61	R$3.693,21
12 A 13 ANOS	1,24	R$2.681,25	R$2.949,38	R$3.217,50	R$3.753,75
13 A 14 ANOS	1,26	R$2.724,50	R$2.996,95	R$3.269,40	R$3.814,30
14 A 15 ANOS	1,28	R$2.767,74	R$3.044,52	R$3.321,29	R$3.874,84
15 A 16 ANOS	1,30	R$2.810,99	R$3.092,09	R$3.373,19	R$3.935,39
16 A 17 ANOS	1,32	R$2.854,24	R$3.139,66	R$3.425,08	R$3.995,93
17 A 18 ANOS	1,34	R$2.897,48	R$3.187,23	R$3.476,98	R$4.056,47
18 A 19 ANOS	1,36	R$2.940,73	R$3.234,80	R$3.528,87	R$4.117,02
19 A 20 ANOS	1,38	R$2.983,97	R$3.282,37	R$3.580,77	R$4.177,56
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.027,22	R$3.329,94	R$3.632,66	R$4.238,11
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.070,47	R$3.377,51	R$3.684,56	R$4.298,65
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.113,71	R$3.425,08	R$3.736,45	R$4.359,20
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.156,96	R$3.472,65	R$3.788,35	R$4.419,74
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.200,20	R$3.520,22	R$3.840,24	R$4.480,29
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.243,45	R$3.567,80	R$3.892,14	R$4.540,83
26 A 27 ANOS	1,52	R$3.286,70	R$3.615,37	R$3.944,04	R$4.601,37
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.329,94	R$3.662,94	R$3.995,93	R$4.661,92
28 A 29 ANOS	1,56	R$3.373,19	R$3.710,51	R$4.047,83	R$4.722,46
29 A 30 ANOS	1,58	R$3.416,43	R$3.758,08	R$4.099,72	R$4.783,01
30 A 31 ANOS	1,60	R$3.459,68	R$3.805,65	R$4.151,62	R$4.843,55
31 A 32 ANOS	1,62	R$3.502,93	R$3.853,22	R$4.203,51	R$4.904,10
32 A 33 ANOS	1,64	R$3.546,17	R$3.900,79	R$4.255,41	R$4.964,64
33 A 34 ANOS	1,66	R$3.589,42	R$3.948,36	R$4.307,30	R$5.025,19
34 A 35 ANOS	1,68	R$3.632,66	R$3.995,93	R$4.359,20	R$5.085,73

CARGO			**Motorista de Transporte Escolar**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$2.265,27**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.265,27	R$2.491,79	R$2.718,32	R$3.171,37
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.310,57	R$2.541,63	R$2.772,69	R$3.234,80
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.355,88	R$2.591,47	R$2.827,05	R$3.298,23
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.401,18	R$2.641,30	R$2.881,42	R$3.361,66
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.446,49	R$2.691,14	R$2.935,79	R$3.425,08
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.491,79	R$2.740,97	R$2.990,15	R$3.488,51
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.537,10	R$2.790,81	R$3.044,52	R$3.551,94
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.582,40	R$2.840,64	R$3.098,88	R$3.615,37
8 A 9 ANOS	1,16	R$2.627,71	R$2.890,48	R$3.153,25	R$3.678,79
9 A 10 ANOS	1,18	R$2.673,01	R$2.940,32	R$3.207,62	R$3.742,22
10 A 11 ANOS	1,20	R$2.718,32	R$2.990,15	R$3.261,98	R$3.805,65
11 A 12 ANOS	1,22	R$2.763,63	R$3.039,99	R$3.316,35	R$3.869,08
12 A 13 ANOS	1,24	R$2.808,93	R$3.089,82	R$3.370,72	R$3.932,50
13 A 14 ANOS	1,26	R$2.854,24	R$3.139,66	R$3.425,08	R$3.995,93
14 A 15 ANOS	1,28	R$2.899,54	R$3.189,50	R$3.479,45	R$4.059,36
15 A 16 ANOS	1,30	R$2.944,85	R$3.239,33	R$3.533,82	R$4.122,79
16 A 17 ANOS	1,32	R$2.990,15	R$3.289,17	R$3.588,18	R$4.186,21
17 A 18 ANOS	1,34	R$3.035,46	R$3.339,00	R$3.642,55	R$4.249,64
18 A 19 ANOS	1,36	R$3.080,76	R$3.388,84	R$3.696,92	R$4.313,07
19 A 20 ANOS	1,38	R$3.126,07	R$3.438,67	R$3.751,28	R$4.376,50
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.171,37	R$3.488,51	R$3.805,65	R$4.439,92
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.216,68	R$3.538,35	R$3.860,01	R$4.503,35
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.261,98	R$3.588,18	R$3.914,38	R$4.566,78
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.307,29	R$3.638,02	R$3.968,75	R$4.630,21
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.352,59	R$3.687,85	R$4.023,11	R$4.693,63
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.397,90	R$3.737,69	R$4.077,48	R$4.757,06

26 A 27 ANOS	1,52	R$3.443,21	R$3.787,53	R$4.131,85	R$4.820,49
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.488,51	R$3.837,36	R$4.186,21	R$4.883,91
28 A 29 ANOS	1,56	R$3.533,82	R$3.887,20	R$4.240,58	R$4.947,34
29 A 30 ANOS	1,58	R$3.579,12	R$3.937,03	R$4.294,95	R$5.010,77
30 A 31 ANOS	1,60	R$3.624,43	R$3.986,87	R$4.349,31	R$5.074,20
31 A 32 ANOS	1,62	R$3.669,73	R$4.036,71	R$4.403,68	R$5.137,62
32 A 33 ANOS	1,64	R$3.715,04	R$4.086,54	R$4.458,04	R$5.201,05
33 A 34 ANOS	1,66	R$3.760,34	R$4.136,38	R$4.512,41	R$5.264,48
34 A 35 ANOS	1,68	R$3.805,65	R$4.186,21	R$4.566,78	R$5.327,91

CARGO			**Agente comunitário da saúde**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.250,00**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.250,00	R$1.375,00	R$1.500,00	R$1.750,00
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.275,00	R$1.402,50	R$1.530,00	R$1.785,00
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.300,00	R$1.430,00	R$1.560,00	R$1.820,00
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.325,00	R$1.457,50	R$1.590,00	R$1.855,00
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.350,00	R$1.485,00	R$1.620,00	R$1.890,00
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.375,00	R$1.512,50	R$1.650,00	R$1.925,00
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.400,00	R$1.540,00	R$1.680,00	R$1.960,00
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.425,00	R$1.567,50	R$1.710,00	R$1.995,00
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.450,00	R$1.595,00	R$1.740,00	R$2.030,00
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.475,00	R$1.622,50	R$1.770,00	R$2.065,00
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.500,00	R$1.650,00	R$1.800,00	R$2.100,00
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.525,00	R$1.677,50	R$1.830,00	R$2.135,00
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.550,00	R$1.705,00	R$1.860,00	R$2.170,00
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.575,00	R$1.732,50	R$1.890,00	R$2.205,00
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.600,00	R$1.760,00	R$1.920,00	R$2.240,00
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.625,00	R$1.787,50	R$1.950,00	R$2.275,00
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.650,00	R$1.815,00	R$1.980,00	R$2.310,00
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.675,00	R$1.842,50	R$2.010,00	R$2.345,00
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.700,00	R$1.870,00	R$2.040,00	R$2.380,00
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.725,00	R$1.897,50	R$2.070,00	R$2.415,00
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.750,00	R$1.925,00	R$2.100,00	R$2.450,00
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.775,00	R$1.952,50	R$2.130,00	R$2.485,00
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.800,00	R$1.980,00	R$2.160,00	R$2.520,00
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.825,00	R$2.007,50	R$2.190,00	R$2.555,00
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.850,00	R$2.035,00	R$2.220,00	R$2.590,00
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.875,00	R$2.062,50	R$2.250,00	R$2.625,00
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.900,00	R$2.090,00	R$2.280,00	R$2.660,00
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.925,00	R$2.117,50	R$2.310,00	R$2.695,00
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.950,00	R$2.145,00	R$2.340,00	R$2.730,00
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.975,00	R$2.172,50	R$2.370,00	R$2.765,00
30 A 31 ANOS	1,60	R$2.000,00	R$2.200,00	R$2.400,00	R$2.800,00
31 A 32 ANOS	1,62	R$2.025,00	R$2.227,50	R$2.430,00	R$2.835,00
32 A 33 ANOS	1,64	R$2.050,00	R$2.255,00	R$2.460,00	R$2.870,00
33 A 34 ANOS	1,66	R$2.075,00	R$2.282,50	R$2.490,00	R$2.905,00
34 A 35 ANOS	1,68	R$2.100,00	R$2.310,00	R$2.520,00	R$2.940,00

CARGO			**Agente de Controle de Endemas**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.250,00**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.250,00	R$1.375,00	R$1.500,00	R$1.750,00
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.275,00	R$1.402,50	R$1.530,00	R$1.785,00
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.300,00	R$1.430,00	R$1.560,00	R$1.820,00
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.325,00	R$1.457,50	R$1.590,00	R$1.855,00
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.350,00	R$1.485,00	R$1.620,00	R$1.890,00
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.375,00	R$1.512,50	R$1.650,00	R$1.925,00
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.400,00	R$1.540,00	R$1.680,00	R$1.960,00
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.425,00	R$1.567,50	R$1.710,00	R$1.995,00
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.450,00	R$1.595,00	R$1.740,00	R$2.030,00
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.475,00	R$1.622,50	R$1.770,00	R$2.065,00
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.500,00	R$1.650,00	R$1.800,00	R$2.100,00
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.525,00	R$1.677,50	R$1.830,00	R$2.135,00
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.550,00	R$1.705,00	R$1.860,00	R$2.170,00
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.575,00	R$1.732,50	R$1.890,00	R$2.205,00
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.600,00	R$1.760,00	R$1.920,00	R$2.240,00
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.625,00	R$1.787,50	R$1.950,00	R$2.275,00
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.650,00	R$1.815,00	R$1.980,00	R$2.310,00
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.675,00	R$1.842,50	R$2.010,00	R$2.345,00
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.700,00	R$1.870,00	R$2.040,00	R$2.380,00
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.725,00	R$1.897,50	R$2.070,00	R$2.415,00
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.750,00	R$1.925,00	R$2.100,00	R$2.450,00
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.775,00	R$1.952,50	R$2.130,00	R$2.485,00

22 A 23 ANOS	1,44	R$1.800,00	R$1.980,00	R$2.160,00	R$2.520,00
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.825,00	R$2.007,50	R$2.190,00	R$2.555,00
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.850,00	R$2.035,00	R$2.220,00	R$2.590,00
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.875,00	R$2.062,50	R$2.250,00	R$2.625,00
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.900,00	R$2.090,00	R$2.280,00	R$2.660,00
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.925,00	R$2.117,50	R$2.310,00	R$2.695,00
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.950,00	R$2.145,00	R$2.340,00	R$2.730,00
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.975,00	R$2.172,50	R$2.370,00	R$2.765,00
30 A 31 ANOS	1,60	R$2.000,00	R$2.200,00	R$2.400,00	R$2.800,00
31 A 32 ANOS	1,62	R$2.025,00	R$2.227,50	R$2.430,00	R$2.835,00
32 A 33 ANOS	1,64	R$2.050,00	R$2.255,00	R$2.460,00	R$2.870,00
33 A 34 ANOS	1,66	R$2.075,00	R$2.282,50	R$2.490,00	R$2.905,00
34 A 35 ANOS	1,68	R$2.100,00	R$2.310,00	R$2.520,00	R$2.940,00

CARGO			**Oficial Administrativo**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.093,02**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.093,02	R$1.202,32	R$1.311,62	R$1.530,23
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.114,88	R$1.226,37	R$1.337,86	R$1.560,83
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.136,74	R$1.250,41	R$1.364,09	R$1.591,44
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.158,60	R$1.274,46	R$1.390,32	R$1.622,04
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.180,46	R$1.298,51	R$1.416,55	R$1.652,65
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.202,32	R$1.322,55	R$1.442,79	R$1.683,25
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.224,18	R$1.346,60	R$1.469,02	R$1.713,86
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.246,04	R$1.370,65	R$1.495,25	R$1.744,46
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.267,90	R$1.394,69	R$1.521,48	R$1.775,06
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.289,76	R$1.418,74	R$1.547,72	R$1.805,67
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.311,62	R$1.442,79	R$1.573,95	R$1.836,27
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.333,48	R$1.466,83	R$1.600,18	R$1.866,88
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.355,34	R$1.490,88	R$1.626,41	R$1.897,48
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.377,21	R$1.514,93	R$1.652,65	R$1.928,09
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.399,07	R$1.538,97	R$1.678,88	R$1.958,69
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.420,93	R$1.563,02	R$1.705,11	R$1.989,30
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.442,79	R$1.587,07	R$1.731,34	R$2.019,90
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.464,65	R$1.611,11	R$1.757,58	R$2.050,51
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.486,51	R$1.635,16	R$1.783,81	R$2.081,11
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.508,37	R$1.659,20	R$1.810,04	R$2.111,71
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.530,23	R$1.683,25	R$1.836,27	R$2.142,32
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.552,09	R$1.707,30	R$1.862,51	R$2.172,92
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.573,95	R$1.731,34	R$1.888,74	R$2.203,53
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.595,81	R$1.755,39	R$1.914,97	R$2.234,13
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.617,67	R$1.779,44	R$1.941,20	R$2.264,74
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.639,53	R$1.803,48	R$1.967,44	R$2.295,34
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.661,39	R$1.827,53	R$1.993,67	R$2.325,95
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.683,25	R$1.851,58	R$2.019,90	R$2.356,55
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.705,11	R$1.875,62	R$2.046,13	R$2.387,16
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.726,97	R$1.899,67	R$2.072,37	R$2.417,76
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.748,83	R$1.923,72	R$2.098,60	R$2.448,36
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.770,69	R$1.947,76	R$2.124,83	R$2.478,97
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.792,55	R$1.971,81	R$2.151,06	R$2.509,57
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.814,41	R$1.995,85	R$2.177,30	R$2.540,18
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.836,27	R$2.019,90	R$2.203,53	R$2.570,78

CARGO			**Fiscal de Tributos**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.093,02**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.093,02	R$1.202,32	R$1.311,62	R$1.530,23
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.114,88	R$1.226,37	R$1.337,86	R$1.560,83
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.136,74	R$1.250,41	R$1.364,09	R$1.591,44
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.158,60	R$1.274,46	R$1.390,32	R$1.622,04
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.180,46	R$1.298,51	R$1.416,55	R$1.652,65
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.202,32	R$1.322,55	R$1.442,79	R$1.683,25
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.224,18	R$1.346,60	R$1.469,02	R$1.713,86
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.246,04	R$1.370,65	R$1.495,25	R$1.744,46
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.267,90	R$1.394,69	R$1.521,48	R$1.775,06
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.289,76	R$1.418,74	R$1.547,72	R$1.805,67
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.311,62	R$1.442,79	R$1.573,95	R$1.836,27
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.333,48	R$1.466,83	R$1.600,18	R$1.866,88
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.355,34	R$1.490,88	R$1.626,41	R$1.897,48
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.377,21	R$1.514,93	R$1.652,65	R$1.928,09
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.399,07	R$1.538,97	R$1.678,88	R$1.958,69
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.420,93	R$1.563,02	R$1.705,11	R$1.989,30
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.442,79	R$1.587,07	R$1.731,34	R$2.019,90
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.464,65	R$1.611,11	R$1.757,58	R$2.050,51

18 A 19 ANOS	1,36	R$1.486,51	R$1.635,16	R$1.783,81	R$2.081,11
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.508,37	R$1.659,20	R$1.810,04	R$2.111,71
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.530,23	R$1.683,25	R$1.836,27	R$2.142,32
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.552,09	R$1.707,30	R$1.862,51	R$2.172,92
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.573,95	R$1.731,34	R$1.888,74	R$2.203,53
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.595,81	R$1.755,39	R$1.914,97	R$2.234,13
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.617,67	R$1.779,44	R$1.941,20	R$2.264,74
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.639,53	R$1.803,48	R$1.967,44	R$2.295,34
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.661,39	R$1.827,53	R$1.993,67	R$2.325,95
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.683,25	R$1.851,58	R$2.019,90	R$2.356,55
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.705,11	R$1.875,62	R$2.046,13	R$2.387,16
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.726,97	R$1.899,67	R$2.072,37	R$2.417,76
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.748,83	R$1.923,72	R$2.098,60	R$2.448,36
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.770,69	R$1.947,76	R$2.124,83	R$2.478,97
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.792,55	R$1.971,81	R$2.151,06	R$2.509,57
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.814,41	R$1.995,85	R$2.177,30	R$2.540,18
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.836,27	R$2.019,90	R$2.203,53	R$2.570,78

CARGO			**Fiscal de Postura**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.093,02**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.093,02	R$1.202,32	R$1.311,62	R$1.530,23
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.114,88	R$1.226,37	R$1.337,86	R$1.560,83
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.136,74	R$1.250,41	R$1.364,09	R$1.591,44
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.158,60	R$1.274,46	R$1.390,32	R$1.622,04
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.180,46	R$1.298,51	R$1.416,55	R$1.652,65
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.202,32	R$1.322,55	R$1.442,79	R$1.683,25
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.224,18	R$1.346,60	R$1.469,02	R$1.713,86
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.246,04	R$1.370,65	R$1.495,25	R$1.744,46
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.267,90	R$1.394,69	R$1.521,48	R$1.775,06
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.289,76	R$1.418,74	R$1.547,72	R$1.805,67
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.311,62	R$1.442,79	R$1.573,95	R$1.836,27
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.333,48	R$1.466,83	R$1.600,18	R$1.866,88
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.355,34	R$1.490,88	R$1.626,41	R$1.897,48
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.377,21	R$1.514,93	R$1.652,65	R$1.928,09
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.399,07	R$1.538,97	R$1.678,88	R$1.958,69
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.420,93	R$1.563,02	R$1.705,11	R$1.989,30
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.442,79	R$1.587,07	R$1.731,34	R$2.019,90
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.464,65	R$1.611,11	R$1.757,58	R$2.050,51
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.486,51	R$1.635,16	R$1.783,81	R$2.081,11
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.508,37	R$1.659,20	R$1.810,04	R$2.111,71
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.530,23	R$1.683,25	R$1.836,27	R$2.142,32
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.552,09	R$1.707,30	R$1.862,51	R$2.172,92
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.573,95	R$1.731,34	R$1.888,74	R$2.203,53
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.595,81	R$1.755,39	R$1.914,97	R$2.234,13
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.617,67	R$1.779,44	R$1.941,20	R$2.264,74
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.639,53	R$1.803,48	R$1.967,44	R$2.295,34
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.661,39	R$1.827,53	R$1.993,67	R$2.325,95
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.683,25	R$1.851,58	R$2.019,90	R$2.356,55
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.705,11	R$1.875,62	R$2.046,13	R$2.387,16
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.726,97	R$1.899,67	R$2.072,37	R$2.417,76
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.748,83	R$1.923,72	R$2.098,60	R$2.448,36
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.770,69	R$1.947,76	R$2.124,83	R$2.478,97
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.792,55	R$1.971,81	R$2.151,06	R$2.509,57
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.814,41	R$1.995,85	R$2.177,30	R$2.540,18
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.836,27	R$2.019,90	R$2.203,53	R$2.570,78

CARGO			**Fiscal Sanitarista**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.093,02**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.093,02	R$1.202,32	R$1.311,62	R$1.530,23
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.114,88	R$1.226,37	R$1.337,86	R$1.560,83
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.136,74	R$1.250,41	R$1.364,09	R$1.591,44
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.158,60	R$1.274,46	R$1.390,32	R$1.622,04
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.180,46	R$1.298,51	R$1.416,55	R$1.652,65
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.202,32	R$1.322,55	R$1.442,79	R$1.683,25
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.224,18	R$1.346,60	R$1.469,02	R$1.713,86
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.246,04	R$1.370,65	R$1.495,25	R$1.744,46
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.267,90	R$1.394,69	R$1.521,48	R$1.775,06
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.289,76	R$1.418,74	R$1.547,72	R$1.805,67
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.311,62	R$1.442,79	R$1.573,95	R$1.836,27
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.333,48	R$1.466,83	R$1.600,18	R$1.866,88
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.355,34	R$1.490,88	R$1.626,41	R$1.897,48
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.377,21	R$1.514,93	R$1.652,65	R$1.928,09

14 A 15 ANOS	1,28	R$1.399,07	R$1.538,97	R$1.678,88	R$1.958,69
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.420,93	R$1.563,02	R$1.705,11	R$1.989,30
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.442,79	R$1.587,07	R$1.731,34	R$2.019,90
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.464,65	R$1.611,11	R$1.757,58	R$2.050,51
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.486,51	R$1.635,16	R$1.783,81	R$2.081,11
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.508,37	R$1.659,20	R$1.810,04	R$2.111,71
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.530,23	R$1.683,25	R$1.836,27	R$2.142,32
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.552,09	R$1.707,30	R$1.862,51	R$2.172,92
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.573,95	R$1.731,34	R$1.888,74	R$2.203,53
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.595,81	R$1.755,39	R$1.914,97	R$2.234,13
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.617,67	R$1.779,44	R$1.941,20	R$2.264,74
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.639,53	R$1.803,48	R$1.967,44	R$2.295,34
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.661,39	R$1.827,53	R$1.993,67	R$2.325,95
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.683,25	R$1.851,58	R$2.019,90	R$2.356,55
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.705,11	R$1.875,62	R$2.046,13	R$2.387,16
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.726,97	R$1.899,67	R$2.072,37	R$2.417,76
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.748,83	R$1.923,72	R$2.098,60	R$2.448,36
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.770,69	R$1.947,76	R$2.124,83	R$2.478,97
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.792,55	R$1.971,81	R$2.151,06	R$2.509,57
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.814,41	R$1.995,85	R$2.177,30	R$2.540,18
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.836,27	R$2.019,90	R$2.203,53	R$2.570,78

CARGO			**Fiscal Ambiental**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.093,02**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.093,02	R$1.202,32	R$1.311,62	R$1.530,23
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.114,88	R$1.226,37	R$1.337,86	R$1.560,83
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.136,74	R$1.250,41	R$1.364,09	R$1.591,44
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.158,60	R$1.274,46	R$1.390,32	R$1.622,04
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.180,46	R$1.298,51	R$1.416,55	R$1.652,65
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.202,32	R$1.322,55	R$1.442,79	R$1.683,25
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.224,18	R$1.346,60	R$1.469,02	R$1.713,86
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.246,04	R$1.370,65	R$1.495,25	R$1.744,46
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.267,90	R$1.394,69	R$1.521,48	R$1.775,06
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.289,76	R$1.418,74	R$1.547,72	R$1.805,67
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.311,62	R$1.442,79	R$1.573,95	R$1.836,27
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.333,48	R$1.466,83	R$1.600,18	R$1.866,88
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.355,34	R$1.490,88	R$1.626,41	R$1.897,48
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.377,21	R$1.514,93	R$1.652,65	R$1.928,09
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.399,07	R$1.538,97	R$1.678,88	R$1.958,69
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.420,93	R$1.563,02	R$1.705,11	R$1.989,30
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.442,79	R$1.587,07	R$1.731,34	R$2.019,90
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.464,65	R$1.611,11	R$1.757,58	R$2.050,51
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.486,51	R$1.635,16	R$1.783,81	R$2.081,11
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.508,37	R$1.659,20	R$1.810,04	R$2.111,71
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.530,23	R$1.683,25	R$1.836,27	R$2.142,32
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.552,09	R$1.707,30	R$1.862,51	R$2.172,92
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.573,95	R$1.731,34	R$1.888,74	R$2.203,53
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.595,81	R$1.755,39	R$1.914,97	R$2.234,13
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.617,67	R$1.779,44	R$1.941,20	R$2.264,74
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.639,53	R$1.803,48	R$1.967,44	R$2.295,34
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.661,39	R$1.827,53	R$1.993,67	R$2.325,95
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.683,25	R$1.851,58	R$2.019,90	R$2.356,55
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.705,11	R$1.875,62	R$2.046,13	R$2.387,16
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.726,97	R$1.899,67	R$2.072,37	R$2.417,76
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.748,83	R$1.923,72	R$2.098,60	R$2.448,36
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.770,69	R$1.947,76	R$2.124,83	R$2.478,97
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.792,55	R$1.971,81	R$2.151,06	R$2.509,57
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.814,41	R$1.995,85	R$2.177,30	R$2.540,18
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.836,27	R$2.019,90	R$2.203,53	R$2.570,78

CARGO			**Monitor de Turismo**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.128,67**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.128,67	R$1.241,54	R$1.354,40	R$1.580,14
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.151,24	R$1.266,37	R$1.381,49	R$1.611,74
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.173,82	R$1.291,20	R$1.408,58	R$1.643,34
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.196,39	R$1.316,03	R$1.435,67	R$1.674,95
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.218,96	R$1.340,86	R$1.462,76	R$1.706,55
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.241,54	R$1.365,69	R$1.489,84	R$1.738,15
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.264,11	R$1.390,52	R$1.516,93	R$1.769,75
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.286,68	R$1.415,35	R$1.544,02	R$1.801,36
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.309,26	R$1.440,18	R$1.571,11	R$1.832,96
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.331,83	R$1.465,01	R$1.598,20	R$1.864,56

10 A 11 ANOS	1,20	R$1.354,40	R$1.489,84	R$1.625,28	R$1.896,17
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.376,98	R$1.514,68	R$1.652,37	R$1.927,77
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.399,55	R$1.539,51	R$1.679,46	R$1.959,37
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.422,12	R$1.564,34	R$1.706,55	R$1.990,97
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.444,70	R$1.589,17	R$1.733,64	R$2.022,58
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.467,27	R$1.614,00	R$1.760,73	R$2.054,18
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.489,84	R$1.638,83	R$1.787,81	R$2.085,78
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.512,42	R$1.663,66	R$1.814,90	R$2.117,38
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.534,99	R$1.688,49	R$1.841,99	R$2.148,99
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.557,56	R$1.713,32	R$1.869,08	R$2.180,59
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.580,14	R$1.738,15	R$1.896,17	R$2.212,19
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.602,71	R$1.762,98	R$1.923,25	R$2.243,80
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.625,28	R$1.787,81	R$1.950,34	R$2.275,40
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.647,86	R$1.812,64	R$1.977,43	R$2.307,00
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.670,43	R$1.837,47	R$2.004,52	R$2.338,60
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.693,01	R$1.862,31	R$2.031,61	R$2.370,21
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.715,58	R$1.887,14	R$2.058,69	R$2.401,81
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.738,15	R$1.911,97	R$2.085,78	R$2.433,41
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.760,73	R$1.936,80	R$2.112,87	R$2.465,02
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.783,30	R$1.961,63	R$2.139,96	R$2.496,62
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.805,87	R$1.986,46	R$2.167,05	R$2.528,22
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.828,45	R$2.011,29	R$2.194,13	R$2.559,82
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.851,02	R$2.036,12	R$2.221,22	R$2.591,43
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.873,59	R$2.060,95	R$2.248,31	R$2.623,03
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.896,17	R$2.085,78	R$2.275,40	R$2.654,63

CARGO		**Técnico em Segurança do trabalho**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$1.152,43**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.152,43	R$1.267,67	R$1.382,92	R$1.613,40
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.175,48	R$1.293,03	R$1.410,57	R$1.645,67
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.198,53	R$1.318,38	R$1.438,23	R$1.677,94
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.221,58	R$1.343,73	R$1.465,89	R$1.710,21
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.244,62	R$1.369,09	R$1.493,55	R$1.742,47
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.267,67	R$1.394,44	R$1.521,21	R$1.774,74
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.290,72	R$1.419,79	R$1.548,87	R$1.807,01
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.313,77	R$1.445,15	R$1.576,52	R$1.839,28
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.336,82	R$1.470,50	R$1.604,18	R$1.871,55
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.359,87	R$1.495,85	R$1.631,84	R$1.903,81
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.382,92	R$1.521,21	R$1.659,50	R$1.936,08
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.405,96	R$1.546,56	R$1.687,16	R$1.968,35
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.429,01	R$1.571,91	R$1.714,82	R$2.000,62
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.452,06	R$1.597,27	R$1.742,47	R$2.032,89
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.475,11	R$1.622,62	R$1.770,13	R$2.065,15
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.498,16	R$1.647,97	R$1.797,79	R$2.097,42
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.521,21	R$1.673,33	R$1.825,45	R$2.129,69
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.544,26	R$1.698,68	R$1.853,11	R$2.161,96
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.567,30	R$1.724,04	R$1.880,77	R$2.194,23
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.590,35	R$1.749,39	R$1.908,42	R$2.226,49
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.613,40	R$1.774,74	R$1.936,08	R$2.258,76
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.636,45	R$1.800,10	R$1.963,74	R$2.291,03
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.659,50	R$1.825,45	R$1.991,40	R$2.323,30
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.682,55	R$1.850,80	R$2.019,06	R$2.355,57
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.705,60	R$1.876,16	R$2.046,72	R$2.387,83
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.728,65	R$1.901,51	R$2.074,37	R$2.420,10
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.751,69	R$1.926,86	R$2.102,03	R$2.452,37
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.774,74	R$1.952,22	R$2.129,69	R$2.484,64
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.797,79	R$1.977,57	R$2.157,35	R$2.516,91
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.820,84	R$2.002,92	R$2.185,01	R$2.549,18
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.843,89	R$2.028,28	R$2.212,67	R$2.581,44
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.866,94	R$2.053,63	R$2.240,32	R$2.613,71
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.889,99	R$2.078,98	R$2.267,98	R$2.645,98
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.913,03	R$2.104,34	R$2.295,64	R$2.678,25
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.936,08	R$2.129,69	R$2.323,30	R$2.710,52

CARGO		**Técnico Químico**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$1.152,43**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.152,43	R$1.267,67	R$1.382,92	R$1.613,40
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.175,48	R$1.293,03	R$1.410,57	R$1.645,67
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.198,53	R$1.318,38	R$1.438,23	R$1.677,94
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.221,58	R$1.343,73	R$1.465,89	R$1.710,21
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.244,62	R$1.369,09	R$1.493,55	R$1.742,47
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.267,67	R$1.394,44	R$1.521,21	R$1.774,74

6 A 7 ANOS	1,12	R$1.290,72	R$1.419,79	R$1.548,87	R$1.807,01
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.313,77	R$1.445,15	R$1.576,52	R$1.839,28
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.336,82	R$1.470,50	R$1.604,18	R$1.871,55
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.359,87	R$1.495,85	R$1.631,84	R$1.903,81
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.382,92	R$1.521,21	R$1.659,50	R$1.936,08
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.405,96	R$1.546,56	R$1.687,16	R$1.968,35
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.429,01	R$1.571,91	R$1.714,82	R$2.000,62
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.452,06	R$1.597,27	R$1.742,47	R$2.032,89
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.475,11	R$1.622,62	R$1.770,13	R$2.065,15
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.498,16	R$1.647,97	R$1.797,79	R$2.097,42
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.521,21	R$1.673,33	R$1.825,45	R$2.129,69
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.544,26	R$1.698,68	R$1.853,11	R$2.161,96
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.567,30	R$1.724,04	R$1.880,77	R$2.194,23
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.590,35	R$1.749,39	R$1.908,42	R$2.226,49
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.613,40	R$1.774,74	R$1.936,08	R$2.258,76
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.636,45	R$1.800,10	R$1.963,74	R$2.291,03
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.659,50	R$1.825,45	R$1.991,40	R$2.323,30
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.682,55	R$1.850,80	R$2.019,06	R$2.355,57
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.705,60	R$1.876,16	R$2.046,72	R$2.387,83
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.728,65	R$1.901,51	R$2.074,37	R$2.420,10
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.751,69	R$1.926,86	R$2.102,03	R$2.452,37
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.774,74	R$1.952,22	R$2.129,69	R$2.484,64
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.797,79	R$1.977,57	R$2.157,35	R$2.516,91
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.820,84	R$2.002,92	R$2.185,01	R$2.549,18
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.843,89	R$2.028,28	R$2.212,67	R$2.581,44
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.866,94	R$2.053,63	R$2.240,32	R$2.613,71
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.889,99	R$2.078,98	R$2.267,98	R$2.645,98
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.913,03	R$2.104,34	R$2.295,64	R$2.678,25
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.936,08	R$2.129,69	R$2.323,30	R$2.710,52

CARGO			**Técnico em Enfermagem**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.152,43**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.152,43	R$1.267,67	R$1.382,92	R$1.613,40
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.175,48	R$1.293,03	R$1.410,57	R$1.645,67
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.198,53	R$1.318,38	R$1.438,23	R$1.677,94
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.221,58	R$1.343,73	R$1.465,89	R$1.710,21
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.244,62	R$1.369,09	R$1.493,55	R$1.742,47
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.267,67	R$1.394,44	R$1.521,21	R$1.774,74
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.290,72	R$1.419,79	R$1.548,87	R$1.807,01
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.313,77	R$1.445,15	R$1.576,52	R$1.839,28
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.336,82	R$1.470,50	R$1.604,18	R$1.871,55
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.359,87	R$1.495,85	R$1.631,84	R$1.903,81
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.382,92	R$1.521,21	R$1.659,50	R$1.936,08
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.405,96	R$1.546,56	R$1.687,16	R$1.968,35
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.429,01	R$1.571,91	R$1.714,82	R$2.000,62
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.452,06	R$1.597,27	R$1.742,47	R$2.032,89
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.475,11	R$1.622,62	R$1.770,13	R$2.065,15
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.498,16	R$1.647,97	R$1.797,79	R$2.097,42
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.521,21	R$1.673,33	R$1.825,45	R$2.129,69
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.544,26	R$1.698,68	R$1.853,11	R$2.161,96
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.567,30	R$1.724,04	R$1.880,77	R$2.194,23
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.590,35	R$1.749,39	R$1.908,42	R$2.226,49
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.613,40	R$1.774,74	R$1.936,08	R$2.258,76
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.636,45	R$1.800,10	R$1.963,74	R$2.291,03
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.659,50	R$1.825,45	R$1.991,40	R$2.323,30
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.682,55	R$1.850,80	R$2.019,06	R$2.355,57
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.705,60	R$1.876,16	R$2.046,72	R$2.387,83
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.728,65	R$1.901,51	R$2.074,37	R$2.420,10
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.751,69	R$1.926,86	R$2.102,03	R$2.452,37
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.774,74	R$1.952,22	R$2.129,69	R$2.484,64
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.797,79	R$1.977,57	R$2.157,35	R$2.516,91
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.820,84	R$2.002,92	R$2.185,01	R$2.549,18
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.843,89	R$2.028,28	R$2.212,67	R$2.581,44
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.866,94	R$2.053,63	R$2.240,32	R$2.613,71
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.889,99	R$2.078,98	R$2.267,98	R$2.645,98
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.913,03	R$2.104,34	R$2.295,64	R$2.678,25
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.936,08	R$2.129,69	R$2.323,30	R$2.710,52

CARGO			**Técnico e Higiene Dentária**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$1.152,43**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.152,43	R$1.267,67	R$1.382,92	R$1.613,40
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.175,48	R$1.293,03	R$1.410,57	R$1.645,67

2 A 3 ANOS	1,04	R$1.198,53	R$1.318,38	R$1.438,23	R$1.677,94
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.221,58	R$1.343,73	R$1.465,89	R$1.710,21
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.244,62	R$1.369,09	R$1.493,55	R$1.742,47
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.267,67	R$1.394,44	R$1.521,21	R$1.774,74
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.290,72	R$1.419,79	R$1.548,87	R$1.807,01
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.313,77	R$1.445,15	R$1.576,52	R$1.839,28
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.336,82	R$1.470,50	R$1.604,18	R$1.871,55
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.359,87	R$1.495,85	R$1.631,84	R$1.903,81
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.382,92	R$1.521,21	R$1.659,50	R$1.936,08
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.405,96	R$1.546,56	R$1.687,16	R$1.968,35
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.429,01	R$1.571,91	R$1.714,82	R$2.000,62
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.452,06	R$1.597,27	R$1.742,47	R$2.032,89
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.475,11	R$1.622,62	R$1.770,13	R$2.065,15
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.498,16	R$1.647,97	R$1.797,79	R$2.097,42
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.521,21	R$1.673,33	R$1.825,45	R$2.129,69
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.544,26	R$1.698,68	R$1.853,11	R$2.161,96
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.567,30	R$1.724,04	R$1.880,77	R$2.194,23
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.590,35	R$1.749,39	R$1.908,42	R$2.226,49
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.613,40	R$1.774,74	R$1.936,08	R$2.258,76
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.636,45	R$1.800,10	R$1.963,74	R$2.291,03
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.659,50	R$1.825,45	R$1.991,40	R$2.323,30
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.682,55	R$1.850,80	R$2.019,06	R$2.355,57
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.705,60	R$1.876,16	R$2.046,72	R$2.387,83
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.728,65	R$1.901,51	R$2.074,37	R$2.420,10
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.751,69	R$1.926,86	R$2.102,03	R$2.452,37
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.774,74	R$1.952,22	R$2.129,69	R$2.484,64
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.797,79	R$1.977,57	R$2.157,35	R$2.516,91
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.820,84	R$2.002,92	R$2.185,01	R$2.549,18
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.843,89	R$2.028,28	R$2.212,67	R$2.581,44
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.866,94	R$2.053,63	R$2.240,32	R$2.613,71
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.889,99	R$2.078,98	R$2.267,98	R$2.645,98
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.913,03	R$2.104,34	R$2.295,64	R$2.678,25
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.936,08	R$2.129,69	R$2.323,30	R$2.710,52

CARGO		**Técnico em Prótese**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$1.152,43**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$1.152,43	R$1.267,67	R$1.382,92	R$1.613,40
1 A 2 ANOS	1,02	R$1.175,48	R$1.293,03	R$1.410,57	R$1.645,67
2 A 3 ANOS	1,04	R$1.198,53	R$1.318,38	R$1.438,23	R$1.677,94
3 A 4 ANOS	1,06	R$1.221,58	R$1.343,73	R$1.465,89	R$1.710,21
4 A 5 ANOS	1,08	R$1.244,62	R$1.369,09	R$1.493,55	R$1.742,47
5 A 6 ANOS	1,10	R$1.267,67	R$1.394,44	R$1.521,21	R$1.774,74
6 A 7 ANOS	1,12	R$1.290,72	R$1.419,79	R$1.548,87	R$1.807,01
7 A 8 ANOS	1,14	R$1.313,77	R$1.445,15	R$1.576,52	R$1.839,28
8 A 9 ANOS	1,16	R$1.336,82	R$1.470,50	R$1.604,18	R$1.871,55
9 A 10 ANOS	1,18	R$1.359,87	R$1.495,85	R$1.631,84	R$1.903,81
10 A 11 ANOS	1,20	R$1.382,92	R$1.521,21	R$1.659,50	R$1.936,08
11 A 12 ANOS	1,22	R$1.405,96	R$1.546,56	R$1.687,16	R$1.968,35
12 A 13 ANOS	1,24	R$1.429,01	R$1.571,91	R$1.714,82	R$2.000,62
13 A 14 ANOS	1,26	R$1.452,06	R$1.597,27	R$1.742,47	R$2.032,89
14 A 15 ANOS	1,28	R$1.475,11	R$1.622,62	R$1.770,13	R$2.065,15
15 A 16 ANOS	1,30	R$1.498,16	R$1.647,97	R$1.797,79	R$2.097,42
16 A 17 ANOS	1,32	R$1.521,21	R$1.673,33	R$1.825,45	R$2.129,69
17 A 18 ANOS	1,34	R$1.544,26	R$1.698,68	R$1.853,11	R$2.161,96
18 A 19 ANOS	1,36	R$1.567,30	R$1.724,04	R$1.880,77	R$2.194,23
19 A 20 ANOS	1,38	R$1.590,35	R$1.749,39	R$1.908,42	R$2.226,49
20 A 21 ANOS	1,40	R$1.613,40	R$1.774,74	R$1.936,08	R$2.258,76
21 A 22 ANOS	1,42	R$1.636,45	R$1.800,10	R$1.963,74	R$2.291,03
22 A 23 ANOS	1,44	R$1.659,50	R$1.825,45	R$1.991,40	R$2.323,30
23 A 24 ANOS	1,46	R$1.682,55	R$1.850,80	R$2.019,06	R$2.355,57
24 A 25 ANOS	1,48	R$1.705,60	R$1.876,16	R$2.046,72	R$2.387,83
25 A 26 ANOS	1,50	R$1.728,65	R$1.901,51	R$2.074,37	R$2.420,10
26 A 27 ANOS	1,52	R$1.751,69	R$1.926,86	R$2.102,03	R$2.452,37
27 A 28 ANOS	1,54	R$1.774,74	R$1.952,22	R$2.129,69	R$2.484,64
28 A 29 ANOS	1,56	R$1.797,79	R$1.977,57	R$2.157,35	R$2.516,91
29 A 30 ANOS	1,58	R$1.820,84	R$2.002,92	R$2.185,01	R$2.549,18
30 A 31 ANOS	1,60	R$1.843,89	R$2.028,28	R$2.212,67	R$2.581,44
31 A 32 ANOS	1,62	R$1.866,94	R$2.053,63	R$2.240,32	R$2.613,71
32 A 33 ANOS	1,64	R$1.889,99	R$2.078,98	R$2.267,98	R$2.645,98
33 A 34 ANOS	1,66	R$1.913,03	R$2.104,34	R$2.295,64	R$2.678,25
34 A 35 ANOS	1,68	R$1.936,08	R$2.129,69	R$2.323,30	R$2.710,52

CARGO	**Assistente Social**
VENCIMANTO INICIAL	**R$2.587,33**

		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.587,33	R$2.846,06	R$3.104,80	R$3.622,26
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.639,08	R$2.902,98	R$3.166,89	R$3.694,71
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.690,82	R$2.959,91	R$3.228,99	R$3.767,15
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.742,57	R$3.016,83	R$3.291,08	R$3.839,60
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.794,32	R$3.073,75	R$3.353,18	R$3.912,04
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.846,06	R$3.130,67	R$3.415,28	R$3.984,49
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.897,81	R$3.187,59	R$3.477,37	R$4.056,93
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.949,56	R$3.244,51	R$3.539,47	R$4.129,38
8 A 9 ANOS	1,16	R$3.001,30	R$3.301,43	R$3.601,56	R$4.201,82
9 A 10 ANOS	1,18	R$3.053,05	R$3.358,35	R$3.663,66	R$4.274,27
10 A 11 ANOS	1,20	R$3.104,80	R$3.415,28	R$3.725,76	R$4.346,71
11 A 12 ANOS	1,22	R$3.156,54	R$3.472,20	R$3.787,85	R$4.419,16
12 A 13 ANOS	1,24	R$3.208,29	R$3.529,12	R$3.849,95	R$4.491,60
13 A 14 ANOS	1,26	R$3.260,04	R$3.586,04	R$3.912,04	R$4.564,05
14 A 15 ANOS	1,28	R$3.311,78	R$3.642,96	R$3.974,14	R$4.636,50
15 A 16 ANOS	1,30	R$3.363,53	R$3.699,88	R$4.036,23	R$4.708,94
16 A 17 ANOS	1,32	R$3.415,28	R$3.756,80	R$4.098,33	R$4.781,39
17 A 18 ANOS	1,34	R$3.467,02	R$3.813,72	R$4.160,43	R$4.853,83
18 A 19 ANOS	1,36	R$3.518,77	R$3.870,65	R$4.222,52	R$4.926,28
19 A 20 ANOS	1,38	R$3.570,52	R$3.927,57	R$4.284,62	R$4.998,72
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.622,26	R$3.984,49	R$4.346,71	R$5.071,17
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.674,01	R$4.041,41	R$4.408,81	R$5.143,61
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.725,76	R$4.098,33	R$4.470,91	R$5.216,06
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.777,50	R$4.155,25	R$4.533,00	R$5.288,50
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.829,25	R$4.212,17	R$4.595,10	R$5.360,95
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.881,00	R$4.269,09	R$4.657,19	R$5.433,39
26 A 27 ANOS	1,52	R$3.932,74	R$4.326,02	R$4.719,29	R$5.505,84
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.984,49	R$4.382,94	R$4.781,39	R$5.578,28
28 A 29 ANOS	1,56	R$4.036,23	R$4.439,86	R$4.843,48	R$5.650,73
29 A 30 ANOS	1,58	R$4.087,98	R$4.496,78	R$4.905,58	R$5.723,17
30 A 31 ANOS	1,60	R$4.139,73	R$4.553,70	R$4.967,67	R$5.795,62
31 A 32 ANOS	1,62	R$4.191,47	R$4.610,62	R$5.029,77	R$5.868,06
32 A 33 ANOS	1,64	R$4.243,22	R$4.667,54	R$5.091,87	R$5.940,51
33 A 34 ANOS	1,66	R$4.294,97	R$4.724,46	R$5.153,96	R$6.012,95
34 A 35 ANOS	1,68	R$4.346,71	R$4.781,39	R$5.216,06	R$6.085,40

CARGO		**Analista Ambiental**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$2.587,33**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.587,33	R$2.846,06	R$3.104,80	R$3.622,26
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.639,08	R$2.902,98	R$3.166,89	R$3.694,71
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.690,82	R$2.959,91	R$3.228,99	R$3.767,15
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.742,57	R$3.016,83	R$3.291,08	R$3.839,60
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.794,32	R$3.073,75	R$3.353,18	R$3.912,04
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.846,06	R$3.130,67	R$3.415,28	R$3.984,49
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.897,81	R$3.187,59	R$3.477,37	R$4.056,93
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.949,56	R$3.244,51	R$3.539,47	R$4.129,38
8 A 9 ANOS	1,16	R$3.001,30	R$3.301,43	R$3.601,56	R$4.201,82
9 A 10 ANOS	1,18	R$3.053,05	R$3.358,35	R$3.663,66	R$4.274,27
10 A 11 ANOS	1,20	R$3.104,80	R$3.415,28	R$3.725,76	R$4.346,71
11 A 12 ANOS	1,22	R$3.156,54	R$3.472,20	R$3.787,85	R$4.419,16
12 A 13 ANOS	1,24	R$3.208,29	R$3.529,12	R$3.849,95	R$4.491,60
13 A 14 ANOS	1,26	R$3.260,04	R$3.586,04	R$3.912,04	R$4.564,05
14 A 15 ANOS	1,28	R$3.311,78	R$3.642,96	R$3.974,14	R$4.636,50
15 A 16 ANOS	1,30	R$3.363,53	R$3.699,88	R$4.036,23	R$4.708,94
16 A 17 ANOS	1,32	R$3.415,28	R$3.756,80	R$4.098,33	R$4.781,39
17 A 18 ANOS	1,34	R$3.467,02	R$3.813,72	R$4.160,43	R$4.853,83
18 A 19 ANOS	1,36	R$3.518,77	R$3.870,65	R$4.222,52	R$4.926,28
19 A 20 ANOS	1,38	R$3.570,52	R$3.927,57	R$4.284,62	R$4.998,72
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.622,26	R$3.984,49	R$4.346,71	R$5.071,17
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.674,01	R$4.041,41	R$4.408,81	R$5.143,61
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.725,76	R$4.098,33	R$4.470,91	R$5.216,06
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.777,50	R$4.155,25	R$4.533,00	R$5.288,50
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.829,25	R$4.212,17	R$4.595,10	R$5.360,95
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.881,00	R$4.269,09	R$4.657,19	R$5.433,39
26 A 27 ANOS	1,52	R$3.932,74	R$4.326,02	R$4.719,29	R$5.505,84
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.984,49	R$4.382,94	R$4.781,39	R$5.578,28
28 A 29 ANOS	1,56	R$4.036,23	R$4.439,86	R$4.843,48	R$5.650,73
29 A 30 ANOS	1,58	R$4.087,98	R$4.496,78	R$4.905,58	R$5.723,17
30 A 31 ANOS	1,60	R$4.139,73	R$4.553,70	R$4.967,67	R$5.795,62
31 A 32 ANOS	1,62	R$4.191,47	R$4.610,62	R$5.029,77	R$5.868,06
32 A 33 ANOS	1,64	R$4.243,22	R$4.667,54	R$5.091,87	R$5.940,51
33 A 34 ANOS	1,66	R$4.294,97	R$4.724,46	R$5.153,96	R$6.012,95

34 A 35 ANOS	1,68	R$4.346,71	R$4.781,39	R$5.216,06	R$6.085,40

CARGO			**Farmaceutico/bioquímico**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$2.587,33**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.587,33	R$2.846,06	R$3.104,80	R$3.622,26
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.639,08	R$2.902,98	R$3.166,89	R$3.694,71
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.690,82	R$2.959,91	R$3.228,99	R$3.767,15
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.742,57	R$3.016,83	R$3.291,08	R$3.839,60
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.794,32	R$3.073,75	R$3.353,18	R$3.912,04
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.846,06	R$3.130,67	R$3.415,28	R$3.984,49
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.897,81	R$3.187,59	R$3.477,37	R$4.056,93
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.949,56	R$3.244,51	R$3.539,47	R$4.129,38
8 A 9 ANOS	1,16	R$3.001,30	R$3.301,43	R$3.601,56	R$4.201,82
9 A 10 ANOS	1,18	R$3.053,05	R$3.358,35	R$3.663,66	R$4.274,27
10 A 11 ANOS	1,20	R$3.104,80	R$3.415,28	R$3.725,76	R$4.346,71
11 A 12 ANOS	1,22	R$3.156,54	R$3.472,20	R$3.787,85	R$4.419,16
12 A 13 ANOS	1,24	R$3.208,29	R$3.529,12	R$3.849,95	R$4.491,60
13 A 14 ANOS	1,26	R$3.260,04	R$3.586,04	R$3.912,04	R$4.564,05
14 A 15 ANOS	1,28	R$3.311,78	R$3.642,96	R$3.974,14	R$4.636,50
15 A 16 ANOS	1,30	R$3.363,53	R$3.699,88	R$4.036,23	R$4.708,94
16 A 17 ANOS	1,32	R$3.415,28	R$3.756,80	R$4.098,33	R$4.781,39
17 A 18 ANOS	1,34	R$3.467,02	R$3.813,72	R$4.160,43	R$4.853,83
18 A 19 ANOS	1,36	R$3.518,77	R$3.870,65	R$4.222,52	R$4.926,28
19 A 20 ANOS	1,38	R$3.570,52	R$3.927,57	R$4.284,62	R$4.998,72
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.622,26	R$3.984,49	R$4.346,71	R$5.071,17
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.674,01	R$4.041,41	R$4.408,81	R$5.143,61
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.725,76	R$4.098,33	R$4.470,91	R$5.216,06
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.777,50	R$4.155,25	R$4.533,00	R$5.288,50
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.829,25	R$4.212,17	R$4.595,10	R$5.360,95
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.881,00	R$4.269,09	R$4.657,19	R$5.433,39
26 A 27 ANOS	1,52	R$3.932,74	R$4.326,02	R$4.719,29	R$5.505,84
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.984,49	R$4.382,94	R$4.781,39	R$5.578,28
28 A 29 ANOS	1,56	R$4.036,23	R$4.439,86	R$4.843,48	R$5.650,73
29 A 30 ANOS	1,58	R$4.087,98	R$4.496,78	R$4.905,58	R$5.723,17
30 A 31 ANOS	1,60	R$4.139,73	R$4.553,70	R$4.967,67	R$5.795,62
31 A 32 ANOS	1,62	R$4.191,47	R$4.610,62	R$5.029,77	R$5.868,06
32 A 33 ANOS	1,64	R$4.243,22	R$4.667,54	R$5.091,87	R$5.940,51
33 A 34 ANOS	1,66	R$4.294,97	R$4.724,46	R$5.153,96	R$6.012,95
34 A 35 ANOS	1,68	R$4.346,71	R$4.781,39	R$5.216,06	R$6.085,40

CARGO			**Enfermeiro**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$2.587,33**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.587,33	R$2.846,06	R$3.104,80	R$3.622,26
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.639,08	R$2.902,98	R$3.166,89	R$3.694,71
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.690,82	R$2.959,91	R$3.228,99	R$3.767,15
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.742,57	R$3.016,83	R$3.291,08	R$3.839,60
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.794,32	R$3.073,75	R$3.353,18	R$3.912,04
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.846,06	R$3.130,67	R$3.415,28	R$3.984,49
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.897,81	R$3.187,59	R$3.477,37	R$4.056,93
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.949,56	R$3.244,51	R$3.539,47	R$4.129,38
8 A 9 ANOS	1,16	R$3.001,30	R$3.301,43	R$3.601,56	R$4.201,82
9 A 10 ANOS	1,18	R$3.053,05	R$3.358,35	R$3.663,66	R$4.274,27
10 A 11 ANOS	1,20	R$3.104,80	R$3.415,28	R$3.725,76	R$4.346,71
11 A 12 ANOS	1,22	R$3.156,54	R$3.472,20	R$3.787,85	R$4.419,16
12 A 13 ANOS	1,24	R$3.208,29	R$3.529,12	R$3.849,95	R$4.491,60
13 A 14 ANOS	1,26	R$3.260,04	R$3.586,04	R$3.912,04	R$4.564,05
14 A 15 ANOS	1,28	R$3.311,78	R$3.642,96	R$3.974,14	R$4.636,50
15 A 16 ANOS	1,30	R$3.363,53	R$3.699,88	R$4.036,23	R$4.708,94
16 A 17 ANOS	1,32	R$3.415,28	R$3.756,80	R$4.098,33	R$4.781,39
17 A 18 ANOS	1,34	R$3.467,02	R$3.813,72	R$4.160,43	R$4.853,83
18 A 19 ANOS	1,36	R$3.518,77	R$3.870,65	R$4.222,52	R$4.926,28
19 A 20 ANOS	1,38	R$3.570,52	R$3.927,57	R$4.284,62	R$4.998,72
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.622,26	R$3.984,49	R$4.346,71	R$5.071,17
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.674,01	R$4.041,41	R$4.408,81	R$5.143,61
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.725,76	R$4.098,33	R$4.470,91	R$5.216,06
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.777,50	R$4.155,25	R$4.533,00	R$5.288,50
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.829,25	R$4.212,17	R$4.595,10	R$5.360,95
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.881,00	R$4.269,09	R$4.657,19	R$5.433,39
26 A 27 ANOS	1,52	R$3.932,74	R$4.326,02	R$4.719,29	R$5.505,84
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.984,49	R$4.382,94	R$4.781,39	R$5.578,28
28 A 29 ANOS	1,56	R$4.036,23	R$4.439,86	R$4.843,48	R$5.650,73
29 A 30 ANOS	1,58	R$4.087,98	R$4.496,78	R$4.905,58	R$5.723,17

30 A 31 ANOS	1,60	R$4.139,73	R$4.553,70	R$4.967,67	R$5.795,62
31 A 32 ANOS	1,62	R$4.191,47	R$4.610,62	R$5.029,77	R$5.868,06
32 A 33 ANOS	1,64	R$4.243,22	R$4.667,54	R$5.091,87	R$5.940,51
33 A 34 ANOS	1,66	R$4.294,97	R$4.724,46	R$5.153,96	R$6.012,95
34 A 35 ANOS	1,68	R$4.346,71	R$4.781,39	R$5.216,06	R$6.085,40

CARGO		**Engenheiro Civil**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$2.587,33**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.587,33	R$2.846,06	R$3.104,80	R$3.622,26
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.639,08	R$2.902,98	R$3.166,89	R$3.694,71
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.690,82	R$2.959,91	R$3.228,99	R$3.767,15
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.742,57	R$3.016,83	R$3.291,08	R$3.839,60
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.794,32	R$3.073,75	R$3.353,18	R$3.912,04
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.846,06	R$3.130,67	R$3.415,28	R$3.984,49
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.897,81	R$3.187,59	R$3.477,37	R$4.056,93
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.949,56	R$3.244,51	R$3.539,47	R$4.129,38
8 A 9 ANOS	1,16	R$3.001,30	R$3.301,43	R$3.601,56	R$4.201,82
9 A 10 ANOS	1,18	R$3.053,05	R$3.358,35	R$3.663,66	R$4.274,27
10 A 11 ANOS	1,20	R$3.104,80	R$3.415,28	R$3.725,76	R$4.346,71
11 A 12 ANOS	1,22	R$3.156,54	R$3.472,20	R$3.787,85	R$4.419,16
12 A 13 ANOS	1,24	R$3.208,29	R$3.529,12	R$3.849,95	R$4.491,60
13 A 14 ANOS	1,26	R$3.260,04	R$3.586,04	R$3.912,04	R$4.564,05
14 A 15 ANOS	1,28	R$3.311,78	R$3.642,96	R$3.974,14	R$4.636,50
15 A 16 ANOS	1,30	R$3.363,53	R$3.699,88	R$4.036,23	R$4.708,94
16 A 17 ANOS	1,32	R$3.415,28	R$3.756,80	R$4.098,33	R$4.781,39
17 A 18 ANOS	1,34	R$3.467,02	R$3.813,72	R$4.160,43	R$4.853,83
18 A 19 ANOS	1,36	R$3.518,77	R$3.870,65	R$4.222,52	R$4.926,28
19 A 20 ANOS	1,38	R$3.570,52	R$3.927,57	R$4.284,62	R$4.998,72
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.622,26	R$3.984,49	R$4.346,71	R$5.071,17
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.674,01	R$4.041,41	R$4.408,81	R$5.143,61
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.725,76	R$4.098,33	R$4.470,91	R$5.216,06
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.777,50	R$4.155,25	R$4.533,00	R$5.288,50
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.829,25	R$4.212,17	R$4.595,10	R$5.360,95
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.881,00	R$4.269,09	R$4.657,19	R$5.433,39
26 A 27 ANOS	1,52	R$3.932,74	R$4.326,02	R$4.719,29	R$5.505,84
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.984,49	R$4.382,94	R$4.781,39	R$5.578,28
28 A 29 ANOS	1,56	R$4.036,23	R$4.439,86	R$4.843,48	R$5.650,73
29 A 30 ANOS	1,58	R$4.087,98	R$4.496,78	R$4.905,58	R$5.723,17
30 A 31 ANOS	1,60	R$4.139,73	R$4.553,70	R$4.967,67	R$5.795,62
31 A 32 ANOS	1,62	R$4.191,47	R$4.610,62	R$5.029,77	R$5.868,06
32 A 33 ANOS	1,64	R$4.243,22	R$4.667,54	R$5.091,87	R$5.940,51
33 A 34 ANOS	1,66	R$4.294,97	R$4.724,46	R$5.153,96	R$6.012,95
34 A 35 ANOS	1,68	R$4.346,71	R$4.781,39	R$5.216,06	R$6.085,40

CARGO		**Fisioterapeuta**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$2.587,33**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.587,33	R$2.846,06	R$3.104,80	R$3.622,26
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.639,08	R$2.902,98	R$3.166,89	R$3.694,71
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.690,82	R$2.959,91	R$3.228,99	R$3.767,15
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.742,57	R$3.016,83	R$3.291,08	R$3.839,60
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.794,32	R$3.073,75	R$3.353,18	R$3.912,04
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.846,06	R$3.130,67	R$3.415,28	R$3.984,49
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.897,81	R$3.187,59	R$3.477,37	R$4.056,93
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.949,56	R$3.244,51	R$3.539,47	R$4.129,38
8 A 9 ANOS	1,16	R$3.001,30	R$3.301,43	R$3.601,56	R$4.201,82
9 A 10 ANOS	1,18	R$3.053,05	R$3.358,35	R$3.663,66	R$4.274,27
10 A 11 ANOS	1,20	R$3.104,80	R$3.415,28	R$3.725,76	R$4.346,71
11 A 12 ANOS	1,22	R$3.156,54	R$3.472,20	R$3.787,85	R$4.419,16
12 A 13 ANOS	1,24	R$3.208,29	R$3.529,12	R$3.849,95	R$4.491,60
13 A 14 ANOS	1,26	R$3.260,04	R$3.586,04	R$3.912,04	R$4.564,05
14 A 15 ANOS	1,28	R$3.311,78	R$3.642,96	R$3.974,14	R$4.636,50
15 A 16 ANOS	1,30	R$3.363,53	R$3.699,88	R$4.036,23	R$4.708,94
16 A 17 ANOS	1,32	R$3.415,28	R$3.756,80	R$4.098,33	R$4.781,39
17 A 18 ANOS	1,34	R$3.467,02	R$3.813,72	R$4.160,43	R$4.853,83
18 A 19 ANOS	1,36	R$3.518,77	R$3.870,65	R$4.222,52	R$4.926,28
19 A 20 ANOS	1,38	R$3.570,52	R$3.927,57	R$4.284,62	R$4.998,72
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.622,26	R$3.984,49	R$4.346,71	R$5.071,17
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.674,01	R$4.041,41	R$4.408,81	R$5.143,61
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.725,76	R$4.098,33	R$4.470,91	R$5.216,06
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.777,50	R$4.155,25	R$4.533,00	R$5.288,50
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.829,25	R$4.212,17	R$4.595,10	R$5.360,95
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.881,00	R$4.269,09	R$4.657,19	R$5.433,39

26 A 27 ANOS	1,52	R$3.932,74	R$4.326,02	R$4.719,29	R$5.505,84
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.984,49	R$4.382,94	R$4.781,39	R$5.578,28
28 A 29 ANOS	1,56	R$4.036,23	R$4.439,86	R$4.843,48	R$5.650,73
29 A 30 ANOS	1,58	R$4.087,98	R$4.496,78	R$4.905,58	R$5.723,17
30 A 31 ANOS	1,60	R$4.139,73	R$4.553,70	R$4.967,67	R$5.795,62
31 A 32 ANOS	1,62	R$4.191,47	R$4.610,62	R$5.029,77	R$5.868,06
32 A 33 ANOS	1,64	R$4.243,22	R$4.667,54	R$5.091,87	R$5.940,51
33 A 34 ANOS	1,66	R$4.294,97	R$4.724,46	R$5.153,96	R$6.012,95
34 A 35 ANOS	1,68	R$4.346,71	R$4.781,39	R$5.216,06	R$6.085,40

CARGO+AA1:F30			**Médico**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$6.543,18**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$6.543,18	R$7.197,50	R$7.851,82	R$9.160,45
1 A 2 ANOS	1,02	R$6.674,04	R$7.341,45	R$8.008,85	R$9.343,66
2 A 3 ANOS	1,04	R$6.804,91	R$7.485,40	R$8.165,89	R$9.526,87
3 A 4 ANOS	1,06	R$6.935,77	R$7.629,35	R$8.322,92	R$9.710,08
4 A 5 ANOS	1,08	R$7.066,63	R$7.773,30	R$8.479,96	R$9.893,29
5 A 6 ANOS	1,10	R$7.197,50	R$7.917,25	R$8.637,00	R$10.076,50
6 A 7 ANOS	1,12	R$7.328,36	R$8.061,20	R$8.794,03	R$10.259,71
7 A 8 ANOS	1,14	R$7.459,23	R$8.205,15	R$8.951,07	R$10.442,92
8 A 9 ANOS	1,16	R$7.590,09	R$8.349,10	R$9.108,11	R$10.626,12
9 A 10 ANOS	1,18	R$7.720,95	R$8.493,05	R$9.265,14	R$10.809,33
10 A 11ANOS	1,20	R$7.851,82	R$8.637,00	R$9.422,18	R$10.992,54
11 A 12ANOS	1,22	R$7.982,68	R$8.780,95	R$9.579,22	R$11.175,75
12 A 13ANOS	1,24	R$8.113,54	R$8.924,90	R$9.736,25	R$11.358,96
13 A 14ANOS	1,26	R$8.244,41	R$9.068,85	R$9.893,29	R$11.542,17
14 A 15ANOS	1,28	R$8.375,27	R$9.212,80	R$10.050,32	R$11.725,38
15 A 16ANOS	1,30	R$8.506,13	R$9.356,75	R$10.207,36	R$11.908,59
16 A 17ANOS	1,32	R$8.637,00	R$9.500,70	R$10.364,40	R$12.091,80
17 A 18ANOS	1,34	R$8.767,86	R$9.644,65	R$10.521,43	R$12.275,01
18 A 19ANOS	1,36	R$8.898,72	R$9.788,60	R$10.678,47	R$12.458,21
19 A 20ANOS	1,38	R$9.029,59	R$9.932,55	R$10.835,51	R$12.641,42
20 A 21ANOS	1,40	R$9.160,45	R$10.076,50	R$10.992,54	R$12.824,63
21 A 22ANOS	1,42	R$9.291,32	R$10.220,45	R$11.149,58	R$13.007,84
22 A 23ANOS	1,44	R$9.422,18	R$10.364,40	R$11.306,62	R$13.191,05
23 A 24ANOS	1,46	R$9.553,04	R$10.508,35	R$11.463,65	R$13.374,26
24 A 25ANOS	1,48	R$9.683,91	R$10.652,30	R$11.620,69	R$13.557,47
25 A 26ANOS	1,50	R$9.814,77	R$10.796,25	R$11.777,72	R$13.740,68
26 A 27ANOS	1,52	R$9.945,63	R$10.940,20	R$11.934,76	R$13.923,89
27 A 28ANOS	1,54	R$10.076,50	R$11.084,15	R$12.091,80	R$14.107,10
28 A 29ANOS	1,56	R$10.207,36	R$11.228,10	R$12.248,83	R$14.290,31
29 A 30ANOS	1,58	R$10.338,22	R$11.372,05	R$12.405,87	R$14.473,51
30 A 31ANOS	1,60	R$10.469,09	R$11.516,00	R$12.562,91	R$14.656,72
31 A 32ANOS	1,62	R$10.599,95	R$11.659,95	R$12.719,94	R$14.839,93
32 A 33ANOS	1,64	R$10.730,82	R$11.803,90	R$12.876,98	R$15.023,14
33 A 34ANOS	1,66	R$10.861,68	R$11.947,85	R$13.034,01	R$15.206,35
34 A 35ANOS	1,68	R$10.992,54	R$12.091,80	R$13.191,05	R$15.389,56

CARGO			**Odontólogo**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$2.587,33**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.587,33	R$2.846,06	R$3.104,80	R$3.622,26
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.639,08	R$2.902,98	R$3.166,89	R$3.694,71
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.690,82	R$2.959,91	R$3.228,99	R$3.767,15
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.742,57	R$3.016,83	R$3.291,08	R$3.839,60
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.794,32	R$3.073,75	R$3.353,18	R$3.912,04
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.846,06	R$3.130,67	R$3.415,28	R$3.984,49
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.897,81	R$3.187,59	R$3.477,37	R$4.056,93
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.949,56	R$3.244,51	R$3.539,47	R$4.129,38
8 A 9 ANOS	1,16	R$3.001,30	R$3.301,43	R$3.601,56	R$4.201,82
9 A 10 ANOS	1,18	R$3.053,05	R$3.358,35	R$3.663,66	R$4.274,27
10 A 11 ANOS	1,20	R$3.104,80	R$3.415,28	R$3.725,76	R$4.346,71
11 A 12 ANOS	1,22	R$3.156,54	R$3.472,20	R$3.787,85	R$4.419,16
12 A 13 ANOS	1,24	R$3.208,29	R$3.529,12	R$3.849,95	R$4.491,60
13 A 14 ANOS	1,26	R$3.260,04	R$3.586,04	R$3.912,04	R$4.564,05
14 A 15 ANOS	1,28	R$3.311,78	R$3.642,96	R$3.974,14	R$4.636,50
15 A 16 ANOS	1,30	R$3.363,53	R$3.699,88	R$4.036,23	R$4.708,94
16 A 17 ANOS	1,32	R$3.415,28	R$3.756,80	R$4.098,33	R$4.781,39
17 A 18 ANOS	1,34	R$3.467,02	R$3.813,72	R$4.160,43	R$4.853,83
18 A 19 ANOS	1,36	R$3.518,77	R$3.870,65	R$4.222,52	R$4.926,28
19 A 20 ANOS	1,38	R$3.570,52	R$3.927,57	R$4.284,62	R$4.998,72
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.622,26	R$3.984,49	R$4.346,71	R$5.071,17
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.674,01	R$4.041,41	R$4.408,81	R$5.143,61

22 A 23 ANOS	1,44	R$3.725,76	R$4.098,33	R$4.470,91	R$5.216,06
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.777,50	R$4.155,25	R$4.533,00	R$5.288,50
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.829,25	R$4.212,17	R$4.595,10	R$5.360,95
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.881,00	R$4.269,09	R$4.657,19	R$5.433,39
26 A 27 ANOS	1,52	R$3.932,74	R$4.326,02	R$4.719,29	R$5.505,84
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.984,49	R$4.382,94	R$4.781,39	R$5.578,28
28 A 29 ANOS	1,56	R$4.036,23	R$4.439,86	R$4.843,48	R$5.650,73
29 A 30 ANOS	1,58	R$4.087,98	R$4.496,78	R$4.905,58	R$5.723,17
30 A 31 ANOS	1,60	R$4.139,73	R$4.553,70	R$4.967,67	R$5.795,62
31 A 32 ANOS	1,62	R$4.191,47	R$4.610,62	R$5.029,77	R$5.868,06
32 A 33 ANOS	1,64	R$4.243,22	R$4.667,54	R$5.091,87	R$5.940,51
33 A 34 ANOS	1,66	R$4.294,97	R$4.724,46	R$5.153,96	R$6.012,95
34 A 35 ANOS	1,68	R$4.346,71	R$4.781,39	R$5.216,06	R$6.085,40

CARGO		**Psicólogo**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$2.587,33**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.587,33	R$2.846,06	R$3.104,80	R$3.622,26
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.639,08	R$2.902,98	R$3.166,89	R$3.694,71
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.690,82	R$2.959,91	R$3.228,99	R$3.767,15
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.742,57	R$3.016,83	R$3.291,08	R$3.839,60
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.794,32	R$3.073,75	R$3.353,18	R$3.912,04
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.846,06	R$3.130,67	R$3.415,28	R$3.984,49
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.897,81	R$3.187,59	R$3.477,37	R$4.056,93
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.949,56	R$3.244,51	R$3.539,47	R$4.129,38
8 A 9 ANOS	1,16	R$3.001,30	R$3.301,43	R$3.601,56	R$4.201,82
9 A 10 ANOS	1,18	R$3.053,05	R$3.358,35	R$3.663,66	R$4.274,27
10 A 11 ANOS	1,20	R$3.104,80	R$3.415,28	R$3.725,76	R$4.346,71
11 A 12 ANOS	1,22	R$3.156,54	R$3.472,20	R$3.787,85	R$4.419,16
12 A 13 ANOS	1,24	R$3.208,29	R$3.529,12	R$3.849,95	R$4.491,60
13 A 14 ANOS	1,26	R$3.260,04	R$3.586,04	R$3.912,04	R$4.564,05
14 A 15 ANOS	1,28	R$3.311,78	R$3.642,96	R$3.974,14	R$4.636,50
15 A 16 ANOS	1,30	R$3.363,53	R$3.699,88	R$4.036,23	R$4.708,94
16 A 17 ANOS	1,32	R$3.415,28	R$3.756,80	R$4.098,33	R$4.781,39
17 A 18 ANOS	1,34	R$3.467,02	R$3.813,72	R$4.160,43	R$4.853,83
18 A 19 ANOS	1,36	R$3.518,77	R$3.870,65	R$4.222,52	R$4.926,28
19 A 20 ANOS	1,38	R$3.570,52	R$3.927,57	R$4.284,62	R$4.998,72
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.622,26	R$3.984,49	R$4.346,71	R$5.071,17
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.674,01	R$4.041,41	R$4.408,81	R$5.143,61
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.725,76	R$4.098,33	R$4.470,91	R$5.216,06
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.777,50	R$4.155,25	R$4.533,00	R$5.288,50
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.829,25	R$4.212,17	R$4.595,10	R$5.360,95
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.881,00	R$4.269,09	R$4.657,19	R$5.433,39
26 A 27 ANOS	1,52	R$3.932,74	R$4.326,02	R$4.719,29	R$5.505,84
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.984,49	R$4.382,94	R$4.781,39	R$5.578,28
28 A 29 ANOS	1,56	R$4.036,23	R$4.439,86	R$4.843,48	R$5.650,73
29 A 30 ANOS	1,58	R$4.087,98	R$4.496,78	R$4.905,58	R$5.723,17
30 A 31 ANOS	1,60	R$4.139,73	R$4.553,70	R$4.967,67	R$5.795,62
31 A 32 ANOS	1,62	R$4.191,47	R$4.610,62	R$5.029,77	R$5.868,06
32 A 33 ANOS	1,64	R$4.243,22	R$4.667,54	R$5.091,87	R$5.940,51
33 A 34 ANOS	1,66	R$4.294,97	R$4.724,46	R$5.153,96	R$6.012,95
34 A 35 ANOS	1,68	R$4.346,71	R$4.781,39	R$5.216,06	R$6.085,40

CARGO		**Nutricionista**			
VENCIMANTO INICIAL		**R$2.587,33**			
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.587,33	R$2.846,06	R$3.104,80	R$3.622,26
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.639,08	R$2.902,98	R$3.166,89	R$3.694,71
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.690,82	R$2.959,91	R$3.228,99	R$3.767,15
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.742,57	R$3.016,83	R$3.291,08	R$3.839,60
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.794,32	R$3.073,75	R$3.353,18	R$3.912,04
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.846,06	R$3.130,67	R$3.415,28	R$3.984,49
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.897,81	R$3.187,59	R$3.477,37	R$4.056,93
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.949,56	R$3.244,51	R$3.539,47	R$4.129,38
8 A 9 ANOS	1,16	R$3.001,30	R$3.301,43	R$3.601,56	R$4.201,82
9 A 10 ANOS	1,18	R$3.053,05	R$3.358,35	R$3.663,66	R$4.274,27
10 A 11 ANOS	1,20	R$3.104,80	R$3.415,28	R$3.725,76	R$4.346,71
11 A 12 ANOS	1,22	R$3.156,54	R$3.472,20	R$3.787,85	R$4.419,16
12 A 13 ANOS	1,24	R$3.208,29	R$3.529,12	R$3.849,95	R$4.491,60
13 A 14 ANOS	1,26	R$3.260,04	R$3.586,04	R$3.912,04	R$4.564,05
14 A 15 ANOS	1,28	R$3.311,78	R$3.642,96	R$3.974,14	R$4.636,50
15 A 16 ANOS	1,30	R$3.363,53	R$3.699,88	R$4.036,23	R$4.708,94
16 A 17 ANOS	1,32	R$3.415,28	R$3.756,80	R$4.098,33	R$4.781,39
17 A 18 ANOS	1,34	R$3.467,02	R$3.813,72	R$4.160,43	R$4.853,83

18 A 19 ANOS	1,36	R$3.518,77	R$3.870,65	R$4.222,52	R$4.926,28
19 A 20 ANOS	1,38	R$3.570,52	R$3.927,57	R$4.284,62	R$4.998,72
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.622,26	R$3.984,49	R$4.346,71	R$5.071,17
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.674,01	R$4.041,41	R$4.408,81	R$5.143,61
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.725,76	R$4.098,33	R$4.470,91	R$5.216,06
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.777,50	R$4.155,25	R$4.533,00	R$5.288,50
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.829,25	R$4.212,17	R$4.595,10	R$5.360,95
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.881,00	R$4.269,09	R$4.657,19	R$5.433,39
26 A 27 ANOS	1,52	R$3.932,74	R$4.326,02	R$4.719,29	R$5.505,84
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.984,49	R$4.382,94	R$4.781,39	R$5.578,28
28 A 29 ANOS	1,56	R$4.036,23	R$4.439,86	R$4.843,48	R$5.650,73
29 A 30 ANOS	1,58	R$4.087,98	R$4.496,78	R$4.905,58	R$5.723,17
30 A 31 ANOS	1,60	R$4.139,73	R$4.553,70	R$4.967,67	R$5.795,62
31 A 32 ANOS	1,62	R$4.191,47	R$4.610,62	R$5.029,77	R$5.868,06
32 A 33 ANOS	1,64	R$4.243,22	R$4.667,54	R$5.091,87	R$5.940,51
33 A 34 ANOS	1,66	R$4.294,97	R$4.724,46	R$5.153,96	R$6.012,95
34 A 35 ANOS	1,68	R$4.346,71	R$4.781,39	R$5.216,06	R$6.085,40

CARGO			**Engenheiro Agrônomo**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$2.587,33**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.587,33	R$2.846,06	R$3.104,80	R$3.622,26
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.639,08	R$2.902,98	R$3.166,89	R$3.694,71
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.690,82	R$2.959,91	R$3.228,99	R$3.767,15
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.742,57	R$3.016,83	R$3.291,08	R$3.839,60
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.794,32	R$3.073,75	R$3.353,18	R$3.912,04
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.846,06	R$3.130,67	R$3.415,28	R$3.984,49
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.897,81	R$3.187,59	R$3.477,37	R$4.056,93
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.949,56	R$3.244,51	R$3.539,47	R$4.129,38
8 A 9 ANOS	1,16	R$3.001,30	R$3.301,43	R$3.601,56	R$4.201,82
9 A 10 ANOS	1,18	R$3.053,05	R$3.358,35	R$3.663,66	R$4.274,27
10 A 11 ANOS	1,20	R$3.104,80	R$3.415,28	R$3.725,76	R$4.346,71
11 A 12 ANOS	1,22	R$3.156,54	R$3.472,20	R$3.787,85	R$4.419,16
12 A 13 ANOS	1,24	R$3.208,29	R$3.529,12	R$3.849,95	R$4.491,60
13 A 14 ANOS	1,26	R$3.260,04	R$3.586,04	R$3.912,04	R$4.564,05
14 A 15 ANOS	1,28	R$3.311,78	R$3.642,96	R$3.974,14	R$4.636,50
15 A 16 ANOS	1,30	R$3.363,53	R$3.699,88	R$4.036,23	R$4.708,94
16 A 17 ANOS	1,32	R$3.415,28	R$3.756,80	R$4.098,33	R$4.781,39
17 A 18 ANOS	1,34	R$3.467,02	R$3.813,72	R$4.160,43	R$4.853,83
18 A 19 ANOS	1,36	R$3.518,77	R$3.870,65	R$4.222,52	R$4.926,28
19 A 20 ANOS	1,38	R$3.570,52	R$3.927,57	R$4.284,62	R$4.998,72
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.622,26	R$3.984,49	R$4.346,71	R$5.071,17
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.674,01	R$4.041,41	R$4.408,81	R$5.143,61
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.725,76	R$4.098,33	R$4.470,91	R$5.216,06
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.777,50	R$4.155,25	R$4.533,00	R$5.288,50
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.829,25	R$4.212,17	R$4.595,10	R$5.360,95
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.881,00	R$4.269,09	R$4.657,19	R$5.433,39
26 A 27 ANOS	1,52	R$3.932,74	R$4.326,02	R$4.719,29	R$5.505,84
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.984,49	R$4.382,94	R$4.781,39	R$5.578,28
28 A 29 ANOS	1,56	R$4.036,23	R$4.439,86	R$4.843,48	R$5.650,73
29 A 30 ANOS	1,58	R$4.087,98	R$4.496,78	R$4.905,58	R$5.723,17
30 A 31 ANOS	1,60	R$4.139,73	R$4.553,70	R$4.967,67	R$5.795,62
31 A 32 ANOS	1,62	R$4.191,47	R$4.610,62	R$5.029,77	R$5.868,06
32 A 33 ANOS	1,64	R$4.243,22	R$4.667,54	R$5.091,87	R$5.940,51
33 A 34 ANOS	1,66	R$4.294,97	R$4.724,46	R$5.153,96	R$6.012,95
34 A 35 ANOS	1,68	R$4.346,71	R$4.781,39	R$5.216,06	R$6.085,40

CARGO			**Veterinário**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$2.587,33**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$2.587,33	R$2.846,06	R$3.104,80	R$3.622,26
1 A 2 ANOS	1,02	R$2.639,08	R$2.902,98	R$3.166,89	R$3.694,71
2 A 3 ANOS	1,04	R$2.690,82	R$2.959,91	R$3.228,99	R$3.767,15
3 A 4 ANOS	1,06	R$2.742,57	R$3.016,83	R$3.291,08	R$3.839,60
4 A 5 ANOS	1,08	R$2.794,32	R$3.073,75	R$3.353,18	R$3.912,04
5 A 6 ANOS	1,10	R$2.846,06	R$3.130,67	R$3.415,28	R$3.984,49
6 A 7 ANOS	1,12	R$2.897,81	R$3.187,59	R$3.477,37	R$4.056,93
7 A 8 ANOS	1,14	R$2.949,56	R$3.244,51	R$3.539,47	R$4.129,38
8 A 9 ANOS	1,16	R$3.001,30	R$3.301,43	R$3.601,56	R$4.201,82
9 A 10 ANOS	1,18	R$3.053,05	R$3.358,35	R$3.663,66	R$4.274,27
10 A 11 ANOS	1,20	R$3.104,80	R$3.415,28	R$3.725,76	R$4.346,71
11 A 12 ANOS	1,22	R$3.156,54	R$3.472,20	R$3.787,85	R$4.419,16
12 A 13 ANOS	1,24	R$3.208,29	R$3.529,12	R$3.849,95	R$4.491,60
13 A 14 ANOS	1,26	R$3.260,04	R$3.586,04	R$3.912,04	R$4.564,05

14 A 15 ANOS	1,28	R$3.311,78	R$3.642,96	R$3.974,14	R$4.636,50
15 A 16 ANOS	1,30	R$3.363,53	R$3.699,88	R$4.036,23	R$4.708,94
16 A 17 ANOS	1,32	R$3.415,28	R$3.756,80	R$4.098,33	R$4.781,39
17 A 18 ANOS	1,34	R$3.467,02	R$3.813,72	R$4.160,43	R$4.853,83
18 A 19 ANOS	1,36	R$3.518,77	R$3.870,65	R$4.222,52	R$4.926,28
19 A 20 ANOS	1,38	R$3.570,52	R$3.927,57	R$4.284,62	R$4.998,72
20 A 21 ANOS	1,40	R$3.622,26	R$3.984,49	R$4.346,71	R$5.071,17
21 A 22 ANOS	1,42	R$3.674,01	R$4.041,41	R$4.408,81	R$5.143,61
22 A 23 ANOS	1,44	R$3.725,76	R$4.098,33	R$4.470,91	R$5.216,06
23 A 24 ANOS	1,46	R$3.777,50	R$4.155,25	R$4.533,00	R$5.288,50
24 A 25 ANOS	1,48	R$3.829,25	R$4.212,17	R$4.595,10	R$5.360,95
25 A 26 ANOS	1,50	R$3.881,00	R$4.269,09	R$4.657,19	R$5.433,39
26 A 27 ANOS	1,52	R$3.932,74	R$4.326,02	R$4.719,29	R$5.505,84
27 A 28 ANOS	1,54	R$3.984,49	R$4.382,94	R$4.781,39	R$5.578,28
28 A 29 ANOS	1,56	R$4.036,23	R$4.439,86	R$4.843,48	R$5.650,73
29 A 30 ANOS	1,58	R$4.087,98	R$4.496,78	R$4.905,58	R$5.723,17
30 A 31 ANOS	1,60	R$4.139,73	R$4.553,70	R$4.967,67	R$5.795,62
31 A 32 ANOS	1,62	R$4.191,47	R$4.610,62	R$5.029,77	R$5.868,06
32 A 33 ANOS	1,64	R$4.243,22	R$4.667,54	R$5.091,87	R$5.940,51
33 A 34 ANOS	1,66	R$4.294,97	R$4.724,46	R$5.153,96	R$6.012,95
34 A 35 ANOS	1,68	R$4.346,71	R$4.781,39	R$5.216,06	R$6.085,40

CARGO+AA1:F30			**Médico Supervisor**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$6.543,18**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$6.543,18	R$7.197,50	R$7.851,82	R$9.160,45
1 A 2 ANOS	1,02	R$6.674,04	R$7.341,45	R$8.008,85	R$9.343,66
2 A 3 ANOS	1,04	R$6.804,91	R$7.485,40	R$8.165,89	R$9.526,87
3 A 4 ANOS	1,06	R$6.935,77	R$7.629,35	R$8.322,92	R$9.710,08
4 A 5 ANOS	1,08	R$7.066,63	R$7.773,30	R$8.479,96	R$9.893,29
5 A 6 ANOS	1,10	R$7.197,50	R$7.917,25	R$8.637,00	R$10.076,50
6 A 7 ANOS	1,12	R$7.328,36	R$8.061,20	R$8.794,03	R$10.259,71
7 A 8 ANOS	1,14	R$7.459,23	R$8.205,15	R$8.951,07	R$10.442,92
8 A 9 ANOS	1,16	R$7.590,09	R$8.349,10	R$9.108,11	R$10.626,12
9 A 10 ANOS	1,18	R$7.720,95	R$8.493,05	R$9.265,14	R$10.809,33
10 A 11ANOS	1,20	R$7.851,82	R$8.637,00	R$9.422,18	R$10.992,54
11 A 12ANOS	1,22	R$7.982,68	R$8.780,95	R$9.579,22	R$11.175,75
12 A 13ANOS	1,24	R$8.113,54	R$8.924,90	R$9.736,25	R$11.358,96
13 A 14ANOS	1,26	R$8.244,41	R$9.068,85	R$9.893,29	R$11.542,17
14 A 15ANOS	1,28	R$8.375,27	R$9.212,80	R$10.050,32	R$11.725,38
15 A 16ANOS	1,30	R$8.506,13	R$9.356,75	R$10.207,36	R$11.908,59
16 A 17ANOS	1,32	R$8.637,00	R$9.500,70	R$10.364,40	R$12.091,80
17 A 18ANOS	1,34	R$8.767,86	R$9.644,65	R$10.521,43	R$12.275,01
18 A 19ANOS	1,36	R$8.898,72	R$9.788,60	R$10.678,47	R$12.458,21
19 A 20ANOS	1,38	R$9.029,59	R$9.932,55	R$10.835,51	R$12.641,42
20 A 21ANOS	1,40	R$9.160,45	R$10.076,50	R$10.992,54	R$12.824,63
21 A 22ANOS	1,42	R$9.291,32	R$10.220,45	R$11.149,58	R$13.007,84
22 A 23ANOS	1,44	R$9.422,18	R$10.364,40	R$11.306,62	R$13.191,05
23 A 24ANOS	1,46	R$9.553,04	R$10.508,35	R$11.463,65	R$13.374,26
24 A 25ANOS	1,48	R$9.683,91	R$10.652,30	R$11.620,69	R$13.557,47
25 A 26ANOS	1,50	R$9.814,77	R$10.796,25	R$11.777,72	R$13.740,68
26 A 27ANOS	1,52	R$9.945,63	R$10.940,20	R$11.934,76	R$13.923,89
27 A 28ANOS	1,54	R$10.076,50	R$11.084,15	R$12.091,80	R$14.107,10
28 A 29ANOS	1,56	R$10.207,36	R$11.228,10	R$12.248,83	R$14.290,31
29 A 30ANOS	1,58	R$10.338,22	R$11.372,05	R$12.405,87	R$14.473,51
30 A 31ANOS	1,60	R$10.469,09	R$11.516,00	R$12.562,91	R$14.656,72
31 A 32ANOS	1,62	R$10.599,95	R$11.659,95	R$12.719,94	R$14.839,93
32 A 33ANOS	1,64	R$10.730,82	R$11.803,90	R$12.876,98	R$15.023,14
33 A 34ANOS	1,66	R$10.861,68	R$11.947,85	R$13.034,01	R$15.206,35
34 A 35ANOS	1,68	R$10.992,54	R$12.091,80	R$13.191,05	R$15.389,56

CARGO			**Auditor Tributário**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$4.470,65**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$4.470,65	R$4.917,72	R$5.364,78	R$6.258,91
1 A 2 ANOS	1,02	R$4.560,06	R$5.016,07	R$5.472,08	R$6.384,09
2 A 3 ANOS	1,04	R$4.649,48	R$5.114,42	R$5.579,37	R$6.509,27
3 A 4 ANOS	1,06	R$4.738,89	R$5.212,78	R$5.686,67	R$6.634,44
4 A 5 ANOS	1,08	R$4.828,30	R$5.311,13	R$5.793,96	R$6.759,62
5 A 6 ANOS	1,10	R$4.917,72	R$5.409,49	R$5.901,26	R$6.884,80
6 A 7 ANOS	1,12	R$5.007,13	R$5.507,84	R$6.008,55	R$7.009,98
7 A 8 ANOS	1,14	R$5.096,54	R$5.606,20	R$6.115,85	R$7.135,16
8 A 9 ANOS	1,16	R$5.185,95	R$5.704,55	R$6.223,14	R$7.260,34
9 A 10 ANOS	1,18	R$5.275,37	R$5.802,90	R$6.330,44	R$7.385,51

10 A 11 ANOS	1,20	R$5.364,78	R$5.901,26	R$6.437,74	R$7.510,69
11 A 12 ANOS	1,22	R$5.454,19	R$5.999,61	R$6.545,03	R$7.635,87
12 A 13 ANOS	1,24	R$5.543,61	R$6.097,97	R$6.652,33	R$7.761,05
13 A 14 ANOS	1,26	R$5.633,02	R$6.196,32	R$6.759,62	R$7.886,23
14 A 15 ANOS	1,28	R$5.722,43	R$6.294,68	R$6.866,92	R$8.011,40
15 A 16 ANOS	1,30	R$5.811,85	R$6.393,03	R$6.974,21	R$8.136,58
16 A 17 ANOS	1,32	R$5.901,26	R$6.491,38	R$7.081,51	R$8.261,76
17 A 18 ANOS	1,34	R$5.990,67	R$6.589,74	R$7.188,81	R$8.386,94
18 A 19 ANOS	1,36	R$6.080,08	R$6.688,09	R$7.296,10	R$8.512,12
19 A 20 ANOS	1,38	R$6.169,50	R$6.786,45	R$7.403,40	R$8.637,30
20 A 21 ANOS	1,40	R$6.258,91	R$6.884,80	R$7.510,69	R$8.762,47
21 A 22 ANOS	1,42	R$6.348,32	R$6.983,16	R$7.617,99	R$8.887,65
22 A 23 ANOS	1,44	R$6.437,74	R$7.081,51	R$7.725,28	R$9.012,83
23 A 24 ANOS	1,46	R$6.527,15	R$7.179,86	R$7.832,58	R$9.138,01
24 A 25 ANOS	1,48	R$6.616,56	R$7.278,22	R$7.939,87	R$9.263,19
25 A 26 ANOS	1,50	R$6.705,98	R$7.376,57	R$8.047,17	R$9.388,37
26 A 27 ANOS	1,52	R$6.795,39	R$7.474,93	R$8.154,47	R$9.513,54
27 A 28 ANOS	1,54	R$6.884,80	R$7.573,28	R$8.261,76	R$9.638,72
28 A 29 ANOS	1,56	R$6.974,21	R$7.671,64	R$8.369,06	R$9.763,90
29 A 30 ANOS	1,58	R$7.063,63	R$7.769,99	R$8.476,35	R$9.889,08
30 A 31 ANOS	1,60	R$7.153,04	R$7.868,34	R$8.583,65	R$10.014,26
31 A 32 ANOS	1,62	R$7.242,45	R$7.966,70	R$8.690,94	R$10.139,43
32 A 33 ANOS	1,64	R$7.331,87	R$8.065,05	R$8.798,24	R$10.264,61
33 A 34 ANOS	1,66	R$7.421,28	R$8.163,41	R$8.905,53	R$10.389,79
34 A 35 ANOS	1,68	R$7.510,69	R$8.261,76	R$9.012,83	R$10.514,97

CARGO			**Advogado**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$4.470,65**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$4.470,65	R$4.917,72	R$5.364,78	R$6.258,91
1 A 2 ANOS	1,02	R$4.560,06	R$5.016,07	R$5.472,08	R$6.384,09
2 A 3 ANOS	1,04	R$4.649,48	R$5.114,42	R$5.579,37	R$6.509,27
3 A 4 ANOS	1,06	R$4.738,89	R$5.212,78	R$5.686,67	R$6.634,44
4 A 5 ANOS	1,08	R$4.828,30	R$5.311,13	R$5.793,96	R$6.759,62
5 A 6 ANOS	1,10	R$4.917,72	R$5.409,49	R$5.901,26	R$6.884,80
6 A 7 ANOS	1,12	R$5.007,13	R$5.507,84	R$6.008,55	R$7.009,98
7 A 8 ANOS	1,14	R$5.096,54	R$5.606,20	R$6.115,85	R$7.135,16
8 A 9 ANOS	1,16	R$5.185,95	R$5.704,55	R$6.223,14	R$7.260,34
9 A 10 ANOS	1,18	R$5.275,37	R$5.802,90	R$6.330,44	R$7.385,51
10 A 11 ANOS	1,20	R$5.364,78	R$5.901,26	R$6.437,74	R$7.510,69
11 A 12 ANOS	1,22	R$5.454,19	R$5.999,61	R$6.545,03	R$7.635,87
12 A 13 ANOS	1,24	R$5.543,61	R$6.097,97	R$6.652,33	R$7.761,05
13 A 14 ANOS	1,26	R$5.633,02	R$6.196,32	R$6.759,62	R$7.886,23
14 A 15 ANOS	1,28	R$5.722,43	R$6.294,68	R$6.866,92	R$8.011,40
15 A 16 ANOS	1,30	R$5.811,85	R$6.393,03	R$6.974,21	R$8.136,58
16 A 17 ANOS	1,32	R$5.901,26	R$6.491,38	R$7.081,51	R$8.261,76
17 A 18 ANOS	1,34	R$5.990,67	R$6.589,74	R$7.188,81	R$8.386,94
18 A 19 ANOS	1,36	R$6.080,08	R$6.688,09	R$7.296,10	R$8.512,12
19 A 20 ANOS	1,38	R$6.169,50	R$6.786,45	R$7.403,40	R$8.637,30
20 A 21 ANOS	1,40	R$6.258,91	R$6.884,80	R$7.510,69	R$8.762,47
21 A 22 ANOS	1,42	R$6.348,32	R$6.983,16	R$7.617,99	R$8.887,65
22 A 23 ANOS	1,44	R$6.437,74	R$7.081,51	R$7.725,28	R$9.012,83
23 A 24 ANOS	1,46	R$6.527,15	R$7.179,86	R$7.832,58	R$9.138,01
24 A 25 ANOS	1,48	R$6.616,56	R$7.278,22	R$7.939,87	R$9.263,19
25 A 26 ANOS	1,50	R$6.705,98	R$7.376,57	R$8.047,17	R$9.388,37
26 A 27 ANOS	1,52	R$6.795,39	R$7.474,93	R$8.154,47	R$9.513,54
27 A 28 ANOS	1,54	R$6.884,80	R$7.573,28	R$8.261,76	R$9.638,72
28 A 29 ANOS	1,56	R$6.974,21	R$7.671,64	R$8.369,06	R$9.763,90
29 A 30 ANOS	1,58	R$7.063,63	R$7.769,99	R$8.476,35	R$9.889,08
30 A 31 ANOS	1,60	R$7.153,04	R$7.868,34	R$8.583,65	R$10.014,26
31 A 32 ANOS	1,62	R$7.242,45	R$7.966,70	R$8.690,94	R$10.139,43
32 A 33 ANOS	1,64	R$7.331,87	R$8.065,05	R$8.798,24	R$10.264,61
33 A 34 ANOS	1,66	R$7.421,28	R$8.163,41	R$8.905,53	R$10.389,79
34 A 35 ANOS	1,68	R$7.510,69	R$8.261,76	R$9.012,83	R$10.514,97

CARGO			**Contador**		
VENCIMANTO INICIAL			**R$4.470,65**		
		CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C	CLASSE D
		1,00	1,10	1,20	1,40
0 A 1 ANO	1,00	R$4.470,65	R$4.917,72	R$5.364,78	R$6.258,91
1 A 2 ANOS	1,02	R$4.560,06	R$5.016,07	R$5.472,08	R$6.384,09
2 A 3 ANOS	1,04	R$4.649,48	R$5.114,42	R$5.579,37	R$6.509,27
3 A 4 ANOS	1,06	R$4.738,89	R$5.212,78	R$5.686,67	R$6.634,44
4 A 5 ANOS	1,08	R$4.828,30	R$5.311,13	R$5.793,96	R$6.759,62
5 A 6 ANOS	1,10	R$4.917,72	R$5.409,49	R$5.901,26	R$6.884,80

6 A 7 ANOS	1,12	R$5.007,13	R$5.507,84	R$6.008,55	R$7.009,98
7 A 8 ANOS	1,14	R$5.096,54	R$5.606,20	R$6.115,85	R$7.135,16
8 A 9 ANOS	1,16	R$5.185,95	R$5.704,55	R$6.223,14	R$7.260,34
9 A 10 ANOS	1,18	R$5.275,37	R$5.802,90	R$6.330,44	R$7.385,51
10 A 11 ANOS	1,20	R$5.364,78	R$5.901,26	R$6.437,74	R$7.510,69
11 A 12 ANOS	1,22	R$5.454,19	R$5.999,61	R$6.545,03	R$7.635,87
12 A 13 ANOS	1,24	R$5.543,61	R$6.097,97	R$6.652,33	R$7.761,05
13 A 14 ANOS	1,26	R$5.633,02	R$6.196,32	R$6.759,62	R$7.886,23
14 A 15 ANOS	1,28	R$5.722,43	R$6.294,68	R$6.866,92	R$8.011,40
15 A 16 ANOS	1,30	R$5.811,85	R$6.393,03	R$6.974,21	R$8.136,58
16 A 17 ANOS	1,32	R$5.901,26	R$6.491,38	R$7.081,51	R$8.261,76
17 A 18 ANOS	1,34	R$5.990,67	R$6.589,74	R$7.188,81	R$8.386,94
18 A 19 ANOS	1,36	R$6.080,08	R$6.688,09	R$7.296,10	R$8.512,12
19 A 20 ANOS	1,38	R$6.169,50	R$6.786,45	R$7.403,40	R$8.637,30
20 A 21 ANOS	1,40	R$6.258,91	R$6.884,80	R$7.510,69	R$8.762,47
21 A 22 ANOS	1,42	R$6.348,32	R$6.983,16	R$7.617,99	R$8.887,65
22 A 23 ANOS	1,44	R$6.437,74	R$7.081,51	R$7.725,28	R$9.012,83
23 A 24 ANOS	1,46	R$6.527,15	R$7.179,86	R$7.832,58	R$9.138,01
24 A 25 ANOS	1,48	R$6.616,56	R$7.278,22	R$7.939,87	R$9.263,19
25 A 26 ANOS	1,50	R$6.705,98	R$7.376,57	R$8.047,17	R$9.388,37
26 A 27 ANOS	1,52	R$6.795,39	R$7.474,93	R$8.154,47	R$9.513,54
27 A 28 ANOS	1,54	R$6.884,80	R$7.573,28	R$8.261,76	R$9.638,72
28 A 29 ANOS	1,56	R$6.974,21	R$7.671,64	R$8.369,06	R$9.763,90
29 A 30 ANOS	1,58	R$7.063,63	R$7.769,99	R$8.476,35	R$9.889,08
30 A 31 ANOS	1,60	R$7.153,04	R$7.868,34	R$8.583,65	R$10.014,26
31 A 32 ANOS	1,62	R$7.242,45	R$7.966,70	R$8.690,94	R$10.139,43
32 A 33 ANOS	1,64	R$7.331,87	R$8.065,05	R$8.798,24	R$10.264,61
33 A 34 ANOS	1,66	R$7.421,28	R$8.163,41	R$8.905,53	R$10.389,79
34 A 35 ANOS	1,68	R$7.510,69	R$8.261,76	R$9.012,83	R$10.514,97

ANEXO V

TABELA DE ENSERRAMENTO DAS CARREIRAS COM A VACÂNCIA DOS CARGOS

DENOMINAÇÃO DO CARGO	ESCOLARIDADE
Serviços Gerais	Fundamental Completo
Vigia	Fundamental Completo
Coveiro	Fundamental Completo
Mensageiro	Fundamental Completo
Assistente administrativo	Fundamental Completo
Motorista de Transporte Escolar	Fundamental Completo
Auxiliar de Enfermagem	Fundamental Completo
Agente de Saúde	Fundamental Completo
Monitora de Turismo	Ensino Técnico

ANEXO VI

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ADVOGADO

Ensino Superior em direito com a devida habilitação na OAB

Compreende os cargos que se destinam a prestar assistência em assuntos de natureza jurídica, bem como representar judicial e extrajudicialmente o Município; atuar em qualquer foro ou instância em nome do Município, nos feitos em que seja autor, réu, assistente ou oponente, no sentido de resguardar seus interesses; prestar assessoria jurídica às unidades administrativas da Prefeitura, emitindo pareceres sobre assuntos fiscais, trabalhistas, administrativos, previdenciários, constitucionais, civis e outros, através de pesquisas da legislação, jurisprudências, doutrinas e instruções regulamentares; estudar e redigir minutas de projetos de leis, decretos, atos normativos, bem como documentos contratuais de toda espécie, em conformidade com as normas legais; interpretar normas legais e administrativas diversas, para responder a consultas das unidades da Prefeitura; efetuar a cobrança da dívida ativa, judicial ou extrajudicialmente; promover desapropriações de forma amigável ou judicial; estudar questões de interesse da Prefeitura que apresentem aspectos jurídicos específicos; assistir à Prefeitura na negociação de contratos, convênios e acordos com outras entidades públicas ou privadas; analisar processos referentes à aquisição, transferência, alienação, cessão, permuta, permissão e concessão de bens ou serviços, conforme o caso, em que for interessado o Município, examinando a documentação concernente à transação; prestar assessoramento jurídico aos Conselhos Municipais, analisando as questões formuladas e orientando quanto aos procedimentos cabíveis; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Ensino Médio Completo

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de executar tarefas de estimular continuamente a organização comunitária; participar da vida da comunidade, principalmente através das organizações, estimulando a discussão das questões relativas à melhoria de vida da população; fortalecer elos entre a comunidade e os serviços de saúde; coletar dados sobre aspectos sociais, econômicos, sanitários e culturais; informar aos demais membros da equipe de saúde da disponibilidade, necessidades e dinâmica social da comunidade; orientar a comunidade para utilização adequada dos serviços de saúde; registrar nascimentos, doenças de notificação compulsória e de vigilância epidemiológica e óbitos ocorridos; cadastrar todas as famílias da

sua área de abrangência; identificar e registrar todas as gestantes e crianças de 0 a 6 anos de sua área de abrangência, através de visitas domiciliares; atuar integrando as instituições governamentais e não governamentais, grupos de associações da comunidade (parteiras, clube de mães, etc); executar, dentro do seu nível de competência, ações e atividades básicas de saúde.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Ensino Médio Completo

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de executar tarefas Compreende o cargo a que se destina com atribuições de executar tarefas de combate aos vetores: dengue, leishmaniose; chagas esquitossomose, etc; palestras, detetização, limpeza e exames; realizar pesquisa de triatomíneos em domicílios em áreas endêmicas; Realizar identificações e eliminações de focos e/ou criadouros de Aedes Aegypti e Aedes Albopictus em imóveis; Implantar a vigilância entomológica em municípios não infestados pelo Aedes Aegypiti; realizar levantamento, investigação e/ou monitoramento de flebotomíneos no município, conforme classificação epidemiológica para leshmaniose visceral; prover sorologia de material coletado em carnívoros e roedores para detecção de circulação de peste em áreas focais; realizar borrifação em domicílios para controle de triatomíneos em área endêmica; -Realizar tratamento de imóveis com focos de mosquito, visando o controle da dengue; realizar exames coproscópicos para controle de esquistossomose e outras helmintoses em áreas endêmicas; palestrar em escolas e outros seguimentos; detetizar para combater ao Dengue e outros insetos.

AGENTE DE SAÚDE (PSF) ***(CARGO EM EXTEINÇÃO)***

Ensino Fundamental Completo

Visitam domicílios periodicamente; assistem pacientes, dispensando-lhes cuidados simples de saúde, sob orientação e supervisão de profissionais da saúde; orientam a comunidade para promoção da saúde; rastreiam focos de doenças específicas; promovem educação sanitária e ambiental; participam de campanhas preventivas; incentivam atividades comunitárias; promovem comunicação entre unidade de saúde, autoridades e comunidade; participam de reuniões profissionais. Executam tarefas administrativas.

ANALISTA AMBIENTAL (*)

Ensino Superior (qualquer formação)

Organizar a programação do setor de controle ambiental municipal; manter o sistema de gestão ambiental; criar relatórios sobre danos ambientais;coordenar inspeções ambientais;monitoramento de amostras de água e solo;análise de documentos e registros ambientais;redação e avaliação técnica de procedimentos e instruções de trabalhos ambientais; realizar treinamentos de conscientização ambiental; elaborar campanha de boas práticas ambientais, conduzir estudos para a melhoria na legislação ambiental; realização de hermenêutica das legislações federais, estaduais e de municípios limítrofes que venham a influenciar na jurisdição ambiental municipal; analisar documentos e registros ambientais fornecido por particulares e outros entes da administração pública; elaboração de avaliações técnicas; e outras atividades correlatas.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (*)

Ensino Fundamental Completo

Colaborar para a organização do órgão que estiverem locados; realizar atividades logísticas e administrativas; Controlar o fluxo de entrada e saída mercadoria; Organização de estoque, recebimento de pedidos, levantamento estatístico de consumo, controle de estoque; Protocolar documentos, preencher requerimentos, providenciar documentação, pesquisar arquivo de leis; Receber e arquivar documentos, manter a agenda atualizada, manipular fotocopiadoras, além de atender chamadas telefônicas, responder e-mails e atender ao público, auxiliar no processo de prestação de contas dos orgãos de controle externo.

ASSISTENTE SOCIAL

Ensino Superior em Assistência Social

Compreende os cargos que se destinam a planejar, coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos que atendam às necessidades e interesse da população Municipal. Área de atendimento à população do Município: elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares, inclusive àquelas voltadas a proteção da criança e do adolescente; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da Sociedade Civil; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer seu uso no atendimento e na defesa de seus direitos; planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; prestar assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades com relação a planos, programas e projetos do âmbito de atuação do Serviço Social; realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades; realizar sindicâncias para inclusão de indivíduos ou famílias em programas sociais; atender aos internos de hospitais e outras unidades de saúde. - Área de atendimento ao servidor municipal: coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social que proporcionem a melhoria da qualidade de vida dos servidores municipais; atuar na identificação de fatores psicossociais e econômicos que estejam interferindo na vida funcional do servidor; realizar estudo socioeconômico dos servidores para fins de benefícios e serviços sociais da Administração Pública direta e indireta, encaminhando-os aos recursos que se fizerem necessários; realizar vistorias, laudos técnicos, informações e pareceres sobre matéria de serviço social relacionados aos servidores; elaborar, executar e avaliar projetos de readaptação e reabilitação profissional e social de servidores, junto ao setor de pessoal; atribuições comuns a todas as áreas: elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

AUDITOR TRIBUTÁRIO (*)

Ensino Superior (Administração, Contabilidade, Economia e Direito)

Assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, as autoridades superiores da Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças ou de outros órgãos da Administração e prestar-lhes assistência especializada, com vista à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento; coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Administração Tributária; apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos; preparar os atos necessários à conversão de depósitos em renda do Município, bem assim à autorização para o levantamento de depósitos administrativos após as decisões emanadas das autoridades competentes; avaliar e especificar sistemas e programas de informática relativos às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições; avaliar, planejar, promover, executar ou participar de programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação dos Fiscais de Tributos Municipais e demais servidores, relacionados à Administração Tributária e ao devido exercício Poder de Polícia; acessar as informações sobre o andamento de ações judiciais que envolvam créditos de impostos e contribuições de competência do Município de Juscimeira; executar atividades com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e à disciplina funcionais dos servidores ligados a Administração Tributária Municipal, verificando os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos; informar processos e demais expedientes administrativos; realizar análises de natureza contábil, econômica ou financeira relativas às atividades de competência tributária do Município; desenvolver estudos objetivando o acompanhamento, o controle e a avaliação da receita tributária;apuração, cobrança e lançamento de créditos tributários; exercer as atividades de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO:

Ensino Fundamental Completo

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de auxiliar nas tarefas de odontologia em geral; preparar os pacientes para as consultas; auxiliar o profissional de odontologia na execução das técnicas; ficar responsável pela esterilização e ordenamento do instrumental; participar de atividades de educação em saúde bucal; auxiliar nos programas de educação em saúde bucal; realizar o serviço de limpeza geral das Unidades Sanitárias e lavagem das roupas utilizadas nos procedimentos pelos profissionais da área; recolher os resíduos de saúde e colocá-los nos recipientes adequados; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM*(CARGO EM EXTEINÇÃO)*

Ensino Fundamental Completo

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de exercer atividades de nível médio, de natureza repetitiva, envolvendo serviços auxiliares de enfermagem sob supervisão do Enfermeiro; preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos; executar tratamentos prescritos, ou de rotina; ministrar medicamentos via oral e parenteral; realizar controle hídrico; aplicar oxigenioterapia; nebulização, enteroclisma, enema e calor ou frio; executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas; efetuar controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis; colher material para exames laboratoriais; executar atividades de desinfecção e esterilização; prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente e zelar por sua segurança; alimentar ou auxiliar o paciente na alimentação; zelar pela limpeza e ordem do material, equipamento e das dependências da unidade de saúde; orientar os pacientes quanto ao cumprimento das prescrições médicas e de enfermagem; auxiliar o Enfermeiro na execução dos programas de educação para a saúde; executar os trabalhos de rotina vinculados à alta de pacientes; participar dos procedimentos pós morte; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas.

AUXILIAR DE LABORATÓRIO

Ensino Fundamental Completo

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de executar tarefas de fazer a assepsia de agulhas e vidraria, como provetas, pipetas, tubos, seringas e outros recipientes, lavando-os, esterilizando-os e secando-os, para garantir o seu uso dentro do que impõe as normas; limpa instrumentos e aparelhos, como microscópio, centrífugas autoclaves ou estufas utilizando panos, escovas ou outros expedientes, para conservá-los e possibilitar o seu uso imediato; realiza o enchimento, embalagem e rotulação de vidros, ampolas e similares, valendo-se de procedimentos aconselháveis, para acondicioná-los conforme determina a ordem de serviço; faz colheitas de amostras de água, leite e outros materiais, utilizando técnica especial, instrumentos e recipientes apropriados, para possibilitar exames dessas substâncias; trata dos animais do biotério, cuidando da sua alimentação e higiene, para mantê-los em condições de aproveitamento nos testes e pesquisas laboratoriais; auxilia na realização de várias tarefas de laboratório, preparando meios de cultura, fazendo semeaduras e preparando vacinas, para aumentar o rendimento dos trabalhos aí realizados.

CONTADOR

Ensino Superior em Contabilidade

Compreende os cargos que se destinam a planejar, coordenar e executar os trabalhos de análise, registro e perícias contábeis, estabelecendo princípios, normas e procedimentos, obedecendo às determinações de controle externo, para permitir a administração dos recursos patrimoniais e financeiros da Prefeitura; organizar os serviços de contabilidade da prefeitura, traçando o plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração, para possibilitar o controle contábil e orçamentário; supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando o seu processamento, adequando-os ao plano de contas, para assegurar a correta apropriação contábil; analisar, conferir, elaborar ou assinar balanços e demonstrativos de contas e empenhos, observando sua correta classificação e lançamento, verificando a documentação pertinente, para atender a exigências legais e formais de controle; controlar a execução orçamentária, analisando documentos, elaborando relatórios e demonstrativos; controlar a movimentação de recursos, fiscalizando o ingresso de receitas, cumprimento de obrigações de pagamentos a terceiros, saldos em caixa e contas bancárias, para apoiar a administração dos recursos financeiros da Prefeitura; analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução

de contratos, convênios, acordos e atos que geram direitos e obrigações, verificando a propriedade na aplicação de recursos repassados, analisando cláusulas contratuais, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável; analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno; planejar, programar, coordenar e realizar exames, perícias e auditagens, de rotina ou especiais, bem como orientar a organização de processos de tomadas de contas, emitindo certificado de auditoria, com a finalidade de atender a exigências legais; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da prefeitura e outras entidades públicas, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

CONTROLADOR INTERNO

Superior Completo (administração, contabilidade, economia ou direito)

Compreende o cargo a que se destina a avaliar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual, que realizado mediante análise de compatibilidade; verificar o atendimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; verificar os limites e condições para realização de operações de créditos e inscrição de dívida em restos a pagar; verificar periodicamente a observância do limite dos gastos despendidos com pessoal e avaliar as medidas adotadas para o seu retorno ao patamar permitido ao final de cada quadrimestre; verificar as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliárias aos respectivos limites nos três quadrimestres subsequentes ao da apuração; controlar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos; verificar e acompanhar o cumprimento do limite de gastos totais do legislativo municipal mediante análise dos valores da receita considerada para a fixação do total da despesa da câmara municipal, do percentual aplicável e dos repasses no curso do exercício; controlar a execução orçamentária à vista da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso; avaliar os procedimentos adotados para a realização da receita e da despesa pública; verificar a correta aplicação das transferências voluntárias; controlar a destinação de recursos para os setores públicos e privados; avaliar o montante da dívida e as condições de endividamento do município; verificar e analisar a escrituração das contas públicas; acompanhar a gestão patrimonial; apreciar o relatório de gestão fiscal e assiná-lo; avaliar os resultados obtidos pelos administradores na execução dos programas de governo e a aplicação dos recursos orçamentários; apontar as falhas dos expedientes encaminhados e indicar soluções; verificar as implementações das soluções indicadas para sanar problemas detectados; criar e solicitar condições para a atuação eficaz do controle interno municipal; orientar e expedir atos normativos para os órgãos setoriais; desempenhar outras atividades estabelecidas em lei ou que decorram das suas atribuições; efetuar o planejamento global das atividades anuais e plurianuais; executar tarefas afins e de interesse da municipalidade; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas compatíveis com a natureza do cargo e de interesse da municipalidade.

COVEIRO (*)*(CARGO EM EXTEINÇÃO)*

Ensino Fundamental Completo

Proceder à abertura de sepulturas dentro das normas de higiene e saúde pública. Proceder à exumação de cadáveres. Executar trabalhos de limpeza e conservação do cemitério.

ENFERMEIRO

Ensino Superior em Enfermagem

Compreende o cargo a que se destina com atribuições nas Unidades Básicas de Saúde ou nas Unidades de Saúde da Família, conforme sua área de atuação: Gerenciar serviços, desenvolver ações de programação e avaliar as atividades de enfermagem; supervisionar a equipe de enfermagem e as atividades realizadas; responsabilizar-se pela previsão e provisão de material e equipamentos necessários às ações de enfermagem; auxiliar na conservação de aparelhos e equipamentos e, quando necessário, solicitar consertos; elaborar e atualizar procedimentos, rotinas e normas de enfermagem, revisando periodicamente o registro de dados e os sistemas de comunicação; Analisar e avaliar a assistência prestada à comunidade; viabilizar capacitação de toda a equipe de enfermagem, visando à melhoria na qualidade dos serviços prestados; promover ações educativas com os usuários durante consultas, visitas domiciliares e em trabalhos em grupo, visando à autonomia individual em relação à prevenção, promoção e reabilitação da saúde; discutir com grupos organizados da sociedade os problemas de saúde e as alternativas para resolvê-los; planejar e executar atividades e cuidados de enfermagem de maior complexidade; realizar ações de saúde em diferentes ambientes e, quando necessário, no domicílio; organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, diabéticos, saúde mental; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

Ensino Superior em Agronomia

Compreende o cargo a que se destina a desenvolver planejar, elaborar e supervisionar, projetos referentes a cultivos agrícolas, bem como coordenar e fiscalizar sua execução; desenvolver estudos e projetos destinados a promover o aperfeiçoamento e aprimoramento de serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais nos seus aspectos técnicos; planejar e orientar a execução de projetos relacionados à exploração de recursos naturais e ao desenvolvimento da produção industrial e agropecuária; realizar pesquisas, experimentações e ensaios relacionados à produção técnica especializada, industrial ou agropecuária; planejar e dirigir os trabalhos de controle de produção agropecuária; efetuar perícias e emitir pareceres em matéria de sua especialização; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas compatíveis com a natureza do cargo e de interesse da municipalidade.

ENGENHEIRO CIVIL

Ensino Superior em Engenharia Civil

Compreende os cargos que se destinam a estudar, avaliar e elaborar projetos de engenharia, bem como coordenar e fiscalizar sua execução; avaliar as condições requeridas para obras, estudando o projeto e examinando as características do terreno disponível para a construção; calcular os esforços e deformações previstos na obra projetada ou que a afetem, consultando tabelas e efetuando comparações, levando em consideração fatores como carga calculada, pressões de água, resistência aos ventos e mudanças de temperatura, para apurar a natureza dos materiais que devem ser utilizados na construção; consultar outros especialistas da área de engenharia e arquitetura, trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido, para decidir sobre as exigências técnicas e estéticas relacionadas à obra a ser executada; elaborar o projeto da construção, preparando plantas e especificações da obra, indicando tipos e qualidade de materiais, equipamentos e mão de obra necessários e efetuando cálculo aproximado dos custos, a fim de apresentá-lo aos superiores imediatos para a aprovação; preparar o programa de execução do trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários, para possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento das obras; dirigir a execução de projetos, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam as obras, para assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de qualidade e segurança recomendados; elaborar, dirigir e executar projetos de engenharia civil relativos a vias urbanas e obras de pavimentação em geral; analisar processos e dar pareceres em projetos de loteamento de acordo com a legislação específica; promover a regularização dos loteamentos clandestinos e irregulares; fiscalizar a execução de planos de obras de loteamentos, verificando o cumprimento de cronogramas e projetos aprovados; participar da fiscalização do cumprimento das normas de posturas e obras realizadas no Município, conforme o disposto em legislação municipal; realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO

Ensino Superior em Farmácia com especialização profissional em Análises Clínicas pelo CFF ou SBAC

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de recepcionar e identificar o paciente, apresentando e explicando os procedimentos a serem realizados; atuar em equipe multiprofissional no desenvolvimento de projetos terapêuticos em Unidades de Saúde; atuar em equipe multiprofissional assegurando a assistência terapêutica universalizada na promoção, proteção e recuperação da saúde da população, em seus aspectos individuais e coletivos; desenvolver atividades de planejamento, pesquisa, manipulação, produção, controle de qualidade, vigilância epidemiológica, farmacológica e sanitária dos medicamentos e produtos farmacêuticos; atuar no controle e gerenciamento de medicamentos e correlatos (políticas de saúde e de medicamentos); prestar assistência farmacêutica na dispensação e distribuição de medicamentos e correlatos envolvendo revisão, atualização, inspeção e fiscalização, elaboração de laudos técnicos e a realização de perícias técnico-legais relacionadas com atividades, produtos, fórmulas, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica; atuar na seleção (padronização) compra (licitação e opção técnica), armazenamento e distribuição de medicamentos e correlatos; atuar no controle de qualidade, inocuidade e eficácia dos medicamentos; desenvolver atividades de formação e educação; facilitar o acesso e participação do paciente e seus familiares no processo de tratamento, incentivando o auto - cuidado e as práticas de educação em saúde; participar do planejamento, coordenação e supervisão de atividades desenvolvidas na instituição por estagiários e voluntários; atuar na comunidade através de ações intersetoriais; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas.

FISCAL AMBIENTAL (*)

Ensino Médio Completo

Vistoriar e fiscalizar as atividades potencialmente poluidoras com finalidade de emissão e controle dos Alvarás de Localização e Funcionamento. Auxiliar as demais Secretarias fazendo a interface das atividades dessas e seus os aspectos ambientais. Fazer vistorias e emitir pareceres para definir as autorizações de abate, substituição ou poda de árvores quando solicitados. Auxiliar no controle e monitoramento das operações das ETA's, ETE'S e Aterro Sanitário.

FISCAL DE POSTURA*(UNIFICADO COM O CARGO DE FISCAO DE OBRAS)*

Ensino Médio Completo

Compreende o cargo a que se destina a verificar e orientar o cumprimento da regulamentação urbanística concernente às obras públicas, particulares, o cumprimento das leis, regulamentos e normas que regem as posturas municipais; verificar imóveis recém-construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação e a qualidade do material empregado e o licenciamento; verificar o depósito na via pública, restos de material de construção, resíduos, etc., objetivando a desobstrução da via pública; proceder ao acompanhamento e à fiscalização de obras; verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais, de prestação de serviços das pessoas jurídicas e autônomas, de produtor rural, bem como as licenças de ambulantes; verificar, além das indicações de segurança, o cumprimento de posturas relativas a fabrico, manipulação, depósito, embarque, desembarque, transporte, comércio e uso de inflamáveis, explosivos e corrosivos; emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas; verificar as licenças de ambulantes e impedir o exercício desse tipo de comércio por pessoa que não possua a documentação exigida; verificar a instalação e localização de móveis, equipamentos, veículos, utensílios e objetos, de bancas e barracas em logradouros públicos quanto à permissão para cada tipo de comércio, bem como quanto à observância de aspectos estéticos, de ordem e segurança pública; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas compatíveis com a natureza do cargo e de interesse da municipalidade.

FISCAL DE TRIBUTOS

Ensino Médio Completo

Compreende o cargo a que se destina a instruir o contribuinte sobre o cumprimento da legislação tributária; coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização; apuração, cobrança e lançamento de créditos tributários; fazer o cadastramento de contribuintes, bem como o lançamento, a cobrança e o controle do recebimento de tributos; verificar balanços e declarações de imposto de renda, objetivando comparar as receitas lançadas com as receitas constantes nas notas fiscais; verificar, em estabelecimentos comerciais, a existência e a autenticidade de livros e registros fiscais instituídos pela legislação especifica; verificar os registros de pagamento dos tributos nos documentos em poder dos contribuintes; fazer plantões fiscais e relatórios sobre as fiscalizações efetuadas; lavrar autos de infração e apreensão, bem como termos de exame de escrita; propor

a realização de inquéritos e sindicâncias que visem salvaguardar os interesses da Fazenda Municipal; propor medidas relativas à legislação tributária, fiscalização fazendária e administração fiscal; verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas compatíveis com a natureza do cargo e de interesse da municipalidade.

FISCAL SANITÁRIO

Ensino Médio Completo

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de efetuar fiscalização mediante rondas e vistorias espontâneas, sistemáticas e dirigidas, especialmente: fiscalizar habitações e estabelecimentos comerciais e de serviços, excetuando-se os estabelecimentos comerciais e de serviços sob a responsabilidade de profissionais cuja a escolaridade seja a superior completa na área da saúde; fiscalizar piscinas de uso coletivo restrito, tais como: as de clubes, condomínios, escolas associações, hotéis, motéis e congêneres; fiscalizar as condições sanitárias das instalações prediais de águas e esgotos; fiscalizar quanto à regularização das condições sanitárias das ligações de água e esgoto à rede pública; fiscalizar estabelecimentos de serviços, tais como: barbearias, salões de beleza, casas de banho, estabelecimentos esportivos de ginástica, cultura física, natação e congêneres, asilos, creches e similares; fiscalizar estabelecimentos de ensino, hotéis, motéis e congêneres, clubes recreativos e similares, lavanderias e similares, agências funerárias, velórios, necrotérios, cemitérios e crematórios, no tocante às questões higiênico-sanitárias; fiscalizar estabelecimentos que comercializem e distribuam gêneros alimentícios, bebidas e águas minerais; fiscalizar estabelecimentos que fabriquem e/ou manipulem gêneros alimentícios e envasem bebidas e águas minerais; encaminhar para análise laboratorial alimentos e outros produtos para fins de controle; apreender alimentos, mercadorias e outros produtos que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente; efetuar interdição de produtos, embalagens e equipamentos em desacordo com a legislação sanitária vigente; efetuar interdição parcial ou total do estabelecimento fiscalizado; expedir autos de intimação, de interdição, de apreensão, de coleta de amostras e de infração e aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas por legislação específica; fazer cumprir a legislação sanitária federal, estadual e municipal em vigor; exercer o poder de polícia do Município na área de saúde pública; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas.

FISIOTERAPEUTA

Ensino Superior em Fisioterapia

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de realizar testes musculares, funcionais, de amplitude articular, verificação cinética e movimentação, pesquisa, reflexos, de provas de esforço e de atividades para identificar o nível de capacidade e deficiência funcional dos órgãos afetados; planejar e executar o tratamento de afecções reumáticas, osteoporoses, sequelas de acidentes vasculares cerebrais, poliomielite, lesões raquimedulares, de paralisias cerebrais e motoras, neurógenas e de nervos periféricos, miopatias e outros; atender a amputados, preparando o coto, e fazendo treinamento com prótese para possibilitar a movimentação ativa e independente dos mesmos; ensinar aos pacientes exercícios corretivos para a coluna, defeitos dos pés, afecções do aparelho respiratório e cardiovascular, orientando-os e treinando-os em exercícios especiais, a fim de promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea; efetuar aplicação de ondas curtas, ultrassom, infravermelho, laser, micro-ondas, forno de bier, eletroterapia e contração muscular e outros similares nos pacientes, conforme a enfermidade, para aliviar ou terminar com a dor; aplicar massagem terapêutica; Identificar fontes de recursos destinados ao financiamento de programas e projetos em sua área de atuação e propor medidas para captação desses recursos; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, elaborando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar de grupos de trabalhos e ou reuniões com unidades da prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e ou problemas identificados em sua área de atuação, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos e científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao município; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas.

FONOAUDIÓLOGO

Ensino Superior em Fonoaudiologia

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de avaliar deficiências dos pacientes, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, gravação e outras técnicas próprias para estabelecer o plano de treinamento ou terapêutico; realizar, programar, supervisionar e desenvolver treinamento de voz, fala linguagem, expressão do pensamento verbalizado, compreensão do pensamento verbalizado e outros, orientando e fazendo demonstrações de respiração funcional, empostação de voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras, para reeducar e reabilitar o paciente; opinar quanto às possibilidades fonatórias e auditivas do indivíduo, fazendo exames e empregando técnicas de avaliação específicas; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas.

MÉDICO

Ensino Superior em Medicina

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de dar atendimento médico-hospitalar a pacientes com perfil estabelecido pelo Secretário Municipal de Saúde, em atendimento à política adotada pelo Executivo Municipal ou determinada por força de programa específico que a municipalidade instituir; atender pessoas carentes do Município, de conformidade com agenda elaborada pelo departamento, objeto de política própria do Executivo ou resultante de convênios firmados com os Governos Estadual e Federal; prestar atendimento médico-hospitalar, o qual compreende: consultas preventivas, exames completos de pacientes, visitas, cirurgias, internações, tratamento médico voltado para qualquer problema patológico, realização de campanhas junto à população, no combate a epidemias, doenças endêmicas e outras; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas.

MÉDICO SUPERVISOR E AUTORIZADOR DE AIH

Ensino Superior em Medicina

Examinar laudos médicos emitidas por instituições hospitalares que tratem de pessoas que residam no Município, verificando a necessidade de baixa ou alta hospitalar, bem como dos procedimentos executados nos pacientes, podendo para tanto solicitar vistas a documentos relativos (prontuários médicos, resultados de exames, etc); realizar visitas as instituições hospitalares para verificar "in loco"quando julgar necessário, as condições de tratamento dos pacientes; autorizar ou não a emissão de AIH`s (Autorizações de internações hospitalares) de acordo com sua análise técnica, assinando-as, bem como os documentos examinados; emitir relatórios das revisões técnicas que realizar, assinando-os.

MENSAGEIRO*(CARGO EM EXTEINÇÃO)*

Ensino Fundamental Completo

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de executar tarefas de receber, distribuir e protocolar correspondências, documentos, pequenos volumes e encomendas; Executar serviços externos de entrega e retirada de materiais em locais pré-determinados; Efetuar pagamentos em bancos e estabelecimentos comerciais; Atender e encaminhar pessoas, prestando informações; fazer pequenas compras; Executar serviços simples de escritório; Conferir e arquivar documentos; Operar máquinas de escritórios (datilografia manual e elétrica, calculadora, computador, impressora, fax, xerox, etc...); zelar pela conservação de equipamentos e local de trabalho; Observar as instruções disciplinares do local de trabalho; observar prazo estipulado para execução de suas tarefas; Manter sob sigilo as informações que tiver acesso; Responsabilizar-se pelos documentos e valores que transporta; outros tarefas inerentes ao cargo e ao local de trabalho.

MONITORA DE TURISMO

Ensino Médio completo com formação Técnica

Realizar atividades práticas de guia de turismo junto aos pontos atrativos do município; condução, explicação e demonstração como guia dos pontos turísticos do município; prestar auxílio para a população em geral e aos turistas; zelar pelos pontos turísticos do município; aplicar as normas ambientais, e outras que se fizerem necessárias a boa manutenção dos pontos turísticos; demais ações determinadas pelas autoridades superiores.

MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Ensino Fundamental Completo com Habilitação para condução de ambulância

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de executar tarefas de dirigir ambulância, obedecendo o Código Nacional de Trânsito; transportar doentes e acidentados, auxiliando os mesmos a se acomodarem nas macas; vistoriar o veículo diariamente, antes e após sua utilização, verificando o estado dos pneus, nível de combustível, óleo do Carter, bateria, freios, faróis, parte elétrica para certificar-se das condições de tráfego; requisitar a manutenção dos veículos quando apresentarem qualquer irregularidade; observar a sinalização e zelar pela segurança dos passageiros, transeuntes e demais veículos; realizar reparos de emergência; manter o veículo limpo, interna e externamente e em perfeitas condições; zelar pelas ferramentas, acessórios e documentos do mesmo; observar e controlar os períodos de revisão e manutenção recomendados preventivamente, para assegurar a plena condição de utilização; realizar anotações, segundo as normas estabelecidas e orientações recebidas, da quilometragem, viagens realizadas, pessoas transportadas, itinerários percorridos, além de outras ocorrências, a fim de manter a boa organização e o controle da Administração; recolher o veículo após a utilização, em local previamente determinado, deixando-o corretamente estacionado e fechado; fazer uso de Equipamentos de Proteção Individual, quando necessário; ter disponibilidade para viagens fora do município de Juscimeira em situações normais e de emergência; executar outras tarefas pertinentes à sua área de atuação determinadas pelo Chefe imediato.

MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR*(CARGO EM EXTEINÇÃO)*

Ensino Fundamental Completo com habilitação para transporte de passageiros

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de executar tarefas de Dirigir automóvel, ônibus, caminhão, camioneta, jeep, etc, dentro ou fora do perímetro urbano e suburbano; transpor alunos e/ou servidores do Município; transportar os passageiros, entregando-os nos locais de serviço, escolas ou residências; carregar e descarregar materiais escolares transportados; cuidar da manutenção do veículo e fazer-lhe pequenos reparos; desempenhar tarefas afins.

MOTORISTA DE VEÍCULOS GRANDES

Ensino Fundamental Completo com habilitação para dirigir Veículos de cargas

Dirigir Caçambas, caminhões, ônibus e outros veículos destinados ao transporte de cargas e passageiros; recolher o veículo a garagem quando concluída a jornada de trabalho; fazer reparos de emergências; manter o veículo em perfeitas condições de funcionamento, encarregar-se do transporte de cargas que lhe for confiado; providenciar no abastecimento de combustíveis, água e óleo; comunicar ao seu superior imediato qualquer anomalia verificada no funcionamento do veículo; executar outras atividades afins.

MOTORISTA DE VEÍCULOS PEQUENOS

Ensino Fundamental Completo

Compreende os cargos que se destinam a dirigir veículos leves para transporte de passageiros e conservá-los em perfeitas condições de aparência e funcionamento; dirigir automóveis, caminhonetes e demais veículos leves de transporte de passageiros e materiais; verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, faróis, abastecimento de combustível e demais equipamentos previstos por lei; verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa; zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança; fazer pequenos reparos de urgência; manter o veículo limpo, interna e externamente, e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário; anotar, segundo normas estabelecidas, a quilometragem rodada, viagens realizadas, objetos e pessoas transportadas, itinerários e outras ocorrências; recolher o veículo após o serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado; auxiliar no carregamento e descarregamento de

volumes e na sua distribuição, de acordo com normas e roteiros pré-estabelecidos; conduzir os servidores da Prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas; efetuar transporte de passageiros; efetuar transporte de pacientes que necessitam de atendimento urgente, dentro ou fora do município; realizar transporte de estudantes da rede municipal de educação; fazer transporte de máquinas e equipamentos dentro ou fora do município; executar outras atribuições afins.

NUTRICIONISTA

Ensino Superior em Nutrição

Compreende os cargos que se destinam a pesquisar, elaborar, coordenar e controlar os programas e serviços de nutrição nas diversas unidades da Prefeitura, bem como para a população do Município; identificar e analisar hábitos alimentares e deficiências nutritivas nos indivíduos, bem como compor cardápios especiais visando suprir as deficiências diagnosticadas; elaborar programas de alimentação básica para os estudantes da rede escolar municipal, para as crianças das creches, para as pessoas atendidas nos postos de saúde e nas demais unidades de assistência médica e social da Prefeitura; acompanhar a observância dos cardápios e dietas estabelecidos, para analisar sua eficiência; supervisionar os serviços de alimentação promovidos pela Prefeitura, visitando sistematicamente as unidades; acompanhar e orientar o trabalho de educação alimentar realizado pelos professores da rede municipal de ensino e das creches; elaborar cardápios balanceados e adaptados aos recursos disponíveis para a rede municipal de ensino e para os programas assistenciais desenvolvidos pela Prefeitura; planejar e executar programas que visem a melhoria das condições de vida da comunidade de baixa renda no que se refere a difundir hábitos alimentares mais adequados, de higiene e de educação do consumidor; participar do planejamento da área física de cozinhas, depósitos, refeitórios e copas dos órgãos municipais, aplicando princípios concernentes a aspectos funcionais e estéticos; elaborar previsões de consumo de gêneros alimentícios e utensílios, calculando e determinando as quantidades necessárias à execução dos serviços de nutrição, bem como estimando os respectivos custos; emitir parecer nas licitações para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios e equipamentos necessários para a realização dos programas; participar das atividades do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das ações de educação em saúde; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com as unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município, compatíveis com sua especialização profissional; realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

ODONTÓLOGO:

Ensino Superior em Odontologia

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população; proceder à odontologia profilática em estabelecimento de ensino, unidade móvel, fixa e hospitalar; fazer esquema das condições da boca e dos dentes dos pacientes, diagnosticando e tratando afecções da boca, dentes e região maxilofacial; realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB/SUS 96 - e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde (NOAS); Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população; Encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando-lhes o seu acompanhamento; realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências; realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; prescrever medicamentos e outras orientações de conformidade com os diagnósticos efetuados; emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência; coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal; programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas; capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal; Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD e ACD; Difundir os preceitos de saúde pública odontológica, através de aulas, palestras, impressos, escritos, etc.; Propor e/ou participar de ações, dentro dos princípios da odontologia integral, visando à proteção e recuperação do indivíduo no seu contexto biológico e social; participar das reuniões na comunidade, promovidas pelo Conselho Local de Saúde e/ou pela Equipe do PSF; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas.

OPERADOR DE MAQUINAS

Ensino Fundamental Completo

Execução de serviços de operação de tratores, moto-niveladoras, retroescavadeiras, pás mecânicas, tratores de esteira e outras máquinas. atribuições típicas: executar trabalhos de terraplenagem, escavações, movimentação de terras e preparação de terrenos, para fins específicos; operar moto-niveladora, trator de esteira, rolo compactador de grande porte, patrol e retroescavadeira; regularizar os taludes e espalhar o asfalto dentro dos padrões estabelecidos; registrar a quantidade de trabalho executado, anotando horários, quilometragem e outros dados; zelar pela manutenção e conservação das máquinas e equipamentos utilizados; atender às normas de segurança e higiene do trabalho; executar outras atividades correlatas.

PSICÓLOGO

Ensino Superior em Psicologia

Compreende os cargos que se destinam a aplicar conhecimentos no campo da psicologia para o planejamento e execução de atividades nas áreas clínica, educacional e do trabalho; Área da psicologia da saúde: estudar e avaliar indivíduos que apresentam distúrbios psíquicos ou problemas de comportamento social, para orientar-se no diagnóstico e tratamento; desenvolver trabalhos psicoterápicos, a fim de restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano; articular-se com equipe multidisciplinar, para elaboração e execução de programas de assistência e apoio a grupos específicos de pessoas; Atender aos pacientes da rede municipal de saúde, para tratamento terapêutico; prestar assistência psicológica, individual ou em grupo, aos familiares dos pacientes, preparando-os adequadamente para as situações resultantes de enfermidades; reunir informações a respeito de pacientes, levantando dados psicopatológicos, para fornecer aos médicos subsídios para diagnóstico e tratamento de enfermidades. Área da psicologia do trabalho: exercer atividades relacionadas com treinamento de pessoal da Prefeitura, participando da elaboração, do acompanhamen-

to e da avaliação de programas; participar do processo de seleção de pessoal, empregando métodos e técnicas da psicologia aplicada ao trabalho; realizar pesquisas nas diversas unidades da Prefeitura, visando à identificação das fontes de dificuldades no ajustamento e demais problemas psicológicos existentes no trabalho, propondo medidas preventivas e corretivas julgadas convenientes; estudar e propor soluções para a melhoria de condições ambientais, materiais e locais do trabalho; assistir ao servidor com problemas referentes à readaptação ou reabilitação profissional por diminuição da capacidade de trabalho, inclusive orientando-o sobre suas relações empregatícias; receber e orientar os servidores recém-ingressos na Prefeitura, acompanhando a sua integração à função e ao seu grupo de trabalho. Área da psicologia educacional: aplicar técnicas e princípios psicológicos apropriados ao desenvolvimento intelectual, social e emocional do indivíduo; proceder ou providenciar a aplicação de técnicas psicológicas adequadas nos casos de dificuldade escolar, familiar ou de outra natureza, baseando-se em conhecimentos sobre a psicologia da personalidade e no psicodiagnóstico; estudar sistemas de motivação da aprendizagem, métodos novos de treinamento, ensino e avaliação, baseando-se no conhecimento dos processos de aprendizagem, da natureza e causas das diferenças individuais, para auxiliar na elaboração de procedimentos educacionais diferenciados capazes de atender às necessidades individuais; identificar a existência de possíveis problemas na área da psicomotricidade e distúrbios sensoriais ou neuropsicológicos, aplicando e interpretando testes e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento adequado e a forma de resolver as dificuldades ou encaminhar o indivíduo para tratamento com outros especialistas; prestar orientação psicológica aos professores da rede de ensino e das creches municipais. Atribuições comuns a todas as áreas: Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, sugerindo medidas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.

RECEPCIONISTA

Ensino Fundamental Completo

Recepciona os munícipes, fornecedores e visitantes da Prefeitura, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, marcar entrevistas, receber recados e encaminhá-los as pessoas ou setores procurados. Descrição da Função: Atende o visitante e demais cidadãos, indagando suas pretensões, para informá-lo conforme seus pedidos; atende chamadas telefônicas, manipulando telefones internos ou externos de disco ou botão, para prestar informações e anotar recados; registra as visitas e os telefonemas atendidos, anotando dados pessoais ou comerciais do contribuinte ou visitante, possibilitando o controle dos atendimentos diários. Preenchimento e marcação de consultas, entrevistas em formulários e fichas próprias e específicas, organizar a triagem dos que buscam o atendimento, facilitar a localização e possibilitar acompanhamento dos serviços por parte dos atendidos, manter em ordem todo o serviço de forma organizada e de fácil uso, manter cordialidade, bom trato, arquivos de documentos e outros, emitir encaminhamentos devidamente autorizados. Pode executar outras tarefas administrativas de caráter limitado.

SERVIÇOS GERAIS*(CARGO EM EXTEINÇÃO)*

Ensino Fundamental Completo

Executar tarefas de zeladoria, limpeza em geral, varrer, espanar, lavar, encerar e lustrar as dependências, móveis, utensílios e instalações diversas; mantendo-lhes as condições de higiene e conservação. Prepara café e chá, servindo-os quando solicitados. Zela pela conservação de cantinas, copas, cozinhas e afins. Zela pelo material de uso diário e permanente, tendo o cuidado de não desperdiçar materiais e utensílios diversos. Faz a limpeza de ruas, parques, bosques, jardins e outros logradouros públicos, fazendo a coleta do material. Executa outras tarefas como: Escavar e fechar valas e fossas, retirar e limpar materiais usados de obras de demolição, transportar materiais empregando se necessário carrinho de mão, espalhar com pá, cascalhos e outros materiais. Fazer carga e descarga de mercadorias. Exercita outras tarefas correlatas.

OFICIAL ADMINISTRATIVO

Ensino Médio Completo

Compreende os empregos que se destinam a executar e coordenar tarefas de apoio administrativo e financeiro que envolvam maior grau de complexidade, requeiram certo grau de autonomia e envolvam coordenação e supervisão; elaborar programas, dar pareceres e realizar pesquisas sobre um ou mais aspectos dos diversos setores da administração; redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, ofícios, memorandos, documentos legais e outros significativos para o órgão; digitar ou determinar a digitação de documentos redigidos e aprovados; operar microcomputador, utilizando softwares, executando tarefas em programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar e obter dados e informações, bem como consultar registros; estudar processos referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções; interpretar leis, regulamentos e instruções relativas a assuntos de administração geral, para fins de aplicação, orientação e assessoramento; elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral; orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento; classificar contabilmente todos os documentos comprobatórios das operações realizadas, de natureza orçamentária ou não, de acordo com o plano de contas da prefeitura; efetuar cálculos simples em todas as áreas, para a cobrança de tributos, bem como cálculos de acréscimos por atraso no seu pagamento; controlar a movimentação de recursos e o ingresso de receitas; auxiliar na feitura global de contabilidade dos diversos impostos, taxas e demais componentes de receita; fazer a conciliação de extratos bancários; auxiliar na análise econômico-financeira e patrimonial da prefeitura; controlar estoques de materiais; executar outras atribuições afins.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Ensino Médio Completo com formação Técnica

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de receber e encaminhar pacientes; agendar consultas; verificar sinais vitais como pulso, temperatura, pressão arterial, frequência respiratória; aplicar vacinas; administrar e fornecer medicamentos; efetuar curativos; coletar exames laboratoriais; realizar eletrocardiograma; auxiliar na realização de exames e testes específicos; notificar ou encaminhar para notificação os pacientes com suspeita de doenças de notificação compulsória; realizar aspiração em tubo oro traqueal e traqueostomia; realizar ou auxiliar sondagem nasogástrica, nasoenteral e vesical; encaminhar o paciente ao banho ou promover o banho no leito; realizar mudança de cúbito; trocar roupas; realizar procedimentos de isolamento; auxiliar na realização dos procedimentos de suporte avançado de vida; realizar anotações no prontuário; receber, preparar e encaminhar pacientes para cirurgia; auxiliar em procedimentos cirúrgicos e anestésicos; observar o quadro pós-operatório e intervir se necessário; realizar visitas domiciliares; esterilizar ou preparar materiais para esterilização; acompanhar e transportar pacientes; promover bloqueio de epidemias; promover grupos educativos com pacientes; integrar e participar de reuniões de equipe; atuar de forma integrada com profissionais de outras instituições; orientar e supervisionar os

trabalhos auxiliares de enfermagem; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas.

TÉCNICO EM HIGIENE DENTARIA

Ensino Médio Completo com Formação Técnica

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de executar tarefas de apoio técnico ao cirurgião-dentista no tratamento odontológico; participar do treinamento de atendente de consultórios dentários; colaborar nos programas educativos de saúde bucal; colaborar nos levantamentos e estudos epidemiológicos; auxiliar o cirurgião-dentista no tratamento da saúde bucal do paciente, assistindo-o em consultório, no laboratório de prótese odontológica; participar de campanhas comunitárias preventivas e tratamento das doenças bucais; proceder à conservação e à manutenção do equipamento odontológico; colaborar em atividades didático-científicas e na orientação de atendimento a pacientes; efetuar tratamento de descarte de resíduos de materiais de seu local de trabalho; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas.

TÉCNICO EM PRÓTESE

Ensino Médio Completo com Formação Técnica

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de executar tarefas de confeccionar moldeiras e moldes de próteses dentárias; executar montagem das próteses dentárias; fundir metais para obter peças de prótese dentária; confeccionar e/ou reparar aparelhos de prótese dentária; corrigir e eliminar deficiências de peças dentárias; confeccionar aparelhos protéticos de correção posicional dos dentes ou maxilares; providenciar materiais necessários para a execução de serviços; encaminhar serviços para empresas especializadas, quando necessário; operar instrumentos e equipamentos destinados à realização dos serviços; colaborar em programas e em projetos dando suporte técnico; auxiliar professores e alunos em aulas práticas e estágios; trabalhar segundo normas de qualidade, produtividade, segurança e higiene; zelar pela manutenção, limpeza, conservação, guarda e controle de todo o material, aparelhos, equipamentos e de seu local de trabalho; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO (*)

Ensino Médio Completo com Formação Técnica

Participar da elaboração e implementação da política de saúde e segurança no trabalho nas repartições da administração municipal; Orientar e coordenar o sistema de segurança do trabalho, investigando riscos e causas de acidentes, analisando esquemas de prevenção; Inspecionar locais, instalações e equipamentos da empresa e determinar fatores de riscos de acidentes; Propor normas e dispositivos de segurança, sugerindo eventuais modificações nos equipamentos e instalações e verificando sua observância, para prevenir acidentes; Inspecionar os postos de combate a incêndios, examinando as mangueiras, hidrantes, extintores e equipamentos de proteção contra incêndios; Comunicar os resultados de suas inspeções, elaborando relatórios; Investigar acidentes ocorridos, examinando as condições da ocorrência, para identificar suas causas e propor as providências cabíveis; Intermediar junto aos serviços médico e social da instituição, visando facilitar o atendimento necessário aos acidentados; Registrar irregularidades e elaborar estatísticas de acidentes; Treinar os funcionários da empresa sobre normas de segurança, combate à incêndios e demais medidas de prevenção de acidentes; Coordenar a publicação de matéria sobre segurança no trabalho, preparando instruções e orientando a confecção de cartazes e avisos, para divulgar e desenvolver hábitos de prevenção de acidentes.

Participar de reuniões sobre segurança no trabalho, fornecendo dados relativos ao assunto, apresentando sugestões e analisando a viabilidade de medidas de segurança propostas, para aperfeiçoar o sistema existente.

Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática.

Executar e apoiar outras tarefas para o desenvolvimento das atividades do setor, inerentes à sua função.

TÉCNICO QUÍMICO (*)

Ensino Médio Completo com Formação Técnica

Acompanhamento da estação de tratamento de água e estação de tratamento de esgoto, consistente em programar, organizar, orientar e supervisionar, dentro dos padrões preestabelecidos, as atividades referentes a operação da ETA (sistema de tratamento, captação e controle de qualidade) e da ETE (sistema de esgoto doméstico); confeccionar escalas e relatórios; fazer coletas de amostras para análises; preparar materiais e equipamentos para ensaio; preparar reagentes químicos; fazer análises físico-químicas e microbiológicas; elaborar relatórios e documentação técnica rotineira de registros legais; preencher fichas e formulários; operar máquinas, equipamentos e instalações dos laboratórios; instruir e supervisionar a higiene e limpeza da ETA e ETE; executar outros serviços técnicos relacionados com o tratamento de água na ETA, inclusive a captação, coleta e controle da qualidade de água; executar outros serviços técnicos relacionados com o tratamento de esgoto na ETE/ETA, inclusive coleta e controle da qualidade do efluente doméstico; orientar o carregamento e transporte de água potável, assim como emitir formulário de liberação do veículo; orientar o carregamento e transporte do lodo gerado na ETE, para sua destinação final, inclusive emitir formulário do veículo e da carga; cumprir plano de manutenção preditiva e preventiva de todos os equipamentos da área de atuação; levar ao conhecimento do superior imediato qualquer anormalidade que observar nos sistemas de tratamento de água e esgoto; auxiliar no desenvolvimento e implantação de pesquisas de organismos patogênicos, bem como sugerir ações para sua erradicação, conforme normas dos órgão estaduais e federais competentes; auxiliar na criação de planos de amostragem previstos em leis que otimizem, quantifiquem e qualifiquem os serviços executados; emitir e assinar laudos das análises efetuadas nos laboratórios da ETA e da ETE; atender as normas de higiene e segurança do trabalho; utilizar e interpretar normas técnicas de ensaios e especificações; executar técnicas básicas de laboratório químico; realizar licenciamentos e registros junto aos órgãos oficiais: requerer licença de funcionamento, requerer registro do produto, requerer autorização e/ou licença de compra para produtos controlados e elaborar mapas de consumo de produtos controlados; especificar máquinas e equipamentos; definir fluxo de produção; acompanhar montagem e instalação de equipamentos; testar máquinas equipamentos, dentro de sua área de atuação; atualizar procedimentos internos de análises, de ensaio, de processos de acordo com as normas vigentes; participar e/ou acompanhar auditoria

interna e externa e monitorar qualidade dos fornecedores; elaborar programa de descarte dos resíduos de acordo com a legislação vigente; pesquisar métodos de recuperação e reciclagem de resíduos, minimizando impactos ambientais indesejáveis; levantar necessidades de treinamento interno e externo, elaborando programas de treinamento, preparando material e ministrando treinamento, quando for o caso; atuar com responsabilidade ambiental e executar outros serviços e atividades afins.

VETERINARIO (*)

Ensino Superior em Medicina Veterinária

Planejar e executar programas de defesa sanitária, de desenvolvimento e aprimoramento relativos à área veterinária e zootécnica, e que visem políticas públicas destinadas à saúde, à proteção, à defesa e ao bem-estar dos animais; Promover saúde pública; instruir e prestar assessoramento técnico aos criadores do Município, sob o modo de tratar e criar os animais, bem como, sobre problemas de técnica pastoril; estimular o desenvolvimento das criações já existentes no Município, bem como a implantação daquelas economicamente mais aconselháveis; atestar o estado de sanidade de produtos de origem animal; planejar e desenvolver campanhas de serviços de fomento; atuar em questões legais de higiene dos alimentos e no combate às doenças transmissíveis dos animais; exercer defesa sanitária animal; realizar, coletar materiais e dar diagnósticos para todos os tipos de exames; coordenar a vacinação antirrábica e orientar a profilaxia da raiva e demais enfermidades em animais; pesquisar necessidades nutricionais dos animais; contribuir para o bem-estar animal; orientar e responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

VIGIA*(CARGO EM EXTEINÇÃO)*

Ensino Fundamental Completo

Compreende o cargo a que se destina com atribuições de vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, centros de esportes, escolas, obras em execução e edifícios onde funcionam os órgãos municipais; percorrer sistematicamente as dependências de edifícios da Fundação e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente e observando pessoas que lhe parecem suspeitas para possibilitar a tomada de medidas preventivas; zelar pela segurança de materiais e veículos postos sob sua guarda; controlar e orientar a circulação de veículos e pedestres nas áreas de estacionamento público municipal, para manter a ordem e evitar acidentes; vigiar materiais e equipamentos destinados a obra; contatar, quando necessário, órgãos públicos, comunicando a emergência e solicitando ajuda; comunicar imediatamente á autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas; zelar pela limpeza das áreas sob sua vigilância; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas compatíveis com a natureza do cargo e de interesse da municipalidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇAO 0014/2019

TERMO DE RATIFICAÇAO

O prefeito municipal de Lambari D´Oeste –MT, Estado De Mato Grosso, srº EDVALDO ALVES DOS SANTOS, torna público que em virtude da haver concordado com a justificativa apresentada no processo de contratação direta com a pessoa jurídica a empresa a ELIANE DUTRA ARRAIS, CNPJ: 32.749.999/0001-62, residente na Rua Alagoas, Nº 731, Bairro Recanto Silvestre, CEP:06.530-245, Santana de Parnaíba -SP.cujo objeto: "**FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LAMPADAS LED DRIVE FULL RANGE PARA MANUTENÇÃO DO CANTEIRO DA AVENIDA BOA VISTA DE LAMBARI D´OESTE.**"." Em um valor total de R$ 12.000,00 (doze mil reais) onde formulou se expediente de dispensa de licitação 014/2019, fulcrada nas disposições do art.24, inciso II da lei federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa, ordena sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal, e autoriza a contratação da ELIANE DUTRA ARRAIS para realização do objeto.

Lambari D´Oeste, MT 12 de junho de 2019

Edvaldo Alves Dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019

A Prefeitura Municipal de Marcelândia – MT torna público para conhecimento dos interessados que no dia **28/06/2019, as 08:00 horas** (Horário de Mato Grosso), realizar-se-á abertura da **Tomada de Preço nº 007/2019**, a qual tem por objeto a Contratação de empresa especializada para execução das obras de melhoria em iluminação pública em diversas ruas do município de Marcelândia- MT, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físicofinanceiro. TIPO DE LICITAÇÃO: **Menor Preço Global**. O Edital Completo estará disponível aos interessados de 2ª a 6ª feira das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Rua Dos Três Poderes nº 777, Centro, CEP. 78.535-000 - Marcelândia-MT, ou ainda no site: www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitações) .

Marcelândia/MT, em 12 de junho de 2019.

RAPHAELLA ESPÍNDOLA BENÍCIO

Secretária da CPL

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO Nº 040-2019 ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00040/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor, Prefeito Municipal de MARCELANDIA no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00991/2018** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 561.688,68 (Quinhentos e sessenta e um mil seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos.

05.001-Gabinete da Secretaria

05.001.26.782.0012.2101.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	151.660,00
05.001.15.451.0012.1072.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	2.000,00
05.001.15.451.0012.1072.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	1.100,00
	Sub-Total:	**154.760,00**

06.001-Gabinete da Secretaria

06.001.10.301.0013.2035.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	3.000,00
	Sub-Total:	**3.000,00**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	3.380,00
06.002.10.302.0014.2072.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	2.000,00
06.002.10.305.0014.2073.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	21.000,00
06.002.10.301.0013.1182.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	1,00
06.002.10.301.0013.2038.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por tempo Determinado	10.000,00
06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	40.000,00
	Sub-Total:	**76.381,00**

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.364.0015.1124.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	1.600,00
07.001.12.365.0017.1152.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	139.446,68
07.001.12.365.0017.2100.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	31.000,00
07.001.12.361.0015.2056.3.3.9.0.93.00.00.00	Indenizacoes e restituicoes	60.000,00
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	50.000,00
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	12.000,00
	Sub-Total:	**294.046,68**

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0021.2020.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	2.000,00
	Sub-Total:	**2.000,00**

08.004-Departamento de Cultura

08.004.13.392.0022.1115.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	25.000,00
08.004.13.392.0022.1115.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	300,00
	Sub-Total:	**25.300,00**

09.001-Gabinete da Secretaria

09.001.18.541.0024.1032.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	1,00
09.001.18.541.0024.1032.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	6.200,00
	Sub-Total:	**6.201,00**
	Total Parcial Suplementado:	**561.688,68**

05.001-Gabinete da Secretaria

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO Nº

05.001.25.752.0012.2030.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	30.000,00
05.001.25.752.0012.2030.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	30.000,00
05.001.15.452.0011.2068.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
05.001.15.452.0011.2068.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	10.000,00
05.001.15.452.0011.2068.3.3.9.0.36.00.00.00	Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	5.000,00
	Sub-Total:	**80.000,00**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.302.0013.2040.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	100.000,00
06.002.10.301.0013.2038.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
06.002.10.301.0013.2038.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.000,00
	Sub-Total:	**130.000,00**

07.001-Gabinete da Secretaria

07.001.12.361.0017.1105.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	5.000,00
07.001.12.361.0019.2052.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	50.000,00
07.001.12.361.0019.2052.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	20.000,00
07.001.12.361.0015.2056.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	20.000,00
07.001.12.361.0015.2056.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	50.000,00
07.001.12.361.0017.1105.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	5.000,00
	Sub-Total:	**150.000,00**

08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social

08.002.08.244.0029.1165.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	5.000,00
08.002.08.244.0029.1165.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	5.000,00
08.002.08.244.0021.1157.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	15.000,00
08.002.08.244.0021.1157.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	5.000,00
08.002.08.244.0021.1157.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	5.000,00
	Sub-Total:	**35.000,00**

09.001-Gabinete da Secretaria

09.001.23.695.0049.2069.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e despesas com locomocao	5.000,00
09.001.23.695.0049.2069.3.3.9.0.36.00.00.00	Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	5.000,00
09.001.23.695.0049.2069.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	10.000,00
09.001.23.695.0049.2069.3.3.9.0.31.00.00.00	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DES	10.000,00
09.001.23.695.0049.2069.3.3.5.0.41.00.00.00	Contribuicoes	10.000,00
09.001.23.695.0049.2069.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias	10.000,00
09.001.23.695.0049.2069.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	10.000,00
	Sub-Total:	**60.000,00**

09.002-Departamento de Assuntos Indigenas

09.002.14.423.0048.2102.3.1.9.1.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais - RPPS	4.000,00
09.002.14.423.0048.2102.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	6.000,00
09.002.14.423.0048.2102.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	25.000,00
	Sub-Total:	**35.000,00**

11.001-Gabinete da Secretaria

11.001.15.451.0029.1010.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	5.000,00
11.001.15.451.0029.1010.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	10.000,00
11.001.15.451.0029.1010.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	5.000,00
11.001.04.122.0004.2099.3.3.5.0.41.00.00.00	Contribuicoes	5.000,00
11.001.04.122.0030.1015.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
	Sub-Total:	**35.000,00**

12.001-Gabinete da Secretaria

12.001.04.122.0028.2011.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	15.000,00
	Sub-Total:	**15.000,00**

13.001-Gabinete da Secretaria

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO Nº

13.001.04.122.0030.1169.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		9.688,68
		Sub-Total:	**9.688,68**
15.001-Gabinete da Secretaria			
15.001.27.813.0032.1173.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		2.000,00
15.001.27.813.0032.1173.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo		10.000,00
		Sub-Total:	**12.000,00**
		Total Parcial Reduzido:	**561.688,68**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

02, Maio de 2019

Prefeito Municipal
Prefeito(a)

PREVILÂNDIA
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018 – PREVILANDIA

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem suprimir o valor mencionado na Clausula Terceira Contrato Administrativo de Execução de Obra nº 003/2018, que tem como o objeto o seguinte: **Execução das obras de Construção da Sede do Fundo Municipal de Previdência Social de Marcelândia – PREVILÂNDIA,** conforme Planilhas Orçamentárias, Memorial Descritivo e Projeto Planta da Tomada de Preços nº 001/2018**.**

CONTRATADA: LFM ENGENHARIA E CONSTRUTORA EIRELI.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MARCELÂNDIA-MT - PREVILÂNDIA

VALOR DA SUPRESSÃO: R$ 1.522,69 (um mil, quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e nove centavos)

DATA ASSINATURA: 12/06/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RELATÓRIO DE DECISÃO 003/2019

Notif. 033 e 036/2019 e Ofício Nº 099-3/ADM/19

Ata de Registro de Preço Nº 028/2019

Vistos, etc...

RELATÓRIO DE DECISÃO

Foi celebrado entre o Município de Matupá e a empresa **CORDEIRO E BATISTA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 13.344.554/0001-58, com sede na Rua Piauí nº 229, Sala B, Bairro Dom Giocondo, na Cidade de Rio Branco/AC, CEP 69.900-321, e-mail: cordeiro_batista@hotmail.com e Telefone: (68) 3224-5567, representada por seu proprietário o Srº **NEUDECIO CORDEIRO BESSA**, portador do CPF sob nº 583.443.732-04 e RG nº 0256512 SSP/AC, Ata de Registro de Preço Nº 028/2019, sendo o objeto PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS GRÁFICOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ.

Foram encaminhadas a empresa as Notificações Nº 033 e 036/2019, referente ao atraso na entrega dos itens e que o não cumprimento do prazo estabelecido em ata ensejaria na rescisão contratual, e aplicação de penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá por até 02 anos, dando prazo antes de efetuar a rescisão e aplicação da penalidade, de 5 dias úteis para o contratado, em querendo, apresentar defesa, respeitando assim o contraditório e a ampla defesa, conforme estabelecido no art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a empresa recebeu ambas notificações mas não justificou o motivo pela não entrega dos itens.

O Município de Matupá através do Ofício Nº 099-3/ADM/19 de 03 de Junho de 2019, informou que a empresa seria suspensa nos termos da Cláusula 12.3, "c" da Ata de Registro de Preço Nº 028/2019 dando-lhe o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se querendo se manifestasse a respeito, foi confirmado o recebimento do Ofício no dia 04 de Junho de 2019, via telefone, as 10h10min pela Sra. Neide, e mais uma vez não houve nenhuma resposta.

Sendo este o relatório dos principais atos processuais para emissão do juízo, fundamento e decido.

DECISÃO

O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece a obrigatoriedade da Administração Pública obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A não entrega dos produtos causa gravíssimo dano à administração pública, bem como, é danosa para toda a sociedade que deixa de usufruir de um serviço de qualidade ofertado pela Administração Pública, em cristalina violação aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência.

A inexecução do contrato enseja a rescisão e suas consequências conforme normas entabuladas na Lei 8.666/1993 e no próprio procedimento licitatório e instrumento de contrato.

A Lei nº 8.666/1993 estabelece:

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

.....

.....

Art.79 - A rescisão do contrato poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

Analisando o caso em tela, depreende-se que a empresa não observou os prazos assinados na Ata nem leva em consideração tamanha importância dos itens para o bom andamento do serviço público como também não demonstra interesse em justificar a não entrega.

A cláusula 10 do contrato estabelece como motivo de cancelamento o descumprimento de cláusula contratual:

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10-1 – A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

...

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

Frente ao exposto, está configurado motivos e fundamentos para o cancelamento da Ata de Registro de Preço em decorrência de sua inexecução.

Ademais, o cancelamento da Ata de Registro de Preço não é a única consequência para a inexecução da Ata, a mesma gera aplicação de penalidades conforme cláusula 12:

12. DAS PENALIDADES

*****

b) *Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Municipal de Matupá – MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;*

Das penalidades possíveis ao caso em análise, entendo que a mais justa é a constante no item (V) ***declaração de inidoneidade para participar*** de participação em licitação e contratar, conforme prevê o inciso IV do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

Entendo ser a mais justa por não impedir o exercício das atividades da empresa com terceiros e impede que no período de dois anos volte a causar danos a Administração Municipal de Matupá.

Diante do exposto, por conta do já exarado e com base na fundamentação retro, determino a rescisão unilateral do Contrato de Serviço de Engenharia Nº 140/2018 originado da Tomada de Preço nº 17/2018, nos termos dos artigos 77, 78, I e IV e 79 todos da Lei nº 8.666/1993, sendo, ainda, apli-

cada a pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, pelo prazo de dois anos e multa de 20 % sobre o valor do contrato pela inexecução total da obra, o qual segue acostado a essa decisão DAM – Documento de Arrecadação Municipal com vencimento para o dia 10 de junho do ano de 2019.

Cumpra-se a decisão, devendo ser elaborado o termo de rescisão unilateral do contrato e publicado esta decisão com a aplicação da pena de declaração de inidoneidade e multa para que surtam os devidos efeitos.

Matupá-MT, em 11 de Junho de 2019.

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito de Matupá –

CORDEIRO E BATISTA LTDA

Sr. Neudecio Cordeiro Bessa

Rio Branco AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 017 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 017 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

O Sr. **VALTER CESAR COUTINHO**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução do **Contrato nº 003/2019** da unidade Administrativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI e fornecedores de bens e/ou serviços;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO,** Admitida no mês e ano 09/2007, como **AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**,para acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir, detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento do **Contrato nº 003/2019** com objetivo de **Serviços no recebimento das faturas de água, esgoto e serviços afins, de qualquer consumidor, emitidas e distribuídas pelo SAEMI**, contratando a empresa **BANCO BRADESCO.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data do dia 12 de junho de 2019.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Mirassol D'Oeste/MT, 12 de junho de 2019.

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 018 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 018 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

O Sr. **VALTER CESAR COUTINHO**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução do **Contrato nº 005/2019** da unidade Administrativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI e fornecedores de bens e/ou serviços;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO,** Admitida no mês e ano 09/2007, como **AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**,para acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir, detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento do **Contrato nº 005/2019** com objetivo de **Serviços no recebimento das faturas de água, esgoto e serviços afins, de qualquer consumidor, emitidas e distribuídas pelo SAEMI**, contratando a empresa **BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data do dia 12 de junho de 2019.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Mirassol D'Oeste/MT, 12 de junho de 2019.

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 02/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO N. 02/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO, **conforme Edital com recursos próprios oriundos das aplicações de multas de trânsito a condutores infratores. A Prefeitura Municipal de Mirassol D' Oeste, através da CPL torna público aos interessados o resultado do procedimento acima, tendo como** vencedora a empresa: M. A. COMÉRCIO EIRELI, inscrita no CNPJ sob n. 04.398.282/0001-88 com valor global de R$109.500,00 (Cento e Nove Mil e Quinhentos Reais), **sendo HOMOLOGADO pelo Prefeito em 12/06/2019. CÉLIA REGINA DE MATTOS PRADO – PRESIDENTE DA CPL. EUCLIDES DA SILVA PAIXAO - PREFEITO – M. D' Oeste, 13/06/2019.**

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 004/2017

2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 004/2017

Termo aditivo para Contratação da locação de sistemas de informática envolvendo: contabilidade Pública (método das Partidas Dobradas), Folha de Pagamento, Controle de Patrimônio Público, Compras e Licitação, Controle de Estoque, Controle de frotas do SAEMI. Manutenção, Treinamento e Locação de Software do Portal da Transparência:

O SAEMI – SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE/MT, situada na Rua: Ricardo Druzian Gallo nº 167 – Bairro: Mirassol II – Mirassol D´Oeste – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 07.745.657/0001-27, neste ato representado pelo Diretor **Sr. VALTER CESAR COUTINHO, brasileiro, casado, portador do RG: 1385677-4 SSP/MT e CPF: 926.295.711-49**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante determinado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a **Empresa JUSSEMAR REBULI PINTO - ME**, com sede na Rua Arthur F. Xavier, 555. Centro – Araputanga-MT, CEP: 78.260-000, inscrita no CNPJ sob o n° 05.409.467/0001-03, representada neste ato pelo seu Proprietário o **Sr. JUSSEMAR REBULI PINTO**, brasileiro, casado, portador do RG sob n.0 0963.044-9 SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob n.0 843.499.481-04, doravante denominada simplesmente CONTRATADO. O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **CONVITE Nº001/2017**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação da locação de sistemas de informática envolvendo: contabilidade Pública (método das Partidas Dobradas), Folha de Pagamento, Controle de Patrimônio Público, Compras e Licitação, Controle de Estoque, Controle de frotas do SAEMI. Manutenção, Treinamento e Locação de Software do Portal da Transparência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados em consonância com a Administração Pública do SAEMI, devendo o contratado executar com lisura e profissionalismo

os serviços objetos do contrato ora firmado, de acordo com as melhores técnicas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DIREÇÃO DOS SERVIÇOS

A direção geral e responsabilidade técnica dos serviços, caberão ao Técnico, Sr. **JUSSEMAR REBULI PINTO.**

CLÁUSULA QUARTA - DA LICITAÇÃO

O presente aditivo do contrato é oriundo do Processo Licitatório modalidade de Convite n° 001/2017.

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

Em regime de execução de Contrato de Prestação de Serviços, em caráter irrevogável e irretratável.

CLÁUSULA SEXTA - DO INÍCIO E DURAÇÃO

A prestação dos Serviços tem início na data de assinatura do presente instrumento e término em 12 meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS

Valor Totalde **R$ 95.201,52(**noventa e cinco mil e duzentos e um reais e cinquenta e dois centavos) o valor global será pago em doze parcelas iguais de **R$ 7.933,46** (sete mil novecentos e trinta e três reais e quarenta e seis centavos).

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO

A periodicidade dos serviços será mensal e o valor ora contratado não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Os valores serão pagos ao CONTRATADO, até no décimo dia do mês subseqüente, diretamente na Tesouraria Do Saemi.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO

O valor do contrato será empenhado na seguinte dotação:

01.001 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste

04.122.0002.2069– *Manutenção dos Serviços Administrativos.*

33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor Totalde **R$ 95.201,52(**noventa e cinco mil e duzentos e um reais e cinquenta e dois centavos) o valor global será pago em doze parcelas iguais de **R$ 7.933,46** (sete mil novecentos e trinta e três reais e quarenta e seis centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – Unilateralmente pela CONTRATANTE:

Quando houver modificação das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos, ou transferência no todo ou em partes a prestação dos serviços.

Quando necessário à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Nº. 8.666/93.

II – Por acordo das partes:

Quando necessária à modificação do regime de execução, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantidos o valor inicial atualizado.

A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme Parágrafo 1° do Art.65 da Lei 8.666/93.

Se o contrato não houver sido contemplado preços para determinados serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites previstos no sub-item anterior.

Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do Contratado, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos preceituados pelo Parágrafo 6º.Do Art.65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, as partes poderão, garantida a prévia defesa, aplicar as sanções previstas nos incisos I, III e IV do Art, 87 da Lei Federal 8.666/93 e Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos serviços contratados.

É de responsabilidade do CONTRATADO o pagamento de toda e qualquer multa ou penalidade sofrida pela CONTRATANTE ocasionada em virtude do mau funcionamento do serviço prestado, perante os órgãos fiscalizadores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, se uma das partes não cumprir o disposto neste instrumento, ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DESPESAS

CONTRATADO: despesas de alimentação e hospedagem na sede do município ou a serviço em outra localidade em favorecimento da mesma.

Todos os tributos e encargos legais decorrentes da execução do presente contrato, bem como despesas de locomoção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas da Lei nº. 8.666, de 21/06/93, e nos casos omissos elegem as entidades contratantes, Foro da Comarca de Mirassol D`Oeste, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam de comum acordo o presente em duas vias de igual teor e forma, prometendo respeitar fielmente por si ou seus sucessores legais, todas as Cláusulas Contratuais, tudo na presença de duas testemunhas, que também assinam.

Mirassol D`Oeste – MT, 12 de Junho de 2019.

CONTRATANTE

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

CONTRATADO

JUSSEMAR REBULI PINTO - ME

Rua Arthur F. Xavier , 555

Centro – Araputanga-MT

CEP: 78.260-000

CNPJ – 05.409.467/0001-03

TESTEMUNHAS

NOME: ..... NOME: ....

RG …….. **RG: ……..**

CPF N° ..... CPF N° .....

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
EDITAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 02/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 16/2019

O Prefeito Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado n. 02/2019, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, a realização das provas práticas no dia 09/06/2019 para os cargos que a exigiam.

RESOLVEM:

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 02/2019, **item 4, "U"**, da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste - MT, **DIVULGAR**:

a) ANEXO I - RESULTADO GERAL COM PONTUAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS REALIZADAS EM 09/06/2019.

2º - Nos termos do item 12 e seus subitens, do Edital do Processo Seletivo Simplificado n. 02/2019, da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste – MT, fica em vigência o prazo legal de recursos quanto ao conteúdo deste Edital Complementar a partir de sua publicação.

3º - Este Edital Complementar e seu anexo ficarão à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT e no endereço eletrônico: **https://www.mirassoldoeste.mt.gov.br**, a partir da data.

Mirassol D`Oeste – MT, 10 de Junho de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 02/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 16/2019

ANEXO I

RESULTADO GERAL COM PONTUAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS REALIZADAS EM 09/06/2019

43-Mecânico de Máquinas Pesadas (CR)												
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**MT**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRÁTICA**	**RESULT. GERAL (objetiva + prática)**	**COL**	**SIT**
161	IVAN ROBERTO SCHUCH	3,00	10,00	9,00	14,00	**23/12/1983**	**N**	**36,00**	**-**	**36,00**	1º	RP
777	REGINALDO ALVES MARTINS	6,00	8,00	3,00	8,00	**25/06/1993**	**N**	**25,00**	**-**	**25,00**	2º	RP
779	MATEUS AIRES DA SILVA	3,00	8,00	6,00	6,00	**24/11/1999**	**N**	**23,00**	**-**	**23,00**	3º	RP
504	LUCAS SOUZA CRUZ	3,00	4,00	3,00	10,00	**18/12/1994**	**N**	**20,00**	**-**	**20,00**	4º	RP
1543	HENRIQUE GIANINI ALVES	-	-	-	-	**20/07/1998**	**N**	**ausente**	**-**	**-**	5º	RP
53-Motorista (CR)												
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**MT**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRÁTICA**	**RESULT. GERAL (objetiva + prática)**	**COL**	**SIT**
120	CARLOS ROBERTO GREVE NETO	9,00	12,00	6,00	12,00	**16/03/1994**	**N**	**39,00**	**30,00**	**69,00**	1º	CR
1275	ISAIAS AMBROSIO DE FRIAS	6,00	16,00	3,00	10,00	**06/06/1973**	**N**	**35,00**	**30,00**	**65,00**	2º	CR
1492	ELIAQUIM SILVA FURTUOSO	9,00	12,00	9,00	8,00	**25/11/1997**	**N**	**38,00**	**ausente**	**38,00**	3º	RP
274	ALTAMIRO JOSE BORGES	9,00	10,00	3,00	4,00	**27/06/1956**	**N**	**26,00**	**-**	**26,00**	4º	RP
1221	JOSE DE SOUZA LUCATI	-	4,00	-	8,00	**03/05/1980**	**N**	**12,00**	**-**	**12,00**	5º	RP
1434	CARLOS ROBERTO CARDOSO	-	-	-	-	**20/04/1975**	**N**	**ausente**		**-**	6º	RP
954	WANDERLEI NEGRINI	-	-	-	-	**27/03/1977**	**N**	**ausente**		**-**	7º	RP
1072	JOEL LOPES DE BARRO	-	-	-	-	**06/04/1986**	**N**	**ausente**		**-**	8º	RP
10-Motorista												
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**MT**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRÁTICA**	**RESULT. GERAL (objetiva + prática)**	**COL**	**SIT**
707	JODINEY ANTONIO DA SILVA	15,00	10,00	6,00	12,00	**27/10/1986**	**N**	**43,00**	**30,00**	**73,00**	1º	AP
833	ELTON AGUIAR DE ANDRADE	6,00	14,00	15,00	16,00	**27/06/1983**	**N**	**51,00**	**ausente**	**51,00**	2º	RP

113	JOÃO CARLOS FERREIRA	6,00	12,00	9,00	12,00	22/07/1979	N	39,00	ausente	39,00	3º	RP
72	SANDRO DE OLIVEIRA SANTOS	3,00	6,00	-	6,00	28/07/1980	N	15,00	-	-	4º	RP
11-Motorista												
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**MT**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRÁTICA**	**RESULT. GERAL (objetiva + prática)**	**COL**	**SIT**
1496	GILSON DA SILVA NOBRE	9,00	16,00	3,00	10,00	01/10/1980	N	38,00	29,50	67,50	1º	AP
1365	EDIMILSON DOROTEIA FERREIRA	6,00	8,00	6,00	12,00	11/07/1979	N	32,00	28,00	60,00	2º	CR
861	FLORENTINO BATISTA DE SOUZA	6,00	6,00	6,00	12,00	28/08/1964	N	30,00	14,50	44,50	3º	CR
12-Motorista												
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**MT**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRÁTICA**	**RESULT. GERAL (objetiva + prática)**	**COL**	**SIT**
108	MARCELO DANIEL DA SILVA	15,00	10,00	9,00	10,00	07/02/1972	N	44,00	18,50	62,50	1º	AP
581	RONALDO MARIANO RINGO	9,00	12,00	6,00	16,00	11/06/1987	N	43,00	ausente	43,00	2º	RP
1349	ALESSANDRO GUTIERREZ DA SILVA	6,00	8,00	3,00	10,00	18/12/1979	N	27,00	-	27,00	3º	RP
13-Motorista												
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**MT**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRÁTICA**	**RESULT. GERAL (objetiva + prática)**	**COL**	**SIT**
1003	ANTONIO APARECIDO PEREIRA	15,00	18,00	12,00	14,00	25/04/1972	N	59,00	28,00	87,00	1º	AP
42	RONALDO SOUTA DIAS	15,00	12,00	12,00	12,00	16/11/1980	N	51,00	28,00	79,00	2º	AP
1281	JULIANO CESAR SONODA	12,00	18,00	12,00	16,00	24/10/1987	N	58,00	20,00	78,00	3º	AP
294	MARCOS ANTONIO DA SILVA	9,00	10,00	12,00	10,00	01/12/1973	N	41,00	30,00	71,00	4º	AP
1179	SERGIO BATISTA TOMAZ	9,00	10,00	6,00	16,00	19/06/1975	N	41,00	30,00	71,00	5º	AP
532	RONY OLIVEIRA QUEROZ	9,00	18,00	9,00	10,00	26/09/1990	N	46,00	23,50	69,50	6º	AP
588	ROBERTO CAZARIN	6,00	10,00	9,00	14,00	19/08/1984	N	39,00	29,50	68,50	7º	AP
101	WELLINGTON HELDER SÃO MARCO BASSAROTTI	12,00	16,00	12,00	4,00	20/12/1987	N	44,00	23,00	67,00	8º	CR
901	JOSE RODRIGO LEITE DE ALMEIDA	9,00	12,00	6,00	10,00	26/08/1987	N	37,00	30,00	67,00	9º	CR
1333	ANTONIO LEITE CRUZ	9,00	4,00	9,00	14,00	09/05/1957	N	36,00	28,50	64,50	10º	CR
1034	SIDNEI CANDIDO TELES	12,00	2,00	9,00	12,00	22/10/1977	N	35,00	23,50	58,50	11º	CR
370	JUCIEL SANDRO DE BARROS	12,00	14,00	12,00	12,00	20/08/1990	N	50,00	9,50	59,50	12º	RP
1680	CLAUDINEI DA SILVA SOUZA	15,00	10,00	9,00	12,00	02/06/1982	N	46,00	8,50	54,50	13º	RP
1683	GILBERTO QUIRINO CARDOSO	12,00	12,00	12,00	16,00	09/12/1959	N	52,00	-	52,00	14º	RP
203	ALAN CAMILO DANTAS	9,00	16,00	12,00	10,00	02/12/1994	N	47,00	ausente	47,00	15º	RP
900	WANDEILSON SOUZA DE MOURA	9,00	16,00	9,00	12,00	03/11/1989	N	46,00	ausente	46,00	16º	RP
372	ELISEU DE MORAIS DANELICHEN	12,00	14,00	9,00	6,00	21/03/1970	N	41,00	ausente	41,00	17º	RP
186	RONALDO DA SILVA	9,00	10,00	3,00	8,00	16/06/1983	N	30,00	ausente	30,00	18º	RP
1401	RODRIGO TOLÓ DE PAULA	3,00	12,00	3,00	12,00	02/02/1989	N	30,00	-	30,00	19º	RP
1637	ITALO HENRIQUE DA SILVA	3,00	8,00	3,00	4,00	14/06/1993	N	18,00	-	18,00	20º	RP
1582	JUVENIL GOMES DA SILVA	-	-	-	-	14/09/1960	N	ausente			21º	RP
940	ALESSANDRO BRAGA SEBA	-	-	-	-	28/12/1976	N	ausente			22º	RP
606	MARCIO FIGUEREDO VITOR	-	-	-	-	29/04/1986	N	ausente			23º	RP
1463	GEANDERSON DIEGO DOS SANTOS PEREIRA	-	-	-	-	30/09/1987	N	ausente			24º	RP
156	ADEMIR COUTINHO DE SOUZA	-	-	-	-	06/08/1992	N	ausente			25º	RP
47-Operador de Máquinas Rodoviárias (CR)												
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**MT**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRÁTICA**	**RESULT. GERAL (objetiva + prática)**	**COL**	**SIT**
198	ROGÉRIO CARNEIRO ROSSIN	9,00	14,00	6,00	14,00	24/10/1983	N	43,00	27,25	70,25	1º	CR

1230	GENIVALDO GONÇALVES DE MACEDO	15,00	12,00	-	10,00	04/02/1983	N	37,00	ausente	37,00	2º	RP

04-Agente Administrativo												
INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	RESULT. GERAL (objetiva + prática)	COL	SIT
591	GABRIEL EDMUNDO CASSIOTTI DA SILVA	6,00	18,00	3,00	14,00	28/06/1997	N	41,00	20,00	61,00	1º	AP
264	WELLINGTON LEONEL ALVES	6,00	12,00	9,00	12,00	02/06/1996	N	39,00	19,00	58,00	2º	CR
323	RAFAELLY DE PAULA MORAIS	6,00	14,00	3,00	6,00	15/05/1984	N	29,00	28,00	57,00	3º	CR
1577	VANESSA FIGUEREDO VITOR	6,00	16,00	3,00	8,00	23/12/1994	N	33,00	16,00	49,00	4º	CR
37	MARIA DALIANI LIMA OLIVEIRA	9,00	16,00	3,00	4,00	09/02/1985	N	32,00	15,00	47,00	5º	CR
1065	IZABELA CROZETTA PARPINELLI	6,00	18,00	3,00	4,00	28/04/1992	N	31,00	14,00	45,00	6º	CR
544	JOSEMAR CORREA DAS NEVES	6,00	12,00	9,00	4,00	21/03/1983	N	31,00	13,50	44,50	7º	CR
568	SEBASTIÃO DOS SANTOS JUNIOR	6,00	12,00	6,00	8,00	02/03/1993	N	32,00	ausente	32,00	8º	RP
1101	SERGIO CARLOS ARGENTIO JUNIOR	6,00	8,00	6,00	12,00	16/10/1992	N	32,00	ausente	32,00	9º	RP
569	LAIANI RIBEIRO DOS SANTOS	9,00	12,00	6,00	4,00	01/02/1995	N	31,00	ausente	31,00	10º	RP
845	WELLINGTON ROCHA DIAS	3,00	20,00	12,00	10,00	31/12/1981	N	45,00	-	45,00	11º	RP
1368	JONATHAN DOUGLAS ESPINDOLA RIBEIRO	3,00	18,00	9,00	12,00	11/06/1994	N	42,00	-	42,00	12º	RP
518	LOURDES AMARAL MENDES SILVA	-	20,00	6,00	14,00	01/03/1989	N	40,00	-	40,00	13º	RP
887	LUCAS LUZ DO NASCIMENTO	3,00	18,00	6,00	12,00	09/02/1995	N	39,00	-	39,00	14º	RP
1177	GABRIEL BARBOZA DE PAULA	3,00	16,00	12,00	8,00	22/09/1998	N	39,00	-	39,00	15º	RP
243	DAYANE WELLYS BRAGA	-	18,00	9,00	12,00	20/03/1989	N	39,00	-	39,00	16º	RP
137	THIAGO ESPINDOLA AGUEIRO	-	16,00	9,00	10,00	14/08/1995	N	35,00	-	35,00	17º	RP
693	MARIA BEATRIZ SANTOS BRITO	3,00	18,00	6,00	6,00	17/10/1998	N	33,00	-	33,00	18º	RP
27	ANIELLE ROBERTA SOUSA DELMONDES	-	14,00	9,00	10,00	17/12/1998	N	33,00	-	33,00	19º	RP
21	GUILHERME DANTAS TEIXEIRA	6,00	18,00	-	8,00	24/12/1997	N	32,00	-	32,00	20º	RP
744	THAIS CRISTINA DE ARAUJO MIRANDA	-	18,00	3,00	10,00	29/05/1995	N	31,00	-	31,00	21º	RP
717	ANA LÍVIA RODRIGUES CRISTANTE	3,00	16,00	3,00	8,00	27/03/2001	N	30,00	-	30,00	22º	RP
1590	LEANDRO BASTOS MOREIRA	-	16,00	6,00	8,00	10/01/1986	N	30,00	-	30,00	23º	RP
1054	ROSENILDA DOS SANTOS COSTA	-	14,00	6,00	10,00	02/07/1980	N	30,00	-	30,00	24º	RP
463	ABRAAO PARACATU VIEIRA	-	12,00	6,00	12,00	14/02/1996	N	30,00	-	30,00	25º	RP
1678	JACKSON MARCELO DOS SANTOS BARBOSA	3,00	16,00	6,00	4,00	08/09/1991	N	29,00	-	29,00	26º	RP
1566	MIKAELLY DE MORI GOBATI	6,00	12,00	3,00	2,00	20/10/1995	N	23,00	-	23,00	27º	RP
778	ELIANE MENDES DA SILVA	-	-	-	-	01/12/1981	N	ausente	-	-	28º	RP
1502	DOUGLAS FERNANDES DA SILVA	-	-	-	-	17/01/1983	N	ausente	-	-	29º	RP
193	ELIEZER PEREIRA BUENO	-	-	-	-	02/10/1984	N	ausente	-	-	30º	RP
1567	MEIDES CIRINO DE JESUS	-	-	-	-	30/03/1985	N	ausente	-	-	31º	RP
735	AMILTON CESAR MONTANI	-	-	-	-	23/11/1985	N	ausente	-	-	32º	RP
1255	REGIANE ALVES DE SOUZA	-	-	-	-	13/09/1986	N	ausente	-	-	33º	RP
353	JOYCE LUZ DOMINGUES	-	-	-	-	09/02/1993	N	ausente	-	-	34º	RP
683	JONATAS LEMOS DA SILVA	-	-	-	-	29/05/1995	N	ausente	-	-	35º	RP
1575	SIBELLE CRISTINA SANTOS E SILVA	-	-	-	-	08/04/1996	N	ausente	-	-	36º	RP
70	HYGOR VINÍCIUS SOUZA REZENDE	-	-	-	-	19/03/2001	N	ausente	-	-	37º	RP

37-Agente Administrativo (CR)												
INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	RESULT. GERAL (objetiva + prática)	COL	SIT

618	SIRLENE PEREIRA TAVARES DA COSTA	6,00	12,00	6,00	4,00	03/03/1981	N	28,00	ausente	28,00	1º	RP
2	VANUZA BRITO DA SILVA	-	16,00	12,00	4,00	08/09/1992	N	32,00	-	32,00	2º	RP
585	ANA CAROLINA OLIVEIRA ARAÚJO	3,00	16,00	-	10,00	16/04/1992	N	29,00	-	29,00	3º	RP
783	ELISEO TAPANACHE	3,00	10,00	9,00	6,00	16/02/2001	N	28,00	-	28,00	4º	RP
1325	MARISSOL OLIVEIRA DE SOUZA	3,00	14,00	3,00	6,00	11/09/1990	N	26,00	-	26,00	5º	RP
997	JESSICA DANDARA GOMIDES	-	-	-	-	19/07/1996	N	ausente	-	-	6º	RP
732	MATHEUS GUILHERME DE SOUZA RIBEIRO	-	-	-	-	20/03/2000	N	ausente	-	-	7º	RP

38-Assistente de Informática (CR)

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	RESULT. GERAL (objetiva + prática)	COL	SIT
1076	RAFAEL NUNES BAZAN	6,00	16,00	15,00	4,00	25/05/1993	N	41,00	26,00	67,00	1º	CR
1343	LUCAS ANACLETO DA SILVA	6,00	14,00	6,00	14,00	24/10/1997	N	40,00	20,25	60,25	2º	CR
4	EDSON EVANGELISTA CARVALHO	6,00	18,00	6,00	10,00	20/03/1986	N	40,00	19,75	59,75	3º	CR
337	MIRIAN REGINA ALVES	6,00	16,00	3,00	6,00	16/10/1990	N	31,00	26,75	57,75	4º	CR
179	WESLLEY SILVA GODOI	9,00	12,00	6,00	4,00	07/11/1994	N	31,00	23,25	54,25	5º	CR
390	EDILAINE PEREIRA CARVALHO	9,00	14,00	9,00	10,00	18/09/1996	N	42,00	ausente	42,00	6º	RP
572	JOSE RONALDO BARLETA DOS SANTOS	3,00	18,00	12,00	6,00	10/09/1986	N	39,00	-	39,00	7º	RP
356	WESLLEY PEREIRA DOS ANJOS	3,00	14,00	12,00	8,00	03/09/1998	N	37,00	-	37,00	8º	RP
804	MATEUS DOS SANTOS FLORENCIO	3,00	14,00	6,00	6,00	20/01/2000	N	29,00	-	29,00	9º	RP
224	JOSÉ CLAUDIO NEVES DA CUNHA	3,00	10,00	3,00	6,00	09/06/1998	N	22,00	-	22,00	10º	RP
46	NATHAN GRACIANO DA CUNHA PAIVA	-	-	-	-	27/02/2001	N	ausente	-	-	11º	RP

1-Auxiliar Administrativo

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	RESULT. GERAL (objetiva + prática)	COL	SIT
56	CLAUDIO ARAUJO MACHADO	6,00	16,00	9,00	16,00	10/02/1990	N	47,00	27,50	74,50	1º	AP
841	NATALIA DA SILVA ROSA	6,00	16,00	6,00	14,00	16/05/1991	N	42,00	26,50	68,50	2º	AP
1309	WEBERSON THIAGO DIAS GONÇALVES	9,00	18,00	6,00	10,00	30/03/2000	N	43,00	25,25	68,25	3º	AP
63	CAROLINA MARTINS DOS SANTOS	9,00	14,00	9,00	10,00	18/04/1995	N	42,00	24,00	66,00	4º	AP
1403	EDICARLA VENTUROLLI	6,00	18,00	6,00	10,00	31/08/1987	N	40,00	25,25	65,25	5º	AP
260	FABIANA DA SILVA LIRA	6,00	16,00	9,00	10,00	11/10/1995	N	41,00	22,25	63,25	6º	AP
432	KAROLINE MAXIMO FELTRIN DA SILVA	9,00	18,00	6,00	10,00	25/08/1998	N	43,00	20,00	63,00	7º	AP
61	POLIANA PAULA SOARES DA SILVA	6,00	14,00	9,00	8,00	08/09/1993	N	37,00	26,00	63,00	8º	CR
982	KLEFERSON RAMOS DE PAIVA	9,00	10,00	12,00	8,00	25/08/1995	N	39,00	21,75	60,75	9º	CR
979	WIRDINO LAURO FRANÇA	6,00	12,00	6,00	14,00	29/03/1997	N	38,00	21,50	59,50	10º	CR
415	CARLOS ALESSANDRO BATISTA	6,00	12,00	6,00	6,00	12/01/1990	N	30,00	28,50	58,50	11º	CR
395	PÂMELA KARINE DIAS PAIXÃO	6,00	18,00	6,00	8,00	04/01/1996	N	38,00	20,00	58,00	12º	CR
312	GABRIELA MICHALSKI	6,00	12,00	9,00	4,00	13/06/1998	N	31,00	26,25	57,25	13º	CR
1484	DILMA TEIXEIRA DA ROCHA	12,00	18,00	3,00	10,00	23/02/1983	N	43,00	13,00	56,00	14º	CR
714	SABRINA GREGIO XAVIER	6,00	16,00	6,00	10,00	21/11/1995	N	38,00	16,00	54,00	15º	CR
32	ALCILENE DA SILVA PROCOPIO	6,00	10,00	6,00	6,00	02/06/1995	N	28,00	20,00	48,00	16º	CR
456	CAMILA PRADO DO NASCIMENTO	6,00	14,00	9,00	2,00	04/04/1998	N	31,00	16,00	47,00	17º	CR
118	LETÍCIA FRANCO DANELICHEN	6,00	18,00	9,00	4,00	30/11/1994	N	37,00	ausente	37,00	18º	RP
786	MIRIAN PARREIRA MARQUES DE OLIVEIRA	6,00	12,00	9,00	10,00	29/06/1987	N	37,00	ausente	37,00	19º	RP
533	JÉSSICA BRANDÃO DOS SANTOS	6,00	18,00	6,00	4,00	09/03/1995	N	34,00	ausente	34,00	20º	RP

781	JOSÉ VITOR SOUZA SANTOS	6,00	14,00	6,00	8,00	**18/03/2000**	**N**	**34,00**	**ausente**	**34,00**	21º	RP
1084	FERNANDA CONTARDI MARTINEZ	6,00	16,00	3,00	8,00	**06/08/2001**	**N**	**33,00**	**ausente**	**33,00**	22º	RP
966	ADRIANO BRUNO DE SOUZA MÁXIMO	9,00	10,00	9,00	4,00	**23/05/1995**	**N**	**32,00**	**ausente**	**32,00**	23º	RP
1620	MATHEUS HENRIQUE DE ARAUJO NUNES	6,00	14,00	6,00	6,00	**20/06/1999**	**N**	**32,00**	**ausente**	**32,00**	24º	RP
76	VITOR DOUGLAS DA SILVA MUNIZ	9,00	12,00	6,00	2,00	**04/10/1999**	**N**	**29,00**	**ausente**	**29,00**	25º	RP
1197	DANIELY DE FÁTIMA MIRANDA MARTINEZ	6,00	12,00	6,00	4,00	**24/11/1994**	**N**	**28,00**	**ausente**	**28,00**	26º	RP
457	HENRIQUE MARIANO DOS SANTOS	6,00	12,00	6,00	4,00	**08/01/1998**	**N**	**28,00**	**ausente**	**28,00**	27º	RP
980	JESSICA ARAUJO BATISTA	3,00	18,00	12,00	10,00	**12/09/1991**	**N**	**43,00**	-	**43,00**	28º	RP
13	ANA PAULA DA SILVA	3,00	20,00	9,00	10,00	**25/11/1988**	**N**	**42,00**	-	**42,00**	29º	RP
494	RENATO LUÍS MAXIMIANO	3,00	18,00	6,00	14,00	**02/05/1992**	**N**	**41,00**	-	**41,00**	30º	RP
1591	JULIANE INARA CARDELIQUIO RICARDS	3,00	20,00	9,00	8,00	**21/05/1991**	**N**	**40,00**	-	**40,00**	31º	RP
946	ELIZA FERNANDA COUTINHO	3,00	18,00	9,00	10,00	**16/06/1989**	**N**	**40,00**	-	**40,00**	32º	RP
1188	MIRIAM BARBOSA SILVA	3,00	18,00	6,00	12,00	**22/09/1985**	**N**	**39,00**	-	**39,00**	33º	RP
537	ANA PAULA FELIX DA SILVA	3,00	16,00	12,00	8,00	**04/06/1990**	**N**	**39,00**	-	**39,00**	34º	RP
608	WANDERSON PEREIRA VIEIRA	3,00	18,00	9,00	8,00	**12/07/1993**	**N**	**38,00**	-	**38,00**	35º	RP
1600	CAMILA EDUARDA DOS SANTOS	3,00	20,00	6,00	8,00	**21/09/1999**	**N**	**37,00**	-	**37,00**	36º	RP
1252	JUCELMA GOMES	3,00	18,00	3,00	12,00	**25/01/1984**	**N**	**36,00**	-	**36,00**	37º	RP
1565	EDENICA KAORI FUJIMORI	-	20,00	3,00	12,00	**16/11/1993**	**N**	**35,00**	-	**35,00**	38º	RP
1394	BIANCA LARYANE LIMA COSTA	-	18,00	9,00	8,00	**18/06/1996**	**N**	**35,00**	-	**35,00**	39º	RP
1661	LORENNA STEFFANY DA SILVA GREVE	3,00	16,00	3,00	12,00	**10/01/1995**	**N**	**34,00**	-	**34,00**	40º	RP
316	CLEUDIA MOREIRA DOS SANTOS	3,00	18,00	6,00	6,00	**19/11/1981**	**N**	**33,00**	-	**33,00**	41º	RP
455	LUANA AMARAL MENDES SILVA	3,00	14,00	6,00	10,00	**15/02/1988**	**N**	**33,00**	-	**33,00**	42º	RP
866	DAIANA BEATRIZ CAMILO DE MELO	3,00	14,00	6,00	10,00	**22/04/2001**	**N**	**33,00**	-	**33,00**	43º	RP
84	NAYARA GRAYCE FERREIRA DE ALMEIDA	-	16,00	6,00	10,00	**22/04/1989**	**N**	**32,00**	-	**32,00**	44º	RP
1176	GABRIELY CAMARGO LIRA	9,00	16,00	-	6,00	**09/10/2000**	**N**	**31,00**	-	**31,00**	45º	RP
284	BRUNA RAFAELA ROSA	3,00	18,00	6,00	4,00	**04/09/1992**	**N**	**31,00**	-	**31,00**	46º	RP
1396	WANESSA SOUZA NASCIMENTO	-	14,00	9,00	8,00	**30/12/1991**	**N**	**31,00**	-	**31,00**	47º	RP
87	DÉBORAH DE BRITO MENDONÇA	-	14,00	9,00	8,00	**12/06/1999**	**N**	**31,00**	-	**31,00**	48º	RP
716	VIVIANE CARDOSO DE ALMEIDA	6,00	16,00	-	8,00	**04/07/1987**	**N**	**30,00**	-	**30,00**	49º	RP
295	DANIELLE ANDRE CORTE	6,00	16,00	-	8,00	**24/07/1999**	**N**	**30,00**	-	**30,00**	50º	RP
1098	ANNE CAROLINE VELHO BARBOSA	3,00	10,00	9,00	8,00	**07/09/1996**	**N**	**30,00**	-	**30,00**	51º	RP
1059	MARIANE NOVAES DE CAMPOS	-	18,00	6,00	6,00	**25/09/1996**	**N**	**30,00**	-	**30,00**	52º	RP
1511	AMANDA DA SILVA GONZAGA	-	10,00	12,00	8,00	**31/07/1992**	**N**	**30,00**	-	**30,00**	53º	RP
381	EDVILSON GABRIEL TAVARES DA SILVA	3,00	14,00	6,00	6,00	**27/01/1998**	**N**	**29,00**	-	**29,00**	54º	RP
409	SANDRA MARA DALMORO	-	18,00	3,00	8,00	**21/02/1991**	**N**	**29,00**	-	**29,00**	55º	RP
995	MAYCON BRENDON DE OLIVEIRA SILVA	-	18,00	3,00	8,00	**01/07/1997**	**S**	**29,00**	-	**29,00**	56º	RP
347	PÂMELA ANDRESSA DE SOUZA LIMA	3,00	18,00	3,00	4,00	**05/05/1995**	**N**	**28,00**	-	**28,00**	57º	RP
253	VITÓRIA GODOY	3,00	18,00	3,00	4,00	**27/10/1997**	**N**	**28,00**	-	**28,00**	58º	RP
1399	RAYANE TOLÓ DE PAULA	-	12,00	6,00	10,00	**19/07/1994**	**N**	**28,00**	-	**28,00**	59º	RP
826	PYETRA CRISTINA LOMPIAS DOS SANTOS	3,00	16,00	6,00	2,00	**30/09/1999**	**N**	**27,00**	-	**27,00**	60º	RP
158	ERICA MEDEIRO DA SILVA	3,00	14,00	6,00	4,00	**12/10/1989**	**N**	**27,00**	-	**27,00**	61º	RP
1352	FABIANA SOUZA CAMPOS	3,00	14,00	-	10,00	**21/10/1983**	**N**	**27,00**	-	**27,00**	62º	RP

1459	IGOR OTÁVIO DALMORO	3,00	10,00	-	14,00	14/02/1997	N	27,00	-	27,00	63º	RP
245	JENNIFER GONÇALVES LUSTIG	3,00	12,00	3,00	8,00	09/10/1998	N	26,00	-	26,00	64º	RP
541	DJENIFFER BETÂNIA DE SOUZA	3,00	12,00	3,00	8,00	10/02/2001	N	26,00	-	26,00	65º	RP
420	JUCILENE CORREA MOURA DE CERQUEIRA	-	16,00	6,00	4,00	22/11/1989	N	26,00	-	26,00	66º	RP
1086	PATRÍCIA MONTEIRO DA SILVA	3,00	16,00	-	6,00	24/01/1997	N	25,00	-	25,00	67º	RP
1478	RONISCLÉIA DOS SANTOS	3,00	14,00	6,00	2,00	21/01/1987	N	25,00	-	25,00	68º	RP
1592	VALÉRIA SOARES	-	14,00	3,00	8,00	18/09/1993	N	25,00	-	25,00	69º	RP
734	ESTEFANIA GOMES DE MATOS LIMA	6,00	12,00	3,00	2,00	13/09/1991	N	23,00	-	23,00	70º	RP
1655	GUSTAVO HENRIQUE CHIALLE BORGES	3,00	16,00	-	4,00	03/12/1997	N	23,00	-	23,00	71º	RP
973	JOÃO PEDRO JAMARIQUELI DE LIMA	3,00	16,00	-	4,00	23/08/2000	N	23,00	-	23,00	72º	RP
640	LUCIANA CARMO DUTRA	3,00	12,00	-	8,00	25/10/1983	N	23,00	-	23,00	73º	RP
858	LUSINETE APARECIDA ASSUNÇÃO	3,00	8,00	6,00	6,00	12/02/1974	N	23,00	-	23,00	74º	RP
1411	EDVANDA MARIA DOS SANTOS	3,00	12,00	-	6,00	30/08/1971	N	21,00	-	21,00	75º	RP
1419	RAFAELA DA MATA BEZERRA	3,00	12,00	-	6,00	22/09/1993	N	21,00	-	21,00	76º	RP
268	CLAUDINEI DA SILVA SOUZA	3,00	6,00	6,00	6,00	02/06/1982	N	21,00	-	21,00	77º	RP
1074	GABRIELLY DIAS NOGUEIRA	-	12,00	3,00	6,00	31/07/1999	N	21,00	-	21,00	78º	RP
222	QUEDMA CARVALHO LIMA RIBEIRO	-	14,00	-	6,00	19/09/1998	N	20,00	-	20,00	79º	RP
1639	GEISIANE RODRIGUES RIBEIRO	3,00	8,00	3,00	4,00	01/03/1988	N	18,00	-	18,00	80º	RP
450	MARIANNE OLIVEIRA PIRELLI	-	12,00	3,00	-	02/01/2001	N	15,00	-	15,00	81º	RP
266	ELIZANGELA DOS SANTOS VARANDA	-	-	-	-	20/03/1981	N	ausente	-	-	82º	RP
1653	ELIZEU DE ARAÚJO TEIXEIRA	-	-	-	-	14/01/1983	N	ausente	-	-	83º	RP
1645	GESISLANE FERREIRA SANTANA MARQUES	-	-	-	-	13/01/1985	N	ausente	-	-	84º	RP
502	MARCELO TOMAS IZIDORIO	-	-	-	-	21/06/1987	N	ausente	-	-	85º	RP
524	DIOGO FELIPE GUIA E LOPES	-	-	-	-	30/10/1987	N	ausente	-	-	86º	RP
1658	GUILHERME LOUREIRO SILVESTRE	-	-	-	-	23/11/1991	N	ausente	-	-	87º	RP
54	IZIS CAROLINE RODRIGUES SANTOS	-	-	-	-	17/03/1994	N	ausente	-	-	88º	RP
439	GLEICIMARA	-	-	-	-	16/05/1996	N	ausente	-	-	89º	RP
1263	NATÁLIA CARDOSO PROCÓPIO	-	-	-	-	26/12/1996	N	ausente	-	-	90º	RP
1280	PATRICIA GUIMARAES DE OLIVEIRA	-	-	-	-	23/05/1997	N	ausente	-	-	91º	RP
293	DAIANE MARTINS DOMICIANO	-	-	-	-	04/08/1999	N	ausente	-	-	92º	RP
1004	GISELE PEREIRA GOMES	-	-	-	-	16/06/2000	N	ausente	-	-	93º	RP

20-Auxiliar Administrativo CREAS/PAEFI

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	RESULT. GERAL (objetiva + prática)	COL	SIT
1471	MARLON HENRIQUE MENANDES OLIVEIRA	6,00	14,00	3,00	10,00	14/06/1996	N	33,00	18,00	51,00	1º	AP
1501	CRISTIELLE COSTA DOS SANTOS	-	-	-	-	15/09/1985	N	ausente	-	-	2º	RP

50-Auxiliar Administrativo (CR)

INSCR	CANDIDATO	CE	LP	MT	CG	NASC	PNE	TOTAL PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	RESULT. GERAL (objetiva + prática)	COL	SIT
1560	ESTHER VELOSO MARASLIS	3,00	20,00	6,00	10,00	04/07/2001	N	39,00	-	39,00	1º	RP
745	VINICIUS ROMANELO DE SOUZA	3,00	16,00	3,00	4,00	07/03/2000	N	26,00	-	26,00	2º	RP
242	EMILIO JOSE FIORIM	3,00	8,00	-	6,00	26/10/1979	S	17,00	-	17,00	3º	RP
1247	GABRIELA CRISTINA DE MATOS GONZAGA	-	-	-	-	27/09/1995	N	ausente	-	-	4º	RP
1425	RAFAELA BERNARDO PASSOS	-	-	-	-	03/07/1998	N	ausente	-	-	5º	RP

1466	ALAN DA SILVA VIEIRA	-	-	-	-	03/11/1998	N	ausente	-	-	6º	RP
21-Auxiliar Administrativo Equipe Volante												
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**MT**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRÁTICA**	**RESULT. GERAL (objetiva + prática)**	**COL**	**SIT**
751	BRUNO MOREIRA ALVES	9,00	20,00	9,00	12,00	23/09/1990	N	50,00	ausente	50,00	1º	RP
45	LUCCAS DANTAS TEIXEIRA	6,00	10,00	6,00	6,00	14/03/2000	N	28,00	ausente	28,00	2º	RP
1058	DANIELA MARIA DE JESUS MOREIRA	3,00	16,00	9,00	6,00	06/01/1984	N	34,00	-	34,00	3º	RP
23-Cadastrador Social Bolsa Família												
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**MT**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRÁTICA**	**RESULT. GERAL (objetiva + prática)**	**COL**	**SIT**
451	MARIA SOCORRO DA SILVA	9,00	12,00	6,00	8,00	20/02/1977	N	35,00	ausente	35,00	1º	RP
663	JOSE HENRIQUE LIMA	6,00	14,00	9,00	6,00	10/09/1988	S	35,00	ausente	35,00	2º	RP
1507	ALINE VENTUROLI CALDEIRA	3,00	20,00	6,00	10,00	18/06/1991	N	39,00	-	39,00	3º	RP
1583	LARA VOLPATO NUNES	3,00	18,00	6,00	8,00	08/04/2000	N	35,00	-	35,00	4º	RP
903	RHUAN DE SOUZA FERNANDES	-	18,00	3,00	8,00	13/08/1994	N	29,00	-	29,00	5º	RP
1450	TALIA ROCHA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	02/09/1999	N	ausente	-	-	6º	RP
28-Monitor de Informática Educação Conectada												
INSCR	**CANDIDATO**	**CE**	**LP**	**MT**	**CG**	**NASC**	**PNE**	**TOTAL PROVA OBJETIVA**	**PROVA PRÁTICA**	**RESULT. GERAL (objetiva + prática)**	**COL**	**SIT**
223	VALDIMIR CASTILHO QUEIROZ JUNIOR	6,00	20,00	9,00	10,00	29/06/1994	N	45,00	20,75	65,75	1º	AP
586	JONAS NASCIMENTO VEDA	6,00	16,00	6,00	8,00	17/05/1986	N	36,00	22,00	58,00	2º	AP
1576	VANESSA ELOIZA DA SILVA	6,00	20,00	9,00	10,00	28/01/2000	N	45,00	ausente	45,00	3º	RP
1341	DIOGO TOLOVI PEREIRA	3,00	16,00	9,00	4,00	30/03/2001	N	32,00	-	32,00	4º	RP
764	EDUARDO GUILHERME DUARTE	-	-	-	-	12/11/2000	N	ausente	-	-	5º	RP

Não atingiu pontuação mínima exigida.

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 016 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 016 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

O Sr. **VALTER CESAR COUTINHO**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução do **2° Termo Aditivo do Contrato nº 004/2017** da unidade Administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI e fornecedores de bens e/ou serviços;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor Designar a servidora GLEICY MARTINEZ OCHIUTO, Admitida no mês e ano 09/2007, como AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, para acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir, detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento do 2° Termo Aditivo do Contrato nº 004/2017 com objetivo para Contratação da locação de sistemas de informática envolvendo: contabilidade Pública (método das Partidas Dobradas), Folha de Pagamento, Controle de Patrimônio Público, Compras e Licitação, Controle de Estoque, Controle de frotas do SAEMI. Manutenção, Treinamento e Locação de Software do Portal da Transparência, contratando a empresa JUSSEMAR REBULI PINTO – ME.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data do dia 12 de junho de 2019.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Mirassol D'Oeste/MT, 12 de junho de 2019.

_____

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 020 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 020 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

O Sr. **VALTER CESAR COUTINHO**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução do **Contrato nº 006/2019** da unidade Administrativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI e fornecedores de bens e/ou serviços;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO,** Admitida no mês e ano 09/2007, como **AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**,para acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir, detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento do **Contrato nº 006/2019** com objetivo de **Serviços no recebimento das faturas de água, esgoto e serviços afins, de qualquer consumidor, emitidas e distribuídas pelo SAEMI**, contratando a empresa **BANCO DO BRASIL.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data do dia 12 de junho de 2019.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Mirassol D'Oeste/MT, 12 de junho de 2019.

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL nº 26/2019. O Município de Mirassol D'Oeste através de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão acima. OBJETO: **ELABORAÇÃO DE PROJETO TECNICO PARA ADEQUAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EM CRUZAMENTO DE VIAS PUBLICAS COM RISCO POTENCIAL DE ACIDENTE DE TRANSITO NO MUNICIPIO**, sendo vencedora a empresa: GREICIEL ALMEIDA DOS SANTOS, CNPJ: 26.747.793/0001-09 o item 1, com o valor de R$ 31.999,00 (trinta e um mil, novecentos e noventa e nove reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 31.999,00 (trinta e um mil, novecentos e noventa e nove reais). Homologado em 12/06/2019. Euclides da Silva Paixão – Prefeito. MARA APARECIDA AMARANTE – Pregoeira. M. D' Oeste, 13/06/2019.

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 019 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 019 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

O Sr. **VALTER CESAR COUTINHO**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução do **Contrato nº 004/2019** da unidade Administrativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI e fornecedores de bens e/ou serviços;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO,** Admitida no mês e ano 09/2007, como **AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**,para acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir, detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento do **Contrato nº 004/2019** com objetivo de **Serviços no recebimento das faturas de água, esgoto e serviços afins, de qualquer consumidor, emitidas e distribuídas pelo SAEMI**, contratando a empresa **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data do dia 12 de junho de 2019.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Mirassol D'Oeste/MT, 12 de junho de 2019.

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RESCISAO

EXTRATO DE RESCISÃO

A Prefeitura Municipal de Nobres - MT, através do Prefeito Municipal Sr. Leocir Hanel, torna público para conhecimento dos interessados, a **Rescisão Amigável do contrato n° 26/2018 –** Contratada: **MV MATTAR.** Objeto: ***Prestação De Serviço Com Caminhão Pipa, Para Atender As Necessidades Da Secretaria Municipal De Infraestrutura Do Município De Nobres - MT***. **Data**: 12 de Junho de 2019. **Fundamento Legal**: art. 79, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93. Assinam: Leocir Hanel – Prefeito Municipal e **MV MATTAR -** Contratada.

Nobres, 12 de Junho de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 260/2019

PORTARIA Nº. 260/2019

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora ***Sandra Dias Oribe,*** *e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora *Sandra Dias Oribe,* portadora do RG nº. 989217, inscrita no CPF nº. 873.306.871-20, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 03/06/2019 a 31/08/2019, referente ao período aquisitivo dos anos de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 03/06/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 31 de maio de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 140/2019

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sito a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **Marina de Souza Suttili**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n° 909147 SSP/MT** e do **CPF n.° 593.205.591-04** a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei nº 1148/2009 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providencias, na função de **Ajudante de Serviços Gerais**.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria Municipal de **Ação Social** desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **12 (Doze)** meses, contados dos dias **03/06/2019** estendendo-se até **02/06/2020.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 998,00 (Novecentos e Noventa e Oito Reais) mensais.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus a percepção de 13° salário, salário família e férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I, II e IV de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** horas semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas, que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT**, 03 de junho de 2019**.

_____

_____

Leocir Hanel Marina de Souza Suttili

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____ _____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 258/2019

PORTARIA Nº. 258/2019

*"Dispõe sobre a nomeação do Sr.**Leocir Hanel**e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº. 752/2001, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear o Prefeito Municipal, o Sr. **Leocir Hanel**, portador da cédula de identidade RG nº. 740 239 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 159.026.509-25, para ocupar o cargo de Ordenador do Fundo Municipal de Assistência Social, para o período de 2019/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 28 de maio de 2019.

***Leocir Hanel* Prefeito Municipal de Nobres**

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 20/2019

A Comissão de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019,cujo Objeto é a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS, FERRAMENTAS AGRÍCOLA E ITENS DIVERSOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOBRES - MT,** cuja abertura ocorreu as 08:00h do dia 10/06/2019, sagraram-se vencedoras as empresas: **MULTUS COMERCIAL LTDA,** com valor global de R$ 21.445,75 (vinte e um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), **ODORIZZI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA EPP,** com valor global de R$ 33.397,10 (trinta e três mil trezentos e noventa e sete reais e dez centavos), **MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E EP'IS LTDA EPP,** com valor global de R$ 28.236,90 (vinte e oito mil duzentos e trinta e seis reais e noventa centavos), **SETE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP,** com valor global de R$ 58.902,10 (cinquenta e oito mil novecentos e dois reais e dez centavos), **ALDORI PONDELEKI – ME,** com valor global de R$ 40.992,00 (quarenta mil novecentos e noventa e dois reais).

Nobres/MT, 12 de Junho de 2019.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 261/2019

PORTARIA Nº. 261/2019

*Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora **Gelenice Ferreira da Silva,** e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora *Gelenice Ferreira da Silva,* portadora do RG nº. 1466767-3, inscrita no CPF nº. 782.195.231-15, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 03/06/2019 a 31/08/2019, referente ao período aquisitivo dos anos de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 03/06/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 31 de maio de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 143/2019

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sito a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **Alef Henrique da Costa França**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n° 2466494-4 SEJSP/MT** e do **CPF n.° 059.256.721-43** a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei nº 1148/2009 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providencias, na função de **Gari**.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria Municipal de **Infra Estrutura** desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **12 (Doze)** meses, contados dos dias **03/06/2019** estendendo-se até **02/06/2020.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 1.541,27 (Hum Mil Quinhentos e Quarenta e Um Reais e Vinte e Sete Centavos) mensais.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus a percepção de 13° salário, salário família e férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I, II e IV de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** horas semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas, que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT**, 03 de junho de 2019**.

_____

_____

Leocir Hanel Alef Henrique da Costa França

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____ _____

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

1° ADITIVO DO CONTRATO N° 19/2019 - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA REMANESCENTE DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NA AVENIDA MARIO ABRAAO NASSARDEN NO BAIRRO SÃO JOSÉ EM NOBRES/MT, PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE N° 0266858-81/2008/MTUR/CAIXA.** Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **MOROCKOSKI CONSTRUÇOES LTDA**, inscrita no CNPJ n° 06.201.820/0001-28. Objeto: Supressão de valor da planilha orçamentária no Item 3.5 Sinalização Viária, conforme Justificativa e planilha Anexo. **Valor Suprimido**: R$ 1.714,90 (um mil, setecentos e quatorze reais noventa centavos). **Data**: 12/06/2019. Assinam – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **MOROCKOSKI CONSTRUÇOES LTDA** – Contratado

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 142/2019

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sito a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **Flavia Rodrigues**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n° 1813542-0 SSP/MT** e do

CPF n.° 040.680.871-64 a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei nº 1148/2009 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providencias, na função de **Ajudante de Serviços Gerais**.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria Municipal de **Ação Social** desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **12 (Doze)** meses, contados dos dias **03/06/2019** estendendo-se até **02/06/2020.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 998,00 (Novecentos e Noventa e Oito Reais) mensais.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus a percepção de 13° salário, salário família e férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I, II e IV de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** horas semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas, que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT**, 03 de junho de 2019**.

_____

_____

Leocir Hanel Flavia Rodrigues

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____ _____

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 051/2019

DECRETO Nº. 051/2019

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), bem como das diretorias do mesmo e do Fundo Municipal do Turismo (FUMTUR) no município de Nobres-MT para o Biênio 2019/2020".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a necessidade da avaliação permanente e acompanhamento da Política Municipal de Turismo, instituído pela Lei Municipal nº. 1.420/2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do *Conselho Municipal de Turismo* de Turismo do Município de Nobres.

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO:

MEMBRO TITULAR

DANIEL MARTINS DA CRUZ

RG: 08871825 SSP/MT

CPF: 571.707.031-49

MEMBRO SUPLENTE

DAHIANA FERLIN

RG: 1332721-6

CPF: 016.126.271-61

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA:

MEMBRO TITULAR

MICHEL VERONA FERREIRA DE MACEDO

RG: 1603967-0 SSP/MT

CPF: 029.750.591-24

MEMBRO SUPLENTE

EDNALVA CONCEIÇÃO DA CRUZ

RG: 816732 SSP/MT

CPF: 631.819.081-34

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE (SEMA):

VACANTE

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA:

MEMBRO TITULAR

CÉLIO FERNANDO DE SOUZA

RG: 1113461 5 SJ/MT

CPF: 000.643.201-89

MEMBRO SUPLENTE

VACANTE

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA:

MEMBRO TITULAR

MICAEL MIQUEIAS CALISTO

RG: 1910252-6

CPF: 025.169.661-80

MEMBRO SUPLENTE

ELCIO MANOEL DE OLIVEIRA

RG: 998261 SSP/MT

CPF: 654.121.501-44

REPRESENTANTE DA SUBPREFEITURA:

MEMBRO TITULAR

ACENDINO MENDES DE SOUZA

RG 514512 SSP/MT

CPF 362.149.731-

MEMBRO SUPLENTE

ELDER LUCAS MACHADO

RG: 16698673 SJSP/MT

CPF: 029.867.181-67

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

MEMBRO TITULAR

EDSON FRIEDRICH

RG 1299644-0 SSP/MT

CPF 905.754.231-53

MEMBRO SUPLENTE

EDILENE DA SILVA CAMPOS RODRIGUES

RG 225040 SSP/MT

CPF 267.758.831-53

REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

MEMBRO TITULAR

RONIVALDO VELOSO DE SOUZA

RG 1120669-1 SSP/MT

CPF 853.629.991-68

MEMBRO SUPLENTE

GIDALTI FERREIRA DE JESUS

RG 1477460-7 SSP/MT

CPF 973.995.231-34

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL JUNTO À COMARCA DE NOBRES

VACANTE

REPRESENTANTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES E LOJISTAS (CDL)

MEMBRO TITULAR

CLEIDE DE CASTRO DUARTE

RG 16740168 SSP/MT

CPF 049.620.048-83

MEMBRO SUPLENTE

HENRIQUETA PONDELEKI

RG 12021385 SJ/MT

CPF 937.380.301-82

REPRESENTANTE DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM:

MEMBRO TITULAR

FRANCIELI LISMA DOS SANTOS

RG 16404700 SJSP/MT

CPF 018.991.061-54

MEMBRO SUPLENTE

JOSIAS CARLOS GOMES EVANGELISTA

RG 931880 SSP/MT

CPF 621.712.081 - 04

REPRESENTANTE DO SETOR DE BARES E RESTAURANTES E LANCHONETES:

MEMBRO TITULAR

ADEMAR RODRIGUES DOS SANTOS

RG 0317011 SSP/MT

CPF 318.166.901-63

MEMBRO SUPLENTE

OTILIA ANTONIA CELSO

RG 1014827-2 SSP/RS

CPF 787.130.211-68

REPRESENTANTE DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS:

MEMBRO TITULAR

ANTONIO CONSTANTINO DA SILVA CAMPOS FILHO

RG 03601110 SSP/MT

CPF 325.832.731-91

MEMBRO SUPLENTE

ERLANDA PROVIN

RG 3097055-5 SSP/MT

CPF 018.544.439-33

REPRESENTANTES DAS AGENCIAS DE VIAGENS RECEPTIVAS:

MEMBRO TITULAR

VICENTE AURÉLIO DA SILVA CAMPOS

RG 0040085-8 SSP/MT

CPF 171.941.481-53

MEMBRO SUPLENTE

RUBIANE REAL DE MATOS TAVARES FERNANDES

RG 2206705-1 SSP/MT

CPF 032.285.161-05

REPRESENTANTE DOS GUIAS E CONDUTORES LOCAIS:

MEMBRO TITULAR

BRAZ BARBOSA DOS SANTOS

RG 11514132 SJ/MT

CPF 005.887.071-71

MEMBRO SUPLENTE

NELSON RODRIGUES DA SILVA

RG 6015655241 SSP/MT

CPF 345.546.700-82

REPRESENTANTE DO SETOR ARTÍSTICO E ARTESANATO LOCAL:

MEMBRO TITULAR

ANDERSON BARAVIEIRA DE ARRUDA

RG 14494744 SSP/MT

CPF 908.463.201-00

MEMBRO SUPLENTE

MARCIA APARECIDA DE SOUZA EXPEDITO

RG 12430105 SSP/SP

CPF 145.703.288-06

]

REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS:

MEMBRO TITULAR

NAFTALI ULLER ALVES ROMA

RG 12300594 SJ/MT

CPF 005.963.941.-52

MEMBRO SUPLENTE

JOSIAS BENEDITO DE ALMEIDA

RG 0567418-2 SSP/MT

CPF 568.005.411-68

REPRESENTANTE DO SETOR DE MINERAÇÃO:

VACANTE

ART. 2º Fica nomeada a Diretoria do COMTUR Biênio 2019/2020:

Presidente - ANTONIO CONSTANTINO DA SILVA CAMPOS FILHO

Vice Presidente - BRAZ BARBOSA DOS SANTOS

Secretária - FRANCIELI LISMA DOS SANTOS

2ª Secretária - MARCIA APARECIDA DE SOUZA EXPEDITO

ART. 3º Fica nomeada a Diretoria do FUMTUR Biênio 2019/2020:

Presidente – ADEMAR RODRIGUES DOS SANTOS

Tesoureiro – VICENTE AURELIO DA SILVA CAMPOS

Secretário de Turismo – DANIEL MARTINS DA CRUZ

Conselho Fiscal - Membros titulares

MICHEL VERONA FERREIRA DE MACEDO

CÉLIO FERNANDO DE SOUZA

GIDALTI FERREIRA DE JESUS

Conselho Fiscal - Membros suplentes

DAHIANA FERLIN

NAFTALI ULLER ALVES ROMA

ACASSIA MARIA DE BARROS ALMEIDA FERREIRA DE JESUS

ART. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 28 de maio de 2019

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 263/2019

PORTARIA Nº. 263/2019

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por Assiduidade à servidora ***Furtuna Costa da Silva,*** *e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.297/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio Por Assiduidade à servidora *Furtuna Costa da Silva,* portadora do RG nº. 656.416, inscrita no CPF nº. 482. 242.941-53, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 03/06/2019 a 31/08/2019, referente ao período aquisitivo dos anos de 2013 a 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos ao dia 03/06/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 31 de maio de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 141/2019

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sito a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **LEOCIR HANEL** de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a) **Jaciele Aparecida de Santana**, brasileiro (a), portador (a) do **RG n° 2301037-1 SSP/MT** e do **CPF n.° 034.441.311-00** a seguir chamado de CONTRATADOna forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei nº 1148/2009 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providencias, na função de **Ajudante de Serviços Gerais**.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria Municipal de **Ação Social** desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as cláusulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de **12 (Doze)** meses, contados dos dias **03/06/2019** estendendo-se até **02/06/2020.**

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de **R$ 998,00 (Novecentos e Noventa e Oito Reais) mensais.**

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATADO fará jus a percepção de 13° salário, salário família e férias referente ao período trabalhado, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. n° 124 – I, II e IV de 20 de abril de 2006.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de **40** horas semanais**.**

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE deverá efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas, que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretário;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres/MT**, 03 de junho de 2019**.

_____

_____

Leocir Hanel Jaciele Aparecida de Santana

Prefeito Contratado

Testemunhas:

_____ _____

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 050/2019

DECRETO Nº. 050/2019

"Dispõe sobre a nomeação dos membros para comporem o ***Conselho Municipal de Habitação de Nobres - CMHN****, conforme Lei Municipal nº 1192/2011 alterada pela Lei Municipal 1.337/2014, e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos do artigo 14 da Lei Municipal 1.192/2011 alterada pela Lei Municipal 1.337/2014, **NOMEIA** os abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Nobres - CMHN:

1- REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Secretaria de Assistência Social:

Titular: Ítalo Matheus de Oliveira Suplente: Lucienne de Loyola

Secretaria de Educação:

Titular: Maria Cargnin Parzianello

Suplente: Meiky Pinto da Silva

Secretaria de Administração:

Titular: Agnaldo Soares de Campos

Suplente: Dulcelina Maria de Almeida

Secretaria de Saúde:

Titular: Dirce Tomasia da Silva

Suplente: Sirlene Gonçalves Sandra

Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Nilson da silva Campos

Suplente: Zilmai Ferreira de Jesus

2- REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Associação de Moradores:

Titular: José Dias Filho

Suplente: Lídia Mendes de Almeida

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Titular: Éricka Duarte Araújo Ortega Pinto

Suplente: Nelson Dias de Almeida Filho

Entidade Religiosa:

Titular: Anastácia Firmina da Silva

Suplente: Marilze Leite Pimenta

Rotary Club:

Titular: Eurico Padilha da Cruz

Suplente: Jorge Alberto Tavares

Associação de Apoio à Idosos e Aposentados (Clube da Melhor Idade):

Titular: Cândida Conceição da Silva

Suplente: Teresa Barbosa

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Em especial o Decreto n.º 062/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 28 de maio de 2019

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERMO DE POSSE

Candidato Aprovado no Processo Seletivo Público Municipal de N° 012/2019.

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, compareceu a esta Prefeitura Municipal de Nobres/MT, a Sra **Adriana Santos Oliveira**, se declarando a assinar o presente termo, pelo qual se compromete a desempenhar todas as funções inerentes ao cargo de **Agente Comunitário de Saúde** conforme a Lei Municipal nº 1.297/2013 Anexo - V de 02 de dezembro de 2013, da Secretaria Municipal de Saúde, nomeada pelo Edital de Convocação nº 007/2019.

Apresentando o compromissado os seguintes documentos:

a) 01 foto 3X4.

b) Carteira de Identidade – RG N° 927150 SSP/MT.

c) Cadastro de Pessoa Física – CPF N° 615.543.591-04.

d) Título Eleitoral N° 013705991872 Zona 003 Seção 0133 com Certidão de quitação eleitoral.

e) Carteira Nacional de Habilitação CNH Nº 04826243906 MT

f) Certificado e Histórico Escolar de Conclusão – Ensino Médio completo.

g) Certidão de Casamento N° 06442802551992200003264000011057 com averbação de Divórcio.

h) Certidão de Nascimento, RG e CPF – Filhos.

i) CPF dos pais.

j) Certidão de Ações e Execuções Cíveis e Criminais.

k) Carteira de Trabalho Nº 53470 Série 00020-MT.

l) PIS Nº 210.04106.32.9.

m) Comprovante de residência.

n) Número de Conta Corrente do banco do Brasil S.A.

o) Declaração de Bens.

p) Declaração de Não Acúmulo de Cargos.

q) Exame Médico Admissional.

A Nomeação é exclusivamente no Regime Estatutário.

A carga horária é de 40 horas semanais.

Prefeitura Municipal de Nobres/MT., 03 de junho de 2019.

_____

_____

Adriana Santos Oliveira Leocir Hanel

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO 04-2019

Contrato de Prestação de Serviços que fazem entre si, de um lado a Câmara Municipal de Nortelândia- MT e do outro a Empresa Oeste Veículos Ltda

A CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa na Av. Nicolau Gomes de Souza, nº. 1.577, Bairro Novo Horizonte, Nortelândia – MT, inscrita no CNPJ – 15.061.773/0001-55, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. **MARIANO GOMES MIRANDA**, brasileiro, casado, portador do RG: 977.104 SSP/MT e CPF: 651.904.242-20, residente e domiciliado na Rua Pedro de Araújo Ramos, nº. 383 – Bairro da Ponte, nesta cidade de Nortelândia - MT, neste ato denominada **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa**OESTE VEÍCULOS LTDA,** inscrita no **CNPJ: 73.812.521/0001-17**,comsede a Avenida Lions Internacional, 1495-W, Gleba Juntinho, Tangará da Serra-MT, CEP 78.300-000, neste ato representada pelo Senhor **JOÃO CARLOS AZEVEDO INTROVINI**, inscrito no CPF sob nº 200.039.781-68 e do RG Nº 139789 SSP/MT, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes deste Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal n. 8.666/93 e suas respectivas alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a "**Aquisição de veículo de Passeio – Zero Quilômetro**", conforme condições e especificações descritas abaixo:

Lote 1: "Aquisição de veículo de Passeio – Zero Quilômetro"

ITEM	D E S C R I Ç Ã O	QTD.	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**Veículo zero km**, novo, 5 lugares, de fabricação nacional, ano/modelo no mínimo 2019/2019, na cor externa branca em pintura do tipo lisa no padrão original de fábrica e de linha de produção; Motorização mínima 1.8 tipo Flex (álcool e gasolina), com potência mínima de 111 cv, Transmissão automática de 06 (seis) velocidades, sendo 06 (seis) a frente e 01 (uma) ré, porta-malas com no mínimo 560 litros, Alarme Anti-furto / Airbag duplo / Alerta de Pressão dos Pneu/ Cintos de segurança dianteiros com pré-tensionadores e ajuste de altura / Cintos de segurança traseiro central e laterais de 3 pontos / Lanterna de neblina / Sistema de fixação de cadeiras para crianças ("Isofix") / Sistema de freios com ABS e sistema de distribuição de frenagem("EBD") / Espelhos retrovisores externos na cor do veículo / Grade frontal com detalhes cromados / Maçanetas externas na cor do veículo / Abertura do porta-malas por controle remoto na chave e botão no interior do veículo / Ar condicionado / Chave tipo canivete dobrável / Coluna de direção com regulagem em altura / Desembaçador elétrico do vidro traseiro / Direção Eletrica Progressiva / Espelhos retrovisores externos elétricos / Indicador de troca de marchas / Trava elétrica das portas com acionamento na chave / Trava elétrica da tampa de combústivel / Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiras com acionamento por "um toque", anti esmagamento e abertura/fechamento automático pela chave / Banco traseiro rebatível / Faróis de neblina / Maçanetas internas cromadas / Painel de portas com revestimento premium / Rodas de Alumínio aro 15" / Volante com revestimento premium / Controlador de velocidade de cruzeiro / Computador de bordo com informações como Contagiros Analógico e Velocimetro digital, hodômetro total e parcial, tempo de viagem, consumo médio, velocidade média e autonomia / Sensor de Estacionamento Traseiro / Bancos de tecido com revestimento premium / Friso cromado na parte superior das portas / Central Multimída com Tela LCD sensível ao toque de 7", integração com smartphones* através do Android Auto e Apple CarPlay, com Tela LCD sensível ao toque de 7", integração com smartphones* através do Android Auto e Apple CarPlay, Radio AM/FM, Entradas USB e Aux-in, Função Audio Streaming, Conexão Bluetooth para Celular e configurações do veículo / Navegação por setas com comando de voz / Controles de Rádio e do Celular no Volante / Manopla da alavanca de câmbio com revestimento premium / Transmissão automática de seis velocidades com opção de troca manual de marchas "Active Select", Tapetes, Película de controle solar instalada nos vidros laterais e traseiro conforme determina a lei, Garantia de fábrica mínima de 36 meses a partir do recebimento definitivo do veículo. O veículo deverá receber o primeiro emplacamento em nome da Câmara Municipal de Nortelândia, conforme a Lei do Código de Trânsito Brasileiro e vir acompanhado de seus respectivos manuais, e condições de garantia pela fábrica. Assistência técnica autorizada no mínimo uma região metropolitana de Cuiabá-MT e mais 2 (duas) cidades do Mato Grosso. Conter os demais itens exigidos pela legislação vigente.	01	UNID. Unid	75. 900,00	**75. 900,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

2.1. O veículo deverá ser entregue na Câmara Municipal de Nortelândia, no endereço Avenida Nicolau Gomes de Souza, nº. 1577, Bairro Novo Horizonte, no horário das 07:00 horas às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, devidamente emplacado e com identificação dos símbolos municipais próprios do Poder Legislativo Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS E FORNECIMENTO

3.1. O veículo será recebido pela Câmara Municipal, devendo, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no Termo de Referência, e na legislação que regulamenta a matéria.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E DOS RECURSOS

Os preços ofertados pela empresa signatárias do presente contrato são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Presencial SRP nº 001/2019, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório pelo Ordenador de Despesa, datado de 10/06/2019. Em cada fornecimento decorrente deste Contrato, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial SRP nº 001/2019, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Presencial SRP nº 001/2019, pela empresa constante do presente instrumento contratual e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados pela Câmara Municipal, em até 15 (quinze) dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa. As despesas decorrentes desse instrumento serão por conta da seguinte dotação orçamentárias 01.122.0001.1002.449052.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente – Aquisição de Veículos e Motos

CLÁUSULA SEXTA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

A Comissão Permanente de Licitação poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei Federal n. 8666/93 com as alterações posteriores, ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

A empresa deverá fornecer o objeto na Câmara Municipal, conforme descrição constante no ANEXO I. Prazo de entrega:

O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Câmara Municipal em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subsequente. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa prestadora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VALIDADE

8.1. O prazo do presente contrato iniciar-se-á na data de 10/06/2019 e extinguindo-se em 31/12/2019, prorrogável no interesse das partes até o máximo permitido em lei.

3.2. Se por algum motivo o objeto licitado não for totalmente executado no período estipulado à vigência poderá ser prorrogada até o máximo previsto em lei, desde que devidamente justificado.

3.3 – Os Serviços prestados, no que couber serão recebidos nos termos do **ART. 73 , inciso I da Lei 8.666/93.**

CLÁUSULA NONA- DAS PENALIDADES

Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Câmara Municipal de Nortelândia, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas: a) **ADVERTÊNCIA** – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido; b) **MULTA POR ATRASO** – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente; c) **SUSPENSÃO** – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos; d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** - para licitar ou contratar com a Administração Pública. Poderá a Câmara Municipal considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 10 (dez) dias corridos do indicado para o início ou entrega na ata de registro de preços. A sanção prevista na alínea “c”, do subitem 9.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais. A Câmara Municipal, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito: Pela Câmara Municipal de Nortelândia, em despacho fundamentado do seu Gestor. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste instrumento contratual. Se o fornecedor não retirar a ata de registro de preços no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente do presente contrato. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente da Ata de Registro de Preços. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Câmara Municipal.

10.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas no presente contrato. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Câmara Municipal à aplicação das penalidades previstas. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 10.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

A recusa da adjudicatória em assinar o Contrato, e retirar a requisição para o fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei Federal n. 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Câmara Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subsequente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação. O edital do Pregão Presencial nº 001/2019, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este contrato é regida pela Lei Federal n. 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito. A Contratada ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste contrato, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento. Manter, durante a duração do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação. As partes elegem o foro da Comarca de Nortelândia, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

NORTELÂNDIA- MT, 10 de JUNHO de 2019.

MARIANO GOMES MIRANDA JOÃO CARLOS AZEVEDO INTROVINI

PRESIDENTE DA CAMARA OESTE VEICULOS LTDA

Contratante Contratada:

TESTEMUNHAS:

....

GILSON PORTELA OLIVEIRA SÉLIA MÓDOLO

RG nº.: 0695275-5 SSP/MT RG nº.: 702.738 SSP/MT

CPF nº.: 825.528.941-00 CPF nº.: 473.970.981-34

CÂMARA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 001/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (doze) meses (contados a partir da data de assinatura da presente ata).

A Câmara Municipal de Nortelândia, com sede à Avenida Nicolau Gomes de Souza, 1577, Bairro Novo Horizonte, em Nortelândia, – Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o número 15.061.773/0001-55, neste ato representada pelo Senhor Presidente, **MARIANO GOMES MIRANDA,** brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n º 651.904.242-20 e RG n º 977.104 SSP/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **OESTE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ: 73.812.521/0001-17,comsede a Avenida Lions Internacional, 1495-W, Gleba Juntinho, Tangará da Serra-MT, CEP 78.300-000**, neste ato representada pelo Senhor **JOÃO CARLOS AZEVEDO INTROVINI**, inscrito no CPF sob nº 200.039.781-68 e do RG Nº 139789 SSP/MT, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal n. 8.666/93 e suas respectivas alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual "**Aquisição de veículo de Passeio – Zero Quilômetro**", conforme condições e especificações descritas abaixo:

Lote 1: "Aquisição de veículo de Passeio – Zero Quilômetro"

ITEM	D E S C R I Ç Ã O	QTD.	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**Veículo zero km**, novo, 5 lugares, de fabricação nacional, ano/modelo no mínimo 2019/2019, na cor externa branca em pintura do tipo lisa no padrão original de fábrica e de linha de produção; Motorização mínima 1.8 tipo Flex (álcool e gasolina), com potência mínima de 111 cv, Transmissão automática de 06 (seis) velocidades, sendo 06 (seis) a frente e 01 (uma) ré, porta-malas com no mínimo 560 litros, Alarme Anti-furto / Airbag duplo / Alerta de Pressão dos Pneu/ Cintos de segurança dianteiros com pré-tensionadores e ajuste de altura / Cintos de segurança traseiro central e laterais de 3 pontos / Lanterna de neblina / Sistema de fixação de cadeiras para crianças ("Isofix") / Sistema de freios com ABS e sistema de distribuição de frenagem("EBD") / Espelhos retrovisores externos na cor do veículo / Grade frontal com detalhes cromados / Maçanetas externas na cor do veículo / Abertura do porta-malas por controle remoto na chave e botão no interior do veículo / Ar condicionado / Chave tipo canivete dobrável / Coluna de direção com regulagem em altura / Desembaçador elétrico do vidro traseiro / Direção Eletrica Progressiva / Espelhos retrovisores extêrnos elétricos / Indicador de troca de marchas / Trava elétrica das portas com aciona-	01	UNID. Unid	75. 900,00	**75. 900,00**

	mento na chave / Trava elétrica da tampa de combústivel / Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiras com acionamento por "um toque", anti esmagamento e abertura/fechamento automático pela chave / Banco traseiro rebatível / Faróis de neblina / Maçanetas internas cromadas / Painel de portas com revestimento premium / Rodas de Alumínio aro 15" / Volante com revestimento premium / Controlador de velocidade de cruzeiro / Computador de bordo com informações como Contagiros Analógico e Velocimetro digital, hodômetro total e parcial, tempo de viagem, consumo médio, velocidade média e autonomia / Sensor de Estacionamento Traseiro / Bancos de tecido com revestimento premium / Friso cromado na parte superior das portas / Central Multimída com Tela LCD sensível ao toque de 7", integração com smartphones* através do Android Auto e Apple CarPlay, com Tela LCD sensível ao toque de 7", integração com smartphones* através do Android Auto e Apple CarPlay, Radio AM/FM, Entradas USB e Aux-in, Função Audio Streaming, Conexão Bluetooth para Celular e configurações do veículo / Navegação por setas com comando de voz / Controles de Rádio e do Celular no Volante / Manopla da alavanca de câmbio com revestimento premium / Transmissão automática de seis velocidades com opção de troca manual de marchas "Active Select", Tapetes, Película de controle solar instalada nos vidros laterais e traseiro conforme determina a lei, Garantia de fábrica mínima de 36 meses a partir do recebimento definitivo do veículo. O veículo deverá receber o primeiro emplacamento em nome da Câmara Municipal de Nortelândia, conforme a Lei do Código de Trânsito Brasileiro e vir acompanhado de seus respectivos manuais, e condições de garantia pela fábrica. Assistência técnica autorizada no mínimo uma região metropolitana de Cuiabá-MT e mais 2 (duas) cidades do Mato Grosso. Conter os demais itens exigidos pela legislação vigente.				

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

2.1. O veículo deverá ser entregues na Câmara Municipal de Nortelândia, no endereço Avenida Nicolau Gomes de Souza, nº. 1577, Bairro Novo Horizonte, no horário das 07:00 horas às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS E FORNECIMENTO

3.1. O veículo será recebido pela Câmara Municipal, devendo, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no Termo de Referência, e na legislação que regulamenta a matéria.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E DOS RECURSOS

Os preços ofertados pela empresa signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Presencial SRP nº 001/2019, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório pelo Ordenador de Despesa, datado de 10/06/2019. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial SRP nº 001/2019, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Presencial SRP nº 001/2019, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados pela Câmara Municipal, em até 15 (quinze) dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa. As despesas decorrentes desse instrumento serão por conta da seguinte dotação orçamentárias 01.122.0001.1002.449052.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente – Aquisição de Veículos e Motos

CLÁUSULA SEXTA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

A Comissão Permanente de Licitação poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei Federal n. 8666/93 com as alterações posteriores, ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

A empresa deverá fornecer o objeto na Câmara Municipal, conforme descrição constante no ANEXO I. Prazo de entrega:

O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Câmara Municipal em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subsequente. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa prestadora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços firmada entre a Câmara Municipal de Nortelândia e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA- DAS PENALIDADES

Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Câmara Municipal de Nortelândia, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas: a) **ADVERTÊNCIA** – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido; b) **MULTA POR ATRASO** – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente; c) **SUSPENSÃO** – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos; d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** - para licitar ou contratar com a Administração Pública. Poderá a Câmara Municipal considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 10 (dez) dias corridos do indicado para o início ou entrega na ata de registro de preços. A sanção prevista na alínea “c”, do subitem 9.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais. A Câmara Municipal, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito: Pela Câmara Municipal de Nortelândia, em despacho fundamentado do seu Gestor. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços. Se o fornecedor não retirar a ata de registro de preços no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Câmara Municipal.

10.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Câmara Municipal à aplicação das penalidades previstas. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 10.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, e retirar a requisição para o fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei Federal n. 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Câmara Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subsequente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação. O edital do Pregão Presencial nº 001/2019, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta Ata de Registro de Preços é regida pela Lei Federal n. 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito. A Contratada ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento. Manter, durante a duração do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação; mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação. As partes elegem o foro da Comarca de Nortelândia,, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

NORTELÂNDIA- MT, 10 de JUNHO de 2019.

MARIANO GOMES MIRANDA JOÃO CARLOS AZEVEDO INTROVINI

PRESIDENTE DA CAMARA OESTE VEICULOS LTDA

Contratante Contratada:

Fiscal de Contrato:

JOSENILDO SÁ TELES PORTO

CPF: 571.703.551-91

TESTEMUNHAS:

....

GILSON PORTELA OLIVEIRA SÉLIA MÓDOLO

RG nº.: 0695275-5 SSP/MT RG nº.: 702.738 SSP/MT

CPF nº.: 825.528.941-00 CPF nº.: 473.970.981-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

DECRETO Nº 064 /2019

DECRETO Nº 064 /2019

“Homologa a Exoneração do Servidor Robério Rodrigues de Souza do Cargo de Professor , Matrícula n. 1743, em função de insuficiência de desempenho nas avaliações do Estagio Probatório”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais e

Considerando o julgamento do Processo Administrativo Disciplinar n.01/2019 Autos de n. 001952/2019 instaurado em face do Servidor Robério Rodrigues de Souza;

Tendo o mesmo dando ciência em 03/06/2019

DECRETA:

Art.1º. Em conformidade com o julgamento do Processo Administrativo Disciplinar n.01/2019, Autos de n. 001952/2019 e com base no disposto nos Artigo 8º da Lei 540/2006 e Art. 23 §2º da Lei Complementar 06/2004 EXONERA o Servidor **Robério Rodrigues de Souza**, Matrícula n. 1743, do Cargo de Professor, em função de comprovada INAPTIDÃO para o cargo, verificada em regular Avaliação de Estagio Probatório e regular processamento de PAD.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Livramento 04.06.2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2019 PROCESSO: 002114/2019-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2019

Processo: 002114/2019-1.

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM DIGITAÇÃO, PRODUÇÃO DE OFICIOS, MONTAGEM DE PLANILHAS EM GERAL E OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, CONFORME CONDIÇOES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM DIGITAÇÃO, PRODUÇÃO DE OFICIOS, MONTAGEM DE PLANILHAS EM GERAL E OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, CONFORME CONDIÇOES, QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.** TR **nº.053/2019. PESSOA JURIDICA: LAIANE LAURA CARVALHO DA SILVA 05096560139 CNPJ: 33.325.799/0001-45,** No valor total contratado de **R$ 7.200,00(sete mil e duzentos reais).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

12-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
12.1 A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/Unidade	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
SEC FINANÇAS	PROPRIO	02004 – manut. Das atividades da Sec., de Finanças	040008	3.3.90.39.00	100	**R$ 7.200,00**
TOTAL						**R$ 7.200,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 7.200,00(sete mil e duzentos reais).** Em favor da **PESSOA JURIDICA: LAIANE LAURA CARVALHO DA SILVA 05096560139 CNPJ: 33.325.799/0001-45.** Cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 053/2019.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 12 de Junho de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 290/2019

PORTARIA Nº 290/2019

"Substitui e Nomeia membro da Comissão Permanente, os servidores Municipais abaixo relacionados para verificação/vistoria IN LOCO de endereço de empresa participante de Processo Licitatório do Município de Nossa Senhora do Livramento - MT e dá outras providências."

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, **Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT**, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º Fica substituído o membro **Adão Catarino de Campos, nomeado através da portaria n° 356/2018, pelo servidor José Luis da Silva Leite,** e nomeados os servidores abaixo descritos para verificação/vistoria IN LOCO de endereço de empresas participantes de Processo Licitatório do Município de Nossa Senhora do Livramento - MT e dá outras providências, conforme solicitação do setor de licitação através de CI.

Carmen Lucia Silva Correia de Brito;

Marco Antônio de Figueiredo Silva;

José Luis da Silva Leite;

Art. 2º A presente comissão deverá proceder: Verificação de possíveis relacionamentos entre os licitantes, tais como:

a) Atribuição de verificar IN LOCO, se o endereço descrito na documentação apresentado pela empresa participante do processo licitatório neste município é o mesmo, endereço em comum; b) Telefones e email em comum; c) Constatar IN LOCO, Localização, o endereço, Rua, Avenida, o nº, a Quadra, o Bairro, a Cidade, a fachada da empresa, é compatível com o CNPJ, registrar com fotografias as fachadas; d) Verificar se a empresa possui estoque de mercadorias, e/ou locais de recepção e guarda de mercadorias que caracterizam prática de comércio. e) Anexas relações das empresas com seus endereços para a verificação/vistoria IN LOCO. f) Após as verificações/vistorias IN LOCO é necessário registrar todos os procedimentos realizados e apresentar relatório assinado pela comissão ao Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 11 de Junho de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 298/2019

PORTARIA Nº 298/2019

"Dispõe sobre o desligamento e designação de novos membros para compor a Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI e dá outras providências."

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, no uso de suas atribuições legais decreta:

Art. 1º Fica desligado da Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI, órgão colegiado de coordenação e supervisão vinculado ao Gabinete do Prefeito instituído pela Lei n. 818/2017 o servidor:

ADÃO CATARINO DE CAMPOS

Art. 2º A Comissão Permanente de Avaliação Institucional – CPAI, órgão colegiado de coordenação e supervisão vinculado ao Gabinete do Prefeito instituído pela Lei n. 818/2017 passa a ser integrada juntamente com os demais membros já designados pelo servidor com a função de apoio administrativo:

JUCILEIDE SILVA CAMPOS

Art. 3º Os membros da Comissão Permanente de Avaliação Institucional e os servidores de suporte administrativos farão jus a jeton previsto no Art. 13 da Lei 819/2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 03 de Junho de 2019.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 291/2019

PORTARIA Nº 291/2019

"Designa servidores Municipais de acordo com a Portaria n° 290/2019, para verificação/vistoria IN LOCO de endereço de empresa participante de Processo Licitatório do município de Nossa Senhora do Livramento - MT e dá outras providências."

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS, S**ecretário Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT**, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo descritos para verificação/vistoria IN LOCO de endereço de Empresas participantes de Processo Licitatório do município de Nossa Senhora do Livramento - MT e dá outras providências, conforme solicitação do setor de licitação através da CI nº 055/2019, em anexo.

Carmen Lucia Silva Correia de Brito;

Marco Antônio de Figueiredo Silva;

José Luis da Silva Leite.

Relação das Empresas:

1– **BKP CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 16.939.495/0001-59, Endereço: Rua Alisios JD Bom Clima , nº 332, Bairro Distrito Despraiado –CEP: 78.048-226- CUIABÁ-MT.**

2 – FABIO ALBUQUERQUE DA SILVA ME, CNPJ 18.894.302/0001-16, Endereço: Av. Brasil _ Morada do Ouro II – Complemento Cond. Morada do Parque APT 104 , n° 269, CEP 78.055-508.

Art. 2º A presente comissão deverá proceder:

a) Atribuição de verificar IN LOCO, se o endereço descrito na documentação apresentado pela empresa participante do processo licitatório neste município é o mesmo. b) Telefones e email; c) Constatar IN LOCO, Localização, o endereço, Rua, Avenida, o nº, a Quadra, o Bairro, a Cidade, a fachada da empresa, é compatível com o CNPJ, registrar com fotografias as fachadas e os equipamentos/veiculo. d) Verificar se a empresa possui estoque de mercadorias, e/ou locais de recepção e guarda de mercadorias que caracterizam prática de comércio. e) Após as verificações/vistorias IN LOCO é necessário registrar todos os procedimentos realizados e apresentar relatório assinado pela comissão ao Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 11 de Junho de 2019.

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS

Sec. Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 007/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Presidente da CPL torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇO N.º 007/2019**, tendo como objetoa **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AMPLIAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA IZABEL NO ASSENTAMENTO TRÊS CINCO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS PARA ESCOLA MUNICIPAL NO PARAISO DO NORTE NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES SENDO:**

LOTE 01 - PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NA ESCOLA MUNICIPAL PARAÍSO DO NORTE.

LOTE 02 - AMPLIAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA IZABEL NO ASSENTAMENTO TRES E CINCO.

SAGROU-SE vencedora da presente licitação a empresa:

M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA – EPP

CNPJ: **21.878.860/0001-00**

LOTE 01 – R$ 83.453,49 (oitenta e três mil quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e nove centavos).

LOTE 02 – R$ 146.728,31 (cento e quarenta e seis mil setecentos e vinte e oito reais e trinta e um centavos).

Valor global **R$ 230.181,80 (duzentos e trinta mil cento e oitenta e um real e oitenta centavos).**

A Presidente da CPL informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Bruna Neiverth

Presidente CPL

Portaria 097/2019

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 006/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** o procedimento licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇO N.º 006/2019**, tendo como objetoa **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA NO HOSPITAL MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, LOCALIZADO NA TV. COLORADO ESQ. TV. LUPIONÓPOLIS - CENTRO NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT**, **OBEDECENDO INTEGRALMENTE AO PROJETO, DETALHES, ESPECIFICAÇÕES, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E MEMORIAL DESCRITIVO, PARTES INTEGRANTES DO PRESENTE EDITAL**.

Sagrou-se vencedora a empresa:

SOCIEDADE/EMPRESÁRIA	*CNPJ:*	*VALOR GLOBAL*
M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA – EPP	**21.878.860/0001-00**	**R$ 107.105,75**

Nova Bandeirantes - MT, 12 de junho de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA TOMADA DE PREÇO Nº. 010/2019

MOTIVO: ***ponto facultativo no dia 21/06/2019, à partir das 07:00 horas.*** **Tendo em vista que no próximo dia útil seria dia 24/06/2019 no qual já tenho a tomada de preço 010/2019 marca para as 13:30 horas por tanto passaremos para o próximo dia útil que será dia 25/06/2019.**

OBJETO:CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE ENGENHARIA COM VISTAS À PEQUENOS REPAROS e EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES NA OBRA DA CONSTRUÇÃO DE 06 (SEIS) SALAS DE AULA, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES, NA RUA SÃO PAULO, AP 01/1-AP 01/2, CENTRO, COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA AMPLIAÇÕES DE TODOS OS ELEMENTOS DEFINIDOS, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.

Sessão de julgamento data anterior: 21/06/2019 – 07:30 HORAS

Sessão de julgamento nova data: 25/06/2019 – 07:30 HORAS

Informações pelo telefone (66) 3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 12 de junho de 2019.

Bruna Neiverth

Presidente 097/2019

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2019

MOTIVO: ***ponto facultativo no dia 21/06/2019, à partir das 07:00 horas.*** **Tendo em vista que no próximo dia útil seria dia 24/06/2019 no qual já tenho a tomada de preço 010/2019 marca para as 13:30 horas por tanto passaremos para o próximo dia útil que será dia 25/06/2019.**

OBJETO:CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER EQUIPAMENTO E EXECULTAR A INSTALAÇÃO DO SPDA (SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFÉRICA) REQUISITOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO AOS USUÁRIOS DO GINÁSIO DE ESPORTE PARA ATENDER AS NORMAS TÉCNICAS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL E O CORPO DE BOMBEIRO. atendendo assim as normas técnicas de segurança (ABNT).

Sessão de julgamento data anterior: 21/06/2019 – 07:30 HORAS

Sessão de julgamento nova data: 25/06/2019 – 07:30 HORAS

Informações pelo telefone (66) 3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 12 de junho de 2019.

Bruna Neiverth

Presidente 097/2019

DEPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2019

CONTRATADA: **POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**

CNPJ: **01.379.965/0001-08**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE ENGENHARIA COM VISTAS À CONSTRUÇÃO DE UM BLOCO DE 05 (CINCO) SALAS DE AULA, NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, NA RUA SÃO PAULO, AP 01/1-AP 01/2, CENTRO, COM ÁREA DE 361,43 M², COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS DEFINIDOS, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.**

VALOR GLOBAL **R$ 320.455,69 (trezentos e vinte mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos).**

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2019.

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da CPL, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade

Tomada de Preços 008/2019

No dia **12/07/2019 às 08:00 horas**(Horário de Mato Grosso). Esta Licitação será regida pela Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, SENDO A CONSTRUÇÃO DE UMA MURETA COM TELA DE ARAME GALVANIZADO COM PERIMETRO DE 139,20m, DO PATIO DA SECRETARIA DE DESPORTO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, CULTURA E JUVENTUDE DO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, OBEDECENDO INTEGRALMENTE AO PROJETO, DETALHES, ESPECIFICAÇÕES, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E MEMORIAL DESCRITIVO, PARTES INTEGRANTES DO PRESENTE EDITAL.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados pelo site www.novabandeirantes.mt.gov.br. Informações pelo telefone (66) 98437-1137 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 12 de junho de 2019.

Bruna Neiverth

Presidente CPL

Portaria 097/2019

DEPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2019

CONTRATADA: **REDENCAO COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI - EPP**

CNPJ: **02.338.391/0001-84**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTOS DE PRODUTOS E UTENSÍLIOS PARA INSTRUMENTOS DE FANFARRA NO QUAL A MANUTENÇÃO DOS INSTRUMENTOS DEVE SER FEITA, POIS ESTÃO COM A VIDA ÚTIL MUITO GASTA E NÃO ESTÁ TENDO UM SOM DE BOA QUALIDADE.**

VALOR GLOBAL **R$ 11.839,15 (onze mil oitocentos e trinta e nove reais e quinze centavos).**

DEPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2019

CONTRATADA: **ELAINE PIRES DOS SANTOS - ME**

CNPJ: **11.864.694/0001-21**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECCIONAR PLACAS E TOTENS COM MODELO EXCLUSIVO PARA ATENDER O CONVÊNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES E O MINISTÉRIO DA SAÚDE, NA CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, PLACA PARA INAUGURAÇÃO DA AGENCIA MUNICIPAL DO DETRAN E PAINÉIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, SENDO: 01 PLACA EM DOBRA TIPO BANDEJA COM PINTURA AUTOMOTIVA; 01 TOTEM PRINCIPAL COM ESTRUTURA EM DOBRA TIPO BANDEJA COM PINTURA AUTOMOTIVA; 01 TOTEM ESPAÇO MULTIUSO COM PINTURA AUTOMOTIVA; 07 PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO INTERNA, 01 PLACA PARA INAUGURAÇÃO DA AGENCIA MUNICIPAL DO DETRAN; 02 PAINÉIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE.**

VALOR GLOBAL **R$ 15.490,00 (quinze mil quatrocentos e noventa reais).**

DEPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2019

CONTRATADA: **JR COMERCIO DE TECIDOS E CONFECCOES LTDA - ME**

CNPJ: **10.735.832/0001-00**

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR EM TECIDOS PARA CONFECÇÃO DE CAMPO CIRÚRGICO, CAMPO FENESTRADO, CAMISOLAS PARA GESTANTES, CAMISOLAS PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, TOALHAS E LENÇÓIS PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - MT.**

VALOR GLOBAL **R$ 7.083,00 (sete mil e oitenta e três reais).**

DEPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2019

CONTRATADA: **D. PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME**

CNPJ: **27.558.101/0001-39**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE CAMINHÕES PIPAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES NOS SERVIÇOS DE AGUAMENTO DE RUAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES, NOS SERVIÇOS DE AGUAMENTO DE RUAS NA SEDE DO DISTRITO DE JAPURANÃ, EFETUAR REIDRATAÇÃO DE SOLO PARA PATROLAMENTO NAS ESTRADAS VICINAIS E MTS, MANTER PLANTÃO PARA COMBATE A INCÊNDIOS E DEMAIS SERVIÇOS PERTINENTES.**

VALOR GLOBAL **R$ 78.600,00 (setenta e oito mil e seiscentos reais)**, sendo o valor mensal de ***R$ 13.100,00 (treze mil e cem reais)****,* pelo período de 06 (seis*) meses.*

DEPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2019

CONTRATADA: **L F PEREIRA ENGENHARIA - EPP**

CNPJ: **24.686.425/0001-64**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM ELABORAÇÃO DO MAPA RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT PARA READEQUAÇÃO E CONFERENCIA DAS QUILOMETRAGENS DAS ESTRADAS VICINAIS INFORMADAS PARA A COMISSÃO DO FETHAB 2019 E TREINAMENTO DE 02 FUNCIONÁRIOS PARA MANTER EQUALIZADO O REFERIDO MAPA.**

VALOR GLOBAL **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**.

DEPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2019

CONTRATADA: **DYMAK MAQUINAS RODOVIARIAS LTDA**

CNPJ: **01.840.707/0001-79**

OBJETO: *AQUISIÇÃO DE* ***01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ORIUNDA DO CONVÊNIO Nº 848261/2017, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL DE SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM),*** QUE ATENDERÁ AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, NA SUA GRANDE DEMANDA EM RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS, MANTENDO-AS EM CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE.

VALOR GLOBAL **R$** ***389.000,00*** **(trezentos e oitenta e nove mil reais).**

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO TOMADA DE PREÇO 005/2019

Tomada de preço:005/2019

Processo Administrativo nº 066/2019

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE DE NOVA BANDEIRANTES E DO DISTRITO DE JAPURANÃ CONFORME PLANTAS, CRONOGRAMAS, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO, E DEMAIS DOCUMENTOS DE ENGENHARIA ANEXOS AO PRESENTE EDITAL.**

A Presidente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes torna público aos interessados, em especial ao participante da Tomada de preço 005/2019, que conforme Ata da sessão ocorrida no dia 03/06/2019, onde abrimos o prazo de cinco dias para os recursos para que nem uma empresa pode-se ser **prejudicada NÃO houve nem uma empresa que entra-se com recurso** no qual o prazo de 05 (cinco dias) foi cumprido para que pudéssemos voltar a sessão.

Pelo exposto, ficam convocadas as empresas:

SOCIEDADE/EMPRESÁRIA:

AGRIMAT ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS EIRELI

CNPJ: **07.095.509/0001-04**

Para nova sessão para ser aberto os envelopes contendo as propostas de preços no qual ocorrer no dia **14/06/2019, às 16:00 horas**, na Avenida Lazaro Moreira dos Santos nº1245 – Centro – Nova Bandeirantes-MT. (tendo em vista o princípio da igualdade, e a intenção de não prejudicar nenhuma das empresas participantes.)

Diante da omissão legislativa e considerando o princípio da economicidade e razoabilidade, a Pregoeira abrirá nova negociação com os interessados.

Dúvidas podem ser esclarecidas pelos telefones (66) 3572-1950 /98437-1118, ou ainda por e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br

Nova Bandeirantes/MT, 12 de junho de 2019.

_____

Bruna Neiverth

Presidente 097/2019

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 007/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** o procedimento li-

citatório na modalidade **TOMADA DE PREÇO N.º 007/2019**, tendo como objetoa **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AMPLIAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA IZABEL NO ASSENTAMENTO TRÊS CINCO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS PARA ESCOLA MUNICIPAL NO PARAÍSO DO NORTE NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES SENDO:**

LOTE 01 - PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NA ESCOLA MUNICIPAL PARAÍSO DO NORTE.

LOTE 02 - AMPLIAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA IZABEL NO ASSENTAMENTO TRÊS CINCO.

Sagrou-se vencedora a empresa:

SOCIEDADE/EMPRESÁRIA	*CNPJ:*	*LOTE*	*VALOR GLOBAL*
M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA – EPP	**21.878.860/0001-00**	**01**	**R$ 83.453,49**
		02	**R$ 146.728,31**

Nova Bandeirantes - MT, 12 de junho de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 006/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Presidente da CPL torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇO N.º 006/2019**, tendo como objetoa **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA NO HOSPITAL MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, LOCALIZADO NA TV. COLORADO ESQ. TV. LUPIONÓPOLIS - CENTRO NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT**, **OBEDECENDO INTEGRALMENTE AO PROJETO, DETALHES, ESPECIFICAÇÕES, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E MEMORIAL DESCRITIVO, PARTES INTEGRANTES DO PRESENTE EDITAL**.

SAGROU-SE vencedora da presente licitação a empresa:

M FERNANDES DA SILVA & CIA LTDA – EPP

CNPJ: **21.878.860/0001-00**

valor global de **R$ 107.105,75 (cento e sete mil cento e cinco reais e setenta e cinco centavos).**

A Presidente da CPL informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Bruna Neiverth

Presidente CPL

Portaria 097/2019

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO TOMADA DE PREÇO 004/2019

Tomada de preço:004/2019

Processo Administrativo nº 044/2019

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPELIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE MICRO REVESTIMENTO EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - MT, CONFORME PROJETO E PLANILHAS EM ANEXO.**

A Presidente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes torna público aos interessados, em especial ao participante da Tomada de preço 005/2019, que conforme Ata da sessão ocorrida no dia 03/06/2019, onde abrimos o prazo de cinco dias para os recursos para que nem uma empresa pode-se ser **prejudicada NÃO houve nem uma empresa que entra-se com recurso** no qual o prazo de 05 (cinco dias) foi cumprido para que pudéssemos voltar a sessão.

Pelo exposto, ficam convocadas as empresas:

SOCIEDADE/EMPRESÁRIA: **BKP CONSTRUTORA LTDA**

CNPJ: **16.939.495/0001-59**

Para nova sessão para ser aberto os envelopes contendo as propostas de preços no qual ocorrer no dia **14/06/2019, às 13:30 horas**, na Avenida Lazaro Moreira dos Santos nº1245 – Centro – Nova Bandeirantes-MT. (tendo em vista o princípio da igualdade, e a intenção de não prejudicar nenhuma das empresas participantes.)

Diante da omissão legislativa e considerando o princípio da economicidade e razoabilidade, a Pregoeira abrirá nova negociação com os interessados.

Dúvidas podem ser esclarecidas pelos telefones (66) 3572-1950 /98437-1118, ou ainda por e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br

Nova Bandeirantes/MT, 12 de junho de 2019.

_____

Bruna Neiverth

Presidente 097/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00011, de 12 de Junho de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
SONIA ELIZABETE NATTES FERREIRA	785.364.728-04	8981/00037/2019
NICANOR FRANCO RIBEIRO	018.427.221-15	8981/00053/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: JEOLLI CERUTTI AMORIM Matrícula: 00003141
Cargo: SECRETARIA MUN DE ECONOMIA E FINANÇAS
Assinatura:

Data de afixação: Data de desafixação:

12/06/2019

27/06/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

DECRETO N.º 032/2019

DECRETO N.º 032/2019

SUMULA: Dispõe sobre a suplementação de dotação

Orçamentária no orçamento programa da

Câmara Municipal de Vereadores de Nova

Guarita – MT, e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **JOSÉ LAIR ZAMONER**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pôr Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Suplementar no Valor de R$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais) conforme determina a Lei N.º 728/2019 de 04 de Junho de 2019, as seguintes dotações orçamentárias:

01.00.00 – CAMARA MUNICIPAL

01.01.00 – CAMARA MUNICIPAL

FUNCIONAL PROGRAM. – 01.031.0017.2.001

012 3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria FONTE: 0100 R$ 22.000,00

Art. 2º - Servirá como recurso para atender a suplementação a que se refere o Art. 1º deste decreto, a anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

01.00.00 – CAMARA MUNICIPAL

01.01.00 – CAMARA MUNICIPAL

FUNCIONAL PROGRAM. – 01.031.0017.2.001

010 4.4.90.52-00 –EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE FONTE: 0100 R$ 22.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação pôr afixação em local de costume.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 04 de Junho de 2019.

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 033/2019

DECRETO N.º 033/2019

SUMULA: Dispõe sobre a suplementação de dotação

Orçamentária no orçamento programa da

Câmara Municipal de Vereadores de Nova

Guarita – MT, e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **JOSÉ LAIR ZAMONER**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pôr Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Suplementar no Valor de R$ 11.000,00 (Onze mil reais) conforme determina a Lei N.º 728/2019 de 04 de Junho de 2019, as seguintes dotações orçamentárias:

01.00.00 – CAMARA MUNICIPAL

01.01.00 – CAMARA MUNICIPAL

FUNCIONAL PROGRAM. – 01.031.0017.2.001

005 3.3.90.30-00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0100 R$ 3.000,00

011 3.3.90.40-00 – SERV. DE TECNOLOGIA DA INFORM. E COMUNICAÇÃO FONTE: 0100 R$ 3.000,00

012 3.3.90.35.00 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA FONTE: 0100 R$ 5. 000,00

Art. 2º - Servirá como recurso para atender a suplementação a que se refere o Art. 1º deste decreto, a anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

01.00.00 – CAMARA MUNICIPAL

01.01.00 – CAMARA MUNICIPAL

FUNCIONAL PROGRAM. – 01.031.0017.2.001

002 3.1.90.13-00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS FONTE: 0100 R$ 11. 000,00

Art. 3º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação pôr afixação em local de costume.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 10 de Junho de 2019.

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Nova Guarita/MT, através do setor de licitação e demais normas complementares, torna público para conhecimento dos interessados, que está CANCELADA a licitação na modalidade Pregão Presencial n° 02/2019, cujo objeto é Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de assessoria e consultoria na área de direito público, notadamente nos ramos de direito administrativo e constitucional, para a assessoria jurídica da Câmara de Vereadores, **devido à alteração no conteúdo do Edital. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado.**

Informações: (66) 3574-1166.

Nova Guarita/MT, 12 de junho de 2019.

Rosangela de Souza Lovison

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DISPENSA LICITAÇÃO Nº 25/2019

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 25/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Contratação de empresa especializada em prestação de serv. de Profissional Temporário - professor de Dança, por cento e oitenta horas no Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS para atender ao PROGRAMA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO no município de Nova Lacerda - MT.

Favorecida: MARINA PINHEIRO DA SILVA – ME R$14.106,60 (Quatorze mil e cento e seis reais e sessenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 12 de junho de 2019.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 068/ 2019

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 068/2019

CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C.(M.F.) sob o n.º 01.614.519/0001-22, com sede na Rua 16 Julho, 815, representado por sua Excelência o Prefeito Municipal, Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** portador do RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

CONTRATADA: ROSANA DOS SANTOS GARCIA, brasileira, solteira, portadora RG. n.º 162527-0 SSP/MT e do CPF. n.º 011.053.271-67, residente e domiciliada Sitio Juriti Gleba Sarare II, zona rural, neste município de Nova Lacerda-MT, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA,** tem entre si justos e combinados pelo presente instrumento de contratação temporária, mediante as cláusulas abaixo articuladas:

CLÁUSULA I - Do Objeto

O **CONTRATANTE**, contrata os serviços da **CONTRATADA considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 001/2019 de 17/01/2019,** para temporariamente prestar serviços ao município, na **PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/E.M 1º GRAU 15 DE SETEMBRO "EXTENSÃO GARIMPO" (3ª OPÇÃO),**neste município, em razão do elevado número de alunos e os professores efetivos e contratados não foram suficientes para absorver todas as aulas excedentes, na função de **PROFESSORA NIVEL MEDIO,** de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 019/2005 de 15/12/2005, dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da educação básica do Município de Nova Lacerda e dá outras providências, e Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **06 (seis) meses,** tendo início no dia **23/05/2019** e término no dia **22/11/2019, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.**

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 1.312,27 (um mil e trezentos e doze reais e vinte e sete centavos**) mensais com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário

A **CONTRATADA** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI - Das Despesas

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05

Unidade: 02

Proj./Ativ.: 2.029

3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.003

CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa da **CONTRATADA.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Fôro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro / MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 22 de maio de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA ROSANA DOS SANTOS GARCIA

Prefeito Municipal CONTRATADA

CONTRATANTE

YURI SILVA DIAS

Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____

_____

Romildo Niero Da Silva Daniele Menezes Souza

CPF: 805.219.321-49 CPF: 017.717.511-77

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DISPENSA LICITAÇÃO Nº 24/2019

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 24/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Profissional Temporário - professor de Música, por (08) oito meses no Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS para atender ao PROGRAMA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO no município de Nova Lacerda - MT.

Favorecida: IGOR SOUZA SANTOS – ME R$17.988,00 (Dezessete mil e novecentos e oitenta e oito reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015.

Nova Lacerda- MT 12 de junho de 2019.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 070/ 2019

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 070/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA, ESTADO DE MATO GROSSO, com sede à Rua 16 de Julho, N.º 815, inscrito no C.N.P.J. sob n.º 01.614.519/0001-22, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal o Excelentíssimo Sr. **UILSON JOSE DA SILVA,** brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, e através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,**

com sede à Rua 16 de Julho, 815, Bairro Centro, inscrito sob o n.º13.840. 464/0001-58, por seu **Presidente Sr. RINALDO MIRANDA CONSTANCI,** portador da Cédula de Identidade RG n.º 851381 SSP/MT e inscrito no CPF/MF n.º 523.343.171-87, residente e domiciliado na cidade de Nova Lacerda – MT, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE.**

CONTRATADO: ROMARIO ATAYDE CAMARGO, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº. 22938397 SESP/MT e do CPF Nº. 050.844.971-51, residente e domiciliada à Rua 16 de Julho, Bairro Centro, neste município, doravante denominado **CONTRATADO, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 001/2019 de 17/01/ 2019** que, celebrado entre ambos tem justos, acordados e contratados, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - Do Objeto

A **CONTRATANTE**, contrata os serviços do **CONTRATADO, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 001/2019 de 17/01/2019,** para temporariamente prestar serviços, **junto à Secretaria Municipal de Saúde – Nova Lacerda-MT na função de Educador Físico,** conforme a Lei Municipal 797/2017 de 18/12/2017, de acordo com as normas e orientações do Programa de Saúde Familiar - PSF, para desempenho na sede do município, sob a coordenação da **Secretaria Municipal de Saúde,**conforme a Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018.

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **06 (seis) meses,** tendo início no dia **10/06/2019** e término no dia **09/12/2019, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal nº 835/2018 de 10/12/2018**.

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 1.819,33 (um mil oitocentos dezenove reais e trinta e três centavos**) mensais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário O **CONTRATADO** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI – Da Dotação

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06

Unidade: 03

Proj./Ativ.: 2.101

3.1.90.04.00.00.00.00.1005 CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa do **CONTRATADO.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Foro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro/MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 07 de junho de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA RINALDO MIRANDA CONSTANCI

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Saúde

CONTRATANTE CONTRATANTE

ROMARIO ATAYDE CAMARGO YURI SILVA DIAS

CONTRATADO Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____

_____

Ana Lucia Araújo da Silva Daniele Menezes Souza

CPF: 281.038.888-18 CPF: 017.717.511-77

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 069/ 2019

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N º 069/2019

CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C.(M.F.) sob o n.º 01.614.519/0001-22, com sede na Rua 16 Julho, 815, representado por sua Excelência o Prefeito Municipal, Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** portador do RG. n.º 10339787 SESP /MT e CPF n.º 621.764.391-04, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**

CONTRATADO: ANAELSON FLORES YAMAMOTO, brasileiro, solteiro, portador RG. n.º 2292989-4 SSP/MT e do CPF. n.º 048.010.811-00, residente e domiciliada na Rua das castanheiras, Bairro jardim das Flores, no município de Conquista D'Oeste, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO,** tem entre si justos e combinados pelo presente instrumento de contratação temporária, mediante as cláusulas abaixo articuladas.

CLÁUSULA I - Do Objeto

O **CONTRATANTE**, contrata os serviços da **CONTRATADO considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 001/2019 de 17/01/2019,** para temporariamente prestar serviços junto a **Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Centro de Educação Infantil Gloria Maria Lopes de Carvalho**, para suprir a necessidade do cargo, neste município, na função de **VIGIA,** conforme a Lei Municipal n.º 835/2018 de 10/12/2018.

CLÁUSULA II - Do Regime Jurídico

A presente **CONTRATACÃO** é realizada nos Termos da Lei Complementar N° 052/2010, de 30 de junho de 2010, e do que couber, na Lei Complementar N° 021/2005, de 15 de Dezembro de 2005, regendo-se por princípios de direitos públicos, aplicando-se naquilo que for de acordo com Direito e Deveres da Contratação.

CLÁUSULA III - Do Prazo

O presente contrato terá como duração o prazo de **06 (seis) meses,** tendo início no dia **07/06/2019** e término no dia **06/12/2019, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme Lei Municipal n.º 835/2018 de 10/12/2018.**

CLÁUSULA IV - Da Remuneração

Pelos serviços prestados a que se refere à Cláusula I deste, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância de **R$ 1.071,58 (um mil e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos**) mensais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA V – Regime Previdenciário O **CONTRATADO** vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA VI – Da Dotação

As despesas oriundas deste Contrato Temporário de Trabalho correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05

Unidade: 02

Proj./Ativ.: 2.033

3.1.90.04.00.00.00.00.0.1.004

CLÁUSULA VII - Da Rescisão

O presente Contrato poderá ser extinto, sem o direito de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da **CONTRATANTE;**

III - por iniciativa do **CONTRATADO.**

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção do Contrato no caso dos incisos II e III, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIII - Do Foro

Elegem-se o Fórum da Comarca de Comodoro / MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste presente contrato.

E, assim, por estarem justos e acordados, assina o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeada.

Nova Lacerda / MT, 07 de junho de 2019.

UILSON JOSE DA SILVA ANAELSON FLORES YAMAMOTO Prefeito Municipal CONTRATADO

CONTRATANTE

YURI SILVA DIAS

Procurador Jurídico

OAB/MT 21.981-B

Testemunhas:

_____ _____

Lucimeire Ferreira De Oliveira Moura Daniele Menezes Souza

CPF: 882.249.961-15 CPF: 017.717.511-77

PROCURADORIA JURÍDICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 043/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: MICHAEL FERRAZ DO NASCIMENTO-ME;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1 – Prorrogação de prazo.

1.1.2 – O período de vigência se estenderá até 03/07/2019.

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A alteração promovida por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1 - A Administração se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo do contrato em epigrafe, devido à necessidade da administração em manter a prestação de serviços. Será de extrema necessidade a prorrogação do contrato pelos motivos já avençados.

2.2– O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato nº 043/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 – O valor do contrato original não será alterado, sendo o valor de R$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais) referente a contratação, que serão pagos após a prestação dos serviços.

Nova Lacerda-MT, 03 de junho de 2019.

PROCURADORIA JURÍDICA
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADO: STAF SISTEMAS LTDA-EPP;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1 Acréscimo de R$2.000,00 (dois mil reais) mensais, considerando a implantação de sistemas para a prefeitura, totalizando R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), o valor original do contrato original será de R$ 146. 132,16 (cento e quarenta e seis mil e cento e trinta e dois reais e dezesseis centavos), sendo pago mensalmente o valor de R$ 12.177,68 (doze mil e cento e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

SISTEMAS	ACESSO SIMULTÂNEOS	VALOR MENSAL
Minha Folha	ilimitado	R$ 492,50
eSocial	ilimitado	R$ 787,60
Compras	Acréscimo de mais 02 acessos	R$ 719,81
VALOR MENSAL TOTAL		R$ 2.000,00

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A alteração promovida por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1 – Acréscimo de prestação de serviços, correspondente a implantação de sistemas para a Prefeitura.

2.2– O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57, Inciso I, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

1.1.2 3.1 – O valor global do contrato original será alterado, sendo que o valor original do contrato de R$ 122.132,16 (cento e vinte e dois mil e cento e trinta e dois reais e dezesseis centavos) passará ao valor de R$ 146. 132,16 (cento e quarenta e seis mil e cento e trinta e dois reais e dezesseis centavos), sendo pago mensalmente o valor R$ 12.177,68 (doze mil e cento e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

Nova Lacerda-MT, 11 de junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº. 007/2019 ENCERRAMENTO DE CONTRATO A PEDIDO DA SERVIDORA, QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO O MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT E D

Encerramento de Contrato a pedido da servidora, que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT** e do outro a Sr.ª. **LAUREN PORTILHO QUINTEIRO.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, **CNPJ Nº. 37.464.989/0001-02**, com sede administrativa avenida Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia MT, devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o **Sr. JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,** portador da Carteira de Identidade sob RG nº. 3141561-6 SSP/MT, cadastrado no CPF sob

459.368.209-63, com exercício de suas atividades no endereço supramencionado doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE/RESCINDENDO** e a Sr. ª **LAUREN PORTILHO QUINTEIRO.** Brasileira, portadora da C.I - RG nº. **2376024-9 SSP/MT**, cadastrada no **CPF sob o nº 051.007. 881-86**, residente e domiciliada na Rua Minas Gerais S/N Bairro Centro no município de Nova Marilândia - MT; doravante denominado simplesmente **CONTRATADO/RESCINDENTE**, resolvem registrar o encerramento do contrato de prestação de serviços nº. **007/2019**, a pedido da servidora celetista, regido pela **Lei Municipal nº 821/2018 e Lei Municipal Nº 725/ 2016**, observadas as normas de direito público e de direito administrativo, mediante as seguintes cláusulas:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO OBJETO.

1.1 – Considerando o pedido de exoneração da servidora, fica encerrado o contrato administrativo n. º **007/2019**, entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, a partir do dia 07 de junho de 2019.

1.2 – Fica por este, definido rescisão na forma consensual.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DAS GENERALIDADES

2.1 – Tendo em vista o encerramento do contrato, conforme estabelece o capítulo IV do contrato de prestação de serviços nº. **007/2019**.

E assim, fica, portanto de fato e de direito rescindido a partir do dia 07 de junho de 2019 o CONTRATO nº. **007/2019**, que teve por objeto a prestação de serviços para exercer a função de **"AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI",** a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Turismo de Nova Marilândia-MT, com jornada de 30 (trinta) horas semanais, reservado o descanso semanal remunerado em razão de não haver funcionário concursado para ocupar o cargo, pelo período de 07 de março de 2019 a 07 de junho de 2019.

As partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produza todos os requisitos legais.

Paço Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, aos 10 de junho de 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA

CONTRATANTE/RESCIDENTE

LAUREN PORTILHO QUINTEIRO AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ADI CONTRATADO/RESCINDENTE

x-x-x FINAL DO INSTRUMENTO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL x-x-x

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO 012/2019 SRP 013/2019

OBJETO DO PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE/ EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

Data da realização: 29/06/2019

Licitantes Vencedores:

OLMIR IORIS E CIA LTDA, inscrita no CNPJ 70.429.956/0001-99, 1° classificada nos itens: 9, com um valor total R$ 5.580,00.

POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMATICA EIRELI – ME, inscrita no CNPJ 17.874.189/001-44**, 1° classificada nos itens 01, 02 e 15, com umvalor total de R$ 11.225,00.**

STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA – ME, inscrita no CNPJ 05.870.717/0001-08, 1° classificada nos itens 3, 4, 5, 7, 8, 11, 14, com o valor total de R$ 6.737,00

DOUGLAS E. C. MONTEIRO EIRELI – ME, inscrita no CNPJ 32.534. 923/20001-10, 1° classificada no item 09, com o valor total de R$ 6.100,00. .

SETE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ 04.578. 067/0001-69, 1° classificada no item 10, com um valor total de R$ 620,00.

STAR PRIME LTDA – ME, inscrita no CNPJ 31.395.164/0001-99, 1° classificada nos itens 12 com o valor total de R$ 1.250,00

ITEM 13: CANCELADO

NOVA MARILÂNDIA MT, 10 DE JUNHO DE 2019.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº. 003/2019 ENCERRAMENTO DE CONTRATO A PEDIDO DA SERVIDORA, QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO O MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT E D

Encerramento de Contrato a pedido da servidora, que fazem entre si de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT** e do outro a Sr. ª **MARIA ELIZABETE E SILVA**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, **CNPJ Nº. 37.464.989/ 0001-02**, com sede administrativa avenida Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia MT, devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o **Sr. JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,** portador da Carteira de Identidade sob RG nº. 3141561-6 SSP/MT, cadastrado no CPF sob 459.368.209-63, com exercício de suas atividades no endereço supramencionado doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE/RESCINDENDO** e a Sr. ª **MARIA ELIZABETE E SILVA,** brasileira, portadora da C.I - RG nº. **11114851- SSP/MT**, cadastrada no CPF sob o nº **795.746. 101-87**, residente no Assentamento Bela Vista Zona Rural no município de Nova Marilândia - MT; doravante denominado simplesmente **CONTRATADO/RESCINDENTE**, resolvem registrar o encerramento do contrato de prestação de serviços nº. **003/2019**, a pedido da servidora celetista, regido pela **Lei Municipal nº 821/2018 e Lei Municipal Nº 725/2016**, observadas as normas de direito público e de direito administrativo, mediante as seguintes cláusulas:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO OBJETO.

1.1 – Considerando o pedido de exoneração da servidora, fica encerrado o contrato administrativo n. º **003/2019**, entre as partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, a partir do dia 31 de maio de 2019.

1.2 – Fica por este, definido rescisão na forma consensual.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DAS GENERALIDADES

2.1 – Tendo em vista o encerramento do contrato, conforme estabelece o capítulo IV do contrato de prestação de serviços nº. **003/2019**.

E assim, fica, portanto de fato e de direito rescindido a partir do dia 31 de maio de 2019 o CONTRATO nº. **003/2019**, que teve por objeto a prestação de serviços para exercer a função de **"PROFESSOR PEDAGOGIA-CTD",** a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Turismo de Nova Marilândia-MT, com jornada de 30 (trinta) horas semanais, reservado o descanso semanal remunerado , em substituição a professora efetiva Sr.ª **ELIZANGELA DIAS PACHECO DE ANDRADE** que se encontra desenvolvendo o cargo de Coordenadora da Escola Criança Esperança, , pelo período de 01 de março de 2019 a 31 de maio de 2019.

As partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para que produza todos os requisitos legais.

Paço Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, aos 12 de junho de 2019.

_____

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA

CONTRATANTE/RESCIDENTE

_____

MARIA ELIZABETE E SILVA

PROFESSORA DE PEDAGOGIA-CTD

CONTRATADO/RESCINDENTE

x-x-x FINAL DO INSTRUMENTO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL x-x-x

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO Nº 011/2019 SRP 012/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO QUILÔMETRO, PARA AS SECRETÁRIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

ADJUDICO o objeto desta licitação aos Licitantes Vencedores:

REAVEL VEÍCULOS EIRELI, inscrita no **CNPJ 30.260.538/0001-04,** no item**: ITEM 01:** no valor de **R$ 52.500,00.**

NOVA MARILÂNDIA MT, 10 de junho de 2019.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2019

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá , Estado de Mato Grosso através de sua comissão Permanente de Licitação, designada pela portaria N°046/2019 de 11 de Fevereiro de 2019 tornam público o resultado da Dispensa de Licitação N°008/2019 tendo como objeto **SERVIÇOS DE DESDOBRAMENTO DE MADEIRA *IN NATURA* PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, a empresa GRANDE MATO GROSSO EIRELLI** com o CNPJ:29.304.782/0001-34, com menor proposta no Valor Total de 26.730,00 (vinte e seis mil e setecentos e trinta reais), **nos termos inciso IV do artigo 24 da Lei Federal n°8.666 com suas alterações posteriores.**

O processo referente a licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitação da Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernadino Zanchet, n°50E, Centro, neste Município de Nova Maringá-MT, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Nova Maringá-MT, 12 de Junho de 2019.

MAYSA DA SILVA SOUZA

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL 014/2019 - REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria nº 130/2019-GAPRE de 21 de Maio de 2019, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar no dia **27/06/2019 as 09h00-min**(horário de Cuiabá/MT), em sua sede situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1310, na cidade de Nova Maringá-MT, Licitação na Modalidade Pregão Presencial - Registro de Preços, Tipo Menor Preço por Lote, com Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ - MT, com re**cebimento e abertura de documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° **014/2019.**

O pregão presencial, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação no endereço supra citado e site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia

Nova Maringá – MT, 12 de Junho de 2019.

ROSIMEIRE SILVA SOUZA

Pregoeira Oficial

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N.º 02/2019

Contrato temporário de trabalho entre a Prefeitura Municipal de Nova Maringá ROSIMARI PIANTAVINHA ESPINDOLA.

A PREFEITURA MUNCIPAL DE NOVA MARINGÁ, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Av. Amos Bernardino Zanchet, Nº. 50-E, Centro, Nova Maringá – MT, CEP 78.445-000, inscrita no CNPJ 37.464.831/0001-24, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **JOÃO BRAGA NETO,** portador da Cédula de Identidade nº. 3026855 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n.º 424.993.729.15**,** doravante denominada simplesmente **Contratante** e do outro o Srª. **ROSIMARI PIANTAVINHA ESPINDOLA,** portadora da Cédula de Identidade nº 12029068 SSP/MT, inscrito no CPF sob o 003.163.291.26, residente na Rua Antonio de Lima s/nº Santa Rosa, doravante denominado simplesmente **Contratado(a),** celebram o presente contrato temporário de trabalho de acordo com as cláusulas seguintes:

1. Fica o Contratadoadmitido no quadro de servidores temporários da Contratantepara exercer o cargo de TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MONITOR, desempenhando as funções na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE ROSA CAMACHO, lotado na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes, com jornada semanal de 40 horas. 2. Seu horário de trabalho será das 08h00min às 13h00min e das 14h30min às 17h30min, com 01h30mim de intervalo para almoço, sendo seu descanso semanal aos sábados e domingos. 3. No interesse da Contratantee de acordo com o Contratadoa jornada de trabalho e os horários poderão ser prorrogados ou diminuídos a fim de melhor adequação da necessidade de atendimento ao interesse público. 4. Os serviços serão prestados na sede da **Contratante,** podendo ainda, segundo a necessidade de serem prestados em outras localidades, inclusive comunidades do interior do Município. 5. O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, iniciando-se em 02/05/2019 e findando em 02/05/2020. 6. Pelo cumprimento desse contrato, o **Contratado receberá mensalmente**, a importância de R$ 1.364,09 (Um mil e duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e quarenta e oito centavos), totalizando o valor de R$ 16.369,08 (Dezesseis mil trezentos e sessenta e nove reais e oito centavos), a serem pagos em folha de pagamento. 7. O valor deste contrato é fixo, entretanto poderá ser reajustado proporcionalmente ao seu tempo caso haja reajuste para os demais servidores municipais. 8. O **Contratado**se responsabiliza civil e criminalmente por danos a que venha causar a terceiros ou à Contratada no exercício de seu cargo, seja por culpa ou dolo. **9.** Ressalvados os casos onde devam prevalecer outras leis penais ou civis, a apuração de faltas cometidas no desempenho das funções do **Contratado** será feita por meio de sindicância a ser concluída em até 30 (trinta) dias, aplicando-

se no que couber o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei nº. 293/2003.

10. Nos casos em que os danos possam ser reparados de forma pecuniária, fica desde já autorizado o desconto automático em folha de pagamento. 11. Desde já o **Contratado** aceita a promoção de todos os descontos previstos e lei de natureza obrigatória. 12. As despesas decorrentes deste contrato serão empenhadas na dotação orçamentária 05.012.12 365.0016.2096.319004-226, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes serão pagos com recursos próprios da Contratante**.** 13. O presente contrato extinguirá automaticamente pelo decurso normal de seu prazo, podendo ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante aviso por escrito, aplicando-se a legislação específica para os casos de rescisão antecipada. 14. Deu origem a este contrato o Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2018. 15. Esta contratação foi celebrada com fulcro nos inciso IX, art. 37 da CF/88, regulamentado pela Lei Municipal nº. 356/2005 e alterações. 16. O **Contratado** declara estar ciente de todas as condições da contratação, não podendo alegar ignorância posteriormente à assinatura deste contrato. 17. Aplica-se ao **Contratado** o Regime Geral de Previdência Social. 18. O tempo de contratação será contratado para todos os efeitos legais.

19. E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente contrato

Nova Maringá – MT, 02 de Maio de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

Contratante

Contratado:

ROSIMARI PIANTAVINHA ESPINDOLACPF: 003.163.291-26

Testemunhas:

_____

Nome: **Fátima Fernandes Goliczeski**

CPF: 016181541-33

_____

Nome: **Manoel da Costa Campos**

CPF: 206.441.081.34

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇAO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº22/2019/ PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 81/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que **RETIFICA** o edital de Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 22/2019/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE OXIGENIO E VÁLVULA REGULADORA PARA UNIDADE MISTA DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT. **As alterações encontra-se em destaque no edital retificado de licitação disponível na integra no site da prefeitura municipal de Nova Olímpia/MT**. A abertura do certame está prevista para as 14h00min do dia **27 de junho de 2019**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 08h00min as 11h00min e das 14:00 as 17:00 hrs, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 12 de junho de 2019.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 007/2019

RESOLUÇÃO Nº 007/2019

Concede revisão geral anual à remuneração dos vereadores do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EDSON NOEL DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são inerentes, com base no Regimento Interno Art. 37, inciso VII, alínea “d” e na Constituição Federal Art. 37, X faz saber que o Soberano Plenário da Câmara Municipal de Nova Olímpia aprova e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida aos Vereadores da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, revisão geral anual (RGA) ao seu subsídio, sobre as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário no percentual de 4,94% (quatro vírgula noventa e quatro por cento); passando o Inciso I, do art. 1º da Resolução nº 003/2017, a ter a seguinte redação:

“Art. 1º .....

I - Vereador R$ 4.787,36.”

Art. 2º A concessão de que trata o art. 1º, é resultado do somatório dos percentuais mensais calculados com base no IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo, sobre o acumulado nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data base do município.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, vigendo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2.019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 12 de junho de 2019.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

REGISTRADO NA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL E PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LUGAR DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário-Geral

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 060/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº.060 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

ALTERA O ANEXO XVII TABELA X DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 014 DE 27 DE MARÇO DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Elpídio de Moraes Cavalcante, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA – ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Altera o Anexo **XVII** tabela **X** da Lei Complementar nº 14 de 27 de março de 2008, para efeitos de pagamento de plantões, na área médico-hospitalar que serão pagos aos profissionais efetivos ou contratados envolvidos no seu exercício.

ANEXO XVII

TABELA X – PLANTÕES MÉDICO – SÓ MÉDICO

CARGA HORÁRIA DO PLANTAO	Valor da Gratificação por Plantão (R$)
12 Horas	R$ 1.100,00
06 Horas	R$ 550,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, 11 de junho de 2019.

José Elpídio de Moraes Cavalcante

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 006/2019

RESOLUÇÃO Nº 006/2019

Concede revisão geral anual à remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT e dá outras providências

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EDSON NOEL DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, com base no Regimento Interno artigo 24, inciso I, na Lei Orgânica Art. 19, Inc. III, 43, inc. I, e, Constituição Federal Art. 37, X, faz saber que o Plenário aprovou e o Presidente promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica concedido aos servidores da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, revisão geral anual à sua remuneração sobre as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário, no percentual de 4,94% (quatro, noventa e quatro) por cento.

Art. 2º A concessão de que trata o art. 1º, é resultado do somatório dos percentuais mensais calculados com base no IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo, sobre o acumulado nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data base do município, mês de maio, aos servidores regidos pela Lei 667, de 09 de agosto de 2005.

Parágrafo único. Ficam alteradas os valores das tabelas VI, VII, VIII e IX da Lei Municipal nº 667/2005, de 09 de agosto de 2005.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, iniciando seus efeitos a partir de 01 de maio de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 12 de junho de 2019.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

REGISTRADO NA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL E PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LUGAR DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário-Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO RESULTADO PP 021/2019

PROCESSO LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGAO PRESENCIAL Nº. 021/2019

PROCESSO Nº. **043/2019/CPL/PP**

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA - MT COMUNICA através deste, conforme Edital Pregão Presencial acima citada, cuja abertura deu-se em 12 de Junho de 2019, onde se consagrou vencedor nos itens a Empresa***ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA***

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO (LOCAÇÃO) COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS, MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO EM GESTÃO DEORÇAMENTO, PLANEJAMENTO, TESOURARIA, CONTABILIDADE E GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA TCE-MT; FOLHA DE PAGAMENTO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS; HOLERITE WEB; CONTROLE DA ARRECADAÇÃO WEB; PORTAL DO CONTRIBUINTE WEB; CONTROLE E EMISSÃO DE NFS-E; CONTROLE DE ALMOXARIFADO; CONTROLE DE COMPRAS E LICITAÇÃO WEB; CONTROLE DE FROTAS WEB; CONTROLE DE COMBUSTÍVEL WEB; CONTROLE DE PATRIMÔNIO; CONTROLE DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA; CONTROLE DA VIDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO; CONTROLE DE PROTOCOLO WEB; E PROVIMENTO DE DATA CENTER**,** TUDO ISSO COM PLENO ATENDIMENTO À LEI N° 4.320/64, À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, À NBCASP E ÀS NORMATIVAS DO TCE-MT.

NOVA SANTA HELENA/MT, 12 de Junho de 2019.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001

A presidente da Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado 001/2019 do Município de Nova Santa Helena MT, **Sra. Talita Maria Pereira Marcondes**, nomeada através da Portaria nº 093, de 01 de março de 2019, no âmbito de sua competência, apontou a necessidade de se promover alguns ajustes no Edital de Abertura, visando a correção interpretação dos ditames do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado 001/2019.

Considerando que há a necessidade de corrigir no Anexo I, referente ao Cargo de Farmacêutico que pertence à classe de nível superior e não de nível auxiliar, conforme consta no Edital de Abertura e no Extrato do Edital.

RESOLVE corrigir pontualmente através deste Edital Complementar os enunciados no edital de abertura, para que se evitem distorções e interpretações errôneas.

Retificação: Edital do Processo Seletivo nº 001/2019

1. O Anexo I Edital de Abertura terão as seguintes redações:

ONDE SE LÊ:

Anexo I

GRUPO	CARGO/ FUNÇÃO	ESCOLARIDADE EXIGIDA	N.º VAGAS		CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO INICIAL
			AC*	CR*		
Nível Auxiliar	Farmacêutico	Ensino Superior Completo + CRF	-----	01	40 Horas	R$ 3.499,20

2. LEIA-SE:

Anexo I

GRUPO	CARGO/ FUNÇÃO	ESCOLARIDADE EXIGIDA	N.º VAGAS		CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO INICIAL
			AC*	CR*		
Nível Superior	Farmacêutico	Ensino Superior Completo + CRF	-----	01	40 Horas	R$ 3.499,20

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. As demais disposições do Edital permanecem inalterados.

3.2. Editais complementares serão publicados no site: www.novasantahelena.mt.gov.br e no site: https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/ .

Nova Santa Helena MT, 12 de junho de 2019

Talita Maria Pereira Marcondes

Pres. da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 001/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

DECRETO Nº 046/2019

DECRETO Nº 046/2019

DATA: 12 DE JUNHO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas e amparadas pela Lei Municipal nº 850/2019, de 12 de junho de 2019.

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um credito adicional especial, no valor de R$ 250. 000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), para inclusão de fonte de recurso em dotação consignada no Orçamento vigente:

06 – SECRET. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

06.001.15 – URBANISMO

06.001.15.451 – INFRA ESTRUTURA URBANA

06.001.15.451.0034 – INFRA ESTRUTURA URBANA

06.001.15.451.0034.1021- DRENAGEM PAV.E CANALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS

Red. 206 – 4490.51.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 610.000,00

FONTE DE RECURSOS: 0.1.30.000000– RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO – FETHAB R$ 610.000,00

Total de Crédito Especial R$ 610.000,00

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1º, do presente decreto, serão utilizados recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações, em conformidade com o §1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64, conforme segue:

06 – SECRET. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

06.001.15 – URBANISMO

06.001.15.451 – INFRA ESTRUTURA URBANA

06.001.15.451.0034 – INFRA ESTRUTURA URBANA

06.001.15.451.0034.1021. DRENAGEM PAV.E CANALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS

Red. 206 - 4490.51.0000. – OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 150.000,00

FONTE DE RECURSOS: 0.1.00.000000– RECURSOS ORDINARIO R$ 150.000,00

Total de Crédito Especial R$ 150.000,00

06 – SECRET. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.002 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.002.15 – URBANISMO

06.001.15.451 – INFRA ESTRUTURA URBANA

06.001.15.451.0034 – INFRA ESTRUTURA URBANA

06.001.15.451.0034.1036 - CONSTR.MANUT. PRAÇAS PARQUES, RUAS E JARDINS

Red. 0217 - 4490.5100.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 40.000,00

FONTE DE RECURSOS: 0.1.00.000000– RECURSOS ORDINARIO R$ 40.000,00

Total de Crédito Especial R$ 40.000,00

06 – SECRET. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.003 – DEPARTAMENTO DE TRANSAPORTE RODOVIARIO

06.003.26 – TRANSPORTES

06.003.26.782 – TRANSPORTE RODOVIARIO

06.003.26.782.0024 – INFRA ESTRUTURA RODOVIARIA

06.003.26.782.0024.1025 - CONSTR. ESTR. PONTES PONTILHOES, BUEIROS

Red. 0208 - 3390.30.0000.– MATERIAL DE CONSUMO R$. 50.000,00

FONTE DE RECURSOS: 0.1.00.000000– RECURSOS ORDINARIO R$ 50.000,00

Total de Crédito Especial R$ 50.000,00

06 – SECRET. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.003 – DEPARTAMENTO DE TRANSAPORTE RODOVIARIO

06.003.26 – TRANSPORTES

06.003.26.782 – TRANSPORTE RODOVIARIO

06.003.26.782.0024 – INFRA ESTRUTURA RODOVIARIA

06.003.26.782.0024.2079 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS - FETHAB

Red. 0252 - 3390.39.0000– OUTROS SERV.TERC. P. J. R$ 290.000,00

FONTE DE RECURSOS: 0.1.30.000000– RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO – FETHAB R$ 290.000,00

Total de Crédito Especial R$ 290.000,00

06.003.26.782.0024.2079 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS - FETHAB

Red. 0254 - 4490.52.0000–EQUIP.MAT.PERMANENTE R$ 80.000,00

FONTE DE RECURSOS: 0.1.30.000000– RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO – FETHAB R$ 80.000,00

Total de Crédito Especial R$ 370.000,00

TOTAL GERAL R$ 610.000,00

Art. 3º - *Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, aos 12 dias do mês de junho de 2019.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 12/06/2019
MAURO ODINEI SOLIANI
Secretário Municipal de Administração
Decreto n° 001/2013

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n.° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2.019

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2.019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL** para **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR,** às 9h00min (horário de Brasília) do dia 01 de julho de 2.019, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em adquirir cópia do Edital, deverão retirar junto ao setor de Licitações, no endereço supracitado e/ou através do telefone (66) 3438-3362, ou ainda pelo e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br

Nova Xavantina – MT, 12 de junho de 2.019.

Walmir Arruda Costa - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2.019

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2.019

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu pregoeiro substituto, vem a publico divulgar o RESULTADO da licitação na modalidade de pregão presencial nº 019/2.019, processo administrativo nº 035/2.019, o qual tem objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR – CONFORME DESCRITO NO ANEXO DO EDITAL**; Empresas habilitadas e vencedoras: FLOR DE MAIO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 26.511.522/0001-41, com o valor global de R$ 38.214,00 trinta e oito mil, duzentos e quatorze reais), COMERCIAL LUAR EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ nº 02.545.557/0001-33, com o valor global de R$ 343.778,50 (trezentos e quarenta e três mil, setecentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos), SUPERMERCADO ZANCHIN LTDA inscrita no CNPJ nº 23.215.849/0001-88, com o valor global de R$ 432.214,50 (quatrocentos e trinta e dois mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta centavos), BONFANTI JUNIOR ALIMENTOS EIRELI – ME, inscrita no CNPJ nº 27.416.870/0001-00 , com o valor global de R$ 20.790,00 (vinte mil e setecentos e noventa reais) e EDIVAN ALVES DA SILVA – ME, inscrita no CNPJ nº 08.900.800/0001-70, com o valor global de R$ 260.480,00 (duzentos e sessenta mil e quatrocentos e oitenta reais).

Nova Xavantina – MT, 12 de junho de 2.019.

Juscelino da Rocha Reis - Pregoeiro Substituto

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 053/2019

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado: Gutembergue Evangelista da Silva

Objetivo: Prestação de serviços na função de Motorista II Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social**.**

Vínculo Legal: 1.244/2019

Regime Previdenciário: INSS

Cargo/Função: Motorista II

Valor Global R$: **R$ 19.181,87 (Dezenove mil cento e oitenta e um reais e oitenta e sete centavos**).

Data assinatura: 10/06/2019

Vigência: DE 10/06/2019 A 25/04/2020.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e Gutembergue Evangelista da Silva**.**

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.264, DE 12 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: Autoriza o Chefe do poder Executivo Municipal a firmar Convênio de Cooperação Mutua com a Empresa de Reciclagem de Pneus ASSOCIAÇÃO RECICLANIP e dá outras providencias.

SILVANO PEREIRA NEVES Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, usando das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a Firmar convênio com a Empresa de Reciclagem de Pneus ASSOCIAÇÃO RECICLANIP, inscrita sob CNPJ nº 08.892.627/0001/06, localizada no Bairro Brooklin Paulista – Rua Florida, 1737, 4º andar, CJ,41 cidade de São Paulo – SP, CEP nº 04. 565-001, telefone (11) 3165-4430, com a finalidade de realizar coleta de Pneumáticos (pneus) a titulo gratuito, de todos os pneus descartados pela prefeitura, particulares e empresas no perímetro urbano de Novo Horizonte do Norte/MT.

Parágrafo único: o Município será responsável por disponibilizar local coberto para deposito de pneus inservíveis para serem coletados periodicamente conforme as disposições do ANEXO I (Termo de Convenio de Cooperação Mutua).

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, Novo Horizonte do Norte/MT, 12 de junho de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 184/2019. DE 12 DE JUNHO DE 2019.

"Dispõe sobre Designação de servidor para a função de Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, e dá outras Providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art.1º Art. 1º. **DESIGNAR** a Sra. **JOICE MAFINI**, servidora efetiva no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** portadora da Cédula de Identidade RG: nº 62850817 SSP/MT, CPF sob nº 020.495.309.00, para a função de **Secretaria Executiva dos Conselhos de Assistência Social** da Secretaria Municipal de Assistência Social de Novo Mundo/MT.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 12 de junho de 2019.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LEI Nº 426/2017 - PROGRAMA MUNICIPAL DE ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS PÚBLICOS

LEI Nº 426/2017

De 14 de Setembro de 2017.

"Dispõe sobre as estradas e caminhos municipais, institui o Programa Municipal de abertura e conservação de Estradas e Caminhos Públicos do Município de Novo Mundo e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, Estadode Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º - As Estradas e caminhos públicos a que se refere esta lei são os que se destinam ao livre trânsito Público, construídos e/ou conservados pelos operadores municipais.

Parágrafo Único – São Municipais as estradas e caminhos construídos e/ou conservados pela Prefeitura e situados nos limites do território municipal.

Art. 2º - Para a execução de abertura, alargamento ou prolongamento de estradas e caminhos públicos o Município de Novo Mundo promoverá acordo amigável com os proprietários ou possuidores das áreas objetos da intervenção, com ou sem indenização, sempre que isso for possível.

Parágrafo 1º – Se necessário o Município recorrerá às vias judiciais e, mediante acordo judicial com o proprietário/posseiro ou devidamente autorizado por sentença judicial, executará as obras de que trata o caput deste artigo.

Parágrafo 2º - Nas áreas objeto de assentamentos de reforma agrária o Município poderá seguir o plano original de abertura das estradas conforme os travessões determinados, nos projetos de assentamentos.

Art. 3º - Na construção, alargamento, prolongamento ou conservação das estradas municipais, observar-se-ão as seguintes condições:

a) As medidas estabelecidas deverão observar o disposto no Artigo 64 da Lei Complementar nº 005/2003 (Código de Posturas); Código Posturas - Art. 64. A construção de cercas junto as margens das estradas municipais deverão obedecer a, um recuo mínimo de 10,00 metros a partir do eixo estradal, mantendo o corredor de domínio uma largura mínima de 20,00 metros entre cercas. **b)** Rampa máxima de 15%; **c)** Raio de curva mínimo de 50 metros.

Art. 4º - Quando munícipes interessados solicitarem ao Município a abertura, alargamento, prolongamento ou modificação no traçado de estradas ou caminhos municipais, os mesmos deverão instruir o pedido com memorial justificativo e anuência da maioria dos proprietários/possuidores interessados, autorizando a execução dos serviços.

Art. 5º - Para a mudança de qualquer estrada ou caminho Público, quando este estiver dentro dos limites de sua propriedade, o respectivo proprietário/posseiro deverá requerer a necessária permissão junto à Município de Novo Mundo, juntando ao pedido o Projeto do trecho a ser modificado e um memorial que justifique a necessidade da mudança pretendida.

Parágrafo Único – Concedida a permissão, o requerente poderá executar a mudança desde que assuma o custo total dos serviços, sem interromper o trânsito, não lhe cabendo direito a qualquer indenização, salvo na condição de interesse público, quando poderá haver celebração de parceria com o município.

Art. 6º - Fica proibido, sob qualquer alegação, fechar, danificar, diminuir a largura, impedir ou dificultar o livre trânsito pelas vias públicas, recaindo sobre o infrator pena de multa e obrigação de retornar as mesmas ao seu estado anterior.

Parágrafo Único – Caso o infrator não execute obras de recomposição da via danificada o Município as executará e, conforme planilha de custos notificará o responsável que deverá ressarcir aos cofres públicos os gastos.

Art. 7º - Os proprietários/possuidores dos terrenos marginais não poderão impedir o escoamento, por suas terras, das águas pluviais ou resultantes de drenagem executadas nas estradas e caminhos públicos.

Art. 8º - Fica proibido, aos proprietários, possuidores, administradores ou responsáveis de terrenos marginais às estradas, lançar ou permitir o lançamento diretamente no leito ou em bueiros, drenos ou passagem de águas de dejetos de animais, lixo e outros materiais de descartes procedentes de suas terras.

Art. 9º - Os proprietários/possuidores marginais das estradas e caminhos públicos não poderão edificar ou construir obra de qualquer natureza a menos de 10 (dez) metros medidos da margem do leito carroçável.

Art. 10- Quando houver duas estradas para o mesmo lugar, será dado preferência para conservação da mais conveniente, com base em estudos da Secretaria Municipal de Obras.

Art. 11- Fica proibido a existência de porteiras ou passagens como mata-burros nas estradas e as já existentes deverão ser retiradas dentro do prazo de 90 (noventa) dias após a promulgação desta lei.

Art. 12- Fica criado o Programa Municipal de Conservação e Abertura das Estradas Rurais do município de NOVO MUNDO-MT, objetivando:

I – Manter as estradas municipais primárias e secundárias em perfeitas condições de utilização, de forma a garantir aos produtores rurais o transporte seguro da produção agropecuária e outros;

II- Possibilitar a atuação conjunta do município e da comunidade para a manutenção da conservação das estradas rurais, com orientação técnica da prefeitura e parceria dos proprietários rurais e usuários das estradas.

III- Orientação pelo Município aos proprietários de terrenos localizados em áreas de influência que possam, com o controle da erosão do solo agrícola, evitar danificar as estradas.

Art. 13 – Para a consecução do Programa Municipal de Conservação e Abertura de Estradas Rurais, cabe ao município:

I – Zelar pelo sistema de drenagem das estradas, visando:

a) Proteger a pista de rolamento, impedindo que as águas pluviais corram diretamente sobre ela, mediante um abaulamento transversal (quebra molas) de no mínimo 3%(três por cento); b) Diminuir a quantidade de água conduzida pela estrada, por meio de saídas laterais, passagens abertas e bueiros de forma a conduzir a água para fora do leito carroçável;

II - Zelar pela observância, nas estradas, de normas técnicas atinentes à correta adequação da pista de rolamento ao acostamento, à faixa de proteção da estrada e à distância suficiente de visibilidade aos veículos em circulação;

III- Manter atualizados os mapas cadastrais das estradas e das jazidas de material utilizável na recuperação das mesmas;

IV- Construir terraços de nível (curvas de nível) e bacias secas nos terrenos localizados na área de influência do trecho para evitar o escoamento prejudicial de águas pluviais para os imóveis confrontantes;

V - Mudar o traçado das estadas em locais que achar necessário para melhor fluxo e segurança, atendendo o interesse público.

Art. 14 – São Obrigações dos proprietários/possuidores de imóveis adjacentes e/ou pertencentes à área de influência por onde passam as estradas:

I – Permitir a execução de obras e serviços que impeçam a saída das águas pluviais do leito das estradas;

II – Evitar a dispersão sem controle e o escoamento inadequado do excesso de água pelas estradas municipais;

III- Evitar a execução de serviços e obras que causem qualquer dano ao leito carroçável das estradas;

IV- Evitar executar nos terrenos marginais tombamento de terra (aração, gradeação), no sentido vertical que possam potencializar o escoamento de águas par o leito da estrada, com a devida orientação técnica;

V – Evitar o plantio de árvores e execução de valas de escoamento contínuo numa distância menor de 06 (seis) metros, medidos a partir da margem da via pública, bem como a execução de lagos ou poços de contenção de águas a menos de 20 (vinte) metros das margens das estradas;

VI- Permitir a construção de pontes e bueiros de captação e escoamento de águas pluviais, bem como valas laterais e drenos para a captação de águas nascentes no leito carroçável.

Art. 15 – Aos infratores das disposições contidas na presente Lei serão aplicadas, na forma prevista por ato do Poder Executivo, as penalidades de:

I – Advertência;

II- Notificação;

III – Multa.

Art. 16 – O poder executivo publicará regulamento dos dispositivos da presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 17 – A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, aos 14 (quatorze) dias do mês de Setembro de dois mil e dezessete.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial nº 017/2019"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 12 de junho de 2019, objetivando **REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA ACADEMIA AO AR LIVRE NO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO – MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedora do citado certame a seguinte licitante: **GENESIS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI** com o valor global de **R$ 31.580,00 (Trinta e Um Mil e Quinhentos e Oitenta Reais).** Assim por terem apresentado propostas com preços compatíveis ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foram declaradas vencedoras.

Novo Mundo MT, 12 de junho de 2019.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

LICITIÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019 – SRP

Interessado: Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Processo nº. 17/2019

Objeto: **Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Tubos de Concreto Circular, em Atendimento as Necessidades da Secretaria de Transporte e Obras**

Prazo: 12 (doze) meses, a partir desta data.

Registro de Preço da empresa **MOREL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**. inscrita no CNPJ sob o nº 15.039.153/0001-10 localizada na Rua Colonizador Enio Pipino, nº 4804 Bairro Setor Industrial cidade de Sinop CEP 78.550-528 representada pelo seu sócio senhor **OSMAR LAMONATTO** CPF nº 247.475.990-53 SSP/RS RG sob o nº 1043692291 SSP/RS residente e domiciliado na Rua Leonardo da Vinci, nº 101 Residencial Modrian cidade de Sinop/MT,

Cód.	Quant.	Descrição (igual ou superior)	Forn.	Marca	Valor Unit.
34010	02	**VEÍCULO CAMINHONETE PORTE MÉDIO, TIPO PICK-UP: MODELO E ANO CORRENTE , NOVO (ZERO) KM;** NÚMERO MÍNIMO DE 05(CINCO) LUGARES CONFORTÁVEIS,QUATRO PORTAS TIPO PICK-UP; COR BRANCA, MOTOR ACIMA DE 110 CV, FLEX; TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 (CINQUENTA) LITROS; CÂMBIO MANUAL A PARTIR DE 05 MARCHAS + RÉ; DIREÇÃO HIDRAULICA; AR-CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA ; VIDRO ELÉTRICO NAS PORTAS COM ACIONAMENTO POR "UM TOQUE", ANTE ESMAGAMENTO E ABERTURA/FECHAMENTO; CAÇAMBA VOLUME ACIMA DE 650 LITROS; PROTETOR DE CAÇAMBA , PNEUS 205/65 R16 .ENTREGUE EMPLACADO E DOCUMENTADO. GARANTIA DE NO MÍNIMO 12 (DOZE) MESES A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DO VEÍCULO	UNID.	RENAULT DASTER OROCH EXPRESS 1.6 SCE.	69. 000,00

		PELO MUNICÍPIO OU 100.000 QUILOMETRO RODADOS, CONTER OS DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. O VEÍCULO DEVERÁ RECEBER O PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO/MT CONFORME A LEI DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E ACOMPANHADOS DE SEUS RESPECTIVOS MANUAIS, E CONDIÇÕES DE GARANTIA PELA FÁBRICA.			

Novo Mundo,27 de Maio de 2019

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR Nº 099/2019.

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**TAIS FERNANDA VIEIRA DA COSTA**, portadora da cédula de identidade Nº 2862785-7 SSP/MT e CPF N°.067.484.181-60, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação do APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL(ZELADORA), ENSINO MÉDIO, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica "Inovação" com carga horária corresponde a 30 horas semanais em razão da funcionária efetiva Rosinete Ferreira Martins estar em desvio de função.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **998,00** (Novecentos e Noventa e Oito Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**01/04/2019 a 20/12/2019.**

Novo Mundo/MT, 01 de abril de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

CONVENIOS E CONTRATOS
1º TA PRAZO CONTRATO 009/2019

EXTRATO 1º ADITIVO

AO CONTRATO

009/2019

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**JLB CONSTRUTORA EIRELI, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, com sede na Rua Topazio, s/nº, Setor III, neste município de Novo Mundo/MT, CEP 78.528-000, inscrita no CNPJ n.° 28.315.427/0001-06, neste ato representada pelo senhor JOSE LUIZ BRANDÃO, brasileiro, empresário, portador do RG n.° 20454348 SESO/SP e CPF n.° 113.596.738-57**
Objeto	***Prorrogar os prazos de VIGENCIA e EXECUÇÃO, em 60(sessenta) dias, para o termino dos serviços EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO/MT, e seu devido pagamento***
Prazo de Vigência do Contrato Atual	O prazo de execução e vigência será até o dia 31/07/2019.
Origem	processo licitatório nº 045/2018, modalidade Tomada de Preço nº 003/2018, Contrato 009/2019

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR Nº 099/2019.

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**TAIS FERNANDA VIEIRA DA COSTA**, portadora da cédula de identidade Nº 2862785-7 SSP/MT e CPF N°.067.484.181-60, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação do APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL(ZELADORA), ENSINO MÉDIO, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica "Inovação" com carga horária corresponde a 30 horas semanais em razão da funcionária efetiva Rosinete Ferreira Martins estar em desvio de função.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **998,00** (Novecentos e Noventa e Oito Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**01/04/2019 a 20/12/2019.**

Novo Mundo/MT, 01 de abril de 2019.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PORTARIA Nº. 157/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MISLENE DA SILVA CARDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ***Férias*** regulamentares a servidora **MISLENE DA SILVA CARDOSO** Portadora da Cédula de Identidade nº 509507/SSP-MT e inscrita no CPF sob o nº 012.334.491-33, lotada na Secretária Municipal de Saúde, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais e Matrícula nº 422, Referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a partir de 01 de Junho de 2019, devendo voltar as suas atividades normais no dia 1º de Julho de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de Junho de 2019.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 03 de Junho de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 158-A/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA LEDA GONÇALVES COSTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ***Férias*** regulamentares a servidora **LEDA GONÇALVES COSTA** Portadora da Cédula de Identidade nº 470243/SSP-MT e inscrita no CPF sob o nº 591.072.511-49, lotada na Secretária Municipal de Educação, no cargo de Apoio Administrativo Educacional e Matrícula nº 105, Referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a partir de 01 de Junho de 2019, devendo voltar as suas atividades normais no dia 1º de Julho de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de Junho de 2019.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 03 de Junho de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 160/2019 DE 11 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Sra. **ANTÔNIA VIEIRA RODRIGUES**, Portadora da Cédula de Identidade nº 314.105/SSP-MT, e inscrita no CPF sob o nº 182.082.021-72, lotada na Secretária Municipal de Educação, no cargo de Professor de Pedagogia, Matrícula nº 876, no período de 11/06/2019 a 10/09/2019:

Paragrafo Único – Devendo o respectivo servidor retornar para sua atividade funcional em 10 de Setembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 11 de Junho de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 033/2019

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Considerando o **EXTRATO DO CONTRATO DE Nº 033/2019**, publicado no Diário Oficial de Contas (TCE/MT), Portal da Transparência (SIC TCE/MT), Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de MT AMM/MT no dia 11 de Junho de 2019 e Diário Oficial do Estado (DOE), Diário Oficial da União (DOU) no dia 12 de Junho de 2019.

ONDE-SÊ LÊ

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADO PRETENDIDO, CONTEMPLANDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS PREVISTO EM PROJETO BÁSICO, NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO/MT PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

LEIA-SE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES, PROJETO EXECUTIVO E CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO PRÉ-MOLDADO PROTENDIDO, CONTEMPLANDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E OUTROS SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS PREVISTO EM PROJETO BÁSICO, NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO/MT PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

NOVO SANTO ANTÔNIO – MT, 12 DE JUNHO DE 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 158-B/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DO CARGO DE AGENTE AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Servidor Temporário **RODRIGO ABREU DA SILVA**, portador da RG nº 2165465-4/SSP-MT e CPF nº 031.123.601-41 do cargo de AGENTE AMBIENTAL do município de Novo Santo Antônio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario, retroagindo seus efeitos legais a 01 de Junho de 2019.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 03 de Junho de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 158/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA DORALICE RIBEIRO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ***Férias*** regulamentares a servidora **DORALICE RIBEIRO DA SILVA** Portadora da Cédula de Identidade nº 21126267/SSP-MT e inscrita no CPF sob o nº 003.337.111-30, lotada na Secretária Municipal de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde e Matrícula nº 1261, Referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a partir de 01 de Junho de 2019, devendo voltar as suas atividades normais no dia 1º de Julho de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de Junho de 2019.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 03 de Junho de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 156/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MAURIZANGELA RIBEIRO DA CRUZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ***Férias*** regulamentares a servidora **MAURIZANGELA RIBEIRO DA CRUZ** Portadora da Cédula de Identidade nº 001320457/SSP-MT e inscrita no CPF sob o nº 030.500.441-79, lotada na Secretária Municipal de Ação Social, no cargo de Conselheira Tutelar e Matrícula nº 1306, Referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a partir de 01 de Ju-

nho de 2019, devendo voltar as suas atividades normais no dia 1º de Julho de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de Junho de 2019.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 03 de Junho de 2019.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 190 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA N° 190 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Público Municipal **Sra. SUELI GONÇALVES PEREIRA**, Matrícula 2270, portadora do RG sob o nº 869046 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 550.656.271-34, ocupante do Cargo Efetivo de "**RECEPCIONISTA"**, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2013-2018	03/06/2019 A 31/08/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 03 de junho de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 11 de junho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 62/2019

Contrato nº. 62/2019 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **CONTRATADA: ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, CNPJ: 03.467.321/0001-99**. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Energia Elétrica de acordo com as normas regularizadoras da ANEEL, suprindo as necessidades da Iluminação Pública a pedido da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Paranatinga - MT, com fulcro no artigo 24, Inciso XXII da Lei 8.666/93. **Valor: R$: 960.000,00 (Novecentos e sessenta mil reais)**. Vigência: **21/05/2019 A 21/05/2020**. Departamento de Licitações e Contratos, em 12 de junho de 2019.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 191/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de Dispensa de Licitação nº 31/2019, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Levantamento de coordenadas geográficas e dos impactos dos danos provocados pelas fortes chuvas, visando subsidiar a Gestão parlamentar junto ao Ministério da Integração Nacional na Secretaria de Proteção e Defesa Civil para liberação de recursos para reabilitação do cenário atingido e na reconstrução de pontes e bueiros de Concreto, com montagem do Plano de trabalho, relatório de diagnóstico e demais anexos conforme Lei 12.608/2014 e Portaria 624/2017, a pedido da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93 alterada pelo DECRETO Nº 9.412/2018.

Contratado: PUBLIC. ASSESSORIA E CONSUTORIA, SERVIÇOS CONTABIL LTDA - ME, CNPJ: **13.693.427/0001-64.**

Valor do Contrato: R$: 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

Vigência DO CONTRATO:24/05/2019 A 23/08/2019.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Raimundo Eudes Moreira Lima, nº 5847**, lotado no Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Fiscal do Contrato nº **63/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designada, fica designado como suplente a Senhora **Paulo Ricardo Sousa Vieira, Matrícula nº 6043**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 24 de maio de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 12 DE JUNHO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Raimundo Eudes Moreira Lima e Paulo Ricardo Sousa Vieira, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Raimundo Eudes Moreira Lima

Fiscal de Contrato

Paulo Ricardo Sousa Vieira

Suplente de Fiscal

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 189 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA N° 189 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a **Sra. LUCIANE MARIA THOMAS**, inscrita no CPF sob o número 005.233.031-14 e portadora do RG de número 1685242-7SSP/MT, para responder pelo Cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E AUDITÓRIA,** nos termos da Lei n. 1409/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 11 de junho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003

DIVULGA A RELAÇÃO PRELIMINAR DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDA E INDEFERIDA

A Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2019 da Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, nos termos dos itens IV do Edital de Abertura 001/2019, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade,

RESOLVE:

I – Divulgar a listagem dos candidatos com pedido de isenção de pagamento de taxa de inscrição deferido e indeferido, conforme o item 4.7 do Edital de Abertura Nº 001/2019.

Paranatinga - MT, em 12 de junho de 2019.

ARLINDA **B**ARBOSADE **A**RRUDA **V**IAN

***S**ECRETÁRIA **M**UNICIPAL DE **E**DUCAÇÃO - **P**ORTARIA 429 /2017 E*

***P**RESIDENTE DA **C**OMISSÃO **P**ERMANENTE **O**RGANIZADORA DO **P**ROCESSO **S**ELETIVO **S**IMPLIFICADO*

CANDIDATOS ISENTOS - DEFERIDOS

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Motivo
0023	MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DA CONCEIÇÃO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-TDI	Cadastro Único/Baixa Renda
0032	MARTA MARTINS DE SOUZA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-MERENDEIRO(A)	Cadastro Único/Baixa Renda
0038	JANINE DE ANDRADE MARCINIAK	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-MERENDEIRO(A)	Cadastro Único/Baixa Renda
0044	JOSÉ ROBERTO MARTINS JUNIOR	TÉCNICO(A) ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	Cadastro Único/Baixa Renda
0060	JUSCILENE SOUZA DA CRUZ	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-TDI	Cadastro Único/Baixa Renda
0062	JHONIS DA SILVA SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-TDI	Cadastro Único/Baixa Renda
0064	GLEICE ALINE SOARES ALMEIDA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-TDI	Cadastro Único/Baixa Renda
0067	APARECIDA PEDROSA DA GUIA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-TDI	Cadastro Único/Baixa Renda
0072	MABERSON BORGES LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL II - MOTORISTA	Cadastro Único/Baixa Renda
0074	LEILIANE MARQUES DAVID	MAESTRO(INA) REGENTE	Cadastro Único/Baixa Renda
0075	DANIELE PRISCILA DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-TDI	Cadastro Único/Baixa Renda
0076	MARINEIDE ARAÚJO SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-TDI	Cadastro Único/Baixa Renda
0077	RAFAELA FERREIRA LIMA GOMES	TÉCNICO(A) ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	Cadastro Único/Baixa Renda
0079	EDYNEIA LEANDRO AUGUSTO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-ASG	Cadastro Único/Baixa Renda
0080	NAWAKI IKPENG	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-MERENDEIRO(A)	Cadastro Único/Baixa Renda
0082	MEIKIRINPO IKPENG	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-ASG	Cadastro Único/Baixa Renda
0084	YAKAWI IKPENG	PROFESSOR(A) “A”	Cadastro Único/Baixa Renda
0091	DAYANA DE FARIA	TÉCNICO(A) ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	Cadastro Único/Baixa Renda

0095	DANIELLE COSTA DO AMARAL ARAÚJO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-TDI	Cadastro Único/Baixa Renda
0101	DÉBORA MACHADO FREITAS	TÉCNICO(A) ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	Cadastro Único/Baixa Renda
0103	VITOR ALEXANDRE QUEIROZ FERREIRA	TÉCNICO(A) ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	Cadastro Único/Baixa Renda
0105	CLEONILDA MACHADO DE OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I - VIGIA	Cadastro Único/Baixa Renda
0107	IRACEMA FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) "A"	Cadastro Único/Baixa Renda
0109	JAQUELINE BORGES DE SOUZA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I-TDI	Cadastro Único/Baixa Renda

CANDIDATOS ISENTOS - INDEFERIDOS

Incrição	Nome do Candidato	Cargo	Motivo
-	-	-	-

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 188 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA N° 188 DE 11 DE JUNHO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a **Sra. SUELI GONÇALVES PEREIRA**, inscrita no CPF sob o número 550.656.271-34 e portadora do RG de número 869046 SSP/MT, do Cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE, REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E AUDITÓRIA,** nos termos da Lei n. 1409/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 11 de junho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 61/2019

Contrato nº. 61/2019 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **CONTRATADA: E J GOMES BEZERRA CURSOS - ME**, **CNPJ: 10. 863.523/0001-15**. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada e Habilitada no Curso de Capacitação pelo "Método das Boquinhas" com duração de 20 horas, em conformidade com o Artigo 25, inciso I da Lei 8. 666/93, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Paranatinga-MT. **Valor: R$: 12.826,00 (Doze mil e oitocentos e vinte e seis reais)**.Vigência: **20/05/2019 A 20/08/2019**. Departamento de Licitações e Contratos, em 12 de junho de 2019.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 037/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2019**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: Constitui Objeto da Presente licitação o Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para Locação de 01 (um) Ônibus, Mínimo com 45 (quarenta e cinco) Lugares, a partir de 2008 e 01 (um) Veículo com mínimo de 25 lugares, ambos em bom Estado de Conservação que atenderá a demanda do Transporte de Pessoas para Eventos Culturais, Educativos, Esportivos, Prestar socorro ao transporte Escolar, entre outros, atendendo as necessidades das secretarias solicitantes do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **26/06/2019**, sexta-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 12 de junho de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 247/2019 - EXONERAÇÃO - ELIER AVELINO DOS ANJOS

PORTARIA Nº 247/2019

DE 11 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre EXONERAÇÃO do Servidor Público Municipal **e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ART. 1º - Exonerar o Servidor Público, Senhor ELIER AVELINO DOS ANJOS, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas, do município de Pedra Preta-MT.

ART.2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 246/2019 - NOMEIA SECRETARIO DE FINANÇAS - WALDEMAR CHAVES DE FREITAS

PORTARIA Nº 246/2019

DE 11 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre NOMEAÇÃO do Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica NOMEADO o Senhor

WALDEMAR CHAVES DE FREITAS, para ocupar o cargo em comissão de Secretário Municipal de Finanças, do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições ao contrárias.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2.019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial

PORTARIA Nº 248/2019 - FÉRIAS REGULARES VAGMAR PEREIRA DA

PORTARIA Nº 248/2019

DE 06 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES do Servidor Público Municipal **e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de férias protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de 01**/04/2018 à 01/04/2019.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares ao servidor VAGMAR PEREIRA DA COSTA, lotado na Secretaria de Finanças de Pedra Preta – MT, ocupante do cargo Auxiliar Administrativo, a serem usufruídas no período de **17/06/ 2019 à 16/07/2019.**

ART.2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DOZE DIAS MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

DECRETO N.º 090/2019 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO DECRETO Nº 081/2019

DECRETO N.º 090/2019. DE 12 DE JUNHO DE 2.019.

Dispõe sobre a PRORROGAÇÃO de prazo do Decreto nº 081/2019 de 10 de maio de 2.019 e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que não houve prazo para a apresentação do relatório final;

RESOLVE:

ART. 1º -Fica **PRORROGADO** o Decreto nº 081/2019 de 10 de maio de 2. 019, por 30 (trinta) dias o prazo para a finalização e apresentação de relatório de conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Reforma Administrativa.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2.019.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 003/2019 - CRIAÇÃO DA AVALIAÇÃO SISTÊMICA INTERNA DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PEDRA PRETA/MT

PORTARIA Nº 003/2019/SME/PEDRA PRETA/MT.

Dispõe sobre a criação da Avaliação Sistêmica Interna do Ensino Fundamental nas Escolas Municipais de Pedra Preta/MT, e dá outras providencias.

SEMY MENDES DE FREITAS, Secretário Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei Orgânica do Município de 5 de abril de 1990, atualizada através da Emenda nº 020/2017, de 20 de março de 2017,

CONSIDERANDO, a Lei Municipal Nº 859 de 23 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação, em sua Meta 4, em consonância ao Plano Nacional de Educação-PNE na Meta 7;

CONSIDERANDO, a necessidade de implantar um Sistema de Avaliação do processo de aprendizagem aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO o Plano de Ação da Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a Avaliação Sistêmica Interna do Ensino Fundamental – ASIEF, devidamente discutida e aprovada pela Comissão Organizadora e Avaliadora instituída através da Portaria Nº 2 de 11 de junho de 2019.

Art. 2º. Implantar a Avaliação Sistêmica Interna do Ensino Fundamental – ASIEF, conforme Ata lavrada no dia 11 de junho de 2019.

Art. 3º. A Avaliação Sistêmica Interna do Ensino Fundamental tem o propósito de avaliar a aprendizagem dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, etapa Ensino Fundamental, possibilitando o diagnóstico das dificuldades e o direcionamento das intervenções pedagógicas, visando à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem que será realizada em duas etapas objetivando avaliar e diagnosticar a evolução da aprendizagem.

Art. 4º. A Avaliação Sistêmica Interna do Ensino Fundamental será aplicada nos seguintes Anos do Ensino Fundamental: 1º, Ano, 2º Ano, 3º Ano, 4º Ano, 5º Ano, 6º Ano, 7º Ano, 8º Ano e 9º Ano.

Art. 5º. As avaliações serão aplicadas nos componentes curriculares de Matemática e Língua portuguesa.

Art. 6º. A Avaliação Sistêmica Interna será composta por 20 questões nas turmas: 1º Ano, 2º Ano, 3º Ano, 4º Ano, 5º Ano, 6º Ano, 7º Ano, 8º Ano e 9º Ano, sendo 10 (dez) no componente curricular de Língua de Portuguesa e 10 (dez) na área da matemática, aplicadas em um dia.

Art. 7º. A Avaliação Sistêmica Interna do Ensino Fundamental será implementada a partir do 2ª semestre do ano em curso através da criação de avaliação de Produção Textual para as turmas do 5º Ano e 9º Ano;

Parágrafo único: Ficando a correção por uma banca composta de professores de Língua Portuguesa lotados nas Unidades de Ensino do munícipio, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º. Em cada ano letivo fica sob a responsabilidade dos professores, lotados nos anos/áreas referidos no art. 4º desta Portaria a elaboração das questões que farão parte da Avaliação. A análise e escolha das questões que irão compor a Avaliação Sistêmica Interna do Ensino Fundamental ASIEF, ficam sob a responsabilidade dos Diretores, Coordenadores de todas as Unidades de Ensino da Rede Municipal e Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º. Para as turmas: 1º Ano, 2º Ano, 3º Ano, 4º Ano, 5º Ano, 6º Ano, 7º Ano, 8º Ano e 9º Ano serão elaboradas 10 (dez) questões na área de Matemática, 10 (dez) questões de Língua de Portuguesa ano/área e encaminhadas à Secretaria Municipal de Educação, que criará um banco de dados com as questões de todas as escolas.

§ 3º. Deste banco de dados serão retiradas 20 (vinte) questões que irão compor a Avaliação Sistêmica Interna do Ensino Fundamental das turmas 1º Ano, 2º Ano, 3º Ano, 4º Ano, 5º Ano, 6º Ano, 7º Ano, 8º Ano e 9º Ano.

§ 4º. As avaliações serão padronizadas de acordo com o ano/componente curricular/área em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino.

Art. 9º. A Avaliação Sistêmica Interna do Ensino Fundamental será aplicada em duas etapas, a primeira etapa será aplicada **na segunda semana do mês de agosto de 2019** e a segunda etapa será aplicada no final do **2º semestre** do ano letivo em curso. A etapa de produção textual será aplicada conforme Art. 8º desta portaria.

Art. 10. Fica sobre a responsabilidade dos professores das turmas/anos/área avaliadas, a elaboração das questões que comporão a Avaliação Sistêmica Interna do Ensino Fundamental (ASIEF).

Art. 11. Fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação a montagem, impressão, e divulgação dos resultados da Avaliação Sistêmica Interna do Ensino Fundamental.

Artigo 12 **-** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publica-se, registra-se e cumpra-se.

Pedra Preta, 12 de junho de 2019.

Semy Mendes de Freitas.

Secretário Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°. 023/2019

O departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL – COM AMPLA PARTICIPAÇÃO E COM EXCLUSIVIDADE PARA ME e EPP nos termos da Lei Complementar 123/2006.**

Objeto:Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de materiais elétricos destinados à manutenção dos prédios e iluminação pública do município de Pedra Preta/MT.

Data da Abertura: Dia 24/06/2019 às 09h00min.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, www.pedrapreta.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br ou telefone (66) 3486-4416.

Pedra Preta - MT, 10 de junho de 2019.

_____

Renato de Oliveira

Portaria 212/2019

Chefe do Departamento de Licitação

PORTARIA Nº 002/2019 - INSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ORGANIZADORA E AVALIADORA SOBRE A CRIAÇÃO DA AVALIAÇÃO SISTÊMICA INTERNA DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PEDRA PRETA/MT

PORTARIA Nº 002/2019/SME/PEDRA PRETA/MT.

Dispõe sobre a instituição de Comissão Organizadora e Avaliadora sobre a criação da Avaliação Sistêmica Interna do Ensino Fundamental nas Escolas Municipais de Pedra Preta/MT, e dá outras providencias.

SEMY MENDES DE FREITAS, secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ART.1º - Instituir Comissão Organizadora e Avaliadora sobre a criação sistemática da Avaliação Sistêmica Interna do Ensino Fundamental nas Escolas Municipais de Pedra Preta/MT.

ART. 2º - Designar os membros abaixo relacionados para compor a referida comissão:

Representantes da SME:

1. Eleine Carrijo Machado de Melo 2. Lazaro Manoel Porfirio Vieira 3. Lucy Aparecida Teixeira 4. Maria Evangelina Carrijo Izaias 5. Semy Mendes de Freitas 6. Leandro Nunes da Silva

Coordenadores Pedagógicos das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino:

1. Claudionora Batista da Silva Alves 2. Elizabete Gaspar de Oliveira Limeira 3. Iranice Santana Cardoso 4. Luzemi Franco Borges Pereira 5. Marcia Castilho da Silva 6. Raika Pereira dos Santos

Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino:

1. Alisson Brito Lopes 2. Edineia Paiva de Souza 3. Elizabeth Aparecida Leão 4. Lindaura Rodrigues Bueno 5. Lucélia dos Santos Soares 6. Lúcia Aparecida Ciola Marques 7. Maria Niely de Freitas Silva 8. Tania Regina dos Santos

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PEDRA PRETA

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2019.

SEMY MENDES DE FREITAS

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 245/2019 - EXONERAÇÃO - CLODOALDO GOMES LIMA

PORTARIA Nº 245/2019.

DE 11 DE JUNHO DE 2019.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO do Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO E PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica EXONERADO o Senhor CLODOALDO GOMES LIMA,ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Finanças, do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicacao.

ART. 3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2.019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial

DECRETO Nº 089/2019 - PROGRESSÃO (HORIZONTAL)

DECRETO Nº 089/2019

DE 10 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre concessão de progressão funcional conforme o disposto no artigo 55 da Lei Municipal 075/98 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98 e dá outras providências.

LUIZ CANDIDO RODRIGUES PEREIRA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 55 da Lei Municipal nº 075/98 regulamentado pela Lei 351/2003 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98, que tratam da Progressão Funcional;

CONSIDERANDO o Art. 34ª do PCCS (Plano de Cargo, Carreira e Salário);

CONSIDERANDO a progressão funcional horizontal de escolaridade apresentada;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão (HORIZONTAL) ao servidor:

Ord.	Mat.	Nome	Cargo	Classe/Nível	Classe/Nível após Enquadramento
1	170	Waldemar Chaves de Freitas	Auxiliar Administrativo	B/26	C/26

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZ DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2019.

LUIZ CANDIDO RODRIGUES Prefeito em Exercício

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 029/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 505 de 08 de Abril de 2019, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 029/2019**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** objetivando **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PERMANENTES E DE CONSUMO PARA ESCOLINHAS DE BASE EM TODAS AS MODALIDADES DA SECRETÁRIA DE ESPORTE E PARA UTILIZAR NAS COMPETIÇOES DO MUNICIPIO, VILA OLÍMPICA, MORADA DO OURO, GINÁSIO MÃE DE DEUS E DISTRITO UNIÃO DO NORTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** Que será realizado às 08h00min do dia 01 de Julho de 2019, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 07hs às 11hs e das 13hs às 17hs ou pelo fone (66) 3575-5100.

Peixoto de Azevedo, 12 de Junho de 2019.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro Oficial

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 004/2018

Credenciamento Treinamento em Modalidades Esportivas

Inscrição n° 005/2019

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa WILISNEY EGIDIO LOPES 05924394107, (CNPJ nº 30.400.173/0001-68), fora julgada **APTA** ao **Edital de Chamada Pública n° 004/2018** para os serviços constantes no item 08 da Tabela de Preços e Serviços do Termo de Referência do respectivo chamamento público, produzindo desde já seus efeitos legais. Peixoto de Azevedo/MT, 12 de Junho de 2019.

NATALIA FERNANDES DA SILVA

Presidente da CPL

DECRETO Nº 044/2019

DECRETO Nº 044, DE 21 MAIO DE 2019.

SÚMULA: Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar para reforço de dotação orçamentária, no Orçamento da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo Estado de Mato Grosso o Senhor **Maurício Ferreira de Souza**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo para o exercício de 2019, em conformidade com a Lei nº 1027/2018, 21 de dezembro de 2018, em atendimento ao parágrafo 1º, *Inciso III,* do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1.964, no valor de R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais).

Art. 2º - O Crédito Adicional que trata o artigo 1º será suplementado na seguinte dotação orçamentária:

01.001.01.031.0001.2001.3.390.41.00 – Contribuições UCMMAT R$ 11.500,00

SOMA R$ 11.500,00

Art. 3º - Para fazer face ao Crédito Adicional Suplementar autorizado no artigo 1º desta lei, será anulada parcialmente da seguinte dotação:

01.001.01.031.0001.1002.4.490.52.00 – Equipamento e Material Permanente R$ 11.500,00

SOMA R$ 11.500,00

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, MT em 21/05/2019.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.950 DE 12 DE JUNHO DE 2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE POCONÉ, A EFETUAR A DOAÇÃO DE IMÓVEL NA ÁREA URBANA A ENTIDADE AMOR EXIGENTE, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a **doar a Entidade Amor Exigente, um lote de terreno, Lote nº B na Rua Frei Carlos Vallet, de extensão de 108,21 m² localizado no Bairro Cruz Preta**, na Zona Urbana do Município de Poconé, devidamente **registrado e matriculado sob o nº 15.722(a ser desmembrado)**, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Poconé, dentro dos seguintes limites e confrontações.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

DIREÇÃO	CONFRONTANTES
FRENTE	RUA FREI CARLOS VALLET, medindo 8,00 metros
DIREITA	LOTE Nº C, medindo 16,43 metros
ESQUERDA	LOTE Nº A, medindo 10,62 metros
FUNDOS	RUA BECO DO ENSAIO, medindo 9,88 metros

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo, será utilizado pelo donatário para edificação da sede da Entidade Amor Exigente.

Art. 2º O donatário terá o prazo máximo de 02 (dois) anos, para a conclusão e instalação da sede da Entidade Amor Exigente, sob pena de revogação da doação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poconé-MT, 12 de junho de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL(Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé-MT

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.949 DE 12 DE JUNHO DE 2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE POCONÉ, A EFETUAR A DOAÇÃO DE IMÓVEL NA ÁREA URBANA A PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a **doar para a Paróquia Nossa Senhora do Rosário inscrita no CNPJ 03.192.499/004-17, um lote de terreno, Lote nº D na Rua Frei Carlos Vallet, de extensão de 2.359,45 m² localizado no Bairro Cruz Preta**, na Zona Urbana do Município de Poconé, devidamente **registrado e matriculado sob o nº 15.722(a ser desmembrado)**, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Poconé, dentro dos seguintes limites e confrontações.

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

DIREÇÃO	CONFRONTANTES
FRENTE	RUA FREI CARLOS VALLET, medindo 45,71 metros
DIREITA	TRAVESSA DA CRUZ PRETA, 71,99 metros
ESQUERDA	LOTE Nº C, medindo 47,79 metros
FUNDOS	RUA BECO DO ENSAIO, 38.49 metros

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo, será utilizado pelo donatário para edificação da Igreja de Santo Antônio.

Art. 2º O donatário terá o prazo máximo de 02 (dois) anos, para a conclusão e instalação da Igreja de Santo Antonio, sob pena de revogação da doação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poconé-MT, 12 de junho de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL(Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé-MT

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.948 DE 12 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO A LEI Nº 1.896/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018, QUE TRATA DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Altera a Tabela de subsídio dos Professores da Lei Municipal nº 1.896/2018 de 19 de junho de 2.018, conforme a Lei do Piso Nacional nº 11.738/2008, proporcional há 25 horas no município de Poconé-MT, com reposição de **4,17%** (quatro virgula dezessete) na folha de pagamento, sendo **2,085%** (dois virgula zero oitenta e cinco) no mês de junho de 2019 e **2,085%** (dois virgula zero oitenta e cinco) no mês de julho de 2019, conforme PCCS da Educação, Lei nº 1.653 de 19 de dezembro de 2011, especificado abaixo, que passam a vigorar com a seguinte redação conforme ANEXO I – A – TABELA DE SUBSÍDIOS;

Art. 2º Altera a Tabela de subsídio dos Técnicos Administrativos Profissionalizados e Técnicos Administrativos não Profissionalizados da Lei Municipal nº 1.896/2018 de 19 de junho de 2.018, conforme a Lei do Piso Nacional nº 11.738/2008, proporcional há 25 horas no município de Poconé-MT, com reposição de **4,17%** (quatro virgula dezessete) na folha de pagamento, sendo **2,085%** (dois virgula zero oitenta e cinco) no mês de junho de 2019 e **2,085%** (dois virgula zero oitenta e cinco) no mês de julho de 2019, conforme PCCS da Educação, Lei nº 1.653 de 19 de dezembro de 2011, especificado abaixo, que passam a vigorar com a seguinte redação conforme ANEXO I – A – TABELA DE SUBSÍDIOS;

Art. 3º Fica o Poder executivo autorizado a conceder reposição salarial, conforme índice da reposição geral anual sobre as Tabelas de Vencimento da Lei Municipal nº 1.896/2018 de 19 de junho de 2.018, do Apoio Administrativo Educacional não profissionalizado e Apoio Administrativo Educa-

cional profissionalizado, com reposição de **4,00%** (quatro)na folha de pagamento, sendo **2,00%** (dois) no mês de junho de 2019 e **2,00%** (dois) no mês de julho de 2019, conforme PCCS da Educação, Lei nº 1.653 de 19 de dezembro de 2011, especificado abaixo, que passam a vigorar com a seguinte redação conforme ANEXO I – A – TABELA DE SUBSÍDIOS;

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de junho de 2019.

Poconé-MT, 12 de junho de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL(Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé-MT

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.947 DE 12 DE JUNHO DE 2019

ALTERA A LEI Nº 1.895/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018, REFERENTE ÀS TABELAS SALARIAIS DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado ao Poder Executivo conceder reposição salarial sobre os salários constantes nas tabelas de vencimentos, no percentual de **4,00%** (quatro) na folha de pagamento, sendo **2,00%** (dois) no mês de junho de 2019 e **2,00%** (dois) no mês de julho de 2019, conforme segue tabelas em anexo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 01 de junho de 2019.

Poconé-MT, 12 de junho de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL(Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé-MT

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2019

A Prefeitura Municipal de Poconé/MT, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria de n. 043/2019, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento por ITEM**PREGÃO PRESENCIALCOM REGISTROS DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BEM COMO CAMISETAS A SEREM UTILIZADAS EM FUTURAS AÇÕES REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.**

Data: 25/06/2018

Credenciamento: 10h00min (horário local)

Abertura das Propostas: 10h00min (horário local)

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poconé/MT - Endereço: Praça da Matriz, s/n - Centro - Poconé/MT.

Informamos aos interessados que o Edital completo encontra-se disponível gratuitamente no site www.pocone.mt.gov.br

Poconé-MT, 13 de junho de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 043/2019, de 01/03/2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação realizada no dia 04/06/2019 as 10h00min, destinado aoPREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM, ETANOL COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10, DE FORMA FRACIONADA, POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU MICROPROCESSADOS, ATRAVÉS DE SUA REDE DE POSTOS CREDENCIADOS, COM IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS, SEM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS E LOCADOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE USO EXCLUSIVO E PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT,foi considerada ***FRACASSADA***, em razão da desclassificação das propostas de todas as licitantes.

Poconé, 13 de junho de 2019.

ERASMO PAULO DE LIMA Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.946 DE 12 DE JUNHO DE 2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DISPOR SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - S.I.M E OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO DE POCONÉ – MT.

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Instituído o Serviço e Selo de Inspeção Municipal – S.I.M para produtos e subprodutos de origem animal no Município de Poconé – MT, com jurisdição em todo o território municipal.

Art. 2º Ao Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., compete: I – Regulamentar e normatizar:

a) A prévia Inspeção e Fiscalização, sob ponto de vista Industrial e Sanitário, dos produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis e não comestíveis produzidos no Município de Poconé – MT; b) A Implantação, construção, reforma e adequação dos estabelecimentos destinados à obtenção de matéria-prima, industrialização e beneficiamento de produtos de origem animal; c) O transporte de produtos e subprodutos “IN NATURA” ou

beneficiados e/ou industrializados;

d) A embalagem e rotulagem dos produtos e subprodutos de origem animal. II – A execução da Inspeção Sanitária de produto e subprodutos de origem animal; III – Promover o Registro dos estabelecimentos referidos nas

alíneas “b” e “d”, inciso I deste artigo;

IV - Fiscalizar o comprimento das normas e regulamentos decorrentes desta Lei;

V – Colaborar, quando necessário, com as demais entidades envolvidas na execução das atividades afins;

Art. 3º Os estabelecimentos que manipulem e/ou industrializam e os entrepostos de produtos e subprodutos de origem animal poderão somente funcionar mediante Prévio Registro na forma das Legislações Estadual ou Federal vigente.

Parágrafo único. Estão sujeitas ainda, ao cumprimento desta Lei e de seus regulamentos, todos os produtos e subprodutos de origem animal depositados neste Município ou nele em trânsito.

Art. 4º A Direção e Execução das atividades inerentes ao Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., é privativa de Médico Veterinário, conforme determina a Lei Federal n° 5.571, de 23 / 10 / 1968, regulamentada pelo Decreto Lei n° 64.704, de 17 / 06 / 1969.

I – Os trabalhos relativos na linha de inspeção sanitária são executados por auxiliares de inspeção nível médio completo de escolaridade e antes treinados em estágios supervisionado no S.I.S.E. – MT ou S.I.F., devendo os mesmos apresentar relatórios ao término e obterem avaliação sanitária de aptidão ao desempenho de atividades relacionadas. II – A Prefeitura Municipal de Poconé, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuário, deverá manter em seu quadro pessoal Médico Veterinário e Auxiliares de Inspeção suficiente, e colocá-la disposição do S.I.M,. a fim de executarem os serviços. III – O serviço de Inspeção Sanitário Estadual e/ou Federal, ficará responsável pelo treinamento e acompanhamento do pessoal necessário ao Serviço de Inspeção Municipal, ficando as despesas pertinentes, a cargo do Município. IV – Será de competência da Secretaria Municipal de Saúde, através do Serviço de Vigilância Sanitária, a fiscalização nos estabelecimentos atacadistas e varejistas.

Art. 5º Para efeito da presente Lei são adotadas as seguintes

definições:

I – Produtos Artesanais: São os produtos comestíveis de origem

animal elaborado em pequena escala e que mantenha as características tradicionais, culturais e regionais;

II - Agroindústrias Artesanais: Aonde os estabelecimentos instalados preferencialmente em propriedade rural, utilizarem mão de obra de produtos artesanal de origem animal, desde que 60% (sessenta por cento) no mínimo da matéria-prima empregada nos produtos sejam oriundos das propriedades, exceto produtos a base de farinha de trigo e outros farináceos e chocolate; III – Estabelecimentos: são estruturas físicas destinadas à recepção e depósito de matéria prima, elaboração, acondicionamento, armazenamento e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal.

Art. 6º Consideram-se passíveis de beneficiamento e de elaboração de produtos artesanais comestíveis, as matérias-primas são toda substância bruta principal e essencial à fabricação de produtos comestíveis, produzida na propriedade ou adquirida de terceiros.

Art. 7º A fiscalização prevista nesta Lei engloba:

I – Destinados ao abate e elaboração de produtos e subprodutos artesanais de origem animal com importância econômica:

a) Abate de grandes animais; b) Abate de pequenos animais; c) Embutidos, defumados e salgados; d) Pescados e seus derivados; e) Mel, a cera de abelha e seus derivados; f) Leite e seus derivados; g) Aves e seus derivados; h) Jacarés e seus derivados.

Art. 8º A Inspeção e Fiscalização é ato de examinar minuciosamente as condições higiênico-sanitárias das pessoas, do estabelecimento, das instalações e dos equipamentos; os padrões físicos, químicos e microbiológicos da matéria-prima e ingredientes assim como os procedimentos operacionais adotados nas fases de recepção, depósito, processamento, acondicionamento, recondicionamento, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos comestíveis.

Art. 9º O Serviço de Inspeção Municipal contará com um grupo consultivo liderado pelo Médico Veterinário responsável pelo S.I.M. e mais:

I – Um servidor efetivo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuário.

II – Um servidor efetivo da Secretaria Municipal de Saúde.

III – Não havendo no quadro Poder Executivo servidor com essas classificações, que seja aberta processo seletivo e/ou concurso público.

Parágrafo único. Todos os Inspetores e Fiscais Sanitários serão os técnicos capacitados e credenciados, responsáveis pelo registro, inspeção e fiscalização do estabelecimento, das instalações e equipamentos, recebimento, obtenção e depósito de matéria-prima e ingredientes, elaboração, acondicionamento, recondicionamento, armazenagem, transporte e comercialização de produtos.

Art. 10 São atribuições do Grupo Consultivo de que trata o

“caput” deste artigo:

I - Auxiliar o S.I.M. na elaboração das normas e regulamentos inerentes a esta Lei; II - Analisar e emitir pareceres sobre os processos de construção, reformas, implantação e adequações dos estabelecimentos de que trata o **Art. 3º** desta Lei; III - Analisar e emitir pareceres sobre os processos de registros de embalagens e rotulagens de produtos de origem animal.

Parágrafo único. O Grupo Consultivo do S.I.M. poderá convidar, quando necessário, outros Técnicos ou Representantes de Entidades afins, como assistente/auxiliar em suas atividades.

Art. 11 Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuário e complementarmente à Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, exercer ações pertinentes ao cumprimento desta Lei.

Art. 12 A prévia inspeção sanitária e industrial dos produtos e subprodutos de origem animal no âmbito do Município será exercida:

I - Nas propriedades rurais ou fontes produtoras;

II - No trânsito de produtos de origem animal destinado à alimentação humana, animal ou à industrialização;

III - Nos abatedouros, coibindo o abate clandestino e a respectiva comercialização;

IV - Nos laticínios e indústrias de beneficiamento de leite e seus derivados, coibindo o comércio de leite “IN NATURA” e permitindo somente o comércio de leite pasteurizado;

V - Nos entrepostos, de modo geral, que recebam, manipulem, armazenem, conservem ou acondicionam produtos de origem animal;

VI - Nos estabelecimentos onde se manipulam o mel e seus derivados, através do recebimento extração, centrifugação, filtragem, decantação, envase e estocagem;

VII - Nos estabelecimentos de abates aves, pescados, suínos e bovinos, a realização da inspeção “anti-mortem” e “post-mortem” atendendo os procedimentos e critérios sanitários.

VIII - Nos estabelecimentos de produção de doces e seus derivados através do recebimento, extração, centrifugação, filtragem, envase e armazenamento e embalagem.

Art. 13 Entende-se por estabelecimentos de produtos de origem animal para fins desta Lei, qualquer instalação ou local nos quais são utilizados, bem como quaisquer locais onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados com finalidade industrial ou comercial, a carne das várias espécies animais e seus derivados, o leite e seus derivados, aves e seus derivados, o mel, a cera de abelha e seus derivados.

Art. 14 Todos os estabelecimentos produtores de alimentos deve ser registrado e cadastrado na Vigilância Sanitária de Poconé e preenchem os seguintes requisitos:

I – Localizar-se afastados de produtos de poeira, mau cheiro e outras contaminações; II – Ser construído em alvenaria em área compatível ao volume máximo de produção e permitir um fluxograma operacional que facilite os trabalhos em todas as fases do processamento; III – Possuir ambiente interno a prova de insetos e animais, áreas suja, separada da área limpa; IV – Possuir paredes lisas, impermeáveis, de cores claras e de

fácil limpeza;

V – Possuir forro de material liso, de cores claras e de fácil limpeza;

VI – Possuir pisos antiderrapantes, impermeáveis e com inclinação que permita um perfeito escoamento das águas residuais e facilite limpeza e higienização;

VII – Dispor de água potável e com pressão, que permita a perfeita remoção dos resíduos cuja fonte, assim como a tubulação e reservatórios, seja protegida para evitar qualquer tipo de contaminação;

VIII - Possuir pé-direito de no mínimo de 2,60 metros, e que seja compatível com os equipamentos e que proporcione boa ventilação e climatização;

IX - Possuir sistema de escoamento de águas servidas, e quando for o caso de sangue e resíduos, interligados a um eficiente sistema de tratamento sem prejuízo para o meio ambiente;

X – Dispor de depósito para os insumos a serem utilizados na elaboração dos produtos artesanais, e quando for o caso, de câmara fria ou outro equipamento de refrigeração;

XI – Dispor de vestiários e instalações sanitários compatíveis com o número de trabalhadores, quando a Vigilância Sanitária Municipal julgar necessário;

XII – Dispor de fonte de energia elétrica que garanta o bom funcionamento dos equipamentos e a conservação dos produtos comestíveis, sempre que julgar necessário.

Art. 15 O registro e cadastro de que trata o artigo anterior, deve ser formalizado instruído dos seguintes documentos:

I – Requerimento simples dirigido ao responsável pelo serviço de inspeção municipal; II – Cópia de Certificado do Curso de Manipulação de Alimentos; III – Cópia do Alvará Sanitário de Produção; IV – Laudo Médico Veterinário dos exames de brucelose e tuberculose, para as agroindústrias de derivados do leite; V – Fluxograma de produção; VI – Cópia da carteira de identidade e cadastro de pessoas

físicas;

VII – Parecer da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuária; VIII – Planta baixa e memorial descritivo das instalações; IX – Laudo de exame microbiológico e físico-químico da água de abastecimento atestando sua pontualidade;

Parágrafo único. Se a água for fornecida pela concessionária do Município fica dispensado o Laudo de Exame Microbiológico e Fisioquímico da água de abastecimento atestando sua pontualidade, tendo em vista esta ser obrigação do Município através de agencia reguladora.

Art. 16 Será cobrada a taxa de Inspeção dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal nos termos da Legislação Tributária vigente e de regulamento desta Lei.

Parágrafo único. Salvo a primeira vistoria para abertura de empreendimentos comerciais e as visitas técnicas de inspeção anual orientativa e deliberativa que constituem obrigação do Poder Executivo.

Art. 17 As infrações às normas previstas nesta Lei, no seu respectivo regularmente ou na Legislação pertinente, serão punidas, de forma isolada ou cumulada, com as seguintes sanções, sem prejuízos das punições de natureza Civil e Penal cabíveis.

I - Advertência, quando o infrator for primário ou não tiver agido com dolo e/ou má-fé. II - Multa, nos termos da Legislação Tributária do Município, no caso de reincidência, dolo ou má-fé. III - Apreensão e inutilização das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim que se destinam ou forem adulteradas. IV - Interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos e subprodutos ou se verificar a inexistência de condições higiênicas - sanitárias adequadas.

§ 1º A interdição poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 2º O proprietário do estabelecimento poderá apresentar em sua defesa, laudos e pareceres técnicos de profissionais do terceiro setor com mesma ou superior capacitação para devida salva guarda sendo oportunizada a ampla defesa para contestação.

Art. 18 Todas as instalações, móveis, equipamentos e utensílios dos estabelecimentos devem ser lavados rotineiramente e devidamente higienizados com produtos registrados no órgão competente;

Art. 19 Os estabelecimentos deverão adotar sistema de controle integrado de pragas.

Art. 20 É proibido o uso de recipientes de zinco, latão ferro estanho ou com ligas superiores a 2% de chumbo, assim como qualquer utensílio danificado que possa comprometer a qualidade sanitária dos produtos.

Art. 21 É proibido nas instalações de processamento e elaboração de produtos comestíveis, fazer refeições, fumar, depositar produtos, objetos e materiais estranhos à sua finalidade, assim como, o uso de perfume e de quaisquer adornos.

Art. 22 Nas câmaras frias ou outros equipamentos de refrigeração deve ser observado rigorosamente às condições de funcionamento e higiene.

Art. 23 Serão exigidos para todos os manipuladores de alimentos e proprietários, exame de saúde e laudo médico e/ou odontológico quando a Vigilância Sanitária, julgar necessário.

Parágrafo único. As inspeções médicas poderão ser solicitadas quantas vezes a Vigilância Sanitária julgar necessário.

Art. 24 O uso de uniformes limpo e completo (gorro, luvas, avental e calçado próprio) é obrigatório para todos os manipuladores, devendo também ser observadas todas as práticas de higiene das pessoas e das dependências.

Art. 25 As fiscalização e inspeção sanitária obedecerão às normas estabelecidas nesta Lei, no Regulamento da Prévia Inspeção e Fiscalização Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – Decreto nº 9. 013 de Março de 2017).

Art. 26 Cada tipo de produtos deverá ter aprovação e registro de sua fórmula e de seu rótulo junto a Vigilância Sanitária, que além das exigências previstas pela legislação específica de rotulagem exigirá que os rótulos dos produtos contenham obrigatoriamente as seguintes indicações:

I – Nome do produto em caracteres destacados e uniformes; II – Nome e identificação do estabelecimento responsável; III – Selo de Inspeção Sanitária Municipal - S.I.M.; IV – Localização do estabelecimento; V – Espaço previsto para colocar a data de fabricação disposto em sentido horizontal ou vertical; VI – Peso ou conteúdo líquido e peso da embalagem; VII - Informações nutricionais ou lista de ingredientes da composição em ordem decrescente da respectiva proporção; VIII – Prazo de validade do produto; IX – Número de registro do produto no S.I.M.; X – Lote;

XI – Instruções para preparo e conservação do produto; XII – Indicação de que o produto é ou não artesanal.

Parágrafo único. A vigilância sanitária não poderá ultrapassar o prazo de 15 dias para deliberação e apresentação de sua manifestação.

Art. 27 O Selo de Inspeção Municipal, citado no item III do artigo 26º, representa a marca oficial usado unicamente nos estabelecimentos sujeitos

à fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuário, ou da Vigilância Sanitária Municipal, e constitui a garantia que o produto foi elaborado dentro das normas e padrões higiênico-sanitários.

Art. 28 Após a aprovação dos rótulos de cada produto artesanal, eles serão registrada na Vigilância Sanitária e no S.I.M., mediante um código composto pelo número de registro do estabelecimento, seguida pelo código do produto com identificação, separado por uma barra.

Art. 29 A confecção dos rótulos pelos estabelecimentos só poderá ser realizada com autorização da Vigilância Sanitária, em formulário próprio, onde se fará constar a tiragem da impressão de cada modelo.

Parágrafo único. Após a confecção dos rótulos, o estabelecimento deverá encaminhar à Vigilância Sanitária, uma via ou cópia da Nota Fiscal da gráfica, acompanhada de 03 (três) exemplares de cada rótulo impresso

Art. 30 O Selo de Inspeção Municipal deve obedecer exatamente às características e modelos descritos desta Lei.

Art. 31 Os ingredientes, os aditivos, embalagens e as matérias primas utilizadas nos produtos ou subprodutos comestíveis deverão ter registro junto aos órgãos competentes (Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, SIF, SIE, SIM ou Vigilância Sanitária).

Art. 32 As agroindústrias artesanais se obrigam a manter um controle de produção cujos mapas estatísticos deverão ser encaminhados mensalmente à Vigilância Sanitária.

Art. 33 Os animais destinados ao abate e os destinados ao fornecimento de matéria-prima deverão ter controle sanitário junto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuário, ou outro órgão competente.

Art. 34 O rol de produtos derivados descritos no Anexo I desta Lei, obedecida a sequencia de códigos de classificação, poderá ser acrescido ou suprimido a critério da Vigilância Sanitária Municipal.

Art. 35 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agropecuário, Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Sanitária e Assessoria Jurídica.

Art. 36 Os recursos à implantação da presente Lei serão cobertos por verbas constantes do orçamento Municipal.

Art. 37 A presente Lei será regulamentada através de Decreto

Municipal.

Art. 38 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 39 Fica Revogada a Lei nº 1.493 de 15 de setembro de 2008 e a Lei nº 1.935 de 19 de Fevereiro de 2019.

Poconé-MT, 12 de junho de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL(Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé-MT

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 1.951 DE 12 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE FILIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ – MT, JUNTO A UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE MATO GROSSO – UCMMAT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OPREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 36.910.461/0001-49, autorizada a filiar-se e contribuir mensalmente em favor da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso – UCMMAT, pessoa jurídica de direito privado, na forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, devidamente inscritos no CNPJ/MF sob o nº 33.033.757/0001-98, com sede na Rua Joaquim Murtinho, nº 1713, na cidade de Cuiabá – MT, devendo essa participar de forma efetiva, pelos parlamentares que a compõem, de todos os atos internos facultados pelo Estatuto que regulamenta a respectiva Entidade.

Art. 2º A contribuição mensal será no valor de R$ 700,00 (setecentos reais), observando as disposições estatutárias da UCMMAT.

§ 1º As contribuições serão creditadas mensalmente em conta corrente da entidade ou através de pagamento de boleto bancário a título de contribuição estatutária.

§ 2º Os reajustes dos valores previstos no caput serão determinados por ato próprio da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 3º As despesas autorizadas no art. 2º desta Lei, correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Poconé-MT, 12 de junho de 2019.

ATAIL MARQUES DO AMARAL(Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 93/2019 COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

PORTARIA Nº. 93/2019

SUMULA:

Dispõe sobre abertura de Tomada de Contas para analisar as despesas realizadas com os recursos do convênio do Transporte Escolar repassados pela SEDUC, e dá outras providências;

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o teor do parecer pela reprovação da prestação de contas do convênio do Transporte Escolar emitido pela Coordenadoria de Convênios e Prestação de Contas da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, onde apurou-se inúmeras irregularidades no Pregão Presencial nº. 09/2016, capaz de macular todas as despesas apresentadas na respectiva prestação de contas;

Considerando que o Pregão Presencial nº. 09/2016 foi homologado pela gestão anterior, e que na ausência de prestação de contas regular, e/ou estando o sucessor impossibilitado de fazê-la, deverá adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público com a instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos da Súmula 230 – TCU;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica Instaurada Tomada de Contas Especial para apurar a aplicação dos recursos decorrentes do Transporte Escolar relativo ao período de 2016 repassados pela SEDUC – Secretaria de Estado Educação do Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Nomear a Comissão de Tomada de Contas Especial, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: CARLOS ROBERTO TOMAZETTO

Membro: DENIS RODRIGUES DE SOUSA

Membro: EVA DE SOUSA PARENTE

Artigo 3º - Esta comissão terá prazo de até 60 dias para conclusão dos trabalhos, com emissão de parecer conclusivo sobre a aplicação dos recursos do convênio, identificando a existência de processo licitatório regular, regularidade das despesas, suposto prejuízo ao erário e a identificação dos responsáveis.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte / MT, 06 de junho de 2019.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº01/2019

ILNº04/2019 – Processo nº 51/2019.

CHAMADA PUBLICA - AVISO DE PRORROGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, comunica aos interessados que prorrogará as inscrições de Credenciamento do Projeto Brincando com Esporte. **Data de credenciamento/Recebimento dos documentos: prorrogada até 24/06/2019 das 9h00 às 17:00 horas,** local das inscrições: Secretaria de Educação - Av. Sebastião Pereira s/nº esquina com rua santa Inês ,– Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT. O Edital completo e termo de retificação estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/ 1210.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

1º Termo de aditivo d ocontrato nº 020/2019, objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ORGANIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS PARA CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, decorrente da Tomada de Preços n° 001/2019, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE POXOREU e a empresa KLC CONSULTORIA EM GESTÃO PUBLICA LTDA inscrita no CNPJ sob nº. 11.761.650/ 0001-76. Aditivam o contrato na importância de R$ 24.010,00 (vinte e quatro mil e dez reais) nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93. Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

POXOREU 11 de junho de 2019

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS, REATORES E OUTROS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E PRAÇAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO E DISTRITOS, COM USO DE CAMINHÃO GUINCHO COM CESTA DE INSPEÇÃO E ALCANCE ATÉ 18M DE ALTURA**

Em virtude de **ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS** no Termo de Referência e no Edital da licitação acima referenciada, que por determinação do Sr. Prefeito Municipal comunicamos a **SUSPENSÃO** da licitação supracitada, marcada para o dia **14/06/2019.** Tão Logo a Administração decida acerca das alterações que ocorrerão, nova data será divulgada para o certame através de publicação no Diário Oficial dos Municípios, (AMM); DOC-TCE/ MT e site da Prefeitura Municipal de Poxoreu – www.poxoreu.mt.gov.br, ícone Publicações -Licitações.

Poxoréu- MT, 12 de junho de 2019

MARIA LUIZA PIO DOS REIS

PRESIDENTE DA CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

Justificativa: ***Considerando a necessidade da*** AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO TOCO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, CONFORME CONVENIO Nº **867651/2018/*2018/ SUDAM,*** ASSINADO COM A SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, de acordo com as especificações constantes do Anexo VI – Especificação dos Produtos, *faz se necessário o processo de Dispensa, baseado no Art. 24, V da Lei 8.666/93. Enfatizamos que a contratação desta empresa para Aquisição e o preço acertado é compatível com os praticados no mercado, contratou – se a empresa* **Fancar Distribuidora de Veículos Ltda**, **CNPJ/MF: 00.784.470/0003-55.**

Ribeirãozinho-MT, 12 de junho de 2019.

Thiago Barbosa Viana

Presidente da C. P. L

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO - MT**, representada pelo senhor Ronivon Parreira das Neves, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação nos termos acima propostos, por atender os quesitos legais em vigor.

Gabinete do Prefeito, 12 de junho de 2019.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 030/2019

EM, 31 DE MAIO DE 2019.

"Dispõe sobre as funções da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Ribeirãozinho-MT e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-MT, no uso de suas atribuições legais e o disposto na Lei Municipal Nº 544/14

DECRETA:

Art.1º - A Mesa diretora do Conselho Municipal de Assistência Social fica composta na forma designada abaixo:

PRESIDENTE:

Olímpia dos Santos Silva Mendonça – Representante dos Trabalhadores da Área de Assistência Social.

VICE-PRESIDENTE:

Kamyla Peres Rodrigues – Representante da Secretaria Municipal de Educação.

COMISSÕES TEMÁTICAS:

Comissão de orçamento e Financiamento de Assistência Social:

Presidente:

Alessandra Ferreira de Santana – Representante do Centro de Referência da Assistência Social.

Membros:

Lúcia Helena de Souza – Representante da Associação dos Servidores Públicos Municipais;

Rosenil Ferreira Campos – Representante dos Usuários da Assistência Social.

Comissão de políticas, Normas, Serviços, Programas e Ética:

Presidente:

Lorraine da Silva – Representante da secretaria Municipal de Saúde

Membros:

Cleide Batista Nery – Representante da Secretaria Municipal da Assistência Social;

Emeiris Divina de Oliveira – Representante dos Usuários da Assistência Social.

SECRETÁRIA EXECUTIVA:

Deldimar Ribeiro do Nascimento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao Primeiro Dia do Mês de Junho do ano de 2019.

Ronivon Parreira das Neves

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2017/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO Nº 031.2019

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO nº 031.2019

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO Nº 031.2019

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o Contrato nº 031.2019, celebrado entre a **DEFANT & DEFANT LTDA e o Município de Rio Branco – MT**, **tendo por objeto a Aquisição 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA**:

Onde se lê:

08 – SECRETARIA MUN. DE SAÚDE

COD. REDUZ. (390) 44.90.52 – Equipamento e Material Permanente

CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Entrega

4.1 - O prazo de entrega é o estabelecido no edital do procedimento em epígrafe, que passa a fazer parte deste instrumento contratual.

Leia-se:

06 – SECRETARIA MUN. DE INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO

COD. REDUZ. (317 e 318) 44.90.52 – Equipamento e Material Permanente

CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Entrega e Vigência do contrato

4.1 - O prazo de entrega é o estabelecido no edital do procedimento em epígrafe, que passa a fazer parte deste instrumento contratual. E tendo como vigência contratual a data de validade da Ata de Registro de Preços nº 002/2019, sendo o vencimento em 12 de abril de 2020.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no contrato administrativo.

Rio Branco – MT, 12 de junho de 2019.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

- Prefeito Municipal -

RETIFICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2019

RETIFICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 002/2019

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 002/2019

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 002/2019, celebrado entre a DEFANT & DEFANT LTDA e o Município de Rio Branco – MT, tendo por objeto a Aquisição 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA:

Onde se lê:

INICIO: 12 de abril de 2019	VALIDADE/TÉRMINO: 12 de abril de 2019

Leia-se:

INICIO: 12 de abril de 2019	VALIDADE/TÉRMINO: 12 de abril de 2020

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas Ata de Registro de Preços.

Rio Branco – MT, 12 de junho de 2019.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

- Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 055/2019-SEMAD, DE 24/04/2019.

Modalidade: Pregão Presencial nº 019/2019 - SRP.

OBJETO: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos plantonistas, clinico geral, ortopedista, pediatra, ginecologista, cardiologista, e outras especialidades, caso surjam pactuações na PPI, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Rondolândia/MT.*

ASSUNTO*: Homologação.* **Regularidade da licitação. Fundamento no inciso IV, Art. 7º, do Decreto nº 3.555, de 2000.**

Vieram os autos do processo administrativo na Procuradoria na data de 11/06/2019 (fl. 342, verso), vindos do Gabinete do Prefeito para análise dos aspectos jurídicos e legais acerca dos procedimentos de licitação realizados pelo (a) Pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, designada pelo Decreto n. 1.594/GAB/PMR, 28/03/2019, com o fim de minutar a decisão prefeitura de homologação do procedimento do certame, em conformidade com o disposto no art. 7º, inciso IV, do Decreto Federal n.º 3.555, de 2000 c/c com inciso XXX do art. 70, da Lei Orgânica do Município.

O Certame foi realizado pelo Sistema de Registro de Preços com fundamento no Decreto Municipal nº 1.067 de 27 de março de 2015 alterado pelo Decreto Municipal nº 1.149, de 13 de janeiro de 2016.

A modalidade adotada foi o pregão presencial, nos termos definidos pela Lei nº 10.520 de 2002. O certame está registrado no Sistema compras/Betha como Pregão Presencial nº 019/2019 - SRP tendo como objeto: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos plantonistas, clinico geral, ortopedista, pediatra, ginecologista, cardiologista, e outras especialidades, caso surjam pactuações na PPI, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Rondolândia/MT.*

Devidamente instruído, constam peças da fase interna, tais como: solicitações dos titulares de cada Secretaria Municipal acompanhada do termo de referência; coleta ampla dos preços praticados no mercado, incluindo sitio eletrônico do TCE/MT, em sintonia com o informado no Acordão n.º 868/2013-Planario TCU; parâmetro de preços por media estimativa; Justificativa de opção pela modalidade pregão; justificativa da dispensa da indicação da reserva Orçamentária, em consonância com o parágrafo 2º do art.

6º do Decreto Municipal n.º 1.067 de 2015 alterado pelo Decreto nº 1.149 de 2016, autorização do ordenador de despesas; o que de mais relevante importa. (fls. 02-116)

O valor estimado global, considerando a cesta de preços informado ás fls. 205, restou fixado em **R$ 1.387.240,00 (hum milhão, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e quarenta reais).**

Ainda, instruindo a fase interna do certame, consta, em atendimento ao art. 38 parágrafo único da Lei n.º 8666 de 1993, parecer jurídico/2019 do órgão de assessoria jurídica (fls. 119-153), contendo a aprovado do edital de Pregão Presencial n.º 019/2019 - Sistema de Registro de Preços que se encontra encartado de fls. 59-118 e seus anexos, sendo, o termo de referência consolidado juntado de fls. 92-100 e a minuta da Ata de Registro de Preços de fls. 108-115, integrantes.

Na data de 28/05/2019 deu-se início a fase externa do certame com a publicação do extrato do edital de chamamento público (fl. 208), inicialmente afixado nos murais de avisa do Paço e Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no §1º. A, do art. 89 da Lei Orgânica do Munícipio e, publicados no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, Ed.3.236, Ano XIV, de 29/05/2019, p. 449, Diário Oficial da União Ed. nº 101, de 28/05/2019, Seção 3, p. 179, Diário Oficial do Estado, Ed. nº 27512 de 28/05/2019, p. 52; Gazeta Digital de Cuiabá/MT, do dia 28/05/2019, Classifácil 9C, meio eletrônico no portal transparência *fly* endereço https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-007/con_licitações.faces, portal de serviços do TCE/MT, (fls. 208-2017).

A data designada para o recebimento e julgamento das propostas foi marcada para 10/06/2019, portanto, igualmente, vê-se por cumprido o disposto no inciso V, do art. 4º, da Lei n.º 10.520 de 2002 e inciso III do art. 11 do Decreto nº 3.555 de 2000, uma vez que, tratando-se da modalidade pregão, o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação dos avisos, não foi inferior a 8 (oito) dias úteis.

A sessão pública destinada ao recebimento e julgamento das propostas ocorreu em 10/06/2019, as 09h00min (horário de Brasília), conforme previsto no instrumento convocatório.

Compareceu na sessão pública, no dia e hora aprazados, único interessado, as pessoas jurídicas AME – ASSISTENCIA MEDICA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ Nº 13.381.904/0001-56, Rua Antônio Deodato Durce, 1402, Qd. 04, Lt. 340, Edif. 17, Sala 04, Setor 02, Cacoal/Ro, Cep.: 76.963-617 e F.M. DA S. MATOS – ME (C.I.G.A. – CENTRO DE IMÁGENS GUAPORÉ), CNPJ Nº 08.580.828/0001-78, ESTRADA LINHA Eixo, Poste 19, sn, Setor Chacareiro, São Francisco do Guaporé, Cep.? 76965-000, representadas por seus procuradores**,** conformedocumentos decredenciamento de fls. 219-246.

Propostas de preços das empresas participante juntadas aos autos as fls. 248-253.

Validamente Habilitados (documentos de fls. 255-291), tendo cumpridos as demais exigências editalícias, passou-se a fase dos lances livres, conforme evidenciado pela pronuncia do pregoeiro constante da Ata de fls. 293-297 e documentos encartados.

Encerrado os lances, sagrou-se vencedora, critério menor preço, AME – ASSISTENCIA MEDICA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ Nº 13.381.904/0001-56, Rua Antônio Deodato Durce, 1402, Qd. 04, Lt. 340, Edif. 17, Sala 04, Setor 02, Cacoal/Ro, Cep.: 76.963-617 com a proposta de **R$ 1.214. 000,00 (um milhão, duzentos e quatorze mil reais),** conforme mapa geral de resultado de fls. 304 e termo adjudicação de folhas.

Juntou-se a convalidação da proposta de preços com os preços reduzidos pela vencedora AME – ASSISTENCIA MEDICA ESPECIALIZADA LTDA (fl. 306-307).

Confirmação autenticidade e validação das certidões acostadas de fls. 308-330.

De fls. 33-341, publicação do resultado: murais de aviso do Paço e Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no §1º. A, do art. 89 da Lei Orgânica do Munícipio, Diários Oficiais, jornal de grande circulação no Estado e internet.

Decisão.

Quanto ao pronunciamento acerca da regularidade formal do certame, as práticas da Comissão e demais atos, tratando-se da modalidade pregão, estatui o art. 7º, inciso IV do Decreto nº 3.555, de 2000, Regulamento da lei nº 10.520 de 2002:

Art. 7º À autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

I - determinar a abertura de licitação;

II - designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;

III - decidir os recursos contra atos do pregoeiro; e

IV - **homologar o resultado da licitação** e promover a celebração do contrato. (g.n.)

Nestes temos, quanto ao procedimento, apresenta condições favoráveis para a homologação, uma vez que, ressai do acervo documental e termos procedimentais que o Pregoeiro e sua equipe de Apoio e demais envolvidos cumpriram com os princípios aplicáveis e os ditames da Legislação de Regência, especialmente aos da legalidade objetiva em todos os seus termos, especialmente o edital.

Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, inciso IV, do Decreto Federal n.º 3.555, de 2000 c/c com inciso XXX do art. 70, da Lei Orgânica do Município HOMOLOGO o certame Pregão Presencial nº 019/2019-SRP**,** em favor da licitante AME – ASSISTENCIA MEDICA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ Nº 13.381.904/0001-56, com a proposta global de **R$ 1.214. 000,00 (um milhão, duzentos e quatorze mil reais),** pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme termo de adjudicação e mapa de resultado de folhas.

Informe a Secretaria solicitante.

Publique para que surta seus efeitos.

Rondolândia – MT, 12 de junho de 2019.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 024/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira oficial nomeada através do Decreto nº 1.594/GAB/PMR de 28 de Março de 2019, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 024/2019**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 074/2019, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando**: "Aquisição de (01) um veículo usado, tipo Ônibus, para atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Órgãos vinculados".**

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **09h00min (Horário Oficial de Brasília), do dia: 02/07/2019**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78. 338-000, durante o horário normal de expediente ou através do endereço de e-mail **cplrondolandia1720@hotmail.com**, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Mu-

nicipal em horário normal de expediente das 07h00min 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia – MT, 12 de Junho de 2019.

Keila Taiane Nascimento Freire

Pregoeira Oficial

Decret. Nº 1.594/GAB/PMR/2019

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 083/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 045/2019

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Limpeza de Fossas, (de Remoção de Material do Tipo Dejetos Fecais, em Caminhão Tanque, com Coleta e Transporte para Estação de Tratamento), para atender as necessidades das Secretarias Municipais.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

***EMPRESA VENCEDORA DO ITEM LICITADO*: Autojipa – Serviços e Construções LTDA, CNPJ: 07.803.102/0001-94, Endereço: Rua Maracatiara, Nº 660, Bairro: Jorge Teixeira, CEP: 76.912-718, Ji-Paraná/RO**

Item	Código TCE	UND	Quant	Especificação	Valor Unit	Valor Total
01	286130-5	UND	36	SERVICO DE REMOCAO DE MATERIAL - DO TIPO DEJETOS FECAIS, EM CAMINHAO TANQUE, COM COLETA E TRANSPORTE PARA ESTACAO DE TRATAMENTO	R$ 350,00	R$ 12. 600,00
Valor Total						**R$: 12. 600,00**

***Obs:** O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes de Fls.84/85 nos autos do Processo 083/2019, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

Valor Global de R$ 12.600,00 (Doze mil e seiscentos reais).

Rondolândia – MT, 12 de Junho de 2019.

_____

Liliane Guedes Santos Souza

Presidente-CPLMS

Decreto 1.595/GAB/PMR

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 027/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira oficial nomeada através do Decreto nº 1.594/GAB/PMR de 28 de Março de 2019, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 027/2019**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 077/2019, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando**: "Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Veículos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais".**

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **14h30min (Horário Oficial de Brasília), do dia: 28/06/2019**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78. 338-000, durante o horário normal de expediente ou através do endereço de e-mail **cplrondolandia1720@hotmail.com**, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min 11h00min e das 13h00min às 17h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia – MT, 12 de Junho de 2019.

Keila Taiane Nascimento Freire

Pregoeira Oficial

Decret. Nº 1.594/GAB/PMR/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 113 - 2019

PORTARIA Nº 113/2019

de 12 de Junho de 2019

"Dispõe sobre instauração de procedimento administrativo para apurar eventuais condutas de servidor(a) publico municipal tipificadas no artigo 180 e seguintes da Lei Municipal 1.234/2011 por suposta emissão de atestado de capacidade técnica para empresa BTX ENGENHARIA EIRELLI EPP CNPJ 26.117.657/0001-27 falso nos termos de denuncia 2060/2018 oriunda do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, e dá outras providencias".

O EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE – MT, JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º. Determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor **ODNEY MARTINS** (matricula 1680) por supostas praticas de conduta tipificada no artigo 180 e seguintes da Lei Municipal 1. 234/2011 por suposta emissão de atestado de capacidade técnica para empresa BTX ENGENHARIA EIRELLI EPP CNPJ 26.117.657/0001-27 falso nos termos de denuncia 2060/2018 oriunda do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º. Ficam designados para realização e coordenador dos trabalhos desta comissão os seguintes servidores estáveis:

I – Douglas Botelho da Silva (matricula 30497) - Presidente;

II – Amanda Rafaela Santana (matricula 30389) – Secretario(a)

III – Michele Fernandes (matricula 30509) – Membro(a)

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação.

Artigo 4º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 12 de Junho de 2019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

OBJETO: "**Contratação De Empresa Especializada Para Prestação de Serviços de Recapagem, Duplagem e Vulcanização de Pneus Para Os Veículos Automotores e Maquinários da Frota Municipal de Salto do Céu",**conforme condições e especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura de Salto do Céu, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participaram do certame licitatório supramencionado a empresa **LORENA ELI FISCHER-ME CNPJ: 26.302.082/0001-12** vencedora de todos os itens deste, certame perfazendo um valor total de todos os itens em R$ 754.265,00 (setecentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e sessenta e cinco reais). Os preços unitários de cada item estão registrados no Relatório Final emitido pelo Sistema (anexo ao certame) e em Ata de Registro de Preços.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 11 de Junho de 2019.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SEM REPASSE DE RECURSOS N° 002/2019

Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT.

CONSIDERANDO Que a atividade de consultoria jurídica dos órgãos da Administração pública é essencial e obrigatória;

CONSIDERANDO Que no âmbito da câmara municipal em razão das atividades exercidas, existem ações que demandam a atuação de assessor jurídico de forma eficaz e célere em matérias de ordem licitatória, contratual, jurídicos e de orientação jurídica do presidente e vereadores para o desenvolvimento das atividades legislativas e de gestão;

CONSIDERANDO que o suporte técnico exercido pelo assessor jurídico é fundamental para o desenvolvimento das atividades legislativas, vez que é necessário elaborar projetos de lei, emendas legislativas, pareceres com as comissões permanentes, acompanhamento do processo legislativo, etc, de modo a otimizar os trabalhos realizados pela Casa Legislativa e seus Edis.

CONSIDERANDO Que a Administração da câmara municipal está sujeita, dentre outros, ao princípio da eficiência, o qual requer a adoção de mecanismos voltados à otimização da capacidade produtiva e operacional dos órgãos públicos, com vistas à adequada consecução de sua função constitucional;

CONSIDERANDO que a câmara municipal possui em seu plano de cargos e carreiras apenas uma vaga de Assessor jurídico no quadro de servidores efetivos regulamentado pela Lei Complementar Municipal nº 070/2016 de 27 de abril de 2016;

CONSIDERANDO que o cargo encontra-se devidamente preenchido de modo que não há vacância do mesmo;

CONSIDERANDO que o afastamento da servidora efetiva ocupante do cargo dar-se-á por período de 06 apenas meses em razão da licença maternidade, ou seja, de forma temporária;

CONSIDERANDO Que o TCE/MT não recomenda contratações de pessoa física para realizar tais atividades sem a realização de processo seletivo;

CONSIDERANDO Que em razão do reduzido quadro de servidores da câmara, não seria possível se quer constituir comissão para se realizar processo seletivo, de forma que haveria necessidade de contratação de empresa especializada para este fim, o que tornaria extremamente oneroso;

CONSIDERANDO Que a adoção do Termo de cooperação Técnica não acarretará ônus ao município nem dano ao erário público, e com base nos princípios da Administração Pública, conforme preceito contido no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, constituirá processo importante para o desenvolvimento e fortalecimento do desenvolvimento das atividades objetivadas, e suprirá as necessidades temporárias descritas;

CONSIDERANDO que a cooperação mutua entre os órgãos do município contribuem para a eficiência da atuação estatal.

O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 04.253.983/0001-29, com sede na Av. Flávio Luís, 2202, CEP 78453-000, neste representada pelo prefeito municipal, **EGON HOEP ERS**, no exercício de seu mandato, e de outro lado; **A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 04.253.983/0001-29, com sede na Av. Flávio Luiz, 2060, centro, CEP 78.453-000 com endereço eletrônico: <camara@santaritadotrivelato.mt.gov.br>, neste representada pelo presidente, **WANDERSON PEREIRA DIAS,** ajustam entre si Termo de Cooperação Técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por a cooperação técnica na cessão de servidor municipal preferencialmente do quadro de servidores efetivos do Poder Executivo para prestação serviços junto à Câmara Municipal, com vistas ao fornecimento serviços de assessoria jurídica, junto ao Poder Legislativo, no âmbito de suas competências e atribuições, obedecidas as legislações municipais e pertinentes.

Parágrafo único - Fica a cargo do servidor designado pelo Executivo municipal prestar os serviços de assessoria jurídica conforme atribuições estabelecidas pela Lei Complementar Municipal 070/2016, exceto para atuações em demandas judiciais nas quais houver conflitos de interesse entre câmara e prefeitura, sendo que nos casos em que se verificarem tais situações, a câmara providenciará profissional que realize o ato ou providencia, mediante dispêndio de recurso próprio do legislativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Para a execução deste Termo de cooperação, não haverá ônus às partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

São obrigações do Município de Santa Rita do Trivelato/MT:

I – disponibilizar servidor preferencialmente efetivo capacitado a exercer as atividades descritas na Cláusula Primeira e Parágrafo único, para que realize as atividades objeto do presente termo, sempre que necessário;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL:

São obrigações da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT:

I – Solicitar com antecedência ao Município, sempre que precisar deslocar o servidor designado, em atividades externas ao município ou em atividades fora da sede do município;

II – Encaminhar ao Município, sempre que solicitado por este, informações relacionadas a prestação de serviços realizadas pelo servidor designado.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência deste Termo de Cooperação Técnica inicia-se na data do afastamento da servidora a ser substituída, findando-se em 31 de Dezembro de 2019 ou ao término da licença da servidora, podendo ser prorrogado por vontade das partes caso necessite, mediante renovação do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

A publicação deste Instrumento, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO:

O Termo de Cooperação Técnica poderá ser cancelado por superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexequível, ou por vontade das partes, bastante para tanto a notificação prévia de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para validade do que pelas partes foi pactuado, forma-se este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surta efeitos jurídicos e legais.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03 de Junho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

PRESIDENTE

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

DEPARTAMENTO DE TI
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2019

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°. 001/2019.

O Município de **SANTA RITA DO TRIVELATO**, pessoa de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 04.205.596/0001-17, Situada na Avenida Flavio Luis Nº 2.201, Centro - Santa Rita do Trivelato/MT, representado pelo prefeito municipal Senhor **EGON HOEPERS**, brasileiro, casado, agricultor, portado da cédula de Identidade RG sob nº 501603 SSP/MT e no Cadastro de Pessoa Física CPF nº 100.605.709-97 residente e domiciliado na Rodovia MT 240, s/n, km 595, Pacoval – Faz. Rancho Alegre, Santa Rita do Trivelato/MT, no uso de suas atribuições legais, torna-se público a abertura de Processo Seletivo Simplificado de pessoal com vistas à seleção e posterior contratação, nos seguintes cargos:

VAGAS	CARGO	JORNADA SEMANAL	ESCOLARIDADE	SALÁRIO R$
01	Professor Licenciatura Plena em Ciências ou Ciências Biológicas	30 Horas	Superior com registro no respectivo órgão de classe	2.877,30
01	Professor Licenciatura Plena em Historia	30 Horas	Superior com registro no respectivo órgão de classe	2.877,30
CR	Técnico Administrativo Educacional – Zona Urbana	40 Horas	Ensino Médio	1.750,27
03	Operador de Maquinas Cat “C, D ou E”	40 Horas	Ensino Fundamental + curso profissionalizante na área de atuação de no mínimo 100 (cem) horas	2.070,00
01	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	40 Horas	Ensino Fundamental	1.552,50

1 - DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

1.1 - O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital e sua operacionalização caberá Secretaria Municipal de Administração.

1.2 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento temporário das vagas para atuação em **zona urbana e rural** abrangidas pela competência das Secretarias Municipais.

1.3 - Todo o Processo Seletivo Simplificado será regulamentado pela Lei Municipal n°. 178/2005, alterada pela Lei Municipal nº 461/2013 e pelo Decreto Municipal n°. 035/2010 alterado pelo Decreto nº 020/2017, 056/2017 e 074/2017.

1.4 - O Edital n°. 001/2019, encontra-se afixado nos murais da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores, e no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br">www.santaritadotrivelato.mt.gov.br e a Lei Municipal n°. 178/2005, alterada pela Lei Municipal nº 461/2013 e Decreto Municipal n°. 035/2010 alterado pelo Decreto nº 020/2017, 056/2017 e 074/2017 encontra-se no site www.santaritadotrivelato.mt. gov.br.

1.5 – O processo seletivo 001/2019 tem validade de 1 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período.

2 - DOS REQUISITOS PARA A SELEÇÃO

2.1 - Somente serão classificados por meio do Processo Seletivo o candidato que atender, no ato da inscrição, aos requisitos previstos no Decreto n°. 035/2010 alterado pelo Decreto nº 020/2017, 056/2017 e 074/2017.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - Local de Inscrição: Período de 10 de junho a 02 de julho de 2019 na PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, localizada na Avenida Flávio Luis, n°. 2.201, Bairro Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, poderá se inscrever pelo site da prefeitura, no seguinte endereço: www.santaritadotrivelato.mt.gov.br gratuitamente.

3.2 - Horário de atendimento das 09h00min às 11h00min e das 13h00min as 16h00min.

3.3 - Os Candidatos deverão preencher a ficha de inscrição fornecida no local da inscrição e anexar a ela cópia legível dos documentos comprobatórios exigidos no decreto n°. 035/2010 alterado pelo Decreto nº 020/2017, 056/2017 e 074/2017, sob pena de desclassificação caso a falta de algum documento ou que os mesmos estejam ilegíveis.

Cópia dos seguintes documentos:

- CPF;

- RG;

- Certidão de nascimento ou casamento;

- Documento militar (sexo masculino);

3.4- A participação do candidato no Processo Seletivo Simplificado implicará o seu conhecimento e aceitação das condições estabelecidas neste Edital, Lei n°. 178/2005, 461/2013 e Decreto Municipal n°. 035/2010 alterado pelo Decreto nº 020/2017, 056/2017 e 074/2017 dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5 - **A aprovação no processo seletivo não gera direito de contratação e somente serão convocados os candidatos aprovados conforme necessidades do executivo municipal e conforme a disponibilidade de vagas.**

3.6- Não será cobrado taxa de inscrição para o processo seletivo nº 001/2019.

4 - SELEÇÃO

4.1- PRIMEIRA ETAPA: Inscrição entrega e análise dos documentos listados no item 3.3 - (10 de junho a 02 de julho de 2019).A seleção dos candidatos ocorrerá mediante verificação e análise de documentos para comprovação das informações declaradas na ficha de solicitação de emprego.

4.1.1 - O resultado da primeira etapa será publicado no dia 03 de julho de 2019, no mural da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, na Câmara Municipal e no site da prefeitura www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. juntamente com a divulgação do local de realização das provas da segunda etapa.

4.2 - SEGUNDA ETAPA: Prova (07 de julho de 2019 das 08h00min às 11h00min), na Escola Municipal Três de Novembro em Santa Rita do Trivelato/MT.

4.2.1 - A SEGUNDA ETAPA do Processo Seletivo conforme descrito:

A- Para os cargos de nível Superior será realizada prova objetiva e prova dissertativa, com peso 10 (dez) cada uma, sendo o resultado final obtido com o somatório das duas notas dividido por dois, conforme exemplo abaixo:

10+10= Resultado Final

2

B- Para os cargos de nível médio será realizado prova objetiva, com peso 10(dez).

C- Para os cargos de nível fundamental será realizada prova objetiva.

D- Para os cargos de operador de maquinas categoria “C, D ou E” será exigida prova prática com no mínimo 5 (cinco) quesitos a serem realizados e avaliados, terão peso 10 (dez) cada uma, sendo o resultado final obtido com o somatório das duas notas dividido por dois, conforme exemplo abaixo:

10+10= Resultado Final

2

D- DA COMPOSIÇÃO DAS PROVAS E NÚMERO DE QUESTÕES

A prova objetiva será composta por 10 (dez) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10 (dez) pontos, conforme quadro abaixo:

PROVA 1	Nº DE QUESTÕES	PESO	VALOR DAS QUESTÕES
Língua Portuguesa	3	1	3
Matemática	3	1	3
Conhecimento Especifico	4	1	4
TOTAL			10

PROVA 2 DISSERTATIVA	Nº DE QUESTÕES	PESO	VALOR DAS QUESTÕES
Dissertativa para os cargos de nível superior	2	5	10
TOTAL			10

4.2.3 – Permanecendo candidatos empatados em todos os critérios, a vaga será decidida por idade, sendo contratado o classificado com maior idade.

4.2.4. O resultado da segunda etapa será divulgado no dia 10 de Julho de 2019, no mural da Prefeitura e da Câmara Municipal e no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br.

4.2.5 – A homologação do processo seletivo será publicada no dia 19 de Julho de 2019.

5 - CONTRATAÇÃO:

5.1 Conforme Edital de Convocação os candidatos aprovados deverão apresentar-se em **48** (quarenta e oito) horas ao órgão responsável pela contratação.

5.2 É imprescindível, no ato da contratação, a apresentação dos documentos complementares:

a) O Exame Admissional, a ser realizado pelo Médico Clinico Geral do município;

b) Declaração de Bens e Valores (se não possuir bens, deve apresentar de que não possuem bens, com assinatura);

c) 01 foto;

d) Documento de escolaridade exigido pela função.

5.3 - São documentos complementares para contratação, conforme o caso:

I - Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos de idade, ou dos maiores caso sejam incapazes;

II – Apresentada a certidão de nascimento de cada filho, os documentos abaixo relacionados tornam-se obrigatórios:

- Cartões de vacina dos filhos menores de 5 (cinco) anos;

- Atestado que comprove a freqüência a escola dos filhos com idade escolar.

5.4 No ato da Contratação todos os documentos exigidos deverão ser apresentados em forma de fotocópias acompanhadas das originais para conferência.

5.5. A contratação será feita conforme as necessidades da Administração, seguindo a ordem de classificação dos candidatos.

5.5.1 – Os contratos serão regidos pelo regime jurídico especial.

5.5.2 – Os contratados estarão vinculados ao regime geral de previdência social.

6 - VEDAÇÕES À CONTRATAÇÃO

6.1 Não será contratado o candidato que:

6.1.1 Acumular cargos, emprego ou função pública;

6.1.2 Omitir informações ou apresentar informações incompletas ou inverídicas.

6.1.3 Tiver sido excluído do serviço publico por processo administrativo disciplinar ou atos de improbidade administrativa.

7 - RECURSOS

7.1 - Será assegurado ao candidato o direito a recursos quanto à classificação do Processo seletivo Simplificado, em cada etapa realizada.

7.2 - O recurso deverá ser interposto no prazo máximo de dois dias úteis, contado a partir da data de publicação dos Editais de divulgação dos resultados.

8 - CASOS OMISSOS

8.1 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos conjuntamente pelas Secretarias Municipais baseados na pela Lei Municipal n°. 178/2005, alterada pela Lei Municipal nº 461/2013 e pelo Decreto Municipal n°. 035/

2010 alterado pelo Decreto nº 020/2017, 056/2017 e 074/2017 e Comissão Organizadora Portaria nº 0171/2019 e Comissão para Avaliar Prova Prática Portaria nº 0171/2019, no que tange a realização deste Processo Seletivo Simplificado.

Santa Rita do Trivelato/MT, 12 de Junho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

CAMILA TAQUES FERREIRA

Presidente da Comissão Organizadora

Processo Seletivo Simplificado

REGISTRE, PUBLIQUE-SE E AFIXE.

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENSINO FUNDAMENTAL

LINGUA PORTUGUESA – Para todos os cargos deste grupo

Noções gerais de gramática. Fonologia - ortografia - acentuação gráfica - estrutura e formação de palavras - verbos: tempo, modo, cargo - substantivos: classificação e cargo – flexão de gênero, número e grau, formação e análise - artigo - adjetivo: conceito, classificação correspondência e locuções adjetivas, flexões - advérbios: classificação, flexão, grau e cargo – numeral: tipos e cargo - pronomes: conceito, classificação - preposição - conjunções – interjeições.

CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA - Para todos os cargos deste grupo

Conjunto de números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, operações, expressões (calculo), problemas, raiz, quadrada: MDC e MMC – calculo – problemas: Porcentagem: juros simples: Regras de três simples e composta: Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo, volume: Sistema Monetário Nacional: Equações: 1º e 2º grau;

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS DE CADA CARGO:

OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS

Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Procedimento correto para economizar combustível; Cuidados necessários para conservação do veículo; Conhecimento de defeitos simples do motor; Conhecimento básico sobre sistema de freios; Defeitos simples do sistema elétrico. Prevenção de acidentes e incêndio. Primeiros socorros. Legislação de trânsito no seu todo conforme preceitua o Código Nacional de Trânsito Lei 9.503/97. Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: Regras gerais de circulação; Regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; Deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; Advertência e indicação; Sinais luminosos.

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (e suas alterações) Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (e suas alterações)

ENSINO MÉDIO COMPLETO

LINGUA PORTUGUESA – Para todos os cargos deste grupo

1. Interpretação de texto; 2. Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; 3. Elementos da comunicação e funções da Linguagem; 4. Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. 5. Ortografia; 6. Classes de palavras; 7. Estrutura e formação de palavras. 8. Acentuação gráfica e tônica. 9. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. Nova Ortografia: mudanças no alfabeto, mudanças nas regras de acentuação, uso do hífen. capacidade, tempo e volume.

CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA - Para todos os cargos deste grupo Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores; Equação de 2º grau: resolução das equações completas, incompletas, problemas do 2º grau; Equação de 1º grau: resolução – problemas de 1º grau; Função do 1º grau – função constante; Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros Simples e Composto; Conjunto de números reais; Fatoração de expressão algébrica; Expressão algébrica – operações; PA e PG; Análise combinatória; Probabilidade; Função do 2º grau; Geometria Plana; Operação com números inteiros e fracionários; MDC e MMC; Raiz quadrada; Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS PARA CADA CARGO:

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Noções de planejamento, organização e controle do trabalho do expediente de rotina. Estatuto dos Servidores do Município. Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal. Noções de ética e cidadania. Educação como direito social público. O sistema de educação no Brasil. Noções do Plano Municipal de Educação. O contexto educacional e histórico da escola pública. Política educacional brasileira. Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil. O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção. Noções em Administração Escolar: Conceito, objetivo, princípios básicos e funções. Procedimento administrativo escolar. Aspectos fundamentais da comunicação, liderança, motivação, grupos, equipes e cultura organizacional. Noções de arquivo: Conceito, tipos de arquivo, acessórios para arquivamento, método de arquivamento. Organização de arquivos e documentos de instituições de ensino.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA - Para todos os cargos deste grupo

Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. Ortografia. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação. Nova Ortografia: mudanças no alfabeto, mudanças nas regras de acentuação, uso do hífen.

CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA - Para todos os cargos deste grupo

Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores; Equação de 2º grau: resolução das equações completas, incompletas, problemas do 2º grau; Equação de 1º grau: resolução – problemas de 1º grau; Função do 1º grau – função constante; Razão e Pro-

porção; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros Simples e Composto; Conjunto de números reais; Fatoração de expressão algébrica; Expressão algébrica – operações; PA e PG; Análise combinatória; Probabilidade; Função do 2º grau; Geometria Plana; Operação com números inteiros e fracionários; Raiz quadrada; Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CADA CARGO:

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS:

Noções sobre o universo: História da Ciência: conhecimentos gerais acerca da evolução dos conhecimentos científicos; Galáxias; constelações; sistema solar; movimentos da terra; matéria e energia: interação e transformação (relações de interdependência); Biosfera – Ecossistemas: relação de interdependência entre os elementos bióticos e abióticos: água: estados físicos, composição química, propriedades; solo: formação e composição, tipos e características; ar: pressão, peso e composição; atmosfera, camadas da atmosfera; ar e seres vivos: fotossíntese e respiração; cadeia e teia alimentar; Citologia; Homem: corpo humano: célula, órgãos, tecidos e sistemas; aparelhos; Origem da vida; Teoria da evolução da espécie humana; Conceitos básicos de: genoma humano, clonagem, células tronco; Animais e ecossistema: classificação geral e quanto à alimentação: dos vertebrados e dos invertebrados; Vegetais e ecossistema. Meio ambiente saúde e trabalho: Doenças: infectocontagiosas, DST e outras; Doenças relacionadas à água, solo, ar; vacinas; Radiação solar; camada de ozônio; efeito estufa; aquecimento global; Alimentação saudável; Lixo, reciclagem, poluição do ar, água e solo.

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA:

Fundamentos teóricos do Pensamento Histórico; Didática e prática dos procedimentos de produção do conhecimento histórico; Linguagem e ensino de História; Transversalidade, novas formas de abordagem e renovação do ensino de História; O ofício do historiador e a construção da História; Natureza, Cultura e História; Passagens da Antiguidade para o Feudalismo; Mundo Medieval; Expansão Européia do século XV; Formação do Mundo Contemporâneo; Brasil - Sistema Colonial; Brasil - Império; Brasil - República; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Parâmetros Curriculares Nacionais de História; Aspectos da História da África e dos povos afroamericanos e ameríndios; História da América.

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0211/2019 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0211/2019

DE 12 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DAS SERVIDORAS PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 008/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Ø **Art. 1º.** Nomear a servidora ANA CRISTINA LOHMANN, portadora do RG nº 1938750-4 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 034.380.361-50 representando a secretaria municipal de Finanças para Fiscalização do contrato nº 008/2016, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL PARA O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**,cujo fornecedor é a empresa **FORGV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA-ME, inscrita no CNPJ 20.936.958.001-04**, doravante denominada **CONTRATADA**, decorrente de licitação na modalidade de **Pregão Presencial 008/2016.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário;

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE JUNHO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITACAO
AVISO DE RESULTADO-DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2019

PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

EXTRATO DE DISPENSA Nº 002/2019

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE CONTABILIDADE PUBLICA GERENCIAL (ORÇAMENTARIA, TESOURARIA, PATRIMONIAL, RECURSOS HUMANOS, E GESTAO DE PREVIDENCIA SOCIAL), MANUTENÇÃO E SUPORTE TECNICO PARA ATENDER A PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT.**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93,alterado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de Junho de 2018 .

CONTRATADO: **AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**

CNPJ sob nº CNPJ: 26.804.377/0003-59

VALOR GLOBAL: R$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 12 de Junho de 2019.

EGON HOEPERS FABIO LOHMANN

Prefeito Municipal Diretor Executivo Santa Rita Previ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0204/2019, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0204/2019, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES LISTADOS ABAIXO".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias aos servidores listados abaixo, no período do mês de Abril de 2019.

SERVIDOR	CPF	PERÍODO
NELSI FERREIRA DA SILVA	462.394.056-04	01/04 A 30/05
CRISTINA SENGER	017.619.339-14	04/04 A 03/05
ADELFINA MARIA DA SILVA	009.524.291-01	17/04 A 16/05
TAMIRES CAVALCANTE DA SILVA	053.058.091-85	01/04 A 30/05

Art. 2º. Os efeitos da presente portaria retroagem a períodos do mês de Abril.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 11 de Junho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
RETIFICA-SE A PORTARIA Nº 0201/2019

RETIFICAÇÃO

Retifica-se a portaria nº 0201/2019 publicada no diário oficial ANO XIV | N° 3.247 no dia 12 de Junho de 2019 por motivos formais.

Onde se lê: SERVIDORA EDINA SALETE VERONEZE, INSCRITA NO CPF Nº 047.163.249-07;

Lê se: SERVIDORA VANDERLEIA PEREIRA DA CRUZ, INSCRITA NO CPF Nº 000.164.601.03;

Santa Rita do Trivelato-MT, 12 de junho de 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

PORTARIA Nº 0209/2019 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030, 054 E 055/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Clair Gilberto Greve, inscrito no CPF nº 807.671.500-82 para Fiscalização das Atas de Registros de Preços nº 030, 054 e 055/2018:

ARP nº 030/2018 - registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos e elétricos para manutenção e conservação corretiva e preventiva dos veículos que integram a frota municipal;

ARP nº 054/2018 - registro de preços para futura e eventual aquisição de peças mecânicas, peças elétricas e acessórios original/genuína para veículos operacionais (caminhões, ônibus e máquinas pesadas) e peças, materiais de parte elétrica, para manutenção de veículos leves, médios e utilitários;

ARP nº 055/2018 - registro de preços para futura e eventual aquisição de peças, materiais e serviços mecânicos e peças, materiais e serviços de parte elétrica, para manutenção de veículos leves, médios e utilitários;

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam –se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE JUNHO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0210/2019 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0210/2019

DE 12 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA SAÚDE A ELIZANGELA MARIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Art. 1º - Fica prorrogada a licença saúde da servidora **ELIZANGELA MARIA DA SILVA** portadora do RG nº: 1056249-4 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 808.254.191-15, servidora ocupa o cargo de PROFESSORES 30 HRS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concedida através da portaria nº 0052/2019, sendo assim fica afastada no período de: 28/04/2019 a 01/07/2019.

Art. 2º- Os efeitos da presente portaria retroagem à data 28/04/2019.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE JUNHO DE 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 032/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2019 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ORIUNDA DA ARP 050/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL 028/2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.

EXTRATO DO CONTRATO N° 032/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 002/2019 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, oriunda da ARP 050/2019 do Pregão Presencial 028/2019, da Prefeitura Municipal de Confresa/MT.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADO**: **SOCIEDADE SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA**, CNPJ sob nº 05.870.713/0001-20; **VIGENCIA : 10/06/2019 até 10/06/2020**; **VALOR ESTIMADO: R$ 3.265.074,00**; **Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SISTEMA QUE OFEREÇA A MUNICIPALIDADE SISTEMA ADMINISTRATIVO DE AUTO GESTÃO INTEGRADA DO FROTAS, COM GESTÃO DE COMBUSTIVEIS ON-LINE, FORNECIMENTO EM REDE DE POSTOS CREDENCIADOS E POSTOS LICITADOS, GESTÃO DO COMBUSTIVEL DO P. A, MELOSA E CONTAINERS DE COMBUSTIVEL, GESTÃO DOS EMPENHOS DO FROTAS POR CENTRO DE CUSTO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS, RASTREAMENTO INTEGRADO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO EM AREAS REMOTAS COM GERAÇÃO DE DIARIO DE BORDO E IDENTIFICADOR DE CONDUTOR, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E PEÇAS INTEGRADO AO CONTROLE DE QUILOMETRAGEM DOS VEICULOS, APLICATIVO ANDROID/IOS DO SISTEMA DE GESTÃO DO FROTAS, SISTEMA INTEGRADO PARA GERAR INFORMAÇÕES AO PORTAL DE TRASPARENCIA E ACOMPANHAMENTO E REGULAÇÃO DE CONTRATOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS BEM COMO GERAÇÃO DE TABELAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE DA PREFEITURA MUNICIPAL**, conforme **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 002/2019 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, oriunda da ARP 050/2019 do Pregão Presencial 028/2019, da Prefeitura Municipal de Confresa/MT. **DATA:** 10/06/2019.

COMPRAS E LICITACAO
AVISO DE PUBLICAÇÃO-DISPENSA DE LICITAÇÃO 23/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2019

AVISO DE PUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. Egon Hoepers, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW MUSICAL NO ENCERRAMENTO DO 19º CAMPEONATO DE FUTSAL SETE, EDIÇÃO 2019, DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, junto à empresa **MARCOS ROBERTO DOS SANTOS 04680965908,** inscrita no CNPJ: 28.237.294/0001-99, no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, **PUBLICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 12 de Junho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇOS N° 003/2019

AVISO DE RESULTADO

TOMADA DE PREÇOS N° 003/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 0034/2019, torna público aos interessados que realizou o julgamento da Proposta de Preços referente a Tomada de Preços nº 003/2019, que tem por objeto a***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA MÃO DE OBRA DA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, MEMORIAL DESCRITO E PROJETO, ANEXOS AO PRESENTE EDITAL.*** Na oportunidade após análise das propostas e documentos constantes nos Envelopes 01 e 02, da empresa **LZ CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA – ME – CNPJ Nº. 11.487.619/0001-99,** sagrou-se vencedora com proposta no valor de **R$ 92.148,45 (Noventa e dois mil cento e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos).** Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3529-6161, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, junto ao Departamento de Licitação. Santa Rita do Trivelato – MT, 12 de Junho de 2019. **JENIFER CRISTINA DOS SANTOS VARGAS LOHMANN –** PRESIDENTE DA CPL.

COMPRAS E LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO-CONCURSO DE PROJETOS 001/2019

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

OBJETO: SELEÇÃO DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 9.790/99, PARA CELEBRAR TERMO DE PARCERIA PARA FORMAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO, VISANDO O FOMENTO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PARA ÁREA DE SAÚDE, CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS, REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES, SEGUINDO AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 3.100 DE 30 DE JUNHO DE 1999.

O Prefeito Municipal, na conformidade do artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, **ADJUDICA** a presente licitação, CONCURSO DE PROJETOS Nº 001/2019, à empresa licitante vencedora **OSCIP INSTITUTO TUPÃ – CNPJ 21.103.364/0001-77**

Santa Rita do Trivelato - MT, 12 de junho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: SELEÇÃO DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 9.790/99, PARA CELEBRAR TERMO DE PARCERIA PARA FORMAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO, VISANDO O FOMENTO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PARA ÁREA DE SAÚDE, CULTURA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS, REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES, SEGUINDO AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 3.100 DE 30 DE JUNHO DE 1999.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DO MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, resolve **HOMOLOGAR** como HOMOLOGADO TEM, o resultado da licitação na modalidade - CONCURSO DE PROJETOS N.001/2019, que teve como vencedora a empresa **OSCIP INSTITUTO TUPÃ – CNPJ 21.103.364/0001-77.**

Santa Rita do Trivelato - MT, 12 de junho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Retifica-se a portaria nº 0202/2019 publicada no diário oficial ANO XIV | N° 3.247 no dia 12 de Junho de 2019 por motivos formais.

Onde se lê: PORTARIA nº 202/2019 de 11 de junho de 2019

Lê se: PORTARIA Nº. 213/2019 de 12 de junho de 2019

Santa Rita do Trivelato-MT, 12 de junho de 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO Nº 032/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração** doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, RESOLVE registrar os preços da empresa

GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPLS LTDA, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 17.472.278/0001-64, com sede na Rua Gotardo Mazzarolo, nº 16, sala 01, bairro Centro – barão de Cotegipe-RS CEP: 99.740-000, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Marcelo Marostica, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 1076099215 e CPF de nº 820.347.290-72, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, atendendo as condições previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019** e nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019**, parte integrante desta ARP, elaborado pela *Central de Compras* desta Prefeitura.

GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPLS LTDA						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**V. UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
9	BUTILBROMETO, ESCOPOLAMINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	10000	FARMACE	R$ 1,01	R$ 10.100,00
14	CEFTRIAXONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 1 G,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO-AMPOLA,VIA INTRAVENOSA	UNID	15000	EUROFARMA	R$ 8,35	R$ 125.250,00
27	FITOMENADIONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR	UNID	1000	HIPOLABOR	R$ 1,25	R$ 1.250,00
47	SOLUCAO FISIOLOGICA - SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9% , 250ML, P/APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENICA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, C/ALCA DE SUSTENCAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO.	UNID	7000	SANOBIOL	R$ 2,45	R$ 17.150,00
48	SOLUCAO FISIOLOGICA - SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9% , 100ML, P/APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENICA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO O LOTE, A DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, C/ALCA DE SUSTENCAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO.	UNID	7000	SANOBIOL	R$ 2,25	R$ 15.750,00
51	GLICOSE SORO - A 5 %, INJETAVEL (SISTEMA FECHADO), BOLSA PLASTICA 500 ML, PARENTERAL	FR	7000	FRESENIUS	R$ 3,62	R$ 25.340,00
55	SORO - SORO GLICOFISIOLOGICO 500 ML, PARA APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENICA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, COM ALCA DE SUSTENTACAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO.	FR	3000	EUROFARMA	R$ 3,50	R$ 10.500,00
57	SOLUCAO DE RINGER SIMPLES - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	FR	2000	FRESENIUS	R$ 3,55	R$ 7.100,00
58	SOLUCAO FISIOLOGICA - SORO RINGER LACTATO,SOLUCAO PARA INFUSAO INTRAVENOSA, COM 500 ML.	UNID	2000	FRESENIUS	R$ 3,25	R$ 6.500,00
60	COMPRESSA GAZE - COMPRESSA GAZE 7,5 X 7,5 CM ,ESTERIL, COM 11 FIOS, COM 8 CAMADAS ,5 DOBRAS, MEDINDO ABERTA 15 X 30CM,PACOTE COM 10 UNIDADES.	UNID	10000	MB TEXTIL	R$ 0,47	R$ 4.700,00
63	SCALP - N.16,PARA PUNCAO VENOSA PERIFERICA, ESTERIL, ATOXICO, APIROGENICO,TUBO TRANSPARENTE,FLEXIVEL COM PROTETOR ENROSCASDO,	UNID	10000	SOLIDOR	R$ 4,00	R$ 40.000,00
68	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA ADULTO - TAMANHO XG, COM UMA CAMADA DE POLPA DE CELULOSE, COM 03 FIOS DE ELASTICO E 02 FITAS ADESIVAS DE CADA LADO´PARA AJUSTE DA FRALDA, PACOTE COM 12 UNIDADES	PC	200	PROTECT FRALL	R$ 12,26	R$ 2.452,00
69	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA ADULTO - TAMANHO G, COM UMA CAMADA DE POLPA DE CELULOSE, COM 03 FIOS DE ELASTICO E 02 FITAS ADESIVAS DE CADA LADO PARA AJUSTE DA FRALDA TAMANHO GRANDE (CINTURA 115 A 150 CM), PACOTE COM 12 UNIDADES	PC	200	PROTECT FRALL	R$ 12,29	R$ 2.458,00
					Valor Total Geral:	R$ 268.550,00

O valor total da presente ata é de R$ 268.550,00 (duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.1 Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, cito a Rua A. nº 367 – Bairro Centro, no horário de 07:00 as 11:00 Hs e das 13:00 as 17:00 Hs, de segunda a sexta feira. Os mesmos ficarão em posse do fornecedor, sendo entregues e faturados mediante solicitação do setor de manutenção da frota municipal, de acordo com os quantitativos demandados a cada solicitação. A empresa vencedora fará quantas entregas forem necessárias, para atender aos pedidos do setor solicitante. Não haverá quantidade mínima para entrega.

4.2. O prazo de entrega será de 10(dez) dias corridos após a emissão da solicitação pela secretaria responsável.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos/serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de realização.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

6.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

6.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

6.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

6.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

6.8. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

6.9. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

6.10. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

6.11. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

7.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

7.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

7.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

7.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

8.2. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

8.3. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

8.4. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

8.5. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.6. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.7. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.8.. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.9. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.11. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA NONA - USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

9.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

9.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.8. A Secretaria Municipal de Saúde será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

9.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador o qual seja a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste - MT, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br ou pelo endereço Rua A nº 367, Centro – CEP 78.628.000 – SANTO ANTÔNIO DO LESTE – MT Fone (066) 3488-1080.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE DE PREÇOS.

10.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

10.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

10.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

10.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

10.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

10.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

10.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

10.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

11.2.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

11.2.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

11.2.3. Por iniciativa da Secretaria responsável, o registro será cancelado:

11.3. Quando o proponente:

11.3.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.3.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

11.3.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.3.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

11.3.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

11.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.5.1. Por razão de interesse público; ou

11.5.2. Aa pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço/material deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega/realização dos produtos/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste subitem têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de profissionais qualificados/capacitados para a execução do serviço não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303.5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 . A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

23.2 . A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

23.3. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.4 . É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

23.6 . Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

23.7 . Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8 . Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

23.9 . Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de Junho de 2019.

_____

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPLS LTDA

CONTRATADA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2019

O **Município de Santo Antônio do Leste**, através do seu Pregoeiro, designado pela portaria nº 196/2019 de 02 de abril de 2019, torna público que encontra-se instaurada a licitação**,** sob a modalidade de **Pregão Eletrônico nº 013/2019**, por **MENOR PREÇO,** conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, o que determina a Lei complementar n°123/2006, **147/2014 e** suas alteraçõese demais exigências deste Edital.

OBJETO: **aquisição de uma betoneira 600 (seiscentos) litros de uso industrial para atender as necessidades da Secretaria de Obras.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Á Partir do dia 13/06/2019.**

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: **Á partir do dia 30/06/2019 às 17:00 horas**. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **Dia 01 de julho de 2019, às 08:30 horas.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **Dia 01 de julho de 2019, às 09:00 horas.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.bllcompras.org.br**

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores Informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Av. Goiás, n° 367, Jardim Santa Inês – Santo Antônio do Leste–MT, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas e no período da tarde das 13:00 h as 17:00 horas, pelo Telefone/Fax: (0xx) 66-3488-1080/1292 ou e-mail: **licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br.**

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Santo Antônio do Leste/MT, 12 de junho de 2019.

ERIKS MATOS DA SILVA

Pregoeiro Designado Port. 196/2019

Poder Executivo – Santo Antônio do Leste-MT

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO Nº 032/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração** doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, RESOLVE registrar os preços da empresa **FERNAMED LTDA,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 04.759.433/0001-86, com sede na Rua Cassiano Jorge Fernandes, nº2058, bairro vila Tolentino, Cascavel –PR , CEP:85802-240, neste ato representado pelo seu socio proprietária Sr. Gelson Martins Teixeira, portador da cédula de identidade RG de nº 4170099-8 SSP/PR e CPF de nº 575.171.509-87, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, atendendo as condições previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019** e nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019**, parte integrante desta ARP, elaborado pela *Central de Compras* desta Prefeitura.

FERNAMED LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QTDE	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
18	VERAPAMIL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2,5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	UNID	500	BLAU	R$ 6,00	R$ 3.000,00
49	MANITOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO 250ML(SISTEMA FECHADO),VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	UNID	1000	FRESENIUS	R$ 4,39	R$ 4.390,00
56	SORO - SORO GLICOFISIOLOGICO 250 ML, PARA APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSAVEL TECNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, COM ALCA DE SUSTENTACAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO.	FR	3000	FRESENIUS	R$ 2,94	R$ 8.820,00
72	CIPROFLOXACINO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO BOLSA OU FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL, BOLSA DE 100ML	UNID	1000	HYPOFARMA	R$ 32,89	R$ 32.890,00
					Valor Total Geral:	R$ 49.100,00

O valor total da presente ata é de R$ 49.100,00 (quarenta e nove mil e cem reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.1 Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, cito a Rua A. nº 367 – Bairro Centro, no horário de 07:00 as 11:00 Hs e das 13:00 as 17:00 Hs, de segunda a sexta feira. Os mesmos ficarão em posse do fornecedor, sendo entregues e faturados mediante solicitação do setor de manutenção da frota municipal, de acordo com os quantitativos demandados a cada solicitação. A empresa vencedora fará quantas entregas forem necessárias, para atender aos pedidos do setor solicitante. Não haverá quantidade mínima para entrega.

4.2. O prazo de entrega será de 10(dez) dias corridos após a emissão da solicitação pela secretaria responsável.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos/serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de realização.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

6.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

6.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

6.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

6.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

6.8. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

6.9. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

6.10. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

6.11. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

7.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

7.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

7.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

7.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

8.2. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

8.3. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

8.4. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

8.5. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.6. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.7. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.8.. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.9. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.11. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA NONA - USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

9.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

9.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.8. A Secretaria Municipal de Saúde será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

9.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador o qual seja a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste - MT, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br ou pelo endereço Rua A nº 367, Centro – CEP 78.628.000 – SANTO ANTÔNIO DO LESTE – MT Fone (066) 3488-1080.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE DE PREÇOS.

10.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

10.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

10.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

10.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

10.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

10.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

10.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

10.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

11.2.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

11.2.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

11.2.3. Por iniciativa da Secretaria responsável, o registro será cancelado:

11.3. Quando o proponente:

11.3.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.3.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

11.3.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.3.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

11.3.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

11.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.5.1. Por razão de interesse público; ou

11.5.2. Aa pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço/material deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega/realização dos produtos/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste subitem têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de profissionais qualificados/capacitados para a execução do serviço não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303.5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 . A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

23.2 . A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

23.3. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.4 . É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

23.6 . Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

23.7 . Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8 . Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

23.9 . Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de Junho de 2019.

_____

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

FERNAMED LTDA HOSPITALAREIRELI

CONTRATADA

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 030/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 030/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO Nº 032/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração** doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, RESOLVE registrar os preços da empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAREIRELI,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 03.250.803/0001-92, com sede na Rua Professor Joao Felix, nº635, bairro Lixeira, Cuiabá –MT, CEP:78008-435, neste ato representado pelo seu socio proprietária Sr. Francisco, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 15990745 SSP/MT e CPF de nº 252.549.289-72, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, atendendo as condições previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019** e nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019**, parte integrante desta ARP, elaborado pela *Central de Compras* desta Prefeitura.

FAMA DISTRIBUIDORA						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**V. UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
4	AGUA PARA INJECAO - FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO 5ML,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	FR	20000	EQUIPLEX	R$ 0,19	R$ 3.800,00
6	BANDEJA PARA INSTRUMENTAL - EM ACO INOX, TAMANHO 30 X 20 X 4 CM.	UNID	20	AÇONOX	R$ 55,10	R$ 1.102,00
20	CLOREXIDINA, DIGLICONATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO DEGERMANTE,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	UNID	500	RIOQUIMICA	R$ 16,84	R$ 8.420,00
21	ETILEFRINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	UNID	1000	U.QUIMICA	R$ 1,20	R$ 1.200,00

22	TRAMADOL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	UNID	10000	U.QUIMICA	R$ 1,03	R$ 10.300,00
26	FENOBARBITAL SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 100MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 2ML, VIA PARENTERAL	AMP	500	CRISTALIA	R$ 2,07	R$ 1.035,00
31	COLAGENASE - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1,2 U/G, FORMA FARMACEUTICA POMADA, FORMA DE APRESENTACAO BISNAGA, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	UNID	1000	CRISTALIA	R$ 15,28	R$ 15.280,00
37	METILERGOMETRINA, MALEATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,2 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	UNID	1000	U.QUIMICA	R$ 1,53	R$ 1.530,00
65	COLETOR DE URINA - SISTEMA FECHADO - BOLSA COLETORA EM PVC FLEXIVEL COM DUPLA FACE SENDO A ANTERIOR TRANSPARENTE E A POSTERIOR BRANCA, CAPACIADADE 2000ML	UNID	500	LABOR	R$ 2,94	R$ 1.470,00
73	CLORETO DE SODIO - EM DE 0,9% EM AMPOLA COM 10ML	AMP	600	SAMTEC	R$ 0,22	R$ 132,00
					Valor Total Geral:	R$ 44.269,00

O valor total da presente ata é de R$ 44.269,00 (quarenta e quatro mil e duzentos e sessenta e nove reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.1 Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, cito a Rua A. nº 367 – Bairro Centro, no horário de 07:00 as 11:00 Hs e das 13:00 as 17:00 Hs, de segunda a sexta feira. Os mesmos ficarão em posse do fornecedor, sendo entregues e faturados mediante solicitação do setor de manutenção da frota municipal, de acordo com os quantitativos demandados a cada solicitação. A empresa vencedora fará quantas entregas forem necessárias, para atender aos pedidos do setor solicitante. Não haverá quantidade mínima para entrega.

4.2. O prazo de entrega será de 10(dez) dias corridos após a emissão da solicitação pela secretaria responsável.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos/serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de realização.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

6.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

6.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

6.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

6.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

6.8. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

6.9. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

6.10. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

6.11. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

7.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

7.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

7.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

7.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

8.2. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

8.3. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

8.4. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

8.5. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.6. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.7. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.8.. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.9. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.11. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA NONA - USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

9.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

9.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.8. A Secretaria Municipal de Saúde será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

9.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador o qual seja a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste - MT, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br ou pelo endereço Rua A nº 367, Centro – CEP 78.628.000 – SANTO ANTÔNIO DO LESTE – MT Fone (066) 3488-1080.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE DE PREÇOS.

10.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

10.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

10.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

10.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

10.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

10.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

10.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

10.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

11.2.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

11.2.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

11.2.3. Por iniciativa da Secretaria responsável, o registro será cancelado:

11.3. Quando o proponente:

11.3.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.3.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

11.3.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.3.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

11.3.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

11.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.5.1. Por razão de interesse público; ou

11.5.2. Aa pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço/material deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega/realização dos produtos/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste subitem têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de profissionais qualificados/capacitados para a execução do serviço não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303.5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 . A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

23.2 . A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

23.3. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.4 . É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

23.6 . Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

23.7 . Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8 . Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

23.9 . Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de Junho de 2019.

_____

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAREIRELI

CONTRATADA

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO Nº 032/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração** doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, RESOLVE registrar os preços da empresa **RINALDI E COGO LTDA-ME,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 07.269.677/0001-79, com sede na Rua Almirante Barroso, nº2337, bairro Centro, Toledo –PR, CEP: 85900-020, neste ato representado pelo seu socio proprietária Sr. Edson Jose Rinaldi, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 6331588-5 SSP/PR e CPF de nº 865.677.729-72, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, atendendo as condições previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019** e nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019**, parte integrante desta ARP, elaborado pela *Central de Compras* desta Prefeitura.

RINALDI E COGO LTDA-ME						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**V. UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
2	ADRENALINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA COM 1 ML, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO,NUMERO DE LOTE E VALIDADE POR AMPOLA	AMP	1000	HIPOLABOR	R$ 2,42	R$ 2.417,00
32	KIT NEBULIZACAO INFANTIL COMPLETO - COMPOSTO DE MASCARA , COPINHO PARA MEDICAMENTO E EXTENSAO COM ROSCA ., EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E, PROCEDENCIA, TIPO DE ESTERILIZACAO ,LOTE,VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA S	UNID	50	DARU	R$ 5,78	R$ 288,75
33	KIT NEBULIZACAO ADULTO COMPLETO - COMPOSTO DE MASCARA , COPINHO PARA MEDICAMENTO E EXTENSAO COM ROSCA., .EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E, PROCEDENCIA, TIPO DE ESTERILIZACAO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UNID	50	DARU	R$ 6,10	R$ 305,00

42	SALICILATO DE METILA + CANFORA + MENTOL + TEREBINTINA - CONCENTACAO/DOSAGEM 0,0333 ML/ML + 0,0333 G/ML + 0,0083 G/ML + 0,0833 ML/ML RESPECTIVAMENTE,FORMA FARMACEUTICA AEROSSOL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO SPRAY,VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	UNID	200	NEO QUIMICA	R$ 14,44	R$ 2.887,80
46	SOLUCAO FISIOLOGICA - SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9% , 500ML, P/APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO O LOTE, A DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, TRANSLUCIDO CONTINUAR COM DESCRICAO.	UNID	7000	EUROFARMA	R$ 3,35	R$ 23.443,00
52	GLICOSE SORO - A 5 %, INJETAVEL (SISTEMA FECHADO), BOLSA PLASTICA 250 ML, PARENTERAL	FR	7000	EUROFARMA	R$ 2,84	R$ 19.873,00
53	GLICOSE SORO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO BOLSA 100 ML (TIPO VIAFLEX),VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	FR	7000	HALEX ISTAR	R$ 2,44	R$ 17.073,00
62	TOUCA CIRURGICA DESCARTAVEL - CONFECCIONADA A BASE DE FIBRAS 100% POLIPROPILENO. COR BRANCA, COM ELASTICO	CX	1000	TALGE	R$ 5,70	R$ 5.700,00
67	FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA ADULTO - TAMANHO M. FORMA DE APRESENTACAO: UNIDADE,CONTENDO PROCEDENCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, PACOTE COM 12 UNIDADES	PC	200	DESCARPACK	R$ 15,73	R$ 3.146,00
74	ACEBROFILINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA XAROPE,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNID	1000	PRATI	R$ 3,53	R$ 3.530,00
					Valor Total Geral:	R$ 78.663,55

O valor total da presente ata é de R$ 78.663,55 (setenta e oito mil e seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.1 Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, cito a Rua A. nº 367 – Bairro Centro, no horário de 07:00 as 11:00 Hs e das 13:00 as 17:00 Hs, de segunda a sexta feira. Os mesmos ficarão em posse do fornecedor, sendo entregues e faturados mediante solicitação do setor de manutenção da frota municipal, de acordo com os quantitativos demandados a cada solicitação. A empresa vencedora fará quantas entregas forem necessárias, para atender aos pedidos do setor solicitante. Não haverá quantidade mínima para entrega.

4.2. O prazo de entrega será de 10(dez) dias corridos após a emissão da solicitação pela secretaria responsável.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos/serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de realização.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

6.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

6.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

6.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

6.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

6.8. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

6.9. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

6.10. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

6.11. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

7.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

7.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

7.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

7.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

8.2. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

8.3. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

8.4. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

8.5. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.6. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.7. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.8.. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.9. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.11. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA NONA - USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

9.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

9.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.8. A Secretaria Municipal de Saúde será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

9.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador o qual seja a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste - MT, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br ou pelo endereço Rua A nº 367, Centro – CEP 78.628.000 – SANTO ANTÔNIO DO LESTE – MT Fone (066) 3488-1080.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE DE PREÇOS.

10.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

10.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

10.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

10.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

10.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

10.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

10.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

10.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

11.2.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

11.2.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

11.2.3. Por iniciativa da Secretaria responsável, o registro será cancelado:

11.3. Quando o proponente:

11.3.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.3.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

11.3.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.3.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

11.3.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

11.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.5.1. Por razão de interesse público; ou

11.5.2. Aa pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço/material deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega/realização dos produtos/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste subitem têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de profissionais qualificados/capacitados para a execução do serviço não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303.5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 . A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

23.2 . A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

23.3. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.4 . É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

23.6 . Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

23.7 . Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8 . Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

23.9 . Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de Junho de 2019.

_____

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

RINALDI E COGO LTDA-ME

CONTRATADA

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 028/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO Nº 032/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração** doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, RESOLVE registrar os preços da empresa **NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 14.595.725/0001-84, com sede na Rua Gotardo Mazzarolo, nº330, bairro Centro, Barão de Cotegipe - RS, CEP: 99740-000, neste ato representado pelo seu socio proprietária Sr. Edson Jose Rinaldi, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 6331588-5 SSP/PR e CPF de nº 865.677.729-72, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, atendendo as condições previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019** e nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no *Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013,* e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019**, parte integrante desta ARP, elaborado pela *Central de Compras* desta Prefeitura.

NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**V. UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
30	GENTAMICINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 80 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA.	UNID	5000	HYPOFARMA	R$ 0,86	R$ 4.300,00

					Valor Total Geral:	R$ 4.300,00

O valor total da presente ata é de R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos e trinta e três reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.1 Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, cito a Rua A. nº 367 – Bairro Centro, no horário de 07:00 as 11:00 Hs e das 13:00 as 17:00 Hs, de segunda a sexta feira. Os mesmos ficarão em posse do fornecedor, sendo entregues e faturados mediante solicitação do setor de manutenção da frota municipal, de acordo com os quantitativos demandados a cada solicitação. A empresa vencedora fará quantas entregas forem necessárias, para atender aos pedidos do setor solicitante. Não haverá quantidade mínima para entrega.

4.2. O prazo de entrega será de 10(dez) dias corridos após a emissão da solicitação pela secretaria responsável.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos/serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de realização.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

6.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

6.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

6.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

6.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

6.8. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

6.9. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

6.10. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

6.11. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

7.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

7.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

7.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

7.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

8.2. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

8.3. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

8.4. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

8.5. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.6. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.7. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.8.. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.9. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

8.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.11. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA NONA - USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

9.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

9.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.8. A Secretaria Municipal de Saúde será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

9.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador o qual seja a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste - MT, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br ou pelo endereço Rua A nº 367, Centro – CEP 78.628.000 – SANTO ANTÔNIO DO LESTE – MT Fone (066) 3488-1080.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE DE PREÇOS.

10.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

10.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

10.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

10.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

10.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

10.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

10.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

10.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

11.2.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

11.2.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

11.2.3. Por iniciativa da Secretaria responsável, o registro será cancelado:

11.3. Quando o proponente:

11.3.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.3.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

11.3.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.3.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

11.3.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

11.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.5.1. Por razão de interesse público; ou

11.5.2. Aa pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço/material deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega/realização dos produtos/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste subitem têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de profissionais qualificados/capacitados para a execução do serviço não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303.5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 . A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

23.2 . A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

23.3. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.4 . É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

23.6 . Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

23.7 . Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8 . Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

23.9 . Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de Junho de 2019.

_____

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA ME

CONTRATADA

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 027/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO Nº 032/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração** doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, RESOLVE registrar os preços da empresa **SALVI LOPES & CIA LTDA - ME,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 82.478.140/0001-34, com sede na Rua Gaturamo, nº100, bairro Jardim Primavera, Arapongas – PR, CEP: 86702-000, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Luiz Carlos Salvi, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº4.502.096-7 IIP-PR e CPF de nº 619.057.639-72 , de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, atendendo as condições previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019** e nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019**, parte integrante desta ARP, elaborado pela *Central de Compras* desta Prefeitura.

SALVI LOPES & CIA LTDA - ME						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**V. UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
41	PAPEL CREPADO, ADESIVA, PARA ESTUFA DE CALOR SECO, NA MEDIDA DE 19MM X 50M, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	UNID	200	POLARFIX	R$ 7,05	R$ 1.410,00
45	SONDA COM BALAO FOLEY - TRATADO COM SILICONE, UTILIZADA PARA VIABILIZAR ACESSO URINARIO VIA URETRAL, BALAO DE 5CC, DE NUMERO 16	UNID	200	SOLIDOR	R$ 4,02	R$ 804,00
59	"SONDA FOLEY - EM SILICONE, SILICONIZADA, ESTERIL, COM BALAO DE 10 ML, CALIBRE N. 22, COM 2 VIAS "	UNID	200	SOLIDOR	R$ 11,46	R$ 2.292,00
61	AGUA DESTILADA - PARA AUTOCLAVE,NAO INJETAVEL, NAO ESTERIL, QUIMICAMENTE PURA, ISENTA DE SAIS SOLUVEIS GALAO 5 LITRO	UNID	2000	SSPLUS	R$ 9,44	R$ 18.880,00
64	CLOREXIDINA, CLORIDRATO - CLOREXIDINA, CLORIDRATO - A 2%,SOLUCAO AQUOSA,FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO1000 ML,ASSEPSIA DE PREPARO CAVITARIOS	UNID	500	VICPHARMA	R$ 16,90	R$ 8.450,00
66	BOLSA COLETORA DE URINA - EM MATERIAL PLASTICO TRANSPARENTE, , SIST. DE FLUXO CONTINUO, COM ESCALA DE 0 A 2000ML	UNID	500	MEDSONDA	R$ 1,96	R$ 980,00
77	TERMOMETRO DIGITAL PARA GELADEIRA COM MEDIDA INTERNA/EXTERNA E MINIMA E MAXIMA	UNID	10	J-PROLAB	R$ 56,99	R$ 569,90
78	TERMOMETRO HIGRÔMETRO DIGITAL COM SENSOR ENTERNO	UNID	10	J-PROLAB	R$ 68,55	R$ 685,50
79	EMBALAGEM DESCARTAVEL PARA ESTERILIZACAO - MEDINDO 25CM X 35CM, COM BORDAS TERMOSSELADAS DE 08 A 10MM, EM PAPEL GRAU CIRURGICO COM 02 PREGAS, COM GRAMATURA DE 70 G/M2, APRESENTADO EM ENVELOPES	UNID	10000	PROTC	R$ 0,90	R$ 8.990,00

80	EMBALAGEM DESCARTAVEL PARA ESTERILIZACAO - MEDINDO 20CM X 30CM, COM BORDAS TERMOSSELADAS DE 08 A 10MM, EM PAPEL GRAU CIRURGICO COM 02 PREGAS, COM GRAMATURA DE 70 G/M2, APRESENTADO EM ENVELOPES	UNID	10000	PROTC	R$ 4,93	R$ 49.300,00
					Valor Total Geral:	R$ 92.361,40

O valor total da presente ata é de R$ 92.361,40 (noventa e dois mil e trezentos e sessenta e um reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.1 Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, cito a Rua A. nº 367 – Bairro Centro, no horário de 07:00 as 11:00 Hs e das 13:00 as 17:00 Hs, de segunda a sexta feira. Os mesmos ficarão em posse do fornecedor, sendo entregues e faturados mediante solicitação do setor de manutenção da frota municipal, de acordo com os quantitativos demandados a cada solicitação. A empresa vencedora fará quantas entregas forem necessárias, para atender aos pedidos do setor solicitante. Não haverá quantidade mínima para entrega.

4.2. O prazo de entrega será de 10(dez) dias corridos após a emissão da solicitação pela secretaria responsável.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos/serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de realização.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

6.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

6.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

6.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

6.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

6.8. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

6.9. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

6.10. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

6.11. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

7.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

7.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

7.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

7.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

8.2. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

8.3. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

8.4. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

8.5. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.6. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.7. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.8.. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.9. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.11. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA NONA - USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

9.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

9.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.8. A Secretaria Municipal de Saúde será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

9.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador o qual seja a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste - MT, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br ou pelo endereço Rua A nº 367, Centro – CEP 78.628.000 – SANTO ANTÔNIO DO LESTE – MT Fone (066) 3488-1080.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE DE PREÇOS.

10.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

10.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

10.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

10.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

10.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

10.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

10.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

10.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

11.2.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

11.2.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

11.2.3. Por iniciativa da Secretaria responsável, o registro será cancelado:

11.3. Quando o proponente:

11.3.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.3.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

11.3.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.3.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

11.3.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

11.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.5.1. Por razão de interesse público; ou

11.5.2. Aa pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço/material deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega/realização dos produtos/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste subitem têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de profissionais qualificados/capacitados para a execução do serviço não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303.5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 . A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

23.2 . A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

23.3. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.4 . É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

23.6 . Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

23.7 . Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8 . Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

23.9 . Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de Junho de 2019.

_____

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

SALVI LOPES & CIA LTDA - ME

CONTRATADA

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO Nº 032/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração** doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, RESOLVE registrar os preços da empresa **CIRURGICA BIOMEDICA LTDA - ME,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 11.215.901/0001-17, com sede na Av. Robert Koch, nº 669, bairro Villa Operaria Londrina–PR CEP: 86038-350, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sra. Ana Paula Mendes, brasileira, portadora da cédula de identidade RG de 5515.163-6 SSP/PR e CPF de nº 015.825.759-67, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, atendendo as condições previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019** e nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019**, parte integrante desta ARP, elaborado pela *Central de Compras* desta Prefeitura.

CIRURGICA BIOMEDICA LTDA - ME						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**V. UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
23	ESTRADIOL, VALERATO + NORETISTERONA, ENANTATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML + 50 MG/ML RESPECTIVAMENTE,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR	UNID	500	MABRA/ CIFARMA	R$ 9,70	R$ 4. 850,00
					Valor Total Geral:	R$ 4. 850,00

O valor total da presente ata é de R$ 4.850,00 (quatro mil e oitocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.1 Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, cito a Rua A. nº 367 – Bairro Centro, no horário de 07:00 as 11:00 Hs e das 13:00 as 17:00 Hs, de segunda a sexta feira. Os mesmos ficarão em posse do fornecedor, sendo entregues e faturados mediante solicitação do setor de manutenção da frota municipal, de acordo com os quantitativos demandados a cada solicitação. A empresa vencedora fará quantas entregas forem necessárias, para atender aos pedidos do setor solicitante. Não haverá quantidade mínima para entrega.

4.2. O prazo de entrega será de 10(dez) dias corridos após a emissão da solicitação pela secretaria responsável.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos/serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de realização.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

6.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

6.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

6.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

6.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

6.8. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

6.9. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

6.10. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

6.11. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

7.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

7.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

7.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

7.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

8.2. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

8.3. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

8.4. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

8.5. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.6. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.7. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.8.. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.9. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.11. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA NONA - USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

9.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

9.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.8. A Secretaria Municipal de Saúde será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

9.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador o qual seja a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste - MT, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br ou pelo endereço Rua A nº 367, Centro – CEP 78.628.000 – SANTO ANTÔNIO DO LESTE – MT Fone (066) 3488-1080.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE DE PREÇOS.

10.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

10.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

10.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

10.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

10.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

10.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

10.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

10.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

11.2.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

11.2.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

11.2.3. Por iniciativa da Secretaria responsável, o registro será cancelado:

11.3. Quando o proponente:

11.3.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.3.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

11.3.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.3.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

11.3.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

11.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.5.1. Por razão de interesse público; ou

11.5.2. Aa pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço/material deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega/realização dos produtos/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste subitem têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de profissionais qualificados/capacitados para a execução do serviço não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303.5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 . A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

23.2 . A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

23.3. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.4 . É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

23.6 . Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

23.7 . Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8 . Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

23.9 . Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de Junho de 2019.

_____

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CIRURGICA BIOMEDICA LTDA - ME

CONTRATADA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2019

O **Município de Santo Antônio do Leste**, através do seu Pregoeiro, designado pela portaria nº 196/2019 de 02 de abril de 2019, torna público que encontra-se instaurada a licitação**,** sob a modalidade de **Pregão Eletrônico nº 014/2019**, por **MENOR PREÇO,** conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, o que determina a Lei complementar n°123/2006, **147/2014 e** suas alteraçõese demais exigências deste Edital.

OBJETO: **Aquisição e instalação de equipamento fixo digital para radiologia e impressora a seco para imagens médicas, destinado a atender o Centro Municipal de Saúde de Santo Antônio do Leste-MT.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **Á Partir do dia 13/06/2019.**

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: **Á partir do dia 01/07/2019 às 17:00 horas**. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: **Dia 02 de julho de 2019, às 08:30 horas.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **Dia 02 de julho de 2019, às 09:00 horas.**

(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.bllcompras.org.br**

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores Informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Av. Goiás, n° 367, Jardim Santa Inês – Santo Antônio do Leste–MT, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas e no período da tarde das 13:00 h as 17:00 horas, pelo Telefone/Fax: (0xx) 66-3488-1080/1292 ou e-mail: **licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br.**

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Santo Antônio do Leste/MT, 12 de junho de 2019.

ERIKS MATOS DA SILVA

Pregoeiro Designado Port. 196/2019

Poder Executivo – Santo Antônio do Leste-MT

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO Nº 032/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração** doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, RESOLVE registrar os preços da empresa **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 03.652.030/0001-70, com sede na ROD BR-480, nº 795, bairro centro–Barão de Cotegipe– RS CEP: 99740-000, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Edivar Szymanski, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº5051132966 e CPF de nº 670481290-34, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, atendendo as condições previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019** e nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019**, parte integrante desta ARP, elaborado pela *Central de Compras* desta Prefeitura.

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**V. UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
25	FENITOINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	UNID	500	CRISTALIA	R$ 2,40	R$ 1.200,00

34	LIDOCAINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 2% SEM VASO CONSTRITOR, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA, VIA PARENTERAL.	UNID	5000	HYPOFARMA	R$ 2,87	R$ 14.350,00
					Valor Total Geral:	R$ 15.550,00

O valor total da presente ata é de R$ 15.550,00 (quinze mil e quinhentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.1 Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, cito a Rua A. nº 367 – Bairro Centro, no horário de 07:00 as 11:00 Hs e das 13:00 as 17:00 Hs, de segunda a sexta feira. Os mesmos ficarão em posse do fornecedor, sendo entregues e faturados mediante solicitação do setor de manutenção da frota municipal, de acordo com os quantitativos demandados a cada solicitação. A empresa vencedora fará quantas entregas forem necessárias, para atender aos pedidos do setor solicitante. Não haverá quantidade mínima para entrega.

4.2. O prazo de entrega será de 10(dez) dias corridos após a emissão da solicitação pela secretaria responsável.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos/serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de realização.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

6.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

6.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

6.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

6.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

6.8. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

6.9. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

6.10. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

6.11. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

7.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

7.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

7.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

7.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

8.2. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

8.3. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

8.4. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

8.5. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.6. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.7. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.8.. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.9. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.11. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA NONA - USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

9.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

9.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.8. A Secretaria Municipal de Saúde será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

9.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador o qual seja a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste - MT, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br ou pelo endereço Rua A nº 367, Centro – CEP 78.628.000 – SANTO ANTÔNIO DO LESTE – MT Fone (066) 3488-1080.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE DE PREÇOS.

10.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

10.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

10.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

10.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

10.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

10.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

10.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

10.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

11.2.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

11.2.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

11.2.3. Por iniciativa da Secretaria responsável, o registro será cancelado:

11.3. Quando o proponente:

11.3.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.3.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

11.3.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.3.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

11.3.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

11.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.5.1. Por razão de interesse público; ou

11.5.2. Aa pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço/material deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega/realização dos produtos/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste subitem têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de profissionais qualificados/capacitados para a execução do serviço não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303.5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 . A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

23.2 . A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

23.3. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.4 . É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

23.6 . Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

23.7 . Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8 . Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

23.9 . Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de Junho de 2019.

_____

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA

CONTRATADA

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO Nº 032/2019

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração** doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, RESOLVE registrar os preços da empresa

CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 07.847.837/0001-10, com sede na Av. B, nº 293, quadra A25, LOTE 04, bairro Jardim Santo Antônio – Goiânia-GO CEP: 74835-030, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Rodolpho Rodrigues Raimundo, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº4.512.152DGPC-GO e CPF de nº 008.644.451-48, de acordo com a classificação por ela alcançada no certame em epígrafe, atendendo as condições previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019** e nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no **Termo de Referência** anexa ao edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2019**, parte integrante desta ARP, elaborado pela *Central de Compras* desta Prefeitura.

CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UNID**	**QTDE**	**MARCA**	**V. UNITÁRIO**	**V. TOTAL**
1	ACICLOVIR - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG,FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	UNID	500	TEUTO	R$ 20,00	R$ 10.000,00
3	AGUA PARA INJECAO - FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO 10ML,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	FR	20000	SAMTEC	R$ 0,17	R$ 3.400,00
5	AMICACINA, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	UNID	5000	TEUTO	R$ 1,90	R$ 9.500,00
7	BENZILPENICILINA BENZATINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 600.000 UI,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SUSPENSAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR	UNID	1000	TEUTO	R$ 9,22	R$ 9.220,00
8	BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTASSICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 300.000 UI + 100.000 UI RESPECTIVAMENTE,FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SUSPENSAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAMUSCULAR	UNID	2000	BLAU	R$ 5,00	R$ 10.000,00
13	CEFALOTINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 G,FORMA FARMACEUTICA PO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	UNID	5000	ABL	R$ 5,49	R$ 27.450,00

15	CETOPROFENO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG,FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	UNID	5000	U.QUIMICA	R$ 3,40	R$ 17.000,00
17	DOPAMINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	UNID	1000	HIPOLABOR	R$ 1,42	R$ 1.420,00
19	DESLANOSIDEO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,2 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	UNID	3000	U.QUIMICA	R$ 1,55	R$ 4.650,00
29	FOSFATO DE POTASSIO MONOBASICO + FOSFATO DIBASICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,03G/ML + 0,1567 G/ML FORMA DE APRESENTACAO SOLUCAO INJETAVEL	AMP	1000	CITOPHARMA	R$ 8,00	R$ 8.000,00
36	METILPREDNISOLONA, SUCCINATO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	UNID	1000	NOVAFARMA	R$ 15,50	R$ 15.500,00
44	SALBUTAMOL, SULFATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 0,5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 1ML, VIA PARENTERAL.	UNID	1000	HIPOLABOR	R$ 1,80	R$ 1.800,00
75	AMBROXOL, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 3 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA XAROPE,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UNID	1000	NATULAB	R$ 1,97	R$ 1.970,00
76	DICLOFENACO SODICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	UNID	5000	HYPOFARMA	R$ 0,62	R$ 3.100,00
85	CLOREXIDINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ALCOOLICA A 70%,FORMA DE APRESENTACAO EM LITRO,INDICACAO DE USO SOLUÇÃO TÓPICA	UNID	500	FARMAX	R$ 17,00	R$ 8.500,00
86	MALHA TUBULAR ORTOPEDICA - MALHA TUBULAR ANTIALERGICA 8,0 CM X 15 MM, TECIDO DE FIBRAS SINTETICAS DE POLIESTER QUE PROPORCIONAM A RETENCAO DE UMIDADE. PROTEGE A PELE DO PACIENTE DO CONTATO DIRETO COM O GESSO SINTETICO	UNID	200	MSO	R$ 6,90	R$ 1.380,00
					Valor Total Geral:	R$ 132.890,00

O valor total da presente ata é de R$ 132.890,00 (cento e trinta e dois mil e oitocentos e noventa reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.1 Os produtos deverão ser entregues no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, cito a Rua A. nº 367 – Bairro Centro, no horário de 07:00 as 11:00 Hs e das 13:00 as 17:00 Hs, de segunda a sexta feira. Os mesmos ficarão em posse do fornecedor, sendo entregues e faturados mediante solicitação do setor de manutenção da frota municipal, de acordo com os quantitativos demandados a cada solicitação. A empresa vencedora fará quantas entregas forem necessárias, para atender aos pedidos do setor solicitante. Não haverá quantidade mínima para entrega.

4.2. O prazo de entrega será de 10(dez) dias corridos após a emissão da solicitação pela secretaria responsável.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos/serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de realização.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

6.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

6.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

6.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

6.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

6.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

6.8. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

6.9. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

6.10. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria responsável, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

6.11. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

7.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

7.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

7.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

7.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

8.2. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

8.3. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

8.4. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

8.5. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

8.6. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

8.7. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.8.. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

8.9. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

8.11. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA NONA - USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, no art. 86 do Decreto Estadual nº 7.217/2010 e Decreto nº 7.892, de 2013,relativo à utilização do Sistema de Registro de Preços;

9.2. Caberá ao(s) Detentor da Ata (es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

9.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

9.5. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

9.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

9.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades de correntes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

9.8. A Secretaria Municipal de Saúde será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

9.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador o qual seja a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste - MT, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br ou pelo endereço Rua A nº 367, Centro – CEP 78.628.000 – SANTO ANTÔNIO DO LESTE – MT Fone (066) 3488-1080.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE DE PREÇOS.

10.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

10.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

10.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

10.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

10.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

10.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

10.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

10.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

11.2.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

11.2.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

11.2.3. Por iniciativa da Secretaria responsável, o registro será cancelado:

11.3. Quando o proponente:

11.3.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.3.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

11.3.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.3.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de Fornecimento decorrente da Ata de Registro de Preços;

11.3.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

11.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.5.1. Por razão de interesse público; ou

11.5.2. Aa pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço/material deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega/realização dos produtos/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste subitem têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de profissionais qualificados/capacitados para a execução do serviço não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302.5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303.5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 . A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

23.2 . A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

23.3. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

23.4 . É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

23.6 . Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

23.7 . Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.8 . Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

23.9 . Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de Junho de 2019.

_____

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA

CONTRATADA

LICITAÇÃO
CONTRATO N° 060/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

CONTRATO N° 060/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034. 369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **FERNAMED LTDA,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 04.759. 433/0001-86, com sede na Rua Cassiano Jorge Fernandes, nº2058, bairro vila Tolentino, Cascavel –PR , CEP:85802-240, neste ato representado pelo seu socio proprietária Sr. Gelson Martins Teixeira, portador da cédula de identidade RG de nº 4170099-8 SSP/PR e CPF de nº 575.171.509-87, considerando o constante no processo licitatório nº 032/2019 , pregão eletrônico n° 008/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 03/06/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 49.100,00 (quarenta e nove mil e cem reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.7. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.8. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.9. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria solicitante, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.10. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303. 5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato.

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 04 de Junho de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

FERNAMED LTDA HOSPITALAREIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

LICITAÇÃO
CONTRATO N° 059/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

CONTRATO N° 059/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscri-

to no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326. 034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAREIRELI,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 03.250.803/0001-92, com sede na Rua Professor Joao Felix, nº635, bairro Lixeira, Cuiabá –MT, CEP:78008-435, neste ato representado pelo seu socio proprietária Sr. Francisco, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 15990745 SSP/MT e CPF de nº 252.549.289-72, considerando o constante no processo licitatório nº 032/2019 , pregão eletrônico n° 008/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 03/06/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 44.269,00 (quarenta e quatro mil e duzentos e sessenta e nove reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.7. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.8. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.9. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria solicitante, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.10. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303. 5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato.

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 04 de Junho de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAREIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

LICITAÇÃO
CONTRATO N° 058/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

CONTRATO N° 058/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034. 369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **RINALDI E COGO LTDA-ME,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 07.269.677/0001-79, com sede na Rua Almirante Barroso, nº2337, bairro Centro, Toledo –PR, CEP: 85900-020, neste ato representado pelo seu socio proprietária Sr. Edson Jose Rinaldi, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 6331588-5 SSP/PR e CPF de nº 865.677.729-72, considerando o constante no processo licitatório nº 032/2019 , pregão eletrônico n° 008/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 03/06/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 78.663,55 (setenta e oito mil e seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.7. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.8. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.9. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria solicitante, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.10. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303. 5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal

Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato.

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 04 de Junho de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

RINALDI E COGO LTDA-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

LICITAÇÃO
CONTRATO N° 057/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

CONTRATO N° 057/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326. 034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 14.595.725/0001-84, com sede na Rua Gotardo Mazzarolo, nº330, bairro Centro, Barão de Cotegipe - RS, CEP: 99740-000, neste ato representado pelo seu socio proprietária Sr. Edson Jose Rinaldi, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 6331588-5 SSP/PR e CPF de nº 865.677.729-72, considerando o constante no processo licitatório nº 032/2019 , pregão eletrônico n° 008/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 03/06/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos e trinta e três reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.7. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.8. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.9. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria solicitante, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.10. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303. 5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato.

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 04 de Junho de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

LICITAÇÃO
CONTRATO N° 056/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

CONTRATO N° 056/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **SALVI LOPES & CIA LTDA - ME,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 82.478.140/0001-34, com sede na Rua Gaturamo, nº100, bairro Jardim Primavera, Arapongas – PR, CEP: 86702-000, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Luiz Carlos Salvi, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº4.502.096-7 IIP-PR e CPF de nº 619.057.639-72, considerando o constante no processo licitatório nº 032/ 2019 , pregão eletrônico n° 008/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria

municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 03/06/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 92.361,40 (noventa e dois mil e trezentos e sessenta e um reais e quarenta centavos).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.7. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.8. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.9. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria solicitante, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.10. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303. 5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato.

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 04 de Junho de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

SALVI LOPES & CIA LTDA - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

LICITAÇÃO
CONTRATO N° 055/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

CONTRATO N° 055/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **CIRURGICA BIOMEDICA LTDA - ME,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 11.215.901/0001-17, com sede na Av. Robert Koch, nº 669, bairro Villa Operaria Londrina–PR CEP: 86038-350, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sra. Ana Paula Mendes, brasileira, portadora da cédula de identidade RG de 5515.163-6 SSP/PR e CPF de nº 015.825.759-67, considerando o constante no processo licitatório nº 032/2019 , pregão eletrônico n° 008/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 03/06/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de 4.850,00 (quatro mil e oitocentos e cinquenta reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.7. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.8. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.9. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria solicitante, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.10. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303. 5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante

terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato.

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 04 de Junho de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

CIRURGICA BIOMEDICA LTDA - ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

LICITAÇÃO
CONTRATO N° 054/2019 -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

CONTRATO N° 054/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 03.652.030/0001-70, com sede na ROD BR-480, nº 795, bairro centro–Barão de Cotegipe–RS CEP: 99740-000, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Edivar Szymanski, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº5051132966 e CPF de nº 670481290-34,considerando o constante no processo licitatório nº 032/2019 , pregão eletrônico n° 008/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 03/06/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de 15.550,00 (quinze mil e quinhentos e cinquenta reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.7. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.8. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.9. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria solicitante, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.10. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303. 5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato.

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 04 de Junho de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

LICITAÇÃO
CONTRATO N° 053/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

CONTRATO N° 053/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 07.847.837/0001-10, com sede na Av. B, nº 293, quadra A25, LOTE 04, bairro Jardim Santo Antônio – Goiânia-GO CEP: 74835-030, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Rodolpho Rodrigues Raimundo, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº4.512.152DGPC-GO e CPF de nº 008.644.451-48,considerando o constante no processo licitatório nº 032/2019 , pregão eletrônico n° 008/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 03/06/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 132.890,00 (cento e trinta e dois mil e oitocentos e noventa reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.7. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.8. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.9. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria solicitante, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.10. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303. 5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato.

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 04 de Junho de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

LICITAÇÃO
CONTRATO N° 052/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

CONTRATO N° 052/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.217.362/0001-90, sediado em Santo Antônio do Leste/MT, na rua A n° 367, Jardim Santa Inês, CEP – 78.628-000, Santo Antônio do Leste-MT, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Nº 587, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e

inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, neste município, doravante designado **CONTRATANTE**, e a empresa **GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPLS LTDA,** pessoa jurídica inscrita no **CNPJ** sob nº 17.472. 278/0001-64, com sede na Rua Gotardo Mazzarolo, nº 16, sala 01, bairro Centro – barão de Cotegipe-RS CEP: 99.740-000, neste ato representado pelo seu socio proprietário Sr. Marcelo Marostica, brasileiro, portador da cédula de identidade RG de nº 1076099215 e CPF de nº 820.347. 290-72,considerando o constante no processo licitatório nº 032/2019 , pregão eletrônico n° 008/2019 , e em observância ao disposto na Lei nº 8.666/ 93, e demais normas aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Contrato nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e insumos, destinado a suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Santo Antônio do Leste – MT, por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 03/06/2020 contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93

CLASULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 268.550,00 (duzentos e sessenta e oito mil e quinhentos e cinquenta reais).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS.

4.1 Da Contratante:

4.1.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

4.1.3. Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;

4.1.4. Manter preposto, formalmente designado por cada secretaria, para fiscalizar o Contrato.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1. Fornecer os itens de acordo com o edital.

4.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria solicitante, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

4.2.3. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

4.2.4. Os produtos cotados deverão atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência do edital.

4.2.5. Antes da homologação a área técnica da Prefeitura se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s), a fim de garantir a qualidade dos produtos.

4.2.6. A contratada obriga-se a fornecer os materiais a que se refere este pregão, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

4.2.7. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

4.2.8. Os materiais sairão da indústria em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

4.2.9. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à Secretaria solicitante, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.

4.2.10. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição de produtos desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.302. 5018.2153	Aquisição de Material Hospitalar
Ficha	236	
Despesa/fonte	3.3.90.30.00	Material de Consumo
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

Órgão	02	Secretaria Municipal de Saúde
Und. Orçamentária	05	Fundo Municipal de Saúde
Funcional programática	10.303. 5019.2170	Manutenção e Encargos com a Farmácia Municipal
Ficha	283	
Despesa/fonte	3.3.90.32.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	0.1.02.0	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

CLAUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento dos materiais será efetuado por execução mensal, será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6.1.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.

6.2. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

6.2.1. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

6.3. A ENTREGA DEVERÁ SER CONFORME A ORDEM DE FORNECIMENTO E O PAGAMENTO SERÁ CONFORME A QUANTIDADE ENTREGUE CONSTANTE EM CADA NOTA FISCAL EMITIDA A ESTA PREFEITURA.

6.4 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos produtos entregues a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

6.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivara sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

6.5. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

6.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

6.7. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço–FGTS.

CLAUSULA SETIMA – CONTROLE DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos, podendo este órgão adotar as mesmas medidas prescritas no artigo 92, caput e seus parágrafos do Decreto Estadual nº 7.271/2010;

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

7.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

7.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

7.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.7. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido;

7.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

7.9. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

7.10. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Secretaria responsável, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado no Diário oficial do município; https://diariomunicipal.org/mt/amm/

7.11. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA - OS CASOS DE RESCISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS.

8.1 – O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

8.2 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

8.3 – Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente entrega dos materiais objeto do presente contrato;

b) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

8.4 – O presente contrato poderá ser rescindido, devendo a parte que o desejar, comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, sem a incidência de multa à parte notificante, pela ocorrência das seguintes situações:

a) Amigável – de um acordo entre as partes reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.5 – Pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, pelas partes contratantes, com pagamento de multa pela parte culpada no valor equivalente a 10% (dez por cento) do total do contrato;

CLÁUSULA NONA – O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO, EM CASO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO ART. 77 DESTA LEI.

9.1 – A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei Nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

10.1 – O contratado (a) deverá manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

11.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

11.1.2. Ficará designado(a) pela secretaria solicitante servidor(a) para ser fiscal do contrato.

CLASULA DECIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 04 de Junho de 2019.

_____

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E

PRODUTOS HOSPLS LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____.

NOME:

RG;

CPF;

02)_____.

NOME:

RG:

CPF

LICITAÇÃO
CONTRATO N.º 062/2019 - DISPENSA DE LICITAÇAO 025/2019

CONTRATO N.º 062/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MONTAGEM DE MÓVEIS.

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado, o Município de Santo Antônio do Leste-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217. 362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT ***CONTRATANTE***, e do outro lado, **KARIMI SOUZA MOURA – CPF: 046.106.021-30** com sede na Rua Campo Grande, Quadra 06, lote10, bairro: Jardim Bem Viver – Santo Antônio do Leste/MT - CEP: 78628-000, doravante denominada simplesmente ***CONTRATADA***, tem justo e contratado o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

01.1. O presente contrato tem por objeto a **Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de montagem e instalação de móveis na Secretaria Municipal de Saúde.**

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

02.1. O regime de execução a ser utilizado será o de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. Este contrato se fundamenta na dispensa de licitação nº 025/2019, e se consubstancia nos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 8.884/94 e suas alterações posteriores e nas convenções estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

04.1. O valor total da prestação de serviços, objeto do presente contrato é de R$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

04.2. A Administração se obriga a fazer o pagamento em até 30 (trinta) dias após a e emissão da nota fiscal atestada pelo departamento competente.

04.3. Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas e certidões negativas vigentes (Certidão+ negativa conjunta federal, certidão negativa de débitos trabalhistas, certidões negativas de débitos estaduais, certidão de regularidade do FGTS e certidão negativa municipal).

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

05.1. O prazo de vigência do presente contrato iniciará com a assinatura do presente instrumento e com término em 09 de agosto de 2019.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

06.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Fundo Municipal de Saúde

Ficha 125

Manutenção e encargos da Secretária de Saúde.

05.10.122.5016.2159.3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Fundo Municipal de Saúde

Ficha 166

Manutenção e encargos com PSF.

05.10.301.5017.2162.00003.3.90.36.00– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Fundo Municipal de Saúde

Ficha 269

Manutenção e encargos com o Pronto Atendimento.

05.10.302.5018.2168.00003.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Fundo Municipal de Saúde

Ficha 141

Manutenção e encargos com a Central de Regulação.

05.10.122.5016.2161.00003.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

7.1.1. Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do serviço ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu serviço, nos limites permitidos por esta Lei;

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1. **As penalidades contratuais serão efetuadas por meio de advertência verbal ou escrita, multas, restrições do contrato, declaração de idoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, de acordo com o capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.**

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A contratada deverá arcar com todas as despesas decorrentes do objeto a ser executado, correndo por sua conta exclusiva à utilização de fer-

ramentas, instrumentos, pessoal e materiais necessários à completa e perfeita execução do respectivo objeto

9.2. A contratada deverá ainda:

9.2.1. Utilizar única e exclusivamente pessoal habilitado na execução do objeto a ser licitado, devidamente registrado na CTPS ou em caso de terceiros, exigir o cumprimento das obrigações legais, assumindo, solidariamente, os riscos e eventuais danos que vierem a ocorrer, respondendo exclusivamente por todo o pessoal contratado, não restando a esta administração pública municipal, qualquer responsabilização;

9.2.2. Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas com as pessoas envolvidas na execução do objeto, que não terão qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, estando esta livre de quaisquer encargos e / ou responsabilidades;

9.2.3. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham causar ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT ou a terceiros;

9.2.4. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação.

9.2.5. Cumprir todas as normas vigentes e pertinentes à execução do objeto, inclusive as inerentes à segurança;

CLÁUSULA DECIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto contratado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA; DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.**1** – A execução deste contrato será fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198.

11.2. O servidor designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de: fiscalizar e atestar a prestação de serviços, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato; comunicar eventuais falhas ou contratempos, cabendo à Contratada adotas as providências necessárias; garantir à Contratada toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados ao objeto desta dispensa; emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

11.3 - A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. A rescisão do presente contrato ocorrerá nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, podendo ser rescindido a qualquer tempo, bastando para isso que qualquer parte notifique a outra com antecedência de 10 (dez) dias, responsabilizando-se a CONTRATADA a pagar pela locação realizada até àquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O contratado não poderá transferir ou ceder em parte a objeto deste contrato.

13.2. Este contrato poderá ser aditado de comum acordo pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato. Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 12 de Junho de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

KARIMI SOUZA MOURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____

NOME

RG.

CPF.

02)_____

NOME

RG.

CPF.

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇAO - PREGAO ELETRONICO 009/2019

Ato de homologação

pregão ELETRÔNICO Nº **009/2019**

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de relógio ponto biométrico e bobinas térmicas, incluindo o fornecimento e instalação de software de gestão de frequência e gerenciamento do relógio e treinamento, para controle de horário de expediente de funcionários das diversas secretarias municipais.Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: VELTI TECNOLOGIA SISTEMAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 05.734.665/0001-42 com o valor total dos itens de R$ 30.819,00 (trinta mil oitocentos e dezenove reais).

Santo Antônio do Leste - MT, 12 de junho de 2019.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

LICITAÇÃO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 063/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 063/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019

"QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT E DE OUTRO, A EMPRESA WN CONSTRUÇOES LTDA-ME, NAS CONDIÇÕES ABAIXO E SEGUINTES."

01- DAS PARTES

1.1- **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT**, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste/MT, doravante denominado, simplesmente, CONTRATANTE;

1.2- **WN CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, inscrito no CNPJ sob o n.º 19.699. 306/0001-06, com sede na TV Professor Joaquim Marques, nº 63, Lixeira, situado na cidade de Cuiabá, neste ato representado por sua sócia proprietária Sra. Nedir de Miranda Gomes, brasileira, viúva, portadora do RG n. º 037668 – SSP/MT e do CPF n.º 074.081.291-20, Doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

1.2-

02- DO SUPORTE LEGAL

2.1- Este Contrato de Prestação de Serviço se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94 e ainda Lei Complementar n.º 123/2006 e Licitação TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2019 do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta, em regime de EMPREITA POR PREÇO GLOBAL, Processo Administrativo n.º 043/2019 e convenções estabelecidas neste Instrumento, bem como nas normas inerentes à matéria e ainda na homologação do Prefeito no dito certame, datada de 12/06./2019.

03- DO OBJETO

3.1- **Contratação de empresa especializada na execução do pórtico de entrada da cidade de Santo Antônio do Leste/MT,** CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, Planilha Orçamentária Padrão, cronograma físico-financeiro e Memorial Descritivo, constantes do Processo Licitatório TOMADA DE PREÇO N.°003/2019;

3.2- Para a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, deverá a CONTRATADA obedecer.

Às instruções e normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Ministério da Saúde.

04- DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1- Os serviços serão executados de conformidade com os termos da Licitação, TOMADA DE PREÇO N.°003/2019, do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta, em regime de **EXECUÇÃO INDIRETA**, nos termos estatuídos pelo Artigo 6°, Inciso VIII, alínea "e" da Lei Federal n.º 8.666/93.

05- DO FATO GERADOR CONTRATUAL

5.1- O presente Instrumento Contratual foi firmado em decorrência do Despacho Homologatório e Adjudicatório pelo Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste -MT, em 12/06/2019, concernente à Licitação instaurada na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2019, Processo Administrativo n.º 043/2019 e de conformidade com os ditames da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

06- DO VALOR

6.1- O menor preço para a execução dos serviços objeto deste Contrato corresponde ao valor de **R$ 438.147,96** (quatrocentos e trinta e oito mil centos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos**).**

07- DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1- As despesas decorrentes deste procedimento correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete da secretaria municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Construção, Ampliação, Reforma de um portal da cidade

02.09.15.452.5011.1047.0000.4.4.90.51.00 – Obras e instalações

Recursos Próprios

7.2- Se for o caso, nos exercícios subsequentes, as despesas, em referência, poderá correr à mesma conta ou àquela correspondente que for destinada a custear este tipo de despesa pela CONTRATANTE.

08- DO PRAZO

8.1- O PRAZO para a execução dos serviços, objeto deste Contrato, será de 120 (cento e vinte) dias, com início nesta data (12/06/2019) e término em (08/11/2019), podendo ser prorrogado se necessário, somente mediante Aditivo Contratual, nos termos estabelecidos pela Lei Federal n.º 8. 666/93 e alterações posteriores;

8.2- O prazo para início dos serviços será de no máximo até 10 (dez) dias úteis após a data da emissão da respectiva Ordem de Serviço;

8.3- Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação mantida às demais Cláusulas do Contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram alguns dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

a) Alteração do projeto executivo dos serviços ou especificações, pela Administração;

b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

c) Interrupção de execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem e no interesse da Administração;

d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei;

e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

f) Omissão ou atraso de providências a cargo da administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

09- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1- Condições de pagamento: A PROPOSTA COMERCIAL deverá conter obrigatoriamente o valor unitário e global, conforme Planilha Orçamentária Padrão (ANEXO I);

9.2- No preço ofertado deverão estar incluídos os custos de reposição de material, bem como seguros pessoais e danos a terceiros, além do cumprimento de todas as obrigações que a legislação pertinente impõe sem quaisquer ônus ou solenidade por parte da Administração Municipal, ainda deverá incluir quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste Edital pertinentes ao aludido objeto;

9.3 – Os pagamentos das medições ficarão condicionados à disponibilidade financeira de conta bancária.

9.4- Os pagamentos serão efetuados conforme medições, em até 14 (catorze) dias contados da data de emissão da nota fiscal/fatura, condiciona-

dos a Ordem de Serviços, aos repasses financeiros, medições devidamente atestadas pelo Departamento de Engenharia desta Prefeitura e comprovação dos seguintes pagamentos/regularidades:

a) Certidão Negativa da Previdência Social e FGTS.

b) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, sede do Município onde será executado os serviços;

c) Comprovante de pagamento de todos os encargos trabalhistas dos funcionários alocados na execução dos serviços;

d) Cópia do Diário de Registro de Serviços devidamente atualizado;

10- DO REAJUSTAMENTO

10.1- Os preços para a prestação dos serviços em referência serão fixos e não sofrerão reajuste durante a vigência deste Contrato, de acordo com os termos estabelecidos pela legislação vigente e atinente à matéria, ressalvados os casos estipulados neste contrato e se houver desequilíbrio econômico – financeiro do contrato devidamente justificado;

10.2- No caso de prorrogação do Contrato de Prestação de Serviço, só poderá haver reajuste, se existir acordo entre as partes, nunca contrariando, qualquer que for algum índice oficial estabelecido pelo Governo Federal.

11- DAS PENALIDADES

11.1- Pelo INADIMPLEMENTO TOTAL ou PARCIAL do presente Contrato, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, a critério do CONTRATANTE, garantida a prévia defesa:

11.1.1- Advertência;

11.1.2- Multas;

11.1.3- Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses;

11.1.4- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE.

12- MULTAS

12.1- Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado, ou ainda situações que o CONTRATANTE caberia obviar, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes multas:

a) Por dia que exceder o prazo de entrega dos serviços, 0,0l% (um centésimo por cento) do valor atualizado do contrato;

b) Multas variáveis de 1% (um por cento) do valor atualizado do contrato:

b.1) – Se a entrega dos serviços não atender o andamento de acordo com Cronograma;

b.2) - Se não efetuar a entrega do objeto deste instrumento, de acordo com as normas, manuais, instruções e especificações contidas no Memorial Descritivo;

12.2- As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas:

12.2.1- A CONTRATADA terá o limite de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação da penalidade no órgão oficial, para recolher a multa aos cofres do Município;

12.2.2- Os recursos contra a multa aplicada deverão ser feitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, nas condições do Artigo 109, Inciso I, alínea "f" da Lei Federal n.º 8.666/93.

13- DA RESCISÃO

13.1- Constitui motivo para rescisão deste Contrato os Incisos de I a XVII do Artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8. 883/94;

13.2. - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

a) Amigável - por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

b) Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerado nos Incisos I a XII e XVII do Artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93;

c) Judicial - nos termos da Legislação Processual.

14- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1- O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do Artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, de comum acordo entre as partes e somente mediante aditivo contratual e, em especial nos casos abaixo:

I - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 8.666/93;

14.2- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

14.3- Quaisquer tributos ou encargos criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;

14.4- Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos preceituados pelo § 6° do Artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93;

14.5- As alterações do valor do contrato, decorrente de modificação de quantitativos previstos, revisão de preços bem como a prorrogação de prazos e o seu desequilíbrio financeiro, serão formalizadas pôr lavraturas de Termo de Aditamento, pôr acordo das partes, conforme disposição legal contida no artigo 65 e seus incisos e parágrafos da Lei Federal n.º 8.666/93.

15- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1.1 Executar os serviços objeto deste contrato seguindo rigorosamente os projetos e suas especificações e demais condições estipuladas, em observância à melhor técnica vigente, enquadrando-se dentro dos preceitos normativos da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, com zelo e diligência;

15.1.2 Manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental;

15.1.3 Providenciar as liberações provisórias, definitivas e necessárias nas concessionárias, bem como no Corpo de Bombeiros, no CREA/CAU e em todos os demais órgãos fiscalizadores, arcando com todas as despesas decorrentes;

15.1.4 Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços;

15.1.5 Fornecer todos os materiais indispensáveis à boa execução dos serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas e Projetos Básico e/ou Executivo, assumindo as despesas referentes a transportes, cargas, descargas e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora do local dos serviços, devendo os materiais empregados serem de primeira qualidade, não sendo aceitos complementos com outras características;

15.1.6 Responsabilizar-se por todas as demolições e remoções necessárias, recomposições de pavimentos, revestimentos, deslocamento de tu-

bulações e outros, porventura foram executados fora das especificações, com vícios e/ou defeitos;

15.1.7 Garantir qualidade, correção e segurança dos serviços executados, contados a partir da data da entrega do Termo de Recebimento Definitivo;

15.1.8 Cumprir a legislação e as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados e os de seus subcontratados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço;

15.1.9 Executar sob sua responsabilidade todas as instalações provisórias, alojamentos, refeitórios, banheiros, almoxarifado, depósitos, escritório para fiscalização e escritório para administração e todas as ligações provisórias (luz, água, esgoto, telefone e etc.), destinados ao atendimento das necessidades durante a execução dos serviços;

15.1.10 Providenciar no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do presente instrumento, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no CREA/CAU/MT, bem como o competente registro no INSS, podendo a **CONTRATANTE** solicitar, a seu critério e a qualquer tempo, as respectivas comprovações;

15.1.11 Entregar, se houver Termo de Garantia dos equipamentos fornecidos, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, a contar da data do respectivo Termo de Recebimento Definitivo. A garantia incluirá mão de serviços e substituição de peças ou materiais, transporte e hospedagem, desde que não fique caracterizado o uso inadequado por parte do usuário;

15.1.12 Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimentos contratados;

15.1.13 Providenciar a aprovação nos órgãos competentes de todas as alterações que possam vir a ser feitas no projeto original, arcando com os custos correspondentes;

15.1.14 Responsabilizar-se por qualquer dano ou destruição que os serviços executados venham a sofrer até a definitiva aceitação pela **CONTRATANTE**, bem como por indenizações que possam ser devidas a terceiros, por fatos oriundos dos serviços e fornecimentos contratados mesmo que ocorridos na via pública;

15.1.15 Arcar se necessário for, com os custos de vigilância noturna e/ou diurna dos equipamentos, produtos e materiais postos em depósito para execução dos serviços, não cabendo à **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade sobre perdas decorrentes de roubo, furto ou quaisquer outros fatos que possam vir a ocorrer;

15.1.16 Manter no local de execução dos serviços, "**DIÁRIO DE REGISTRO DE SERVIÇOS**", com folhas triplas, devidamente numeradas e assinadas pelas partes, onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos, tais como, indicações técnicas, início e término das etapas dos serviços, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, assuntos que requeiram providências das partes, eventuais irregularidades, etc.

15.1.17 Depois de concluído cada **DIÁRIO DE REGISTRO DE SERVIÇOS**, uma via será entregue à fiscalização, outra à empresa contratada e o original deverá ser entregue à Supervisão Administrativa para conhecimento e posterior arquivamento, com vistas a compor o processo e servir como documento-base para dirimir dúvidas e quaisquer reivindicações futuras;

15.1.18 Promover o afastamento, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, após o recebimento da notificação, de quaisquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da Fiscalização;

15.1.19 Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, inclusive previdenciária, e à capacidade técnica e operativa;

15.1.20 Assumir os encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados para executar os serviços objeto do presente contrato, assim como por tudo mais quanto às leis sociais e trabalhistas lhes assegurem, inclusive 13º salário, aviso prévio, indenizações etc.

15.1.21 Fornecer sempre que solicitado pela **CONTRATANTE,** comprovante de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução deste contrato;

15.1.22 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

15.1.23 Não **CAUCIONAR** ou utilizar, sob pena de rescisão contratual, o contrato para qualquer operação financeira sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**;

15.1.24 Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, falta ao serviço, greve e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, relação de emprego com o Município de Santo Antônio do Leste - MT, sendo de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** as despesas com todos os encargos e obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, a qual se obriga a saldar na época devida, ficando ciente o contratado de que a falta de registro de seus empregados será causa suficiente para rescisão unilateral do contrato;

15.1.25 Se for o caso, arcar com todas as despesas decorrentes dos serviços prestados pelas concessionárias de serviços públicos;

15.1.26 Consultar a Fiscalização, a qual caberá parecer definitivo, em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações ou desenhos;

15.1.27 Comunicar à Fiscalização os serviços concluídos para aprovação, e, ainda, a ocorrência de qualquer irregularidade imprevista detectada, bem como as providências a serem tomadas;

15.1.28 Providenciar autorização junto ao órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via, sempre que for necessário a realização dos serviços que possam interromper ou perturbar o livre trânsito de veículos e/ou pedestres ou que possam oferecer perigo à segurança pública;

15.1.29 Manter, permanentemente, no canteiro de serviços um engenheiro, pertencente ao quadro da empresa, responsável pela execução dos serviços contratados, o qual será o elemento de contato entre a CONTRATADA e a Fiscalização da CONTRATANTE. Em sua ausência, a CONTRATADA deverá indicar outro engenheiro, que passará a responder pelos serviços, desde que aprovado pela fiscalização;

15.1.30 Arcar com o ônus das adaptações, em caso de possíveis incorreções, indefinições, omissões, vícios e/ou defeitos, resultantes dos Projetos fornecidos, uma vez que será considerada altamente especializada nos serviços em questão, devendo incluir no valor global da proposta, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos Projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos;

15.1.31 Arcar com os custos de testes necessários a comprovação da qualidade de materiais postos nos serviços, bem como dos serviços prestados pela **CONTRATADA** ou se for o caso pela empresa subcontratada.

15.1.32 Providenciar a correção das possíveis falhas do Projeto com o seu executor;

15.1.33 Submeter para análise e aprovação prévia da Administração, quaisquer substituições do (s) profissional (is) responsável (eis) técnico (s) pelos Serviços.

15.1.**34 Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;**

15.1.3.5 Manter atualizado o endereço, e-mail, e telefone, tanto do Preposto indicado pela empresa, quanto do profissional responsável pela execução da obra;

15.1.35.1 Manter o Diário de Registro de Serviços devidamente atualizado;

15.1.36 O entulho gerado com a execução dos serviços deverá ser retirado pela empresa, e seu custo deverá estar contido na planilha de orçamento;

15.1.37. Será de inteira responsabilidade da Contratada, as despesas com pessoal, impostos, alimentação, transporte e material etc.

15.1.38. Acatar as determinações do Fiscal da Contratante;

15.1.39. Aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido em Lei;

15.1.40. A empresa deverá verificar com a Administração do Município o local para caçamba de "bota-fora" e outro material de grande volume que for necessário estocar;

Parágrafo Único: A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos prédios.

15.1.41. Para fins de emissão da ordem de serviço a contratada será convocada, e terá o prazo de 05 (cinco) dias para participar da **Reunião de Início de Obra** na sede da prefeitura, devendo a empresa estar representada pelo representante legal e o profissional responsável pela execução da obra, participará também desta reunião o Fiscal do Contrato, e será elaborada a ata da reunião.

16-DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

16.2.1 Efetuar os pagamentos decorrentes deste contrato nos termos e condições avençadas;

16.2.2 Fiscalizar, através de pessoa previamente designada, a execução do Contrato;

16.2.3 Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto deste Contrato;

16.2.4 Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso;

16.2.5 Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

16.2.6 Permitir o livre acesso dos funcionários da empresa ao local dos trabalhos;

16.2.7 Responsabilizar-se pelas licenças necessárias.

17- DA FISCALIZAÇÃO

Ficará responsável pela fiscalização deste Contrato servidor (a) público (a) municipal desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, Sr. Aminadalb Alves de Souza Junior, nomeado como FISCAL DE CONTRATOS por meio da Portaria nº. 359/2018, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso das aquisições, que de tudo dará ciência à Administração, conforme art. 67, da Lei nº 8.666/93, com suas ulteriores alterações.

18- DA VINCULAÇÃO

18.1- O presente Contrato de Prestação de Serviço vincula-se ao Processo Administrativo n.º 043/2019, TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2019 e seus anexos, bem como a proposta apresentada, pelos vencedores do certame.

19- DO DOMICÍLIO E FORO

19.1- As partes elegem como domicílio legal, o Foro da Comarca de Primavera do Leste - MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja, desde que não possam ser resolvidas amigavelmente.

20- DA ASSINATURA

20.1- E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes que aceitam as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n.º 8.883/94, bem como as demais normas complementares, assinando este Contrato n.º 063/2019 em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste– MT, 12 de junho de 2019.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

WN CONSTRUÇÕES LTDA-ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

NOME:

RG Nº:

_____

NOME:

RG N°:

JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 735/2019 DE 12 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre autorização para efetuar Transposição, Remanejamento ou Transferências de Recursos dentro do Orçamento Programa de 2019 e dá outras providências.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal, autorizado a efetuar por decreto no orçamento programa do corrente exercício, transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, e de uma unidade orçamentária para outra, dentro do orçamento do exercício de 2019.

Parágrafo Único – A transposição, remanejamento ou transferência citada no "caput" deste artigo, será de 10% (dez por cento) do total previsto para o exercício financeiro de 2019.

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 12 DE JUNHO DE 2019

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - CANCELAMENTO DA CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÕES

ATA DE CANCELAMENTO DAS ELEIÇÕES DO PLEITO 2019/2023. DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT (SISPUMSFA)

Às 16:00 do dia 10 de junho de 2019, na da comissão eleitoral, localizada na sala anexa da prefeitura municipal, na Avenida Araguaia, 248, São Félix do Araguaia-MT, a Comissão eleitoral da Eleição 2019 do SISPUMSFA,

após análise e devido as inconsistências encontradas no Estatuto do Sindicato, resolve Cancelar o ato de convocação das eleições 2019, conforme consta do Edital de Eleições Sindicais, publicado no - "DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO IOMAT" edição N.º 27516 do dia 03 DE JUNHO 2019, pagina N.º 85, para que seja corrigido as inconsistência encontradas no Estatuto. O Presidente da Comissão Eleitoral, no uso de suas atribuições legais e estatutárias a seguir encerrou a presente ata, que vai devidamente assinada.

Comissão eleitoral da Eleição 2019 do SISPUMSFA

Comissão Eleitoral 2019 SISPUMSFA Comissão Eleitoral 2019 SISPUMSFA

Comissão Eleitoral 2019 SISPUMSFA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
1º ADITIVO - CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 078/2018, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: FRAILAN PEREIRA DE NOVAES, Brasileiro, Convivente, Gestor Ambiental, residente e domiciliado na Av José Antônio dos Santos, nº 598 - Próximo ao Campo e DAE - CEP 78.670-000 - Jardim Zumbi, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 049.432.025-78 e Identidade nº 13.013.901-78 - SSP-BA, inscrito no PIS/PASEP sob nº 1.606.198.255-1, nascido no dia 26/11/1987

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 078/2018

CONTRATO emitido em 2 de maio de 2018, com VIGÊNCIA de 1 ano, iniciando em 02 de maio de 2018 e terminando em 02 de maio de 2019, com CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para um REMUNERAÇÃO MENSAL de R$ 1.372,88 (mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

DATA DE EMISSÃO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL: 02 de maio de 2019

PRAZO DA NOVA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: DE 02 de maio de 2019 A 30 de junho de 2019 → 1 mês e 28 dias

CARGA HORÁRIA NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL NA VIGÊNCIA DO 1º ADITIVO: R$ 1.372,88 (mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos)

FUNÇÃO: AGENTE DE MANUTENÇÃO (AJUDANTE DE PEDREIRO), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **2/2019**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: MARCOS S BIUDES, CNPJ nº 08.257.279/0001-03, no valor TOTAL DOS ITEM de R$ 1.844,20 (Um Mil, Oitocentos e Quarenta e Quatro Reais, e Vinte Centavos.), Pessoa Jurídica 2ª vencedora: M N DE OLIVEIRA FILHO EIRELI ME, CNPJ nº 15.156.053/0001-73, no valor TOTAL DOS ITEM de R$ 13.183,70 (Treze Mil Cento e Oitenta e Três Reais e Setenta Centavos.), Pessoa Jurídica 3ª vencedora: MOVEIS E CIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ nº 16.751.957/0001-00, no TOTAL DOS ITEM de R$ 2.075,50 (Dois Mil, Setenta e Cinco Reais, e Cinquenta Centavos.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 12 de Junho de 2019.

Arivaldo Medeiros de Santana

Prefeito Municipal

Maria Irandi Duarte

Presidente/Licitação

SECRETARIA DE GABINETE
ATA 004/2019 – AUDIENCIA PÚBLICA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019 - PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, as dezesseis horas, reuniu-se no Plenário da Câmara Municipal "Antônio Agnelo Medeiros", sito na Rua Castelo Branco, centro, neste Município, atendendo a convocação do Senhor Prefeito, em conformidade com o artigo 48, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal LC 101/2000, com divulgação no diário Oficial do Município AMN-MT, edição 2964, do dia 24 de abril de 2018, e também divulgada no sitio eletrônico desta Prefeitura Municipal, e afixada em mural na Sede deste poder Executivo e demais repartições administrativa me Câmara Municipal, realiza-se a audiência pública para discutir e elaborar o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020. A audiência foi aberta e presidida pelo Assessor Contábil desta Prefeitura Municipal Senhor José Carlos que iniciou explicando sobre o Projeto de Lei (LDO) e as atividades de cada Secretaria. Enfatizou que, dentre outros, a LDO tem objetivos de: Planejar as ações Públicas e as Distribuições dos recursos, focar nos resultados esperados e manter os equilíbrio das contas públicas, onde despesas fixadas e receitas programadas. No quadro de Receitas foi demonstrado que o maior volume de arrecadação advém de transferência da união, no entanto grande parte destes recursos tem finalidade específica para as áreas da Educação, Saúde e Assistência Social, o que resta é utilizado com folha de pagamento e manutenção da estrutura pública. Na sequência foram demonstradas as principais ações previstas para o exercício de 2019 em cada órgão da Administração Publica fazendo o detalhamento de cada ação e programa e as metas para o ano de 2020 de cada secretaria municipal, enfatizou que o valor total da LDO para o ano de 2020 é de R$ 18.832.596,05 (dezoito milhões oitocentos e trinta e dois mil e quinhentos e noventa e seis reais e cinco centavos). Foi aberto para questionamento e perguntas para os presentes na audiência. Nada mais havendo a tratar o Senhor Carlos Agradeceu a presença de todos presentes, assim deu por encerrada a audiência, sendo a presente ata lavrada por mim, Luciene Leite da Silva Freitas, segue assinada por mim e os demais presentes na lista de Presença que é parte integrante desta ata.

SECRETARIA DE GABINETE
ATA 001 DA AUDIENCIA PÚBLICA SEXTO BIMESTRE E DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2018:

No dia doze do mês de **fevereiro** do ano de dois mil e dezenove, no plenário da Câmara Municipal de São José do Povo, estado de Mato Grosso, o Sr. José Carlos Oliveira Santos, consultor contábil do Município de São José do Povo – MT apresentou aos presentes os dados da prestação de contas em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, informando a Receita Arrecadada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga, Restos a Pagar Processados e Não Processados, Transferências Financeiras Repassadas ao Poder Legislativo, Demonstrativo de Saldo

Bancários, e, os índices que foram aplicados na Educação, Saúde, Fundeb-60% e limite com pessoal e encargos sociais e demais dados do **exercício de 2018 (Janeiro a Dezembro)**, conforme descrição abaixo:

- RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA R$. 13.484.350,18

RECEITAS CORRENTES R$. 13.484.350,18

Receita Tributária R$. 685.802,92

Receita de Contribuições R$. 65.656,52

Receita Patrimonial R$. 219.340,68

Receita de Serviços R$. 247.254,88

Transferências Correntes R$. 14.208.290,82

Outras Receitas Correntes R$. 17.752,64

(-) Deduções da Receita – FUNDEB R$. (1.959.748,28)

- RECEITAS DE CAPITAL R$. 538.235,48

Alienação de Bens R$. 0,00

Transferências de Capital R$. 538.235,48

TOTAL GERAL ARRECADADO R$. 14.022.585,66

RECEITA ORÇADA R$. 14.492.492,97

DEFICIT ORÇAMENTÁRIO R$. (469.907,31)

- RECEITAS DO FUNPREV

- RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS R$. 1.168.744,37

Receitas de Contribuições R$. 355.524,60

Receita Patrimonial R$. 12.630,85

Outras Receitas Correntes R$. 9.227,20

Receitas Correntes Intraorçamentarias R$. 791.361,72

Outras Rec. Corr. Intraorçamentarias R$. 0,00

TOTAL GERAL ARRECADADO R$. 1.168.744,37

RECEITA ORÇADA FUNPREV R$. 1.600.000,00

DEFICIT ORÇAMENTÁRIO R$. (431.255,63)

Receita Arrecadada até DEZEMBRO de 2018 que serve de base de cálculo para a Educação e Saúde:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR R$.
11000000000000	**IMPOSTOS**	**588. 299,76**
11130311010000	IRRF s/Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos	113. 140,59
11130341010000	IRRF – Outros Rendimentos – Principal – Poder Executivo	17. 262,40
11180111000000	Imposto s/Propriedade Pred. Terr. Urbana - Principal	49. 645,91
11180112000000	Imposto s/Propriedade Pred. Terr. Urbana – Multas e Juros	205,63
11180113000000	Imposto s/Propriedade Pred. Terr. Urbana –Dívida Ativa	2.346,56
11180114000000	Imposto s/Prop.Pred.T.Urbana – Dív. Ativa Multas e Juros	621,53
11180141000000	Imposto s/Trans. Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direito	254. 249,73
11180231010000	Imposto s/Serviços de Qualq.Natureza–Principal - Arrecada	150. 827,41
	TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS-FEDERAL	**7.245. 607,81**
17180121000000	Cota-Parte do Fundo de Partic.Municípios – Cota Mensal	6.786. 346,79
17180141000000	Cota-Parte do Fundo de Partic.Municipios – 1%	281. 488,08
17180151000000	Cota-Parte do Imposto s/Prop.Territorial Urbana-Principal	166. 820,54
17180611000000	Transferência Financ.do ICMS-Deson. LC 87/96-Principal	10. 952,40
	TRANSFERENCIAS CONSTITUCION.-ESTADUAL	**3.143. 375,21**
17280111000000	Cota-Parte do ICMS - Principal	3.019. 842,43
17280121000000	Cota-Parte do IPVA - Principal	123. 532,78
	RECEITA BASE DE CALCULO DA EDUCAÇÃO	**10.977. 282,78**
	Valor a Ser Aplicado na Educação (25%)	**2.744. 320,70**
	Valor a Ser Aplicado na Saúde (15%)	**1.646. 592,42**

FONTE: 01 – Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada 02 - Demonstrativo das Despesas por Dotação Orçamentária;

03 - Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica – Liquidada;

04 – Extrato de Conta Corrente – Fundo Municipal de Saúde.

- EDUCAÇÃO 25%:

- Despesas Liquidadas até **DEZEMBRO/2018.** R$. 1.742.414,54

- Dedução p/Fundeb R$. 1.959.748,28

SOMA R$. 3.702.162,82

- (-) Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação R$. (487.990,05)

- (-) Auxilio Transporte Escolar-Estado R$. (3.649,93)

- (-) Receita do Fethab – Seduc R$. (255.940,50)

SOMA R$. (747.580,48)

TOTAL APLICADO R$. 2.954.582,34

PERCENTUAL APLICADO 26,92%.

- SAÚDE 15%:

- Despesas Liquidas até DEZEMBRO/2018. R$. 2.952.240,63

- Saldos Bancários – Extrato de Conta Corrente R$. 786.741,33

TOTAL R$. 3.738.981,96

- (-) SUS – FEDERAL R$. (567.202,42)

- (-) SUS – ESTADUAL R$. (594.806,33)

- (-) CONVÊNIO - SUS R$. (399.820,06)

(-) SOMA R$. (1.561.828,81)

TOTAL APLICADO R$. 2.177.153,15

PERCENTUAL APLICADO 19,83%.

- FUNDEB 60%:

- Receita Arrecadada até DEZEMBRO/2018. R$. 1.026.780,79

- Despesas Pagas até **dezembro** R$. 1.036.599,79

PERCENTUAL APLICADO 100,96%.

- DESPESAS C/PESSOAL:

- RCL- Receita Corrente Liquida R$. 13.484.174,10

- Limite Máximo Permitido (54%) R$. 7.281.454,01

- Despesas Liquidadas c/Vencimentos e Encargos R$. 6.582.496,43

PERCENTUAL APLICADO 48,82%.

O mínimo exigido com aplicação na Educação pela Constituição Federal é de 25%. Aplicado 26,92%. SITUAÇÃO REGULAR.

Na área da Saúde o mínimo a ser aplicado é 15%. Aplicado 19,83%. SITUÇÃO REGULAR.

O percentual com Pessoal encontra-se dentro do limite permitido, obedecendo assim a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal que é de 54%. Aplicado 48,82%. SITUAÇÃO REGULAR.

No Fundeb o percentual mínimo é de 60% e, o percentual aplicado atinge o percentual de 100,96% estando de acordo com a Lei de Diretrizes Básica da Educação e Constituição Federal/88. SITUAÇÃO REGULAR.

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA, CONFORME ANEXO 10 DA LEI Nº. 4.320/64: EXERCÍCIO DE 2018.

ESPECIFICAÇAO	RECEITA ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	RECEITA A ARRECADAR
RECEITAS CORRENTES	15.925.206,06	15.444.098,46	(481.107,60)
RECEITAS DE CAPITAL	557.532,71	538.235,48	(19.297,23)
(-) DEDUÇÕES PARA O FUNDEB	(1.990.245,80)	(1.959.748,28)	30.497,52
TOTAL GERAL	14.492.492,97	14.022.585,66	469.907,31

Informamos o Comportamento da Receita Total Arrecadada; Despesa Empenha e Liquidadas no **Exercício/2018:**

Receita Arrecadada	Despesas Empenhadas	Diferença
14.022.585,66	(12.551.298,80)	1.471.286,86
Receita Arrecadada	Despesas Liquidadas	Diferença
14.022.585,66	(12.495.730,84)	1.526.854,82

A Receita Arrecada é MAIOR (SUPERÁVIT) que a Despesa Empenhada no valor de R$. 1.471.286,86 (um milhão quatrocentos e setenta e um mil e duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos); *Gerando um Equilíbrio Orçamentário obedecendo a LC nº 101/2000*. A Receita Arrecadada é MAIOR (SUPERAVIT) que a Despesa Liquida em R$. 1.526.854,82 (um milhão quinhentos e vinte e seis mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA, CONFORME ANEXO 10 DA LEI Nº. 4.320/64: EXERCÍCIO DE 2018 – PREVIDÊNCIA PRÓPRIA.

ESPECIFICAÇAO	RECEITA ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	RECEITA A ARRECADAR
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	340.300,00	355.524,60	15.224,60
RECEITA PATRIMONIAL FUNPREV	600.100,00	12.630,85	(587.469,15)
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	659.100,00	791.361,72	132.261,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	500,00	9.227,20	8.727,20
TOTAL GERAL	1.600. 000,00	1.168.744,37	(431.255,63)

Informamos o Comportamento da Receita Total Arrecadada; Despesa Empenha e Liquidadas no **Exercício/2018 – PREVIDÊNCIA PRÓPRIA:**

Receita Arrecadada	Despesas Empenhadas	Diferença
1.168.744,37	1.301.042,08	(132.297,71)
Receita Arrecadada	Despesas Liquidadas	Diferença
1.168.744,37	1.301.042,08	(132.297,71)

A Receita Arrecada da Previdência Própria é MENOR (DEFICIT) que a Despesa Empenhada e Liquida no valor de R$. 132.297,71 (cento e trinta e dois mil e duzentos e noventa e sete reais e setenta e um centavos);*Gerando um desequilíbrio Orçamentário, desobedecendo a LC nº 101/2000*.

Despesas Orçamentárias Pagas no Exercício R$. 12.099.241,95 (doze milhões noventa e nove mil e duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos).

Despesas a Pagar Processadas no valor de R$. 396.488,89 (trezentos e noventa e seis mil e quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos) e Não Processadas de R$. 297.567,96 (duzentos e noventa e sete mil e quinhentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos), totalizando o valor de R$. 694.056,85 (seiscentos e noventa e quatro mil e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos).

Amortização e Encargos com a Dívida Pública do Município pagou no Principal da Divida Contratual R$. 10.447,20 (dez mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos);

Repasses financeiros ao Poder Legislativo no exercício de 2018, no valor de R$. 694.437,24 (seiscentos e noventa e quatro mil e quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Demonstrativo de Saldo Bancário no valor de R$. 2.798.524,26 (dois milhões setecentos e noventa e oito mil e quinhentos e vinte e quatro reais e vinte e seis centavos). Após as explanações foi aberta a palavra para os presentes se manifestarem. Não havendo questionamento, eu, Luciene Leite da Silva Freitas, lavrei a Presente Ata que vai por mim assinada na lista em anexo e por todos os presentes.No dia doze do mês de **fevereiro** do ano de dois mil e dezenove, no plenário da Câmara Municipal de São José do Povo, estado de Mato Grosso, o Sr. José Carlos Oliveira Santos, consultor contábil do Município de São José do Povo – MT apresentou aos presentes os dados da prestação de contas em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, informando a Receita Arrecadada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga, Restos a Pagar Processados e Não Processados, Transferências Financeiras Repassadas ao Poder Legislativo, Demonstrativo de Saldo Bancários, e, os índices que foram aplicados na Educação, Saúde, Fundeb-60% e limite com pessoal e encargos sociais e demais dados do **exercício de 2018 (Janeiro a Dezembro)**, conforme descrição abaixo:

- RECEITA ORÇAMENTÁRIA ARRECADADA R$. 13.484.350,18

RECEITAS CORRENTES R$. 13.484.350,18

Receita Tributária R$. 685.802,92

Receita de Contribuições R$. 65.656,52

Receita Patrimonial R$. 219.340,68

Receita de Serviços R$. 247.254,88

Transferências Correntes R$. 14.208.290,82

Outras Receitas Correntes R$. 17.752,64

(-) Deduções da Receita – FUNDEB R$. (1.959.748,28)

- RECEITAS DE CAPITAL R$. 538.235,48

Alienação de Bens R$. 0,00

Transferências de Capital R$. 538.235,48

TOTAL GERAL ARRECADADO R$. 14.022.585,66

RECEITA ORÇADA R$. 14.492.492,97

DEFICIT ORÇAMENTÁRIO R$. (469.907,31)

- RECEITAS DO FUNPREV

- RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS R$. 1.168.744,37

Receitas de Contribuições R$. 355.524,60

Receita Patrimonial R$. 12.630,85

Outras Receitas Correntes R$. 9.227,20

Receitas Correntes Intraorçamentarias R$. 791.361,72

Outras Rec. Corr. Intraorçamentarias R$. 0,00

TOTAL GERAL ARRECADADO R$. 1.168.744,37

RECEITA ORÇADA FUNPREV R$. 1.600.000,00

DEFICIT ORÇAMENTÁRIO R$. (431.255,63)

Receita Arrecadada até DEZEMBRO de 2018 que serve de base de cálculo para a Educação e Saúde:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR R$.
11000000000000	IMPOSTOS	588. 299,76
11130311010000	IRRF s/Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos	113. 140,59
11130341010000	IRRF – Outros Rendimentos – Principal – Poder Executivo	17. 262,40
11180111000000	Imposto s/Propriedade Pred. Terr. Urbana - Principal	49. 645,91
11180112000000	Imposto s/Propriedade Pred. Terr. Urbana – Multas e Juros	205,63
11180113000000	Imposto s/Propriedade Pred. Terr. Urbana –Dívida Ativa	2.346,56
11180114000000	Imposto s/Prop.Pred.T.Urbana – Dív. Ativa Multas e Juros	621,53
11180141000000	Imposto s/Trans. Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direito	254. 249,73

11180231010000	Imposto s/Serviços de Qualq.Nature-za–Principal - Arrecada	150. 827,41
	TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS-FEDERAL	**7.245. 607,81**
17180121000000	Cota-Parte do Fundo de Partic.Municípios – Cota Mensal	6.786. 346,79
17180141000000	Cota-Parte do Fundo de Partic.Municipios – 1%	281. 488,08
17180151000000	Cota-Parte do Imposto s/Prop.Territorial Urbana-Principal	166. 820,54
17180611000000	Transferência Financ.do ICMS-Deson. LC 87/96-Principal	10. 952,40
	TRANSFERENCIAS CONSTITUCION.-ESTADUAL	**3.143. 375,21**
17280111000000	Cota-Parte do ICMS - Principal	3.019. 842,43
17280121000000	Cota-Parte do IPVA - Principal	123. 532,78
	RECEITA BASE DE CALCULO DA EDUCAÇÃO	**10.977. 282,78**
	Valor a Ser Aplicado na Educação (25%)	**2.744. 320,70**
	Valor a Ser Aplicado na Saúde (15%)	**1.646. 592,42**

FONTE: 01 – Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada 02 - Demonstrativo das Despesas por Dotação Orçamentária;

03 - Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica – Liquidada;

04 – Extrato de Conta Corrente – Fundo Municipal de Saúde.

- EDUCAÇÃO 25%:

- Despesas Liquidadas até **DEZEMBRO/2018.** R$. 1.742.414,54

- Dedução p/Fundeb R$. 1.959.748,28

SOMA R$. 3.702.162,82

- (-) Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação R$. (487.990,05)

- (-) Auxilio Transporte Escolar-Estado R$. (3.649,93)

- (-) Receita do Fethab – Seduc R$. (255.940,50)

SOMA R$. (747.580,48)

TOTAL APLICADO R$. 2.954.582,34

PERCENTUAL APLICADO 26,92%.

- SAÚDE 15%:

- Despesas Liquidas até DEZEMBRO/2018. R$. 2.952.240,63

- Saldos Bancários – Extrato de Conta Corrente R$. 786.741,33

TOTAL R$. 3.738.981,96

- (-) SUS – FEDERAL R$. (567.202,42)

- (-) SUS – ESTADUAL R$. (594.806,33)

- (-) CONVÊNIO - SUS R$. (399.820,06)

(-) SOMA R$. (1.561.828,81)

TOTAL APLICADO R$. 2.177.153,15

PERCENTUAL APLICADO 19,83%.

- FUNDEB 60%:

- Receita Arrecadada até DEZEMBRO/2018. R$. 1.026.780,79

- Despesas Pagas até **dezembro** R$. 1.036.599,79

PERCENTUAL APLICADO 100,96%.

- DESPESAS C/PESSOAL:

- RCL- Receita Corrente Liquida R$. 13.484.174,10

- Limite Máximo Permitido (54%) R$. 7.281.454,01

- Despesas Liquidadas c/Vencimentos e Encargos R$. 6.582.496,43

PERCENTUAL APLICADO 48,82%.

O mínimo exigido com aplicação na Educação pela Constituição Federal é de 25%. Aplicado 26,92%. SITUAÇÃO REGULAR.

Na área da Saúde o mínimo a ser aplicado é 15%. Aplicado 19,83%. SITUÇÃO REGULAR.

O percentual com Pessoal encontra-se dentro do limite permitido, obedecendo assim a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal que é de 54%. Aplicado 48,82%. SITUAÇÃO REGULAR.

No Fundeb o percentual mínimo é de 60% e, o percentual aplicado atinge o percentual de 100,96% estando de acordo com a Lei de Diretrizes Básica da Educação e Constituição Federal/88. SITUAÇÃO REGULAR.

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA, CONFORME ANEXO 10 DA LEI Nº. 4.320/64: EXERCÍCIO DE 2018.

ESPECIFICAÇAO	RECEITA ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	RECEITA A ARRECADAR
RECEITAS CORRENTES	15.925.206,06	15.444.098,46	(481.107,60)
RECEITAS DE CAPITAL	557.532,71	538.235,48	(19.297,23)
(-) DEDUÇÕES PARA O FUNDEB	(1.990.245,80)	(1.959.748,28)	30.497,52
TOTAL GERAL	14.492.492,97	14.022.585,66	469.907,31

Informamos o Comportamento da Receita Total Arrecadada; Despesa Empenha e Liquidadas no **Exercício/2018:**

Receita Arrecadada	Despesas Empenhadas	Diferença
14.022.585,66	(12.551.298,80)	1.471.286,86
Receita Arrecadada	**Despesas Liquidadas**	**Diferença**
14.022.585,66	(12.495.730,84)	1.526.854,82

A Receita Arrecada é MAIOR (SUPERÁVIT) que a Despesa Empenhada no valor de R$. 1.471.286,86 (um milhão quatrocentos e setenta e um mil e duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos); *Gerando um Equilíbrio Orçamentário obedecendo a LC nº 101/2000*. A Receita Arrecadada é MAIOR (SUPERAVIT) que a Despesa Liquida em R$. 1.526.854,82 (um milhão quinhentos e vinte e seis mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA, CONFORME ANEXO 10 DA LEI Nº. 4.320/64: EXERCÍCIO DE 2018 – PREVIDÊNCIA PRÓPRIA.

ESPECIFICAÇAO	RECEITA ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	RECEITA A ARRECADAR
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	340.300,00	355.524,60	15.224,60
RECEITA PATRIMONIAL FUNPREV	600.100,00	12.630,85	(587.469,15)
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	659.100,00	791.361,72	132.261,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	500,00	9.227,20	8.727,20
TOTAL GERAL	1.600. 000,00	1.168.744,37	(431.255,63)

Informamos o Comportamento da Receita Total Arrecadada; Despesa Empenha e Liquidadas no **Exercício/2018 – PREVIDÊNCIA PRÓPRIA:**

Receita Arrecadada	Despesas Empenhadas	Diferença
1.168.744,37	1.301.042,08	(132.297,71)
Receita Arrecadada	**Despesas Liquidadas**	**Diferença**
1.168.744,37	1.301.042,08	(132.297,71)

A Receita Arrecada da Previdência Própria é MENOR (DEFICIT) que a Despesa Empenhada e Liquida no valor de R$. 132.297,71 (cento e trinta e dois mil e duzentos e noventa e sete reais e setenta e um centavos);*Gerando um desequilíbrio Orçamentário, desobedecendo a LC nº 101/2000*.

Despesas Orçamentárias Pagas no Exercício R$. 12.099.241,95 (doze milhões noventa e nove mil e duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos).

Despesas a Pagar Processadas no valor de R$. 396.488,89 (trezentos e noventa e seis mil e quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos) e Não Processadas de R$. 297.567,96 (duzentos e noventa e sete mil e quinhentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos),

totalizando o valor de R$. 694.056,85 (seiscentos e noventa e quatro mil e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos).

Amortização e Encargos com a Dívida Pública do Município pagou no Principal da Divida Contratual R$. 10.447,20 (dez mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte centavos);

Repasses financeiros ao Poder Legislativo no exercício de 2018, no valor de R$. 694.437,24 (seiscentos e noventa e quatro mil e quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Demonstrativo de Saldo Bancário no valor de R$. 2.798.524,26 (dois milhões setecentos e noventa e oito mil e quinhentos e vinte e quatro reais e vinte e seis centavos). Após as explanações foi aberta a palavra para os presentes se manifestarem. Não havendo questionamento, eu, Luciene Leite da Silva Freitas, lavrei a Presente Ata que vai por mim assinada na lista em anexo e por todos os presentes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 015/2019 – REGISTRO DE PREÇO.

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000 fone (65) 3386-1222 informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para registro de preços para **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço em recarga de toner, para atender as necessidades das secretarias do município de São José do Rio Claro-MT**. **Data de Abertura: às 13h00min, do dia 02 de julho de 2019, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10. 520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/ 06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 13h00min às 17h00-min**, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município: **www.saojosedorioclaro.mt.gov.br**. São José do Rio Claro – MT, 12 de junho de 2019. Angela Rodrigues de Matos – Pregoeiro Oficial.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 014/2019 – REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000 fone (65) 3386-1222 informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para registro de preços para **Aquisição de Madeiras, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de São José do Rio Claro – MT.**Data de Abertura: às 13h00min, do dia 28 de junho de 2019, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 13h00min às 17h00min**, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município:** www.saojosedorioclaro.mt.gov.br. São José do Rio Claro – MT, 12 de junho de 2019. Angela Rodrigues de Matos – Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 120/2019

PORTARIA Nº 120/2019

São José do Xingu – MT, 11 de junho de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu - MT, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, para exercer a função de fiscal do contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o edital de licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

FRANTHIELLE VIANA DE PAULA

o Contratos Administrativos:

§ 015/2019

Parágrafo Único - Como substituto do **Contrato 015/2019, designa-se MARIA DIVINA SILVA ARRUDA**, servidora efetiva como Auxiliar de Serviços Gerais da Secretaria Municipal de Educação, matricula 9853, que deverão atuarem nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da

Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 11 de junho de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

Processo Licitatório nº 010/2019 – Processo Administrativo nº 1628/ 2019

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, através do seu pregoeiro oficial, nomeado pelo Decreto. Nº. 058/2015 torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Mu-

nicipal de **SÃO JOSÉ DO XINGU/MT**, com sede na Av. Mauro Pires Gomes, nº 195 – Buritis, mediante a designação do Pregoeiro e sua equipe de apoio, através da Portaria Municipal 119/2019, encontra-se aberta a licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP.** Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal nº 092/2009 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: PROCESSO LICITATORIO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA EM MEDIÇÃO E GEORREFERENCIAMENTO PARA ATENDER A NECESSIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, CONFORME O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

REALIZAÇÃO: 27/06/2019. ABERTURA DA SESSÃO: 09horas (Horário de Brasília – DF). O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de São José do Xingu - MT. Demais informações pelo telefone (66) 35681109 e EMAIL licitação@saojosedoxingu.mt.gov.br e retirada do edital no site www.saojosedoxingu.mt.gov.br/transparência.

São José do Xingu – MT, 12 de Junho de 2019.

MARCOS ROGERIO PEREIRA NUNES

Pregoeiro Oficial.

Dec. nº 058/2015.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 117/2019

PORTARIA Nº 117/2019

DE 07 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica Concedida gratificação de 70% (setenta por cento) a servidora DAIANNE ALVES DE JESUS, conforme o Art. 18º da Lei Municipal 490/2012, alterada pela Lei Municipal 510/2013, que diz:

§ 2º.O ocupante de cargo de carreira que for nomeado para exercer cargo de provimento em comissão deverá optar pelo vencimento do cargo comissionado ou pelo vencimento de seu cargo efetivo acrescido de gratificação de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento do cargo comissionado.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 07 de junho de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 119/2019

PORTARIA Nº 119/2019

DE 11 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, EM PERIODO DE GOZO DE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **Vanderley Soares da Silva** no uso de suas atribuições legais de acordo com as disposições da **Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,** e do **Decreto Municipal nº 045, de 02 de maio de 2007**.

CONSIDERANDO que o servidor Marcos Rogerio Pereira Nunes nomeado como Pregoeiro, estará gozando de férias no período de 11/06/2019 A 30/06/2019.

CONSIDERANDO a necessidade de compor a Comissão Permanente de Licitação e Pregão, para fins de recebimento, exame e julgamento de todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastro de licitantes no âmbito da Administração Pública Municipal, e ainda, o disposto no artigo 51 e seu § 4º da Lei de Licitações e Contratos nº. 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à substituição do pregoeiro Marcos Rogerio Pereira Nunes pela servidora efetiva, Fernanda Alves Bezerra,para exercer a função da equipe de Pregoeiro pelo período concomitante ao afastamento do titular da referida Função.

Art. 2º - Fica concedido membros da equipe de apoio de pregoeiro que será composta pelos os servidores:Maria da Paz Souza Costa, Rosa Patrícia Meireles, do município de São José do Xingu - MT, nos termos da Lei Federal n° 10.520/2002 e do Decreto n º 045/2007.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 11 de junho de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 119/2019.

DECRETO Nº 119/2019.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 07 DE JUNHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora, Daianne Alves de Jesus**,** no cargo em Comissão de **Coordenadora de Vigilância em Saúde,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 2. 800,00 (Dois mil e oitocentos reais).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Em, 07 de junho de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE 12° ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 002/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

EXTRATO DE 12° ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 002/2017 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Custo do Estimado do Projeto: R$ 1.040.556,46 – Um milhão quarenta mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos.

Local da Realização do Projeto: Município de São José dos Quatro Marcos/MT.

Data de assinatura do Plano de Trabalho: 25/09/2017.

Data de assinatura do Aditivo Plano de Trabalho: 31/05/2019.

Início do Plano de Trabalho: 02/10/2017.

Término do Plano de Trabalho: 31/12/2019.

Objeto do Plano de Trabalho: Ampliar e complementar as equipes de trabalho dos profissionais da saúde.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua I, 105 - Ed. Eldorado Hill - Bairro Alvorada - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155.

Nome do responsável pelo projeto: Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

São José dos Quatro Marcos, 31/05/2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREVIQUAM
RESOLUÇÃO 002/2019 CONSELHO CURADOR PREVIQUAM

RESOLUÇÃO nº. 002/2019

Estabelece o Regimento do Conselho Curador do **PREVIQUAM** – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso.

O CONSELHO CURADOR do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Quatro Marcos, PREVIQUAM, usando das prerrogativas que lhe são asseguradas pelo Art. 67, inciso I da Lei Complementar n.º 006 de 01 de Junho de 2005, e decreto n.º 050 de 22/05/2019, estabelece e aprova o **REGIMENTO INTERNO** do órgão, o qual consta os seguintes termos:

CAPITULO – I – DOS OBJETIVOS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

Art. 1º - O CONSELHO CURADOR é um órgão deliberação e direção superior do PREVIQUAM – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de São José dos Quatro Marcos.

Art. 2º - São de competência do CONSELHO CURADOR, entre outras que lhe forem atribuídas por Lei ou por deliberação de seu Plenário, as seguintes:

I – elaborar seu Regimento Interno;

II – votar o relatório anual do Diretor Executivo, com as contas de cada exercício;

III – aprovar o quadro de pessoal do PREVIQUAM;

IV – decidir sobre qualquer questão administrativa que lhe seja submetida pelo Diretor Executivo ou pelo Conselho Fiscal, pelo Comitê de investimento do Previquam e por segurados do Previquam.

V – julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho Fiscal e dos atos do Diretor Executivo, não sujeitos a revisão daquelas autoridades;

VI – apreciar sugestões e encaminhar medidas pendentes a introduzir modificações nos presentes estatutos, bem como resolver os casos omissos;

VII – baixar e alterar os regulamentos gerais do PREVIQUAM;

VIII – escolher seu Secretário dentre os conselheiros;

IX-Propor alteração na legislação do Previquam e encaminhar ao Diretor (a) do Previquam para que seja enviada ao chefe do poder executivo Municipal, para que seja encaminhada ao poder legislativo Municipal.

X – eleger o Presidente e Vice – Presidente.

CAPITULO – II – DA COMPOSIÇÃO

Art.º 3º – O CONSELHO CURADOR DO PREVIQUAM é composto, por **06 (seis)** membros, sendo **02 (dois)** representantes do Poder Executivo, **01 (um)** representante do Poder Legislativo, **02 (dois)** representantes dos segurados e **01 (um)** representante dos Inativos.

Parágrafo único – Os membros do Conselho Curador representantes do Poder Executivo e do Legislativo, serão informados pelos chefes dos Poderes respectivos e os representantes dos segurados e inativos pela direção do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SISPQUAM), por indicação da Diretoria, através de solicitação oficial do Diretor Executivo do Previquam, aos poderes e entidade.

Art. 4º - O CONSELHO CURADOR se reunirá com maioria simples, ou seja, 04 (quatro) Conselheiros, no mínimo **04 (quatro) vezes por ano**, sendo realizada nos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro, na sede do Previquam no horário e dia a ser definido pelo Presidente do Conselho Curador, em caráter **ordinário**, e **extraordinário** sempre que for convocado.

Parágrafo único – A convocação para reunião extraordinária será feita pelo seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros, com 12 (doze) horas de antecedência e pauta definida e ou assuntos diversos.

Art. 5º - As reuniões ordinárias do CONSELHO CURADOR obedecerão a um calendário previamente aprovado pelo plenário, definindo os meses, dia e hora de acordo com o Art. 4° deste regimento.

Art. 6º - O plenário do Conselho Curador é a instância máxima de recursos do PREVIQUAM, sem prejuízo de outras instâncias legais do Fórum Civil.

Art. 7º - O Presidente do Conselho Curador tem direito, ao voto comum, bem como ao voto de Minerva.

Art. 8º - Na ausência do presidente haverá um vice – presidente com as mesmas atribuições, e com direito o voto de Minerva.

Parágrafo único – Na ausência do presidente e vice – presidente, assumirá presidência o secretário com as mesmas atribuições e com direito o voto Minerva.

Art. 9º - Ausente o secretário do Conselho, o Presidente ou “Presidente do Dia” designará um dos conselheiros para secretário do dia.

Art. 10º - Inexistindo o **“QUORUM”** mencionado no art. 4º, o plenário aguardará **15 (quinze) minutos** para completá-lo e, persistindo a falta de quorum o presidente designará nova data e horário para reunião, saindo os presentes convocados.

Art. 11º - O Conselheiro que deixar de comparecer mais de **02 (duas)** reuniões ordinárias consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas sem motivo justificável, será advertido e poderá ser afastado definitivamente deste conselho.

Art. 12º - Após ser comunicado pela secretaria do conselho, do afastamento de seu represente, o órgão que indicou o mesmo terá o prazo de **15 (quinze) dias** para efetuar a substituição.

Art. 13º - Outros casos de afastamento de membros do Conselho serão definidos em resolução do Plenário, adotando-se igual procedimento para outros tipos de punições aos membros do CONSELHO CURADOR.

Art. 14º - As faltas por motivo de doença, justificadas dentro de **72 (setenta e duas) horas**, não serão computadas.

CAPITULO III – DAS DELIBERAÇÕES

Art. 15º - Todas as matérias passiveis de deliberação do Conselho Curador do PREVIQUAM, poderão ser protocoladas na sua própria secretária facultativas.

Art. 16º - Protocolada a pauta, a secretaria do Conselho encapará o (autuar) o processo e terá um prazo, para as providencias necessárias e encaminhar a Presidente para despacho de distribuição, o Presidente colocará em pauta em apreciação de acordo com a necessidade de urgência da matéria.

Art. 17º - Ao receber os processos da secretaria a presidência terá prazo contando-se da data do recebimento para despachar a distribuição.

Art. 18º - A distribuição das matérias será feita aos membros do Conselho Curador, onde um conselheiro poderá se inscrever para falar contrário a matéria, e um conselheiro poderá se inscrever para falar favorável a matéria, ninguém se manifestando o presidente poderá colocar em votação.

Art. 19º - A matéria será levada ao plenário do conselho para deliberação, após estar presente em ofício de convocação ou por ventura poderá ser incluída na pauta do dia através de assuntos diversos.

Art. 20º - Nas reuniões plenárias, o Conselho Curador votará as matérias em pauta ou incluídas através de assuntos diversos para deliberação do mesmo.

Art. 21º - Será considerada aprovada a matéria que obtiver votação favorável da maioria simples dos conselheiros.

Art. 22º - A matéria rejeitada pelo Plenário poderá ser reapresentada sob a mesma forma a qualquer momento.

Art. 23º - Se o conselheiro decidir, reapresentar a matéria poderá fazê-lo aprimorando com novas e mais amplas informações, argumentações ou justificativas.

Art. 24º - Conselheiro terá o tempo definido pelo presidente para falar sobre a matéria.

Art. 25º - Todo encaminhamento de processo ou documento sempre será feito via secretaria do Conselho, à qual caberá controlar sua tramitação fornecendo, em qualquer momento, informações aos interessados do mesmo.

Parágrafo único – sempre que encaminhar ou receber documentos a secretaria e protocolará.

Art. 26º - Aprovada uma matéria pelo plenário do conselho, o presidente terá **03 (três) dias úteis**, para publica - lá mediante resolução.

Art. 27º - As resoluções serão publicadas por afixação em mural, na sede do Previquam.

Art. 28º - As votações serão abertas, tendo o conselheiro terá até **10 (dez) minutos** para expor a matéria e cada conselheiro até **05 (cinco) minutos** para justificar seu voto, a pedido de um conselheiro com apoio da maioria dos presentes a votação poderá ser secreta.

Art. 29º - O proponente de item da pauta sujeita a votação terá até **10 (dez) minutos** para defende-la, caso deseje.

Art. 30º - As questões de ordem terão prioridade sobre qualquer outra.

Art. 31º - Somente serão aceitas como questão de ordem àquelas que atentarem contra a legislação ou contra este regimento.

Art. 32º - Durante os pronunciamentos, é vedada a interrupção da linha de raciocínio do orador, competidos de apartes.

Parágrafo único – Os apartes deverão ser espontaneamente concedidos pelo orador, segundo seu próprio juízo.

Art. 33º - qualquer Conselheiro mencionado em pronunciamento de outro, poderá usar o recurso replica, usando para tanto o mesmo tempo, que o orador, que o citou, tiver usado.

Art. 34º - Não haverá treplica.

Art. 35º - Tendo usado a palavra uma vez, ou dispensado seu uso o Conselheiro não poderá se pronunciar de novo sobre a matéria exceto no caso mencionado no Art. 13.

Art. 36º - É facultado a um conselheiro ceder a outro o seu tempo de pronunciamento.

Art. 37º - O Conselheiro que se atrasar mais de 30 (trinta) minutos no comparecimento das reuniões, terá ausência registrada, podendo participar da mesma, se assim o desejar, porem sem qualquer interferência.

Art. 38º - Todas as reuniões do Conselho Curador serão lavradas atas.

CAPITULO – IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39º - A matéria cujo teor exige normas não existentes ou previstas neste regimento, somente deliberadas após o estabelecimento da mesma, aprovada em plenário, as quais passarão daí por diante a fazerem parte deste regimento.

Art. 40º - Esta resolução será alterada pelo plenário sempre que proposta de alteração for aprovada pela maioria simples dos seus membros.

Art. 41º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Plenário do Conselho Curador do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São Jose dos Quatro Marcos/MT.

São José dos Quatro Marcos – MT, 06 de Junho de 2019.

Claudiney Alves Ribeiro

Presidente do CCP

Rodrigo da Silva Souza

Vice Presidente do CCP

Jairo de Lima Souza

Secretário do CCP

Joelma Leandra F. de Souza Ricci

Membro do CCP

Wanderson Alves Libralão

Membro do CCP

Raimundo Vicente Ferreira

Membro do CCP

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Presidente da CPL da PMSJQM/MT. Torna Público que com referência ao **Processo de licitação Modalidade Tomada de Preço 02/2019**, Objeto: "**RETOMADA DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRÓ INFÂNCIA TIPO B''**. Teve a Empresa Habilitada, **RODRIGUES DOS SANTOS & ABREU SANTOS LTDA - ME**- **inscrita no CNPJ sob nº. 10.958.496/0001-64, estabelecida na Estrada Municipal, Bairro Parque Industrial – CEP: 78.285.000, Município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso**. Após abertura do envelope de proposta constatou então que a empresa Apresentou a Proposta vencedora aceita pela comissão de **R$ 1.027.298,04 (**Um Milão Vinte e Sete Mil Duzentos e Noventa e Oito Reais e Quatro Centavos**)**. REGINALDO SOUZA FERNANDES, Presidente da CPL.

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 005/2019 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO PLANO DE TRABALHO Nº 005/2019 - TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Custo do Estimado do Projeto: R$ 449.681,66 – Quatrocentos e quarenta e nove mil seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos.

Local da Realização do Projeto: Município de São José dos Quatro Marcos/MT.

Data de assinatura do Plano de Trabalho: 10/12/2018.

Data de assinatura do 1º Aditivo Plano de Trabalho: 31/05/2019.

Início do Plano de Trabalho: 01/01/2019.

Término do Plano de Trabalho: 31/12/2019.

Objeto do Plano de Trabalho: Ampliar e complementar as equipes de trabalho dos profissionais da educação.

Nome da OSCIP: ISO BRASIL - Instituto Social e Organizacional do Brasil.

CNPJ: 20.949.690/0001-37

Endereço: Rua I, 105 - Ed. Eldorado Hill - Bairro Alvorada - Cuiabá/MT, Tel./Fax: (65) 3044-3155.

Nome do responsável pelo projeto: Dionas Bassanezi Duim.

CPF: 019.231.401-75

Cargo/Função: Presidente da Entidade.

São José dos Quatro Marcos, 31/05/2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

OUVIDORIA
DECRETO Nº 062, DE 12 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre alteração no Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações-JARI, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, Sr. **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o § 1º do Art. 4º, do Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações-JARI, integrante do Decreto Municipal nº 054/2019, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.703, de 07 de novembro de 2018 – que passa a ter a seguinte redação:

"**§ 1º** O mandato será de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de junho de 2019.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

ATA AUDIENCIA PUBLICA 3 QUAD RGF 2018

Ata nº. 001/2019

Audiência Pública realizada no dia 30 de janeiro de 2019

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove, às 15:00 horas, na Câmara Municipal de Serra Nova Dourada, reuniram-se o Senhor Prefeito Municipal José Ocimar Gomes da Silva Aguiar, o Secretário Municipal de Administração e Planejamento Senhor André Tavares, a Secretária Municipal de Finanças, Senhora Uslene, e demais Secretários Municipais, além dos presentes que assinam esta Ata, em Audiência Pública para apresentarem a prestação de contas relativa ao cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre do ano de 2018, de conformidade com o que dispõe o Artigo 9º, parágrafo 4º da Lei Complementar nº. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Na oportunidade o senhor Prefeito Municipal falou da importância de se prestar contas à população de Serra Nova dos recursos que foram utilizados pela Prefeitura, durante o 3º quadrimestre do corrente ano, oriundos de transferências correntes, tais como FPM, FUNDEB, etc., bem como as demais receitas e despesas realizadas durante o período, ressaltando que a transparência total dos recursos da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada, além da obrigação legal, também é um dos compromissos desta administração assumido com a população local e será sempre um dos pilares da municipalidade. Despendidos. Na oportunidade o contador da Prefeitura Senhor Henrique Hideyochi Yamamura fez uma explanação, tecnicamente, sintetizando o cumprimento das metas fiscais do referido quadrimestre: Despesa com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, etc..., Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Prefeito Municipal deu por encerrado os trabalhos, determinando a mim, Janaina Camargo Fernandes que lavrasse a presente Ata que vai assinada por mim.

ATA AUDIENCIA PUBLICA 1 QUAD RGF 2019

Ata nº. 001/2019

Audiência Pública realizada no dia 27 de maio de 2019

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às 16:00 horas, na Câmara Municipal de Serra Nova Dourada, reuniram-se o Senhor Prefeito Municipal José Ocimar Gomes Da Silva Aguiar, o Secretária Municipal de Administração e Planejamento Senhora Wanubia, e demais Secretários Municipais, além dos presentes que assinam esta Ata, em Audiência Pública para apresentarem a prestação de contas relativa ao cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do ano de 2019, de conformidade com o que dispõe o Artigo 9º, parágrafo 4º da Lei Complementar nº. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Na oportunidade o senhor Prefeito Municipal falou da importância de se prestar contas à população de Serra Nova dos recursos que foram utilizados pela Prefeitura, durante o 1º quadrimestre do corrente ano, oriundos de transferências correntes, tais como FPM, FUNDEB, etc., bem como as demais receitas e despesas realizadas durante o período, ressaltando que a transparência total dos recursos da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada, além da obrigação legal, também é um dos compromissos desta administração assumido com a população local e será sempre um dos pilares da municipalidade. Despendidos. Na oportunidade o contador da Prefeitura Senhor Henrique H. Yamamura fez uma explanação, tecnicamente, sintetizando o cumprimento das metas fiscais do referido quadrimestre: Despesa com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, etc..., Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Prefeito Municipal deu por encerrado os trabalhos, determinando a mim, Katiele Feitosa Rodrigues que lavrasse a presente Ata que vai assinada por mim.

CONTABILIDADE
DECRETO 03796/2019

Decreto N° 03796/2019
Data: 01/04/2019
Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.
SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de TABAPORÃ, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei n.° 01146/2018.

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.304.200,00 (um milhão, trezentos e quatro mil e duzentos reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.0.0 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.0.0.04.122.0002.2002 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 4.000,00
(quatro mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0124000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 500,00
(quinhentos reais)
03 - GABINETE DE COORDENADORIA GERAL
03.001.0.0 - GABINETE DE COORDENAÇÃO GERAL
03.001.0.0.04.122.0002.2003 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE COORDENAÇÃO GERAL
3.1.90.13.00.00 - 0100000000 - Obrigações Patronais R$ 800,00
(oitocentos reais)
05 - PROCURADORIA GERAL
05.001.0.0 - PROCURADORIA JURÍDICA
05.001.0.0.04.122.0002.2009 - MANUTENÇÃO COM A PROCURADORIA JURÍDICA
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 7.000,00
(sete mil reais)
06 - SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
06.001.0.0 - COORDENADORIA DE GESTÃO
06.001.0.0.04.122.0002.2011 - MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA DE ADM E PLANEJAMENTO
3.1.90.11.00.00 - 0100000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Civil R$ 52.000,00
(cinquenta e dois mil reais)
3.1.91.13.00.00 - 0100000000 - Obrigações Patronais R$ 10.000,00
(dez mil reais)
06.004.0.0 - COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANO
06.004.0.0.04.122.0002.2014 - MANUTENÇÃO COM A COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 1.100,00
(um mil e cem reais)
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
07.001.0.0 - COORDENADORIA DE FINANÇAS
07.001.0.0.04.123.0005.2023 - MANUTENÇÃO COM COORDENADORIA DE FINANÇAS
3.1.90.13.00.00 - 0100000000 - Obrigações Patronais R$ 1.500,00
(um mil e quinhentos reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 88.600,00
(oitenta e oito mil e seiscentos reais)
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.0.0.10.122.0006.2031 - MANUTENÇÃO COM A CORDENADORIA ADMINISTRATIVA - SAÚDE
3.3.90.39.00.00 - 0102000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 15.000,00
(quinze mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0142000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 500,00
(quinhentos reais)
08.001.0.0.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO COM ESF- ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
3.1.91.13.00.00 - 0146000000 - Obrigações Patronais R$ 22.000,00
(vinte e dois mil reais)
3.3.90.30.00.00 - 0142000000 - Material de Consumo R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
08.001.0.0.10.302.0008.1078 - EQUIPAMENTO PERMAN. PARA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
4.4.90.52.00.00 - 0102000000 - Equipamentos e Material Permanente R$ 95.000,00
(noventa e cinco mil reais)
08.001.0.0.10.302.0008.2039 - MANUTENÇÃO COM HOSPITAL MUNICIPAL
3.3.90.30.00.00 - 0102000000 - Material de Consumo R$ 1.000,00
(um mil reais)
3.3.90.30.00.00 - 0146000000 - Material de Consumo R$ 55.000,00
(cinquenta e cinco mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0102000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 40.000,00
(quarenta mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0142000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 200,00
(duzentos reais)

```
08.001.0.0.10.305.0010.2042     - MANUTENÇÃO COM AS UNIDADES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL
3.1.90.11.00.00 - 0102000000    - Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Civil R$                 25.000,0
0
         (vinte e cinco mil reais)
09      - SECRETARIA MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
09.001.0.0      - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.0.0.08.122.0003.2045     - MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA
3.3.90.39.00.00 - 0100000000    - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica        R$
 5.500,00
         (cinco mil e quinhentos reais)
09.001.0.0.08.241.0003.2056     - PROGRAMA FORTALECIMENTO DE VÍNCULO- IDOSO
3.3.90.30.00.00 - 0129000000    - Material de Consumo   R$                   800,00
         (oitocentos reais)
09.001.0.0.08.243.0003.2052     - MANUTENÇÃO COM O CONSELHO TUTELAR
3.3.90.39.00.00 - 0100000000    - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica        R$
 8.000,00
         (oito mil reais)
09.001.0.0.08.244.0003.2054     - MANUTENÇÃO COM O PROGRAMA IGD/SUAS
3.3.90.39.00.00 - 0129000000    - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica        R$
   700,00
         (setecentos reais)
10      - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER
10.001.0.0      - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.001.0.0.12.122.0012.2063     - MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
3.1.90.11.00.00 - 0101000000    - Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Civil R$                100.000,0
0
         (cem mil reais)
3.1.90.13.00.00 - 0101000000    - Obrigações Patronais  R$                  4.000,00
         (quatro mil reais)
3.1.91.13.00.00 - 0101000000    - Obrigações Patronais  R$                 14.000,00
         (quatorze mil reais)
3.3.90.30.00.00 - 0101000000    - Material de Consumo   R$                  1.600,00
         (um mil e seiscentos reais)
10.002.0.0      - DIVISÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
10.002.0.0.12.361.0012.2068     - MANUTENÇÃO COM TRANSPORTE ESCOLAR- ENS. FUNDAMENTAL- FETHAB
3.3.90.30.00.00 - 0130061000    - Material de Consumo   R$                110.000,00
         (cento e dez mil reais)
10.003.0.0      - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
10.003.0.0.12.361.0012.2073     - MANUTENÇÃO COM PROGRAMA QSE
3.3.90.30.00.00 - 0115000000    - Material de Consumo   R$                 10.000,00
         (dez mil reais)
10.003.0.0.12.361.0012.2076     - MANUTENÇÃO COM FUNDEB 60 %
3.3.90.36.00.00 - 0101000000    - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  R$                 24.000,0
0
         (vinte e quatro mil reais)
10.003.0.0.12.361.0012.2077     - MANUTENÇÃO COM FUNDEB 40 %
3.1.90.11.00.00 - 0119000000    - Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Civil R$                 11.000,0
0
         (onze mil reais)
3.1.91.13.00.00 - 0119000000    - Obrigações Patronais  R$                 20.000,00
         (vinte mil reais)
3.3.90.36.00.00 - 0119000000    - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  R$                 31.000,0
0
         (trinta e um mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0119000000    - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica        R$
26.000,00
         (vinte e seis mil reais)
10.004.0.0      - EDUCAÇÃO INFANTIL- CRECHE
10.004.0.0.12.365.0012.2177     - MANUTENÇÃO COM FUNDEB 40 %
3.1.90.11.00.00 - 0119000000    - Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Civil R$                 31.000,0
0
         (trinta e um mil reais)
10.005.0.0      - EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA
10.005.0.0.12.365.0012.2277     - MANUTENÇÃO COM FUNDEB 40 %
3.1.90.11.00.00 - 0119000000    - Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Civil R$                 22.000,0
0
         (vinte e dois mil reais)
10.006.0.0      - DIVISÃO DE PROGRAMA SOCIAL- MERENDA E NUTRIÇÃO
10.006.0.0.12.306.0012.2079     - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00.00 - 0115000000    - Material de Consumo   R$                 15.000,00
         (quinze mil reais)
10.006.0.0.12.306.0012.2080     - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CRECHE
3.3.90.30.00.00 - 0115000000    - Material de Consumo   R$                 13.000,00
         (treze mil reais)
11      - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
11.001.0.0      - MANUTENCAO ESTRADA
11.001.0.0.26.782.0015.2093     - MANUTENÇÃO NAS ESTRADAS FETHAB
3.3.90.30.00.00 - 0130000000    - Material de Consumo   R$                250.000,00
         (duzentos e cinquenta mil reais)
11.001.0.0.26.782.0015.2094     - MANUTENÇÃO NA ESTRADA - PRÓPRIO
3.3.90.30.00.00 - 0100000000    - Material de Consumo   R$                 96.000,00
         (noventa e seis mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000    - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica        R$
23.000,00
         (vinte e três mil reais)
```

11.002.0.0 - COORDENADORIA DE SERV. URBANOS ILUMINACAO GARAGEM
11.002.0.0.15.452.0015.1058 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO PARA SERVIÇOS URBANOS
4.4.90.52.00.00 - 0100000000 - Equipamentos e Material Permanente R$ 3.000,00
(três mil reais)
11.002.0.0.15.452.0015.2095 - MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS URBANOS
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 8.000,00
(oito mil reais)
11.003.0.0 - COORDENADORIA DE SANEAMENTO BÁSICO
11.003.0.0.17.512.0015.2099 - MANUTENÇÃO COM SANEAMENTO BÁSICO
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 17.000,00
(dezessete mil reais)
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
12.001.0.0 - COORDENADORIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E PECUÁRIA
12.001.0.0.20.605.0003.2100 - MANUTENÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR E A PECUÁRIA
3.1.90.13.00.00 - 0100000000 - Obrigações Patronais R$ 2.000,00
(dois mil reais)
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 15.000,00
(quinze mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 9.000,00
(nove mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0124000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 500,00
(quinhentos reais)
12.002.0.0 - COORDENADORIA DE APOIO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
12.002.0.0.23.692.0016.2102 - MANUTENÇÃO COM APOIO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 1.700,00
(um mil e setecentos reais)
12.002.0.0.23.692.0016.2106 - MANUTENÇÃO NO CAE-CENTRO DE ATENDIMENTO EMPRESARIAL
3.1.90.13.00.00 - 0100000000 - Obrigações Patronais R$ 1.000,00
(um mil reais)
3.1.91.13.00.00 - 0100000000 - Obrigações Patronais R$ 3.700,00
(três mil e setecentos reais)
12.003.0.0 - COORDENADORIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
12.003.0.0.18.541.0017.2104 - MANUTENÇÃO COM MEIO AMBIENTE
3.1.90.94.00.00 - 0100000000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 1.500,00
(um mil e quinhentos reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 1.000,00
(um mil reais)

T O T A L R$ 1.304.200,00

Art. 2° - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1° inciso III da Lei Federal n° 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.0.0 - GABINETE DO PREFEITO
02.001.0.0.04.122.0002.1005 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O GABINETE
4.4.90.52.00.00 - 0100000000 - Equipamentos e Material Permanente R$ 100.000,00
(cem mil reais)
03 - GABINETE DE COORDENADORIA GERAL
03.005.0.0 - APOIO AOS CONSELHOS, COMUNICAÇÃO E CERIMONIAL
03.005.0.0.04.122.0002.2007 - APOIO AOS CONSELHOS, COMUNICAÇÃO E CERIMONIAL
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 40.000,00
(quarenta mil reais)
06 - SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
06.003.0.0 - COORDENADORIA DE COMPRAS
06.003.0.0.04.122.0002.2013 - MANUTENÇÃO COM A COORDENADORIA DE COMPRAS
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 20.000,00
(vinte mil reais)
06.004.0.0 - COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANO
06.004.0.0.04.122.0002.2014 - MANUTENÇÃO COM A COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 20.000,00
(vinte mil reais)
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.0.0.10.301.0007.2032 - MELHORIA DO ACESSO DE QUALIDADE -PMAQ
3.3.90.39.00.00 - 0146000000 - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica R$ 30.000,00
(trinta mil reais)
08.001.0.0.10.301.0007.2033 - MANUTENÇÃO COM A SAÚDE BUCAL
3.3.90.14.00.00 - 0102000000 - Diárias - Civil R$ 20.000,00
(vinte mil reais)
08.001.0.0.10.301.0007.2034 - MANUTENÇÃO COM ESF- ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
3.1.90.11.00.00 - 0102000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Civil R$ 30.000,00
(trinta mil reais)
3.1.90.11.00.00 - 0142000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Civil R$ 100.000,00

```
        (cem mil reais)
3.3.90.30.00.00 - 0102000000    - Material de Consumo   R$                10.000,00
        (dez mil reais)
3.3.90.36.00.00 - 0102000000    - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  R$                  60.000,0
0
        (sessenta mil reais)
08.001.0.0.10.301.0007.2037     - MANUTENÇÃO COM NASF- NÚCLEO DE APOIO SAÚDE DA FAMÍLIA
3.1.90.11.00.00 - 0102000000    - Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Civil R$                  30.000,0
0
        (trinta mil reais)
08.001.0.0.10.302.0008.2039     - MANUTENÇÃO COM HOSPITAL MUNICIPAL
3.1.90.11.00.00 - 0102000000    - Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Civil R$                  55.000,0
0
        (cinquenta e cinco mil reais)
08.001.0.0.10.303.0009.2043     - MANUTENÇÃO COM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
3.3.90.30.00.00 - 0146000000    - Material de Consumo   R$               100.000,00
        (cem mil reais)
08.001.0.0.10.305.0010.2042     - MANUTENÇÃO COM AS UNIDADES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL
3.1.90.11.00.00 - 0146000000    - Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Civil R$                  50.000,0
0
        (cinquenta mil reais)
09      - SECRETARIA MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
09.001.0.0      - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.001.0.0.08.243.0003.2051     - MANUTENÇÃO COM A CASA DE PASSAGEM
3.3.90.30.00.00 - 0100000000    - Material de Consumo   R$                 5.200,00
        (cinco mil e duzentos reais)
09.001.0.0.08.244.0003.2054     - MANUTENÇÃO COM O PROGRAMA IGD/SUAS
3.3.90.36.00.00 - 0129000000    - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  R$                     400,0
0
        (quatrocentos reais)
10      - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER
10.001.0.0      - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.001.0.0.12.122.0012.2063     - MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
3.1.90.94.00.00 - 0101000000    - Indenizações e Restituições Trabalhistas      R$                  20.000,0
0
        (vinte mil reais)
10.002.0.0      - DIVISÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
10.002.0.0.12.361.0012.2069     - MANUTENÇÃO COM TRANSPORTE ESCOLAR- ENS. FUNDAMENTAL- CONV. ESTADO
3.3.90.30.00.00 - 0122000000    - Material de Consumo   R$                40.000,00
        (quarenta mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0122000000    - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica        R$                1
00.000,00
        (cem mil reais)
10.003.0.0      - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
10.003.0.0.12.361.0012.2072     - MANUTENÇÃO COM ENSINO FUNDAMENTAL 25%
3.1.90.11.00.00 - 0101000000    - Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Civil R$                  50.000,0
0
        (cinquenta mil reais)
11      - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
11.001.0.0      - MANUTENCAO ESTRADA
11.001.0.0.26.782.0015.2093     - MANUTENÇÃO NAS ESTRADAS FETHAB
3.3.90.92.00.00 - 0130000000    - Despesas de Exercícios Anteriores     R$                 24.600,00
        (vinte e quatro mil e seiscentos reais)
11.001.0.0.26.782.0015.2094     - MANUTENÇÃO NA ESTRADA - PRÓPRIO
3.3.90.36.00.00 - 0100000000    - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  R$                  51.000,0
0
        (cinquenta e um mil reais)
11.002.0.0      - COORDENADORIA DE SERV. URBANOS ILUMINACAO GARAGEM
11.002.0.0.15.452.0015.2095     - MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS URBANOS
3.3.90.36.00.00 - 0100000000    - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  R$                   8.000,0
0
        (oito mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000    - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica        R$
80.000,00
        (oitenta mil reais)
11.002.0.0.15.452.0015.2098     - MANUTENÇÃO COM SERVIÇOS URBANOS - FETHAB
3.3.90.30.00.00 - 0100000000    - Material de Consumo   R$                40.000,00
        (quarenta mil reais)
3.3.90.30.00.00 - 0130000000    - Material de Consumo   R$                59.000,00
        (cinquenta e nove mil reais)
3.3.90.39.00.00 - 0130000000    - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica        R$
40.000,00
        (quarenta mil reais)
11.002.0.0.25.752.0015.2096     - MANUTENÇÃO COM A ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.39.00.00 - 0117000000    - Outros Serviços de Terceiros ¿ Pessoa Jurídica        R$
40.000,00
        (quarenta mil reais)
12      - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
12.001.0.0      - COORDENADORIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E PECUÁRIA
12.001.0.0.20.605.0003.1070     - AQUISIÇÃO VEÍCULO E MÁQUINAS AGRICULTURA FAMILIAR PECUÁRIA
4.4.90.52.00.00 - 0124000000    - Equipamentos e Material Permanente    R$                 30.000,00
        (trinta mil reais)
12.001.0.0.20.605.0003.2100     - MANUTENÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR E A PECUÁRIA
3.3.90.36.00.00 - 0100000000    - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  R$                  20.000,0
0
```

(vinte mil reais)
12.002.0.0 - COORDENADORIA DE APOIO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
12.002.0.0.23.692.0016.2102 - MANUTENÇÃO COM APOIO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
3.1.90.11.00.00 - 0100000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas ¿ Pessoal Civil R$ 20.500,0
0
(vinte mil e quinhentos reais)
12.003.0.0 - COORDENADORIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
12.003.0.0.18.541.0017.2103 - MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICÍPIO
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 10.500,00
(dez mil e quinhentos reais)

T O T A L R$ 1.304.200,00

Art. 3° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis
posições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de TABAPORÃ
Estado de MATO GROSSO
Em 01 de abril de 2019.

SIRINEU MOLETA
Prefeito Municipal

ADAIR JOSÉ SCHINEIDER
Sec.Municipal de Administração

LICITACAO
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 008/2019

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT.

CONTRATADO:

B. W. DOS SANTOS E CARMO – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Sob n° 17.636.356/0001-19, com sede administrativa na

Rua Oscar Kunio Kawakami, n° S/N, Centro, CEP 78.563-000, Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso.

OBJETO DO CONTRATO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, TREINAMENTO E ATIVIDADES COM ESCOLINHAS DE ESPORTES, PARA ATENDER A COORDENADORIA DE DESPORTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme Termo de Referencia no **Anexo I**.

DATA DO CONTRATO:----------12 de Junho de 2019.

PRAZO DO CONTRATO:----------12 de Junho de 2020.

VALOR DO CONTRATO: $: 378.187,20 (Trezentos e setenta e oito mil cento e oitenta e sete reais e vinte centavos)

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 19/2019

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Tabaporã/MT, em 12 de Junho de 2019.

SIRINEU MOLETA

Prefeito municipal

LICITACAO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 042/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Tomada de Preços n.º 04/2018

PREÂMBULO DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES DA FINALIDADE E FUNDAMENTO LEGAL

O município de **TABAPORÃ – MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 37.464.997/0001-40, situada na Avenida Comendador José Pedro Dias, n° 979, representada pelo seu Prefeito Municipal o senhor **SIRINEU MOLETA**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº MG-12.223.800 SSP/MG e CPF nº 505.657.109-15, residente na Rua José Carlos Moreira, s/nº, Centro no município de Tabaporã – MT, de ora em diante denominada **CONTRATANTE.**

RCA CONSTRUTORA LTDA – EPP, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º **12.145.051/0001-90**, estabelecida na Avenida do Comércio n° 893 – Centro – CEP: 78.545-000, no município de Santa Carmem – MT, representada neste ato pela sócia/proprietária a senhora **Camila Rafaela Atoatti**, brasileira, solteira, engenheira florestal, empresaria, portadora do RG n.º 16061322 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 031.013.571-01, residente e domiciliada na Rua Tuiuti, n° 1275 – Centro – CEP: 78.545-000 no município de Santa Carmem – MT, doravante denominado de **CONTRATADO.**

DA FINALIDADE

O presente termo aditivo tem como finalidade Prorrogar a vigência do CONTRATO ADMINISTRATIVO 042/2018, por mais **12 (Doze) Meses**, com inicio em 12/06/2019 e término em até 13 de Junho de 2020 conforme este termo aditivo e os termos do Art. 57 da Lei 8666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo tem por fundamento legal os dispostos nos artigo 57, inciso II da Lei n. ° 8.666/93, bem como o que dispõe as Clausulas quinta do Contrato 021/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objeto deste termo aditivo, a alteração e da CLAUSULA QUINTA – prorrogando a vigência do contrato por mais **12 (Doze) Meses** conforme artigo 57, inciso II da Lei n. ° 8.666/93.

CLAÚSULA SEGUNDA

DO OBJETO E FINALIDADE, passa a ter a seguinte redação:

Constitui o objeto deste termo aditivo, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM ARQUIBANCADA NA ESCOLA ESTADUAL ZULEIDE DOS SANTOS BARROS LOCALIZADA NO NUCLEO URBANO "AMERICANA DO NORTE" DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT CONFORME O TERMO DE CONVENIO N° 1685/2017 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT, tudo conforme Projeto Básico e seus anexos**, bem como na Cláusula segunda do Contrato n° 042/2018.

CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais Clausulas e Artigos do Contrato em Referência, não alteradas por esse instrumento, permanecem inalteradas e são, pelo presente Termo Aditivo, Ratificadas.

CLAUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Tabaporã/MT, para dirimir questões oriundas deste Termo Aditivo não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA QUINTAA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. É parte integrante deste Termo Aditivo independente de transcrição: o Edital do **Tomada de Preços n.º 04/2018,** e a proposta da CONTRATADA.

6.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter as condições de habilitação, especialmente, no que diz respeito à seguridade social, durante toda a vigência do Contrato.

6.3. E assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, impressas em um só lado, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas para que produza todos os seus efeitos legais.

Tabaporã - MT, 12 de Junho de 2019.

Município de Tabaporã/MT **SIRINEU MOLETA** **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**RCA CONSTRUTORA LTDA – EPP** CNPJ Sob n° 12.145.051/0001-90 Camila Rafaela Atoatti Representante CONTRATADO
Edileusa Maria Lolato **CPF Sob n° 034.079.511-59** Testemunha	**Marilucia Aparecida Martins dos Santos** **CPF Sob n° 535.802.491-34** Testemunha

---

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2019.

No dia (12) doze de junho **do ano de 2019**, compareceram, de um lado a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ/MT**, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, 979 N, Centro, município e Comarca de Tabaporã – Estado de Mato Grosso, devidamente inscrito no CNPJ sob o número 37.464.997/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Sirineu Moleta**, portador do RG nº. MG 13.223.800 e CPF n. º 505.567.109-15, residente e domiciliado na Rua José Carlos Moreira n 420, Centro, Município de Tabaporã/MT, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO**, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2019, Processo Licitatório nº. 15/2019** que sele-

cionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o **Registro de Preços** para**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA A MANUTENÇÃO E CORREÇÃO PREVENTIVA DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO ATENDENDO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT,** em conformidade com as especificações constantes no Edital.

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, Decreto Municipal n.º 1.492, de 13 de abril de 2007, bem como pela Lei Municipal Nº 1.117/2018 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF
TUBO AZUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI – ME	CNPJ Sob n° 08.728.069/0001-48	Paulo Cesar Ramos Freire	367.059.501-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de Preços para**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA A MANUTENÇÃO E CORREÇÃO PREVENTIVA DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO ATENDENDO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT**, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: TUBO AZUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Sob n° 08.728.069/0001-48, com sede na Avenida Miguel Sutil, n° 14.161 – Sala B, Bairro Cidade Alta, CEP 78.030-485, Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, representada pelo seu sócio/proprietário o senhor Paulo Cesar Ramos Freire, brasileiro, maior, empresário, portador do RG nº. 2998320-7 SSP/MT e CPF nº. 356. 059.501-53, residente e domiciliada na Avenida Brasil, nº 447, Bairro Goiabeiras, CEP 78.032-097, Município de Cuiabá/MT.

LOTE 01								
MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÃO E CORREÇÃO PREVENTIVA DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO.								
Item	**Duralex**	**Tce**	**Descrição**	**Marca**	**Unid.**	**Quant.**	**V. Unitário**	**V. Total**
1	98384	333044-3	Cavalete pvc 3/4	HIDROSOLO	UN	500	20,90	10.450,00
2	23595	333044-3	Registro esfera c/ borboleta 3/4	DOAL	UN	300	4,72	1.416,00
3	24828	433971-1	Joelho roscavel 3/4	PRECON	UN	500	0,95	475,00
4	24829	00013374	Adaptador compressao rm 20mm 3/4	DOAL	UN	500	1,89	945,00
5	23594	00010792	Luva Dupla Compressao 20mm	DOAL	UN	500	2,19	1.095,00
6	23596	441709-7	Tubo Polietileno Pead 20mm X 2,3	POLIERG	UN	5000	2,59	12.950,00
7	32201	00019599	Te Pba 60mm	ASPERBRAS	UN	20	16,30	326,00
8	32203	439134-9	Cruzeta Pba 60mm	UNITUBOS	UN	20	38,50	770,00
9	24863	439022-9	Cap Pba 60mm	ASPERBRAS	UN	20	7,90	158,00
10	98385	00019599	Te Pba 110mm	UNITUBOS	UN	5	133,00	665,00
11	98386	00016317	Cruzeta Pba C/Bolsas 110mm	UNITUBOS	UN	5	184,00	920,00
12	28335	00019397	Cap Pba 110mm	ASPERBRAS	UN	5	32,50	162,50
13	28549	00019474	Luva De Correr 110mm	ASPERBRAS	UN	5	41,80	209,00
14	28332	001008	Luva De Correr 200mm	UNITUBOS	UN	5	155,90	779,50
15	6205	433966-5	Colar tomada pvc 60 mm	IPAL	UN	500	8,65	4.325,00
16	20991	00019783	Te roscavel 3/4	DOAL	UN	50	3,80	190,00
17	24831	124833-2	Anel Pba 60mm	GIBABOR	UN	50	0,85	42,50
18	27911	94342-8	Hidrometro 3/4 3,0m3 Por Hora	HIDROMETER	UN	500	67,80	33.900,00
19	34507	0002380	Anel pba 110mm	GIBABOR	UN	50	2,08	104,00
20	27756	00019382	Anel p/ tubete 3/4	DOAL	UN	500	0,29	145,00
21	30028	0006696	Conjunto extremidade curv/long com porca e anel	DOAL	UN	200	3,35	780,00
22	98387	143043-2	Registro de fofo	IVAL	UN	5	2.890,00	14.450,00
23	13087	154134-0	Luva roscavel 3/4	PRECON	UN	50	0,98	49,00
24	24862	0002538	Tubo Pba Cl 12 60mm X 6m	PRECON	BR	500	52,90	26.450,00
25	28331	00019475	Luva De Correr 60mm	ASPERBRAS	UN	20	7,30	146,00

Valor Total: R$: 111.902,50 (Cento e onze mil novecentos e dois reais e cinquenta centavos)

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comproba-

tória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses** a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas

pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 01 (um) dia útil da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s)

fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei

n. 8.666/93 e alterações.

Orgão----------11 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

11 00300 17 512 0015 2099 3390300000 – MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.2. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.3. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.4. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.5. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tabaporã – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tabaporã - MT, 12 de Junho de 2019.

Município de Tabaporã/MT **SIRINEU MOLETA** **Prefeito Municipal**	**TUBO AZUL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI – ME** CNPJ Sob n° 08.728.069/0001-48 Paulo Cesar Ramos Freire Representante DETENTOR DA ATA
Edileusa Maria Lolato CPF Sob n° 034.079.511-59	**Marilucia Aparecida Martins dos Santos** CPF Sob n° 535.802.491-34

Testemunha	Testemunha

LEI MUNICIPAL Nº 1.172/2019 – DE 12 DE JUNHO DE 2019.

LEI MUNICIPAL Nº 1.172/2019 – DE 12 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE "AUTORIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, BEM COMO EFETUAR TRANSPOSIÇÃO E REMANEJAMENTO E TRANSFERENCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA E DE UM ÓRGÃO ".

O Excelentíssimo Senhor Sirineu Moleta, Prefeito Municipal de Tabaporã - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Tabaporã aprovou, e ele, sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal com seus fundos, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra e de um órgão para outro, até o limite de 25% (vinte cinco por cento por cento) da despesa orçada para o corrente exercício.

Artigo 2º - Para dar cobertura ao que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos o que dispõe no artigo 43, Inciso I, II e III, da Lei Federal 4.320/64. (Superávit Financeiro, Excesso de Arrecadação e Anulação de Dotação).

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 12 de Junho de 2019

SIRNEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 1.173 DE 12 DE JUNHO DE 2019.

Sumula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei nº 1.146 de 11 de Dezembro de 2018, e dá outras providências".

SIRINEU MOLETA, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais Especial e acrescer saldos orçamentários no valor de R$ 2.105. 686,52 (dois milhões e cento e cinco mil e seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) alem das despesas fixadas para o orçamento municipal do corrente exercício, nos termos dos artigos 42 e 43, § 1º, inciso II da Lei 4320/64, acrescendo os saldos nas seguintes dotações orçamentárias:

Valores em R$ 2.105.686,52

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

001 - MANUTENÇÃO ESTRADA

11.001.00.26.782.0015.1090.449051.00 – CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E BUEIROS.

44.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES - Pessoa Jurídica- Fonte: 0.0. 124.000000

Valores em R$

Saldo Atual da dotação: 0,00

Dotação reservada: 0,00

Valor a suplementar: 2.065.585,40

44.90.51..00 – OBRAS E INSTALAÇÕES - Fonte: 0.1.00.000000

Valores em R$

Saldo Atual da dotação: 0,00

Dotação reservada: 0,00

Valor a suplementar: 40.101,12

VALOR TOTAL DOS ACRÉSCIMOS DA DESPESA R$ 2.105.686,52 (dois milhões e cento e cinco mil e seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos)

Art. 2º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial , por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei nº 1.146 de 11 de Dezembro de 2018.

Art. 3º - Os créditos autorizados no artigo 2º, serão abertos por conta da efetiva receita de recursos do processo/protocolo nº REC-MT-4107941-20170711-01, do Ministério do Desenvolvimento Regional, e a Titulo de Contra Partida , com aumento de arrecadação dos recursos da receita oriunda do FPM , nos limites dos excessos de suas especificações e fontes abaixo descritos:

ESPECIFICAÇÃO DESCRIÇÃO VALOR FONTE DE DESTINAÇÃO

2418109103 TRANSF. DE CONVENIO. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL R$ 2.065.585,40 0.1.24.00.00

117180121 FPM R$ 40.101,12 0.1.00.00.00

VALOR TOTAL DOS ACRÉSCIMOS DA RECEITA R$ 2.105.686,52 (dois milhões e cento e cinco mil e seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e dois centavos)

Art. 4º- As realocações autorizadas no artigo 1º serão detalhadas por Decreto observado os critérios definidos nas leis autorizativas de abertura de créditos e remanejamentos.

Parágrafo Único : Fica o Poder executivo Municipal autorizado a suplementar conforme o art. 43 parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/64; a dotação criada no artigo 1º em ate 20% do valor do projeto em casos de realinhamento de preços e adequações na planilha orçamentária do referido projeto, não onerando o percentual já autorizado na LOA para o exercício 2019.

Art. 5º - Fica autorizado os remanejamentos previstos e autorizados nesta Lei no PPA 2018/2021 e seus anexos, bem como nas LDO´s anuais oriundas de sua programação para os 04 (quatro) exercícios projetados, mantendo a compatibilidade entre as peças de planejamento previstos no artigo 165 da CF/88.

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã-MT 12 de Junho de 2019 .

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SERRAPREV
BALANÇO FINANCEIRO - MAIO - SERRAPREV

ESTADO DO MATO GROSSO Data: 30/05/2019
PREFEITURA MUN DE TANGARÁ DA SERRA Página: 1 de 1
SERRAPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Anexo 13 – Balanço Financeiro Liquidado
Período: MAIO/2019

ESPECIFICAÇÃO INGRESSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO DISPÊNDIOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	9.716.155,92	9.751.358,48	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	6.074.596,69	4.726.427,37
VINCULADA	9.716.155,92	9.751.358,48	VINCULADA	6.074.596,69	4.726.427,37
PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.716.155,92	9.751.358,48	PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.074.596,69	4.726.427,37
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	6.391.054,35	3.570.709,14	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	1.440.759,26	2.111.458,08
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONSO	5.005.363,48	2.505.902,23	FORNECEDORES NACIONAIS DE EXERCÍCIOS ANTERIOR	1.500,00	15.625,33
OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RE	22.184,34	18.310,76	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RE	32.617,32	26.482,30
CONSIGNAÇÕES	1.363.506,53	1.046.496,15	CONSIGNAÇÕES	1.318.654,86	1.046.496,15
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	87.987,08	1.022.854,30
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	88.706.652,53	70.491.588,42	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	97.298.506,85	76.975.770,59
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	171.704,53	BANCOS CONTA MOVIMENTO	281.836,28	226.295,85
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	85.486.847,72	70.319.883,89	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	91.091.624,01	76.749.474,74
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	3.219.804,81	0,00	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	5.925.046,56	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	**104.813.862,80**	**83.813.656,04**	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	**104.813.862,80**	**83.813.656,04**

Tangará da Serra, 30 de maio de 2019

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA
DIRETOR EXECUTIVO

KEURY VALERIANO RODRIGUES
CRC-MT 17.620/O-4

SAMAE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 11/2019/SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 11/2019/SAMAE

TIPO	TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N.° 15/2015/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**VF BEREGULA ME (SANEAMENTO BR**), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 11.180.588/0001-29, com sede à Rua dos Caládios, nº 532, Bairro Jardim Primavera, Sinop/MT, adiante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Sócio Proprietário o Sr. **VILSON FERNANDO BEREGULA.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Termo Aditivo tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA DE OPERAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO, AO QUE TANGE A DINÂMICA DE FLUXO, MANOBRAS E PROGRAMAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, CONTROLE DE SISTEMA DE COLETA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA OPERAÇÃO REMOTA DOS PONTOS DE ABASTECIMENTO, PLANEJAMENTO E REARRANJO DE REDES, CONTROLE DE PRODUÇÃO E PERCAS DO SISTEMA, OTIMIZAÇÃO DE USO ENERGÉTICO E OPERACIONAL DO SAMAE, BEM COMO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ATRAVÉS DE COMODATO,** Com fundamento prorrogação contratual, com supedâneo no artigo 57, 58 e 65, da Lei 8.666/93. TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 124.924,50 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos) para o período de 6 (seis) meses.
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 08 de junho de 2019, com prazo até 08 de dezembro de 2019.**

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagraram como vencedoras no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2019/SAMAE**, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA JUNTO AOS SETORES DO SAMAE,** as empresas: **GLOBAL SERVICE EIRELI EPP / CNPJ: 22.058.518/0001-19,** para os itens: 01, 02 e 04;e **MWV TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO LTDA ME / CNPJ: 12.939.813/0001-20,** para o item: 03.

Tangará da Serra/MT, 12 de Junho de 2019.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira - Membro de Apoio/Licitação/SAMAE

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2019/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA OS DEPARTAMENTOS DO SAMAE.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 26 de Junho de 2019.** O horário de funcionamento

do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 12 de Junho de 2019.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA - Setor de Licitação - SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 140/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 140/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

***CONTRATADO:* TRANSPEDRA MINERAÇÃO LTDA-EPP**

***OBJETO* : FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA**

VALOR: 41.922,09

VIGÊNCIA: 11/06/2019 Á 31/12/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 269

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 139/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 139/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

***CONTRATADO:* AQUARELA PARQUES LTDA**

***OBJETO* : A AQUISIÇÃO DE PLAYGROUND PARQUE INFANTIL**

VALOR: R$ 22.000,00

VIGÊNCIA: 10/06/2019 Á 31/12/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 273

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 141/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 141/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

***CONTRATADO:* SUPERMASSA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA**

***OBJETO* : FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO**

VALOR: 37.109,00

VIGÊNCIA: 11/06/2019 Á 31/12/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 269

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREVITER
AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2019 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2019 TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

O PREVITER – Instituto Municipal de Previdencia Social dos Servidores de Terra Nova do Norte-MT, através de sua Diretora Executiva, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o **CANCELAMENTO** da licitação divulgada através do edital do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2019**, tendo por **Contratação de empresa especializada contratação de empresa especializada locação de softwares, contratação de serviços técnicos terceirizados em conformidade com o termo de referencia)**, considerando a ocorrência de erros no presente edital e tendo em vista a necessidade de alterações nos termos do mesmo. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através dos mesmos canais de comunicação utilizados anteriormente.

Terra Nova do Norte – MT, 12 de Junho de 2019.

_____

Marcilene Guariente

Diretora Executiva PREVITER

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 084/2019

Nomeia servidora para cargo de provimento em comissão (DAI) e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, DIENE ARQUINO XAVIER, portadora do RG nº 1.730. 015-0 SSP/MT e do CPF nº 033.335.371-41, para exercer, a partir desta data, o cargo em comissão de *Chefe da Divisão de Manutenção de Instalações e Equipamentos,* símbolo *DAI*,vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo para tanto o vencimento fixado no Anexo II, da Lei nº 551, de 28 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 11 de junho de 2019.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - Nº 01/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL – MT, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, em observância à legislação vigente;

C O N V O C A:

a) Dirigentes e Membros de Entidades Civis Organizadas;

b) Autoridades e servidores de órgãos públicos;

c) Empresários e Empregados da Indústria, Comércio e Serviços, e Produtores Rurais;

d) Direção, Professores e Alunos das Redes Municipal e Estadual de ensino;

e) Demais pessoas interessadas.

Para uma AUDIÊNCIA PÚBLICA, a realizar-se no próximo dia **17 de junho de 2019 (Segunda-Feira)**, com início às **18:00 Horas**, nas dependências da Escola Municipal de Educação Básica Matilde Altenhofem, sito à Av. Florianópolis, centro desta Cidade de União do Sul-MT, para análise e de-

bate do PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS do Município de União do Sul, para o Exercício Financeiro de 2020, a ser encaminhado para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores.

E para que todos tomem conhecimento, expede-se o presente EDITAL que será afixado em locais de acesso ao público e publicado em órgão de imprensa escrita.

União do Sul, MT, 07 de junho de 2019.

ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO

Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 1.198, DE 02 DE MAIO DE 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2019.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pelo inciso I, do art. 4º, da Lei Municipal nº 699, de 05 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária do Exercício de 2019) e pela Lei nº 701, de 24 de janeiro de 2019;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2019, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 130. 060,00 (Cento e Trinta Mil e Sessenta Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.001 – GABINETE DO SECRETARIO

(28) 04.122.0001.2.022-3190.94.00.00.00 – Indenizações e Restituições.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 2.000,00.

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.001 – DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL

(82) 12.361.0006.2.024-3390.40.00.00.00 – Serviços de Tecnol. da Informação e Comunicação - PJ.

Fonte: 0.1.01.000000 = R$ 18.560,00.

(429) 12.361.0006.2.025-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.15.049000 = R$ 20.000,00.

06 – SECRETARIA DE SAÚDE

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(191) 10.301.0010.2.037-3190.94.00.00.00 – Indenizações e Restituições.

Fonte: 0.1.46.010000 = R$ 20.000,00.

(247) 10.305.0026.2.071-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.46.016000 = R$ 20.000,00.

(249) 10.305.0026.2.071-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.46.016000 = R$ 5.000,00.

08 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO

08.002 – DIVISÃO DE URBANISMO

(332) 15.451.0021.1.077-4490.52.00.00.00 – Equipamento e Material Permanente.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 2.000,00.

09 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

09.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

(366) 20.122.0001.2.062-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 20.000,00.

(330) 20.122.0001.2.062-3390.36.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 19.500,00.

(371) 20.122.0022.2.064-3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 3.000,00.

Total: R$ 130.060,00.

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, fica anulada igual importância das seguintes dotações orçamentárias e fontes:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.001 – GABINETE DO SECRETARIO

(23) 04.122.0001.1.003-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 3.000,00.

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.001 – DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL

(423) 12.361.0006.1.019-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.01.0000 = R$ 8.560,00.

05.003 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

(139) 13.122.0008.1.031-4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 30.000,00.

06 – SECRETARIA DE SAÚDE

06.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(200) 10.301.0010.0.038-3390.39.00.00.00 – – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.46.011000 = R$ 45.000,00.

08 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO

08.001 – DIVISÃO DE URBANISMO

(323) 15.451.0001.1.068-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 2.000,00.

09 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

09.001 – GABINETE DO SECRETÁRIO

(362) 20.122.0001.1.080-4490.52.00.00.00 – Equipamento e Material Permanente.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 26.500,00.

(375) 20.122.0023.2.065-3370.41.00.00.00 – Contribuições.

Fonte: 0.1.00.000000 = R$ 16.000,00.

Total: R$ 130.060,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 02 de maio de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 599/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**CATARINA BENEDITA DE OLIVEIRA FILHA**
MATRICULA	7198
CARGO	Técnico Administrativo Educacional
PROCESSO N°	485049/2017
LICENÇA PRÊMIO	60 (sessenta) dias
QUINQUÊNIO	**17.05.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	17.06.2019 à 15.08.2019

SERVIDOR	**ELIZEU JUNIOR SOUZA ROCHA**
MATRÍCULA	14281
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	285677/2015
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.06.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	30.06.2019 à 27.09.2019

SERVIDOR	**LUIZ RODRIGUES**
MATRICULA	29677
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	487716/2017
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**05.08.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	26.06.2019 à 25.07.2019

SERVIDOR	**MAIRA BORDIGNON QUADROS**
MATRICULA	83026
CARGO	Médico – Infectologista
PROCESSO N°	479836/2017
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	17.06.2019 à 16.07.2019

SERVIDOR	**TATIANA LIMA SANTOS**
MATRICULA	44755
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	193913/2013
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	24.06.2019 à 21.09.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Junho de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
2ª ALTERAÇÃO AO EDITAL Nº. 01/2019/CMDCA

Dispõe sobre a alteração ao Edital 01/2019/CMDCA que regulamenta o processo de escolha do Conselho Tutelar do Município de Várzea Grande.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Várzea Grande (MT) - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme preconiza a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução nº 152/2012 e a Resolução nº 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e a Lei Municipal nº. 4.095/2015.

RESOLVE:

Fica alterado o item

2. Dos requisitos para a candidatura, em seu inciso IX, os itens B, C e D

IX – Participação nas capacitações oferecidas pelo CMDCA:

A) 06 (seis) de junho de 2019, às 8:00 h - Reunião de lançamento do Edital das Eleições para Conselheiro Tutelar do Município de Várzea Grande a ser realizada no Salão da igreja Nossa Senhora da Guia, sito a Rua do Livramento, s/n, em frente ao Restaurante Popular;

B) **25(vinte e cinco) de junho de 2019, às 8:00 h** – Primeira Capacitação a ser realizada no Salão da igreja Nossa Senhora da Guia, sito a Rua do Livramento, s/n, em frente ao Restaurante Popular;

C) **19(dezenove) de julho de 2019, às 8:00 h** – Segunda Capacitação a ser realizada no Salão da igreja Nossa Senhora da Guia, sito a Rua do Livramento, s/n, em frente ao Restaurante Popular;

D) **16(dezesseis) de agosto de 2019, às 8:00 h** – Terceira Capacitação a ser realizada no Salão da igreja Nossa Senhora da Guia, sito a Rua do Livramento, s/n, em frente ao Restaurante Popular;

Fica alterado o item

6. Dos impedimentos

Onde se Lê:

6.2. E ainda os membros do Conselho de Direitos da Criança e Adolescente do Município de Várzea Grande não poderá ter nenhum grau de parentesco com candidatos deste Edital.

LEIA-SE:

6.2. Estende-se o impedimento do Conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.

Esta alteração entrará em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande (MT), 12 de junho de 2019.

Katlin Oliveira Calmon

Presidente do Conselho Municipal de Diretos das Criança e Adolescente

Flavia Luiza Coelho Lannes Omar

Secretária da Assistência Social do Município de Várzea Grande

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2019

Processo nº 596823/2019**.** Objeto:Celebração de contrato de locação de imóvel para funcionamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos/amigas empreendedoras no município de Várzea Grande/MT. Em nome de **Zuleica Catarina de Deus Fontes - CPF: 292.758.651-91**, com o valor do aluguel mensal, a ser pago pela Locatária de **R$ 1.500,00** (Um mil e quinhentos reais), importando assim, o valor global de **R$ 18.000,00** (Dezoito mil reais), o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo início em 01 de julho de 2019. O presente documento está disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br, Várzea Grande-MT, 12 de junho de 2019. **FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES OMAR** - Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DIA 14 DE JUNHO DE 2.019 – 15:00

O Presidente do Conselho de Turismo de Várzea Grande, nos termos da Lei Municipal nº 4455/2019, CONVOCA os membros Titulares integrantes do Conselho Municipal de Turismo a fazerem-se presentes na 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA, a se realizar no dia 14 de Junho de 2.019, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, localizada na Avenida da FEB, 2.138, em Várzea Grande/MT, para tratar da seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação do Calendário Anual de Reuniões do CONTURVG 2. Discussão sobre o Calendário Turístico de Eventos para o segundo Semestre. 3. Discussão sobre a implementação do Dia Municipal do Turismo.

Várzea Grande-MT, 12 de junho de 2019

José Roberto Amaral de Castro Pinto

Presidente do Conselho

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2019

PROCESSO Nº 589507/2019. O Município de Várzea Grande, através do **Fundo Municipal de Saúde**, por meio da autoridade competente torna-se público para conhecimento dos interessados, que referente ao **PREGÃO ELETRÔNICA nº 28/2019** do tipo **menor preço por lote**, cujo objeto, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA NO FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS, COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REGIME DE COMODATO DOS TANQUES, CILINDROS, MISTURADOR E LOCAÇÃO DE COMPRESSOR DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO **HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO – UPAs IPASE E CRISTO REI E ATENDIMENTO DOMICILIAR** CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS ABAIXO E DE ACORDO COM A RDC N. 69/2008. A realização do certame que estava previsto para o **dia 22 de maio de 2019**, **às 10h00min** – horário de Brasília. Fica **REVOGADO**. Considerando as razões de interesse público, conveniência e oportunidade, **conforme** Justificativa encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, consubstanciado no artigo 49 da Lei nº 8.666/93. A decisão com fundamentações e razões se encontra sitio institucional www.varzeagrande.mt.gov.br e www.bllcompras.org.br. Várzea Grande-MT, 11 de junho de 2019. **Diógenes Marcondes.** Secretário de Saúde /SMSVG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N. 143/2019/GAB/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais torna público a relação nominal dos servidores públicos em gozo regulamentar de férias, consoante a Lei Complementar n.º 3.797/2012.

EXERCÍCIO – 2016/2017					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
1842	ALEX LUIZ SABOIA DE MORAIS	TSAE – VIGIA	EMEB TENENTE WALDEMIRO DELGADO BERTULIO	29/05/2019 A 27/06/2019	30
117817	ALEXANDRA DA SILVA FERNANDES	ASSESSORA TÉCNICA	SMECEL	22/04/2019 A 21/05/2019	30
11067	MARCELUCY BUENO DE MORAES	Técnico de Desenvolvimento Econômico.	SMECEL	20/05/2019 A 29/05/2019	10
87420	PRISCILA GONÇALVES DE ARRUDA	TAE	SMECEL	01/07/2019 A 30/07/2019	30

EXERCÍCIO – 2017/2018					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
3487	ANDREIA CRISTINA FERRAZ DE SOUZA	PROFESSORA / DIRETORA	EMEB FAUSTINO ANTONIO DA SILVA	24/06/2019 A 09/07/2019	16
6562	CANDIDO FERREIRA DE BRITO	TSAE – VIGIA	EMEB JULIO CORREA	06/05/2019 A 04/06/2019	30
82081	CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA	PROFESSOR / DIRETOR	EMEB VEREADOR ZENO DE OLIVEIRA	10/05/2019 A 08/06/2019	30
13364	ELIANE WINCK	PROFESSORA / DIRETORA	EMEB PROFª MARIA BARBOSA MARTINS	05/06/2019 A 04/07/2019	30
14293	ELIZIO DE MAGALHÃES	TSAE – VIGIA	EMEB VEREADOR ESTEVÃO FERREIRA DA CUNHA	10/05/2019 A 08/06/2019	30
23570	JOSE AUGUSTO SOMBRA VERISSIMO	TSAE – VIGIA	EMEB ANTONIO LINO DE CAMPOS	03/06/2019 A 02/07/2019	30
33094	MARIA JULIA LOPES DA SILVA	TSAE – VIGIA	EMEB BENEDITA BERNADINA CURVO	20/06/2019 A 19/07/2019	30
33434	MARIA PIEDADE DOS SANTOS	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SMECEL	01/07/2019 A 30/07/2019	30
35224	MAXIMIANO OLIVEIRA FILHO	TSAE / TSM	CMEI ANTÔNIO AMORIM DE CAMPOS	31/05/2019 A 29/06/2019	30
38078	OSWALNEIDE APARECIDA GUIMARÃES ZAFFANI	TSAE – NUTRIÇÃO	EMEB ANA FRANCISCA DE BARROS	01/07/2019 A 30/07/2019	30
82134	ROBSON NUNES VIEIRA	TSAE – VIGIA	EMEB ANTONIO GOMES DA CRUZ	14/06/2019 A 13/07/2019	30
46874	VILMA FERREIRA DA CRUZ SOUZA	TSAE – VIGIA	EMEB ANA ROSA DA SILVA	02/05/2019	30

				A 31/05/2019	
47832	ZILDA BRAGA DE OLIVEIRA	PROFESSORA / DIRETORA	EMEB VEREADOR ESTEVÃO FERREIRA DA CUNHA	05/07/2019 A 03/08/2019	30

EXERCÍCIO – 2018/2019

MATR	SERVIDOR (A)	CARGO	LOTAÇÃO	Período Gozo	DIAS
122530	ADRIANE APARECIDA DE MORAES	SECRETÁRIA	EMEB RITA AUXILIADORA DE CAMPOS CUNHA	02/05/2019 A 31/05/2019	30
83086	ALVANEY MARTINS DA SILVA	TAE	EMEB PROFª LÚCIA LEITE RODRIGUES	01/07/2019 A 30/07/2019	30
2300	ALVARO ALMEIDA DE ARRUDA	TSAE – VIGIA	EMEB MANOEL JOÃO DE ARRUDA	01/06/2019 A 30/06/2019	30
87182	AMOREZIO VILELA DUARTE	TSAE – VIGIA	CMEI MANOEL ANTONIO	09/06/2019 A 08/07/2019	30
82108	ANTONIO REGINALDO GUEDES	TSAE – VIGIA	CMEI AURÉLIA CORREA DE ALMEIDA	01/06/2019 A 30/06/2019	30
4633	APARECIDA FERREIRA NAVES DA SILVA	TSAE – HIGIENIZAÇÃO	CMEI SÃO DOMINGOS SÁVIO	10/06/2019 A 09/07/2019	30
5012	AROLDO PASCOAL DE MORAES JUNIOR	PROFESSOR	SMECEL	01/07/2019 A 30/07/2019	30
6174	BERNADETE DE ALMEIDA SALES DUTRA	TSAE – HIGIENIZAÇÃO	EMEB RUTH MARTINS SANTANA	03/06/2019 A 02/07/2019	30
10279	DENAIR FERREIRA FRANÇA	TSAE – VIGIA	EMEB MÁRIO ANTUNES DE ALMEIDA	08/06/2019 A 07/07/2019	30
10589	DIANA APARECIDA PINHEIRO DA SILVA	TAE	EMEB ANTONIO JOAQUIM DE ARRUDA	01/07/2019 A 30/07/2019	30
130287	DIOGO CALLORI	TAE	EMEB EDNILSON FRANCISCO KOLLING	01/07/2019 A 30/07/2019	30
98257	ELIAS CLEYTON SIQUEIRA LIRA	TSAE – VIGIA	CMEI AURÉLIA CORREA DE ALMEIDA	01/07/2019 A 30/07/2019	30
14293	ELIZIO DE MAGALHÃES	TSAE – VIGIA	EMEB VEREADOR ESTEVÃO FERREIRA DA CUNHA	09/06/2019 A 08/07/2019	30
14388	ELSIO DE CAMPOS SILVA	TSAE – VIGIA	EMEB JÚLIO CORREA	07/06/2019 A 06/07/2019	30
15758	EVERALDO AMARAL DE SOUZA	TSAE – VIGIA	CMEI JOSÉ MENDONÇA	01/07/2019 A 30/07/2019	30
82174	FABIULA DA SILVA SANTOS	TASE – HIGIENIZAÇÃO	EMEB JAIME VERÍSSIMO DE CAMPOS JÚNIOR	24/06/2019 A 23/07/2019	30
16118	FABRICIO GOMES DA SILVA	TSAE – VIGIA	EMEB ARMINDO DE ARRUDA CAMPOS	01/06/2019 A 30/06/2019	30
17380	GERALDA SILVA CASTRO DA COSTA	PROFESSORA	CMEI AURÉLIA CORREA DE ALMEIDA	07/08/2019 A 05/09/2019	30
18252	GLORINHA ROMANO DO PRADO	TSAE – HIGIENIZAÇÃO	CMEI NAIR SACRE	26/12/2018 A 24/01/2019	30
18742	GREICE BARBOSA	TSAE – VIGIA	EMEB ANA ROSA DA SILVA	01/07/2019 A 30/07/2019	30
84409	ISMAEL GOMES CLARINDO	TSAE – VIGIA	EMEB PROFª MARIA DAS GRAÇAS PINTO	01/07/2019 A 30/07/2019	30
20448	IVETE DE QUEIROZ PORTO	PROFESSORA / DIRETORA	EMEB PROFª SAVELINA FERREIRA DA SILVA	27/05/2019 A 05/06/2019	10
109141	JOÃO VICTOR LEITE DE ARRUDA	SECRETÁRIO ESCOLAR	EMEB PROFª IRENICE GODOY DE CAMPOS E SILVA	03/06/2019 A 02/07/2019	30
23570	JOSE AUGUSTO SOMBRA VERISSIMO	TSAE – VIGIA	EMEB ANTONIO LINO DE CAMPOS	03/07/2019 A 01/08/2019	30
84098	KATIANE FERREIRA LOPES	TDI	CMEI NAIR SACRE	07/01/2019 A 05/02/2019	30
109056	LAURA DE ALMEIDA OLIVEIRA BORGES	SECRETÁRIA ESCOLAR	EMEB ANGELA JARDIM BOTELHO	01/07/2019 A 30/07/2019	30
82036	LILIA GONÇALVES DA SILVA	PROFESSORA / DIRETORA	EMEB NAPOLEÃO JOSÉ DA COSTA	14/05/2019 A 12/06/2019	30
83019	LUCE MAIRE ALVES DE OLIVEIRA	TAE	EMEB JULIO DOMINGOS DE CAMPOS	10/06/2019 A 09/07/2019	30

30368	MARCELA DA SILVA JARA	TAE	CMEI JOSÉ MENDONÇA	01/07/2019 A 30/07/2019	30
113501	MARCIA LAURETTI DE ALMEIDA	SECRETARIA ESCOLAR	EMEB PADRE LUIZ MARIA GHISONI	13/06/2019 A 12/07/2019	30
32358	MARIA DE FATIMA FERREIRA DE SANTANA	PROFESSORA / DIRETORA	EMEB LENINE DE CAMPOS POVOAS	15/07/2019 A 20/07/2019	06
34867	MARLI TOMAZ DE ARRUDA	PROFESSORA / DIRETORA	CMEI PROF. EDSON REVELES PEREIRA	01/06/2019 A 30/06/2019	30
35199	MAURO DOS ANJOS	TSAE – VIGIA	EMEB PROFª IRENICE GODOY DE CAMPOS E SILVA	01/07/2019 A 30/07/2019	30
37118	NILZA RAQUEL DE OLIVEIRA	PROFESSORA / DIRETORA	EMEB PROFª JUVENILIA MONTEIRO DE OLIVEIRA	01/06/2019 A 30/06/2019	30
130713	PATRICIA GABRIELLE DE SOUZA SERPA MEIRA	TSAE – VIGIA	CMEI NAIR SACRE	26/12/2018 A 24/01/2019	30
40527	RONILDO DE ARRUDA	TSAE – VIGIA	EMEB TENENTE ABILIO DA SILVA MORAES	03/06/2019 A 02/07/2019	30
42430	SANDRA MARIA DOS SANTOS BORELLI	PROFESSORA	EMEB ANTONIO GOMES DA CRUZ	19/06/2019 A 18/07/2019	30
43791	SIRLENE APARECIDA DE FREITAS	PROFESSORA	SMECEL	20/05/2019 A 24/05/2019	05
43790	SIRLENE APARECIDA DE FREITAS	PROFESSORA	SMECEL	20/05/2019 A 24/05/2019	05
43791	SIRLENE APARECIDA DE FREITAS	PROFESSORA	SMECEL	08/07/2019 A 01/08/2019	25
43790	SIRLENE APARECIDA DE FREITAS	PROFESSORA	SMECEL	08/07/2019 A 01/08/2019	25
130276	STHEFFANY PEREIRA METZLER	TSAE / NUTRIÇÃO ESCOLAR	EMEB NAPOLEÃO JOSÉ DA COSTA	19/06/2019 A 18/07/2019	30
45289	TOSHIO DOI	ASSESSOR TECNICO	SMECEL	20/05/2019 A 24/05/2019	05
45329	UILMA PEREIRA DOS SANTOS TENORIO	PROFESSORA / DIRETORA	EMEB PROFª MARIA JOANA DA SILVA ALMEIDA	01/07/2019 A 30/07/2019	30
130313	VILMAR FERREIRA	TSAE / HIGIENIZAÇÃO	CMEI NAIR SACRE	26/12/2018 A 24/01/2019	30

Várzea Grande, 11 de junho de 2019

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Charles Fabiano Araújo Quadro

Coordenador de Gestão de Pessoas/SMECEL-RH

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EXTRATO CONTRATO N. 100/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Empresa AI FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 26.683.120/0001-07. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8. 666 de 21 de junho de 1993, ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Presencial n. 01/2019, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 300/2019, no Termo de Referência nº 21/2018 da Secretaria Municipal de Viação e Obras, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 560652/2019. OBEJTO: Tem por objeto a contratação de empresa para realizar serviços de implantação de meio-fio de concreto pré-moldado e sarjeta em concreto para atender a demanda da Secretaria Municipal de Viação e Obras do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 1.300.000,00 (Hum milhão e trezentos mil reais). **UO: SECRETARIA DESENV. URBANO VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 2.292. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0100.** VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Viação e Obras designa para este ato, o servidor, ADRIANO RUTHECOSKI LOPES, TAPA BURACO – Matrícula nº 121324, da Secretaria Municipal de Viação e Obras, inscrito no CPF n°. 503.913.991-87 e RG nº 725.941 SSP/MT.

DATA DE ASSINATURA: 06.06.2019

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras

AI FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI

Contratada

DAE/VG
ATO DE NOMEAÇÃO Nº 004/2019

Ricardo Azevedo Araújo, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1.998 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, resolve **NOMEAR**, com efeito, a partir de 12 de Junho 2019, no cargo em

comissão DGA, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

JEAN CARLOS GUEDES DA SILVA	GERENTE DE CORTE E RELIGAÇÃO	DGA – 6

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 12 de Junho de 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

DAE/VG
ATO DE NOMEAÇÃO Nº 003/2019

Ricardo Azevedo Araújo, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1.998 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, resolve **NOMEAR**, com efeito, a partir de 12 de Junho 2019, no cargo em comissão DGA, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

NORBERTO DE BARROS AMARO	ASSISTENTE TÉCNICO - PROJETO	DGA – 7

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 12 de Junho de 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

DAE/VG
ATO DE EXONERAÇÃO N.º 004/2019

Ricardo Azevedo Araújo, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, EXONERA à partir de 11 de Junho de 2019, do cargo em comissão DGA, o servidor abaixo relacionado, lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG.

JEAN CARLOS GUEDES DA SILVA	ASSISTENTE TÉCNICO – PROJETO	DGA – 7

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 12 de Junho de 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

DAE/VG
ATO DE EXONERAÇÃO N.º 003/2019

Ricardo Azevedo Araújo, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, EXONERA à partir de 11 de Junho de 2019, do cargo em comissão DGA, o servidor abaixo relacionado, lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG.

ARLINDO DA COSTA MOYA	GERENTE DE CORTE E RELIGAÇÃO	DGA – 6

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 12 de Junho de 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 056/ CORREG. GERAL/ 2019.

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e pelo Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015;

Por determinação do Corregedor Geral foi dado prosseguimento do feito PAD 006/2018, processo 0164.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR o PROSSEGUIMENTO do PAD nº 006/18, em trâmite no âmbito da Corregedoria Geral, com a consequente retomada da contagem do prazo para sua tramitação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 12 de junho de 2019.

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 598/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**EDILMA JESUS DA SILVA**
MATRICULA	82208
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	510245/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	10.06.2019 à 07.09.2019

SERVIDOR	**JANE BORGES RIBEIRO**
MATRÍCULA	21227 - 1ª Cadeira
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	9771/2009
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.08.2002/2007**
PERÍODO DE GOZO	05.06.2019 à 02.09.2019

SERVIDOR	**JANE BORGES RIBEIRO**
MATRICULA	82116 - 2ª Cadeira
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	9771/2009
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**15.01.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	05.06.2019 à 02.09.2019

SERVIDOR	**JULIETA GUSMÃO MARTINS**
MATRICULA	84044
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	471299/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	10.06.2019 à 07.09.2019

SERVIDOR	**LAURA DO CARMO BERTÚLIO**
MATRICULA	100837
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	591809/2019

LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**02.04.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	07.06.2019 à 04.09.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Junho de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 597/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ASCINDINO FREDERICO DE MORAES**
MATRICULA	5036
CARGO	Técnico de Suporte Administrativo Educacional
PROCESSO N°	555882/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**01.09.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	03.06.2019 à 31.08.2019

SERVIDOR	**MARILEIDE TRINDADE DE FONSECA**
MATRÍCULA	33942
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	277892/2014
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.11.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	04.06.2019 à 03.07.2019

SERVIDOR	**NELLY PEREIRA DE OLIVEIRA**
MATRICULA	36583
CARGO	Técnico Desenvolvimento Educacional
PROCESSO N°	593373/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**24.03.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	10.06.2019 à 07.09.2019

SERVIDOR	**ROSENIL DUARTE DA COSTA**
MATRICULA	41415
CARGO	Auxiliar Desenvolvimento Econômico Social
PROCESSO N°	587647/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.04.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	03.06.2019 à 31.08.2019

SERVIDOR	**RITA MARCIA DE CAMPOS**
MATRICULA	40032
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	2617/1998
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.09.1992/1997**
PERÍODO DE GOZO	03.06.2019 à 31.08.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Junho de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 596/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ADRIANO ALVES DOS SANTOS**
MATRICULA	92103
CARGO	Enfermeiro
PROCESSO N°	539227/2018
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QUINQUÊNIO	**20.03.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	01.06.2019 à 30.06.2019

SERVIDOR	**DARCY GONZAGA CORGOZINHO**
MATRÍCULA	99875
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	585802/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**15.02.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	22.05.2019 à 19.08.2019

SERVIDOR	**EDNIL LIBANIO DA COSTA**
MATRICULA	84701
CARGO	Médico - Pediatra
PROCESSO N°	021/2011
LICENÇA PRÊMIO	60 (sessenta) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.08.2004/2009**
PERÍODO DE GOZO	01.06.2019 à 30.07.2019

SERVIDOR	**KELMEY CRISTINA RIBEIRO DE BARROS SANTOS**
MATRICULA	26220
CARGO	Odontólogo
PROCESSO N°	557292/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.01.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	01.06.2019 à 29.08.2019

SERVIDOR	**LUIZ FERNANDO SANCHES SACHETIN**
MATRICULA	29636
CARGO	Médico
PROCESSO N°	543842/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**05.11.2011/2016**
PERÍODO DE GOZO	01.06.2019 à 29.08.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Junho de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EXTRATO CONTRATO N. 100/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Empresa Al FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 26.683.120/0001-07. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8. 666 de 21 de junho de 1993, ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Presencial n. 01/2019, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 300/2019, no Termo de Referência nº 21/2018 da Secretaria Municipal de Viação e Obras, bem como nos de-

mais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 560652/2019. OBEJTO: Tem por objeto a contratação de empresa para realizar serviços de implantação de meio-fio de concreto pré-moldado e sarjeta em concreto para atender a demanda da Secretaria Municipal de Viação e Obras do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 1.300.000,00 (Hum milhão e trezentos mil reais). **UO: SECRETARIA DESENV. URBANO VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 2.292. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0100.** VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Viação e Obras designa para este ato, o servidor, ADRIANO RUTHECOSKI LOPES, TAPA BURACO – Matrícula nº 121324, da Secretaria Municipal de Viação e Obras, inscrito no CPF n°. 503.913.991-87 e RG nº 725.941 SSP/MT.

DATA DE ASSINATURA: 06.06.2019

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras

AI FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 221/2019

"DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor do Quadro Permanente, **Sr. REINALDO AGUILERA DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade n. **2146084-1 SSP/MT e CPF n. 038.131.301-85**, ocupante do cargo de Agente Administrativo para desempenhar atividade de Secretário Escolar na Escola Municipal Ponta do Aterro, com vencimento do seu cargo de origem, acrescido de 40%, sobre o salário base, nos termos que dispõe no Art. 3º, Inciso II - Anexo IV, da lei Municipal 558/99, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N.222/2019

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, incisos IV da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **GEAN FLORIANO ORTIZ DE SOUZA,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Martiniano Ribeiro da Fonseca, s/n. - Bairro Jardim Aeroporto, no Município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. 226.3590-4 SSP/MT e CPF n. 037. 551.641-75, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Chefe de Divisão de Esporte e Lazer, Símbolo C.C.4**, a contar do dia 11/06/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 11 de junho de 2019, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS do mês de JUNHO de dois mil E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

ORDEM DE REINÍCIO DE OBRAS

OBJETO: Contrato pararealização de adequações/obras de melhorias no terminal turístico de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT

CONTRATADA: JAÓ ENGENHARIA E COMÉRCIO E COMÉRCIO EIRELI

CONTRATO n. 029/2019.

Aos 12 dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, nesta Cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, nas dependências da Prefeitura Municipal, foi expedida a presente ORDEM DE REINÍCIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DA OBRA, contratadas através do procedimento licitatório, modalidade Tomada de Preço nº 004/2019, à qual gerou o Contrato Administrativo n. 029/2019, pois os serviços necessários de terraplanagem e locação topográfica já foram executados.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, aos doze do mês de junho do ano de dois mil e dezenove.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00010, DE 12 DE JUNHO DE 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
CHRISTIANO SANTANA DA CUNHA	513.538.811-72	9897 /00037/2019
CHRISTIANO SANTANA DA CUNHA	513.538.811-72	9897 /00038/2019
MARDEN GARCIA CARNEIRO	035.406.341-34	9897 /00046/2019
ACACIO GOMES MOREIRA	060.272.021-49	9897 /00089/2019

Data de afixação: Data de desafixação:

12/06/2019

27/06/2019

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00009, DE 12 DE JUNHO DE 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

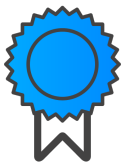
Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação de Lançamento (ITR)**
FREDERICO TOMAS ALVES	940.536.341-72	9897 /00070/2019
FREDERICO TOMAS ALVES	940.536.341-72	9897 /00071/2019

Data de afixação: Data de desafixação:

12/06/2019

27/06/2019

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Jun 12 22:30:59 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)